APROVADO
Em, 19/09/23

1º Secretário

LIDO NO EXPEDIENTE
EM, 19/09/23

1º Secretário

RELATÓRIO FINAL COMPLETO

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

RELATÓRIO FINAL

CPI DA EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR A MÁ PRESTAÇÃO DE SERVIÇO AO CONSUMIDOR DE ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DO PIAUÍ PELA EMPRESA EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

ESTADO DO PIAUÍ

CPI EQUATORIAL
01
FOLHA Nº
ALEPI
Marlon Freitas
Assessor Chefe da CPI EQUATORIAL-PI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ

SUMÁRIO

TÍTULO I

1- INTRODUÇÃO E CONSIDERAÇÕES GERAIS

2- DO ATO DE CRIAÇÃO DA COMISSÃO

3- DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

4- DAS REUNIÕES REALIZADAS PELA COMISSÃO

5- DOCUMENTAÇÃO EXPEDIDA PELA COMISSÃO

5.1 – REQUERIMENTOS

5.2 – OFÍCIOS ENVIADOS E RESPOSTAS RECEBIDAS

5.3 – TERMO DE COMPROMISSO

6- DOCUMENTOS RECEBIDOS PELA COMISSÃO

6.1- RELATÓRIOS RECEBIDOS:

6.1.1 – RELATÓRIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO - PROCON

6.1.2 – RELATÓRIO DA ANEEL

6.1.3 – RELATÓRIO DA APPM

6.2- DENÚNCIAS:

6.2.1 DENÚNCIA DO SENHOR JOSÉ HAMILTON BRANDÃO LUNA

6.2.2 DENÚNCIA DO SENHOR FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES – GRANJA

6.2.3 DENÚNCIA DA CIDADE DE BATALHA

6.2.4 - DENÚNCIA POVOADO MARIQUITA – CIDADE DE ITAINPÓLIS – PI

6.2.5- DENÚNCIA DA SR(A). MARIA LUCIMAR

6.2.6 - DENÚNCIA PAULO JORDÃO DE OLIVEIRA - PROF. UFPI

6.2.7 - DENUNCIA ALESSANDRO MAGNO - ADVOGADO

CPI EQUATORIAL
02
FOLHA Nº
ALEPI

Marlon Freitas
Assessor Chefe da CPI EQUATORIAL-PI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

TÍTULO II

1 - O SETOR ELÉTRICO NO BRASIL

2 - ASPECTO HISTÓRICO DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA

3 - BREVE HISTÓRICO DA CEPISA

4 - O MODELO DE PRIVATIZAÇÃO DA DISTRUIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL

TÍTULO III

1- NOTA TÉCNICA

1.1 OBJETIVO

1.2 QUALIDADE DO PRODUTO

1.3 VARIAÇÕES DE TENSÃO EM REGIME PERMANENTE

1.4 QUALIDADE DO SERVIÇO

1.5 QUALIDADE COMERCIAL

1.6 CONCLUSÃO

2 – JUSTIFICATIVAS DA EQUATORIAL

3 - CONCLUSÕES DOS TRABALHOS DA CPI

4 - RECOMENDAÇÕES

5 – SUGESTÕES DE PROJETOS DE LEIS ELABORADOS PELA COMISSÃO DA CPI

6 - ENCAMINHAMENTOS

7 - AGRADECIMENTOS

CPI EQUATORIAL
03
FOLHA Nº
ALEPI

Marlon Freitas
Assessor Chefe da CPI EQUATORIAL-PI

TITULO I

1- INTRODUÇÃO E CONSIDERAÇÕES GERAIS

Ao lado da função precípua de legislar, a Assembleia Legislativa do Estado Piauí tem como competência essencial constituída pela sua autonomia: a fiscalização extensa de todos os assuntos e temas aos quais a Constituição Federal e a Estadual a capacitam.

A COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUERITO adquire maior importância no cenário político nacional, a partir da promulgação da Constituição da República de 1988. Pode-se afirmar que a CPI é um instrumento jurídico do Poder Legislativo, legalmente constituído para buscar informações, efetuar diligências, colher depoimentos e outros mecanismos para apurar fatos que estejam contra o interesse público, voltada à apuração de denúncias para que sejam resguardados os valores e bem-estar da sociedade.

Faz-se necessário ressaltar as expectativas da sociedade quanto ao que se deve esperar de uma CPI, que possui limites traçados pela Carta Magna que rege o estado democrático de direito, art. 58 § 3º, "as Comissões Parlamentares de Inquérito terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos do Poder Legislativo, e serão criadas para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhado ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores" (Art. 58, CR/88).

Conforme se vislumbra, a Constituição da República deu poderes de investigação de autoridade judicial, bem como outros poderes existentes no Regimento Interno, a fim de possibilitar o cumprimento de todos os objetivos e tarefas e não poderes de julgar, condenar e multar, por exemplo.

É incontestável que o poder de investigar constitui uma das mais expressivas funções institucionais do Legislativo. A importância da prerrogativa de

CPI EQUATORIAL
04
FOLHA Nº
ALEPI

Marlon Freitas
Assessoria da CPI EQUATORIAL-PI

fiscalizar se traduz, na dimensão em que se projetam as múltiplas competências constitucionais do Legislativo, como atribuição inerente à própria essência da instituição parlamentar e a ideia por si só de representatividade, onde os parlamentares eleitos tornam-se fiscais da população, pelo menos na teoria do Estado Democrático de Direito.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) representa um dos mais importantes instrumentos de fiscalização e porque não dizer, controle da atividade administrativa das autoridades públicas, com ampla possibilidade de imiscuir-se na seara privada também que, inexoravelmente, envolvem a acepção ampla do interesse público.

Tem-se que o Poder Legislativo Estadual possui precipuamente três funções: Representativa (Representar o povo em defesa dos seus interesses na construção de uma sociedade igualitária e justa); Legislativa (Elaborar as Leis de modo a contemplar a sociedade com um ordenamento jurídico que garanta a defesa de toda a coletividade); e Fiscalizadora (Fiscalizar todos os atos da Administração Pública Direta e Indireta e de todos que executam serviços públicos, ainda que sendo organismos privados, de modo a buscar e zelar por todos os interesses da comunidade a que se restringe). Com fulcro nesta última função, juntamente com outros procedimentos legislativos, está a competência do Poder Legislativo de fiscalizar as atividades dos administradores e/ou daqueles que giram em torno do interesse público, mediante o instrumento legal como a Comissão Parlamentar de Inquérito.

O presente Relatório é apresentado em cumprimento ao que determina os artigos 37, 38 e 39 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado Piauí. Ao término de seus trabalhos, a Comissão Parlamentar de Inquérito enviará seu relatório e conclusões, que será publicado no Diário Oficial da Assembleia Legislativa. Destaca-se que a Mesa Diretora poderá enviar ao Plenário, pelo seu critério, o Projeto de Lei, de Decreto Legislativo ou Resolução ou Indicação que serão incluídas na Ordem do Dia, dentro de 5 (cinco) sessões.

Desta forma, para cumprir uma das suas principais atribuições, em respeito ao exercício do Poder Legislativo de fiscalizar os atos que possam causar prejuízos à Administração Pública afetando direta ou indiretamente o interesse público, foi criada e instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), com a finalidade de investigar a má prestação de serviço ao consumidor de energia elétrica do Estado do Piauí pela empresa

CPI EQUATORIAL
FOLHA Nº
ALEPI

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. Vale destacarmos neste prólogo que um dos mais substanciais princípios, é o da "supremacia do interesse público", para que a existência das concessões públicas, conforme a Lei das Concessões, Lei Federal 8.987/95 tenha uma consequência positiva na prestação do serviço público e, com isso, promova um resultado melhor; seja de atendimento, menor custo, dinamicidade, eficiência e automação.

Sendo assim, a administração do Governo Federal optou, no início dos anos 2018, pela concessão do serviço público de energia elétrica no Estado do Piauí, ou seja, deixou de ser executado diretamente pela administração pública e passou a ser administrada por uma empresa privada, por meio de concessão pública, e assim continua até os dias atuais.

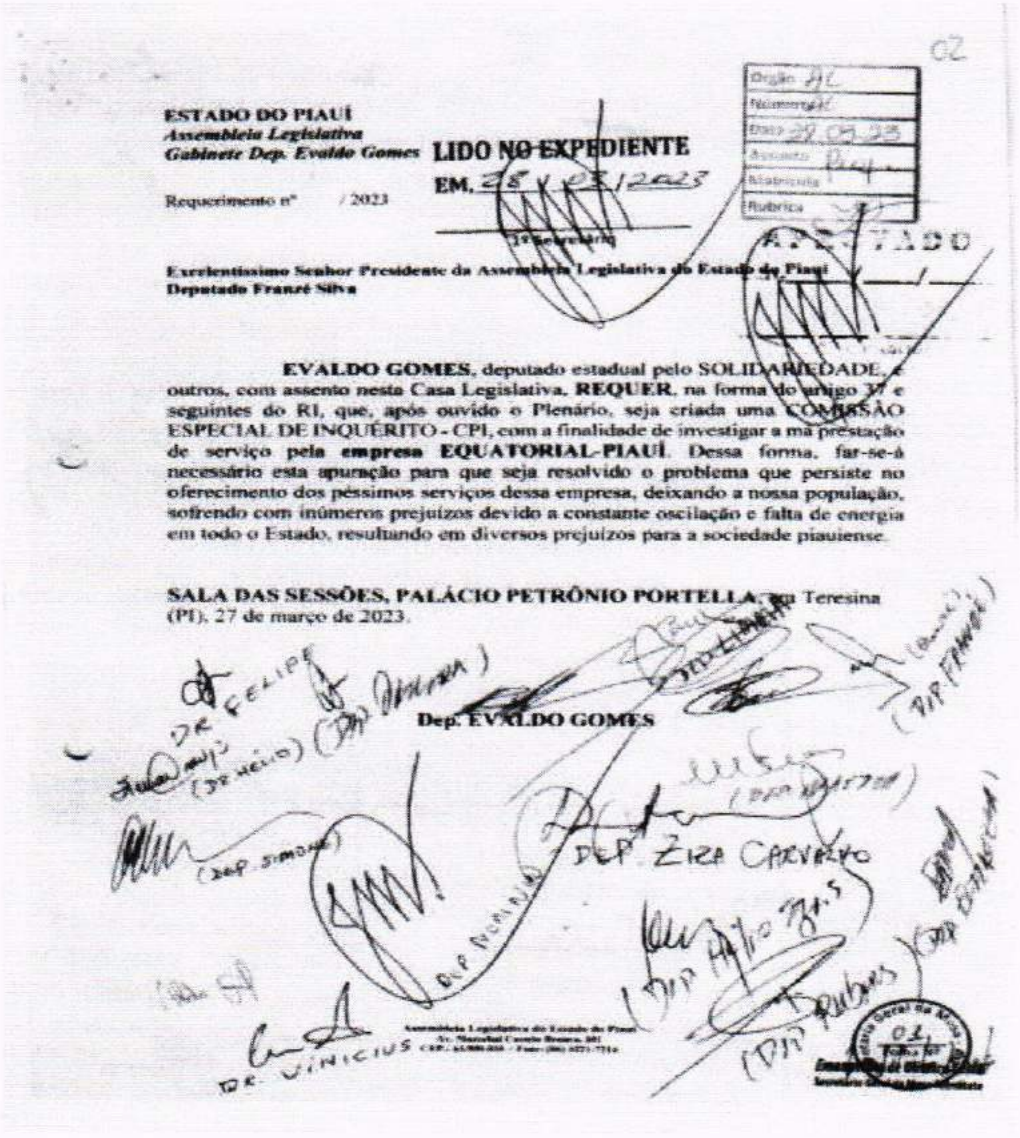
Quando se firma este contrato, oriunda se como uma parceria que tem por finalidade promover um serviço melhor, mais eficiente e com menor custo ao consumidor de energia elétrica do Estado do Piauí, todavia, notou-se que estes aspectos não estão sendo observados pela concessionária.

A CPI ora em comento, procurou atuar, desde o início, com a finalidade única de apurar os fatos, com foco na prestação de serviço ao consumidor de energia elétrica do Estado do Piauí, com base nos princípios da moralidade, impessoalidade, publicidade, legalidade e eficiência, valendo-se de todos os instrumentos legais cabíveis, dentro dos limites impostos pelo estado democrático de direito.

É com fulcro nesse contexto que apresentamos o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

CPI EQUATORIAL
06
FOLHA Nº
ALEPI

2- DO ATO DE CRIAÇÃO DA COMISSÃO



ESTADO DO PIAUÍ
Assembleia Legislativa
Gabinete Dep. Evaldo Gomes

Requerimento nº / 2023

LIDO NO EXPEDIENTE
EM, 28 / 03 / 2023
1º Secretário

Origem: AL
Número:
Data: 28/03/23
Assunto:
Matrícula:
Rubrica:

02

APROVADO

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí
Deputado Franzé Silva

EVALDO GOMES, deputado estadual pelo SOLIDARIEDADE, e outros, com assento nesta Casa Legislativa, **REQUER**, na forma do artigo 37 e seguintes do RI, que, após ouvido o Plenário, seja criada uma COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - CPI, com a finalidade de investigar a má prestação de serviço pela **empresa EQUATORIAL-PIAUÍ**. Dessa forma, far-se-á necessário esta apuração para que seja resolvido o problema que persiste no oferecimento dos péssimos serviços dessa empresa, deixando a nossa população, sofrendo com inúmeros prejuízos devido a constante oscilação e falta de energia em todo o Estado, resultando em diversos prejuízos para a sociedade piauiense.

SALA DAS SESSÕES, PALÁCIO PETRÔNIO PORTELLA, em Teresina (PI), 27 de março de 2023.

Dep. EVALDO GOMES

DEP. ZIZA CARVALHO

DR. VINICIUS

CPI EQUATORIAL
07
FOLHA Nº
ALEPI

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ

3- DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

2 Diário da Assembleia
ATOS DA MESA DIRETORA

ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

ATO DA MESA Nº 457/2023.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, usando das atribuições contidas na Resolução nº 502, de 16 de julho de 2019, e satisfeitos os requisitos do Regimento Interno no seu art. 37, para o Requerimento de Instituição da CPI-EQUATORIAL/PI, de autoria do Deputado EVALDO GOMES e outros,

R E S O L V E:

CONSTITUIR, a partir da presente data, e pelo prazo de até 120(cento e vinte dias), podendo ser prorrogado por metade desse prazo, Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar irregularidades praticadas na prestação dos serviços de fornecimento de energia elétrica executados pela Empresa EQUATORIAL-PI no âmbito do Estado do Piauí, nomeando os seguintes Membros efetivos e substitutos:

MEMBROS EFETIVOS	PARTIDO
Deputado EVALDO GOMES DA SILVA – Presidente	SOLIDARIEDADE
Deputado NERINHO	PT
Deputada SIMONE PEREIRA	MDB
Deputada GRACINHA MÃO SANTA	PROGRESSISTAS
Deputado GESSIVALDO ISAÍAS	REPUBLICANOS

MEMBROS SUPLENTES	PARTIDO
Deputado RUBENS VIEIRA	PT
Deputado ZEZA CARVALHO	MDB
Deputado WILSON BRANDÃO	PROGRESSISTAS

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELLA, em Teresina/PI, 03 de abril de 2023.

Dep. *FRANCISMAR SILVA*
Presidente

Dep. *MARDEN MENEZES*
1º Secretário

Dep. *DR. HELIO*
2º Secretário

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

CPI EQUATORIAL
08
FOLHA Nº
ALEPI

4- DAS REUNIÕES REALIZADAS PELA COMISSÃO

REGISTROS TAQUIGRÁFICOS DA PRIMEIRA OITIVA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, DA VIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, REALIZADA NO DIA DOZE DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.

COMISSÃO: Primeira audiência da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)
TEMA: Investigar fato determinado, com período certo, com a finalidade de atender os interesses da população piauiense, relativos ao fornecimento de energia da Equatorial-Piauí.
PROPONENTE: Deputado Evaldo Gomes
COMPONENTES: **PRESIDENTE**-Deputado Evaldo Gomes;
RELATOR: Deputado Nerinho.
MEMBROS EFETIVOS: Deputada Simone Pereira, Gracinha Mão Santa, deputado Gessivaldo Isaias.
SUPLENTES: Deputados: Rubens Vieira, Ziza Carvalho, Wilson Brandão.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Bom dia a todos e a todas!

Esta é a primeira reunião da oitiva para ouvirmos o primeiro depoente da CPI da Equatorial.

Nós temos no Art. 1º do Regimento inicial Nº 9523, assinado pelo deputado Evaldo Gomes e outros e após cumprido as formalidades regimentais foi criada a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), com um prazo de 120 dias, podendo ser prorrogado por mais metade desse prazo, para apurar má prestação de serviço prestado pela empresa Equatorial, tanto na capital como nos municípios do Piauí, o que tem gerado graves transtornos para os consumidores piauienses.

Os membros desta comissão, diga-se de passagem, essa CPI foi criada por unanimidade dos Senhores deputados e deputadas desta Casa, nós tivemos nosso requerimento 16 assinaturas, mas tivemos o total apoio da Casa dos 30 deputados.

A comissão ficou formada dos seguintes membros efetivos: deputado Evaldo Gomes, presidente; deputado Nerinho, relator da comissão, indicado por unanimidade por todos os membros; deputada Simone Pereira; deputada Gracinha Mão Santa e o deputado Gessivaldo Isaías.

Temos como membros suplentes os deputados: Rubens Vieira, Ziza Carvalho e Wilson Brandão.

O objetivo principal desta CPI é uma investigação da má prestação de serviços pela Empresa Equatorial.

Eu quero chamar nossa servidora Marcela para fazer a leitura da Ata.

SRA. MARCELA (Secretária da Comissão) - Ata da reunião preparatória para a instalação da CPI Equatorial Piauí, da Vigésima Legislatura, realizada às 10 horas do dia 29 de março de 2023.

No vigésimo nono dia do mês de março de 2023, às 10 horas no gabinete da Presidência, com a presentação dos senhores deputados da Alepi, deputado Franzé Silva e dos senhores deputados: João Mádison, Evaldo Gomes, Gessivaldo Isaías, Marden Menezes, Gustavo Neiva, Aldo Gil, Bárbara do Firmino, Henrique Pires, Elisângela Moura, Nerinho, Francisco Limma, Hélio isaias, realizou-se a reunião preparatória para a instalação da CPI Equatorial Piauí.

Nesta reunião, o Senhor presidente e demais membros ratificaram a importância da criação da CPI Equatorial Piauí, para investigar fato determinado em período certo, com a finalidade de atender o interesse de anseio da população piauiense que sofre com a péssima instalação de prestação de serviço de energia elétrica do Estado.

Definiu-se os termos do ato da criação da CPI e sua composição numérica a qual terá cinco membros titulares e três membros suplentes, atendendo ao critério proporcional partidários presentes nesta Casa, conforme dispõe o Regimento Interno.

A presidência da CPI será a primeira subscrita pelo deputado Evaldo Gomes, ademais vão compor a CPI do bloco Fé Brasil e do Partido MDT e Progressista, bem como a presença das minorias. As despesas para oficializar o funcionamento dos trabalhos da CPI serão incumbidas pela Mesa Diretora e a administração da Casa quando solicitada.

Definiu-se também que a indicação dos membros a serem ouvidos serão instalados pela CPI Equatorial Piauí. Em seguida, o seu funcionamento terá início com o prazo de três dias úteis contados da publicação do ato consecutivo assinado pelo presidente da Alepi no Diário Oficial da Assembleia Legislativa. Houve um requerimento, um subscritor que estipulou de onde sairia o fundo da Comissão Parlamentar de Inquérito, entretanto na lage concreta não terá como a CPI ser cerceada de limites de gastos, bem como não pode comprometer o andamento da Alepi, com excessos de custos para funcionamento da CPI. Por se tratar de matéria interposta pelo Poder Legislativo, por força em comum acordo com o presidente da Alepi para saber nas possibilidades iniciais e previstos de gastos na CPI, então chegou-se ao valor de trezentos mil reais, mas ainda está sujeito a análise em decorrência do funcionamento de CPI, para que não frustre o direito de investigar o qual é o propósito da Constituição da República reconhece as minorias parlamentares. É essa a Ata, Senhor presidente.

SR PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Não havendo nenhum questionamento da Ata dos deputados presentes: deputado Gessivaldo Isaías, deputado Wilson Brandão, deputado Ziza Carvalho e o deputado Nerinho, que é o relator da CPI.

Temos hoje o primeiro depoente, é o Senhor Francisco Marques, presidente do Sintepi - Sindicato dos urbanitários do Piauí - ou seja o sindicato que

representa os servidores da Equatorial. Nós temos o tempo para que o mesmo possa prestar o seu depoimento, um tempo de 15 minutos, prorrogados mais cinco minutos. E terá também que responder as perguntas dos deputados, com 15 minutos.

Tem algum deputado que queira fazer algum questionamento?

Com a palavra o deputado Ziza Carvalho.

SR. ZIZA CARVALHO (MDB) - Senhor presidente, eu queria primeiro parabenizar esta Casa pela instalação desta comissão, que eu julgo de extrema relevância e importância, tendo em vista o notório serviço de má qualidade, que é prestado há muito tempo pela empresa Equatorial de energia aqui no Estado do Piauí. E peço licença, porque tenho uma agenda agora no Tribunal de Contas do Estado, mas a titular do nosso partido, do MDB, a deputada Simone já chegou na CPI, eu gostaria muito de continuar até para fazer algumas indagações aos depoentes de hoje; mas me sinto contemplado aqui pelas perguntas já selecionadas por nossa assessoria e, acredito que farão um grande trabalho, para que a gente possa se debruçar sobre esse depoimento e a contribuir com essa CPI, com essa comissão, para a apuração das falhas do serviço, que é prestado aqui no Estado do Piauí.

Então, eu peço licença e desejo um bom trabalho aqui a esta comissão.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Deputado, V.Exa. com certeza há de contribuir muito com essa CPI, porque ainda teremos vários outros depoimentos.

Só reforçar aqui a presença da deputada Simone Pereira.

Com a palavra o presidente do Sintepi - Sindicato dos Urbanitários do Piauí - Senhor Francisco Marques. Inclusive assinará um termo de compromisso. Tera um tempo de 15 minutos, com prorrogação de mais 5 , 20 minutos. Pois não, ele vai assinar o termo e depois vai ter os 20 minutos, de 15 a 20 minutos pra dar o seu depoimento.

SR. FRANCISCO MARQUES (Presidente do Sintepi) - Termo de compromisso da CPI Equatorial: Eu, Francisco das Chagas Marques Ferreira, na qualidade de presidente do Sindicato dos Urbanitários do Estado do Piauí, declaro para os fins, sob as penas da lei de que as informações aqui prestadas em depoimento são verdadeiras e autênticas, fiéis a verdade e condizem com a realidade dos fatos.

Fico ciente que através deste documento que a falsidade desta declaração configura crime previsto no Art. 342 do Código Penal Brasileiro, passível de apuração na forma da lei.

Teresina 12 de abril de 2023, Francisco das Chagas Marques Ferreira, presidente do Sindicato dos Urbanitários.

Então, eu vou assinar esse termo da lei agora.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Antes do presidente iniciar o seu depoimento, eu já queria fazer uma pergunta ao depoente: você se contenta com o serviço prestado da Equatorial?

SR. FRANCISCO MARQUES (Presidente do Sintepi) - Não! Como consumidor e como representante do Sindicato, que sempre nos preocupamos com a qualidade de serviços de energia elétrica, como também de saneamento, eu hoje não me sinto contemplado.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Tem 15 minutos.

SR. FRANCISCO MARQUES (Presidente do Sintepi) - Então, Senhores, vocês sabem que nosso Sindicato tem travado grandes lutas para que não houvesse a privatização setor elétrico. Apesar das queixas que eram feitas a Cepisa, a Cepisa foi asfixiada por política de governo, a própria política do marco regulatório do setor elétrico.

Eu fui membro do Conselho de Administração da empresa, conheço profundamente o que aconteceu. Mas assim, ao longo da história, a empresa foi se estruturando, foi melhorando. Inclusive não sei se os nobres deputados conhecem que em 1999, 1998 e 2000, a empresa foi duas vezes para o leilão. Na Bolsa de Valores, em janeiro, não apareceu comprador, porque ela tinha realmente uma crise de estrutura energética muito ruim; ela tinha uma estrutura energética muito ruim: muitos problemas e faltava o suporte energético para atender o crescimento da demanda de consumo. De lá para cá - no período que eu fui membro do Conselho de Administração - a empresa se reestruturou, investiu muito em média e alta-tensão, teve investimentos muito grandes, e a partir daí começou a ter o olhar do mercado financeiro.

Bom, faltava-se investir na parte de distribuição de energia. Por conta da intenção de privatização, suspenderam a política de governo. Logo houve aquela questão da medida provisória Nº579, que fez uma mudança na estrutura da Eletrobras, a empresa que era superavitária passou a ser deficitária, a sua fonte de receita da Cepisa, que era a Eletrobras, deixou de ter capacidade de investir nas empresas distribuidoras que eram seis. Só para vocês terem uma ideia, nem um banco privado poderia emprestar para as empresas públicas federalizadas, que eram: Piauí, Alagoas, Amazonas, Rondônia e Acre, seis empresas, e tem Boa Vista também, elas não tinham de onde sobreviver.

E para esclarecer para vocês, o serviço de distribuição de energia, ele não ganha só por que vende energia, de forma nenhuma! O negócio da distribuição é investimento. Então, a empresa é remunerada, a empresa ganha, a empresa tem lucros com os investimentos que ela faz. Tanto é que naquela época, a gente já sabia, que a Equatorial Maranhão deixava para fazer o investimento dela no ano da revisão tarifária. São quatro anos de investimentos, quando dá aqueles quatro anos, a Aneel vai lá e renumera a tarifa. Essa é que é a sacada do negócio de distribuição. A Cepisa começava os quatro anos investindo; já a Equatorial tem o histórico de fazer o investimento no último ano – que é para não ficar com o dinheiro muito tempo parado, entendeu? E aí a governança, a gestão, em dois anos, trocaram dezenove diretores. - Eu fiz

esse questionamento para o Ministro de Minas e Energia, Edson Lobão e ele concordou comigo. E, essa própria política de governança e a própria gestão, levaram a empresa a alguns problemas. O fato é que quanto a Equatorial chegou, a empresa já estava bem estruturada. - Eu fazia parte do Conselho de Administração da empresa, eu fui conselheiro, quatro anos, fui para Brasília conviver com o Ministério de Minas de Energia, com a própria Eletrobras, o Ministério de Planejamento. - E o fato é que se interessaram pela Cepisa, quando ela estava começando a melhorar. E aí o que é que ocorre, logo após, outubro de 2018, a empresa passou para o controle da Equatorial. E, aí com quatro, cinco dias, isso foi no final de semana, na segunda-feira já veio com sete demissões; numa semana, já cem demissões. Eu sei que, hoje, nós já temos mil e oitocentos empregados demitidos, aproximadamente! E o Sindicato começou a questionar e, ainda hoje a empresa demite empregados. O que nós questionamos para a empresa? Primeiro: quem se lembra da privatização na década de 90, no Ceará, Pernambuco, Maranhão, no Pará, lembra muito bem que tinha um recorde de denúncia ao Ministério Público e ao Procon. Qual era o grande problema? É que as empresas quando privatizavam, esvaziavam a reserva técnica que tinham. Os empregados que tinham capacidade de operacionalizar os serviços e passava a terceirizar. Tanto é que o próprio presidente da época, Fernando Henrique Cardoso, refez a lei e passou a exigir que os empregados passem no mínimo dois anos para poder fazer a transferência da reserva técnica. Mas, não foi o que aconteceu com a Equatorial. E aí levantamos um questionamento, quer dizer, mais atrás a lei da privatização, tinha essa preocupação não esvaziar a reserva técnica, visando manter a qualidade de serviço ou não ter uma queda brutal na qualidade de serviço. Então, a Equatorial aproveitou e demitiu os empregados do quadro próprio da área operacional e outros administrativos, ela aproveitou mudou o modelo e a estrutura dela. Ela deixou de atuar no serviço operacional do setor elétrico com quadro próprio e foi terceirizar.

O que nós sabemos a respeito da terceirização na atividade, nós que temos experiência em nível nacional, nós sabemos que essa política de terceirização na atividade-fim, o operacional do setor elétrico das empresas ? É que a terceirização tem uma rotatividade muito grande, em média, segundo o Dieese, que fez um estudo - e esse foi um debate no Senado Federal e na Câmara Federal - de que em média o empregado terceirizado passa em torno de dois anos e meio empregado. Aí você tem uma atividade dessa que não pode sofrer essas mudanças brutais.., - você sabe que o Piauí e Maranhão, são estados extensos, eles têm a dificuldade de acesso, tem os pulos do gato, como a gente chama, aí você pega e terceiriza. - Então, há uma rotatividade aqui. Inclusive, eu soube que chegou, na Equatorial, alguns empregados terceirizados abandonar o serviço e a empresa ficar sem saber o que fazer. Tenho conhecimento, também, que eles já recorreram aos ex-empregados eletricistas da antiga Cepisa, e eles não querem trabalhar na Equatorial, eles estão indo trabalhar nas eólicas, lá no sul do estado, em outras regiões. E, assim, constatamos, por este aspecto, que a qualidade de serviço sofreu bastante: 1 ° Porque o reestabelecimento do fornecimento de energia quando tem qualquer avaria, qualquer problema..., Quando você tem um quadro experiente, um quadro já bem experimentado, ele acontece em pouco tempo. Vou dar um exemplo, o deputado e ex-colega de trabalho - ele pediu conta, agora, recentemente, Wilson Brandão - aquela empresa Indoporte - não era nem bom citar, não - mas ela contratava um pessoal para linha viva, que pegava essa linha aqui da Codevasf, de União, de Miguel Alves, era mil problema. O que é que acontece? Foi a terceirizada. Uma das primeiras empresas terceirizadas para trabalhar em linha viva. O pessoal passou 24 horas para localizar o defeito. Quando não resolveram, chamaram a equipe experiente da Cepisa, da então Cepisa, o cidadão chegou lá e disse assim: rapaz, você não ia encontrar nunca, você botou o finalizador ao contrário. - O finalizador que mostra para onde está o defeito.- O defeito estava para Teresina, e ele botando para rumo de União. Eu sei que o rapaz em menos de uma hora de relógio, reestabeleceu o serviço. Então, estou dando um exemplo, isso não é comum, mas acontece. Então, não é brincadeira você trabalhar num sistema, como é o sistema da Cepisa, que tem seus problemas, mas o maior problema que eu verifico que tem hoje, até por que houve uma reestruturação da empresa, como eu acabei de falar no início, o maior problema é essa questão da mão de obra.

Outro problema que eu posso aqui também citar, que eu tomei conhecimento, é a questão também da redução da equipe de trabalho. Lá na região de Corrente, segundo informação, tinha oito equipes, hoje tem uma ou duas para atender Corrente e Santa Filomena. Então, o cidadão anda duzentos e cinquenta quilômetros para vir e mais duzentos e cinquenta quilômetros para voltar, ele vai trabalhar o quê? Num setor elétrico, num setor de risco desse! Então, eu tenho, inclusive, a estrutura de como é que está o modelo, criaram aí primeiro, eles criaram uns polos; têm duas superintendências: a superintendência de Floriano e a superintendência de Teresina. Essas superintendências cada uma, a região sul tem cinco polos e a região norte tem quatro polos. Eles criaram assim um modelo, que esses polos têm duas ou três, no máximo, regionais e onde tem regional, deputado?

Exatamente onde tem empregado da antiga Cepisa; onde não tem empregado do quadro próprio, não tem regional. Aí os empregados desses municípios menores ficam abandonados, dependendo de uma regional que fica bem distante. Então, esse modelo - que eu acho que isso vai contribuir com a investigação de vocês, eu estou só colocando alguns pontos. Claro, que eu não tenho aqui detalhes, mas esse modelo que a Equatorial tem e, inclusive, agora, eles colocaram, nós indagamos e questionamos, estão dizendo que estão fazendo estudos para reprimarizar os serviços, porque a rotatividade dessa atividade..., Eles têm

colocado para a empresa o seguinte: olha, vocês trabalham com serviços do setor elétrico: cadê a segurança energética dentro do setor elétrico do Piauí? Essa rotatividade de mão de obra de vocês, isso vai trazer um prejuízo enorme para a sociedade! E aí tem o terceirizado também que frauda a empresa, que não está nem aí - temos conhecimento que dizem: "— rapaz, tanto faz ficar aqui, como não ficar." Porque são altamente explorados. E eles estão, agora, inclusive, negociando com os sindicatos essa questão da reprimarização em outros grupos, que nem o grupo Equatorial, grupo (inaudível) já tem praticamente primarização toda a área operacional na região da Bahia, Pernambuco, uma parte de São Paulo e a região Nordeste já tem primarização.

Então, eu acho que essa Assembleia aqui, para finalizar, ela deve procurar primeiro, eu tenho como sugestão, deputado, o seguinte, nós temos aqui a Agrespi - Agência de Regulação e Fiscalização de Serviços Públicos, delegado ao Estado do Piauí. Então o que é que eu sugiro? Que bote a CT para funcionar, porque tanto ela vai fiscalizar os serviços de saneamento básico, que nós discutimos aqui a questão da qualidade de serviços do Piauí e, especificamente, da Agespisa, como também, setor elétrico. Quer dizer, se hoje tivesse uma agência, a agência ia saber detalhadamente os problemas de rede.

Outra sugestão, além da Agrespi, promotorias públicas do interior, a quantidade de demanda de reclamações, vocês podem fazer esse levantamento. Aqui no caso, o Procon de Teresina, como no interior do estado não tem Procon, tem as promotorias e as rádios comunitárias. Aí vocês vão entender o porquê do Sindicato colocar essa preocupação, porque temos o conhecimento de que uma cidade que aqui, "Pastores", passou quatro meses sem energia elétrica por conta da queda de um poste – A informação que eu tenho.

Teve uma audiência pública na Câmara Municipal e depois dessa audiência, as alegações que foram feitas antes, foram superadas, foram lá e resolveram. Então, precisa se fazer questionamentos, precisa se criar problemas para a empresa, levar para as autoridades resolver o problema. Quatro meses, a cidade de Pastores, aqui, do Estado do Piauí. - Inclusive, tem até um deputado que parece que é dessa região. - Entre outras, falta de energia que temos conhecimento.

Nosso sindicato, dos próprios companheiros que trabalham na empresa. Agora, o que eles alegam a princípio? — Rapaz, não tem equipe, uma equipe que era para atender uma regional, está atendendo duas, três.

A empresa colocou para o Sindicato, assim que nós sentamos com ela, que o maior objetivo dela, o maior valor dela era a obstinação pelo lucro! E vocês sabem, que na época que era empresa pública, era a satisfação do consumidor. Isso era colocado, inclusive, nos nossos murais, pela empresa, era a satisfação do consumidor. Olha, como inverteu os valores! E nós do Sindicato temos questionado, que energia elétrica e saneamento são essenciais ao desenvolvimento socioeconômico de qualquer estado, município ou nação. Essenciais, não são commodities, não devem ser tratados como mercadoria. Então, fizemos esse questionamento, eu sei que passou por todos os órgãos de competência do Estado. No caso, a Assembleia legislativa, não coube, porque era uma empresa federalizada. O Sindicato tem intencionado muito essa questão: primeiro, o índice de demissão é abrupto; a terceirização da atividade fim operacional e a rotatividade de mão de obra que tem dentro da empresa. Inclusive, o quadro próprio de vez em quando é surpreendido quase toda semana: demitiram mais um, demitiram mais um! E nós temos dito, por que a empresa não faz a transferência de conhecimento? Tem também os postos de atendimentos que foram extintos, os postos de atendimento que fazem parte da qualidade de serviços, que foram extintos, muito deles que ficam atendendo em farmácias, em comércio. Mas quem é quem atende, é algum empregado desse ambiente que está preparado, que conhece como que é? Então, são essas coisas que acho que a Assembleia tem.

Eu quero, para finalizar, parabenizar a iniciativa da Assembleia Legislativa, na pessoa do deputado Evaldo Gomes, que fez o requerimento desta CPI; também o relator, deputado Nerinho. - Eu até recebi um documento que você era o presidente e ele era o relator, mas como ele é o autor, como é que diz, Conflito de Interesse. Vamos lá! Então, assim, eu acho que é muito importante nós sabermos.

Outra coisa, a questão da tarifa de energia. Olha, eu vi aqui, por alto..., - eu vou pedir ao menino do Dieese para fazer esse estudo para mim, de quanto que deu a tarefa de energia.- Já cerca de 60, 70% da tarifa de energia subiu no Piauí. E, ao mesmo tempo, a empresa está aí batendo record de lucro. Primeiro que eles disseram lá que não tem dono. Lá é um fundo de investimento. A Equatorial Piauí não é a Cepisa, que era uma empresa, que tinha um acionista majoritário que traçava as diretrizes, que dá não! Tem uma governança lá formada pelo Conselho de Administração e uma diretoria corporativa e nos estados as diretorias locais. Então lá, assim, o modelo dela é assim não sei como. E eles dizem: olha, é um fundo de investimento, é a Blackrock, a Squadra Investimento, a Opportunity tem uma parte lá, não sei quem mais, muitos políticos, até autoridades do Judiciário tem ações nessas empresas e o povo pagando por isso. Essa é uma questão que nós temos que ter. E, dizer que o estudos que o Dieese fez em nível nacional e internacional, o Brasil é um dos poucos países que tem privatização do setor elétrico, um dos poucos! Você vê que a Eletrobras foi entregue, através de um dos modelos, tem três: capitalização, a concessão, venda e PPPs, aí eles fizeram a capitalização. Então, assim, há uma preocupação com soberania nacional, porque já pensou o empresário ficar insatisfeito com alguma coisa e dizer: rapaz, pois nós não vamos investir. Já tivemos vários blackout no setor elétrico, como também já quebraram vários bancos, vocês viram agora a Americanas e a própria Oi. Então, é assim, é uma coisa que hoje estamos numa

época que não dá mais para acreditar que a solução... A solução é profissionalizar, é ser técnico, é se preocupar com o objetivo da empresa.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Gostaria que concluísse, tem dois minutos pra concluir.

SR. FRANCISCO MARQUES (Sintepi) - Então, concluindo, eu quero, ao final, saudar a todos que estão presentes, e dizer que esta entidade continua disponível para contribuir. Nós vamos fazer um estudo mais minucioso sobre a...- eu até pedi para os meus colegas para fazer um estudo sobre a falta de energia no estado todo, temos como visitar todas regionais, fazendo pesquisas nas rádios comunitárias, nos Procons. Se vocês fizerem isso irão ver, vão fazer um relatório para ver a quantidade de reclamação que tem. Como o Ceará, que fez, o Governo Federal, na época em 2014, mudar a lei, porque na hora que o pessoal chegou lá pegaram e esvaziaram a empresa da reserva técnica e botaram tudo novo. Aí foi um caos. Ele ele refez a lei federal dizendo que, no mínimo, tinha que passar dois anos para que houvesse a transferência do conhecimento das pessoas que já trabalhavam na empresa. Então, é isso.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Temos previsto para falar a deputada Gracinha Mão Santa, o titular desta CPI, e temos algumas perguntas de deputados e alguns questionamentos. Eu quero aproveitar para fazermos um bloco de três deputados para que nosso depoente dê suas respostas. Ele tem 15 minutos para dar suas respostas. Eu quero já fazer três perguntas bem rápidas: Se ele tem conhecimento do lucro da empresa, já que ele, dá muito mais lucro do que a qualidade do serviço, o número de servidores atuais da empresa e se ele tem conhecimento do contrato da compra da Cepisa pela Equatorial.?

Com a palavra, o deputado Gessivaldo Isaías.

SR. GESSIVALDO ISAÍAS (Republicanos) - Deputado Evaldo Gomes, presidente desta CPI; Deputado Nerinho, relator; cumprimento a todos os parlamentares presentes nesta reunião, a nossa deputada parnaibana, Gracinha.

Gostaria de perguntar ao Presidente do Sindicato, pelo seu conhecimento: quais as regiões que o senhor falou - porque têm umas que são mais assistidas, outras menos assistidas? Então, vai contribuir muito com a CPI. Quais as regiões do Piauí que estão menos assistidas por profissionais? Qual a região tem menos recursos públicos? O Sindicato tem esses dados disponíveis em relação a essa situação, que possam ser fornecidos a essa CPI? E a título de esclarecimento, quais são os órgãos que fiscalizam a prestação de serviços pela Equatorial?

São essas as perguntas.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Agora, Deputado Wilson Brandão.

SR. WILSON BRANDÃO (Progressistas) - Senhor Presidente, Senhores deputados, membros do Sintepi, Sindicato que – por muitos anos - estivemos filiados como engenheiros da Cepisa, e os companheiros na pessoa de Marques e de Carlos Alberto, que trabalhamos juntos na manutenção da subestação e instruções da empresa.

Senhor Presidente, tem duas "siglazinhas" pequenas que todos do Sindicato conhecem, que eu queria que V. Exa. e o deputado Nerinho, como relator, observassem ao longo dessa CPI: DEC e FEC. Ele sabe o que é isso aqui, DEC - Duração de tempo em que o consumidor ficou desligado, depois de terminar assim em três minutos, a duração que reclamou para empresa Equatorial e passou meia hora desligado, passou 40 minutos, passou 15 minutos, tempo de duração. A empresa é obrigada a estar sempre fornecendo para a ANEEL esses dados da empresa. E o FEC é a frequência, quantas vezes você, sua unidade consumidora ficou desligada ao mês, em um período chuvoso e tal. Esses dois dados qualificam muito a empresa de energia elétrica no Brasil, em questão de distribuição. Precisamos, nessa CPI, saber e solicitar à empresa o histórico dos DECs e dos FECs ao longo dos anos, para saber se no período em que a Equatorial assumiu a empresa, a partir 2018, se melhorou ou piorou esses índices. São índices que são considerados fundamentais na qualificação da empresa junto ao setor elétrico de distribuição.

Então, queria fundamentar, não é nem uma pergunta, mas deixar registrada a importância desses dois índices para que a empresa, depois – ou através de documento, ou através da presença de alguém da empresa - possa fornecer o histórico desses índices ao longo dos últimos 15 anos, dos últimos 20 anos, como também as perdas de energia, o que a empresa está perdendo de energia. Quanto maior a perda de energia, menor a qualidade da empresa no fornecimento de energia. Então, são dados técnicos importantes que temos que averiguar ao longo dessa CPI.

Da mesma forma, como foi colocado pelo Sindicato, precisamos nos preocupar, que a empresa privada, às vezes, não se preocupa, ela só se preocupa com o lucro, com a qualidade, com a qualificação dos servidores.

Agora há pouco, eu conversava com o companheiro Carlos Alberto, que ainda hoje está na Cepisa também, que é do Sindicato, senão já estava fora, não é Carlos Alberto, e ele me dizia que, em 2018, a empresa tinha 1900 servidores; desses, 1150 concursados e praticamente todos, ele não estão mais lá, foram colocados para fora. Ou seja, um servidor concursado pela Eletrobras, na época, era, com certeza, qualificado, era um emprego público federal, ele estudou para passar num concurso, tinha qualificação, está praticamente sendo demitido da empresa. Então, saber o que ficou da reserva intelectual, o que ficou da qualificação desses servidores da empresa, se a mesma mandou embora e contratou outros por 1/3 do salário. Temos que saber também o nível salarial que era pago no passado e o que é pago hoje, vale também para o bom empregado e para o empregado ruim. Então, esses questionamentos vão ser aprofundados ao longo da CPI. Mas, de qualquer forma, relatórios virão, serão enriquecedores para a população do Piauí.

Obrigado!

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Não tenho dúvida, deputado, V.Exa. tem muito a contribuir nesta CPI, ex-servidor da Cepisa, é um servidor da Cepisa, agora desligou, acho que V. Exa. tem muito a contribuir.

SR. WILSON BRANDÃO (Progressistas) - Com certeza, deputado Evaldo, os pedidos solicitados pelo deputado Gessivaldo, ele fez um requerimento verbal para que seja anexado esses dados, serão..

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Justamente, deputado, temos só que fazer o registro e solicitar ao deputado Gil Carlos, que presidiu essa reunião. Quero lembrar aos deputados presentes que esta reunião está sendo transmitida ao vivo pela TV Assembleia.

Como temos aqui três deputados que fizeram perguntas e questionamentos, passamos a palavra, agora, para o Senhor Francisco Marques.

SR. FRANCISCO MARQUES (Presidente do Sintepi) - Vou iniciar respondendo ao deputado Evaldo Gomes. Ele perguntou qual o lucro da Equatorial? Primeiro, quero dar um esclarecimento, antes de informar: a Equatorial recebeu a Cepisa limpa, zerada de dívidas, zerada! Ouvi algumas entrevistas do ex-presidente colocando lá que... olha, a Equatorial já pagou não sei quantos milhões e não sei o quê e tal.... Tinham uns investimentos de dívida de longo prazo, que na hora de vender se fazia em *finite*, isso você faz para carro, é como se você compra um carro - dando esse exemplo - você comprou o carro em 36 meses, pagou em 20, quando vai quita, você desconta o que já pagou. Então, esses empréstimos, ou as dívidas que a Cepisa tinha, entrou no negócio. E como foi feito no conjunto de empregos, ela saiu por 45 mil reais, 45 mil, 50, o valor correto 45 mil reais. Tiveram prejuízos e terminou dando prejuízo para o Piauí também, para o povo que paga conta. Então, assim, ela comprou limpa. No primeiro ano, ela teve um lucro, 2019, 2020, Em 2018 era final do ano já, final de outubro, dia 18 de outubro de 2018, mas em 2019 ela teve um lucro de quase 400 mil reais. De lá para cá, ela já chegou a mais de um milhão. Não tenho esses detalhes, mas posso fazer um estudo. Chegamos no ano de 2021, ela chegou a um milhão e pouco, e este ano, tem o balanço...

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Esse lucro é mensal?

SR. FRANCISCO MARQUES (Presidente do Sintepi) - É anual o lucro. No caso, na época da Cepisa tinha ano que dava prejuízo e ano que dava lucro. Mas era muito mais questão de jogo contábil. Por exemplo, quando a empresa deu um lucro de 140 milhões de reais; no ano seguinte, ela deu um prejuízo, porque eles pegaram esse *finite* de débito lá e anteciparam e levaram a *price* , *que* tem uma filosofia americana, quer dizer, vinham mudando as regras e ia aparecendo essa oscilação de lucro e débito, depende de como se quer encarar o balanço.

Mas, o fato é assim, nós vamos fazer uma pesquisa direitinho, vamos, inclusive, contatar o Dieese para fazer uma pesquisa, pegar esses balanços da Equatorial para vermos a questão do lucro precisamente dos últimos anos da Equatorial. Eu sei que passa de um milhão de reais. É um bilhão, é um bilhão, não é um milhão não! Desculpem, muito bem, Carlos Alberto! Rapaz, eu ando meio assim, é por causa de uma medicação que tomei, mas de um bilhão, verdade!

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Um milhão é mensal.

SR. FRANCISCO MARQUES (Presidente do Sintepi) - Nos 400 mil também é 400 milhões, que eu coloquei, viu? Então, mais de 1 bilhão de reais.

Número de servidores: olha, fazemos aqui a estimativa, porque a coisa foi muito bem combinada: o Governo Federal, na época de Temer, fez uma reforma trabalhista que criou a obrigação da empresa, ou dos trabalhadores, de fazer a homologação da rescisão de contrato. Então, para quem tinha esse controle, então, assim, o modelo já foi para isolar o sindicato sobre o que poderia acontecer no futuro, a ponte do futuro, essa ponte foi muito bem-feita. Quer dizer,nós não temos a certeza,temos essa estimativa de que a empresa demitiu cerca 1800 empregados, na época tinha quase 2000 empregados, 1800, por isso, comecei colocando isso no início. Podemos também apurar, inclusive, já fiz esse questionamento, porque eles não dizem, disseram que vão dizer, vamos ver com a própria empresa.

O contrato: se o contrato for um ilícito? Nós temos mais de 30 ações em relação ao processo de privatização. Foi um processo atropelado mesmo! Para vocês terem uma ideia, na audiência que fizemos aqui, naquele negócio do comércio ali, Carlos Alberto, na rua 13 de maio, lá o cidadão que veio do Rio de Janeiro, da Eletrobras, participar da audiência, ele chegou aqui - nós Fizemos um movimento muito forte - ele viajou cinco horas, a audiência terminou às 20 horas e ele botou que tinha assinado. Fomos ao aeroporto, pegamos a empresa aérea, o cidadão já estava no Rio de Janeiro, porque foi um voo direto, são 3 horas daqui para o Rio, direto. E aí eu disse: rapaz, como é que você assinou isso aqui, você está dizendo que participou da audiência pública, que atrasamos a audiência e ele ia perder o voo, mas, mesmo assim, levaram para lá e deram um "jeitinho" e terminou.. e outras questões mais que foram... então, na nossa concepção, o contrato tem alguns vícios no processo de privatização.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Só para reforçar a pergunta, eram 2000 mil servidores na época da Cepisa, e foram demitidos os 2000?

SR. FRANCISCO MARQUES (Presidente do Sintepi) - Na verdade, na época em que perguntei eram 1986 empregados.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Da Eletrobras? Foram demitidos todos?

SR. FRANCISCO MARQUES (Presidente do Sintepi) - O gerente de Recursos Humanos, Valdo Henrique, eu perguntei a ele, que me deu esse valor preciso, 1986 empregados. Eu digo cerca de 2000 para

não ser muito preciso, mas é por aí. Então, a empresa já demitiu cerca de 1800 empregados, não temos precisamente esse controle, porque com a reforma trabalhista de 2017, e a empresa foi privatizada logo, em 2018, e depois dessa privatização já tinha essa lei que não obriga a homologação pelo sindicato e perdemos um pouco do controle, mas temos essa ideia, que tem... Eles estão falando em reprimarizar. Fizeram uma jogada que é o seguinte: vamos tirar esse pessoal que está custando caro para empresa, dar um tempo na terceirização e depois reprimarizamos com um valor menor. Tanto é que eles iniciaram agora um acordo com o Maranhão e Pará criando o piso de R$1800/1900 alegando que estão pensando em reprimarizar o serviço. Então, eles sempre trabalham visando à economia e aumento de receita. Eles trabalham com esses dois vetores: diminuir custos e aumentar receita. Aqui, no Piauí, eles já conversaram conosco e vão vir para cima da gente, o nosso piso aqui R$1800 e pouco. Não tenho aqui o valor preciso, porque não estou com o acordo, mas é em torno de R$ 1800 e pouco e eles já estão sinalizando, também sobre o pretexto de primarizar. Então, as terceirizadas da empresa têm o salário correspondente a cerca de 30%, 40%, isso aí foi até um estudo do Dieese, que aqui não é diferente, entendeu? O empregado do quadro próprio, na mesma atividade, ganha três vezes mais do que o do quadro terceirizado. Isso desestimula, inclusive, as pessoas terceirizadas de trabalhar. O ticket-alimentação, por exemplo, da empresa pública, é em torno de mil e poucos reais, o do terceirizado é 290 reais. Uma diferença enorme entre os benefícios e os direitos que os empregados do próprio quadro tem, e os terceirizados.

Em relação a outra pergunta, quais as regiões menos assistidas por profissionais? Olha, temos informações de que a região sul tem sido uma das mais prejudicadas. Mas, em todas as regionais, teve baixa de empregados, teve demissões de empregados do quadro e a terceirização não tem correspondido, tanto é que a empresa, agora, está querendo rever, porque a rotatividade é muito alta e tem os dias.., no setor elétrico, você tem que ter segurança jurídica, ele é um setor de alto risco, de muita complexidade e de grande relevância para o desenvolvimento do estado, desenvolvimento socioeconômico do estado. Então, você não pode estar brincando com energia elétrica, porque pode trazer um prejuízo. Não sei se vocês lembram dos apagões que tiveram no litoral, uns três apagões já tiveram lá, teve um com doze horas, teve outro com mais horas, teve apagão aqui em Teresina, de três dias. Eu tenho esses dados tudo aqui, eu estou só colocando, depois você pode ver em detalhes. Então, assim, tudo por conta disso. Agora, por que esse apagão demora tanto? Eu já expliquei no início, você reduz a mão de obra e piora a qualidade de serviço, quando você bota profissionais que não estão bem qualificados, não estão bem treinados; deles que não conhece nem o sistema direito. Mas a empresa bota lá para dizer: vai lá. O que era para resolver o problema em uma hora, ele resolve em três, quatro horas no dia. Como você tem o caso da Incoposte que foi multada em um mês de salário. Uma fatura dela foi multada por isso, na época da Cepisa. Tem informação também que essas terceirizadas são da Equatorial, nós temos informações disso. É bom apurar melhor, direitinho.

Então, assim, acredito que a região sul, deputado, seja a menos assistida. Isso não quer dizer que na região norte, nas duas superintendências, norte e sul. O norte é comandada por Teresina e a sul por Floriano. Eu acredito que nelas, todas as duas, têm bastante deficiência ou insuficiência de equipes. Eu tenho alguns dados aqui que na região de Corrente tinha oito equipes e hoje tem uma, inclusive para atender outros lugares que não era atendida por ela. Então, isso vai desestruturando a capacidade de reestabelecimento de fornecimento de energia em tempo hábil. Depois vamos detalhar em um documento melhor, isso aí.

Quais os órgãos que fiscalizam a Equatorial? Pela legislação é a Aneel. Mas, só que tem um fator que eu acho que o deputado não lembra, ou pode até não saber, que quando a Cepisa e as demais empresas foram vendidas, no edital de venda ficou definido lá que essas empresas iam passar oito anos sem fiscalização e sem ser passivo de punição. A Cepisa punia de vez em quando, inclusive com multas, multas caras, teve um ano em uma empresa pagou mais de 100 milhões de reais de multa, acumulou. Então, a Equatorial, 2018, agora até outubro de 2023 está isenta de fiscalização e de qualquer tipo de punição. Isso foi um absurdo, na época, porque o Governo Federal, o Temer, ele deu carta branca para as empresas. Acho que querendo atrair o capital privado, ele deixou a empresa bem à vontade. "Vão lá, vocês estão pegando aí, e vocês fiquem à vontade, durante oito anos, vocês não vão ter..." E pode ser um dos motivos, agora a empresa está preocupada em primarizar e agora que está caindo a ficha. Agora, ela está preocupada em dar satisfação para a Aneel, quanto a essa questão da qualidade de serviço, porque se ela tinha oito anos para ficar bem à vontade nos estados que foram privatizados, a distribuidora, sem nenhum tipo de controle, fiscalização e regulação, então, isso é uma coisa que eu achei um absurdo!

Bom, mas eu acho que essa ideia da Agrespi, agência do estado, vai ter um papel importante porque pode também trabalhar.

A Aneel não é um órgão bom para estarmos pegando parâmetro do DEC e FEC do Wilson Brandão.,já entrando aqui na questão do DEC e FEC: não é parâmetro, sabe por quê? Porque eles têm uma jogada nessa definição do DEC e FEC, que é a frequência de desligamentos e a duração que passa o desligamento. Aqui no Maranhão, por exemplo, só porque era empresa privada, a Aneel dá um expurgo de trinta e oito horas mês para Cemar; a Cepisa era em torno de quatorze, quinze o expurgo. Quer dizer, considerando o seguinte: ah, mas no Maranhão, a Cemar para resolver um problema de energia, ele vai ter um expurgo de trinta e oito horas. O Piauí vai ter só quinze.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Gostaria que concluísse. Tem um minuto para concluir.

SR. FRANCISCO MARQUES (Presidente do Sintepi) - Então, é muito difícil, mas podemos ver qual o DEC e o FEC da Aneel. Não propomos isso como parâmetro não, porque a empresa maquia.

Olha, temos conhecimento de que aqui no setor de operação, a empresa estava toda meia noite zerando a falta de energia e no outro dia, começava; aí no dia que resolvia, ia dar o quê? No máximo doze horas de falta de energia. - foi gente lá de dentro que colocou isso para nós. - Quer dizer, não contava corrido. Todo dia zerava. A Aneel vai registrar o quê? O que a empresa informa. Você sabe que a Aneel é formada por quem, né?! Por isso que digo que a Agrespi tem um papel importante.

Sobre as perdas – acredito que tenha diminuído bastante, eles investem muito naquilo que pode lhes trazer dinheiro.

Qual é a reserva intelectual? Acho que a reserva intelectual da empresa praticamente não tem mais. Ela pode ter nova reserva intelectual, pessoas novas. Acredito que tenham pessoas competentes hoje dentro da Equatorial, só que não na mesma dimensão que tínhamos anteriormente, porque quem demite praticamente 80% do seu quadro de pessoal, não pode ter uma reserva técnica que venha lidando com esse serviço aqui há muitos anos. Mas assim, ela deve ter botado alguns. O fato é que estamos diante de um problema, que tem que fazer um levantamento, um diagnóstico dessa falta de energia; um levantamento a partir das Promotorias, dos Procons, das rádios comunitárias, em todas as regionais e conversar com os empregados. Dessa forma, detectaremos realmente o que está acontecendo na Equatorial. Estamos aqui com o objetivo de tentar melhorar, e o que estamos falando aqui não é novidade para a Equatorial. Agora mesmo, quando fomos aprovar a pauta do acordo coletivo dentro da empresa, colocamos essa questão da rotatividade da mão de obra.

Muito obrigado!

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Temos mais três deputados inscritos para fazer questionamentos e perguntas, depois, o Senhor Francisco virá responder.

Com a palavra a deputada Simone Pereira.

SRA. SIMONE PEREIRA (MDB) - Bom dia a todos! Bom dia, Senhor Presidente! Bom dia, nosso relator!

O Senhor Francisco colocou que, durante o exercício de 2021, a empresa teve um lucro que superou 1 bilhão de reais. A pergunta é: o Senhor tem conhecimento se a empresa tem um cronograma de investimento no Estado do Piauí? E se tem, esse cronograma tem sido, de fato, executado?

E a outra pergunta: sabemos que no período chuvoso temos muitos problemas de falta de energia, mas temos um outro problema que, hoje, está, inclusive, sendo judicializado, a questão de alguns acidentes que, às vezes, levam até a morte. Então, quero saber se o Senhor tem conhecimento que dentro do período chuvoso - ou mesmo fora dele - o material elétrico dos postes pode ocasionar alguns riscos à vida, tanto dos funcionários, quanto da sociedade em geral? A princípio seriam essas duas perguntas que gostaria de ter uma resposta.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Com a palavra, a deputada Gracinha Mão Santa.

SRA. GRACINHA MÃO SANTA (PP) - Cumprimento a todos, em nome do presidente da Comissão, deputado Evaldo, e para não nos alongarmos muito, vamos para as perguntas ao Senhor Francisco Marques, presidente do Sindicato dos Urbanitários.

Algumas perguntas já foram respondidas aos nossos colegas, mas queríamos saber sobre algo que ficou uma lacuna.

O senhor sabe nos dizer sobre esses apagões - que são recorrentes e o próprio consumidor tem muita dificuldade de obter resposta quando liga, principalmente os da planície do litorânea, nós sofremos muito isso, sobretudo na cidade de Luís Correia quando há turistas. - E nós sabemos que falta investimento. A questão do lucro, como ele bem citou aqui, que diminui as equipes, muitas vezes terceiriza com poucos carros, não faz com se utilize humanos como também a equipe de apoio, como as equipes de transporte, e você não tem a quem se dirigir... Você simplesmente vai para aquele 0800- que é um inferno - que não se tem resposta e os prazos nunca são cumpridos. Só que nós vimos que os apagões também decorrem diretamente, eu diria, daquele recondutoramento de rede que falta nas principais cidades, sobretudo nas redes mais antigas, porque há sempre o aumento da população.

A Equatorial não vem em local nenhum cumprindo prazos e nem dá datas e o contrato, pelo que eu vi, não pode ser punido. Então, isso já nos deixa desanimados. Consegue-se ainda algumas coisas com os órgãos municipais, pois eles também podem entrar, por que podem ir diretamente mesmo não contemplando, por exemplo: Parnaíba tem a Aserpa, sempre consegue algo, mas os municípios menores, que não têm agência reguladora e que não têm Cosipi para suprir o mau serviço que a Equatorial faz, não conseguem. Aqui, deputado Evaldo, nós temos que deixar claro também na nossa pesquisa que o consumidor paga na forma de Cosipi; só que a Cosipi é dividida em obrigações do município e obrigações da Equatorial e muitos pensam, às vezes, que não, por isso vão direto às prefeituras. Aí você imagina aquelas prefeituras pequenininhas, que tem uma Cosipi bem pequena, e que a Equatorial ainda trata tão mal os seus consumidores. E, pior, ela visa lucro de fato, ela não leva quando amplia, quando não traz lucro. Você pede ampliações de redes em zonas rurais importantes ou em bairros um pouco mais afastados, com população maiores, como o investimento da verba é maior, ou a prefeitura faz, ou você consegue alguma emenda, mas a Equatorial simplesmente dá o calado como reposta ao consumidor. E se uns já têm, é porque são

gambiarras. A maior promessa da Equatorial quando começou foi: vamos zerar as gambiarras. Em todos os municípios ficou todo mundo pensando assim: "Como agora vão querer lucro, não vão querer gambiarra, porque há perdas", mas não vimos isso na prática. Apenas iniciaram, mas deixaram e também não dão esse retorno para o município. O contrato tem que ter cláusulas objetivas - sobre o seu conhecimento - sobre as obrigações reais, ou também as obrigações, eles deixaram de uma forma vaga, sem botar percentual de investimento, de reinvestimento, de manutenção, de limpeza dos fios e ainda não pode ser punido. Está tudo bem vago no contrato.? Como não tivemos acesso ao contrato, temos umas dificuldades, porque até deveria estar no Portal da Transparência da Equatorial. Eu acho que uma exigência que podemos fazer como Casa Legislativa é que ele ficasse disponível para o consumidor e para o Procon, porque é quem ainda pode tentar alguma coisa.

Então, nós queríamos que você respondesse também essa questão, se o senhor tem conhecimento dos recondutoramentos de rede nas cidades, porque Parnaíba, que é uma cidade de um porte grande, a segunda maior cidade, nos principais bairros, nos mais antigos, a energia sempre cai. Para você ter ideia, o Hospital Nossa Senhora de Fátima, o Pronto Socorro, fica em Nova Parnaíba, que é um dos bairros que mais tem apagão, mesmo tendo hospital e pronto socorro.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Concluiu, deputada? Com a palavra o deputado Nerinho, nosso relator.

SR. NERINHO (PT) - Eu queria primeiro pedir permissão ao nosso presidente as perguntas, eu vou ter mais de três, certo. Já foram feitas várias perguntas aqui, perguntas pertinentes, que já começaram a esclarecer e, esse é o verdadeiro objetivo de uma CPI. Confesso que, nesta nossa primeira audiência, eu não tinha a convicção de que seria tão esclarecedora como está sendo. Parabéns ao presidente e a toda a equipe que veio aqui. Nós estamos começando uma CPI que, graças à Deus, já nos forneceu um leque de informações que serão preciosas para o nosso relatório futuro.

Foi falado aqui do quadro de funcionários, eu queria saber a primeira coisa: qual é o quadro de terceirizados, se possível, hoje? Diziam que na antiga Cepisa eram mais de dois mil, hoje, qual é o quadro de terceirizados?

Você falou no percentual de tarifa de energia que subiu de 60% a 70%. Eu quero saber em qual tempo foi isso, foi além da inflação ou com a correção da inflação? Para que tenhamos uma ideia.

Eu andei pesquisando, a nossa equipe jurídica, que há um fundo que assessora, cuida, dirige a Equatorial, hoje. Vocês têm conhecimento desse fundo Vinci Partners? Qual o percentual de acidente de trabalho? Uma vez que nós temos a convicção de que os antigos profissionais da Cepisa eram muito mais preparados. E hoje tudo está nas mãos dos terceirizados. Vocês têm uma dimensão da quantidade de acidentes que acontecem atualmente, um comparativo? E, também, quando era na antiga Cepisa? Qual era o tempo de resposta para resolver os problemas e qual o tempo de resposta para ser resolvido, hoje, na Equatorial? Se tem como fazer esse comparativo?

Eram essas as minhas perguntas, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Agora, passamos a palavra para o Sr. Francisco Marques.

Lembrando aos deputados que não temos mais nenhum inscrito, passamos ouvir o Sr. Francisco, ele terá o tempo de 15 a 20 minutos para responder e esclarecer as dúvidas dos deputados.

SR. NERINHO (PT) - Sr. Presidente, só uma questão de ordem

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Pois não, deputado.

SR. NERINHO (PT) - Eu queria só pedir aqui a sua colaboração, Sr. Francisco, pois nós vamos precisar de Vossa Senhoria no decorrer desta nossa CPI. Então, nossa equipe, nossa assessoria sempre vai entrar em contato com Vossa Senhoria, a título de informação, e nós queríamos muito a sua colaboração neste sentido.

Muito obrigado!

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Inclusive, se possível, que Vossa Senhoria colabore conosco e encaminhe essas informações por escrito para a CPI, porque será de grande importância para o relatório final.

Com a palavra o Sr. Francisco, por 15 a 20 minutos.

SR. FRANCISCO MARQUES (Presidente do Sintepi) - Eu queria dar alguns esclarecimentos a respeito do acompanhamento do Sindicato, dos dados da empresa. A princípio, eu queria dizer a vocês que a empresa é fechada. Você vai no site da empresa e procura conversar com eles sobre a empresa... - É uma das queixas que deixamos aqui – nós temos lutado para conhecer melhor a empresa e eles se fecham sob a alegação da questão estratégica. Não! é um assunto estratégico da empresa!". Aí fica aquela coisa. O fato da Equatorial e outros grupos pertencerem a Bolsa de Valores, seus empenhos de investimentos terem suas ações no mercado, variando de acordo com a repercussão positiva e negativa das empresas, têm feito com que a empresa esconda o máximo possível as coisas negativas dela. É preciso que vocês entendam isso, parece que ela tem um certo amparo legal nesse aspecto. Então, nós temos uma limitação muito grande para obter a relação da quantidade do quadro próprio terceirizado, mas até agora não deram, e nós temos cobrado isso há muito tempo.

Verei aqui em que eu posso contribuir. Em relação à pergunta da primeira deputada, sobre o cronograma de investimentos, na verdade, nós temos conhecimento de que a empresa não tem cumprido seu cronograma de investimentos, conforme pessoas de dentro da empresa nos informaram.

Recentemente saiu um *marketing* da Equatorial na televisão e um companheiro disse assim: "Olha, a empresa está gastando um milhão, 900 mil,

em propagandas e não investiu nem a metade disso aqui no setor elétrico". Então, eu vou apurar direitinho, ver essa questão dos investimentos, porque a Equatorial vive de *marketing*. Ela aparenta uma coisa, mas tem que se ver o fundo de verdade que tem nisso. Nós vamos ver essa questão de investimentos dela. A informação que tenho é que ela não está realizando os investimentos necessários.

Sobre os apagões, as dificuldades para reclamação à empresa....

Deputada Gracinha Mão Santa, V. Exa. conhece a dona Marinese? Eu não sabia nem que era ela não. Minha esposa trabalhou muitos anos com ela na secretaria. Ah, elas são irmãs.

Então, vamos lá! Sobre os apagões e as dificuldades para reclamação à empresa. É o seguinte, a empresa acabou com todos os escritórios de atendimento que existiam e criou um *call center* que funciona lá em Imperatriz, no Maranhão. Aí você está lá em Parnaíba, está em outro lugar e tem que ligar para lá. Agora você imagina que já atende o Maranhão, não sei quantas empresas e vai atender o Piauí. Então, isso já criou uma série de dificuldades. Quanto ao restabelecimento do fornecimento de energia, é questão da deficiência mesmo, de mão de obra e da qualificação profissional, infelizmente, de alguns trabalhadores. Com todo o respeito que temos aos trabalhadores, mas sabemos que eles são vítimas nesse processo, nesse modelo.

Em relação ao suporte energético, eu acredito que hoje a Equatorial Piauí tem um milhão e quatrocentos mil, varia. De ontem para hoje, já aumentou mais dois mil. São mais de um milhão e quatrocentos consumidores, de unidades consumidoras, em 224 municípios do Piauí. Então, se ela não tiver uma preocupação de fazer uma divisão adequada, vai acontecer o que está acontecendo lá na região sul: ela pega uma pessoa de uma equipe que tinham oito; então, agora só uma para atender mais. A empresa diminui a equipe e com isso aumenta o serviço para a equipe menor. Ela pega uma pessoa de Corrente e joga para atender em Santa Filomena – 250 quilômetros para ir e 250 quilômetros para voltar. Quando esse rapaz vai fazer um trabalho lá, ele vai atender muito pouco. Não sei nem se ele não vai sofrer um acidente lá.

Então, vamos lá! A empresa precisa investir mais em infraestrutura; não só no suporte energético, mas também na formação de suas equipes, na estrutura de atendimento direto, porque o grande problema, hoje, é esse da cidade pequena, é a demora para o restabelecimento. Você sabe que o Piauí e o Maranhão....

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Sr. Francisco, permita-me, Vossa Senhoria está tratando de uma tema que me gerou uma dúvida. Tivemos informação, por parte do presidente da atual da Equatorial, que teve uma passagem bem rápida aqui na Casa, de que lá dentro da sede da Equatorial funciona um *call center*, para a comunicação com a população. Você tem conhecimento dessa informação?

SR. FRANCISCO MARQUES (Presidente do SINTEPI) - Ah, agora V. Exa. fez-me lembrar que recentemente, instalaram mesmo aqui, mas até o ano passado, ano retrasado, era no Maranhão. É, realmente tem. Fizeram um *call center* aqui, daquela mesma forma da Almaviva, da Vickstar

Eu acho que essa questão da reclamação está só acumulando, porque não tem V. Exa. me lembro bem, pois eu não estava nem lembrando.

Sobre gambiarras, o que a empresa tem colocado é que a população vai crescendo nas periferias e ela tem jogado a responsabilidade para a prefeitura, dizendo: "A prefeitura não legaliza, então nós não vamos legalizar". Ou seja, a empresa não legaliza, toma prejuízos, porque está sendo consumida energia e aí ela joga para a prefeitura, diz que a prefeitura tem que legalizar aquela área para ela poder (atuar). Assim, as gambiarras continuam e a alegação da empresa é essa.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Concedo a palavra à deputada Gracinha Mão Santa.

SRA. GRACINHA MÃO SANTA (PP) - (Inaudível).

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Vossa Excelência pode falar ao microfone, por favor?

SRA. GRACINHA MÃO SANTA (PP) - O que ocorre, as prefeituras grandes conseguem fazer isso com um pouco mais de agilidade, porque como eu disse, elas recebem a Cosip, elas acabam entrando na atribuição, pedindo permissão à Equatorial, gastam o recurso da Cosip que seria só para manutenção e fazem essas ampliações – fazem tudo junto. Porém, sobre as pequenas, vou dar um exemplo clássico, eu até disse aqui na reunião passada, Ilha Grande. De um lado está Bairro Vermelho, que é a cidade de Ilha Grande e do outro lado da pista, Parnaíba. Parnaíba consegue fazer aquela ampliação com os recursos próprios - seria atribuição da Equatorial; do outro lado não tem, é escuro, porque a outra cidade não vai ter esse recurso. Então assim, casos clássicos. Queríamos saber se o contrato prevê, de alguma forma, já que não tem a punição, pelo menos as obrigações, já que são um milhão e tantos de consumidores, desproporcional à unidade de consumo; se essas obrigações existem de forma clara, ou se também vai ter que ser outra luta para se tentar aditivar, ou melhorar, porque não é o fato do contrato ter sido de edital que ele não possa ter... Quando eles ferem outras legislações, não. Temos contato com outras legislações vigentes, até mais novas, federais que entram em confronto. E sobre os aportes também que a Equatorial tinha ficado de dar à Cepisa, de durante 25 anos, também repassar para o governo, se está acontecendo ou não?

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes-Solidariedade) - Concedo a palavra ao Sr. Francisco Marques.

SR FRANCISCO MARQUES (Presidente do Sintepi) - Bom, é o que eu falei para vocês: até outubro deste ano, ela não tem nenhuma obrigação de cumprir as regras legais, por conta do edital de venda.

Nós fizemos muitos questionamentos sobre inúmeras irregularidades que encontramos na época quando inspecionamos; mas a Equatorial trabalha muito fechada. É difícil para nosso Sindicato adentrar na empresa, até porque os empregados que estão lá são todos pressionados, todos com medo de perder o emprego. É essa coisa toda.

Sobre a questão do investimento, especificamente, é o que eu falei: ela está fazendo o que a Cepisa fez, e que estava pronto para fazer na terceira etapa, ou seja, investimento em média tensão e alta-tensão. A alta tensão é 69104 KW, aquela tensão que vai de uma cidade para outra. Agora, a média tensão é 13.8, que é aquela que passa na cidade. Então, ela precisa melhorar esse suporte energético. Eu até esperava que a Equatorial estivesse aqui para dar essas respostas, porque tem muito assunto aqui que seria para a empresa vir a esta Casa, para dar a resposta..

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Ela será convocada sim, para esclarecer todas as dúvidas e as perguntas que os deputados fizerem.

SR FRANCISCO MARQUES (Presidente do Sintepi) - Então, é bom peguntar se ela está cumprindo. Eu sei que ela não tem obrigação de cumprir muitas coisas, que tem a questão da pandemia. Vão ter muitas desculpas.

Vamos lá, os contratos definem a empresa, mas ele tem um prazo para exigir ou punir a empresa, caso ela não cumpra, que é esse prazo que eu coloquei. Claro, que no edital tem as diretrizes do que a empresa contratada vai fazer. Olha, você vai fazer isso, o objetivo é esse; porém, a Equatorial não tem obrigação legal nenhuma, não terá nenhuma punição até outubro de **2018**, quando completa oito anos de privatizada. Se é cinco anos, ela ainda vai ter mais três anos. Ah, é verdade! Termina em outubro (de 2023). Já está com cinco anos. É verdade, estou fazendo as contas. É para agradar! Deputados, eu vou dizer uma coisa para Vossas Excelências: já viram uma pessoa comprar uma fazenda com cem gados? Quanto é esses cem gados? Rapaz, eu penso que mercado é isso: (inaudível) cem gados, mas no dia que ele vai receber tem quatrocentos gados lá dentro. Foi o que aconteceu com a Cepisa. Vocês lembram daquela revisão tarifária que a Aneel negou para a Cepisa? 700 milhões de reais que eram para ter sido reajustados em agosto de 2018; seguraram; não entrou no negócio. Quem foi que recebeu o dinheiro? A Equatorial. A Aneel tinha negado antes, mas liberou para a Equatorial; e os investimentos do ano da revisão tarifária que não aconteceu na data deram 350 milhões. Então, quem foi que pegou o reajuste tarifário? A Equatorial. Então assim, aquele Dr. Mercury, que faleceu de Covid, foi um dos engenheiros de regulação da empresa; ele chegou a dizer para mim que a Equatorial ganhou de graça 1 bilhão e 100 milhões. Portanto, além da empresa que entrou no negócio não ter assumido prejuízo nenhum, ela ainda ganhou esse presente de natal. Ela comprou uma fazenda com 100 gados e quando foi receber tinha 400 gados lá dentro.

Então assim, nós não temos aqui precisamente o quadro de terceirização, quanto é que tem hoje, mas nós visualizamos que está bem aquém com relação aos estados do Maranhão e Pará, porque lá no Maranhão tem cerca de 7 mil terceirizados; no Pará, cerca de 6 mil. Nós conversamos com os sindicatos, nós interagimos e no Piauí nós temos quase convicção que não chega a 3 mil, mas é importante fazermos esse levantamento de quantos terceirizados têm aqui no Piauí. E o Piauí não é tão diferente assim do Maranhão; eles são similares em muitas coisas, inclusive na extensão territorial, nos problemas. Então, eu acho que isso é um dos problemas que chamamos de falta de estrutura de mão de obra para atender a demanda.

Sobre a evolução do crescimento da tarifa, eu me referi de 2018 até agora: cerca de 60% a 70% na tarifa. Primeiro, esses reajustes que a Cepisa deu lá atrás, inclusive tinha um que não ia mais receber de jeito nenhum, mas ela recebeu. Recebeu dos investimentos dos últimos anos, antes de privatizar e passou pela revisão e não deram para a Cepisa, para deixar como atrativo para o mercado financeiro comprar a empresa. É aquela coisa do compro 100 gados e vou receber com 400 gados lá dentro. O quadro de terceirizados é um ponto que podemos fazer, mas há muitos problemas na terceirização da Equatorial aqui no Piauí. Inclusive a maioria dos acidentes é com ele, mas eu soube que recentemente no Maranhão houve um acidente com uma pessoa do quadro próprio, porque também tem outro aspecto que batemos muito na empresa. Você não pode trabalhar com eletricista sob pressão. Ou melhor, eletricista não pode trabalhar sob pressão. Eu fiz o curso de linha viva na Cepisa, quando eu era menino de 20 e poucos anos, e nem fiquei porque eu não tinha estrutura física para trabalhar com o serviço, porque é muito pesado, o bastão é um peso imenso, mas o instrutor de Santa Catarina disse: "Olha, quem trabalha com eletricidade tem que ter até uma boa convivência familiar, ele não pode ter problema". Aí a empresa fica criando problema, aterrorizando os empregados. Isso é complicado.

Sobre o fundo Vinci Partners eu sei que ela tem um fundo aí de eficiência energética, ela doa a geladeira para economizar, que é um fundo….

Qual o percentual de acidente de trabalho na empresa? Nos precisamos também levantar isso aqui. Agora com relação aos acidentes, eu só faço aqui uma ressalva do seguinte: pode até não ter uma grande quantidade, mas quando tem é realmente fatal. Esse é que é o problema da Equatorial. Porque assim, o que realmente nos preocupa é a vida do ser humano, a vida do profissional e a vida da sociedade. " - Ah, mas ela tem um acidente no ano". Mas quando tem, meu amigo, é... Agora, precisa se identificar, minha preocupação, eu acho muito por conta dessa questão da rotatividade. Eu sou eletrotécnico da empresa, o companheiro Carlos Roberto, eletrotécnico, trabalhou em subestação e manutenção no Estado do Piauí todo. Eu já passei uma época com ele, trabalhei na distribuição, trabalhei transmissão de média tensão e

ele também em média tensão, transmissão e subestação. E a gente tem noção do que é um profissional trabalhar com problema. Tanto é que nós perdemos um companheiro do quadro próprio da Cepisa, porque o companheiro estava com problema familiar, ele morreu de graça e quase mata a sua equipe todinha. Não pode beber exagerado, então tem uma série de situações. Então assim, vou verificar, levantar o número, podemos ver isso também. Nós temos uma pessoa na Cipa - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - que vai poder fazer levantamento, ver o número de mortes. Eu sei que tem uma placa lá que já está bem perto do recorde de não acidente. Só que eu não sei que placa que não está nem atualizada, porque teve um acidente com morte que já está bem com quinze dias, um companheiro daqui do Piauí.

Tempo de resposta para resolver os problemas tanto da Cepisa com da Equatorial: Bom, companheiro, Senhores e Senhoras deputadas, eu já coloquei para vocês que a Cepisa tinha um profissional altamente qualificado, experiente. Não é brincadeira, o cidadão se forma em Medicina e ele pegar uma cirurgia de alta complexidade e comparar com uma pessoa que já tem 20 a 30 anos trabalhando naquela atividade. O cidadão estudou, é competente, é inteligente, está preparado? Está, mas ele não está com a experiência para fazer aquele serviço. Tanto é que quando eu vou consulta ou fazer uma cirurgia, fiz cirurgia de catarata, eu procurei um médico, Dr. Tony, procurei um médico especialista que já tem experiência. Então, assim, esse problema tem realmente feito a diferença, a Equatorial ela tem um quadro de mão de obra terceirizado, 100% terceirizado - Agora ela está está repensando em finalizar - e essa terceirização tem uma rotatividade que no máximo o profissional passa na empresa são três anos, são dois e meio, três anos. Então a gente tem alertado ela e, eu acho que agora ela está se tocando. E agora também já está terminando essa questão da Aneel e já ta preocupado também com a qualidade de serviço e assim.

Então, eu acho que consegui aqui, na medida do possível, dar a minha contribuição.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - solidariedade) - Agradecemos a sua presença e, se for necessário, volta a convocar Vossa Senhoria. O seu depoimento foi muito importante e enriquecedor. Nós, deputados, nos sentimos contemplados com o seu depoimento.

Temos que agradecer aos deputados que estiveram aqui, fizeram perguntas, contribuíram nesta primeira reunião.

Como não temos mais nenhum outro deputado inscrito, contemplado.

Declaro encerrada a reunião.

REGISTROS TAQUIGRÁFICOS DA SEGUNDA OITIVA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, DA VIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, REALIZADA NO DIA DEZENOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.

COMISSÃO: Audiência da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)
TEMA: Depoimento do Senhor Doutor Nivaldo Ribeiro (Promotor do Procon).
PROPONENTE: Deputado Evaldo Gomes
COMPONENTES: Deputado Ziza Carvalho, deputado Gessivaldo Isaías, deputado Wilson Brandão, deputado Nerinho, deputado Aldo Gil, deputada Simone Pereira, deputado Doutor Hélio.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – SDD) - Bom dia a todos, bom dia a todas!

Esta é mais uma reunião na CPI da Equatorial. Eu quero de já agradecer a presença de todos fazendo um registro da presença do nosso relator da CPI, deputado Nerinho, deputado Ziza Carvalho, deputado Wilson Brandão, deputado Gessivaldo Isaías. - A deputada Gracinha, justificou a ausência devido motivo de saúde e o deputado Aldo.

Esta CPI é para cumprir as exigências regimentais a partir do requerimento inicial 95/23, assinado por este deputado e outros e, após cumprida as formalidades e as exigências regimentais, foi criada a Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI – para no prazo de 120 dias, podendo ser prorrogado por mais metade desse prazo, apurar má prestação do serviço prestado pela Empresa Equatorial, tanto da capital, quanto dos municípios do Piauí. O que tem gerado graves transtornos aos consumidores piauienses.

O objetivo dessa CPI é investigar a má prestação de serviço.

Quero, inclusive, passar aqui para nossa servidora Marcela que proceda a leitura da Ata da reunião anterior.

SRA. MARCELA (Secretária da Comissão) - Ata com o resumo da oitiva do Senhor Francisco Marques, presidente do Sintepi, na Comissão Parlamentar de Inquérito, Equatorial - Piauí, realizada às dez horas do dia doze de abril de dois mil e vinte três. Ao décimo segundo dia do mês de abril de 2023, às dez horas, na sala de Comissão de Constituição e Justiça, realizou-se a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, CPI Equatorial Piauí, com a presença do presidente desta comissão, deputado Evaldo Gomes; o Senhor relator, deputado Nerinho; dos demais membros da Comissão, os Senhores deputados e deputadas Simone Pereira, Gracinha do Mão Santa, Wilson Brandão, Gessivaldo Isaías, Ziza Carvalho e do deputado Dr. Gil Carlos. Inclui-se nesta leitura a aprovação da Ata da reunião preparatória da sessão anterior e, em seguida, deu-se início a reunião para oitiva do Sr. Francisco das Chagas Marques Ferreira. Estabeleceu-se quinze minutos, prorrogado por mais cinco minutos, para que o depoente pudesse responder os questionamentos elaborados pelos membros desta Comissão. Abriu-se para manifestação: o deputado Ziza Carvalho parabenizou a Comissão pelo início dos seus trabalhos e ressaltou a sua extrema relevância e importância, tendo em vista o notório serviço de má qualidade e

prestação de serviço pela Equatorial Piauí. Logo após, pediu licença justificando a sua ausência, desejando um bom trabalho a esta Comissão. O Presidente, deputado Evaldo Gomes, retomou a palavra informando ao depoente o prazo de resposta quanto a leitura e o termo de compromisso. O depoente, Francisco Marques, realizou a leitura onde se comprometeu com a verdade e a realidade dos fatos, afirmando ter ciência de que a falsidade de suas declarações configura crime previsto no Código Penal Brasileiro. Passando aos questionamentos, o deputado Evaldo Gomes perguntou ao depoente se o mesmo se contenta com o serviço prestado pela Equatorial Piauí?- O depoente afirmou que não, que como consumidor e como representante do Sindicato não se sente contemplado. E que o Sindicato travou grandes lutas para que não houvesse privatização do setor elétrico, e que como membro do Conselho da Administração, conhece a empresa profundamente. E que a empresa Equatorial Piauí deixa para investir no ano da revisão tarifaria; que hoje tem aproximadamente 1800 (mil e oitocentos) empregados demitidos; que a equatorial deixou de atuar no serviço operacionais do setor elétrico com o quadro próprio e foi terceirizado. Afirmou ainda que a rotatividade de funcionários passou a ser grande, afetando a qualidade de serviços, visto que um quadro experiente resolve um problema em pouco tempo. Que o maior problema enfrentado pela Equatorial é a mão de obra. Que existe duas Superintendências, uma na região Norte, localizada em Teresina, com cinco polos e outra na região Sul, localizada em Floriano, com quatro polos. Que os empregados dos municípios menores ficam abandonados. Sugeriu que a Assembleia devesse procurar primeiro a Agência de Regulação e Fiscalização de Serviços Públicos - Agrespi - como também as Promotorias Públicas. Afirmou que dentro de outras reclamações, a principal é a falta de fornecimento de energia, sendo informado pelos próprios trabalhadores que fazem parte dos sindicatos. Que na época da empresa nera pública era publicado que o objetivo era satisfação do consumidor agora, o objetivo da Equatorial é o lucro. Que irá solicitar um estudo para averiguar a tarifa de energia, que subir cerca de 60% a 70%, que a empresa não tem dono e afirma que é um fundo de investimento, que o Brasil é um dos poucos países que privatizam o setor elétrico. Solicitou aos colegas que fizessem um estudo sobre a falta de energia no estado. Aduziu que o Sindicato tem como visitar todas as regionais e fazer pesquisas. O Deputado Evaldo Gomes propôs um bloco composto por três deputados, cada um com direito a três perguntas para que o depoente pudesse dar suas respostas, ressaltando o tempo de 15 minutos. E passou então a realizar suas perguntas: Se o depoente tem conhecimento do lucro da empresa? O número de servidores atuais da empresa e se tem conhecimento do contrato da compra da Cepisa pela Equatorial Piauí? O deputado Gessivaldo Isaías perguntou quais as regiões do Piauí que estão menos assistidas por profissionais? Quais as regiões têm menos recursos públicos e se o Sindicato tem esses dados disponíveis para que possam ser oferecidos a CPI ? Quais os órgãos que fiscalizam a prestação de serviços pela Equatorial Piauí? O Deputado Wilson Brandão afirmou que esteve muito tempo afiliado ao Sinterpi, como engenheiro da Cepisa, que existem duas siglas muito importantes para serem observadas, DEC e FEC, explicando que DEC - é a duração de tempo em que o consumidor fica desligado. e FEC - é a frequência de quantas vezes a sua unidade consumidora foi desligada. Aduziu a necessidade que esta CPI solicite a empresa um histórico DEC e FEC ao longo dos últimos 20 anos. O depoente iniciou sua fala respondendo ao deputado Evaldo Gomes em relação ao questionamento do lucro da Equatorial, afirmando que a Equatorial recebeu a empresa sem nenhuma dívida, que a empresa teve um lucro de mais de um bilhão de reais nos últimos anos, que a empresa demitiu cerca de 1.800 funcionários, mas que a empresa não forneceu esses dados. Que o contrato tem mais de trinta ações judiciais e que foi um processo atropelado. Que a região sul tem sido uma das mais prejudicadas, que todas as regionais tiveram baixa de empregados e que terceirizados não tem correspondido; que o órgão fiscalizador da Equatorial, pela legislação, é a Aneel, que foram aplicados multas na Cepisa em postes de mais de cem milhões de reais; todavia, a Equatorial está isenta de fiscalização e de qualquer tipo de punição até outubro de 2023. O Deputado Evaldo Gomes passou a palavra para o questionamento dos demais deputados. A Deputada Simone Pereira, perguntou ao depoente se ele tem conhecimento se a empresa tem um cronograma de investimento no estado, se este cronograma está sendo executado? E se o depoente tem conhecimento que os materiais elétricos dos postes podem ocasionar alguns riscos à vida, tanto de funcionários, quanto da sociedade em geral? A Deputada Gracinha Mão Santa, perguntou se o depoente sabe dizer se os apagões são recorrentes? Se o consumidor tem finalidade com o atendimento, passando a relatar os casos ocorridos na região Litorânea. Se o depoente tem conhecimento dos recondutoramentos de redes nas cidades, a exemplo da cidade de Parnaíba, segunda cidade maior do estado, onde na mesma a energia sempre cai. O Deputado Nerinho pediu a permissão ao Presidente para que fossem feitas mais três perguntas, já que foram feitas várias perguntas pertinentes e começaram a esclarecer, afirmando que esse é o verdadeiro objetivo da CPI. Passando as perguntas: Qual é o quadro de funcionários terceirizados hoje? o depoente afirma que a tarifa de energia subiu de 60 a 70%; qual foi o tempo e se foi acima da inflação? Se o depoente tem conhecimento do fundo chamado Vinci Partners? Qual o percentual de acidentes de trabalho, se tem como fazer um comparativo dos acontecimentos atuais com o tempo da Cepisa? Não havendo mais oradores inscritos, O deputado Evaldo Gomes passou a palavra para o depoente, pelo tempo de 15 a 20 minutos. O Deputado Nerinho pediu, em questão de ordem, o Deputado Evaldo Gomes concedeu. O Deputado Nerinho pediu a colaboração do depoente no sentido de que haja necessidade dos seus esclarecimentos

durante a CPI, a equipe entrará em contato, a título de informação. O Deputado Evaldo Gomes solicitou que o depoente colabore com os encaminhamentos dessas informações por escrito para a CPI, pois que será de grande importância para o relatório final. O Senhor Francisco Marques, a respeito de acompanhamento do Sindicato e dos dados da empresa, a princípio, o depoente afirma que a empresa é fechada e isso é uma das queixas, pois tentam conhecer melhor a empresa, mas eles se fecham sob a alegação das questões estratégicas, e que tem limitação muito grande de obter a quantidade do quadros dos terceirizados, que até agora não deram e tem cobrado isso há muito tempo. Que tem conhecimento de que a empresa não tem cumprido o cronograma de investimento, conforme pessoas de dentro da empresa e que, recentemente, saiu um marketing na TV e um companheiro disse que a empresa está gastando um milhão e novecentos mil com propaganda e não investiu nem a metade disso no setor elétrico. Que vai apurar essas informações sobre os investimentos e que a EQUATORIAL vive de marketing

Que sobre os apagões e as dificuldades para reclamações a Equatorial, a empresa acabou com todos os escritórios de atendimento e criou em call center em Imperatriz - MA. Quanto ao estabelecimento do fornecimento de energia é questão de deficiência de mão de obra e qualificação profissional. Em relação ao suporte energético, acredita que hoje a empresa tenha um milhão e quatrocentos mil consumidores em 224 municípios do Piauí. E que, se a empresa não tiver uma preocupação de fazer uma divisão adequada, vai acontecer o que está acontecendo na região Sul. Que a empresa diminuiu a equipe de oito para um e, isso aumento o serviço. E que a empresa pega uma empresa de Corrente para atender em Santa Filomena - 250 quilômetros para ir e 250 quilômetros para voltar. Afirma ainda que a empresa precisa investir mais em infraestrutura, não só em suporte energético, mas formação de suas equipes na estrutura de atendimento direto, pois o grande problema é nas cidades pequenas pela demora pelo reestabelecimento. O Deputado Evaldo Gomes interrompeu o depoente para sanar uma dúvida sobre o tema call center: que teve a informação do atual presidente da Equatorial sobre o funcionamento dentro da própria sede do Estado, do funcionamento de um call center para atender a população. Questionou se o depoente tinha conhecimento dessa informação. O Senhor Francisco Marques afirmou que recentemente instalaram, mas que até o ano, passado e retrasado era no Maranhão e que funciona da mesma forma que a Alma Viva e Vikstar. Que em relação as gambiarras, a empresa tem colocado que a população vem crescendo nas periferias e jogando a responsabilidade às prefeituras. Que as prefeituras não legalizam a área para a empresa poder atuar, continuando assim com as gambiarras. A Deputada Gracinha Mão Santa questiona se o contrato prever, de alguma uma forma, que não tem punição, pelo menos obrigação, quanto ao aporte de responsabilidades da Equatorial, se está acontecendo ou não. O depoente afirmou que a Equatorial possui atualmente cerca de três mil terceirizados no Piauí, e no Maranhão, aproximadamente sete mil e, no Pará seis mil. E que o período mencionado em relação à tarifa foi de 2018, até o presente ano. Que sabe da existência de um fundo e que precisa realizar um levantamento dos números de acidentes de trabalho; que a questão de investimentos tem muitas obrigações e que a Equatorial não está cumprindo e que tem o conhecimento devido a revisão tarifária negada à Cepisa e liberada para a Equatorial, no valor de 700 milhões de reais e que o investimento da Equatorial, no mesmo ano, deveria ser de um aporte de 350 milhões de reais e não foi realizado. E que também precisa levantar o percentual de acidente de trabalho da empresa que, pode não ser uma grande quantidade, mas quando acontece é fatal! Que vai solicitar esse levantamento para uma pessoa da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes. Quanto ao tempo de resposta para a solução dos problemas, aduziu a questão ter sido feito a diferença, a falta de experiência atual da equipe, devido a terceirização. Por fim, o Deputado Evaldo Gomes agradeceu ao depoente pelos esclarecimentos e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente desta Comissão encerrou a presente sessão do que para constar, foi redigida e digitado o presente resumo da Ata pela assessoria desta Comissão Parlamentar de Inquérito, a qual depois de lida, achada conforme aprovada pela comissão, vai assinada pelo presidente e demais membros desta reunião subsequente.

SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Bom, é só lembrar os presentes que esta reunião é transmitida ao vivo pela TV Assembleia. Nós, desde já, queremos agradecer o depoente, o promotor Nivaldo Ribeiro, que é Coordenador Estadual do Procon. (Peço a assessoria para que ele possa assinar o documento).

Já assinou o documento. Então, teremos, Dr. Nivaldo Ribeiro, 15 minutos para as suas considerações e 15 minutos para os senhores deputados(as) fazerem os seus questionamentos. Mas antes da sua fala, eu quero colocar em votação a ata.

Em discussão a Ata.

Em votação a Ata.

Como votam os deputados?

Aprovado por unanimidade.

Pois não, deputado Wilson Brandão

SR. WILSON BRANDÃO (PP) - (Inaudível o senhor deputado não usa o microfone)

SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Concordamos, deputado. Então, pedimos a assessoria para dar uma cópia, para cada um dos deputados presentes, da ata, especialmente aqueles deputados que pertencem como membros titulares e suplentes da Comissão e estão ausentes.

Já registramos a presença também da Deputada Simone Pereira.

Concedo a palavra para o Promotor Nivaldo Ribeiro, Coordenador Estadual do Procon. Já fazendo

a seguinte pergunta ao mesmo: Quantas denúncias hoje existem no Procon no que diz respeito a Equatorial?

SR. NIVALDO RIBEIRO(Promotor, Coordenador do Procon Piauí) - Eu, Nivaldo Ribeiro, na qualidade de Coordenador Geral do Procon, declaro para os devidos fins, sob as penas da lei, que as informações aqui prestadas em depoimento são verdadeiras e autênticas, fiéis a verdade e condizentes com a realidade dos fatos. Fico ciente, através desse documento, que a falsidade desta declaração configura crime previsto no Artigo 342 do Código Penal Brasileiro, passivo de apuração na forma da lei.

Teresina, 19 de abril de 2023.

Nivaldo Ribeiro, Coordenador Geral do Procon do Piauí.

SR PRESIDENTE(Evaldo Gomes - Solidariedade) - Eu convido o nosso depoente, Dr. Nivaldo Ribeiro, para que ele possa estar também conosco à Mesa, ele possa usar o seu tempo de 15 minutos para fazer os questionamentos, o relatório necessário no que diz respeito as denúncias, por parte dos consumidores da Equatorial junto ao Procon.

SR. WILSON BRANDÃO(PP) - Senhor Presidente, peço a palavra

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Pois não deputado.

SR. WILSON BRANDÃO(PP) - Apenas para repetir a minha requisição que fiz a V. Exa., que estava sem som e não foi gravado. Eu peço para repetir aqui a minha requisição, que V. Exa. pensasse nos pedidos dos trabalhos com cópias da ata da reunião anterior para termos conhecimento e termos como documento também.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – solidariedade) - Só reforçando aqui o pedido do Deputado Wilson Brandão, já aceito pelos membros, para que a assessoria possa dar uma cópia da Ata para todos os deputados presentes.

Concedo a palavra ao Senhor Nivaldo Ribeiro, Promotor – Coordenador do Procon do Piauí, que poderá usar o tempo de 15 minutos.

SR. NIVALDO RIBEIRO (Promotor Coordenador do Procon no Piauí) - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, pessoal aqui presentes.

Estamos aqui, hoje, para informar a situação do consumidor no Estado do Piauí, através da Equatorial, dizer todos os dados que nós temos em relatório. - Se eu chegar aqui e disser, vou dizer dado a dado, são muitos. - E dizer que nós recebemos esse convite no dia 13 abril, não deu nem para fazermos um levantamento de todo Estado do Piauí, porque nós temos hoje no Piauí a rede Procon, que nós criamos onze regionais no Piauí, formado pelas Promotorias de Justiça. E esses dados nós não temos ainda em mãos, mas vamos pedir, inclusive, prazo para o nosso Presidente, para que possamos informar, no Piauí, todos os dados relacionados a essa questão de prestação de serviço.

Dizer que é fato público e notório que o consumidor piauiense sofre muito com a falta de energia e, esse retorno é muito difícil. Dizer, também, aos nossos deputados que nós participamos de uma audiência na justiça federal, processo de 2010 contra a Equatorial, e lá foi comprovado que a Aneel elaborou um relatório reprovando as contas da Equatorial, porque ela não cumpriu a meta. Inclusive nós temos aqui o relatório da Aneel, neste sentido.

SR. WILSON BRANDÃO(PP) - Excelência, 2010 ainda era Eletrobras, não é de 2020 não?

SR. NIVALDO RIBEIRO(Promotor Coordenador Procon Piauí) - Sim, processo de 2010, agora o relatório é de 2021, 2022, que foi a meta para 2021, 2022. Nós temos, inclusive, aqui o relatório em mãos e tem um procedimento que inclusive a Aneel vai aplicar penalidade na Equatorial por esse fato.

No Piauí, em todos os rincões piauienses, além de ser Coordenador Geral do Procon, eu sou Promotor da Promotoria de Piripiri, Direitos Difusos e Coletivos. E lá na zona rural, nós temos situações difíceis, em que o consumidor, às vezes, passa, cinco, seis, sete dias sem reposição da energia. E isso é fato público e notório no Piauí. E nós temos os dados aqui evoluindo. E aí é o seguinte, tem reclamações, muita gente está fazendo pelo consumidor. Gov. O consumidor. gov dá um prazo de dez dias para o fornecedor apresentar resultado. E a Equatorial está como um dos órgãos que mais resolve, mas esse prazo não é razoável para o consumidor que precisa da energia. Ela apresenta resultado até cinco dias, lógico, é um dado. Mas no dia a dia, por exemplo, como Coordenador Geral do Procon trabalha nas audiências, sentimos essa dificuldade da Equatorial, essa mudança, mesmo da Eletrobras para a Equatorial sofreu um impacto muito grande, com relação a questão do servidor, reposição do atendimento, reclamação, na resposta. Notamos que o quadro não é suficiente para atender essa demanda, notamos aqui em Teresina nos apagões. E nós analisamos, por exemplo, nós temos a demanda nossa em todo estado, nós temos procedimento de várias cidades do Piauí. Na região de Regeneração, na zona rural em que os processos de 2021 não chegou ao final; nós temos processos coletivos. A região de Prata Piauí, São Félix, sem falar do Sul do Estado, que é caótico. Inclusive, os dados nós vamos deixar aqui na CPI todos os dados, registrados, inclusive, no site do Procon. E todo dia, nós temos audiência com a Equatorial, tanto aqui em Teresina, como em Piripiri. E essa demanda, muita gente, muito consumidor, só tem uma resposta. Quando chega ao Ministério Público, por exemplo, nós damos 24 horas para ligar; ela liga, mas o consumidor quando vai procurar, já está com cinco, seis dias sem energia. E hoje a energia é um bem essencial, tem que ter essa resposta. Só a questão do 0800 é difícil sair uma demanda. Mas todos nós aqui somos testemunho positiva, se não recorrer aos órgãos de defesa do consumidor, fica difícil! É por isso que o Procon tem essa política de expandir os Procons, para que o consumidor tenha uma ferramenta é in loco. Onde tem

Procon, tem uma resposta positiva da Equatorial, porque ela sabe que com a demanda no Procon, pode causar uma penalidade administrativa se não cumprir aquela situação, se houver uma infração em defesa do consumidor. Então, nós fazemos esse trabalho justamente para isso, para expandir os Procons, porque, infelizmente, muito fornecedor só atende quando há uma penalidade administrativa. E nós fazemos esse trabalho e, mesmo assim temos audiência de 2021, tentando evoluir, fazendo conciliação e às vezes dá certo, mas é uma dificuldade muito grande. Os deputados aqui sabem, eles têm suas regiões no interior, existe falta de energia. Isso é uma realidade, não adianta se dizer que não é, é uma realidade e sofremos, porque, como Coordenadores do Procon, sentimos essa dor do consumidor, que não tem acesso a nenhum celular, na falta de energia não tem mais celular, ele não tem acesso nem a escola, na falta de energia como é que ele vai para a escola, ele não tem como se comunicar com ninguém. Então, é um fato muito difícil que precisa ser corrigido. Você vê hoje nos municípios piauienses, cidade pequena, não tem nenhum funcionário para levantar uma canela, às vezes é só uma canela caída. Antigamente tinha as parcerias, a Eletrobras fazia parceria com os municípios, o município treinava um técnico ali só para fazer aquele trabalho. Precisa, cidades pequenas estão sofrendo distância, por exemplo, Piripiri, a equipe fica em Piripiri, pega aquela região até Milton Brandão. Como é que dá para atender? Então existe esse problema muito grave relacionado ao consumidor, precisa criar mecanismos de resolver até pré. A Equatorial tem que trabalhar preventivamente, porque muita falta de energia é relacionado com a manutenção da rede, a questão até do roço que a Equatorial podia fazer uma parceria até com a Associação de Moradores para ela conseguir fazer esse roço para evitar a queda de energia. E quando nós chamamos, eles respondem assim: "Não, aí é coisa da prefeitura!" Quando falta energia, não é coisa da prefeitura. Então, façam uma parceria com a prefeitura. Falta esse trabalho de parceria, de conciliação com os entes, com as entidades para resolver o problema. Eu vejo que o consumidor piauiense precisa ser respeitado nesse sentido, porque é ruim. Mesmo em Teresina, nós tivemos um fato aqui em Teresina de uma promotora de justiça, que fizeram um buraco na frente da casa dela e ela passou quatro meses reclamando desse buraco, não fecharam; ela procurou o Procon, venceram o prazo de resposta. Nós marcamos uma audiência e no dia da audiência fecharam o buraco de noite. Inclusive a consumidora disse: "Não, fecharam não!", depois ligou para a empregada para se certificar e o buraco foi fechado. Então, existe, às vezes, esse descaso.

Lógico, que há investimento. Nós sabemos que têm investimentos, mas a própria Aneel reconheceu que em 2021/2022 a empresa não investiu o que prometeu e reprovou esse resultado. Eu não estou falando aqui de(...), estou falando de realidade, de uma audiência que nós fizemos na Justiça Federal, em que os conselheiros da Aneel estavam presentes e depois emitiram esse relatório que, inclusive, estou com ele e vou deixar aqui na Comissão.

Quero dizer que nós estamos à disposição da Comissão para responder as perguntas. Coloco-me à disposição.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Nós vamos criar uma estratégia de perguntas e questionamentos com três deputados para que Vossa Senhoria possa responder. De já, eu queria perguntar a Vossa Senhoria qual é o prazo suficiente que Vossa Senhoria precisa para encaminhar, por escrito todas as denúncias, não só da capital, mas também do interior.

SR. NIVALDO RODRIGUES (Promotor do Procon) - Acredito que nuns 30 dias dá para fazer tudo.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Então, V. Sra. tem 30 dias para enviar por escrito. Essa CPI tem o prazo de 120 dias, prorrogáveis por mais 60 dias. E essas informações serão de grande importância para nós da CPI, porque nós iremos provar ao final, pelo seu depoimento, por suas informações, que o objetivo dessa CPI será realmente ratificado, ou seja, a péssima qualidade do serviço prestado pela Equatorial.

Nós temos inscrito o Deputado Wilson Brandão para que ela possa fazer questionamentos ao Promotor.

SR. WILSON BRANDÃO (PP) - Bom dia, Sr. Presidente; Senhora deputada Simone; Senhores deputados que fazem parte desta Comissão; deputado Nerinho, relator. Cumprimento o Dr. Nivaldo Ribeiro, promotor de Justiça, a quem eu devo fazer aqui um elogio pessoal pela sua história no Ministério Público, conheço a sua história em toda a região de Piripiri, Pedro II, Capitão de Campos. O Procon tem uma história antes e uma história depois do trabalho de Vossa Excelência. Então, parabéns pelo compromisso que V.Exa. tem como promotor, especialmente nessa área de atuação no Procon, além de atuar como Promotor de Justiça em Piripiri e região.

Eu queria fazer, Dr. Nivaldo, dois questionamentos: primeiro, quero saber se o Ministério Público do Estado do Piauí tem ações na justiça contra a Equatorial, em razões dessas reclamações permanentes e frequentes dos consumidores aqui do Piauí? Essa é a primeira pergunta: se existem muitas ações na justiça contra a Equatorial – na justiça estadual e, se porventura V.Exa. souber, na justiça federal?

O outro questionamento é o seguinte: diante do seu envolvimento com as questões e reclamações do Procon contra a Equatorial, eu pergunto se nos seus contatos, nas suas reuniões ou em audiências com a Equatorial, V.Exa. detecta, capta da empresa Equatorial o ânimo para melhorar o atendimento, para aumentar o número de turmas, principalmente na questão da operação e manutenção do sistema. Nós sabemos, nós temos um histórico do Piauí e do Brasil, que as empresas de concessão de energia elétrica eram todas empresas públicas no passado . Então, existe um sentimento do trabalho social. A partir do momento

que essas empresas foram sendo privatizadas, é natural que a empresa privada vise o lucro, mas vise o lucro, vírgula! Tem que ter um limite também, porque além do lucro, ela tem também que prestar um bom serviço essencial às comunidades. Aqui no Piauí, nós temos visto que a Equatorial, segundo o próprio presidente do Sindicato, Sr. Francisco Marques, teve um lucro absurdo em anos anteriores,segundo foi dito pelo presidente do sindicato, mas não vem prestando um bom serviço. Ou seja, o lucro absurdo está prejudicando o bom serviço, a boa qualidade de serviço para as unidades consumidoras. Então, eu pergunto a Vossa Excelência: nesse seu envolvimento com a Equatorial, nas audiências que tem tido do Procon, o senhor consegue detectar essa ânimo na empresa de melhorar; de aumentar as turmas? Se eles têm o sentimento, a preocupação de que realmente o serviço não está sendo de boa qualidade lá na ponta, lá na unidade consumidora, lá no consumidor? Eu reconheço que até existem alguns investimentos da Equatorial, por exemplo a subestação de Pedro II que foi ampliada, é fato; mas isso não é o bastante, porque o bastante para nós consumidores é ter uma boa qualidade na sua unidade consumidora, na sua residência, no seu comércio, na sua indústria, no seu negócio.

Então, coloco as duas perguntas: se existem ações judiciais contra a Equatorial, por parte do Ministério Público Estadual e, se existe esse ânimo da empresa em melhorar a qualidade do sistema, aumentando as turmas. Porque, para concluir, o que nós sabemos, dito aqui pelo Sindicato, é que foi feita uma demissão em massa na empresa - quando foi privatizada – e que foram feitos novos contratos, mas muito aquém do que a empresa necessita para prestar um bom serviço. Soube até que em torno de um terço do que tinham originalmente.

Muito obrigado!

SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Sr. Promotor, permita-me? Faremos um bloco de três deputados para que Vossa Senhoria responda aos questionamentos.

Com a palavra a Deputada Simone Pereira, que pode fazer mais duas preguntas. Então, ouviremos a deputada Simone e depois passaremos a palavra para o Promotor.

SRA. SIMONE PEREIRA (MDB) - Bom dia a todos, bom dia, Presidente desta CPI, Deputado Evaldo Gomes; o nosso relator, Deputado Nerinho; demais deputados que compõem a CPI.

Eu gostaria de fazer uma pergunta ao Dr. Nivaldo, se vocês tem um detalhamento de quais os tipos de denúncias são mais frequentes contra a Equatorial no Procon? Quais são os tipos de denúncias que tem o maior volume junto ao Procon? E também gostaria de saber se vocês têm os dados de quais são as cidades do Estado do Piauí, que oficializaram mais denúncia com relação ao serviço da Equatorial junto ao Procon? Então, seria basicamente essas duas perguntas: Quais são os tipos de denúncias mais frequentes; e se vocês têm o detalhamento de quais municípios têm também o maior volume e com mais frequência essas reclamações junto ao Procon contra a Equatorial.

Eram essas as perguntas, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Com a palavra, o promotor Nivaldo Ribeiro.

SR. NIVALDO RIBEIRO (Promotor do Procon) - Com relação às perguntas do deputado Wilson Brandão. - Quero agradecer o elogio, eu o conheço, historicamente, da região de Pedro II.

Bom, nós tínhamos no caso 40 ações civis públicas – Isso começou na Cepisa, ações antigas da Cepisa – que no final a Equatorial fez uma transação com a Nopal. Nopal é o nosso órgão de conciliação, também em parceria com o Procon. Com relação a essa questão da má prestação de serviço, para resolver o problema até o dia 31 de dezembro de 2022, entendeu? Então, nós temos essa transação. Houve uma evolução nessas cidades, das ações, porque foram 40 ações em cidades do Piauí.

Há uma evolução na zona urbana, mas na zona rural existem problemas que vão gerar outras ações com o Ministério Público contra a Equatorial.

Com a relação aos servidores, se há possibilidade de aumento – eu não vejo, porque sou o promotor da comarca do dia a dia e nós trabalhamos com esse pessoal terceirizado, e o que estão cobrando mais são metas, que eles cumpram mais metas. E vemos insatisfação naquelas pessoas, porque eles não têm condições de cumprir aquelas metas; são metas até impossíveis de serem cumpridas. Isso eu estou ouvido dos servidores, mas eles em relação com o Procon nunca sugeriram aumentar o quadro ou não. E continuamos vendo esse problema.

Em relação à pergunta da deputada Simone: O índice maior de reclamações, deputada Simone, é esse mesmo: má qualidade do serviço. O índice maior de reclamações nas promotorias, nos Procons municipais, nos Procons estaduais, é a questão da má prestação dos serviços. É o índice maior que existe. E sobre as cidades, nós temos todas as cidades que nós vamos apurar e enviar para a Comissão nesse prazo de 30 dias. Nós vamos detalhar quais são as cidades que têm denúncias. Nós criamos esse quadro dentro do sistema, nós criamos a Rede Procon, abrangendo regionais - 11 regionais - e nós temos como levantar esses dados e trazer para a Comissão.

Então, dizer que o maior índice de reclamações, dentro do Procon, são sobre a má qualidade do serviço.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Com a palavra o deputado Ziza Carvalho.

SR. ZIZA CARVALHO (MDB) - Sr. Presidente desta CPI, deputado Evaldo; relator, deputado Nerinho; cumprimento os demais deputados que fazem parte desta Comissão Parlamentar; cumprimento o convidado aqui, promotor Nivaldo.

Eu queria, promotor, fazer a seguinte indagação, o que me preocupa bastante no serviço da Equatorial é a eficiência que ela tem para fazer corte

de energia, quando do atraso do pagamento de uma tarifa e não ter essa mesma eficiência quando é para religar ou para consertar, como Vossa Senhoria mesmo falou, uma canela caída ou um sistema de energia que deixou de funcionar em determinada situação, a demora que ela tem para responder essa denúncia, ou esse pedido; e para cortar, não precisa nem passar três dias de atraso que ela já está na porta notificando e exigindo o corte.

Eu queria perguntar para Vossa Senhoria se há, dentro do Procon, reclamações com relação ao corte de energia pela Equatorial, cortes abusivos, às vezes, se há alguma tolerância por parte dos funcionários da Equatorial, que às vezes nós vimos situações em que o consumidor, mesmo mostrando que pagou o boleto naquele momento, mas ainda não foi lançado no sistema, mesmo assim o corte é efetuado. Então, se há alguma medida do Procon, reclamações e procedimentos, por parte do Ministério Público do consumidor, com relação a esses cortes abusivos por parte da Equatorial?

Além disso, avançando um pouco, quero saber se Vossa Senhoria tem conhecimento de que há o pagamento de algum auxílio ou gratificação por meta cumprida de corte de energia aos funcionários da Equatorial. Parece-me que, com a ânsia que eles têm de fazer esse corte, de não ouvir, de não tolerar nem o diálogo com o consumidor, às vezes mostrando que fez o pagamento naquele momento, que esqueceu de pagar, mesmo assim ele tem o comando de fazer o corte e cumprir essa meta, que para mim é uma meta de corte, que talvez tenha até uma gratificação para esse tipo de procedimento.

As minhas indagações a respeito da Equatorial, neste momento, a Vossa Senhoria seriam essas aqui.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Eu queria que o deputado Gessivaldo Isaías também fizesse suas perguntas, seus questionamentos a Vossa Senhoria.

SR. GESSIVALDO ISAÍAS (Republicanos) - Doutor Nivaldo, gostaria de agradecer a sua presença aqui. Nós sabemos que existem muitas reclamações contra a Equatorial, inclusive, eu faria duas perguntas, mas eu farei uma a mais, porque eu gostaria de saber como é que está o *ranking* de reclamação à Equatorial lá no Procon? Essa é uma das perguntas: como é que está o *ranking*, a colocação? Se existe, eu acho que eu já assisti a uma entrevista em que foi dito que as empresas são colocadas em termos de colocações, as mais reclamadas. No Procon, como se coloca a Equatorial?

A segunda pergunta: nós passamos momentos difíceis em 2020, quando nós tivemos *lockdown*, tivemos que nos isolar. E nós tivemos uma lei, que foi até dessa Casa, que proibia o corte de fornecimento de energia durante o momento crítico da pandemia. Essa lei foi respeitada pela Equatorial? O Procon deve ter nos seus autos se eles cumpriram essa lei, a Lei 7.381/2020? Essa é a segunda pergunta.

A terceira, Senhor presidente, Senhor relator, existe uma Lei Federal de Nº 14.015/2020, que proíbe os cortes de sexta a domingo. Então, a Equatorial não pode cortar energia sexta, sábado e domingo. Primeiro, é porque se ela cortar, ela não tem como atender uma pessoa que possa pagar. Então, foi um entendimento dos deputados federais e dos senadores. Segundo, se tiver uma pessoa que esteja no oxigênio, certamente, ela poder ter óbito ou ter que ir para casa de alguém que tenha energia. -Têm pessoas que não dá nem para ser removida.- Então, eu gostaria de saber se essa lei está sendo cumprida na íntegra, ou se o Procon tem recebido reclamação de que ela continua cortando, não digo nem no sábado, mas principalmente na sexta, e se o Procon tem notificado a Equatorial em relação a essa lei? São essas três perguntas.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Com a palavra o promotor Nivaldo Ribeiro.

SR. NIVALDO RIBEIRO (Promotor do Procon/PI) - Bem, com relação à questão dos cortes abusivos, indagada pelo deputado Ziza Carvalho, eles ainda existem. A questão, hoje, da Equatorial, como em outras empresas, é a questão da humanização do servidor, pois às vezes um cidadão pode resolver uma demanda só em uma conversa. Tem gente que diz assim: "Eu vou bem ali pagar; me aguarde". Tem uns que aguardam, mas tem outros que dizem: "Não, eu vim para cortar"; e cortam. Houve um caso de Piripiri que o servidor fez foi gritar: "Eu vim para cortar e corto!". Ele gritou. Eu mandei até abrir um processo contra o cidadão lá; ele foi processado, porque é cobrança abusiva, mas isso foi na gestão da Eletrobras. E com relação ao corte para meta, eu sabia na Eletrobras, hoje eu não sei falar sobre isso, eu não tenho esse fato concreto se é para cumprimento ou não, isso aí eu não tenho. Eu sei que a velocidade é grande para o corte, aí existe eficiência, como o senhor falou, é grande e a partir do 1º dia, 2ª dia de vencimento já vai o aviso, agora eles só cortam, a maioria das vezes, depois de 15 dias que é o que permite a lei. Mas aí é fatal, essa eficiência é fatal e a gente fica sempre cobrando, o Procon sempre cobra que aquele aviso de corte seja avisado separadamente, eles agora estão colocando uma seta grande assim no talão, vocês estão vendo que o talão agora, ninguém nem lê mais, você tem que ter uma lupa parar tudo, ele mudou até essa situação. Temos até procedimento com isso, ferindo o Código do Consumidor – que ninguém consegue ler, pois as letras da fatura são bem pequenas Antigamente, existia esse corte; era uma meta; ganhava para cortar. Hoje, não sei informar sobre isso, contudo, existe, às vezes, a questão do corte abusivo. Considero abusivo o cidadão ver: estou bem aqui, esqueci de pagar, vou bem aqui pagar, aguarde só um pouquinho e não aguardam, corta e ainda grita. Então existe essa questão da humanização, isso está faltando. O que representa aquela empresa é a pessoa; há uns que atendem bem, há outros que vão para cortar, cortam e acabou. Ás vezes, corta-se até da pessoa que já pagou, de forma errônea. Quando isso acontece, aplicamos multa. Por isso ressalto a importância dos Procons municipais, pois, em relação à demanda do interior, procura-se o Procon municipal. - Mandaremos os

dados nos 30 dias dos Procons municipais – ainda não o temos dados dos Procons municipais, por quê? Porque o sistema da Senacon mudou. Tínhamos acesso ao Sidec, solicitamos da Senacon para abrir, porque o Procon estadual que controla o estadual, mas não temos os dados dos Procons municipais, por isso, solicitaremos individualmente. Esse fato é comprovado *in loco*. O cidadão encaminha-se primeiro ao Procon municipal. Solicitamos esse dado à Senacon a fim de liberá-lo aos Procons estaduais, mas até agora isso não foi feito. Por exemplo, sabia-se, antigamente, quais foram as audiências que aconteciam, por exemplo, lá em Piripiri no Procon Municipal. Agora, queremos que todo esse trabalho seja visto pelo deputado que possuem força para apoiar os Procons municipais, criando-os, visto que temos demanda comprovada. Ao ingressar no Procon Municipal, o cidadão tem sua demanda atendida rapidamente. Além disso, há fundos e recursos que arcam com valores totais de mobília, computador, mesa, impressora, etc. O município entrar com três servidores e o prédio. Nós ainda temos escolas estaduais que preparam, por isso, é importante nos expandirmos Procons.

Amanhã, inauguraremos um Procon em Esperantina. Essa política de expansão serve para melhorar o atendimento ao consumidor.

Com relação ao *ranking*, deputado Gessivaldo – ele é consumerista, atuante nessa área, faz boas leis nesse sentido como outros, como todo mundo aqui – na pandemia, aquela lei foi cumprida.

Com relação às pessoas que são doentes, precisam do oxigênio, a Equatorial quer que se faça um cadastro, pois com o cadastro não há corte. Às vezes, é uma questão de humanidade, chega o servidor que presencia uma situação ruim como essa e não faz corte, todavia, há outros que o fazem. Quando isto acontece, recomendamos que liguem logo. Quando envolve idoso, por exemplo, é feita a ligação. Recomendamos o religamento e marcamos a audiência. Por isso é importante o Procon Municipal, porque o órgão toma uma medida de imediato. É difícil, por exemplo, quando não há Procon municipal, pois, nesse caso, procura-se um Procon estadual, se for procurar o judiciário, a audiência é daqui dois anos. No Procon municipal, as atividades acontecem mais rápido, porque esse dá um prazo de dez dias; se não cumprir, marcamos uma audiência e, no máximo, em 40 dias o procedimento está julgado. Se ferir o Código do Consumidor, não atendeu, ai pode aplicar a penalidade contra o fornecedor. Essa lei, na pandemia, foi cumprida quase integralmente, porque, às vezes, aconteciam alguns problemas, mas foi cumprida.

Sobre a questão de ser sábado e domingo, a lei estadual dispõe que é necessário haver plantão para cortar. Na realidade, não há cortes às sextas-feiras, pois estão "dando uma freada". Outra coisa, em caso de plantão, a lei estadual legitimava a questão do corte, visto que naquele período poderia ser restabelecido o fornecimento de energia. Não percebemos isso na prática, isso pôde ser detectado mais quanto aos Procons municipais. Daremos esses dados, nesse prazo de 30 dias, para ver como está a questão no Procon municipal sobre o corte de energia às sextas-feiras, aos sábados e aos domingos.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Em breve, quero passar a palavra ao deputado Nerinho, mas, antes, quero que V. Exa. me resposta estas duas perguntas:

1) Podemos afirmar, baseado na fala de V.Exa., que a Equatorial é campeã de reclamação do público consumidor no Procon?

2) Quem é o maior público que faz reclamações: o empresarial, a classe média ou a classe pobre? Antes de V.Exa. responder, passo a palavra ao deputado Nerinho.

SR. NERINHO (PT) - Senhor presidente, quero agradecer a presença do nosso coordenador-geral do Procon, doutor Nivaldo Ribeiro; agradecer, também, a presença dos membros da Comissão.

Foram feitas algumas perguntas, indagações – todas elas esclarecidas –, a partir disso, quero a compreensão e a concordância do doutor Nivaldo, para que o nosso relatório da CPI seja mais rico em detalhes. Passaremos algumas perguntas ao senhor: o deputado Evaldo perguntou sobre o *ranking*, passarei, por escrito, para que o senhor, em tempo hábil, possa responder.

A deputada Simone, também, fez algumas perguntas dessas que estavam aqui, e o senhor já respondeu. Queríamos a possibilidade de essas respostas ocorrem por escrito para que possamos apensar o nosso relatório. Farei a leitura das perguntas, caso queira e haja necessidade de respondê-las, de imediato, assim o façam, senão, faça por escrito.

Sobre a primeira pergunta do deputado Evaldo, junto ao deputado Gessivaldo Isaías: Existe um *ranking* das empresas mais reclamadas no Procon, qual é o ranking?. Quantas denúncias existem no Procon contra a Equatorial? Dessas denúncias, quantas a Equatorial reconheceu? Sabemos que a empresa de energia elétrica não reconhece algumas denúncias feitas. Inclusive, a que foi feita da promotora; "cavou-se o buraco", quando encaminhada à Justiça, tamparam o buraco na noite anterior.

Quais os tipos de denúncias mais frequentes contra a Equatorial no Procon? Qual o volume de reclamações sobre a demora no atendimento, na volta do fornecimento de energia elétrica, bem como a precariedade no atendimento ao consumidor junto ao sistema da Equatorial? Dessas denúncias, quantas foram resolvidas pela empresa Equatorial? Quais as cidades do Piauí oficializam mais denúncias em relação aos serviços da Equatorial?

O Procon tem a catalogação das denúncias dos consumidores domésticos e empresariais a ponto de poder qualificá-las separadamente? Se o Procon tem a catalogação das denúncias dos consumidores domésticos e empresariais, qual é o tipo para poder separar? Às vezes, pode ocorrer falta de energia pela queda de um poste. Por exemplo, um fato corriqueiro: minha filha, hoje, foi para o colégio Dom Barreto, às 7h:30 min ela estava de volta. Caiu um poste perto do colégio e a Equatorial já disse que passará o dia todo, com a energia desligada, fazendo a mudança do poste.

Torcemos para que seja apenas um dia assim, não mais do que isso.

Qual a porcentagem de resolutividade do Procon em relação às denúncias que chegam ao órgão? No embate, quais foram? Faço, a partir disso, duas as outras. Existem, hoje, quantos Procons municipais no Estado do Piauí? Seria interessante que, conforme o Senhor falou aqui, quanto mais tiver, melhor, porque seria mais um serviço de qualidade para a sociedade.

Sabemos, também, que, neste período chuvoso, há constante falta de energia - isso é normal. Além disso, as perdas, principalmente, dos utensílios domésticos é muito grande: é uma geladeira que queima, uma televisão, um micro-ondas. Em relação a essas perdas, quando o cidadão entra no Procon, pode compreender o quanto a Equatorial reconhece e consegue fazer esses reparos aos danos causados à sociedade. Em relação as duas últimas, peço à Marcela que coloque no ofício para que ele nos responda depois, se possível, dentro de 30 dias; esperamos que a resposta seja enviada o quanto antes.

Vossa Excelência falou de uma coisa interessante. -* Lembro-me de que quando meu pai era prefeito em Picos e havia, realmente, dois funcionários treinados pela Cepisa. Quando caia uma canela, não precisava do serviço da Cepisa, pois o próprio funcionário resolvia, ligava algum fio que estivesse cortado – lógico, é preciso ter o treinamento, qualificação. Isso era o mínimo em uma cidade de grande porte nem tanto, tinha que ser a própria Equatorial, mas essas cidadezinhas pequenas, vamos supor 0.6 que são as que temos hoje, se tivesse pelo menos dois funcionários para atender a essas demandas, fazer a polda, reparar uma canela que cai, um transformador que deu algum problema para imediatamente tirar e levar para fazer o reparo, isso seria de suma importância.

Peço à secretária Marcela que anexe (inaudível) outras perguntas, para que as respostas sejam dadas o mais breve possível, pois, assim, daremos continuidade ao nosso trabalho.

Quero agradecer V.Exa., acho que vamos "aperreá-lo" mais algumas vezes, porque, toda vez que sair algum questionamento, um dos órgãos que pode nos fornecer dados com precisão é o Procon. Quero agradecer a presença de V. Exa., sinto-me satisfeito, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Deputado Nerinho, como estamos passando um relatório de perguntas para o promotor, já solicitamos, também, informações da quantidade de reclamações, por parte dos municípios do Piauí, acho que o tempo poderia ser maior do que 30 dias. Ele teria 40, 50, até 60 dias, porque a nossa ideia é buscar o máximo de informações, o nosso objetivo como CPI é comprovar que a Equatorial presta um péssimo serviço à sociedade piauiense. Quanto mais informações para nós melhor, para que possamos fazer o nosso relatório final.

Acredito, doutor, que V. Exa. poderia ter um prazo maior – de 60 dias – para que pudesse encaminhar as respostas para nós por escrito. De repente, V. Exa. tenha aquelas informações e, dessa forma, possa encaminhá-las. O certo é que o Senhor tenha 60 dias para responder todas as perguntas e nos dar essas informações que, sem sombra de dúvida, será de grande importância para essa CPI.

Concedo a palavra ao Senhor Nivaldo Ribeiro.

SR. NIVALDO RIBEIRO (Coordenador-Geral do Procon) - Para o bem da verdade, com relação à pergunta do deputado Evaldo – sobre a questão do campeão – deixarei para informá-lo por escrito, porque houve alteração. Se eu disser que é campeão, posso errar; houve uma alteração de posição, sei que ela* está entre as dez maiores. Temos que mandar isso por escrito para não cair nesse risco.

Em relação ao deputado Nerinho, desde 2001, trabalho com consumidor. Não conheço nenhum cidadão que tenha recebido uma geladeira queimada, pode ser que nos Procons municipais haja alguma reclamação desse tipo, mas não conheço. Se alguém preenche dados para ganhar uma geladeira, ninguém consegue, pois são muitos os requisitos para ganhar: emissão de nota fiscal específica, número de técnicos, etc. Dito isso, reforço que não conheço, na realidade, alguma pessoa que recebeu, através do Procon municipal, uma geladeira ou qualquer outro objeto queimado. Vamos levantar esses dados nos Procons municipais para saber se tenha alguma pessoa que recebeu um objeto que queimou.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Só um minutinho, Simone, por gentileza! Pedimos a V.Exa. prazo de 40 dias, porque esse é um tempo suficiente para que, com essas informações, possamos, inclusive, ouvir outras instituições.

SR. NIVALDO RIBEIRO (Coordenador-Geral do Procon) - Forneceremos todos os dados para o Senhor.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Com a palavra, a deputada Simone Pereira.

SRA. SIMONE PEREIRA (MDB) - Senhor Presidente, eu ia sugerir a redução do tempo em virtude de que há um limite. Sugiro, ainda, que à medida que fosse tendo alguns dados, esses já fossem enviados para nós a fim de iniciarmos os trabalhos.

Obrigada!

SR. NIVALDO RIBEIRO (Coordenador-Geral do Procon) - Vamos encaminhando, vamos encaminhado, sim, para não deixar para o final.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Como não temos nenhum outro deputado inscrito, quero agradecer a presença de V.Exa. e dizer que a sua fala, o seu depoimento foi de grande importância para essa CPI.

Não tenho dúvida de que o trabalho que V.Exa. realiza à frente do Procon é enriquecedor, tem sido muito forte na fiscalização, na defesa do consumidor. Essas informações que V.Exa. nos repassará – nesse período de 30, 40 dias – será de grande importância para o andamento desta CPI, pois, no final, faremos um relatório a fim de comprovar,

perante a opinião pública e o povo do Piauí, o péssimo serviço oferecido pela Equatorial.

Muito obrigado!

Nada mais a tratar, declaro encerrada a sessão.

REGISTROS TAQUIGRÁFICOS DA TERCEIRA OITIVA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA VIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, REALIZADA NO DIA DEZESSETE DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.

COMISSÃO: Comissão Parlamentar de Inquérito da Equatorial
TEMA: Depoimento do Sr. Francisco Reinaldo Rebelo Sampaio e do Sr. Tertulino Passos
PROPONENTE: Deputado Evaldo Gomes
COMPONENTES: Deputados(a): Ziza Carvalho, Gessivaldo Isaias, Wilson Brandão, Nerinho, Aldo Gil, Simone Pereira e Doutor Hélio.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Sob a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

Bom dia todos e a todas! Convido a secretária, Sra. Marcela, para a leitura da ata da reunião anterior.

SRA. MARCELA (Secretária) - Ata com o resumo da oitiva do Senhor Nivaldo Ribeiro, promotor e diretor do PROCON, MP-Pi, na Comissão Parlamentar de Inquérito Equatorial Piauí, realizada às 10h dez horas) do dia 19 de abril de 2023, (décimo nono dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte três às dez horas), na sala de Comissão de Constituição e Justiça, realizou-se a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI - Equatorial Piauí, com a presença do Senhor presidente da comissão, deputado Evaldo Gomes, do Senhor relator deputado Nerinho e dos demais membros da comissão: a Senhora deputada Simone Pereira, os Senhores deputados Wilson Brandão, Gessivaldo Isaías, Ziza Carvalho além dos deputados Aldo Gil e Doutor Hélio. Iniciou-se com a leitura e aprovação do resumo da ata da reunião da sessão anterior e em seguida, iniciou-se a reunião para a oitiva para o Senhor Nivaldo Ribeiro, coordenador estadual do Procon - MP- Pi. O deputado Evaldo Gomes solicitou à assessoria a entrega do termo de compromisso para que o depoente assinasse, concedendo-lhe um tempo de 15 minutos para suas considerações e de 15 minutos para os parlamentares fazerem os seus questionamentos. O Senhor Nivaldo Ribeiro realizou a leitura na qual se comprometeu com a verdade e a realidade dos fatos, afirmando ter ciência que a falsidade de suas declarações, configura crime previsto no Código Penal Brasileiro. O deputado Wilson Brandão requereu, de forma verbal, o resumo da ata da sessão anterior. O deputado Evaldo Gomes atendeu a requisição e solicitou a assessoria que fornecesse cópia da ata para todos os deputados presentes. Concedeu a palavra ao depoente por 15 minutos. Passando todos os esclarecimentos e questionamentos, o Senhor Nivaldo Ribeiro afirmou que estava presente, hoje, para informar a situação do consumidor no Estado do Piauí junto a Equatorial. Que tem todos os dados em relatórios. Que recebeu o convite no dia 13 (treze) de abril e não teve tempo suficiente para fazer levantamento dos dados de todo o Piauí. Que, no Piauí, foram criadas 11(onze) regionais do Procon formadas pelos promotores de justiça. Que os dados dos demais municípios não têm em mãos, mas irá solicitar o levantamento relacionados a questão da prestação de serviços, requerendo, assim, ao presidente da comissão um prazo para entregar todo o relatório. Que é fato público e notório que o consumidor piauiense sofre a falta de energia e que o seu retorno é muito difícil. Que participou da audiência na Justiça Federal junto com o processo de 2010 contra a empresa Equatorial e lá foi comprovado que a ANEEL elaborou um relatório reprovando as contas da empresa, que não cumpriu a meta. O deputado Wilson Brandão questionou que em 2010 era Eletrobras. O Senhor Nivaldo Ribeiro afirmou que sim, pois o processo é de 2010, mas o relatório é de 2021/2022 que a meta foi para 2021/2022. Afirmou que tem este relatório em mãos, e que a ANEEL vai aplicar a penalidade na Equatorial por esse fato. Que é coordenador geral do Procon e promotor da Promotoria de Piripiri e que na zona rural há situações difíceis em que passam cinco, seis, sete dias sem a reposição de energia. Que muita gente está fazendo suas reclamações pelo **consumidor. gov**, cujo prazo são dez de dias para fornecer e apresentar um resultado. Que este prazo é razoável para o consumidor. Que a mudança da Eletrobras para a Equatorial causou um impacto muito grande em relação a questão de serviços, reposição do atendimento e reclamação. Que, nota que o quadro não é suficiente para atender essa demanda, visto que em Teresina, observam-se apagões. Que, muitos consumidores só obtém uma resposta quando chegam ao Ministério Público. Que se impõe um prazo de 24h(vinte e quatro) que são cumpridos pela Equatorial, todavia, o consumidor já está há 5 ou 6 dias sem fornecimento de energia quando realiza esta procura. Que, hoje, a energia é um bem essencial sendo necessária a resposta. Que só pelo 0800, é difícil a demanda ser atendida. Que, como coordenador do Procon, sente a dor do consumidor que não tem acesso a um celular pela falta de energia; como, também, deixa de ir a escola por falta desse fornecimento, que é um fato muito importante e precisa ser corrigido. Que nos municípios piauienses, em cidades pequenas, não tem nenhum funcionário para levantar nenhuma canela. Que antigamente existia parcerias da Eletrobras junto aos municípios, onde realizavam treinamentos para solucionar esses problemas. Que a Equatorial tem que trabalhar preventivamente, porque falta de energia está relacionada com a manutenção da rede, como roço, podendo ser feito com parceria com associação de moradores. Que sabem da existência de

investimentos, mas a própria ANEEL reconhece que em 2021/2022 a empresa não investiu o que prometeu, por isso reprovou o resultado. O deputado Evaldo Gomes questionou qual seria o prazo suficiente para o encaminhamento, por escrito, de todas as denuncias da capital e do interior. O Senhor Nivaldo Ribeiro respondeu que em trinta dias daria para encaminhar, por escrito todas as denúncias da capital e do interior. O Senhor Nivaldo Ribeiro respondeu que em trinta dias daria para encaminhar essa documentação.

O deputado Evaldo Gomes concordou com o prazo de 30 dias, já que a CPI tem um prazo de 120 dias, prorrogáveis por mais 60 dias e que essas informações serão de grande importância. O deputado Wilson Brandão apresentou dois questionamentos ao depoente: Se o Ministério Público do Estado do Piauí tem ações na justiça contra a Equatorial em razão de reclamações frequentes dos consumidores? Se nas reuniões de audiências junto à empresa, o depoente detecta o ânimo da Equatorial em melhorar o atendimento, em aumentar o número de turmas, principalmente na questão de operação e manutenção do sistema? Se eles têm a preocupação realmente com a qualidade do serviço perante o consumidor? Aduziu que teve o conhecimento, pelo sindicato, que foram realizadas demissões em massa, após a privatização, e que foram feitos novos contratos, mas aquém do que a empresa necessita para prestar um bom serviço. A deputada Simone Pereira questionou se o depoente tinha um detalhamento de quais os tipos de denúncias que são mais frequentes contra a Equatorial no Procon? Também perguntou se o coordenador tem os dados de quais são as cidades do Estado do Piauí que oficializaram mais denúncias em relação ao serviço da Equatorial? O Sr. Nivaldo Ribeiro afirmou que a Equatorial fez um acordo com a Upar, que é um órgão de conciliação do Procon, quem em relação a má prestação de serviços, e deram um prazo para resolver o problema até o dia 31 de dezembro de 2022. Que houve uma evolução nas cidades, que envolveram quarenta ações civis públicas. Que há uma evolução na zona urbana, mas na zona rural existe um problema que vão gerar outras ações no Ministério Público contra a Equatorial. Aduziu que, em relação aos servidores, percebem a insatisfação deles, porque eles não têm a condição de cumprir metas, pois são impossíveis de serem cumpridas. Que a empresa nunca sugeriu aumentar o quadro. Que o índice maior de reclamações e a má qualidade dos serviços tanto nos Procons municipais, como nos Procons estaduais, que em relação às cidades. Disse que vai apurar e enviar a esta Comissão, no prazo de 30 dias, detalhando quais cidades têm as denúncias. O deputado Ziza Carvalho aduziu que é preocupante o serviço da Equatorial em relação a eficiência que ela tem para fazer o corte de energia. Todavia, não tem a mesma eficiência quando é para religar ou consertar. Questionou se há, dentro do Procon, reclamações em relação ao corte de energia, cortes abusivos, se há alguma tolerância, por parte dos funcionários da Equatorial?l Se alguma medida, por parte do Procon, em resposta a isso? Que o depoente tem conhecimento de pagamento de algum auxílio ou gratificação por meta cumprida de corte de energia aos funcionários da Equatorial? O Deputado Gessivaldo Isaías questionou que há um *ranking d*e reclamações da Equatorial no Procon, e se a empresa cumpriu a Lei Estadual N° 7381/20 (que é proibido o corte de fornecimento de energia durante o momento crítico da pandemia e Lei Federal N° 14132/20 (que proíbe o corte em dias de sexta, sábado e domingo) está sendo cumprida pela Equatorial? O Senhor Nivaldo Ribeiro afirmou que em relação aos cortes abusivos eles ainda existem. Que a questão da Equatorial é a necessidade da humanização do servidor. Que em relação ao corte para a meta, não tem essa fato concreto. Sabe-se tem velocidade grande para realização do corte. Que o aviso do corte é realizado a partir do primeiro dia de vencimento, e que o Procon sempre cobra que o aviso do corte seja feito separadamente, mas que agora só colocam uma seta grande no talão, com letras que ninguém consegue ler, bem pequenas. Que sabe de corte de forma errônea - quando a pessoa já pagou. Ressaltou a importância dos Procons municipais em relação as demandas do interior, e que em 30 dias vai encaminhar à comissão dados dos Procons municipais. Que em relação aos cortes no período da pandemia, a lei foi cumprida. e, para as pessoas que são doentes, que precisam de oxigênio, a empresa quer que faça um cadastro, pois com o cadastro não há corte. Que há servidores que presenciam situações ruins e não cortam e outras sim. Que existe leis estaduais que dispõem sobre a necessidade de plantão para cortes sábados e domingos. Afirma ainda que não há corte nas sextas- feiras, pois estão dando uma freada. O deputado Evaldo Gomes questionou se pode afirmar que, tendo como base depoimentos de depoentes, se a empresa Equatorial é campeão de reclamações do público do consumidor no Procon? Qual o maior público que faz reclamações? Passando a palavra para o deputado Nerinho. O deputado Nerinho agradeceu a presença dos depoentes e dos demais membros da comissão, afirmando que algumas perguntas e indagações foram esclarecidas, mas passará, por escrito, e que em tempo hábil o depoente responderá todos os questionamentos. Quanto a constante falta de energia e as perdas, principalmente de utensílios domésticos, a Equatorial reconhece e consegue fazer reparo aos danos causados à população? O Sr. Nivaldo Ribeiro informou que em relação a questão do campeão de reclamações vai deixar por escrito. Que em relação aos questionamentos do deputado Nerinho trabalha desde de 2001 com o consumidor, e não tem conhecimento que nenhum cidadão

recebeu alguma geladeira, pois se for para preencher dados para ganhar uma geladeira, ninguém consegue. Que fornecerá todos os dados para o senhor. O Deputado Evaldo Gomes passou a palavra para a deputada Simone Pereira. A Deputada Simone Pereira sugeriu a redução do prazo devido ao tempo limitado, como também, que a medida em que o depoente tivesse alguns dados, enviasse para que esta comissão

dê continuidade aos trabalhos. O Senhor Nivaldo Ribeiro afirmou que encaminhará a documentação assim que for concluída e não deixará para o final. O deputado Evaldo Gomes agradeceu ao depoente pelos esclarecimentos, pois foi de grande importância para esta CPI, haja vista que o trabalho do depoente à frente do Procon é um trabalho enriquecedor, sendo muito forte na defesa do consumidor e informações que lhe forem passadas no período de 30 a 40 dias serão de grande importância para o andamento dessa CPI. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente da comissão encerrou a reunião que, para constar, foi redigido e digitado o presente resumo da ata pela assessoria desta comissão parlamentar de inquérito, a qual, depois de lida, achada conforme, aprovada pela comissão vai assinada pelo presidente e os demais membros da comissão subsequente.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Em discussão a ata.

SR. NERINHO (PT) - Só que você colocou aqui que ele, quando falou que o consumidor, é desde 2001 ou é 2011 na ata? Está 2001 e você leu 2011. Essa data tem que ser....

SRA. MARCELA (Secretária) - Na ata consta 2001 realmente. Eu li errado, fazendo a correção.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Peço a Marcela que pegue a assinatura do termo de compromisso do vice-presidente da Fiepi - Francisco Reinaldo Rebelo Sampaio e do senhor Tertulino Passos, presidente do Sindilojas. Só iniciaremos o depoimento de ambos, depois de assinada a declaração de compromisso. Peço, inclusive, a organização dos colaboradores da CPI, que ao iniciar o processo, já esteja com tudo em mãos para que não percamos tempo.

Quero, inclusive, comunicar e peço a permissão dos membros da comissão – amanhã teríamos dois depoentes aqui na CPI.

Os dois depoimentos, Marcela, de quem seriam?

SRA. MARCELA LIMA (Secretária da CPI) - O professor Paulo e o SR.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Então, nós temos aqui um empresário, do setor comercial que fica localizado no grande Dirceu e um professor da Universidade Federal do Piauí. Duas pessoas que se apresentaram e colocaram as dificuldades que têm para fazer sua produção. Segundo os mesmos, a Equatorial tem atrapalhado muito, sobretudo, com queda de energia.

Amanhã, teremos nesta Casa uma audiência pública para tratar, se eu não me engano, sobre o Dia do Assistente Social, então, peço – é uma Sessão Solene – peço aos membros que mudemos para segunda-feira.

Marcela, eu quero que encaminhe, ainda hoje, um ofício comunicando para essas duas pessoas

Para que possamos tomar esse depoimento na segunda-feira. Na segunda-feira poderia iniciar(com transmissão ao vivo) inclusive, com um ao vivo. Infelizmente, nós não estamos ao vivo pelo fato de haver uma sessão solene no Plenário da Casa.

Peço que na segunda-feira, às 10 h, estejamos com tudo no ponto para que o depoimento ocorra no prazo previsto. A pergunta que eu faço à secretaria, aos colaboradores da CPI: Os documentos do termo de compromisso já estão o.k.?

Essa CPI é um requerimento de Nº 95/2023, assinado por este deputado e por outros deputados desta Casa, que depois de cumprir formalidades e partes regimentais, foi criada a Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, para no prazo de 120 dias, podendo ser prorrogado por mais da metade desse prazo, para apurar a má prestação de serviço prestado pela empresa Equatorial, tanto na capital, quanto no município do Piauí, o que tem gerado graves transtornos aos consumidores piauienses.

Eu peço ao nosso primeiro depoente, vice-presidente da Fiepi, que aqui representa o presidente José Filho de Moraes Sousa, que ele iniciasse(....) - Eu já estou formulando um pergunta para o mesmo. Ele tem um tempo de 15 minutos, se assim achar necessário e, terá 3 minutos para cada pergunta, se assim, porventura, os deputados acharem conveniente.

A primeira pergunta que eu faço para que o mesmo possa iniciar sua fala: A federação tem algum relatório com diagnóstico referente à falta de distribuição e a qualidade de energia operada pela empresa Equatorial?

Com a palavra o nosso depoente, Francisco Reinaldo Ribeiro Sampaio. **SR. FRANCISCO REINALDO** (Vice-presidente da Fiepi) - Bom dia a todos! Inicialmente eu gostaria de parabenizar esta Casa pela instalação desta Comissão – a Comissão Parlamentar de Inquérito-8 que eu acho de suma importância. Normalmente empresas que têm concessões públicas, são empresas que não têm concorrência no mercado, justamente porque atuam sozinhas. É muito importante que tenhamos atores que sigam(...) Eles têm vários regulamentos que têm que ser seguidos, e dados que têm que ser mostrados para esse órgãos fiscalizados para que eles possam cumprir metas. Mas entendo que a sociedade também tem que participar com cobranças para que esses serviços não venham ser descaracterizado, até porque entendemos que os órgãos fiscalizadores no Brasil de modo geral, eles são bastante, digamos assim, lentos no momento de agir. Estamos vendo um questionamento de 2001 que estende por longos 20 anos. Então são coisas do Brasil!

Mais uma vez parabenizando pela instalação desta CPI, para que possa acompanhar *pari passo* a evolução dos serviços prestados por essas empresas, no caso da Equatorial aqui, mas nós também temos outras concessionárias atuando no Piauí.

Tão logo nós recebemos a convocação para participar desta CPI, fizemos uma consulta informal a algumas industriais que têm relativamente uma carga grande. O tempo realmente foi curto, não deu pra fazer uma pesquisa mais substanciada, mas o que nós ouvimos da grande maioria que nós consultamos, até

mesmo por telefone, é que o atendimento nas suas empresas têm sido a contento.

Nós tivemos três momentos a partir da concessão ou da privatização quando a Equatorial assumiu. Num primeiro momento, que é o momento zero que eles assumiram, os serviços anteriores eram realmente ruins nas empresas, principalmente nas industriais, e nesse primeiro momento foi difícil. Tivemos muito diálogo com eles e eles conseguiram dar uma melhorada. - até pelo comprativo que tínhamos anteriormente, estava tão ruim o serviço que uma pequena melhorada já foi muito. Nesse primeiro momento tivemos uma melhoria

Eu diria que num médio prazo, depois foram atendendo outras demandas. Então assim, no cômputo geral, temos visto essa melhoria no atendimento pontual – que eu digo atendimento nas demandas de grandes cargas, quando há a necessidade.

Nós tínhamos um problema seríssimo de quase vinte anos, quinze anos no Polo Industrial que não era atendido,mas depois foi resolvido, até de uma certa forma rápida. Lógico, que não dava para ser tão rápido por causa dos investimentos. Na época, inclusive, tínhamos dificuldades de aquisição até de equipamentos – acho que tinha um período aí que estava difícil até de chegar equipamentos novos, como subestações e etc.- Mas assim, de uma maneira geral foi isso!

Com relação a sua pergunta, presidente, do diagnóstico. Nós não temos esse diagnóstico. Como eu falei, foram questionamentos informais e o diagnóstico nós não temos, a Federação das Indústrias não tem esse diagnóstico, de nem antes da Equatorial e nem depois.

Então, o que nós temos a relatar seria a questão da classe industrial. Entendemos que tem melhorias, já muita coisa foi feita, até por que ao longo do tempo vai subindo a régua de exigência: se o serviço melhora um pouquinho, você quer mais ainda. Então, isso é normal de qualquer cidadão ou empresa, se você tem um serviço que era ruim e melhorou um pouco, você quer que ele continue melhorando. Então, vai sempre ter questões que entendemos que podem melhorar

Era isso que tínhamos para trazer neste primeiro momento. Nos colocamos à disposição para qualquer questionamento.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) Bom, tem algum deputado que queira fazer algum questionamento ou alguma pergunta?

Com a palavra a deputada Gracinha Mão Santa.

SRA. GRACINHA MÃO SANTA (Progressistas) - Bom dia a todos!

Presidente, Francisco Rebelo Sampaio, você explicou que teve uma pequena evolução no sentimento, porque não tem gráfico, até porque as indústrias as vezes não vão diretamente na Fiepi e, isso já era de se entender. Mas assim, no seu sentimento, o estado inteiro como um todo, não se baseando só aqui na capital, . Sobre o que o Senhor vê na questão da evolução Cepisa\ Equatorial, até hoje, no impacto da indústria, no sentido que diminuiu um pouco - no seu ponto de vista - a questão de ter mais investimentos, de se conseguir diminuir a sobrecarga(...) - Isso, inclusive em Parnaíba teve em um polo industrial(...) - A gente não conseguia que as empresas se locassem por conta disso. - Eles jogaram para o município como que eles pagavam Cosip. Conseguiram até via judicial na época, salvo engano, acho que não foi nem administrativo. Passasse para o município a responsabilidade, já que era do município o polo industrial. O município teve que fazer com a taxa de cosip do município. Às vezes também há essa... é meio complexo, porque há essa divisão. Sabemos, dentro da Equatorial, da responsabilidade do município e da própria Equatorial, quando se divide a Cosip. Eu sei que isso fica muito confuso quando às vezes vai até para o consumidor final, porque ele também não sabe a quem recorrer. O Senhor tem visto que quando falta luz, por exemplo, nas cidades por falta da sobrecarga, naquelas zonas que são mais longes, se é Equatorial que está fazendo a parte dela, como concessionária, ou as empresas já tem seus geradores de forma suplementar e por isso estão conseguindo escapar, não pelo que pagam, e sim por investimentos próprios de energias complementares?

Como sabemos, hoje, temos grande parte de energias eólicas, energia solar, temos outros tipos de energia e temos também indústrias que fazem a sua própria usina, pequena de energia.

Então, a gente queria deixar assim também uma separação, porque eu sei para o vice-presidente às vezes não vai ser fácil responder alguma coisa, mas queria saber se ele sabe se está sendo suprido essa melhoria pelo próprio empresário, com outros meios de energia, ou se a operadora, pelo menos, está indo lá e resolvendo? As taxas de indústria, presidente Evaldo, são as maiores, isso é o que sustentam(..)

. As reclamações que nós temos, como deputados, são mais de cidade e comunidade, justamente, porque a indústria é mais forte, ela acaba conseguindo

Mais, porque ela é mais forte e também tem a sua parte jurídica, ela tem geralmente um jurídico mais forte, ela entende mais de leis, ela tem mais autoridades para se reportar, ela tem o Fiepi que é forte, ela tem outros amparos mais fortes do que o Procon, que é do consumidor direto, que às vezes fica sozinho isolado e, que ele consegue ficar com demandas altíssimas de uns municípios e não resolver nada. Então, se o senhor pode dar uma luz no que entende do geral e até no que possa nós ajudar a ajudá-los.

SR. FRANCISCO REINALDO (Vice-presidente da Fiepi - depoente) - Obrigado, deputada. Perfeito! eu acho que sua colocação foi bastante pertinente. Existe uma regra na Equatorial, isso tem todo um regulamento que às vezes até difícil da gente entender, mas acho que esse caso que você citou de Parnaíba é interessante, porque via de regra, as empresas também arcam com algum investimento.

Então, quando a gente entra com o processo de melhoria, ou de uma ligação de uma indústria, é fato que ocorre muito isso - "olha, a gente atende até aqui, mas esse pedaço aqui, você tem que entrar com investimento e fazer também". Então, as indústrias têm arcado realmente com algumas despesas, é porque a gente quer resolver o problema. Então, assim, mas também a gente entende que se eles estão dizendo que não é parte dele, a gente está entendendo, ou aceitando que de fato é a gente estuda, olha e tal e verifica que há alguma coisa que é realmente do consumidor, no caso do industrial. Então, várias solicitações, várias questões que foram atendidos foi, também com boa parte, com participação do empresário arcando com uma parte da despesa.

E com relação ao questionamento das melhorias: o que eu posso relatar aqui, é até uma coisa pessoal, é que a gente viaja muito pelo interior do Piauí, assim e a própria capital, a gente percebe algum investimento. Pegamos uma estrada aqui, tipo pra o norte, daqui pra José de Freitas, percebemos que tem postes novos, os cabos todos são novos, quer dizer, há um grande investimento realmente que eu acho que daqui a alguns anos, deveremos ter uma melhoria. É difícil se melhorar de uma hora para outra, uma coisa que já estava tão ruim, melhora um pouquinho, como eu disse, mas no geral, eu acho que leva algum tempo, realmente. Se não me engano, acho que eles estão aí há uns cinco anos, já é um tempo razoável, mas é que a coisa estava tão ruim. Eu moro ali no Ininga, eu percebo que ao longo do muro da Universidade, acho que vários de nós aqui passamos ali, pelo menos, uma vez de vez enquanto, tem ali todo um postiamento novo e todo cabeamento novo. E na minha região onde eu moro, faltava muita energia, muita mesmo. Ainda falta hoje? Falta, mas é bem menos do que faltava antes. Então assim, percebe-se a olhos nus. Agora já está atendendo à contento, já é o que a gente espera? Acho que não, até por que nós estamos aqui para discutir isso. E a gente tinha até uma régua também, que era muito alta nossa, que era a perspectiva que tínhamos de melhorias, nós tínhamos investimentos bem aqui do lado do Maranhão, que se dizia que o Maranhão era plenamente atendido, não tinha reclamação, mas o comparativo nosso, era nossa antiga Cepisa. Quer dizer, fica um comparativo muito difícil de fazer, mas o que se tinha de informação que era muito bom o funcionamento da Equatorial no Maranhão. Então tínhamos essa base, a expectativa foi muito grande. E talvez essa expectativa ainda não tenha nos atendido. Então, eu acho que mais ou menos isso, é um sentimento nosso, assim como observação já que a deputada pediu que eu colocasse, pelo menos, uma questão até mesmo pessoal.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Com a palavra a deputada Simone Pereira.

SRA. SIMONE PEREIRA (MDB) - Bom dia, Sr. presidente! Bom dia aos nossos convidados, Sr. Francisco Reinaldo, Sr. Tertulino Passos.

Eu gostaria de saber, Sr. Francisco Reinaldo, com relação a questão do diálogo entre a Fiepi e a Equatorial. Como é que é esse diálogo? Vocês têm algumas reuniões periódicas? Vocês fazem essa exposição das dificuldades, das limitações que a energia de má qualidade impõem aos investimentos no nosso Estado? E se existe esse diálogo? Qual a resposta da Equatorial? A Equatorial atende as demandas de vocês, ou muitas vezes ficam apenas nas reclamações, nas solicitações e as coisas não avançam?

SR. FRANCISCO REINALDO (Vice-presidente da Fiepi - depoente) - Obrigado pela pergunta, deputada. De fato, logo que eles assumiram, a gente procurou uma aproximação com eles, através de audiência, fomos lá, eles foram até a Fiepi, conversar em um primeiro momento, aproximação, até para ver qual era a ideia e como eles estavam chegando no Piauí. Então, já houve essa aproximação deste o início, até porque a gente sabia que o problema era sério,

Tinham muitas indústrias, realmente, com bastante dificuldade de energia. Então, procuramos fazer logo essa aproximação muito cedo. Não temos dificuldade de diálogo com eles, realmente, existe essa aproximação. Não temos uma coisa assim constante, permanente de diálogo com eles, mas tão logo aparece situações pontuais de alguma indústria, algum industrial ou alguém querendo se instalar no Piauí, a gente procura juntar esses elos, o investidor ou empresário que já está aqui com a direção da Equatorial. Então não existe essa dificuldade realmente desse trato, tem sido atendido, pelo menos, nos recebido. E o atendimento, que eu digo, das demandas são bastantes diferentes de cada caso. Como eu falei, há situações que o empresário, o investidor tem que entrar com recurso também. Então, do modo geral é essa, não é uma relação ruim, digamos assim, é uma relação normal de empresários.

SRA. SIMONE PEREIRA (MDB) - Só complementando: quando o senhor coloca, é uma relação normal. Se nós pedíssemos para o senhor avaliar entre ruim, regular, boa e ótima, como o senhor avaliaria?

SR. FRANCISCO REINALDO (Vice-presidente da Fiepi – depoente) - Boa, a situação do relacionamento boa; da situação geral, eu diria que está de boa para um pouco menos, mas não é uma coisa ruim para a gente.

SR. GESSIVALDO (Republicanos) - Senhor presidente!

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Pois não, deputado Gessivaldo!

SR. GESSIVALDO (Republicanos) - Senhor presidente, eu ouvi aqui o vice-presidente da Fiepi. Então, eu quero perguntá-lo se essa nossa convocação para Fiepi, quer dizer que hoje todas as nossas indústrias, que estão no Piauí, estão contente com a Equatorial na avaliação dele boa? Ele pode, como representante das indústrias, categoricamente afirmar a esta comissão que a Equatorial está agindo de maneira 100% correta com a indústria?

SR. FRANCISCO REINALDO (Vice-presidente da Fiepi - depoente) - Obrigado, deputado, pela pergunta. Acho que ela é até boa para esclarecer, como eu falei no início, nós fizemos uma consulta informal, até tivemos um problema de comunicação, acho que chegou uma convocação, não chegou ao gabinete, lá, por problemas nosso, depois refeita. Então ficou um pouco assim, foi bem rápida, mas os dados que nós coletamos foram de forma informal. E eu não posso realmente de fato afirmar e, eu tenho certeza que não é pleno esse atendimento, isso eu tenho certeza, que nós vamos encontrar indústria, ou setores que não são atendidos. Isso aí eu não tenho menor dúvida, até porque existe situações, por exemplo, se colocar o sul do Estado onde a agroindústria está se instalando, se tem um dificuldade muito grande, porque as extensões são muito grandes. Então lá tem empresários industriais querendo se instalar e não tem condições ainda. Isso está sendo tratativas também, mas a dificuldade é tremenda. Não é que a coisa esteja a mil maravilhas, estou só dizendo assim: há um todo um relacionamento, há essa aproximação, há uma boa vontade de ser atendido, mas é lógico que 100% nós não estamos, não existe essa satisfação plena de maneira nenhuma. Isso aí eu posso afirmar de forma bastante tranquila.

SR. GESSIVALDO (Republicanos) - Então, Sr. presidente, eu gostaria de se fosse possível, Senhor Francisco Reinaldo, realizar um levantamento mais apurado, já que nós não tivemos esse tempo plausível, junto as indústrias em relação aos problemas enfrentados por falta de energia, se pode ser feito esse levantamento em um prazo de 30 dias pra encaminhar a esta comissão?

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Antes da palavra do nosso depoente, só quero reforçar que nós fizemos essa convocação há três semanas. Nós fizemos uma primeira convocação, o presidente da Fiepi, José Filho entrou em contato conosco, pedindo mais um prazo. Nós demos um prazo, inclusive de mais 15 dias, e hoje Vossa Senhoria está aqui dando o seu depoimento. Naturalmente que a pergunta do deputado Gessivaldo é muito pertinente, porque, inclusive, a gente pediria que o Senhor encaminhasse, no prazo de trinta dias a outras informações que achar necessária, porque eu não acredito, com todo respeito ao Senhor, eu não acredito que todas as indústrias do Piauí estejam satisfeitas. Mas também é bem lógico que o Senhor também falou isso, foi bem claro também, naturalmente não existe perfeição. Quer dizer, na sua opinião houve um avanço no setor elétrico

para, inclusive, favorecer e contribuir para o fortalecimento das indústrias, mas por outro lado, não apresentou dados e nem informação de quais indústrias ainda estão com dificuldades. Porque, aqui mesmo, deputada Gracinha, um empresário nos procurou para dar um depoimento a esta Casa, ele é um industrial lá da região do sul do Estado, onde diz que está há um ano tentando colocar energia no seu negócio, para de fato fazer o seu trabalho, ou seja, produzir para o estado do Piauí. - Mas a gente precisa respeitar suas opiniões, nós não estamos aqui para lhe forçar dizer que a Equatorial presta uma mau serviço; nós estamos aqui no condição de CPI para ouvir os depoentes e, naturalmente, se achar necessário, o senhor pode, inclusive, encaminhar para CPI, por escrito, essas informações que os deputados estão querendo saber.

Com a palavra a deputada Gracinha, depois passamos a palavra a deputada Simone.

SRA. GRACINHA DO MÃO SANTA (PP) - Então, presidente, só complementando, para fica melhor para o depoente falar de uma vez só, que vai ligar um no outro. E que esses dados como o presidente Evaldo disse, às vezes demoram muito mesmo, porque tem a primeira etapa. A primeira etapa é o quê? O empresário vai, ele submete a Equatorial o projeto de engenharia: o empresário tem que fazer todo o estudo de carga - não é a Equatorial - tem que fazer tudo aquilo, que ele já faz todo o projeto. Já é caro, né? Aí ele já faz toda aquela etapa como todo o setor público. Eu queria que o senhor até visse a média, porque eu acho que para o senhor é fácil ver, como colaboração mesmo, como o presidente Evaldo disse, não é obrigando - embora CPI tenha o poder de obrigar - mas assim como colaboração mesmo de dados, que vocês tem várias regionais que pegam o estado como um todo, com as suas regionais, poderia ser pelas regionais, os pedidos de indústria (...) desse massacre também. É muito demorado o entrar, o aprovar, o ajustar. O aprovar, primeira etapa; depois a etapa que - quem entra com quê? A Cosip... Para você ver, o senhor percebeu, nós somos todos muito esclarecidos aqui. O vice-presidente cometeu um equívoco, porque ela é confusa. Eu sei, porque eu fui muito tem à frente da superintendente da Iluminação Pública na Seinfra, ela é confusa mesmo! Esses postes que o Senhor vê, a maioria trocado, estão obrigando os prefeitos municipais - que era para usar para manutenção sua Cosip - então, está lesando o consumidor. E está tendo que ele trocar os cabeamentos e postes novos. E a maioria dos investimentos é da prefeituras. - Se vocês pegaram com a APPM-. Então assim, o consumidor paga aquilo ali para ter duas benfeitorias e acaba sacrificando o recurso que é para manutenção, aí muita rua fica escura por isso em alguns municípios menores, porque tem que fazer a parte que a Equatorial que pega o dinheiro. Então, são duas coisas diferentes do consumidor que já é lesado. Mas a indústria que a gente queria ver. Primeiro, prazo para a industria comum. O deputado Evaldo falou aqui, prazo que é uma massacre! A pessoa fica em fila em prazo e não tem resposta, que você fica em fila só se você tiver um grande relacionamento com o presidente e, uma indústria está querendo botar..., e às vezes não tem, às vezes ela é até de fora. Então essa parte de prazo e de investimentos por região, vocês poderiam colaborar, com a gente como foi e com está sendo. Por que como foi que conseguiu implantar e como está sendo hoje? Quem ainda está nessa luta? Como o deputado Evaldo

citou aqui e, eu tenho inúmeros casos assim e são demoradíssimos só o processo burocrático, já e de desestimular a empresa e a empresa querer ir para fora.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – solidariedade) - Antes de passar a palavra aqui para o nosso convidado, eu passaria a palavra para a deputada Simone e depois para o deputado Aldo Gil.

SRA. SIMONE PEREIRA (MDB) - Só complementando a sua observação que foi muito pertinente, talvez na minha pergunta, eu não tenha me colocado com muita clareza, quando eu perguntei com relação a questão do relacionamento entre a Fiepi e a Equatorial. Eu não falei de um relacionamento de cordialidade, daquele bom tratamento. Eu me refiro a questão da resolutividade, que é diferente. Então assim, causa-me estranheza, se colocar que é um relacionamento bom, satisfatório, quando eu recentemente – quando secretária do Agronegócio – ouvi muitas reclamações com relação a questão da qualidade da energia, de muitas e muitas empresas, muitas e muitas indústrias deixam de se instalar

No estado do Piauí, por conta dessa qualidade da energia.

Então assim, receber bem, tratar bem é uma coisa, agora a resolutividade, a capacidade de resolver o problema ou de, pelo menos, ter um ajuste de conduta ou você estabelecer prazos de investimento é outra coisa. Então a minha pergunta com relação a esse relacionamento não é o da cordialidade, mas da resolutividade. E assim, acho meio incoerente uma avaliação boa, por parte do órgão da Federação das Indústrias, quando a gente ouve demais, uma quantidade absurda de reclamação com relação a qualidade da energia provocando, inclusive, prejuízos para a indústria no estado do Piauí.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Passo então a palavra para o deputado Aldo Gil, e logo após a fala do deputado Gil, retornamos ao nosso convidado.

SR. ALDO GIL (PP) - Senhor presidente, cumprimento aqui os convidados, os colegas deputados. Os problemas da Equatorial – todo mundo aqui sabe vários problemas que acontecem no estado do Piauí, no interior, na capital. Mas, eu queria só confirmar que o depoente, ele está representando as indústrias do estado do Piauí, correto, mas, como ele mesmo falou, pelo que eu pude perceber, ele não tem esse levantamento das indústrias. Ele está aqui representando as indústrias, mas não deu tempo, ele não fez esse levantamento das indústrias. Então, eu acredito que deveria ser chamado em uma nova oportunidade, com esse levantamento, para que a gente pudesse fazer as perguntas com as respostas vindo de quem a gente quer saber, que são as indústrias. Então, não adianta a gente ficar discutindo sem esse levantamento das informações. Então já que não se tem as informações das indústrias, qual é o sentimento, se estão sendo atendidos, se estão insatisfeitos, não existe esse levantamento agora aqui na CPI, nessa reunião. Então, eu peço ao presidente que, se houver possibilidade chamá-lo, mais uma vez, com esse levantamento.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Acho que o deputado Aldo Gil está coberto de razão, inclusive, falei agora há pouco que daríamos 30 dias para a Fiepi apresentar esses dados, essas informações, porque de fato, como eu bem disse, os deputados aqui têm o papel e a obrigação de zelar pelo bem público, pelo serviço da população. E a Equatorial presta uma concessão pública para o estado do Piauí.

Então, passo a palavra ao deputado Gessivaldo.

SR. GESSIVALDO ISAIAS (Republicanos) - Corroborar com a V.Exa.. Nós não queremos que, se a indústria estiver positivamente bem com a Equatorial, sem problemas; mas nós precisamos de dados, porque só palavras não nos deixa satisfeitos em fazer uma apuração na CPI. Então, esses dados seriam essenciais, por isso nós sugerimos essa questão de 30 dias, porque aqui, Sr. Francisco, pelo que posso perceber, a V.Exa. como Fiepi, representa todos os industriais pequenos e grandes. Então, seria **inexequível** a V.Exa. falar aqui dos pequenos que estão sofrendo e, talvez, os grandes não. Então, fica aqui a minha ponderação com relação a essa comissão para que V.Exa. faço um levantamento, tanto das grandes, quanto das pequenas, porque às vezes tem uma lá na ponta que esteja passando dificuldade. E eu sei que é importante o papel da Fiepi, nós no estado do Piauí reconhecemos o papel da Fiepi, como em todo o Brasil. Então, Sr. presidente, nesses 30 dias, o Sr. Francisco faria o levantamento e viria novamente a esta CPI trazendo dados palpáveis para que nós possamos, ou dizer que com relação as indústrias está o papel da Equatorial efetivamente sendo feito como foi planejado, quando ela assumiu a Cepisa; ou então se tem algum deficit para a gente apontar. Porque o que nós estamos querendo aqui, Sr. Francisco, é poder melhorar o serviço, contribuir para melhorar o serviço da Equatorial, não somente para a população, mas também para as indústrias. Então, fica aqui o meu aparte para que V.Exa. possa pedir para que possa vir em 30 dias e a gente novamente fazer aqui as perguntas e acoplar aqui

Ao nosso relatório da CPI.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Perfeito, deputado. Eu quero mais uma vez reforçar: o depoente não está aqui pra fazer qualquer tipo de acusação à Equatorial. O depoente está aqui apresentando para esta comissão e, naturalmente, depois fazermos um relatório de como é que a Fiepi, hoje vê, qual o tipo de relacionamento, como bem disse a deputada Simone, com a Equatorial? O serviço é de qualidade, tem contribuído para o crescimento das indústrias? Ou seja, o depoente não está aqui para a gente forçar ele a dizer que o serviço está ruim, nós queremos apenas do depoente a verdade, porque nós temos o dever e a obrigação de prestar contas junto ao povo do Piauí.

Com a palavra o Sr. Francisco.

SR. FRANCISCO REINALDO (vice-presidente da Fiepi – depoente) - Obrigado! Como eu falei diversas vezes, nunca disse que está 100%. Coloquei que a questão da Equatorial existe pendência. A deputada Gracinha acabou de lembrar a questão da aprovação dos projetos, realmente é uma demanda, tudo demorado, isso existe, é um gargalo. Tem melhorado? Tem melhorado, mas é um gargalo! A gente tem dito isso para eles. Então, o nosso relacionamento com eles, quando eu digo, é esse: apontar os problemas que existem e eles procuram melhorar. Agora, isso leva um tempo. Não vou dizer, a gente fala hoje, eu falei com fulano para melhorar isso aqui e no outro dia resolveu. Não é assim realmente! Tem todo um prazo a ser percorrido.

Com relação ao diagnóstico – o que eu vejo que poderia ser feito, se os Senhores concordarem, é a gente indagar a classe industrial se tem alguma pendência, porque é muito difícil mandar um documento para um industrial e dizer: me relate bem aí qual o problema da Equatorial. Porque eu estou pensando de uma forma mais objetiva seria: mandar uma correspondência para as industriais perguntando se tem projetos pendentes dentro da Equatorial, ou demandas pendentes e a gente trazer isso para a CPI, porque não entenderia, como eu consultaria os empresários dos serviços da Equatorial, mas sim projetos que estejam tramitando ou demandas que estejam por ser atendidas. Isso satisfaria os Senhores?

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Acho que a gente precisa encaminhar um documento de como que está hoje.

SR. FRANCISCO REINALDO (Vice-presidente da Fiepi - depoente) - Eu queria a clareza para saber o que eu teria que trazer para cá. Ficou muito superficial pra mim, coletar uma informação dos industriais com relação aos serviços que a Equatorial está fazendo. Ele pode dizer: o meu aqui está bom, mas eu preciso mais disso. Tem demandas que não foram atendidas? Tem demandas pendentes?

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Você pode trazer um relatório apresentando os pontos positivos e, naturalmente, se tiver, os pontos negativos, apresenta-se esse relatório. Por exemplo, um ponto negativo que tem atrapalhado as indústrias, o crescimento industrial no Piauí é esse, por parte da Equatorial. Mas também, por outro lado, como nas suas próprias palavras, o ponto positivo é esse. Então acho que é possível sim, o Senhor fazer esse relatório.

Com a palavra o deputado Nerinho.

SR. NERINHO (PT) - Senhor presidente, eu ia deixar para falar só depois de ouvir os dois, mas já que entrou nesta celeuma, nós temos um grupo de whatsapp e confesso que eu pensei que nós teríamos mais dados concretos. O que nós poderíamos fazer? A Equatorial ela passou já praticamente duas semanas sem nenhum depoente vir aqui, pediram para sair. Nós temos a Fiepi, que é uma entidade forte, mas A Fiepi é uma federação. E eu queria aqui combinar com os colegas desta CPI, que no lugar de novamente convocar a Fiepi, nós chamássemos a Associação Industrial. Então, nós pegaríamos o nosso grupo e colocaríamos as perguntas, mandaríamos oficialmente para a Fiepi, pediríamos que eles nos dessem esse documento de devolução no prazo de 30 dias, anexaríamos no nosso relatório e automaticamente nós chamaríamos o pessoal da Associação Industrial também. Que eles têm muito a contribuir com a gente, marcaríamos logo isso. Então, com a Fiepi, nós mandaríamos as perguntas, por escrito, para ele e, no prazo de 30 dias nos responderia isso aí. Era essa a minha contribuição. Não sei se daqui a 30 dias, vai ter tempo e a nossa CPI já está com mais de 30 dias, teoricamente nós temos menos de 90 dias para concluir e ela ainda tem muitas pessoas para serem ouvidas. Então para objeto de valor

Nós poderíamos pegar e convidar a Associação Industrial do Piauí para que pudesse também dar os esclarecimentos.

Só a título de curiosidade, não vou dizer que a Equatorial não melhorou, até acredito que tenha melhorado, mas aquela problemática lá do Distrito Industrial do Polo Sul, ali teve a mão direta do governo; senão tivesse tido a mão direta do governo, não tinha tido isso. Eu lembro e disse aqui que o pessoal da Ferronorte tinha uma máquina que custou dez milhões de Euros, não sei, salvo engano, a máquina estava há seis meses parada porque não tinha energia suficiente. Como foi que foi feito? Tinha que puxar linha de 69(meia nove) e essa linha de meia nove, quem bancou toda essa extensão? A Equatorial fez, mas o governo foi quem pagou para a Equatorial, porque ela dizia que não tinha condições. Então, é esse tipo de coisa, ou seja, o governo usou toda a estrutura que nem a deputada Gracinha disse: os prefeitos colocando os postes e a Equatorial continua recebendo o dinheiro do mesmo jeito. Então assim, eu queria com a concordância dos meus pares aqui, que nós no grupo que temos de WhatsApp, mandaríamos as perguntas, formularíamos as perguntas, Marcela mandaria para a Fiepi e em um prazo de 30 dias nos devolveriam com respostas para que nós pudéssemos colocar no nosso relatório. E, automaticamente, Marcela, já chamaríamos, já veríamos uma data para a Associação Industrial do Piauí.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Só um minutinho, deputado. Essa Associação Industrial já foi inclusive incluída no nosso calendário. Na reunião da segunda-feira com os membros da Comissão, V. Exa. não pôde estar presente, nós aprovamos o convite também para a Associação Industrial.

Eu passo a palavra para o deputado Aldo Gil.

SR. ALDO GIL (PP) - Só uma dúvida. Eu queria tirar uma dúvida, pegando a deixa do que o Nerinho falou, tem muito problema que a Equatorial enfrentou e que foi resolvido, mas não pela Equatorial. Eu conheço vários, inúmeros empresários que tiveram problemas com a Equatorial, não quiseram aguardar ela resolver e resolveram do próprio bolso. Inclusive,

eu tenho exemplo lá em casa, já aconteceu comigo e eu conheço inúmeros empresários que tiveram problemas, que já resolveram o problema, sem a Equatorial ser a responsável pela resolução do problema. A minha pergunta é: esses problemas que já foram resolvidos vão constar na Comissão ou só importa o que está ainda pendente?

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Olha, é assim: o representante da Fiepi está aqui para, inclusive, preparar um relatório num prazo de 30 dias. Como eu bem disse, ele vai apresentar os pontos positivos, como aqui ele mesmo falou que tem ponto positivo, e, naturalmente, se tiver ponto negativo, na opinião da Fiepi, ele apresentar (também). Nós não estamos aqui para, quer dizer, fazer as perguntas, naturalmente, ele responder, e esse relatório é de grande importância para nós, por quê? Porque através desse relatório nós faremos a nossa conclusão do nosso relatório final da CPI, está certo? Por quê? Porque ainda temos, inclusive, outras pessoas para serem ouvidas, outras personalidades, outras instituições e, naturalmente, faremos um resumo do que, de fato, queremos. O que nós queremos com a CPI? Melhorar a qualidade do serviço de energia no Piauí, está certo? E aí, naturalmente, a fala dele apresenta dados positivos e ele diz que tem dados negativos, mas não apresentou dados concretos. E nós pediríamos aqui os 30 dias e ele não está se recusando a apresentar esses dados. Os 30 dias são suficientes para trazer o relatório até a CPI. Não é isso, Sr. Francisco?

Para concluirmos, eu passo a palavra para a deputada Gracinha.

SRA. GRACINHA MÃO SANTA (PP) - Sr. Presidente, eu ia lhe pedir licença para nós sintetizarmos um pouco, porque eu acho que nós falamos muito. Até para o vice-presidente também não ficar tão confuso. Entendi bem sua colocação. Nós todos podemos colaborar sendo também bem objetivos nas perguntas e a Fiepi entra como uma grande colaboradora por ter o conhecimento e a possibilidade de nos trazer os dados mais fiéis da evolução. Se ela conseguir.... O que eu acho que devemos pedir? A evolução mesmo desde Cepisa até agora, o que ele pode nos fornecer. Claro, que ela não vai pôr aquilo que ela não consegue ter, mas como ela têm polos, vocês têm polos regionais, como a gente chama, da Federação, em vários lugares do estado, isso facilita muito. Então, Sr. Presidente, queria até pedir licença para V. Exa., (e pedir) para quem conhecer mais algumas regiões, que as perguntas possam também ser bem claras, porque facilita para o vice-presidente, pois ele, com certeza, não vai fazer esse relatório. Ele vai pedir para as regionais e para os setores que tenham isso, então ele precisa de uma objetividade também para

Responder de forma bem objetiva. Então, pedir aqui só para nós sintetizarmos mais. Entendemos bem que a Fiepi está sendo chamada aqui não como parte que está sendo investigada e sim, como parte colaboradora e como parte que possa ser lesada através das indústrias que não estão conseguindo, como o deputado Nerinho disse, como o Aldo Gil também, como eu tinha dito, muitas vezes aquilo que ele paga não está se transformando em serviço, à contraprestação, e está tendo que ser pago duas vezes, tanto pelo privado como pelos municípios, como pelo governo. Então, deixando claro, acho que o deputado Evaldo tentou dizer isso: aqui não é uma guerra, aqui é uma CPI de análise com a objetividade de se chegar ao final da CPI com algo concreto de resolutividade, de entendimento com a Equatorial também, de melhorias em pontos cruciais. Então assim, nós pedimos a licença da palavra só para (pedir para) nós sintetizarmos e sermos mais objetivos. Queria pedir também para o senhor olhar com carinho o pedido da Associação dos Eletrotécnicos em participar. Eles vieram voluntariamente se oferecer. Eles são da Associação dos Eletrotécnicos, porque hoje os conselhos dos técnicos são outros e não o CREA, e tem associações específicas. Então, eles trabalham na Equatorial em todo o estado, eles têm muito relatório para apresentar, como colaboradores e como técnicos da própria empresa; e eles pediram para serem convocados. Passei aí no grupo para análise na segunda-feira.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Eu pediria, então, que os colaboradores da CPI, os servidores comissionados que estão dando apoio à Comissão de deputados, possam ainda hoje, incluindo inclusive a proposta aqui da deputada, para ser ouvido, que ele possa nos apresentar> um calendário hoje. Esse calendário pode ocorrer na segunda-feira, pode ocorrer na quarta-feira, mas nós precisamos desse calendário. Hoje nós queremos um calendário de todos aqueles que darão depoimentos aqui na CPI, está certo? Inclusive, fazendo uma convocação de todos. Nós não queremos mais aquelas convocações, vamos dizer assim, faltando 48 horas, 72 horas. Queremos que todo o calendário, seja dos convidados, dos depoentes, sejam feitos nessa semana ainda. Então, pedirei aos nossos colaboradores que possam fazer isso o mais breve possível, para que nós possamos aqui dar encaminhamentos de forma resolutiva à CPI.

V.SAS. ainda quer concluir a sua fala?

SR. FRANCISCO REINALDO (Vice-presidente da Fiepi) - Por favor, Sr. Presidente, só para (concluir). Eu acho que, inclusive, chegamos a falar aqui quase que a mesma coisa, por coincidência, eu acho que quando a deputada Gracinha falou que tinha a participação do município, eu falei que os empresários também participam, porque, via de regra, nós não temos como esperar. Então, nós terminamos.... e até não vamos nem atrás da parte legal, às vezes, tem que fazer isso aqui, você vai entrar com tanto, nós fazemos. O deputado Nerinho falou a mesma coisa. O polo industrial foi resolvido com a participação do estado. Quer dizer, tem ocorrido isso, mas nós não sabemos até onde isso é legal ou não. Nós temos procurado resolver, nós queremos resolver, então nós terminamos entrando com o recurso que, nós acreditamos que de boa-fé, é devido. Então, é isso o que está acontecendo. Nós estamos falando

praticamente a mesma coisa: está havendo soluções, estão sendo solucionadas algumas questões, alguns problemas pontuais com a participação dos empresários, do poder público. Agora, até onde isso aí cabe... Qual é a grande dificuldade nossa? Nós procurarmos a ANEEL para resolver as coisas. A ANEEL, uma urgênciazinha pequena aqui no Piauí, não resolve nada. Então, no lugar de irmos à ANEEL, deputada, nós fomos atrás foi da Equatorial direto, porque nós fomos inicialmente à ANEEL, não tinha solução, então resolvemos realmente o contato direto com a Equatorial.

Assim, são essas as questões que nós temos. Acho que, para a classe industrial, está bem claro que houve melhorias, tem muito a melhorar e essa participação financeira existe – eu estou vendo em todos os entes, não só no privado, como (também) no público. Então, eu até agradeceria se a sugestão do deputado Nerinho for atendida, de mandar, por escrito, os questionamentos. Seria bastante produtivo.

Obrigado!

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Bom, eu agradeço. Eu acredito que os depoimentos, até então, dados nessa CPI, todos eles têm um papel importante para o relatório. Eu acho que a contribuição dada aqui pela FIE PI e, naturalmente, (com) um novo relatório que nos encaminhe por escrito, vai nos ajudar e muito a termos a principal solução, que é melhorar a qualidade do serviço elétrico no Estado do Piauí. Agradeço a sua presença e estamos aqui à disposição para quaisquer dúvidas.

Nós estamos agora com o nosso segundo depoente, o Sr. Tertulino Passos, que é o presidente do Sindilojas .....

Ele já assinou, inclusive, termo de compromisso e nós já vamos iniciar a sua fala. Ele tem um tempo de 15 minutos, se achar assim conveniente, se achar necessário. Depois as perguntas serão abertas para os deputados. Eu já inicio com uma pergunta, com a primeira pergunta para o Sr. Tertulino. A seguinte: o Sindilojas tem recebido reclamações em relação à qualidade de energia fornecida pela Equatorial?

Com a palavra, o Sr. Tertulino.

SR. TERTULINO PASSOS (Presidente do Sindilojas) - Bom dia, bom dia aos senhores deputados e às senhoras deputadas. É um prazer estar aqui contribuindo com essa Comissão e, de antemão, gostaria de parabenizar a iniciativa do deputado Evaldo por essa CPI, que achamos que ela é muito importante até para elucidar vários casos e melhorar também, como já foi falado aqui, o atendimento do consumidor junto à companhia. Como foi falado também anteriormente, essa parte de concessões públicas normalmente só é uma empresa que presta esse serviço, então ela trabalha muito de acordo com o tempo dela e como ela deve fazer. Mas respondendo a sua pergunta, especificamente, nós recebemos lá no Sindilojas, eu não posso dizer lhe dar dados aqui concretos, digamos, do que se tem, porque nós também não fizemos esse levantamento de acordo como a Fiepi fez, mas nós recebemos muitas ligações principalmente em relação aos grandes centros, os centros comerciais onde têm o maior número de lojas, que às vezes passa a manhã toda, parte do dia sem energia. Então, isso prejudica muito a atividade comercial e isso o pessoal fala muito em relação à Equatorial.

Tem um caso que também eu gostaria de relatar para vocês. Nós tínhamos uma visita do secretário de Fazenda lá no Sindilojas, assim que ele assumiu. Quando ele chegou lá, estava sem energia. Nós tivemos que montar a estratégia: ele foi fazer a palestra no auditório vizinho, ali no CDL, porque no CDL tinha um gerador e nos emprestou o auditório e passamos a tarde lá usando a energia dele com geração; mas passamos a tarde inteira lá sem energia. Então, nós temos esse casos que acontecem muito. As redes são muito antigas; então, a qualquer modificação que tenha, falta energia. Mas, se nós fizermos comparações entre Cepisa e Equatorial, nós dizemos que está 100%, mas sabemos que isso não é verdade porque tem muitas falhas ainda e tem muito ainda a contribuir. Nós temos muitos problemas ainda, por exemplo, teve e tem diariamente aqui o furto de cabos e a empresa ou os consumidores têm que fazer essa reposição desse cabeamento todinho. Então, essa demora também em fazer essa ligação é muito constante; por exemplo: você passa um dia ou dois sem energia no estabelecimento, porque a empresa demorou a ir fazer... Não é substituir os cabos, porque quem faz isso é a própria empresa para poder fazer esse investimento, para poder não ter a sua atividade parada ou alguma coisa. Então, muitos roubos de fiação que acontecem, a empresa, o lojista vai e faz a substituição e isso tem a demora da própria Equatorial em relação a fazer as ligações para voltar a energia. Esses são pontos que nós temos também, reclamações. Isso vem dos centros comerciais, por exemplo, no centro, no grande Dirceu também, tem essa problemática dessa falta - às vezes você passa a manhã sem energia por conta de ter uma determinada falha e isso termina prejudicando as empresas em si nesse ponto. Mesmo os investimentos que são feitos em relação à geração de energia, com energia solar, quando falta energia na rua você também fica privado .....

Da utilização daquela energia que é gerada ali, porque ela só vai para rede se você tiver energia lá na rede. Então, mesmo você tendo energia, passando o dia todinho gerando energia, se não tiver energia na rua, você não vai ter a utilização daquela energia. Então, você termina ficando com aquele crédito, mas você termina não o utilizando e ficando sem a parte da energia naquele ponto.

São pontos como esses que eu gostaria de destacar aqui.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Está aberto. Os deputados podem se manifestar, quem achar conveniente, se tiver alguma pergunta, algum questionamento.

Bom, então como nós não temos nenhum, Deputado Nerinho com a palavra. Deputado Gessivaldo? Sim, pois não.

SR. GESSIVALDO ISAÍAS (Republicanos) - Tem algum relatório com algum diagnóstico referente à falta de distribuição de energia pela Equatorial? Se tiver e puder mandar para a nossa CPI, para nós podermos incluir no relatório final, seria interessante.

SR. TERTULINO PASSOS (Presidente do Sindilojas) - Não temos um diagnóstico específico sobre a falta de energia. Nós recebemos ligações de lojistas pedindo interferência ou fazendo reclamações, mas o diagnóstico em si, infelizmente, não temos nesse momento.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Deputado Nerinho.

SR. NERINHO (PT) - Eu sei, primeiro agradecer aqui, já finalizando aqui e agradecer a presença de vocês. Lógico, se tivermos algumas dúvidas, nós iremos não convocá-los, nem convidá-los, mas perguntarmos mesmo que seja por e-mail ou alguma coisa desse tipo, mas se o Sindilojas pudesse fazer esse levantamento também no mais curto espaço de tempo, tipo: das reclamações dos lojistas que vocês têm hoje em todo o Piauí; em Teresina, qual a região mais afetada; e qual é a região do Piauí, fora Teresina, se no norte, se no extremo sul, se no sul, como é isso aí? Se vocês poderiam nos fornecer esses dados, porque nós estamos fazendo esse comparativo também, nós queremos colocar no nosso relatório, mas ou menos isso. Se o que a indústria, se o que os lojistas, se o que o consumidor final, se é mais ou menos, em quais as regiões, um comparativo, se abrange o que é mais gritante isso aí. Se você pudesse nos dar essa informação, seria muito importante para nós.

SR. TERTULINO PASSOS (Presidente do Sindilojas) - É interessante até para nós também lá do próprio Sindilojas, é muito bom porque a gente já fica com dados em mãos. Então, eu já tinha até feito essa anotação, porque tinha sido pedido à Fiepi e eu tinha feito essa anotação também, porque ela é bem interessante para nós já realizarmos essa pesquisa e, consequentemente, apresentar aqui à Comissão.

SR. NERINHO (PT) - Só o seguinte: Teresina, as regiões de Teresina, e o Piauí. Separar Teresina do restante do Piauí. E eu queria aqui, com a concordância do nosso presidente, já deixar certo que na segunda às 10 horas, não é? Amanhã nós vamos respeitar a sessão solene da nossa querida deputada Simone e todos nós estaremos aqui às horas. E dizer também, Sr. Presidente, que assim como todos os colaboradores da CPI, Sindilojas, Fiepi, Procon, todos os outros, vocês também terão acesso ao nosso relatório final. Nós mandaremos para você e para os outros órgãos competentes também.

Eu quero agradecer a todos e eu passo a palavra para o nosso presidente.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Bom, tem algum deputado que queira fazer um questionamento? Deputada Gracinha Mão Santa.

SRA. GRACINHA MÃO SANTA (PP) - Agora eu vou pedir licença para vocês, (pois) eu também faço parte dos lojistas. Então, agora eu vou sair de deputada para usuária. Sempre na cidade de Parnaíba, por exemplo, primeiro pelo centro, porque centro sempre impacta muito nos lojistas. Se você tiver qualquer sobrecargazinha, se botar um esquema ali na Praça da Graça, dá uma pane, é o suficiente para dar um pane ali de sobrecarga, isso desde a Cepisa. Então, não houve evolução, ...

De regresso e isso eu afirmo como ex-secretária de Infraestrutura, de (inaudível) como lojista e como usuária. Ali é um caos. E a demora para resolver? E isso impacta, você não pode vender porque seus caixas não funcionam, você não pode agir, você fica impotente. O ar-condicionado não funciona, ali a maioria é quente, o que for fechado fica insuportável. Então, são perdas irreparáveis; mas na conta não vem nenhum dia de desconto, não; na taxa não. Então, realmente a parte dos lojistas é pior que a da indústria, por quê? Porque existem lojistas pequenininhos, desde aquele que é individual ao maior. O maior às vezes tem um centro gerador, mas aí não é a Equatorial que está fazendo a parte dela, aí não é a Equatorial que evoluiu, aí foi ele que colocou placas solares ou tem seus geradores ou tem outras formas de energia e continua pagando caro – os que não têm continuam sem serviço. Nós temos que separar bem isso. Não vou muito longe não: o Bairro Nova Parnaíba tem hospital, tem lojistas também, tem igrejas, tem tudo, porque em Parnaíba hoje não é mais só o centro comercial. Você tem aquela região da Caramuru, que é tão forte ou mais forte de lojistas quanto o centro hoje. É como o grande Dirceu aqui, situando os que são de Teresina. Ela tem vida própria. Tem igrejas também perto, o Gessivaldo conhece aquela que é ao lado da Caixa Econômica. Constantemente...

Então, não melhorou para os lojistas. Melhorou o quê? Os lojistas já lavaram tanto as mãos, já acham que não tem mais a quem recorrer, que melhorou para a Equatorial, que recebe menos reclamação; pois tudo aquilo que lhe cansa você deixa de procurar e procura resolver. Só que você paga duas vezes. E é isso que eu acho que a CPI aqui.... que nós aqui queremos essa força de vocês para mostrar a realidade, inclusive depoimentos, se puderem, nesse relatório, como o deputado Nerinho falou agora, depoimentos específicos de lojistas, o quanto isso impacta. Impacta em bancos também, impacta em tudo, porque ali quando... para os que não têm gerador é uma loucura. E não é problema novo, isso é o mais agravante.

Nós aqui estamos falando muito de Teresina, capital, a segunda maior cidade, mas por que estamos citando muito isso? Pois nas (cidades) pequenas o caos é maior. É maior porque eles têm menos acesso, eles não têm nem para quem chegar e cobrar. O senhor sabe disso, como o Sindicato dos Lojistas, o menor é pior,

pois fica mais longe, fica mais desestimulante, deputado Evaldo, você tem uma loja, você está numa cidade que não tem nem para onde recorrer, você vai para aquele 0800 miseráveis que não te dá uma resposta, não tem prazo, pois o 0800 existe, mas o prazo nunca é cumprido. Eu acho que devemos bater muito também no que ele falou aqui: os prazos, a demora... Aquilo não volta, aquela perda. O comércio está difícil e fica pior.

Então, essas são nossas colocações e queríamos pedir que cada um que seja convocado aqui colabore sem medo, destemido, porque o que estamos querendo, como o deputado Nerinho disse, não é bancar terror, não é fazer nada, não é perseguir ninguém, é a qualidade do serviço. E nós só vamos conseguir melhorá-la se todas as categorias se unirem no mesmo propósito. Assim, pedimos para o senhor olhar com carinho mesmo isso, de norte a sul.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Por gentileza, só para reforçar a fala da deputada Gracinha, queria fazer uma outra pergunta: quantas lojas deixaram de ser instaladas ou tiveram seu funcionamento prejudicado por prejuízo causado pela péssima qualidade do serviço elétrico? Você tem essas informações?

SR. TERTULINO PASSOS (Presidente do Sindilojas) - Não tenho, deputado. Essa informação, eu não tenho. A quantidade de lojas que deixaram de se instalar, não é? Tem, na realidade, a maioria das lojas, quando vêm, elas fazem o próprio investimento; por exemplo: a Havan, além dela construir o prédio dela, ela fez toda aquela rede de distribuição lá da ponta de alta até chegar à loja e ter todos os transformadores. Então, cada lojista que tem um grande consumo, esse investimento é feito pelo próprio lojista exatamente para não ter tanto tempo de espera. Se é legal, se é regular, também não temos essa informação, se de fato teríamos que fazer. O certo é que cada lojista....

Você termina fazendo, mas em relação, por exemplo, à quantidade de horas que deixaram de se instalar ou não, nós não temos essa informação, que é muito específica.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Tem como o senhor enviar, da mesma forma que a Fiepi, um relatório dos pontos positivos, dos pontos negativos? Se assim tiver, lógico!

SR. TERTULINO PASSOS (Presidente do Sindilojas)□ - Sim, senhor. Tranquilo!

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Tem outro deputado inscrito?

Com a palavra o deputado Gessivaldo.

SR. GESSIVALDO ISAÍAS (Republicanos) - Tenho uma pergunta aqui. Eu gostaria de saber do Tertulino aqui: quando está ocorrendo os prejuízos pelos empresários, têm sido ressarcidos adequadamente esses prejuízos pela Equatorial?

SR. TERTULINO PASSOS (Presidente do Sindilojas) - Não, deputado. Em relação a ressarcimento, não. Tínhamos algumas demandas de alguns lojistas que pedem o ressarcimento, mas é um processo muito demorado e o que se prefere é assumir o risco e fazer direto. Por exemplo, você tem uma loja, você tem um setor de informática que é bem sensível a esse ponto. Se você não tiver uma gama de estabilizadores ali para você tratar aquela parte de dados, quando falta energia, você termina perdendo. Além de você perder dados, você pode perder equipamentos. Então, quando você perde dados ou perde equipamentos em decorrência dessa falta ou queda de energia, normalmente você vai recuperar e não vai atrás da Equatorial, não. Pelo menos é o que a gente tem sentido junto aos lojistas, que ninguém está indo realizar esses pedidos de perdas, porque é muito demorado.

SR. GESSIVALDO ISAÍAS (Republicanos) - Seria a conclusão nossa: ela mata no cansaço. Ou você resolve, ou então você não tem. Eu já vi, até citando aqui, deputado Evaldo, situações em igrejas que a Equatorial sugere colocar o transformador, porque ela não tem a energia de qualidade e, se não colocar, fica por isso. Então, eu agradeço a sua participação. Os hospitais – nós estamos lutando até com vidas, tem que ter o transformador, tem que ter o gerador e, eu acredito que vocês têm sofrido muito com essa situação da energia. Na verdade, o que nós queremos aqui é poder contribuir, porque eu me lembro muito bem, deputado Evaldo, quando passou de Cepisa para Equatorial, nós tivemos uma reunião na sala do presidente onde a Equatorial apresentou todos os planos de ações que ela faria no Estado do Piauí, a partir do momento que ela assumiu o sistema de energia do estado. O que nós estamos querendo detectar aqui é o que falta para que efetivamente ela consiga atingir a meta que ela colocou no início quando ela começou.

Eu quero aqui agradecer a sua resposta e dizer que nós estamos aqui para auxiliar e ajudar vocês em qualquer situação que aconteça. Essa CPI aqui é para podermos melhorar, aperfeiçoar e ajudar não só o consumidor final, mas também os comerciantes.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Com a palavra o Sr. Tertulino, para fazer as suas considerações, se assim achar conveniente.

SR. TERTULINO PASSOS (Presidente do Sindilojas) - Bom, só falando ainda sobre isso, a gente vai fazer esse diagnóstico e tão logo esteja pronto, neste período, gostaríamos de ter esse mesmo prazo que foi dado à Fiepi, para que a gente possa fazer essa pesquisa junto aos lojistas e enviar. Se tiver as perguntas já por escrito também, seria de grande valia, porque aí já facilita muito essa questão do diagnóstico.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Como não temos nenhum convidado, desde já agradecer ao Sr. Tertulino, ao Sr. Francisco, tanto à Sindilojas quanto à Fiepi pelo depoimento, por ter atendido o nosso chamamento. Agradecer aqui aos deputados que colaboraram com esse debate e dizer que, na segunda-feira, ...

Nós retornaremos a CPI às 10 horas.

Muito obrigado!

Declaro encerrada a sessão.

REGISTROS TAQUIGRÁFICOS DA QUARTA OITIVA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA EMPRESA EQUATORIAL DA VIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, REALIZADA NO DIA VINTE E DOIS DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS

COMISSÃO - Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).
TEMA - Investigar fato determinado, com período certo, com finalidade de atender a interesses da população piauiense, relativos ao fornecimento de energia da Equatorial-Piauí.
PROPONENTE - Deputado Evaldo Gomes.
PRESIDENTE - Deputado Evaldo Gomes.
RELATOR - Deputado Nerinho.
MEMBROS EFETIVOS - Deputada Simone Pereira, deputada Gracinha Mão Santa e deputado Hélio Isaias.
SUPLENTES - Deputados Rubens Vieira, Ziza Carvalho e Wilson Brandão.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) Bom dia a todos! Convido a nossa servidora, Marcela, para fazer a leitura da ata da reunião da CPI anterior.

SRA. SECRETÁRIA (Marcela) - Ata com resumo da oitiva do senhor Francisco Reinado Rebelo Sampaio, Vice-Presidente da Fiepi, e do senhor Tertulino Ribeiro Passos, Presidente do Sindilojas, na Comissão Parlamentar de Inquérito Equatorial-Piauí realizada às 10 horas de 17 de maio de 2023. Ao 17º dia do mês de maio de 2023, às 10 horas, na sala das Comissões de Constituição e Justiça, realizou-se a reunião Parlamentar de Inquérito (CPI) Equatorial-Piauí, com a presença dos senhores deputados desta Comissão: deputado Evaldo Gomes; o senhor relator, Deputado Nerinho; e dos demais membros da comissão, as senhoras deputadas Simone Pereira e Gracinha Mão Santa; o senhor deputado Gessivaldo Isaias; além dos senhores deputados Aldo Gil e Dr. Hélio. Iniciou-se a leitura e aprovação do resumo da ata da reunião da sessão anterior. E, em seguida, iniciou-se a reunião para a oitiva dos senhores Francisco Reinado Rebelo Sampaio, Vice-Presidente da Fiep; e Tertulino Ribeiro Passos, Presidente do Sindilojas.

O deputado Evaldo Gomes solicitou à assessoria a entrega dos termos de compromissos para os depoentes assinarem e, em seguida, passou a palavra ao primeiro depoente, o senhor Francisco Reinaldo. Concedeu-lhe 15 minutos para que ele respondesse se a Federação tem algum relatório com diagnóstico referente à falta de distribuição e à qualidade de energia operada pela empresa Equatorial. O senhor Francisco Reinaldo parabenizou a Comissão, e a considera de suma importância para que possamos acompanhar os serviços prestados por esta empresa. Afirmou que, quando recebeu a convocação para participar da CPI, fez uma consulta informal *a alguns industriais que têm uma grande carga* - pelo tempo curto, não foi possível fazer uma pesquisa mais substanciada; afirmou, também, que no primeiro momento, houve uma melhoria no atendimento das demandas de grandes cargas. Em relação às perguntas, não tinha diagnósico, mas apenas consultas informais *que nem antes da Equatorial nem depois*, mas que sempre existirão situações a melhorar.

A deputada Gracinha Mão Santa questionou o depoente sobre a questão da evolução da Cepisa-Equatorial, que, até hoje, traz impacto na indústria. Inclusive, em Parnaíba, as empresas deixaram *de instalar por isso*. Conseguiram, por meio de via judicial, transferir a responsabilidade ao município, já que o polo industrial pertence a ele - tendo que custear através de taxas da Covip. Afirmou, ainda, que a empresa, a indústria consegue maior resolutividade por ter mais força no setor jurídico, tendo mais autoridade a quem possa se reportar, pois os pequenos* sofrem por não terem essas influências.

O senhor Francisco Reinaldo disse, também, que as regras da empresa arcam com alguns investimentos, então, as indústrias entram com um processo de melhoria. Ocorre que o fato atende até aqui. As indústrias realmente têm arcado com algumas despesas, porque querem resolver o problema. Boa parte das várias questões atendidas ocorreu devido à participação de empresários arcando com uma parte da empresa.

Com relação aos questionamentos das melhorias que o pessoal recebe alguns investimentos devido ao posteriormente acabamento de nova obra e que acha não ser contente a devida perspectiva que tinha ao saber do funcionamento do Maranhão, que o sentimento é que essa expectativa ainda não foi atendida. A deputada Simone Pereira questionou em relação à questão de diálogo entre a Fiep e Equatorial como ocorre algumas reuniões periódicas e que fazem as exposições das dificuldades das limitações que a energia de má qualidade impõe aos investimentos do Piauí. Caso de dialogo quais as respostas Equatorial e se ela atende as demandas das indústrias, ou muitas vezes ficam apenas as reclamações das solicitações e coisas que não avançam. O Senhor Francisco Reinaldo respondeu que logo procurou uma aproximação com a Equatorial através de audiência até para ver qual era a ideia e como eles estavam chegando ao Piauí e que realmente existia essa aproximação que o atendimento às demandas são bastante diferentes de cada caso, existindo situações de que o empresário e investidor tem que entrar com recursos também. Definiu como uma relação normal de empresário. A deputada Simone Pereira com completou sua pergunta questionando se quando o depoente coloca uma relação normal ele poderia avaliar entre ruim, regular, boa ou ótima, o senhor Francisco Reinaldo afirmou que, da situação geral diria que está boa para um pouco menos. O deputado Gessivaldo questionou se na avaliação do depoente todas as indústrias que estão no

Piauí estão contentes com a Equatorial, perguntou se o depoente como representante das indústrias poderiam afirmar categoricamente se as comissões que a Equatorial está agindo de maneira correta com a indústria. O senhor Francisco Reinaldo afirmou que não pode realmente, de fato, afirmar e tem certeza de que é pleno esse atendimento e a comissão encontrará na indústria setores que não são atendidos, explicando que existem situações, por exemplo, no sul do estado, a indústria está se instalando onde há uma dificuldade muito grande, porque as extensões são muito grandes. Dessa forma, existem empresários industriais querendo se instalar e não têm condições ainda.

O Deputado Gessivaldo solicitou ao depoente a realização de um levantamento mais apurado junto às indústrias em relação aos problemas enfrentados por falta de energia no prazo de trinta dias para encaminhamento a esta Comissão. Deputado Evaldo Gomes reforçou que a convocação do depoente foi feita há três semanas, que foi dado um prazo, inclusive, de 15 dias. Aduziu que é necessário respeitar as opiniões do depoente, que a Comissão não está aqui para forçar, dizer que a Equatorial presta um mau serviço, mas que está aqui para ouvir os depoentes e, naturalmente, se achar necessário, o depoente poder, inclusive, encaminhar à CPI, por escrito, essas informações e que os deputados estão querendo saber. Deputada Gracinha Mão Santa afirmou que o empresário submete a Equatorial projeto de engenharia e que o empresário tem que fazer todo o estudo de carga e não a Equatorial, e que o empresário faz toda aquela etapa com o setor público. Aduziu que o prazo é um massacre, pois a pessoa fica na fila de espera e não tem resposta (se você tiver um grande relacionamento com o presidente, uma indústria querendo se instalar, às vezes não consegue). Deputada Simone Pereira esclareceu que a sua pergunta não foi em relação à cordialidade, mas à resolutividade, que acha meio incoerente uma avaliação boa por parte do órgão da Federação das Indústrias, tendo em vista que chega ao seu conhecimento uma quantidade absurda de reclamações em relação à qualidade de energia provocada, inclusive, prejuízo às indústrias do Estado do Piauí.

O Deputado Aldo Gil aduziu que os depoentes devem ser chamados em uma nova oportunidade com o levantamento das informações, para que possa fazer essas perguntas.

O Senhor Francisco Reinaldo aduziu que falou diversas vezes, disse que a situação está 100% e que em relação à questão da aprovação dos projetos realmente é uma demanda, tudo demorado e que existe um grande gargalo. Em relação ao diagnostico, vê que poderia ser feito se os indagar na classe industrial e tenha alguma pendência. Deputado Evaldo Gomes afirmou que o depoente pode trazer um relatório apresentando os pontos positivos e, naturalmente, se tiver, os pontos negativos. Deputado Nerinho aduziu que queria combinar com os colegas desta CPI que no lugar de novamente convocar à Fiepi fosse chamada a Associação da Indústria, que a comissão demandaria a Fiepi perguntas, por escrito, com o prazo de trinta dias para responder. Afirmou que no caso da problemática do distrito industrial do polo sul teve a mão direta do governo. A Equatorial fez, mas o governo foi quem pagou à Equatorial, porque ela dizia que não tinha condições, com respostas para que pudéssemos colocar no nosso relatório. O Deputado Evaldo Gomes afirmou que Associação das Indústrias já está certa de ser convocada para a CPI. Deputado Aldo Gil questionou se os problemas já foram resolvidos pelos empresários vão constar na comissão ou importa só o que está pendente.

Deputada Gracinha Mão Santa sugeriu que as perguntas fossem bem objetivas solicitando a evolução do tempo da Cepisa até a presente data, requereu, de forma verbal, que o presidente desta Comissão convocasse a Associação dos Eletrotécnicos, pois ele tem muito relatório para apresentar. O Deputado Evaldo Gomes solicitou o calendário da CPI incluindo a proposta da Deputada Gracinha Mão Santa para que fossem enviados todos os convites e as convocações dos depoentes passando a palavra para o Senhor Francisco concluir. O Senhor Francisco Reinaldo, para concluir, afirmou que os empresários também participam, pois não tem como esperar. No caso do polo industrial foi resolvido com participação do Estado - que tem ocorrido isso, mas não sabe até onde isso é legal ou não - que está vendo a solução de algumas questões, alguns problemas pontuais com a participação dos empresários do Poder Público. Procurou a Anel para resolver os problemas, mas não resolveu nada. Então, resolveram ir diretamente tratar com a empresa Equatorial que a classe industrial houve melhoria, mas tem muito a melhorar, e que existe participação financeira não só do privado, como também do público.

O Deputado Evaldo Gomes agradeceu o depoente afirmando que todos os depoimentos serão importantes para o relatório, passando a palavra para o Senhor Tertuliano Passos fazendo o seguinte questionamento: o Sindilojas tem recebido reclamações em relação à qualidade de energia fornecida pela Equatorial? O Senhor Tertuliano Passos parabenizou a CPI pelos trabalhos e sua importância em tentar elucidar vários casos e melhorar o atendimento da companhia. Essas empresas de concessões públicas trabalham da forma que querem e no tempo delas; não possuem dados concretos para receber o Sindilojas, mas recebem no Sindilojas, principalmente grandes centros comerciais, ligações de comerciantes informando que passam a manhã toda ou parte do dia sem energia. E teve um caso de visita do Secretário de Fazenda que foi participar de uma palestra no local onde estava sem energia, tendo que ir ao auditório vizinho do CDL, pois lá tinha gerador, e as redes são muito antigas e em qualquer modificação que tenha, falta energia, que tem problemas diariamente com o furto de cabos e consumidores que têm que fazer essa reposição do cabeamento, mesmo assim a empresa Equatorial demora a fazer somente a ligação para voltar a energia. No centro comercial grande Dirceu tem uma problemática de falta de energia, passando o turno da manhã sem energia,

mesmo havendo investimento em relação à energia, tal como a energia solar, pois quando falta se fica prejudicado, pois depende da transmissão da rede. O deputado Evaldo Gomes facultou a palavra aos membros passando a palavra ao deputado Gessivaldo Gomes, em seguida, ao deputado Nerinho. O deputado Gessivaldo Isaías questionou se o Sindilojas tem algum relatório em diagnósticos referentes à distribuição de energia, se houver, enviar à CPI para concluir no relatório final. O senhor Tertuliano Passos afirmou que não tem esse diagnóstico específico sobre a falta de luz, mas que recebe ligações de lojistas pedindo interferência e fazendo reclamações. O deputado Nerinho agradeceu a presença dos depoentes, afirmando que se houver dúvida, solicitará por e-mail as informações. Solicitou que o Sindilojas pudesse fazer o levantamento das reclamações dos lojistas das regiões mais afetadas em Teresina. O senhor Tertuliano Passos afirmou que essas informações são importantes até para o próprio Sindicato, que fará esse levantamento, consequentemente, apresentando para a Comissão. O Deputado Nerinho solicitou que fosse dividida a reunião de Teresina no restante do Piauí e que no final todos os depoentes terão acesso ao relatório final, como também os órgãos competentes. O deputado Evaldo Gomes passou a palavra para a deputada Gracinha, que afirmou, como lojista, que vem sofrendo com a péssima qualidade de serviço prestado pela Equatorial, que não pode haver uma sobrecarga, que tem problemas prejudicando, pois deixam de funcionar caixas, ares-condicionados, entre outros. Em cidade pequena, o problema é maior, pois não tem a quem recorrer. Pelo número 0800, não se obtém resposta. Solicitou, ainda, o depoente que mesmo que (inaudível) sem medo, pois esta Comissão quer colaborar para a melhor qualidade do serviço. O deputado Evaldo Gomes questionou o depoente para saber quantas lojas deixaram de ser instaladas ou tiveram o seu funcionamento prejudicado, por prejuízo causado pela péssima qualidade de serviço elétrico. O senhor Tertuliano Passos afirmou que não tem essa informação, que a informação é a de que maior parte dos lojistas, quando vem se instalarem, (inaudível) seu próprio investimento a exemplo da Havan, que, além de construir o seu prédio, fez toda a redistribuição de ponta (inaudível) até chegar aos seus transformadores, que se é legal ou não, ela não sabe, mas os lojistas têm que fazer esse investimento por conta da Equatorial. O deputado Evaldo Gomes solicitou um relatório da Fiep de pontos positivos e negativos se houver. O senhor Tertuliano passos concordou de enviar. O deputado Evaldo Gomes facultou a palavra aos membros passando a palavra para o deputado o Gessivaldo Isaías.

O deputado Gessivaldo Isaías questionou o depoente se quando ocorrem os prejuízos aos empresários a Equatorial faz os ressarcimentos adequados. O senhor Tertuliano Passos afirmou que não. Que tem algumas demandas de lojistas, mas que é um processo muito demorado e que os lojistas preferem assumir o risco e fazer direto. A exemplo de uma loja que tem um setor de informática e que é bem sensível, os lojistas não tiverem uma grande gama de estabilizadores para regular a energia quando falta a energia você perde danos e equipamentos. Que quando ocorre essa perda de energia ninguém procura a Equatorial para reparar os danos, porque é muito demorado. O deputado Gessivaldo Isaías relatou que existem situações de igrejas e hospitais, entre outras, que têm que colocar transformadores e geradores para que tenham energia. Que quem está ali para contribuir foi quando foi passar da Cepisa para a Equatorial tiveram uma reunião com a Equatorial em que foi apresentado um plano de ação para que a empresa fizesse em todo Estado do Piauí. E esta está querendo detectar a falta, efetivamente, de que a empresa consiga atingir a meta que ela colocou no início. Agradeceu a resposta do depoente, afirmando que está ali para auxiliar na ajuda aos lojistas.

O deputado Evaldo Gomes passou a palavra ao depoente para ele fazer as considerações finais. O senhor Tertuliano Passos afirmou que fará o diagnóstico e, tão logo, enviará para esta Comissão. O deputado Evaldo Gomes agradeceu aos depoentes pelos esclarecimentos de grande importância para a CPI. Não havendo mais nada a tratar, o senhor presidente desta Comissão encerrou a presente sessão, que, para constar, foi redigida e digitada pelo presente resumo da ata, pela assessoria desta Comissão Parlamentar de Inquérito, a qual depois de lida e achada conforme, será aprovada pelo presidente e demais membros da comissão subsequente.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - A Ata está em discussão.

Com a palavra, o deputado Nerinho.

SR. NERINHO (PT) - Senhor presidente, tentei acompanhar a ata e tudo que foi dito. Agora, a título de sugestão, queria dar a V.Exa. uma sugestão. Estamos perdendo muito tempo com a leitura da ata. Então, seria interessante colocar só no nosso grupo e no Portal da Assembleia ou da transparência para quem quiser fazer alguma sugestão. Então, nas próximas, que fosse colocada a ata, antes da sessão, para discutir algum questionamento. Perdemos 20 minutos só para a leitura da ata, então se V.Exa. puder refletir sobre esse questionamento seria interessante.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Deputado, concordo plenamente com V.Exa., deputado Wilson Brandão concorda? Aprovada a proposta do deputado Nerinho.

A ata foi aprovada.

Hoje, temos dois depoentes, que é o senhor Paulo Jordão de Oliveira Cerqueira Fortes, na qualidade de usuário, professor e pesquisador da Universidade Federal do Piauí; e o segundo, o senhor Francisco das Chagas Lopes, na qualidade de empresário da Granja Formosa.

Peço à secretária que eles assinem o termo de compromisso para iniciarmos o depoimento. Como já assinaram os termos de compromisso, o primeiro depoente, que é o senhor Paulo Jordão de Oliveira Cerqueira Fortes, tem 15 minutos para o uso da fala;

depois, passamos as perguntas aos deputados, tendo o depoente três minutos para respondê-los.

Ele já leu o termo de compromisso, então, entraremos logo no depoimento para não perder tanto tempo. A leitura da ata, como bem disse o deputado Nerinho, ganhou um tempo muito grande.

Farei duas perguntas ao depoente para que ele possa ter um tempo de 15 minutos para fazer as considerações e, naturalmente, respondê-las se for necessário: Qual o tipo de pesquisa o senhor realiza na Universidade? Para o desenvolvimento dessas pesquisas, é essencial ter uma energia de boa qualidade?

O senhor aproveitará os 15 minutos para responder as duas perguntas, se assim julgar necessário e, naturalmente, o período de 15 minutos para fazer as suas indagações sobre o seu depoimento.

SR. PAULO JORDÃO DE OLIVEIRA CERQUEIRA FORTES (Professor e pesquisador da UFPI) - Eu começo lendo o termo, senhor presidente?

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Fique à vontade!

SR. PAULO JORDÃO DE OLIVEIRA CERQUEIRA FORTES (Professor e pesquisador da UFPI) - Eu, Paulo Jordão de Oliveira Cerqueira Fortes, na qualidade de usuário da Equatorial, professor e pesquisador da UFPI, declaro para o devido fim, sob as penas da lei, que as informações aqui prestadas em depoimento são verdadeiras e autênticas, fiéis à verdade e condizentes com a realidade dos fatos. Fico ciente, através deste documento, que a falsidade desta declaração configura crime previsto no artigo 342, do Código Penal Brasileiro, passível de apuração na forma da lei.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Antes da fala do depoente, queria que o senhor me permitisse... Só queria aqui fazer um esclarecimento. Esta é uma CPI, aprovada através de Requerimento n.º 95/2023, assinado por mim e pelos demais deputados desta Casa. Ela tem o caráter e o objetivo de lutar pela qualidade do serviço de energia elétrica do Estado do Piauí. Dito isso, V.S.ª, com a palavra, por 15 minutos.

SR. PAULO JORDÃO DE OLIVEIRA CERQUEIRA FORTES (Professor e pesquisador da UFPI) - Deputado, primeiro, responderei a primeira pergunta. Não acredito que eu precise de 15 minutos para respondê-la. Dessa forma, gostaria de utilizar o restante do tempo para apresentar provas.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Fique à vontade!

SR. PAULO JORDÃO DE OLIVEIRA CERQUEIRA FORTES (Professor e pesquisador da UFPI) - Sou pesquisador, hoje, dedicado, também, à pesquisa de *Cannabis* Medicinal na Universidade Federal do Piauí. Tenho cinco artigos publicados em periódicos qualificáveis, seis artigos técnicos, hoje, que podem ser disponíveis em qualquer lugar que V. Exa. busque no Google o meu nome e *Cannabis*. Dedico os meus últimos quatro anos a esta pesquisa; recentemente, fui agraciado com um *habeas corpus* de plantio, no qual sou paciente de *cannabis* medicinal. Posso fazer o plantio, o uso e devo submeter todo esse material à pesquisa da Universidade, principalmente, pesquisas de qualidade.

Ultimamente, não tenho conseguido manter a minha produção de *cannabis* como deveria. Essa produção depende, quase exclusivamente, de plantas fêmeas - que são as que geram flores. Além disso, para a reprodução, preciso de um sistema de água continua, por isso, uso uma bomba. Logo, para a reprodução, nas últimas semanas, perdi 20 plantas. Qual a importância disso para mim? Não estou reproduzindo nada para uso recreativo. Tenho que produzir o mesmo medicamento sempre - com o mesmo perfil e a mesma planta. Se não consigo reproduzir e manter minha planta, também não terei um bom medicamento.

Segundo, essas plantas são hermafroditas por natureza: têm predisposição de flores fêmeas e flores machos. A forma que temos de fazer com que elas mostrem flores diferentes é dar e tirar luz. Então, quando a Equatorial presta um serviço de péssima qualidade, e as luzes do plantio vão e voltam, produzo sementes em vez de flores, visto que a planta utiliza 70% do seu potencial de produção para sementes. Hoje, tenho direito de produzir *Cannabis* na minha casa, tenho que submetê-la à pesquisa, sou pesquisador da área, mas não estou conseguindo fazer isso, porque preciso de um ambiente controlado com seis ventiladores, 1500 watts de luz, dois ares-condicionados. Hoje, dou preferência à minha família, pois tenho que ligar o ar condicionado da minha filha. Respondida a sua pergunta, deputado, seguirei para as provas.

No dia 07 de outubro de 2021, cansado de ter falta de energia, durante uma das faltas de energia, durante a 10ª hora... Mostrarei que a denúncia feita em 2021 persiste até hoje. O caso foi o seguinte: um atendente, por estar zangado de eu estar ligando para reclamar dos meus direitos, ligou-me e me ameaçou de morte no *Whatsapp*. Como isso se deu? Comecei a notar que as informações que coloco no protocolo não são as informações que os técnicos relatam nele. Então, passei a ligar, incessantemente, pedindo que os atendentes me dessem informação do que eu teria acabado de relatar e todos diziam: - O senhor relatou falta de energia! E eu disse: e as ligações clandestinas? - Não tem nada no protocolo. Com isso, abri um "protocolo atrás do outro", tentando denunciar os atendentes que não me permitiam fazê-lo. Pasmem! Um atendente não denuncia o outro. Então, um atendente, depois de muito tempo, fez-me várias ameaças de morte - algo que submeterei aos deputados - apagando-as. Eu estava aqui na frente da Expoapi... Tenho que sair de casa e ir até ao Parque de Exposições para realizar uma ligação. Então, vou ler algumas coisas: Eu falei, não sei quem é...

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - O senhor me permita... (assentimento do depoente). O Senhor tem esse documento de provas de ameaça?

SR. PAULO JORDÃO DE OLIVEIRA CERQUEIRA FORTES (Professor e pesquisador da UFPI) - Eu as entregarei à CPI. Em seguida, lerei o que

estou falando no *Whatsapp*, e o que o atendente está falando, o aplicativo mostra o número dos dois. E depois ele tem um pedido de desculpas, dizendo que ele é da Equatorial, que ele fez isso e porque ele se arrepende.

"- Não sei quem você é, mas se você for da Equatorial continue sem luz, e vai continuar para largar de ser arrogante, seu branquelo, seu corno. Tu é muito é um corno... Vou continuar... Estou com energia, tô suave, eu tenho. Falar nisso, tem fatura em aberto, paga, pô! Eu falei pra ele: estou só dando os *prints*! Vou levar para o trabalho amanhã.

- Vai levar? Vai fazer o quê? Filho da puta, liga a noite toda, vai continuar sem energia e no calor para largar de ser otário, branquelo, arrombado, seu chupador de pica! Se tivesse aqui era para arrancar essa tua careca na bala.

Eu disse: aqui já é ameaça.

Ele disse: ah, sabe interpretar!

- Tua mulher deve mamar a cidade toda."

Nessa época, a minha esposa estava grávida e tinha sido diagnosticada com o Linfoma de Hodgkin. Fizemos o tratamento, minha esposa está curada e eu não consegui resolver o problema com a Equatorial. Minha filha foi para a UTI ao nascimento, tem 1 ano e dois meses, e eu não consegui resolver esse problema.

"- Minha casa está com energia, pelo menos... - Isso ele falando pra mim. - Vou dormir no ar e tu aí, sendo corno! Liga mais, pô!"

Eu mostrei todos os *prints* que eu estava fazendo, perguntei: quem será? No outro dia ele me manda uma mensagem:

"- Cara, na moral, deixa isso de mão."

Eu já tinha o achado e ligado para ele, já tinha avisado que eu tinha denunciado ele para polícia. Porque eu durmo toda noite esperando ele. Ele pode vir, mas desde esse dia, não durmo antes das 3 da manhã. Eu estava com raiva na hora, porque passamos a madrugada trabalhando. Geralmente, gera o serviço e encaminha para as equipes. Não temos contato com equipe de campo, não tem como passar à supervisão, não tem como saber que horas a equipe vai ou que horas eles estão.

"- Só atendemos e geramos o serviço, para quem quer ver. - Isso é ele dizendo para mim. - Por mais que a gente queira, a gente não pode informar nada, porque eles não autorizam a gente, que atende. Não é culpa nossa! A gente trabalha aí de segunda a segunda e não ganha nada a mais, não tem feriado, não tem folga de Natal, não tem virada de ano, não tem final de semana. Não é fácil trabalhar ali escutando em todas as ligações, xingamentos, ofensas ignorantes, como se a culpa fosse de quem atende. Todo mundo ali quer ganhar uma salário mínimo, irmão, a gente acima de tudo, por traz da farda é humano."

O que mais me chocou, é o que ele vai dizer depois, tem muita coisa a dizer, mais ele diz aqui depois:

"- Como eu disse, eu estava com raiva, a gente tem produtividade para entregar no final do mês. Eu estava perto de bater a minha meta, pela primeira vez. Antes da tua ligação, eu já tinha atendido outro, que foi muito grosseiro e demorou muito para desligar. E quando demora a produtividade não aumenta. Como disse, por mais que a gente gere 10 mil pedidos, a culpa não é nossa. Eu estou ali não é porque eu goste, mas é porque é o único jeito que eu tenho de pagar minha faculdade."

Fica provado que a Equatorial não está aqui para nos atender! Está aqui para desligar o mais rápido possível "na nossa cara"! E paga meta, para que isso seja feito! Isso é o atendente falando. O que me ameaçou de morte! Sobre isso foi aberto um Boletim de Ocorrência com o número de protocolo da ouvidoria. Está aqui, foi enviado para a ouvidoria isso. O que eu recebi disso até hoje, dessa denúncia? Mostrarei a V.Exas. que desde essa data, tenho péssima qualidade de serviço, péssima!

Aqui, na página da Equatorial, ele diz o seguinte: "Qualquer pessoa maior de 18 anos - você não precisa saber o número da conta contrato, mas se tiver será mais fácil". Isso aqui é se V.Exa. quiser denunciar uma fraude. Não é legal!? Mas você só chega aqui se entrar na agência virtual e tiver um contador e uma senha, senão não vê essa informação.

Fiz uma denúncia no *consumidor.org*, porque eu estava há 16 horas sem eletricidade. Nessa denúncia, passei 21 horas. - O contador é no nome da minha esposa - eles estavam me atendendo, até o momento em que eu falei: "vocês roubam eletricidade. Roubaram os meus fios quando instalaram o contador". Eles roubaram meus fios de cobre; coloquei vários fios de cobres grossos, quando eles botaram o contador eles tiraram meus fios. O que é que eles fizeram? Fecharam o protocolo. É por isso que eles têm o protocolo perfeito no *consumidor.org*, 100% de chamadas atendidas. Denunciei de novo, este ano, dessa vez coloquei uma mapa; um mapa de onde estão as ligações clandestinas. *Ticket* fechado pela Equatorial, porque não posso denunciar, porque não sou o contratante. - Ué, na página deles não está dizendo que cada um pode denunciar? Só precisa ter 18 anos!

Então, eu fiz aqui, já que a Equatorial não publica na Aneel os seus dados de continuidade de 2021, 2022, 2023... Não estão lá, não estão lá, não, está lá zero, zero, zero, zero. Isso acontece quando a empresa é inadimplente. Mas eu fiz os meus dados de continuidade, estão aqui os protocolos todos, só não tenho o mês de Janeiro, porque, felizmente, consegui viajar para me livrar da Equatorial.

Entre os dias 11 novembro de 2022 e 15 de maio de 2023, a minha média sem eletricidade, por mês, é 25 horas; a média do país é nove horas, por ano. A minha média é de 25 horas, por mês. Mas para que a Equatorial não conteste o que está acontecendo, estou colocando a data, o protocolo de abertura, por falta de energia e o total de horas, tem mês como o desse que passei 6% do mês sem eletricidade; no mês de fevereiro, eu passei 4% do mês; ou melhor, 5,5% do mês; no mês de dezembro, eu passei 4.31% do mês sem eletricidade. Se isso não é prova suficiente... Por que a Equatorial faz isso? Em primeiro lugar, porque ela pode! Está aqui. Nas nossas contas são declaradas

perdas. O que é que são perdas? Está lá dizendo, perdas são os furtos que acontecem. Está aqui na minha conta as perdas.

Quando eu denuncio incessantemente para a Equatorial perdas por furto, digo onde o furto está, coloco o mapa, passo um ano e meio denunciando e ela não faz nada... Então, para mim, é conivente para ela. Por que é conivente? Porque ela pega todo esse dinheiro do furto, que são as perdas, que são 7% e coloca para os consumidores pagarem. É fácil vender eletricidade para quem não reclama, porque não precisa ameaçar ele de morte, para quem não liga. Ela não fornece infraestrutura, principalmente, nas periferias e nas cidades pequenas, por quê? Porque o consumidor não vai pagar; é muito mais conveniente para ela colocar o consumidor para pagar e ela não dá nenhuma assistência, não mandar carro, não colocar poste, não colocar fiação. Então, roubo é conveniente para a Equatorial, porque ela aumenta a quantidade de venda por volume e tem um consumidor fixo.

A última denúncia que eu fiz, que coloquei na internet - a Samara tem, pode passar para os senhores... O "elemento" que chegou lá para consertar disse: - Você tomou um choque no poste, não é? - Tomei um choque! Porque estava sem aterramento e tinha gambiarra no poste. Ele disse: - Eu vou consertar o aterramento, mas a gambiarra, o gato, eu não vou tirar. - Eu perguntei, por quê? Ele disse: - Porque tenho medo de apanhar! O engraçado é que eu sou um cidadão normal, sou um professor, estou morando na Taboca do Pau Ferrado, porque é lá onde eu pude comprar uma casa para mim. Eu já fiquei sem pagar eletricidade, eles chegaram na minha casa para cortar, com a maquineta. " - Ou o senhor paga, ou a gente corta". Eu paguei. Agora quando denunciamos gato, mostramos onde está, cobramos, daí posso dizer a V.Exas. que o SAC não atende, a Ouvidoria não despacha, o técnico não faz o serviço. Não é só um problema de gerência, os indicadores estão aqui. O nosso limite, na minha área, que é Teresina, o meu limite sem eletricidade é dez. Está dizendo aqui no site da Aneel que ela passa 14 horas. Passa muito mais. Existem outras formas de não nos atender.

Mostrarei uma denúncia aqui feita no dia 29 de novembro de 2021. Eu denunciando para a Ouvidoria, que eu não consigo abrir o *ticket* na Clara, no robozinho do *Whatsapp*. É o seguinte: se denunciar oscilação duas vezes, eles bloqueiam o seu *Whatsapp*. E quando se diz: estou com falta de energia. Eles dizem: já conversamos sobre isso. Então, denunciei isso em 2021. A última vez que faltou eletricidade, tentei abrir um *ticket* pela Clara. Não consigo, estou bloqueado, porque ela diz: não, falta de energia, você já abriu um.

Tem mais um dado que passarei para a Samara ou para você, Marcela, porque além da Taboca do Pau Ferrado... para que a Equatorial não chegue aqui e diga o seguinte: Lá é um caso isolado. Tenho outra propriedade no Boqueirão, produzimos milho, feijão, galinha, porco, coisa para a família comer de forma orgânica. Fiz um chamado no dia 9 de fevereiro, pois o transformador queimou. Eles colocaram um transformador 29 dias depois. Eles são especialistas em foto, pois foram lá pelo menos dez vezes tirar foto. Magnífico, deve ter feito curso de jornalismo. O que decidimos depois disso? Primeiro, cessamos a produção, porque sem água de poço, nenhum bicho vive. Somos uma área abençoada, tem até um riachinho lá dentro, mas a água não é boa, também não irrigamos e tomamos uma decisão: venderemos essa área, compraremos outra do lado de um gerente da Equatorial, porque eles dizem que tem boa eletricidade. Então, quero estar junto ao transformador como o gerente da Equatorial está, porque se eles dizem que tem boa qualidade, talvez eles tenham mesmo, porque talvez eles não tenham que passar como passamos pelo SAC, talvez eles não recebam os técnicos que eu recebo, que se negam a cortar energia, talvez eles tenham, talvez, não estou fazendo acusação, mas eu vou agora para onde? Para lá. E se eu não conseguir resolver minha casa? Farei a mesma coisa, procurarei um apartamento que seja ladeado com um gerente da Equatorial, porque me mudei para cá para ter felicidade, para desenvolver as minhas pesquisas.

É importante um pesquisador ter o seu local de pesquisa e a Equatorial, tanto mente para os senhores, como também rouba: o meu tempo precioso, o tempo da minha família, o meu sono, o sono da minha família, o meu dinheiro, as atividades empreendedoras. Como professor, posso dizer que o crescimento econômico do PIB de qualquer município, estado ou nação, cresce de acordo com o consumo de energia. E nós, no Piauí, quase 70% são de serviços, próximo de 30% de comércio, 5% de indústria. É uma vergonha sermos produtores de eletricidade e sofrermos com isso. Sou um cidadão, mereço ser tratado com respeito, não mereço ser chamado do que eu fui chamado, não. V.Exas. verão que nesta denúncia em que eu fui ameaçado de morte, em momento algum, eu ofendo o cidadão.

SR.PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - O senhor fez um registro de B.O?

SR. PAULO JORDÃO DE OLIVEIRA CERQUEIRA FORTES (Professor e pesquisador da UFPI) - Fiz, esta aí o B.O, está aí o *ticket*.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Sabe me dizer o encaminhamento?

SR. PAULO JORDÃO DE OLIVEIRA CERQUEIRA FORTES (Professor e pesquisador da UFPI) - Não houve encaminhamento algum nem da polícia nem da Equatorial. Nunca recebi uma ligação da Equatorial sobre isso, nunca! Então, provas de que a Equatorial não atende o consumidor, o senhor tem. E de que não é um caso isolado, o senhor também tem, porque isso aqui não acontece só na Taboca do Pau Ferrado, isso acontece também no Boqueirão. Como um sítio passa 29 dias sem eletricidade? Como uma pessoa consegue manter uma atividade empreendedora? Como consigo manter uma pesquisa agrícola em um sitio que não tem eletricidade? Porque é o que eu faço, não pesquiso só *cannabis*, não, pesquiso milho, sorgo, feijão, alfafa. Então, para mim, tenho permissões concedidas pela Universidade, pelo

Governo, mas a Equatorial não me permite desenvolver meu trabalho, não me permite ter uma vida salutar. V.Exas. não sabem o que é passar todo mês - tem aqui eu denunciando, todo mês. Não tem um mês que não falte, pelo menos, duas vezes 12 horas. Eu fico de 23 horas a 04h da manhã, às vezes, com filha no colo, porque Teresina é quente em qualquer lugar. Tenho direito de utilizar as coisas que comprei, eu deveria ter. Mas esse é o meu último esforço.

Parabenizo a CPI, porque enfrentar uma empresa como a Equatorial não é fácil; parabenizo a todos os senhores que estão aqui, sei que não é fácil, que V.Exas. não darão um resolução "do dia para noite", não é isso que espero. Contudo, espero ter um encaminhamento daqui, porque sou cidadão e não mereço ser ameaçado de morte por uma concessionária do Estado. O Estado é copartícipe do que está acontecendo, por quê? Porque deu...

Como professor de Administração, farei o encaminhamento à CPI do que acho do que deve ser feito, porque não devemos tomar a gestão da Equatorial e botar em uma outra empresa, não devemos terminar com isso. A solução é simples, deputado, chama-se: intervenção. Cria um grupo de interventores, um para gestão principal, um para manutenção, um para um SAC e um para Ouvidoria, para que eles acompanhem a Equatorial e para que tenhamos dados. Fui ligar para a Equatorial para que eles me revelassem o que foi dito nos protocolos, nem os atendentes, nem a Ouvidoria tem acesso a nada que foi feito em 2021/2022, porque foi apagado, estão em um sistema novo. Eles não tinham como me dizer o que relatei há um ano. Então, como é que produzo provas de uma empresa que não me deixa produzir provas de nada?!

Deputado, acredito que o tempo que o senhor me deu é o suficiente e fico aberto a perguntas. Está aqui a documentação e eu a submeto à CPI.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Receberemos toda essa sua documentação, naturalmente também faremos um relatório do seu depoimento. Queria apenas só fazer aqui um reforço, não sei se o deputado Wilson Brandão e o deputado Nerinho querem fazer questionamento e perguntas. Está comprovado, senhor Paulo, que a Equatorial lucra muito com os consumidores do Piauí, no entanto, pelo depoimento de Vossa Senhoria, igualmente o depoimento aqui que teve do presidente do Sindicato do Urbanitários, está comprovado que ela não investe nem na qualidade profissional dos seus colaboradores e muito menos não tem número suficiente para prestar um serviço de qualidade à cidade de Teresina. Deputado Nerinho está comprovado que além da falta de qualificação dos servidores, a Equatorial não tem servidor suficiente. Esse vai ser, acredito eu, não sei se o posicionamento de Vossa Excelência, que é o relator e dos demais deputados, mas está comprovado que nós temos que fazer com que a Equatorial, no final dessa CPI, ela possa contratar mão de obra qualificada e mais mão de obra para prestar um serviço de qualidade a cidade de Teresina e no Estado do Piauí.

A palavra está franqueada, aberta para o deputado Wilson Brandão, se assim permitir, como queria e depois o deputado Nerinho.

SR. WILSON BRANDÃO (Progressistas) - Senhor presidente, senhor deputado Nerinho, relator desta CPI. Fico, professor Paulo Fortes, estarrecido com o que Vossa Senhoria falou aqui para a nossa CPI, da forma como um funcionário, colaborador da Equatorial trata os seus consumidores, seus clientes. Eu até presto a Vossa Senhoria minha solidariedade, como pai de família que sou, como cidadão que sou do Piauí. E o que eu vejo que o grande problema é o monopólio, se não fosse o monopólio, se tivesse competição, a qualidade do serviço seria outra. Infelizmente, o monopólio, mas como Vossa Senhoria disse o estado tem culpa, porque dá concessão para a empresa. A concessão do Piauí pertence à Equatorial. Então fatos como esse, que é o único, e não são poucos, devem ser levantados até por que a Equatorial tem que respeitar o povo do Piauí. Se ela chegou aqui para prestar serviço, tem que prestar serviço com qualidade. Se nós pagamos energia cara, ela tem que ser entregue com qualidade.

Então, eu queria consultar a Vossa Senhoria, se depois de todo esse mal-estar, de forma desagradável, como Vossa Senhoria foi tratado, e quantos centenas de milhares devem ser tratados assim também, por causa de uma pressão que tem que cobrir a meta, tem que atingir a meta, ou seja, trabalhando de uma forma até escrava, talvez. Se a Equatorial, se a Assistência Social da empresa depois de um flagrante desrespeito a Vossa Senhoria, se procurou Vossa Senhoria, se tentou contornar, pedir desculpa pelo problema, não o servidor em si, mas a empresa como um todo. E se também na sua residência e na área que Vossa Senhoria mora, se isso é constante ou é um caso individual da sua residência?

SR. PAULO JORDÃO DE OLIVEIRA CERQUEIRA FORTES (Professor e pesquisador da UFPI) - É constante, venho relatando isso há muito tempo, há um ano e meio, nós estamos falando aqui de 30 a 50 famílias. E sobre a resposta da Equatorial, aí eu faço uma provocação, deputado, eu acredito que a Equatorial que tem que comprovar o que ela fez, porque eu estou aqui com a denúncia e dentro do Boletim de Ocorrência tem o protocolo aberto na Equatorial e tem o email enviado pela Equatorial, com toda a informação a pedido dela. Então ela tem a informação, foi aberto um Boletim de Ocorrência, então é a Equatorial é que tem que comprovar o que ela fez ou o que ela não fez. Agora a mim, ela não deu nehuma resposta e nenhuma satisfação sobre o que aconteceu.

SR. WILSON BRANDÃO (Progressistas) - Deputado Nerinho, não é mais uma pergunta, mas apenas uma colocação, é uma empresa de distribuição de energia, como a Equatorial aqui no Piauí, ela precisa ter vários setores para entregar energia com qualidade, desde a transmissão, a distribuição e a entrega final ao consumidor. O que eu vejo na Equatorial hoje? Estou aqui diante deputados, servidores da empresa, mas todos clientes da

Equatorial. O que eu vejo, hoje, na capital e no interior, porque a empresa reduziu drasticamente a quantidade de servidores, segundo o presidente do Sindicato, pela metade. E, isso gera exatamente a falta de qualidade lá na ponta do sistema, lá no consumidor final, por quê? Porque as equipes não são suficientes para atender a todos os seus consumidores. Se ela está investindo em subestação, se ela está investindo em linha de transmissão, mas ela está se esquecendo do mais importante, que é entregar com qualidade a energia ao consumidor. Então, temos que bater nesta CPI é com relação a quantidade de turmas de operação e manutenção na distribuição, lá na ponta, no consumidor, que é isso que aconteceu com o professor Paulo Fortes e está acontecendo com todos nós, que somos clientes da empresa.

Muito obrigado!

SR. NERINHO (PT) - Senhor Paulo Fortes, eu acho que aqui são os dois parlamentares mais velhos desta Casa, mais experientes. E eu diria o seguinte, essa é a quarta reunião da CPI com a presença de depoentes. E esse foi o mais forte, foi o mais grave que considero até hoje. E tudo que Vossa Excelência disse, eu estou começando a ligar uma coisa com a outra. Antes de começar a CPI da Equatorial, veio aqui o presidente regional, que fica em Recife, e o responsável daqui. Teve uma reunião comigo, com o presidente da Assembleia, deputado Franzé e o presidente Evaldo Gomes, explicando que queria contribuir, que estava aberto a buscar o entendimento, a solução. Nós estávamos, até aquele momento, e ainda estamos, abrindo uma caixa preta, e essa caixa preta, todo depoimento que vem para cá é uma surpresa negativa.

Tudo isso que o deputado Wilson Brandão falou, falou com propriedade, até porque é ex-funcionário da Cepisa, já é aposentado, engenheiro, e falou e fala com propriedade. A qualidade do serviço está mais do que comprovado, mas eu acho, penso, pode ser que no decorrer dos depoimentos, nós vamos deixar para ouvir a Equatorial por último, porque nós vamos estar substanciados das ações, dos problemas que temos para poder depois questionarmos sobre isso. Mas essa sua ideia da intervenção, eu acho que é o caminho que nós podemos indicar. Lógico, que podem ter algumas mudanças no decorrer do percurso.

Eu só queria um questionamento, tenho algumas perguntas mas vi que Vossa Senhoria já respondeu várias, mas para ficar uma coisa mais oficial, a nossa assessoria vai mandar via email para que Vossa Senhoria possa responder, caso necessite acrescentar mais coisas, fique totalmente a vontade; caso queira dar sugestões, fique totalmente a vontade. E diria que, se for necessário, nós iremos entrar novamente em contato, porque aqui, o que sabe e o que conhece de energia, por isso que é necessária a presença dele, é o deputado Wilson Brandão. Somos apenas consumidores e parlamentares que estamos tentando melhorar a qualidade da energia, a qualidade de vida do povo piauiense, mas nós estamos vendo que o buraco é mais embaixo, o negócio é muito mais sério!

Esse depoimento de Vossa Excelência de dizer que não tira gato, nós já temos vários depoimentos de cidadão que disse que criou uma confusão e pede para tirar o gato e "caba" diz que não vai tirar; já teve gente que foi nos falar que a pessoa chega na Equatorial com uma conta de mil reais, chega lá, fala lá e dá um jeitinho para pagar só quinhentos e a conta some, tudo isso nós já sabemos. Então, queremos contar com a colaboração de Vossa Senhoria.

Eu só quero questionar uma coisa, como é constante a falta de energia, em média você diz que 25 horas por mês, e a média Brasil é entre 8 e 9 por ano. Qual é a alegação que a Equatorial, qual foi as explicação que ela deve ter dito, porque acho que para você ter a sua propriedade, deve ter feito todo um estudo, eles fazem um estudo, um projeto para poder dizer qual é o cabeamento se tudo o que a Equatorial pediu, Vossa Senhoria atendeu?

SR. PAULO JORDÃO DE OLIVEIRA CERQUEIRA FORTES (Professor e pesquisador da UFPI) - Perfeitamente! A minha casa é visitada pela Equatorial frequentemente, porque faço diversos pedidos, principalmente oscilação. É uma casa aberta. Não há pedidos feitos pela Equatorial, não há legislação imposta pela Equatorial que não seja seguida na minha casa. Então, eu gozo de uma boa manutenção elétrica, porque eu não posso reclamar se eu não estiver com a minha casa arrumada.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Pois não, deputado Wilson Brandão!

SR. WILSON BRANDÃO (Progressistas) - Queria fazer dois requerimentos verbais e depois por escrito. Primeiro, requerer que (a partir de) toda esta denúncia feita pelo Prof. Paulo Fortes, fosse feito um ofício à Equatorial solicitando informações e esclarecimento sobre essa questão da ligação que ele fez à época, em outubro de 2021.

O segundo requerimento, se for da conveniência do relator e de V. Exa. como presidente, que no dia que vierem aqui os executivos da Equatorial, que o Prof. Paulo Fortes fosse reconvocado para explicar exemplarmente, em nome talvez dos milhares de consumidores do Piauí, uma amostra simples, mas extremamente forte e grave do que passam os consumidores do Estado do Piauí.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Acatada a proposta, deputado Wilson Brandão. Inclusive, queria aproveitar também, deputado Nerinho, que no dia da Equatorial, a gente não só pudesse ouvir o Paulo, como também o presidente do Sindicato dos Urbanitários - os três.

Peço aos servidores para que a gente possa, inclusive, já fazer essa convocação para o Sindicato dos Urbanitários, para reforçar também aqui, através de ofício, um novo depoimento do Sr. Paulo, no dia em que a Equatorial vier fazer o seu depoimento - proposta aqui referendada pelo deputado Wilson Brandão.

SR. NERINHO (PT) - Só esclarecendo: esse depoimento, nós vamos pedir o esclarecimento para a Equatorial, ela vai mandar por escrito; e no dia em que a Equatorial vier, reconvoca o professor.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Então, já pode fazer inclusive o ofício para reconvocar o senhor Paulo. Já tem a data da Equatorial. Nós já temos o calendário e, além disso, fazer esse requerimento como sugestão do deputado e proposta pelo deputado Wilson Brandão, para que a gente possa encaminhar o mais rápido possível para a Equatorial.

Sentimo-nos contemplados com a fala do senhor Paulo. Queria agradecer a sua presença, o seu depoimento, tenho certeza de que o seu depoimento será de grande importância para essa CPI.

SR. PAULO JORDÃO DE OLIVEIRA CERQUEIRA FORTES (Professor e pesquisador da UFPI) - Agradeço a oportunidade e fico à disposição.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Agora, nós vamos ouvir aqui o Sr. Francisco das Chagas Lopes, que é empresário e já encaminhou uma denúncia por escrito para esta Comissão, sobre a questão da produção de frango. Sua granja fica localizada na região do Grande Dirceu e a gente quer (informar), só para reforçar aqui, que o mesmo já assinou o seu termo de compromisso e, ele terá um tempo de 15 minutos, se assim achar necessário, e, logo após isso, os deputados ficam abertos para fazer os questionamentos.

Com a palavra, o senhor Francisco das Chagas Lopes.

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES (Empresário - depoente) - Posso ler o termo, Excelência? (assentimento do presidente). *Eu, Francisco das Chagas Lopes, na qualidade de proprietário da Granja Formosa, declaro para os devidos fins, sob a pena da lei, que as informações aqui prestadas em depoimento são verdadeiras e autênticas, fiéis á verdade e condizentes com a realidade dos fatos. Fico ciente através deste documento, que a falsidade dessas declarações configura crime, previsto no art. 342 do Código Penal Brasileiro, passivos de apuração na forma da lei.*

Talvez eu não precise do tempo de 15 minutos, até por que no dia 10 de abril, confiando no Poder Legislativo do meu estado, eu já fiz uma denúncia e anexei documentos para comprová-la. Então, nesse documento enviado a V.Exas. através do Exmo. Sr. Presidente, Franzé Silva, então todos os detalhes; porém, apenas para ressaltar e confirmar o teor do documento, eu queria que os Excelentíssimos Senhores deputados atentassem para o anexo 1, que está juntado a esse documentos e as fotos também das aves que eu perdi.

No dia cinco de março de 2022, eu perdi 34.756 frangos de corte - aves de 21 dias que pesou 41.906 kg de carne. Ao preço daquela época, gerou-se um prejuízo em torno de aproximadamente 293 mil reais. Para um produtor, isso é um prejuízo considerável, para o pequeno produtor, até mesmo o médio produtor. Eu recorri à Equatorial na época para ver se ressarcia o prejuízo. Eles, através de um telefonema, depois de muito expediente trocado e e-mails entre o declarante e o setor da ouvidoria da Equatorial, não sei se porque a ouvidoria não tem a ossada decisória, então, eles negaram - depois de eu recorrer ao *consumidor.org*, dentro de 48 horas me responderam negando o meu pedido. Mas eu queria chamar à atenção, Excelência, para um quadro que eu elaborei no anexo 1, a partir de quando eu comecei a me relacionar com a assistente virtual da Equatorial. Então, tem aqui: em outubro de 2021, eu fiz três reclamações; em novembro, quatro; em janeiro, três; em fevereiro já de 2022, cinco reclamações; em março, 11 reclamações. Olha, uma pessoa que trabalha com avicultura, que é dependente da energia, totalmente dependente, porque a gente usa tecnologia de ponta para os galpões, nós temos uma granja de cento e poucas mil aves e os galpões são dotados de tecnologia. Têm os controles ambientais, os controles de umidade, os controles de temperatura; portanto, é totalmente dependente.

Então, veja bem: em março, quando ocorreu o problema, tivemos 11 reclamações de falta de energia. Ora, durante o mês, 11 dias. Em abril, três; em maio, três e aí vem. Quando foi em setembro, oito interrupções; em novembro, mais oito; em janeiro já de 2023, 10 interrupções; em fevereiro de 2023, 19 interrupções, Excelência. Dentro daquela carta está o relatório. E por aí vai.

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES (Empresário - depoente) - Foi no dia cinco de março de 2022, Excelência. Bom, então, na carta, Sr. Presidente, eu demonstrei que, durante 581 dias, que foi o período que eu comecei a reclamar da Equatorial, nós tivemos 190 reclamações. Dessas reclamações, tem delas que passa 43 horas sem ser atendida. É normal passar 20 horas, 15 horas, cabo se romper, a rede está totalmente comprometida com as árvores. Nós elaboramos... pedimos uma empresa especializada que fizesse um relatório técnico - inclusive, eu já encaminhei a Vossa Excelência através da carta - e nesse relatório eles apontam a deficiência: são chaves com gambiarras, não tem os fusíveis necessários, não ter os equipamentos necessários. Então, eu acho que Vossas Excelências já viram essas fotos, não já? Viram as fotos do parecer técnico? O deputado Nerinho, o deputado Wilson tiveram acesso ao documento? Acesso a esse documento? O tipo de rede... Está com ele aí? Pronto.

SR. NERINHO (PT) - Isso aí é da porta da sua empresa para fora?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES (Empresário - depoente) - Da porta da empresa para fora, Excelência. Da rede, a parte da minha propriedade por onde a rede passa, essa eu dou manutenção sistematicamente, mas a parte que não é propriedade minha, eu não posso fazer a manutenção, porque a poda deveria caber à Equatorial, entretanto, eles alegam que isso é dever da Prefeitura, dever do município. Eu fui à Prefeitura, examinei se é mesmo dever do município, eles disseram: "Não, poda é feita no perímetro urbano. O perímetro rural não cabe à Prefeitura". O certo é que eu estou com esse problema lá e por acreditar nas autoridades, nos poderes constituídos, eu recorri a essa CPI na busca de uma solução, porque eu sou empresário, gero empregos,

gero renda, trabalho para as pessoas e da minha comunidade. O pessoal da minha comunidade vivia praticamente... lá tem em torno de quinhentas e tantas famílias e essas famílias dependem, em tese, da minha atividade. Eram pessoas que se deslocavam para o sul para cortar cana, pessoas humildes e hoje, graças a Deus e ao trabalho que fizemos lá, eles estão fixados na região, não tem mais aquela saída de pessoas.

Então, são essas as considerações. Eu me coloco à disposição de V. Exas. para que façam os questionamentos. Só complementando, deputado Evaldo, quando ocorreu o problema eu fiz todos os procedimentos necessários, registrei Boletim de Ocorrência, mandei fotos, as fotos também já mandei para V. Exa.. Estão aqui as fotos das aves mortas.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Houve, por parte da delegacia, algum encaminhamento do processo?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES (Empresário - depoente) - Não, senhor. Não, não. Inclusive, eu pedi à delegacia que fizesse uma perícia na rede para não ficar só na perícia particular; mas como não há crime, eles consideram, embora eu considere que há crime, porque não há crime contra pessoa, mas se corre risco quando rompe um cabo, isso há risco, sim, de acidente, e a própria morte das aves também podem configurar um crime ambiental, coisa desse tipo, porque traz consequências para o meio ambiente.

Então, fico aqui à disposição dos senhores para qualquer esclarecimento adicional que seja necessário.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Só para reforçar para V.Sª. que esse seu processo que foi encaminhado para a Assembleia já está em todo processo e irá constar no relatório final da CPI. Inclusive, V.Sª. foi convocado, convidado para dar esse depoimento justamente porque nós compreendemos que o senhor, na condição de comerciante, de pequeno empresário, foi lesado, da mesma forma como tantos outros empresários aqui do Piauí que têm nos procurado.

A palavra está facultada para os deputados Wilson Brandão e Nerinho. Os senhores têm alguma pergunta, algum questionamento a fazer para o Sr. Francisco das Chagas Lopes?

SR. WILSON BRANDÃO (Progressistas) - Senhor presidente, senhor relator, senhor Francisco das Chagas Lopes, empresário do ramo de granja, eu perguntaria se desde o acontecido a morte desses 40 mil...

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES (Empresário - depoente) - Trinta a quatro mil, Excelência.

SR. WILSON BANDÃO (Progressistas) - 34 mil unidades, se depois disso a empresa, o setor jurídico da empresa, setor competente da empresa fez algum contato no sentido de buscar algum acordo ou simplesmente disseram que não tinha nenhum acordo com V.Sª?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES (Empresário - depoente) - Excelência, realmente eu recebi no dia 20 de maio um telefonema. Eu fiz o pedido de ressarcimento das aves e, como eu já falei, houve várias trocas de e-mails entre a minha pessoa e o setor da ouvidoria da Equatorial. Quando foi no dia 20 de maio, por volta 12h05min, eu recebi um telefonema de uma pessoa se identificando como da Equatorial e formulando uma proposta verbal de me ressarcir apenas oitenta mil reais, oitenta e poucos mil reais. Esse telefone é o 99414-6225. Essa pessoa identificou-se como sendo da Equatorial e me fez essa proposta. Eu disse: "Não, eu não vou aceitar, porque realmente é um valor bem abaixo do meu prejuízo".

SR. WILSON BRANDÃO (Progressistas) - Eu até me admiro de uma empresa do porte da Equatorial, que tem a concessão acho que do Pará, do Maranhão, do Piauí, de Alagoas, trabalha no Brasil todo afora aí, de um problema tão grave como de V.Sª., fazer uma proposta por telefone desta forma que não condiz com o procedimento normal e legal que deve ser feito.

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS (Empresário - depoente) - Nos e-mails trocados, também há uma explicação da ouvidoria, porque eu insisti até chegar a reclamar lá no *consumidor.org*, eu insisti, eles disseram lá nos e-mails eles dizem o seguinte: "Olha, nós já tentamos acordo e o acordo não foi possível". Eles formularam isso aí. Então, está dito. Eu não oficializei ainda porque eu tenho o prazo de cinco anos para judicializar e espero ainda que eles façam um pedido de reconsideração para ver se administrativamente... Até porque uma demanda judicial tem ônus, além de incomodar mais ainda o Judiciário, ela tem ônus para gente e tem as taxas e tal, aquelas coisas, e aí, por isso eu ainda não formulei o pedido na Justiça, mas é minha intenção fazê-lo.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Só registrar aqui a presença do nosso presidente da casa, deputado Franzé Silva. Com a palavra o deputado Nerinho.

SR. NERINHO (PT) - Bom, aqui foi muito bem explicado e mais uma vez nós vamos fazer do mesmo jeito que foi feito com o Prof. Paulo Fortes. Vamos enviar as perguntas oficiais para que V.Sª. possa responder e eu só tenho alguns questionamentos. Essa de 34 mil aves foi uma vez, mas já teve alguma outra perda mesmo que de maneira menor por causa da energia? E eu queria saber, V.Sª. falou na sua região, que basicamente todas as famílias lá são ligadas direta ou indiretamente a sua empresa, hoje, seria interessante dizer, V.Sª. teria noção de quantas pessoas dependem da sua empresa? Porque V.Sª. falou uma coisa bem forte aí, a grande maioria dessas pessoas ia para o sul do estado para cair na escravidão de corte de cana, de tudo isso. Então, com isso, se com o prejuízo da sua empresa com essas constantes faltas de energia, se isso aí não tem diminuído a sua capacidade de produção, não tem diminuído a sua capacidade, porque empresas, nós somos sabedores, é a concorrência. O deputado Wilson Brandão foi muito feliz quando ele falou que nada disso estaria acontecendo se aqui tivesse concorrência. Eu acredito e lá atrás eu vim do setor empresarial - melhor coisa do mundo para o

empresário é a concorrência, porque nunca você vai se acomodar nunca. Então, se aqui tivesse outra, uma ou mais duas empresas prestadoras de serviços, certeza que, aqui, nós não estaríamos nessa missão. Eu diria assim: isso, até que ponto prejudicou o seu... Porque isso aí vai para prejuízo, isso aí diminui o seu grau de competitividade com o mercado tanto interno como externo. Até que ponto isso aí prejudicou a sua empresa?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS (Depoente) - Excelência, esse não é o primeiro caso. Esse foi o mais volumoso; mas certa vez, eu não sei bem a data, também não procurei saber, já perdi oitocentas e poucas aves já com trinta e nove dias. Mais recentemente, agora, nesse ciclo anterior...

SR. NERINHO (PT) - Só uma questão: isso é 100% problema da energia?

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS (Empresário - depoente) - 100% de problema de energia. Mais recentemente, o meu gerador estava com 23 horas funcionando ininterruptamente e um cisco entrou no sistema de alimentação, de combustível e ele parou. A minha sorte é que foi um dia chuvoso, o tempo estava mais frio, mas assim mesmo acionei um profissional daqui de Teresina, ele gastou duas horas para chegar lá, perdi ainda 374 aves com 42 dias. Então, esses prejuízos não são... Sempre há um problema. Olha, se V.Exa. ver que durante 581 dias fizemos 190 reclamações e a Equatorial tem vezes que dura mais de 43 horas para atender, então imagine a quantidade de horas que perdemos aí. E a avicultura é uma coisa de alto risco, por quê? Porque dentro do ambiente interno, se não estiver climatizado, se não estiver adequado para as aves, elas se estressam, ocorre o estresse calórico, elas morrem e, consequentemente, vem o prejuízo. Eu, na verdade, se V.Exa. quiser, tenho sete empregados diretos, sete pessoas diretas na minha folha de pagamentos, mas tem os trabalhos indiretos, que é o pessoal que presta serviço diário, dia de pega. Hoje, eu já me encontro... sofremos financeiramente com um abalo desses, viu, deputado Nerinho, é doloroso, a família sofre quando vê um prejuízo volumoso nessa ordem. Aí vem o estresse da família, vem o estresse da gente também, perdemos sono, problemas psicológicos, que é normal acontecer, temos que superar e partir para frente, partir para o trabalho, mas há todos esses detalhes que V.Exa. falou aí.

Não sei se lhe respondi perfeitamente, mas estou aqui à sua disposição.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Bom, continua em aberto, o deputado Nerinho e deputado Gil estão contemplados? Pedimos, também, que o Sr. Paulo e o Sr. Francisco pudessem encaminhar esse questionário que a gente vai enviar para vocês, no prazo de 30 dias, porque estamos aqui com uma programação feita de depoimentos e o relatório final será feito, provavelmente, em julho, quando se dará encerrada a CPI, mas quero agradecer aqui ao senhor Francisco. Acho que o depoimento dele tem uma importância significativa, porque, como eu bem disse, na fala do Sr. Paulo, do Prof. Paulo, o depoimento de vossas senhorias será de grande importância para a conclusão do relatório da CPI. Esses relatos que, se a gente aqui fosse ouvir tantos empresários ou outras personalidades, a gente ficaria o ano inteiro, ou seja, são muitos problemas apontados pelos usuários, apontados pela população no que diz respeito a essa inércia, da péssima qualidade de energia oferecida pela Equatorial.

Com a palavra, o deputado Nerinho.

SR. NERINHO (PT) - Só para as considerações finais aqui, o que o presidente Evaldo disse, se fôssemos ouvir todas as pessoas... Estamos apenas pinçando algumas pessoas. Então, seria interessante e é onde eu quero chegar, que Vossas Senhorias, quando fossem responder às perguntas, qualquer coisa que vocês acharem interessante que não estão nas perguntas, forneça-nos esses dados, mesmo que vocês não considerem, porque para vocês, às vezes, já é uma coisa tão constante que podem considerar uma banalidade, mas nos forneçam informações, qualquer coisa, para que o nosso relatório seja o mais consistente, o mais robusto, o mais rico em detalhes, para que não haja nenhum questionamento.

Então, queria, aqui, agradecer a presença de vocês, muito esclarecedora. Solidarizamo-nos aqui, tanto o deputado Wilson, eu e o deputado Evaldo com as pressões que vocês sentiram, que vocês estão sentindo, tanto psicológica como a pressão direta do Prof. Paulo, eu acho que esse aí, esse caso tem, sim, que ter solução. Então, eu quero agradecer aqui ao presidente e dizer que quarta-feira já tem de novo.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Na quarta-feira, teremos a APPM e a Aprosoja, que estarão aqui também dando os seus depoimentos.

Então, queria agradecer a presença dos dois, agradecer o depoimento dos dois, que será de importância significativa para nosso relatório final.

Não tendo mais nada a tratar, declaro encerrada a reunião.

REGISTROS TAQUIGRÁFICOS DA QUINTA OITIVA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA VIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, REALIZADA NO DIA VINTE E QUATRO DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
PRESIDENTE – Deputado Evaldo Gomes (Solidariedade).
TEMA: Apurar a má prestação dos serviços da empresa Equatorial de Energia no Piauí.
PROPONENTE: Evaldo Gomes.
COMPONENTES: Deputado Evaldo Gomes (presidente), deputado Nerinho (relator), deputada Gracinha Mão Santa, deputada Simone Pereira.
DEPOENTES: Antoniel de Sousa Silva e Alzir Pimentel Aguiar Neto.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Bom dia a todos e a todas! Estamos

abrindo mais uma reunião da CPI da Equatorial, requerimento de nossa iniciativa, Nº 95/23, e de outros deputados da Casa. O objetivo da CPI é apurar a má prestação de serviços prestados pela empresa Equatorial, tanto na capital, quanto nos municípios do Piauí, o que tem gerado graves transtornos aos consumidores piauienses. Nós temos, hoje, dois convidados para a nossa quinta oitiva, o Sr. Antoniel de Sousa Silva, o Toinho da Caridade, prefeito, mas que está aqui na qualidade de presidente da APPM; e o Sr. Alzir Pimentel Aguiar Neto, presidente da Aprosoja.

Nós temos um documento, o termo de compromisso, que já está em mãos dos nossos depoentes. O depoente tem 15 minutos para fazer as considerações necessárias e os deputados três minutos para fazerem perguntas. O depoente tem o tempo suficiente para que possa responder aos deputados, no mínimo dez minutos.

Passa a palavra ao nosso primeiro depoente, Sr. Antoniel de Sousa Silva.

SR. ANTONIEL SOUSA (Presidente da APPM) - Bom dia, presidente, deputado Evaldo Gomes; cumprimento a todos os deputados da Comissão.

Estou aqui representando os municípios piauienses, convocado por esta Casa, para prestar informações sobre a Equatorial e seu serviço nos municípios.

Foi encaminhado ao presidente, pela nossa assessoria, um levantamento feito junto aos municípios piauienses, perguntando sobre os serviços da Equatorial. A primeira pergunta foi:

1ª-Como é o relacionamento entre seu município e a Equatorial?

2ª-Como é o serviço prestado pela Equatorial?

3ª-Há queda de energia frequente em seu município?

4ª-Na falta de energia, o atendimento da Equatorial acontece de que forma?

5ª-Quantos poços tubulares estão prontos esperando ligações?

Então, questionamos todas essas questões de serviços prestados pela Equatorial aos municípios e passamos as informações de que há muito o que avançar na questão da energia, na prestação de serviços da Equatorial. Temos o Estado do Piauí em destaque, até em nível nacional, como um dos estados que tem, principalmente na região nossa, do Vale do Itaim, onde tem o maior investimento em energias renováveis, energia solar e eólica.

Eu acho que temos que debater sim esses temas, que são bem frequente nos nossos municípios e não é só a questão dos serviços, mas, também, para baratear a energia para o consumidor. Nosso caso aqui como órgão público, temos informação e somos sempre solicitados por vários prefeitos – que estão investindo em energia solar em seus municípios – para justamente tirar essa dependência direta da Equatorial, com relação à prestação de serviços e consumo. Então, o relatório que nós temos em mãos é de que alguns prefeitos consideram que houve avanço, mas que há muito o que melhorar no quesito do relacionamento com a Equatorial. Realmente, a interlocução melhorou, porém em muitos serviços, ainda, há questionamentos de má prestação. E, quando se trata de serviços prestados pela Equatorial, há uma disparidade entre regular e ruim, têm alguns que consideram bons, mas a maioria ainda considera regular.

Com relação à queda de energia, 90% dos municípios frequentemente sofrem com a queda de energia, ou seja, com a falta de investimentos em subestações para que (a energia) chegue mais rápida aos municípios, evitando as perdas patrimoniais com a falta de energia.

Quando se trata do atendimento – que você vai lá no 0800 reclamar – o tempo está estipulado por lei – muitos consideram que demora muito. Em torno de 65% dos municípios alegam que há demora na religação, no caso da falta de energia. E quando se trata de poços tubulares, que é justamente onde atende o pequeno agricultor na zona rural, ainda há muito a avançar nesse quesito – a demora da ligação. São fundamentos essenciais de que a água é vida, e há essas sugestões, esses requerimentos, junto à Equatorial para que esses poços sejam ligados, o mais rápido possível, para prestar o serviço às comunidades da zona rural.

Então, presidente, é mais ou menos esta a introdução. Colocamos nós à disposição de todos os membros dessa Comissão, para contribuir com esta CPI. Há de se ressaltar que realmente há muita coisa a avançar, porém o relacionamento, pelo menos, de atendimentos melhorou com relação à metodologia aplicada antes.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Nós temos aqui o deputado Nerinho, que é o relator dessa CPI, e a deputada Simone Pereira.

O relatório, Nerinho, trazido aqui pelo presidente da APPM, responde praticamente às perguntas que nós queríamos saber da APPM, do relacionamento que os prefeitos do Piauí têm com a Equatorial. Então, está muito bem explicado, está muito bem, acho que nos contempla.

Pergunto ao deputado Nerinho e a deputada Simone se têm alguma pergunta para o nosso depoente?

Com a palavra, deputada Simone.

SRA. SIMONE PEREIRA (MDB) - Bom dia, presidente, bom dia, nosso relator, Bom dia, prefeito Toninho da Caridade, presidente da APPM; bom dia, Dr. Alzir – que acabou de chegar – seja muito bem-vindo! Bom dia a todos!

Nós sabemos que o Estado do Piauí tem uma extensão territorial muito grande, por isso mesmo existe uma diversidade, inclusive, com relação à questão do atendimento em todos os serviços, não só da energia.

Nas nossas andanças pelo Estado do Piauí, o que vimos é uma quantidade muito grande das famosas gambiarras. Essas gambiarras, além de ter uma energia de péssima qualidade, elas são extremamente

perigosas, porque podem ocorrer acidentes que são letais.

Eu gostaria de que o presidente da APPM nos informasse, se formos analisar por região, hoje, qual seria a região que tem a pior qualidade de serviço e a maior quantidade de gambiarras?

SR. ANTONIEL DE SOUSA SILVA (Depoente – Presidente da APPM) - Pelas informações que temos dos municípios, na verdade, a regionalidade que é o extremo sul é uma região que falta mais questionamentos, mais investimentos nesse sentido. Até questionou-se, inclusive, o pessoal da Equatorial, os prefeitos têm entrado muito em contato, que é a região lá de Cristalândia, Corrente, a região do Matopiba, considerando que também tem os investimentos de soja, que é muito importante lá para aquela região. Eu acho que, no momento, é a localidade é o extremo sul que mais tem essa deficiência.

SRA. SIMONE PEREIRA (MDB) - Senhor presidente, só para complementar, eu quero saber se existe algum projeto com relação ao investimento nesses municípios. Se em algum momento a Equatorial sentou com a APPM para que pudessem ter um plano de investimento para minimizar essas questões, principalmente com relação à questão das gambiarras?

SR. ANTONIEL DE SOUSA SILVA (Presidente da APPM) - Fomos procurado no mês de janeiro pelo presidente anterior – mudou agora a presidência da Equatorial – entraram em contato conosco para uma audiência, que está marcada para a segunda quinzena de junho, devido a minha agenda. Eu não estarei aqui na próxima semana e na outra tem o Congresso das Cidades e não foi possível ter esta audiência com o novo presidente da Equatorial. Mas já há esse questionamento dos municípios, inclusive, em forma de protocolo. Fomos informados pelos municípios que estão cobrando esse investimento e são duas formas que os municípios estão propondo também. Já está sendo feito consórcio entre municípios para investimento em energia fotovoltaica para construção de pequenas usinas. Os municípios estão buscando a autonomia energética, para justamente tirar das suas costas essas despesas que são muito altas com energia. Então, tem um investimento da iniciativa privada, mas que contempla diretamente os órgãos públicos, para equalizar essa conta da energia que está muito alta. Então, eu acredito que o Piauí, como um dos estados maiores produtores de energias renováveis, acho que a saída seria buscarmos esses investimentos para baratear como também para ter autonomia municipal, no consumo de energia dos órgãos públicos municipais

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Presidente, nós lemos aqui o relatório e constatei que 96 municípios responderam – deram suas respostas às perguntas que a APPM repassou para os municípios. Nós temos 224 municípios no Piauí, a ausência dos demais foi questão de contato, de relacionamento com esses municípios? Ou os mesmos se recusaram a dar algumas informações?

SR. ANTONIEL DE SOUSA SILVA (Presidente da APPM) - Neste caso foram 96, porque temos uma atualização, mas ainda são muito antigas as perguntas. Como foi recente a notificação, acho que foi por causa do tempo, mas acredito que nós, até o final da semana, teremos os 224 em mãos para passar para a Comissão.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Obrigado, presidente!

Concedo a palavra ao deputado Nerinho.

SR. NERINHO (PT) - Bom dia, Sr. prefeito Toninho, da nossa querida Caridade; a nossa Simone Pereira, uma parlamentar atuante que tem feito um excelente trabalho; bom dia ao presidente da Aprosoja, Sr. Alzir.

Em primeiro lugar, parabenizo o Toninho por esse relatório que foi feito, um relatório, como mandou a nossa assessoria, fazendo um percentual com amostragem para sabermos o que tem de excelente, de bom, de regular. Acho que vai ter muito pouco excelente. Mas, eu quero aqui, Toninho, se você puder, no próximo relatório que vai contemplar os outros 224 municípios, essa pergunta que a deputada Simone fez é muito pertinente, a respeito das gambiarras, se pudesse incluir, pelo menos, já que esses primeiros já responderam, se nos outros pudessem fazer isso.

Nós somos sabedores que a gambiarra é um dos grandes problemas para a queda de energia, falta de energia, como quer que seja, desvio de energia, e isso prejudica muito, tanto o consumidor como o município. Se puder colocar no seu relatório. Ele está muito bem feito, muito bem elaborado. Repito, meus parabéns por esse interesse de também buscar a melhorar a qualidade da energia do Piauí e, consequentemente, melhorar a qualidade de vida do nosso povo piauiense. Mas, eu também, quero fazer aqui, se você puder, responder duas coisas, não é da sua área, mas até da Aprosoja de uma maneira geral, você como representante de todos os municípios do Piauí, se você puder, mesmo que seja de maneira informal, nos responder, até que ponto esse problema energético prejudica a instalação de indústrias nas cidades, nos municípios; até que ponto, porque nós somos sabedores que o ponto fundamental para que se possa criar e trazer qualquer investimento, o ponto número um é a energia. Então, se você tem algum relato de algum prefeito que tinha alguma empresa, alguma indústria que queira ir para aquele município, mas não pode ir porque não tem uma subestação, não pode ir porque não tem uma energia de qualidade.

E a segunda coisa é a respeito da poda das árvores nos municípios, porque isso a Equatorial fica dizendo que é do município, o município diz que é da Equatorial. E aí nós queremos saber em que pé está, se você puder nos informar a respeito da poda das árvores, porque a Equatorial diz que na zona urbana é questão do município, o município diz que só pode passar, senão me engano, nas ruas - dentro não pode entrar. Na zona rural é totalmente da Equatorial e nós somos sabedores que no interior do Estado do Piauí ainda é um estado que a zona rural é muito forte, mas

também sabemos que com a criação do 'Luz para Todos' aumentou e muito a extensão de energia, o atendimento energético na zona rural. Então, se V.Sa. puder, nos responda - mesmo que não seja colocado no seu próximo relatório o percentual, não precisa necessariamente ser exato a respeito das gambiarras, das podas das árvores e da atração de investimento nas indústrias.

SR. ALZIR PIMENTEL AGUIAR NETO (Depoente) - Bom, pergunta bem pertinente em um momento que o Piauí vive um dos maiores investimentos de energia e que se torna atrativo para as empresas se instalarem. É necessário que haja primeiramente o quê? Uma intervenção nas subestações. Eu acho que é um investimento que tem que haver para suprir, porque nós não temos problemas de energia, nós temos problemas de prestação de serviços com relação a absorver aquilo que é gerado no nosso estado, que possa ser transmitido. Eu acredito que nos relatórios e naquilo que os prefeitos vêm nos falando, tem até um caso específico, que quando chega o mês de setembro, você começa a ter dificuldade com a Agespisa, porque a bomba não gera energia suficiente para colocar água para os municípios. Vou dar um exemplo de Patos do Piauí. Patos do Piauí tem a Barragem do Marruá – quando dá o período de setembro, as bombas não conseguem carregar energia suficiente para jogar água para Simões, Caridade, Curral Novo. Então, o investimento principal neste momento seria justamente as subestações, para suprir a necessidade do volume de energia a ser transmitido. Eu não sou técnico na área de energia, mas é isso que nos passam, que os técnicos nos repassam e isso causa transtornos à população.

Com relação a gambiarra, eu diria que prejudica, mas percebemos que teve um avanço. Não o avanço necessário, não é o ideal, mas houve sim um avanço na gambiarra. Eu diria que o gargalo hoje seria justamente um investimento em subestações.

Temos também o debate da iluminação pública, porque muitos municípios avançaram em obras de pavimentação asfáltica, de calçamentos, e aí temos que ter esse investimento da Equatorial para depois o município implantar a iluminação pública. Então, é outro questionamento, porque anteriormente era até pior para protocolar um projeto, antigamente lá era uma burocracia imensa, porque tínhamos que investir, o município tinha que investir, tirar dos seus recursos para depois recorrer para ser indenizado. Então, pelo menos, nessa sistemática melhorou, temos um acesso mais rápido nesse sentido do investimento; porém precisamos melhorar, é um fato! Então, eu diria hoje que o gargalo nessa primeira pergunta seria a questão de investimento em subestações, para poder ter a energia necessária para o funcionamento dos órgãos e das ações governamentais junto aos municípios.

A segunda pergunta é com relação a poda de árvores. É obrigação do município na extensão da zona urbana que esteja na margem das ruas e logradouros públicos. Não pode entrar em área privada, às vezes tem pés de árvores que estão em patrimônio privado e a prefeitura não pode adentrar. Já a Equatorial, como está tendo essa interligação na rede, pode; porque a lei permite que ela o faça. Então, a zona urbana é delimitada e a obrigação é dos municípios. Na zona rural, tudo que for à margem.... normalmente a linha passa próxima à estrada, é obrigação da empresa manter-se sempre vigilante em relação aos galhos, principalmente nesse período de muito vento, para poder não ter constantemente quedas de energia – o que é uma reclamação aqui, que todos os municípios disseram que há, realmente, frequentes quedas de energia.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Presidente, perdoe-me, eu não entendi muito a resposta quando o deputado Nerinho fez o questionamento se existe, se ainda tem continuidade dos investimentos, por exemplo, no Luz para Todos nos municípios.

SR. ANTONIEL DE SOUSA SILVA (Presidente da APPM) - Sim! O investimento no Luz para Todos, os dados que nós temos são de que o Piauí já tem em torno de 92% atendido, faltam apenas 8% - em torno de 30 mil famílias a serem atendidas.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – solidariedade) - Concedo a palavra à deputada Gracinha Mão Santa para fazer a pergunta, o questionamento.

SR. GRACINHA MÃO SANTA (PP) - Bom dia a todos! Queria primeiro cumprimentar o presidente da PPM, que é um grande prefeito, já vem de gestão e todo mundo que vem de gestão tem uma certa sensibilidade grande, porque vê o município de perto. Eu queria complementar com as palavras do Nerinho, pois eu cheguei um pouco atrasada, mas eu peguei exatamente essa questão da poda, presidente. Foi bem respondida, mas, ao mesmo tempo, ela tem aquela coparticipação, não é? Porque existe – para todos que estão aqui presentes – mesmo quando o município... Aí que é o grande problema. Eu digo a vocês, porque eu era da Secretaria de Infraestrutura, que era também com a Superintendência de Iluminação Pública durante seis anos, à frente de uma pasta do segundo maior município. O que acontece? Nós deparamos com situações de fiação passando nas árvores. E aí entra: o município pode ou é a Equatorial? Na verdade, pelo menos lá na nossa região, a Equatorial entende que primeiro vai a Equatorial, mesmo quando é área de poda do município, só ela desliga a rede para que o município faça a poda. E isso demora muito e a população fica cobrando ao município: —Eu entrei com o pedido, com ofício há tantos meses!. E o município pede à Equatorial, mas a Equatorial tem que marcar junto como qualquer outra demanda e isso demora muito. E aqui eu queria saber se vocês têm também esse problema em outras cidades. Também a questão das vias que a Equatorial faz. Ela tem terceirizadas para poda, então ela paga poda. Só que aí, o que acontece? Às vezes o município protocola, ou então o munícipe vai e protocola o pedido em zonas como BRs urbanas – muito comum isso acontecer.

SR. ANTONIEL DE SOUSA SILVA (Presidente da APPM) - Verdade!

SR. GRACINHA MÃO SANTA (PP) - BRs urbanas, que são dentro das vias urbanas. E às vezes nem resposta tem, e às vezes ainda pior: a Equatorial tira – não sei se o senhor também tem essa reclamação e poderíamos tentar regulamentar, presidente – é que a Equatorial às vezes até tira, faz a poda, mas ela deixa no meio da rua, sem fazer o destino final e sem avisar para a prefeitura fazer junto. Aí causa outro transtorno, no trânsito, para a população. Falta também uma..., se isso no contrato é claro, essa divisão; porque, às vezes, como o senhor disse aqui, até o município fica confuso, não é só o cidadão.

Sobre as subestações, eu queria abrir um parêntese para o senhor, isso é tão complicado que ultimamente fizemos, por exemplo, a prorrogação da São Sebastião. O prefeito fez e colocou a extensão da rede. Agora a prefeitura está tendo que fazer a subestação, porque nunca se consegue a contrapartida da Equatorial para nenhuma subestação, nem em bairro que tenha hospital, como a Nova Parnaíba, em Parnaíba. Aí o senhor imagina nas cidades menores. Quando citamos as maiores, é porque a sabemos que as **maiores** (menores) são muito mais difíceis os acessos, os problemas ficam mais longe das sedes, porque lá, pelo menos tem regional na Planície, e em vários lugares não tem.

Como é que o senhor vê uma busca de tentarmos melhorar, até porque não está muito claro no contrato de concessão da Equatorial, melhorar isso em termos legais, melhorar isso como sugestão da CPI para a própria Equatorial, como uma obrigação, datas, planos?

Os projetos, eu até concordo como senhor, melhorou um pouco o acesso, ainda demora muito, mas melhorou porque vinhamos para Teresina, por tudo e qualquer coisa, agora tem sistema, já melhora um pouco. Mas assim, queria que o senhor nos dissesse como é que o senhor – nas cidades mais afastadas – como o senhor é do comando da APPM, vê as cidades que são mais afastadas da capital?

SR. ANTONIEL DE SOUSA SILVA (Depoente – Presidente da APPM) - É, realmente é um problema. Eu não tenho conhecimento do contrato da Equatorial, quais foram os termos de cessão, de contratação, do leilão lá da época, mas são problemas recorrentes dos municípios. São dois órgãos que temos problema: um é a Agespisa, que vai lá também, arrebenta tudo e depois o prefeito tem que ir lá regularizar; da mesma forma a Equatorial, ela faz a poda, corta, mas deixa tudo que ficou para... sem nenhuma notificação aos municípios. O que poderíamos falar como representante é que eu acho que poderia normatizar e acho que o poder público tem o poder de polícia, poderia multar e essa multa ir até para o município para ajudar na limpeza urbana, na capina, na poda, nos serviços que já presta. Eu acho que fica uma dica, um entendimento, que eu acho que o município, como tem esse poder de polícia, poderia normatizar essa questão de regulamentação no sentido que o município possa ter esse poder de polícia e melhorar o entendimento. Sabe que o cidadão ou as empresas, quando pesa no bolso, têm mais cuidado com as ações.

SRA. GRACINHA MÃO SANTA (PP) - Questão de ordem, senhor presidente.

Eu gostaria de fazer só mais uma pergunta para complementar o que ele está falando.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Pois não, deputada, fique à vontade.

SRA. GRACINHA MÃO SANTA (PP) - Sobre as gambiarras, também somos muito sofridos quanto a isso e com ampliação. Inclusive, presidente, somos sofridos até em como, tanto os munícipes como os municípios, como entes, somos sofridos até em como eles pedem respostas. Pedimos, prometem, mas não dão resposta objetiva nenhuma. O senhor tem conhecimento se isso melhorou em alguns municípios? Porque na Planície isso é recorrente.

SR. ANTONIEL DE SOUSA SILVA (Depoente – Presidente da APPM) - Nesse sentido temos muitos problemas. Principalmente, como falamos, os municípios avançaram muito em obras de pavimentação, em novos bairros e as pessoas foram morar e, nem todos os municípios têm condições financeiras de fazer um projeto, colocar adequadamente a energia para depois ter que pedir o ressarcimento. Então, essa demora prejudica também o município com queda de energia, com problemas que podem ocorrer, às vezes, um incidente até maior com relação as gambiarras. Então, temos esses problemas sim. De norte a sul do estado, é uma reclamação. Até vou aqui acatar, a pedido do deputado Nerinho, para acrescer no nosso questionamento que está em andamento. Temos aqui 96 prontos, dos 224, a questão das gambiarras, porque tínhamos acrescido à questão dos poços tubulares também, que tem problemas com questão de água na zona rural. Então, vamos acatar esse pedido para apresentar esse relatório mais detalhado, incluindo também as gambiarras para que vocês tenham uma noção mais específica e em porcentagem também, porque eu acredito que com os avanços que vêm acontecendo nos municípios, muitos bairros novos, a maioria está ainda de forma irregular e é um problema! O cidadão é cobrado pela energia que lá não tem de qualidade. Esse é o questionamento e que a lei diz que só tem obrigação de pagar quando tiver devidamente registrado, qualificado, organizado.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Bom, tem mais alguma pergunta dos deputados ao presidente da APPM?

Não tendo, encerramos o depoimento do depoente, agradecendo ao presidente da APPM, tenho certeza de que as informações, o relatório que ele nos traz será de grande importância para que possa, ao final dessa CPI, preparar um relatório final para apresentar, não só às instituições para que tomem as providências necessárias, como também para a sociedade piauiense. Obrigado, presidente!

Temos, aqui, o Sr. Alcir Pimentel Aguiar Neto, presidente da Aprosoja. Agradecemos desde já a sua presença.

O depoente trouxe um relatório, está aqui em mãos. Ele terá um tempo de 15 minutos para fazer seus questionamentos. - Só reforçar aqui para o Sr. Almir Pimentel que essa é uma CPI criada por esta Casa com o objetivo de lutar pela melhor qualidade do serviço de energia no Estado do Piauí, diante das reclamações da população piauiense no que diz respeito a esse serviço. Nós temos presentes nesta reunião: o relator, deputado Nerinho; a deputada Gracinha Mão Santa, que pertence à Comissão; e a deputada Simone Pereira.

O convidado já assinou o termo de compromisso e assim, passamo a palavra a ele, com o tempo de 15 minutos.

SR. ALZIR PIMENTEL (Presidente da Aprosoja) - Bom dia, presidente Evaldo! Bom dia a todos os deputados, deputado Nerinho, deputada Simone e deputada Gracinha!

Eu acredito que o grande intuito nosso, presidente, é de fato uma qualidade na nossa matriz energética. Estamos no sul do estado e desde a década de 90 sofremos bastante com isso. E não só sofre a região, como sofre o estado, porque essa falta de estrutura energética tem gerado prejuízos objetivos para a nossa população. Nós deixamos de investir em algodoeiros, em usinas de beneficiamento de grãos, em sementeiras, usinas fotovoltaicas, que não são ligadas no seu devido tempo, frigoríficos, indústrias, armazéns, unidades produtoras, mineradoras e isso tudo, todo esse custo tem se voltado principalmente para os produtores. A exemplo, nós temos uma rede elétrica que foi puxada na região de Baixa Grande do Ribeiro, que é o principal município produtor de grãos do nosso estado, que foi 100% privado. E essa rede foi em parte doada à concessionária, que praticamente não pagou nem 5% dos custos que houve nela e, além de não termos uma energia de qualidade, com qualquer chuva essa energia cai e nós temos um custo excessivo para manter as unidades funcionando com geradores, ou seja, óleo diesel e isso aí tem trazido prejuízos. Agora, esses prejuízos talvez consigamos rapidamente calculá-los. O prejuízo que não é calculado é a falta de geração emprego e o quê o Piauí poderia crescer justamente por essa falta de investimento.

Então assim, aceitei o convite de vir até a CPI no sentido de, de fato, nós tentarmos ajudar a melhorar esse contexto energético do nosso estado para que possamos ter crescimento econômico e social.

A nossa região passa por um profundo desenvolvimento, esse progresso tem se aliado cada vez mais com as cadeias produtivas. Essa intensificação na produção tem atraído diversas indústrias, mas essas indústrias têm preterido o Estado do Piauí. Dois pontos principais, mas o fundamental é a questão energética. Temos a questão da infraestrutura, mas temos a questão energética. Essa questão é fundamental. Nós temos um frigorífico de frango, que há praticamente dez anos tenta se instalar na região de Uruçuí, um investimento altíssimo, podendo gerar mais de cinco mil empregos e não vem por essa questão. Então assim, o que nós trazemos aqui é a dificuldade que os empreendedores, os produtores, os empresários e industriais da região sofrem para conseguir uma energia minimamente suficiente para gerir os nossos negócios.

Na região de Antônio Almeida, que é uma polo importante para o cerrado piauiense, um polo de produção de calcário, as mineradoras sofrem enormemente. Hoje, boa parte do nosso calcário tem vindo de outros estados, porque as nossas mineradoras não têm capacidade energética de gerar calcário suficiente. E eu estou falando de milhões de reais que são investidos em calcário no nosso estado. Então, é dinheiro que vai para fora. Nós pegamos várias empresas, várias unidades produtoras que investem em usinas fotovoltaicas, essas usinas demoram seis, sete, oito meses para serem ligadas, para serem compatibilizadas no sistema. E a deficiência da qualidade da rede elétrica traz prejuízos corriqueiros: são queimados painéis, equipamentos nas nossas unidades. Então, assim, se você aliciar todos esses fatores que trazem prejuízos objetivos com o que poderia gerar, eu acredito que nós estamos falando em centena de milhões de reais e de vários empregos. Então, assim, eu acho que cabe sim a esta Casa, a esta CPI cobrar da concessionária que faça investimentos. Nós não pagamos barato por essa energia. Além de não pagar uma conta barata, nós que fazemos a infraestrutura – eu particularmente gastei milhões de reais para puxar energia para a minha unidade produtora. - e vários e vários outros produtores fizeram da mesma forma. Nós doamos isso daí para a concessionária e a concessionária nem sequer mantém o serviço de qualidade. Então, o que eu acho escandaloso é nós termos um serviço que é caro, que nós bancamos ele, ou seja, nós investimentos e mantemos. Então, que serve a concessionária? Não, sei para que. Porque se investimos, construímos a rede, entregamos para ela e não tem a qualidade no serviço, eu não sei para que eles estão, não sei qual é o objetivo que a concessionária tem?

Eu tenho reclamações de produtores de 135 chamados não atendidos na Equatorial, 72 dias para ter uma resposta. Nós temos situações, inclusive, de casos de óbitos, pela má qualidade. Às vezes, o produtor tem que ir lá e bater uma canela, e já tivemos caso de óbito de pessoas que vieram a ser eletrocutadas, isso com todo o treinamento necessário, mas, obviamente, por uma falha no sistema.

Então, assim, eu trago aqui essa minha contribuição no sentido de que as autoridades públicas, Vossas Excelências, precisam de fato cobrar a qualidade e o investimento devido. Não é barato o custo que nós temos, e o Piauí deixa de crescer, porque paramos de investir no que de fato precisamos para fazer uma infraestrutura que é devida pela concessionária. Então, eu trouxe aqui alguns relatos dessas faltas de investimentos, ramificações que foram feitas de forma privada a concessionária não se comprometeu em incorporar ligações que poderiam facilitar duplicidades no sistema, que poderiam gerar

uma qualidade na energia. E o que é mais bizarro, nós podemos investir em uma energia limpa, que é a questão das usinas fotovoltaicas e não investimos mais, porque é um investimento relativamente alto, mas que demora aí seis, oito, dez meses para se ligar. E nós ficamos com esse passivo de desembolsar um recurso para ter uma qualidade melhor e geração de energia limpa e não temos.

Então, assim, brevemente falando, no cerrado do Piauí – não só o cerrado, hoje nós produzimos grãos em todo o território piauiense, nós produzimos na caatinga, no médio Parnaíba, no norte - a reclamação é generalizada e o Piauí precisa avançar, o Piauí precisa crescer o seu parque industrial. Nós temos buscado muitos investidores desde a parte de armazéns, da parte de frigoríferos, de algodoeiras, unidades de beneficiamento de milho, sementeiras. Nós tivemos um investimento, agora, recente, inaugurado até pelo governador do estado, uma sementeira no município de Baixa Grande do Ribeiro, um investimento de mais de cinquenta milhões, que até o momento não foi compatibilizada a sua ligação. Então, foi uma sementeira inaugurada, mas não funcional e por aí segue. Vários outros empreendimentos que estão sendo sufocados por falta disso.

Então, acho que cabe a nós como consumidores, como cidadãos piauienses, cobrar que a concessionária faça os seus investimentos. Não é possível! Se eu quero empreender, eu, como produtor, tenho que comprar os meus insumos, tenho que investir na minha terra, eu tenho que comprar máquinas, eu tenho que produzir, eu tenho que trabalhar para eu ter o meu lucro, ter a minha participação. A concessionária praticamente recebe tudo de mão beijada e não estraga nada - isso que é gritante nessa relação com a Equatorial, e a falta de atenção a um setor da economia que é fundamental para o crescimento do nosso estado. Se nós pegarmos os últimos dez anos, o nosso PIB e a nossa participação do PIB é crescente. Cada vez mais tem mantido o crescimento do estado, tem trazido desenvolvimento social, porque nós não falamos apenas em crescimento econômico, nós falamos em gerar melhoria de qualidade de vida nos nossos municípios e isso tudo tem sido muito tolhido pela má prestação do serviço energético e a falta de investimentos que poderiam estar gerando mais crescimento e mais emprego e renda na nossa região.

Deixo aqui o meu depoimento, depoimento de mais de 500 associados em todo o estado, diversas reclamações. É preciso ter sim responsabilidade na nossa rede elétrica, é preciso ter investimento e manutenção nessa rede elétrica. Nós não podemos pagar uma das contas de energia mais caras do Brasil e não ter qualidade nesse serviço e não ter a quem cobrar. Então, eu acho que essa Casa está fazendo o seu papel em fiscalizar e em exigir a qualidade, não só para as classes produtoras, mas para todo cidadão aqui do nosso estado.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Abrimos para as perguntas dos senhores deputados. Deputada Simone, mas quero antes da deputada fazer sua pergunta, quero perguntar para o Sr. Alzir Pimentel. Se o senhor fosse dar uma nota, se o agronegócio fosse dar uma nota para a Equatorial, de um a dez, qual seria sua nota?

SR. ALZIR PIMENTEL (Depoente) - Olha, com muita dificuldade, deputado Evaldo, eu não sei se ela passaria de ano, mas eu não sei também se eu teria qualidade para dar essa nota, mas para nós, enquanto setor produtor, enquanto importantes protagonistas na economia do nosso estado, essa nota não passaria de cinco.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Concedo a palavra à deputada Simone Pereira.

SRA. SIMONE PEREIRA (MDB) - Bom dia! É um prazer, Alzir, tê-lo aqui conosco. Na verdade, não seria bem uma pergunta, até porque eu tive lendo esse relatório e eu gostaria de parabenizar a Aprosoja pela riqueza de detalhes. Sei que aqui é apenas uma pequena amostra, mas essa pequena amostra traduz a gravidade do problema da qualidade da energia. Nós não podemos deixar de citar, presidente, que durante o sétimo ano consecutivo houve recorde na produção da soja e que hoje o Piauí está entre os três estados que superam, inclusive, as estimativas com relação à questão do PIB. E isso, por si só, já faz com que tenhamos um olhar especial para esses produtores e para essa região. Então, assim, o que vimos aqui é que a reclamação não é só com relação à questão de queda de energia, não é com relação à oscilação, mas a coisas muito mais graves.

Eu gostaria apenas de enfatizar aqui uma fazenda que instalou uma usina solar para atender a suas necessidades, uma vez que a Equatorial não atendia, e que já tem mais de um ano que espera que a Equatorial libere o uso dessa energia, ou seja, além de fazer o investimento que deveria ser feito pela Equatorial, a Equatorial ainda não consegue cumprir, durante um ano consecutivo, os procedimentos para que se possa usar essa energia e esse investimento. Sem falar no que você citou aqui de óbitos de pessoas com cabos de alta tensão, fios de alta tensão que ficam no chão, motoristas chegam a perder a vida. Eu acho que as minhas perguntas já foram respondidas por esse seu relatório. E nós sabemos que, hoje, os equipamento que são usados são extremamente tecnológicos e isso faz com que a necessidade de uma energia de qualidade seja cada vez maior.

Então, eu acho que esse relatório que vocês encaminharam para nós, para essa CPI, será de grande valia no processo de avaliação da omissão, por parte dessa empresa, não só com o Piauí, mas não podemos deixar de citar que quem gera riqueza, quem gera oportunidade de trabalho, quem faz projetos sociais. Então, é uma coisa muito mais ampla e nós precisamos realmente fazer com que essa empresa cumpra com a responsabilidade dela com relação ao Estado do Piauí.

Parabéns pelo relatório, Alzir!

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Com a palavra a deputada a Gracinha Mão Santa. Logo após a fala da deputada Gracinha

Mão Santa, V.Exa. pode responder aos questionamentos das duas deputadas.

SRA. GRACINHA MÃO SANTA (PP) - Bom dia! Cumprimento o presidente Alzir Pimentel que já está no segundo biênio à frente da Aprosoja e como produtor sabe mais do que ninguém dos problemas dos demais.

Falando dos relatórios(depoimentos), dos que eu assisti, o da APPM também foi muito bem pontuado, muito bom! Nós vimos que todos estão muitos preocupados, mas o de vocês, só pelas suas falas, as que nós ouvimos, foram exatamente nos tópicos que nós também estamos preocupados. E, fazendo a correlação com os das indústrias, onde ficou a lacuna no depoimento das indústrias, o de vocês já foram bem mais esclarecedores em alguns pontos, pelo menos quanto às necessidades e às dificuldades. E fica, também, aquela reflexão, que eu acho que o senhor vai complementar aqui, que você deixou bem claro que não é mais só a região do cerrado, já avançou, está no Piauí todo. É uma das maiores perspectivas que nós temos de riqueza, sem levarmos em considerações outras como o turismo, como outras indústrias, como os outros (inaudível), mas soja, sem sombra de dúvidas, é o nosso sonho de aumento de riqueza. Só que, o que queríamos do senhor para nos ajudar mais? Uma objetividade nos pontos – nós sentimos na sua fala, uma objetividade, como parte, a ajudarmos a elaborar e a analisar junto com as instituições que aqui foram ouvidas.

Acho que a nossa Casa deve se preocupar em ver o contrato da Equatorial, para que possamos tomar medidas juntos, ver os detalhes de multas, punição, prazos, ponto a ponto, porque de um lado nós temos o consumidor, que é pequeno – ele é só com a lei do Procon – e do outro, muitos confundem, acham que a indústria do agronegócio pode recorrer ao Procon, e não pode. O Procon é um equilíbrio para os pequenos, para o consumidor menor; então, os entes têm que ser mais elaborados nessa análise, porque às vezes, presidente Evaldo, na primeira (sessão),eu acho que o senhor recorda que os primeiros depoentes citaram que nos contratos nós não poderíamos nem cobrar, porque era aberto até outubro, salve engano, que a Equatorial não poderia responder nem multa; mas eu estava pesquisando que leis maiores anulam as menores. Então, são cláusulas consideradas leoninas, irregulares e inconstitucionais. Eu acho que, inclusive, nós como Casa fiscalizadora, como eles citaram aqui, nós podemos junto com todos os relatórios dos depoentes, pedir para os depoentes, também dar acesso a eles ao contrato da Equatorial com o estado, para que eles também, junto com os seus jurídicos, possam ajudar a melhorar, e tentar entrar dentro do contrato. Não entrando dentro como ente e sim, como Legislativo ajudando para que o contrato seja mais eficaz. Pois é como o senhor falou muito bem: "como é que podemos recorrer a algo que nós não sabemos como, como é que uma indústria faz todo o investimento e também o agronegócio indústria? - Aqui eu estou fazendo uma correlação com a indústria, porque os problemas são os mesmos, o lojista também sofre a mesma coisa - e nós sequer temos o prazo correto, certo e justo, que é o principal para que se possa ter a rede funcionando. E outra pior, ninguém vai ser multado! Quem é multado e quem perde sempre no investimento é o investidor e isso faz com que muitos possam se afastar do nosso estado. Aí que é o grande perigo, porque o estado tem que está vigilante também. O governador pode nos ajudar com a Procuradoria do Estado e outros entes, dando sua colaboração, porque ele também é um ente que fez parte dessa concessão, e como o estado é impessoal, ele vem para a atualidade.

Eu queria perguntar para o senhor, como vocês podem nos ajudar dando sugestões legais para esses problemas apontados, para que nós possamos, aqui, como Legislativo tentar nessa CPI, que todos têm a mesma boa vontade e o mesmo objetivo que é o serviço de qualidade? – para tentarmos melhorar esse contrato em algumas cláusulas que vocês também ficam impotentes em resolvê-lo. Se vocês tem jurídico no que tange especificamente ao ramo do agronegócio, da agrosoja? Se vocês podem entregar um relatório com essas sugestões junto ou depois, em uma outra data combinando com a Casa, sugestões jurídicas no que diz respeito ao contrato? E se vocês têm acesso ao contrato ou se precisam que nós peçamos esse contrato à Equatorial para enviá-los?

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Com a palavra o presidente da Aprosoja.

SR. ALZIR PIMENTEL (Presidente da Aprosoja) - Deputada, inclusive a Senhora foi muito assertiva aqui, e é um dos pontos que nós temos uma grande dificuldade. A nossa relação jurídica com a Equatorial é muito frágil. São verdadeiros contratos de adesão e, no caso específico rural, são contratos por demanda. Nós temos vários relatos, várias reclamações, vários processos internos, administrativos e também alguns outros que muitas das vezes essa demanda não é suprida e que, ainda assim, a empresa cobra por eles, nós não temos reserva dessa demanda, ou seja, se não consumíssemos, não consegue compensar no mês seguinte. Então, é um contrato totalmente leonino, é um absurdo e é por isso que pagamos uma energia cara! E assim, se não bastasse pagar uma energia cara, não tem qualidade, não é? Então, nós temos reclamações que foram apontadas por diversos produtores, um especificamente trouxe, aqui, que ao ser religado, veio uma cobrança de demanda de três meses anteriores, porque rege lá no contrato que é dessa forma. Quando você pede o religamento, já começa a cobrar a sua demanda. Assim, é você vender uma coisa que não existe, não é? Eu acho que até é uma figura que paira sobre nós e, por precisarmos da energia, nos submetemos. Então, infelizmente, nós somos o elo fraco nessa relação. Sendo que, infelizmente, acho que esse modelo de privatização no Brasil está provado que não deu certo. Acho que vários outros modelos de privatizações deram certo, a telefonia está aí hoje, todo mundo tem isso ai, mas esse, em específico, não deu certo. Monopolizaram, aliás, privatizaram o monopólio, que a empresa privada pode tudo, aprova

tudo, exige tudo, cobra o mais caro possível e sequer investe. Nós, enquanto cidadãos, enquanto consumidores, somos a parte frágil da situação.

Nós podemos sim, deputada, abrir os contratos, podemos pedir para o nosso jurídico encaminhar a vocês. Se eventualmente tiver algum documento que a empresa não nos oportunize. nós podemos trazer aqui a vocês em uma próxima oportunidade - eu de fato não trouxe, mas é um ponto que eu até esqueci de citar no meu depoimento, agradeço a colocação; mas, sim, esse contrato de demanda é totalmente leonino, ele fere todas as relações de mercado possíveis e acredito que a grande mazela é, de fato, que foi uma privatização mal feita que privatizou o monopólio e nós ficamos reféns de uma só empresa. Se tivesse quebrado isso aí, distribuído para várias outras, mas infelizmente não foi a forma como foi feito.

SRA. GRACINHA MÃO SANTA (PP) - Presidente Evaldo, só um complemento.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Pois não, deputada.

SRA. GRACINHA MÃO SANTA (PP) - A gente tem que, inclusive, depois de ouvir a fala do presidente, ver que existe um crime além do contrato leonino, existe um crime bem grande que a Equatorial está cometendo, que ela bate de frente com a Constituição, que é o enriquecimento ilícito, que é toda e qualquer causa, quando você cobra algo em cima de outro, que o outro paga e você enriquece às custas de outro, seja privado, seja público, o crime de enriquecimento ilícito é previsto na Constituição, que está acima de todos. Então, é um ponto que já pode focar como legislador para também combater as cláusulas leoninas, porque um está interligado ao outro, mas de formas diferentes. Então, para a já ir avançando também, porque aqui ficou claro: há um crime sim cometido, está claro, na hora que eu cobro, mesmo estando previsto no contrato, eu não dou aquele serviço, eu estou enriquecendo ilicitamente à custa de outro e eu estou ferindo a Constituição Federal. Então, quebra qualquer outra cláusula que eles tenham para impor de contratos que era o que eu estava em dúvida sobre o rural, porque no rural. Eu não tinha muito conhecimento dos contratos, mas como eles são por objetos, eles ainda estão podendo impor o que é proibido, também, na nossa Constituição, que são os contratos de adesão, (inaudível) unilateral e que o outro lado não pode olhar nada – outro crime constitucional e do Código Civil e que fere a todas as nossas leis maiores. Então, pedir para o senhor lembrar de incluir na ata, porque isso vai enriquecer o nosso relatório final e é uma forma de ajudar.

Agradeço ao senhor pelos esclarecimentos.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Todas as falas aqui dos deputados, dos depoentes, todas estão sendo gravadas. Então, naturalmente, todas as sugestões, as informações aqui constarão em atas.

Com a palavra, o deputado Nerinho.

SR. NERINHO (PT) - Mais uma vez bom dia, senhor presidente, deputada Gracinha Mão Santa, deputada Simone, o Alzir Neto.

Alzir, eu queria dizer que você foi muito bonzinho com a Equatorial quando deu a nota cinco, principalmente lá para o sul do estado. Lá ela já ia ficar de recuperação, na minha opinião, ficaria de recuperação e talvez reprovada direto!

Eu estive dando uma lida no seu relatório, muito rico e é desse tipo de argumentos, é desse tipo de informações que nós precisamos para que nós possamos colocar, inserir no nosso relatório. Dentre algumas coisas, aqui, que nós vimos, são vocês que puxam - quando eu falo (vocês) é a Aprosoja de uma maneira geral, como um todo - a economia, que desbravaram o interior, o extremo sul do nosso estado e, hoje, já estão em todo o Piauí, sempre sofrendo com a energia, que é o ponto forte, mas sempre sofrendo com a carência de investimentos em infraestrutura de uma maneira geral. Agora, está finalmente se concretizando a criação das rodovias e fazendo uma de qualidade, mas eu vejo aqui algumas coisas: os produtores, para não perder os seus produtos, usam, pasmem, geradores à diesel. Isso inviabiliza qualquer investimento, meu amigo, principalmente até bem pouco tempo, o preço do diesel estava nas alturas. Isso inviabiliza. É o tipo da coisa que eu acho que nós vamos também discutir para fazer uma comparação de quanto foi o gasto com energia, se fosse a energia normal, e quanto gastou com geradores, para que nessa conta a Equatorial faça o ressarcimento. Isso é uma coisa que nós vamos estudar. Se você paga 1.000 reais por mês com energia, e com geradores paga 1.200, esses 200 a Equatorial tem que fazer o ressarcimento de vocês. É uma sugestão que nós vamos dar no nosso relatório.

A outra coisa é que o depoimento de um dos fazendeiros, de um dos produtores, que tirou a condição de ele ter a energia rural e colocou como serviços combinados de escritório. Se lá no extremo sul não for rural, eu não sei mais o que é rural. Nós temos conhecimento que a energia rural, não é que ela seja muito mais barata, é que ela tem um diferencial da energia normal, então até nisso.

Esse contrato de adesão, que é o que eles chamam de demanda, eu já sofri na pele isso. Lembro-me que na época, um amigo meu tinha uma cerâmica em Jaicós, ele fez o contrato de adesão, a cerâmica passou quatro meses fechada e os quatro meses veio a conta de energia. A cerâmica estava fechada e foram cobrar. E não estão nem aí! O contrato está na Justiça, não reabriu mais a cerâmica, porque o débito na Equatorial, que na época era a Cepisa, era muito grande. Mas o básico do básico, que nós somos sabedores, que um problema em Teresina, que o escritório da Equatorial é aqui, você pode ir lá, mas no extremo sul, para mudar um transformador... Está lá um fazendeiro que fez todo o seu projeto de energia solar e, para poder ser implantado, tinha que mudar o transformador. Ele está me dizendo aqui que desde dezembro de 2022 ele está pedindo só a mudança de

um transformador, e até hoje não foi feita essa mudança.

E isso aqui, é o que é mais grave: cobrança em duplicidade nas contas de energia. Isso aqui foi o que mais me chamou à atenção. Nós somos sabedores que já houve depoimentos informais de gastos inversos, aqui até isso nós já sabemos. O cara só consumia 1.000 reais e a Equatorial estava cobrando 1.500. Tudo isso nós estamos fazendo. Muito esclarecedor o seu relatório, aqui, e dizer parabéns. Nós nos solidarizamos com vocês, com a Aprosoja de maneira geral. Aqui nós sabemos da vontade que vocês têm de colocar, mesmo não sendo piauiense no sangue, mas no coração, nós já temos certeza de que vocês são piauienses, o que vocês querem é só o seguinte: que o governo faça a sua parte. Quando eu digo o governo, não é só Governo do Estado, o governo de uma maneira geral, que deem condições para que vocês coloquem o Piauí no top número um. Hoje nós somos o terceiro em produção de soja, no nordeste. Nós vamos primeiro para o nordeste, para depois ir para o Brasil, isso não depende de vocês, porque vocês têm as condições, depende mais de nós como políticos e do governo.

Fiquei muito triste quando você falou da cobrança em duplicidade. Como a deputada Gracinha falou, isso aqui é cobrança indevida, cabe uma sanção forte! Se você tiver, esse documento – não deu para eu ver aqui no relatório – seria interessante que vocês nos mandassem.

E, só para finalizar, nas perguntas que foram feitas aqui, se você tem informações sobre o ranqueamento do agronegócio no Piauí referente a outros estados do Nordeste, quanto à distribuição de energia? Como é, tipo na Bahia? Como é o ranqueamento que está lá? A empresa fornecedora de energia lá na Bahia, no Maranhão e tudo. E a diferença daqui? Porque aqui o presidente da APPM fez esse demonstrativo com alguns prefeitos e nos garantiu que vai mandar o mapa, o relatório dos 224 municípios. Se você puder nos dar essa informação do ranqueamento, agradecemos.

E o que vocês esperam de uma empresa como a Equatorial para o desenvolvimento do agronegócio no Piauí? Quais são as condições básicas que fizesse? Não sei se é do seu tempo, acho que é seu pai - que eu conheço - mas se você poderia fazer uma comparação, lógico, que lá há 20 anos, era muito mais precário, mas em termos de 2015 para trás, como era a tratativa? Como era, vamos dizer, a atenção da então Cepisa com a Equatorial? A diferença que era, pelo menos em termos de atenção? Lógico que infraestrutura não existia. Continua precária ainda, se teve alguma avanço, como vocês bem frisaram? Foram vocês que fizeram os investimentos, doaram esse investimento para a Equatorial, e nem a manutenção ela está fazendo? Então, se na época da Cepisa, tinha algum outro, tinha a qualidade do serviço, ou era melhor, ou era igual, ou era pior, ou não tinha nenhuma atenção? Se puder, nos responde.

— Deputado, eu não tenho condição de responder agora. Pode mandar via e-mail para nossa assessoria.

Mas assim, essa do zero a dez, nós vamos baixar essa nota para quatro, ouviu?

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – SDD) - Nós estamos prevendo também que o deputado Ziza Carvalho..., pergunto ao deputado se V. Exa. tem algum questionamento a fazer para o presidente ALZIR Pimentel, presidente da Aprosoja?

SR. ZIZA CARVALHO (PT) - Não, cheguei atrasado aqui e não peguei o início, mas acredito que os colegas já devem ter feito os questionamentos devidos aí. Agradecido!

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – SDD) Obrigado, deputado! Então, com a palavra o presidente da Aprosoja, ALZIR Pimentel.

SR. ALZIR PIMENTEL (Presidente da Aprosoja) - Deputado Nerinho, eu não saberia colocar a questão do ranking comparado com outros estados, mas nós podemos pedir para a nossa assessoria buscar e fazer esse comparativo, principalmente com nossos estados vizinhos, Maranhão e Bahia, que eu acredito que são bem parecidos, têm a mesma realidade, estamos no mesmo contexto do Matopiba. Então, poderia ter isso daí.

Se nós fizermos um breve relato, como o senhor colocou, a geração de meu pai, há 20 anos, de 2015 para trás, o que eu posso falar é que foi justamente em 2015 que nós juntamos a associação, criamos uma associação na serra nossa, que a Serra Grande, a que mais produz grãos no estado, e essa associação juntou 22 produtores e nós conseguimos, através dela, fazer um investimento de mais de 300 km de rede – investimento privado. Então, assim, foi graças a esses produtores nessa época, a qual nós fazíamos parte, que conseguimos puxar essa energia. Essa energia demorou muito para ser ligada – foi só, de fato, no ano de 2015 mesmo que ela veio a ser ligada. Mas, ainda assim, nós sofremos com quedas constantes, com queimas de equipamentos constantes, e Vossas Excelências sabem bem que são equipamentos caros; então assim, são prejuízos recorrentes aos produtores. E o que nós buscamos é qualidade no serviço. Então, assim, eu acredito que o Piauí é o estado de maior potencial de crescimento. Se fosse para falar nesse tipo de ranking, eu lhe digo que tranquilamente hoje o Piauí é o que tem o maior potencial de crescimento, comparado com diversos outros estados. Nós temos uma capacidade de crescimento muito significativa, por quê? Porque ainda falta muito por fazer, falta muito a crescer, falta agregar uma indústria, falta criar uma rede de serviços. Então assim, o Estado do Piauí tem muito o que crescer, se não vencermos esse gargalo da questão energética, não tem como. Nós perdemos investimentos de várias indústrias por causa disso, nós estamos falando indústrias, muito empregos, nós estamos falando em milhares, centenas de reais, isso de dinheiro que poderia estar gerando riquezas, desenvolvimento social, crescimento em nosso estado. Os nossos municípios são um dos melhores IDHs que

têm, poderia estar além disso. A indústria da Bunge, que talvez seja uma das maiores indústrias do nosso estado, não finalizou o seu projeto por conta de deficiência na qualidade energética. A indústria da Bunge poderia estar envazando o óleo refinado, poderia estar produzindo a maionese, poderia produzindo vários outros substratos, mas não faz. Hoje é só o óleo bruto e o farelo de soja, que é o produto primário, praticamente. Isso ai são... podemos falar em bilhões aqui. O frigorífero de frango são bilhões. As outras indústrias que poderiam estar instaladas, usinas algodoeiras, usinas de beneficiamento de milho. Nós estamos falando em um gargalo pelo qual estamos perdendo e muito! Eu acredito que V. Exas aqui e o Governo do Estado já se atentaram para isso e estão dispostos a resolver o problema.

Volto a dizer, na minha leiga visão, e peço permissão as V. Exas. para falar isso, foi um modelo de privatização equivocado. Entregaram um monopólio a um privado, e não existe isso! Nós temos que lutar e vencer um leão por dia, nós do setor privado sabemos o que é isso!

Uma empresa que recebe de mão beijada uma infraestrutura que os privados entregam para ela e ela não consegue sequer dar uma qualidade ao serviço. O que é isso? Sem falar das questões jurídicas que estão impostas a isso. A demanda faz com que a nossa energia rural seja mais cara do que a urbana, o que era para ser o oposto! A energia rural era para ser mais barata, mas como eles exigem a demanda, e nós não temos como mensurar essa demanda, então às vezes fazemos um *over*, faz uma sobredemanda para não ficar subutilizado, nós pagamos mais caro.

Além dessas questões é fundamental, não se discute agricultura sem falar na parte ambiental, sem falar na parte social, trabalhista. Hoje, em voga, o que determina nossas atividades é o ESG, isso ninguém evolui sem isso. Nós queremos investir em energia limpa e não fazemos, por quê? Porque faz sentido um ano para ligar uma usina? E se você somar que poderia ter 500 pequenas usinas dessas, nós estamos falando de um megainvestimento, e um investimento pulverizado, o que é mais importante, o que gera mais emprego. Então, eu sou um entusiasta do Estado do Piauí. Eu acredito no nosso Estado, acredito no nosso potencial, acho que estamos, agora, nesse momento vivendo uma etapa importante do Estado do Piauí. Os atores estão alinhados, nós temos muito a crescer, e para vencer essa barreira da nossa independência industrial, da nossa independência empresarial e empreendedora, nós precisamos vencer esse gargalo energético. Nós temos muito por fazer, mas a nossa parte sabemos fazer, e se todos colaborarem, o Piauí tem sim. Eu sei porque eu tenho negócios em outros estados, o Piauí é a bola da vez, é o estado de maior potencial para se crescer. Se não vencermos essa discussão da questão energética e também na questão das estradas, que eu acho que avançou bastante, nós vamos continuar um estado pobre.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Concedo a palavra ao deputado Nerinho.

SR. NERINHO (PT) - Só para finalizar, senhor presidente, e agradecer tanto ao Toninho Caridade como ao Alzir Neto, dizer que é muito importante, e ficamos tristes, porque vemos empresários, principalmente do agronegócio, querendo avançar, mas a iniciativa privada – o senhor foi bem feliz quando falou – pegou uma coisa pública e botou numa empresa o monopólio de uma privada. Eu sempre disse o seguinte, continuo dizendo: a melhor coisa do mundo é a concorrência. Se tivesse no Piauí só vocês, não teria, então, a melhor coisa do mundo é a concorrência.

Eu acho que isso aí que ele falou é um ponto que nós temos que bater, e muito, no nosso relatório final. Aqui nós não podemos permitir o monopólio de uma empresa energética, nós temos que procurar até as últimas consequências, até as últimas instâncias, para que possamos fazer alguma mudança nesse sentido. E para informação sua, quando a Equatorial, no governo passado, que ela foi... é o que está mais afligindo ela, que eu acho, fora as denúncias que nós estamos recebendo aqui que são gravíssimas, é que tem uma cláusula lá que não poderia ser analisada, ela não pode ser contestada por cinco anos. Então, o contrato, essa cláusula termina exatamente agora em outubro. Ela comprou em 18, em outubro de 23 pode abrir e aí ela pode ser contestada. Mais ou menos, o nosso relatório deve ficar pronto em julho para o inicio de agosto, aí vamos apresentar para os órgãos competentes. Nós já estamos nos municiando de muitas coisas, e esse seu relatório aqui, isso aqui..., Qual é o governante, qual é o estado que não quer crescer? E vocês têm as condições, eu também acredito, eu sou um entusiasta do Piauí e tive a sorte e a felicidade de nascer no dia do Piauí. Então, gosto muito, nós temos aqui sim essa CPI, o presidente Evaldo está conduzindo muito bem, tenho convicção, a cada dia que passa dessa CPI eu tenho mais convicção que vai ter resultado sim. A nossa parte nós vamos fazer e vamos cobrar das autoridades competentes.

No mais, agradeço o seu deslocamento, deixou seus afazeres, sei que o seu dia, como empresário é muito corrido, mas só em ter vindo aqui representando o agronegócio do todo o Piauí, de ter vindo nos dar essas informações, nós ficamos muito gratos. Eu só vou pedir aqui que, caso nós tenha alguma necessidade de pedir mais informações, a nossa assessoria vai entrar em contato com você para que nos mande, para que nós possamos atestar no nosso relatório.

Agradecer, presidente, mais uma vez.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - V.Sa. tem algum questionamento? Algo a falar a mais ou não?

Eu queria parabenizá-lo. Eu acho que V.Sa. foi muito firme e seguro nas informações. Essa CPI tem esse caráter de ouvir as personalidades, as instituições, as pessoas do povo prejudicadas ante da incompetência, da inércia e do péssimo serviço oferecido pela Equatorial. E o senhor disse uma coisa muito importante, deputada Simone Pereira, quando, apresentou a proposta de criar a CPI, questionávamos

principalmente a falta de crescimento econômico do Piauí, principalmente pela questão da péssima qualidade do serviço de energia. E, aqui, o senhor foi muito enfático no que diz respeito à questão da política de geração de emprego do sul do estado, na sua região, que sobretudo é a região que mais produz, vamos dizer assim, no Estado do Piauí.

Então, eu quero parabenizá-lo. O senhor foi muito firme nos seus questionamentos, trouxe aqui um relatório que vai nos ajudar muito para que possamos chegar a conclusão do nosso relatório. E dizer que a CPI está a sua disposição, e se você sentir aquela obrigação de contribuir conosco com mais informações, e queira voltar à CPI com outros fatos novos, nós estamos abertos. Só lhe agradecer, agradecer a todos os deputados, ao público que nos assiste. Na próxima quarta-feira nós temos aqui mais depoimentos.

A nossa ideia é concluir a CPI até final de junho e início do mês de julho, mas caso haja a necessidade, podemos estendê-la por mais sessenta dias, trinta dias, para que possamos chegar a uma conclusão.

O mais importante, deputado Nerinho, é que essa CPI está alcançando os seus objetivos. Ao ouvir cada depoimento, ao ouvir cada pessoa que aqui se colocou, nós temos mais convicção de que era necessária a CPI da Equatorial, porque o povo do Piauí está sendo prejudicado diante do trabalho prestado pela Equatorial no Estado do Piauí.

No mais, agradecer a todos. Muito obrigado e até a próxima oportunidade!

REGISTROS, TAQUIGRÁFICOS DA SEXTA OITIVA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA VIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, REALIZADA NO DIA TRINTA E UM DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.

COMISSÃO: Comissão Parlamentar de Inquérito Equatorial (CPI)
TEMA: Investigar fato determinado, com período certo, com a finalidade de atender interesses da população piauiense, relativos ao fornecimento de energia da Equatorial-Piauí.
PROPONENTE– Deputado Evaldo Gomes
COMPONENTES:
PRESIDENTE– Deputado Evaldo Gomes
RELATOR – Deputado Nerinho
MEMBROS EFETIVOS – Deputada Simone Pereira, deputada Gracinha Mão Santa e deputado Hélio Isaías.
SUPLENTES– Deputados: Rubens Vieira, Ziza Carvalho, Wilson Brandão.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Bom dia a todos e a todas!

Abro, neste momento, a sexta oitiva de testemunhas da Comissão Parlamentar de Inquérito da Equatorial.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi criada, por requerimento de número 95/2023, assinada por este deputado e outros deputados da Casa. O principal objetivo dessa CPI é investigar a má prestação do serviço prestado pela empresa Equatorial, tanto na capital quanto em municípios do Piauí, o que tem gerado transtornos aos consumidores piauienses.

A CPI é composta por mim, como presidente, Evaldo Gomes, deputado, Nerinho como relator; como membros Simone Pereira, Gracinha Mão Santa Gessivaldo Isaías, Ziza Carvalho e Wilson Brandão. Nós temos hoje dois depoentes: O depoente de nome Joselito Félix Filho, presidente da Associação dos Engenheiros Eletricistas e o advogado empresário Arimatéa Dantas.

Só lembrar aos depoentes que os senhores dispõem de um tempo de quinze minutos para apresentar o seu depoimento. São 15 minutos, depois abrimos para os deputados fazerem suas perguntas, seus questionamentos. O primeiro a ser ouvido nesta manhã é o advogado Arimatéa Dantas, empresário e advogado. Eu peço à assessoria que leve o termo de compromisso para que os depoentes o assinem. Ele já assinou o termo de compromisso.

V. Sa. terá o tempo de quinze minutos para sua apresentação e quinze para que os senhores deputados façam seus questionamentos.

Com a palavra V. Exa.

SR. ARIMATEIA DANTAS (Empresário) - Enquanto arrumamos a tecnologia, vamos falando.

Justamente, quero agradecer e elogiar esta oportunidade de estarmos aqui. Eu já ouvi alguns depoimentos e, infelizmente, o que eu ouvi na vida real talvez seja pior do que já foi mostrado. Eu preparei um vídeo, nós vamos trazer aqui alguns trabalhadores que trabalham contra nós, que são os cupins, trabalhando e comendo os postes que depois caem e causam muitas situações de perigo e que não sabemos e não vemos, porque está num mato fechado.

Eu conheço a maioria dos senhores aqui, os senhores deputados, e sei que se embrenham nos matos, que conhecem, os senhores vão se identificar com isso aqui, e mais do que isso, presidente, vão se identificar, porque vocês tem poder de mudar essa realidade que os senhores vão ver aqui.

Eu fiz um vídeo de mais ou menos doze minutos, pouco vou ter para falar depois, mas eu peço vênia a V. Exa para depois eu apresentar outra parte que é a luta do direito e as ações que foram ajuizadas, e o que a Equatorial está fazendo com o Poder Judiciário, não cumprindo as suas decisões deixando a sociedade à mercê da boa vontade dela. E vamos mostrar também os lucros bilionários, bilionários que a Equatorial tem, ao tempo que presta um serviço que os Senhores já conhecem aqui.

Eu, aproveitando a importância dessa CPI que está trazendo todo esse sofrimento para um debate em nível de estado.

(Apresentação de vídeo com relatos da comunidade)

(Continua a apresentação de um vídeo)

(Apresentação de vídeo – relatos da comunidade Salgado e localidade Mata Limpa,

SR. ARIMATEIA DANTAS (Empresário) - Fizemos esta apresentação, tomou quase todo nosso tempo, mas são importantes esses depoimentos, porque eles são muito mais vivos e realistas, melhor que qualquer narrativa que eu venha a fazer posteriormente. Nos debates, eu posso apresentar e, seria bom, a questão da violação ao Código de Defesa do Consumidor e a violação a decisões judiciais. E aí aprofundaremos mais neste debate.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Vamos abrir o debate. Com a palavra o deputado Wilson Brandão. Na verdade não é o debate, mas as perguntas e questionamentos dos deputados.

SR. WILSON BRANDÃO (Progressista) - Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, senhores convidados, cumprimento especialmente o Dr. Joselito Félix da Silva Filho, velho companheiro, engenheiro, trabalhamos juntos na Cepisa por longos anos, grande engenheiro, professor do IFPI, consultor na área de engenharia elétrica, que merece todo o respeito e a admiração. Parabéns pela sua história na engenharia!

Mas eu queria, Senhor Presidente, Senhores Deputados, fazer algumas observações com relação a esses vídeos que acho que são importantes para a condução do nosso trabalho. Nós temos que ter o cuidado de verificar que existe um padrão de construção de linha de energia de transmissão e distribuição. Nesse caso, aí seria de distribuição – baixa tensão. Esses postes de madeira, com certeza, não foram colocados pela Equatorial. Foram colocados de forma clandestina pelos consumidores senão, não tinham energia, a verdade é essa. Se na época da Cepisa, na época da Eletrobras, ou na época da Equatorial, colocaram o medidor, eles assumiram aquele padrão clandestino de energia, o que não é o padrão que é exigido pela Aneel.

Agora, nós temos que observar qual que é o grande problema de ter esse padrão de madeira, que não é um padrão legal. Repito, não foi feito pela concessionária, não sei quem — Equatorial, Eletrobras ou Cepisa, mas não foram eles que fizeram aquilo ali, foram os próprios consumidores que fizeram, por isso que está daquela forma ali. Mas se a empresa colocou medidor, ela passou a se responsabilizar, porque ela aceitou aquela energia daquela forma. Qual que é o grande problema, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores deputados? É porque hoje nós temos uma concessionária de energia que é uma empresa privada. Até o momento que era Cepisa, empresa de economia mista de estado, que era Eletrobras, economia mista, empresa pertencente ao grupo Eletrobras, nós tínhamos aí o sentimento do serviço social, da política social, de colocar energia nos mais distantes rincões do nosso estado, que sabíamos que ia dar prejuízo para a empresa naquele investimento, mas tinha também a política social. A empresa privada não tem isso, ela só coloca energia se der lucro para ela. Então, eu acredito que um padrão de energia como esse aí, igual a esse aí, totalmente ilegal e irregular, a Equatorial não tem interesse em regularizar isso aí. Por quê? Porque isso aí é só um consumidor de baixa renda, o investimento é muito alto para não ter retorno para uma empresa privada. Então, queria deixar essa observação aqui, que esse padrão não foi feito. Não estou aqui para defender a Equatorial, mas esse padrão não foi feito pela Equatorial, não foi feito pela Eletrobras e nem foi feito pela Cepisa, cada uma a sua época. Mas, também, deixo aqui essa observação de que se a empresa privada não tiver ou uma lei federal ou uma lei estadual, uma obrigação de atender também a energia que chega ao consumidor de baixa renda, ela jamais irá se interessar em colocar essa energia, porque não vai gerar lucro para ela. E aí entra, Sr. presidente, a questão do Luz para Todos, que nós precisamos saber em que pé que está dentro da Equatorial Piauí.

Então, deixo aqui as observações para que também ouçamos o Dr. Arimateia Dantas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) Com a palavra o deputado Gessivaldo Isaías.

SR. GESSIVALDO ISAÍAS (Republicanos) - Deputado Wilson Brandão, e queria cumprimentar aqui o Dr. Arimateia Dantas.

Eu sei, deputado, preocupação de a Vossa Excelência em relação a essa questão de poste, mas eu também tenho aqui uma peculiaridade, eu não sei se é só de uma cidade, que é a cidade de Rio Grande do Piauí, que dentro da cidade nós temos poste de madeira, na cidade! Será se foi também a população que colocou os postes lá?

SR. WILSON BRANDÃO (PP) - Com certeza!

SR. GESSIVALDO ISAIAS(Republicanos) - Ou antigamente era, mas é poste que pega alta-tensão, também.

SR. WILSON BRANDÃO (Progressista) Eu trabalhei, na época de Engenheiro da Cepisa, nunca a Cepisa colocou um poste de madeira.

SR. GESSIVALDO ISAÍAS (PR) - Outra dúvida, só para corroborar: A partir do momento que nós temos uma cidade que tem, eu acho que 40 a 50% de postes de madeira... - A Equatorial está recebendo os seus lucros, certamente. - ... Essa obrigação da Equatorial..., isso eu já fiz cinco requerimentos para a Equatorial - Está com oito anos de mandato efetivo que eu tenho aqui, desde que eu entrei, comecei em 2011 mas efetivamente 8 anos, eu fiz cinco requerimentos solicitando postes para a cidade de Rio Grande do Piauí, que inclusive não são postes. Aí veio o que a deputada Gracinha colocou, é a prefeitura que tem que fazer isso? Como é que a prefeitura vai fazer

com aquela taxa mínima, se tem o sistema de energia da cidade? Que ai eu entendo o Luz para Todos no campo, mas na cidade? Então, aqui é só para vamos dizer, aguçar mais o debate. E na cidade a responsabilidade seria de quem? Se no campo é Luz para Todos, e na cidade? Como é que o Luz para Todos vai adentrar dentro da própria cidade que é urbana? Isso eu estou lhe falando, deputado, eu conheço Rio Grande, eu sou votado lá. Eu não estou lhe falando de periferia não, eu estou falando de centro da cidade. Que a madeira é boa, não é esse tipo de madeira, mas que já foi solicitado da Equatorial para ser trocada. Mas aqui, deputado, a pergunta: Dessas visitas que o Dr. Arimateia Dantas fez, qual o lugar mais crítico que ele visitou? E qual é a sugestão então, em relação a essa situação que o deputado Wilson Brandão colocou. Como se poderia atingir essas pessoas que estão sendo "lesadas"? Porque elas estão pagando energia, mas não estão tendo energia de qualidade.

Eram essas as minhas considerações e as dúvidas que eu tinha.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Inscrito o deputado Francisco Limma. Com a fala do deputado Francisco Limma, encerramos o primeiro bloco e no segundo, retornamos com a deputada Gracinha Mão Santa.

Com a palavra o deputado Francisco Limma.

SR. FRANCISCO LIMMA (PT) Bom dia, Senhor Presidente, colegas deputados membros da CPI, os nossos depoente de hoje, testemunha aqui da CPI.

Gostaria aqui de ver com um dos nossos testemunhos, o Dr. Arimateia Dantas: Quantas ações, tem como precisar, quantas ações ele já ajuizou contra a Equatorial defendendo consumidores? Quantas pelo menos aproximadamente tiveram êxito e como agiu a Equatorial em relação à resposta a essas que hipoteticamente tiveram sucesso? Essa é uma questão para tratar.

Gostaria também de deixar aqui uma outra pergunta que é relacionada aos contratos quando houve o processo de privatização da Cepisa — Eletrobras. Aqui no caso, contratualmente, tinha um compromisso da Equatorial de viabilizar aproximadamente em torno de dezoito a vinte mil ligações e das mesmas quantas já foram efetivadas e quantas demandas têm cadastradas no sistema, no site, no sistema de cadastro on line da Equatorial?

Para concluir, vou relatar um fato: Durante a campanha eleitoral tive contato com algumas vilas, alguns bairros de Teresina, dentre eles uma comunidade na região da Cacimba Velha chamada, lá eles são conhecidos como Rua Nova, são quase oitenta consumidores que estavam ali sem energia. Não estou falando de Júlio Borges, de Corrente, de município distante. Estou falando dentro do município de Teresina, numa aglomeração de cerca de oitenta famílias que não tinham energia ou tinha sistema precário. Se a Equatorial tem as informações de quantas famílias tem demandando energia hoje? Lá, por cima dessa região passava uma rede de alta-tensão. Então, só aqui relatando situações. Eram esses os nossos registros e questionamento, senhor presidente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Concedo a palavra o advogado Arimateia Dantas.

SR. ARIMATEIA DANTAS (Empresário) - Bom, são muito importantes as colocações postas.

Iniciaremos pelo deputado Wilson Brandão em relação à questão dos postes de madeira. - A questão que quero frisar, é que nós estamos em um estado de direito, a legislação brasileira, o Código de Defesa do Consumidor não aceitam essa situação de quem é ou foi culpado ou não. Por isso, não interessa a quem está passando essa situação—a situação que levou a essa CPI — a essa triste realidade. Quem anda no interior, em alguns lugares, pensa que está no início do século. Eu selecionei os depoimentos aqui: Então, essa questão destaque dos postes de madeira posta aqui, na verdade, eles têm que ser tirados, e é esse o nosso foco. Mas o deputado tocou num ponto que é um dos pontos mais importantes para refletir politicamente nesta Casa, a questão da privatização. Quando era Cepisa, Eletrobras e tudo, fazia isso em prol da sociedade, o lucro era o capital humano, o lucro era a felicidade das pessoas. Se tirou! A privatização, como bem colocou o deputado aqui: - é lucro. Nos slides que vamos mostrar aqui.... Os senhores sabem quanto foi o lucro da Equatorial? A Equatorial em 2020 teve um lucro de 728 milhões no terceiro trimestre, alta de 32,7% em comparação com o mesmo período do ano anterior. O crescimento econômico segue, vai para o patamar de 607 milhões no terceiro trimestre de 2020, alta de 22, 9% na base atual. -

(um deputado faz uma pergunta, fora do microfone, não deu para identificarmos nem o deputado, nem a pergunta).

SR. ARIMATEIA DANTAS - A Equatorial.

(um deputado faz uma pergunta, fora do microfone, não deu para identificarmos nem o deputado, nem a pergunta).

SR. ARIMATEIA DANTAS — Aqui é a empresa, o grupo. Já em 2021 eram mais de três milhões e quinhentos.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Tire-me uma dúvida. Esse lucro que você apresenta é do Piauí, ou dos estados aos quais a Equatorial presta serviço?

SR. ARIMATEIA DANTAS – Da empresa, do grupo econômico.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - O valor de 728 é referente a ano de 2020 no Brasil, onde ela opera.

SR. ARIMATEIA DANTAS (Presidente da Associação dos Engenheiros Eletricistas) - Onde ela opera, no CNPJ dela. Mas é importante fazer essa observação, porque no Piauí ou no Maranhão tudo está no mesmo capital.

O deputado Limma colocou uma questão importante, é que ela é concessionária. O fato de ela ser concessionária quebra e muito essa questão do sistema capitalista. Então, quando houve a

privatização.... - Eu ouvi a fala do representante do agronegócio aqui, ele falou: - Foi malfeita! - Então, aqui ou é malfeita ou é mal-executada, eu não sei, só sei que o resultado é o que nós estamos vendo. E a privatização, ela tinha esse cunho social por ser concessionária.

Senhores e senhoras deputadas, a Equatorial ainda recebe isenção de 75% de imposto de renda de pessoa física. - Aqui a informação é de uma placa da Sudene que tem lá na Equatorial, 75%. Tudo aqui estou colocando para os juízes, porque todo esse debate nós também estamos deslocando para a esfera do judiciário - que é local do debate desse direito - porque nós estamos,- não vou dizer que estamos fazendo uma CPI no judiciário com a Equatorial, mas todas essas mazelas que foram colocadas estão sendo postas, e nós estamos colocando junto com o Direito do Consumidor, que determina no artigo 22 do Código do Consumidor que serviço essencial tem que ser contínuo e tem que ter segurança, tem que ter modernidade. E nada tem! A Equatorial está no Brasil e no Brasil se aplica o direito do consumidor. Nós temos, deputados, decisões judiciais há mais de dois anos. - Eu sou advogado há algum tempo, e advogo porque gosto, gosto. - E com todo esforço - alguns deputados já nos conhecem, fazendo aquelas marchas de Picos para Teresina caminhando. Com toda essa determinação, eu não estou conseguindo. Talvez penso até em fazer uma greve de fome para ver se as atenções vêm. Mas há uma discussão importante, porque no Judiciário é preciso ter uma abertura maior para essa discussão que está sendo discutido lá, porque o juiz dá uma liminar, liminar boa, liminar determinando que se pague, mas ela não faz e não paga, porque tem uma coisa aqui que nós chamamos na teoria, essa teoria nova no Direito chamada de ilícito lucrativo. O que é ilícito lucrativo ? Agora eu vou falar aqui com o engenheiro, então assim: Eu vou gastar tantos milhões com esses postes de madeira, mas vou gastar não, deixa eles entrarem na justiça, porque desses mil ai entra dois ou três e resolvemos e os outros ficam e vão acumulando. É Ilícito lucrativo! Assim fez a TIM, nós tivemos muitas ações contra a TIM. Nessa situação, eu acho que nós podemos melhorar aqui com essa fala, dar algumas respostas para a politica, através da posição do Poder Judiciário, porque ele tem força. Aqui vocês vão poder fazer leis, vocês vão sugerir, mas eles vão mandar a polícia, porque teve caso no Madeiro, quem é deputado aqui da região, no Madeiro uma cidade que tem muito criatório de peixe e precisa da energia para isso. Ali em Miguel Alves os caras perderam todos os peixes, porque faltou energia. Então, não cresce. Nós não vamos crescer!

Deputado Gessivaldo, qual lugar mais crítico? Essa é a pergunta mais difícil feita a mim. Eu posso colocou a situação que aconteceu lá em São Miguel do Tapuio: Eu tenho um tio que está com noventa e cinco anos; outro com oitenta, e um outro, com oitenta e eles querem ter a energia de qualidade na casa deles. Tem uma imagem aqui que eu não coloquei, que era de uma criança que tem problema na cabeça, hidrocefalia, alguma coisa assim que não cresce. - Ele já tem onze anos, vive o tempo todo na cama. - o ventilador não puxa. Ele, recebe (auxílio?) doutores, que daria para comprar um split para colocar na sua casa, mas a luz que ele recebe na sua casa, não tem condição de uso. - Agora, notícia boa, isso aqui é na comunidade de Santa Rita. - Nós ajuizamos as ações para mais de três anos, tiveram liminares e agora foram trocados todos os postes de lá, agora são todos postes de cimento, todos postes de cimento. Então, assim, mais outra coisa em termos de sugestão é a questão da gente estimular a sociedade a ocupar o poder judiciário. Fala-se de judicialização que vai entrar com muitas ações e tudo, mas é lá que temos que entrar. Para onde vai aquele monte de doentes que estava com Covid? Vai pro hospital. Então, nós não vamos ter Covid, porque vai encher os hospitais? Então, nós temos, assim como as doenças, os nossos direitos graves, gravíssimos, gravíssimos! Há uma lentidão que precisa acelerar a questão do Poder Judiciário para completar suas ordens judiciais.

Quanto à questão da concessão, aqui vocês têm poderes. Eu acho que a CPI deve abrir um espaço de estudo e análise para ver, como o deputado Limma colocou, se eles estão cumprindo essa questão da concessão. Também coloco aqui como importante a possibilidade de se cassar essa concessão. Cassar a concessão, porque se não está cumprindo o seu dever, então vai ser cassado. Então, juridicamente pode ser feito essa questão.

Nós tivemos muitas ações, aqui e uma coisa que compartilho, também, porque essas ações têm estimulado em alguma coisa. Aqui um elogio a Equatorial, em algumas ações ela está se antecipando e fazendo a troca dos postes, como aconteceu nesses casos que eu mostrei aí. Mas na grande maioria eles deixam rolar, vão ganhando no cansaço. E olha que ganhar no cansaço na justiça é fácil, é fácil! Mas de qualquer forma, até o ponto que a gente muda. A história da humanidade se deu através das transformações, foram através delas que nós chegamos até aqui, foram situações críticas como essa que está colocada aqui. Então, este momento que estamos discutindo e esse clamor que apresentamos aí, que parece uma cidade da idade média, essa situação toda pode ser mudada e vai mudar a partir dessas decisões e saber do simples holofote que está indo para lá.

A Equatorial vem depor aqui? Vem. Os representantes devem vir e temos que colocar, Senhores deputados, Senhoras deputadas que o lucro humano vai ser sempre melhor do que o lucro do capital e dá para conviver com os dois, a Equatorial continuar ganhando e aumentando os seus lucros e o capital humano também..

SR. PRESIDENTE - (Evaldo Gomes Republicanos) - Bom, com a palavra a deputada Gracinha Mão Santa.

SRA. GRACINHA MÃO SANTA (PP) - Parabenizar pelas explicações o nobre advogado Arimateia Dantas e, diante do seu resumo, tentar fazer uma síntese em forma de pergunta. O que a gente vê - não sei se com o senhor também, como advogado, vê a dificuldade do próprio contrato que foi feito da

concessionária com o governo que passou, um contrato muito aberto, muito sem punição, sem prever multas quando não cumpre algo e sem dividir a verdadeira destinação dos percentuais de arrecadação. Como por exemplo, o serviço, às vezes, muitos confundem a questão de ela ser privada. O privado quando faz um serviço público, ele pode não está totalmente certo, ele perde a característica privada. A privada é só porque ele visa o lucro, e ninguém aqui está contra o lucro! Ela visa o lucro contanto que ela siga todas as searas do serviço público. - É como aqui está dentro de um, servido como uma correlação, seria incabível que empresas de luz não entrassem em certos bairros porque não dá lucro; seria incabível que horário de não pico elas fossem liberadas. Não é, porque exatamente o serviço público tem essa característica.

Eu vi aqui que o senhor está utilizando, que no início eu não estava vendo bem, o senhor estava utilizando a própria Lei do Consumidor diretamente ou se a lei do Código Civil mais aberto, mas estou vendo que é a lei do consumidor. Então na lei do consumidor a Equatorial aqui atinge claramente, ela já entra com a vulnerabilidade técnica contra ao consumidor, porque é monopólio, é a única. Não tem para onde o consumidor buscar uma segunda alternativa, então, já é mais grave a situação, e a parte que não precisa nem falar, porque ela é a parte mais forte na relação e o consumidor é hipossuficiente, é para isso que veio a lei do consumidor.

Essa questão de gambiarra, o Dr. Wilson, aqui, um colega que nos inspiramos nele pela sabedoria e pela sua experiência, mas também temos uma vivência muito grande, como o deputado Gessivaldo falou, que não é só bem longe como alguns citam, e se fosse o bem longe, ainda tínhamos que se cortar mais o coração, porque o bem longe também é mais difícil de chegar uma ambulância, é mais difícil, às vezes, até como um citou aí, não consegue produzir o seu próprio alimento, aquilo ali não é nem para a venda, é sustentável, então é como se tivéssemos regredindo muito nos direitos fundamentais. Então, eu acho assim, na sua opinião como advogado, a CPI pode colaborar em que artigos para melhorar e fortalecer as brigas até judiciais, as multas judiciais? - Entre os advogados que, já é difícil.., A OAB sempre diz assim: que já é difícil os advogados, hoje, porque a justiça é lenta, a justiça posterga. O advogado tem como fazer, como o senhor disse aqui, às vezes tem vontade de fazer greve de fome, porque é das nossas leis, são os nossos prazos. Então o que o senhor sugere para que acrescentasse nesse contrato, como legislativo, a gente tentar porque como legislativo a gente pode tentar modificações em algumas cláusulas contratuais para que vocês tivessem menos dificuldade em um êxito mesmo nas liminares, porque as liminares, como o senhor disse, porque muitas vezes são cumpridas porque há recurso, a postergação, é a parte mais forte, eles fazem como as operadoras fizeram, seguia um prejuízo aqui de (inaudível) que é melhor do que eu ter um cronograma de execução e o consumidor saber quando, como e quantos por cento daquela arrecadação o estado... porque ele tem que dar resposta aos estados e aos municípios de investimentos novos, tanto de sobrecarga como de retirada de gambiarras; gambiarras, deputado Evaldo, é tão grave como o doutor Wilson disse, só a população que perde, concordo. Mas como seria a outra forma da população ter luz em algum momento se lhe é negado? É negado, o senhor é de município, o senhor sabe, é negado esse direito, então, dentro, vamos nos colocar no lugar do outro, a gente sem luz em uma casa, aí os vizinhos dizem assim: - a gente puxa dali. É um pouco difícil a pessoa que não tem tanta informação, que passa por um monte de problemas, que bate e não sabe a quem se dirigir," vou fazer uma gambiarra". Mas, o mais complexo é que quando a Equatorial entrou, ela deu uma grande esperança que mexeu justamente nisso, eu mesma fui em reuniões na época de transição Cepisa e Equatorial, e uma das promessas era essa, que as gambiarras iriam ser bem atendidas, foram algumas como o senhor disse, no Luz para Todos, mas a gente tem dificuldade até como município, com o deputado com uma informação dessa, imagine o consumidor final.

Então, eu queria do senhor que nos desse um subsídio de como melhorar também o contrato, se já prevê uma multa quando isso, tantos dias de resposta da Equatorial ao consumidor, o que a gente deveria prevê uns artigos maiores, tentar melhorar esses contratos, porque aqui no caso como fiscalizadores, a gente pode sim intervir em contratos de serviço público nas searas do estado, em que a gente poderia melhorar isso para facilitar, justamente que esses direitos não ficassem a e anos e anos no judicial.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Em mais algum deputado que queira fazer questionamento? Pois não deputado, Wilson Brandão.

SR. WILSON BRANDÃO (Progressistas) - Conversando com a deputada Gracinha sobre a questão jurídica, e ela falava aqui sobre a questão de obrigação de fazer. Eu pergunto ao Dr. Arimateia Dantas se nessas ações contra a Equatorial, se o que é pedido é obrigação de fazer, se ela tem cumprido isso, como é que tem sido feita essa tramitação de apelo judicial.

SRA. GRACINHA MÃO SANTA (Progressistas) - Também se tem alguma indenização ou multa que o juiz prevê, caso eles não cumpram? Se tem um prazo ou se eles ficam só esperando?

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Com a palavra, o advogado Arimateia Dantas.

SR. ARIMATEIA DANTAS (Advogado e empresário) - A gente responder essa pergunta pode contribuir muito, porque a gente passa a fazer uma reflexão, deputada Gracinha, deputado Wilson, eu como advogado... é a angústia de muitos. A lei é a lei, quando a senhora fala assim: quando que a gente pode fazer uma lei pra gente cobrir tudo? Quando a senhora fazia a pergunta eu me contorcia de dor, porque a gente pode fazer todas as leis do mundo. Abraão pode vir

aqui sentar e nos ditar uma lei, a questão é cumprir. Tudo isso que estamos falando aqui não precisaria se a Equatorial cumprisse o Código de Defesa do Consumidor, se ela cumprisse a lei de privatização, a lei de concessão, não precisaria. Deputado, o grande problema está no cerne da humanidade, a busca pelo capital de qualquer forma, gente, daria para a Equatorial ter muito lucro e a gente ter esses postes de madeira e de cimento, de qualidade. Olhe, uma senhora parou de fazer dindim e ganhar um dinheiro extra; ela parou de costurar porque a máquina não funciona; olha o empresário, um lava-jato de moto no interior. Só existe moto no interior? Esse homem ia ficar rico em breve. Não vai! Então, voltando, nós precisamos de sabedoria na aplicação dessas leis, Deputado Wilson Brandão, se a gente pudesse fazer com que essas leis fossem praticadas sem precisar a gente ir para um parto cesariano, perigoso. Então, mas eu acredito que essa CPI pode deslocar um pouco, deputado, para o espaço do judiciário. Eu lhe digo: a ação que nós entramos é obrigação de fazer e ela começou... essa luta, deputado, começou em Pedro II. Eu trabalhava lá no sindicato e eu passava e via aquele sofrimento do pessoal do agro da Vila Cope, lá em cima, seis meses sem água e pagando talão. Eu sou advogado porque eu acredito que cada um de nós tem uma missão. Graças a Deus eu encontrei. Papai queria que eu fosse médico, eu quase que ia ser médico, mas não ia dar certo não. Mas quando a gente faz essas observações, lá em Pedro II nós entramos com as ações coletivas, foram mais de 200 pessoas na praça da Bonele ficava muita gente, e saiu a primeira decisão nesse sentido que era obrigação de fazer, o Dr. Luis Correia na época, aí depois é que ficou melhorando a situação, inclusive, foi liberado na época mais de 100 mil reais para fazer a adutora. E eu fiquei feliz porque eu vi a chamada na televisão do Governo do Estado, convidando para a inauguração da adutora de água que foi resultado de nossa ação. Em Joaquim Pires, Matias Olimpo, agora, foram liberados três milhões - que nós estamos na luta da água lá também. Então, tem essa questão da obrigação de fazer e tem os danos morais, ai agora a gente refuta. Vamos lá para os danos morais. Os danos morais, os que eu ganho, a média é mil reais, mil e quinhentos. O maior que chegou foi aqui, no Tribunal, com cinco mil. Então assim, em termos de ..., e as multas por não cumprimento é até 5 mil reais, até 50 mil reais. Aí passa 30 dias, chega aos 50 mil reais e fica como está acontecendo lá em União, passa dois anos e é o mesmo 50 mil. Então, não há uma coisa que motive a Equatorial pagar, porque está estacionado. Mas assim, enquanto sociedade e sindicato que nós trabalhamos e associações, nós estamos fazendo o quê? Nos estamos pontuando, está sendo desobedecido. É aquela história: não, não vamos entrar porque não vai dar certo. Nós vamos entrar e se não der certo vai ter alguém que vai ser responsabilizado pela história. Inclusive já estamos começando a discutir em termos de academia, a análise das decisões judiciais, se elas fazem viver o direito, ou se fazem colher o direito, que é uma outra coisa que fica muito parada.

Então assim, já concluindo, essas lutas poderiam ser maiores, mas, de qualquer forma, é o início de uma decisão, a gente pode sentar o foco também para análise do poder judiciário, e deputada Gracinha assim.... a gente podia indicar um bocado, mais a gente fizesse todo o esforço, deputado Evaldo, para que a gente cumprisse as que já existem, já seria de grande mostra, porque a gente perde muito tempo fazendo a lei e depois vai para a angustia de quem não acreditou.

Agora, do que V.Exa. falou deputado, eu acho importante fazer uma análise, uma revisão desse contrato, se esse contrato não tem multa, acontece o que está acontecendo no Judiciário, não é? E também ver a lei de concessão para ver, o que pode mudar muita coisa. E também essa possibilidade de ela perder também essa concessão.

SRA. GRACINHA MÃO SANTA (Progressistas) Questão de ordem! Só fazer uma pergunta. Era exatamente do contrato que a gente queria que depois, aliás como advogado, é do contrato que a gente está falando, está aqui o próprio contrato dando um subsídio maior em relação às multas, celeridades e os percentuais que eles têm e tempo de resposta

SR. ARIMATEIA DANTAS (Advogado e empresário) - Eu me proponho, deputada, eu me proponho na comissão junto à assessoria, enquanto tiver aqui para gente analisar e com a experiência que a gente tem....

SRA. GRACINHA MÃO SANTA (Progressistas) - Como você conta com uma experiência muito grande, já vê o que está pegando mais e onde pode ajudar o judiciário até fazer valer a lei também, não é?

SR. ARIMATÉA DANTAS (Advogado e empresário) É, porque vocês tem o dever de fazer as leis, mais alguém tem que aplicar, se vocês fizerem, e a lei não for aplicada, então nós vamos entrar em um processo de muito questionamento mais contundente, é isso.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Bom, como não temos mais nenhum deputado para fazer questionamento ao advogado Arimatéa Dantas.

Eu queria, inclusive, agradecer ao Arimatéa Dantas pela sua participação, as informações que Vossa Senhoria está nos trazendo. Será de grande importância para a CPI, nós estamos com a previsão da CPI ser concluída até o mês de julho, onde ainda ouviremos outras instituições, outras personalidades. E o objetivo maior nosso é colher essas informações para que a gente possa preparar um relatório, no final dessa CPI, para que a gente possa tomar as providências necessárias.

Da forma que está, não deve continuar. Vossa senhoria apresentou aqui relatos, depoimentos de famílias pobres, de famílias que têm sofrido na pele a consequência da péssima qualidade do serviço apresentado pela Equatorial.

Então, a gente queria lhe agradecer a sua participação. Dizer que a CPI continua em aberto, caso

Vossa Senhoria tenha outras informações que possa contribuir, nos ajudar nesse relatório final, você pode encaminhar para a CPI, que a gente vai usar como parâmetro, toda a documentação e denúncias para que a gente possa fazer o relatório final. Agradeço-lhe e lhe dou o direito de fazer as considerações finais.

SR. ARIMATÉA DANTAS (Advogado e empresário) - Bom, eu só quero dizer que foi muito satisfeito, a interação muito positiva. Acho que o que a gente pode trazer do

O lamento desse público que foi uma coleta de provas que fazíamos que não tinha esse destino, mas o universo tem suas formas de encaminhar, e chegou até aqui.

E nós queremos nos colocar, eu vou trazer também algumas decisões judicias para que os senhores possam analisar, ver o posicionamento que está tendo e me coloco à disposição também para essa luta, e eu fiquei no relato do deputado Gessivaldo, parece que tem lugar pior do que esse que eu já andei, mas lhes digo que está mudando, está mudando, e como eu tenho muita fé, estou muito feliz pela sensibilidade que essa CPI está tendo, e juntando as forças, a CPI, sociedade, o judiciário e a Equatorial a gente chega lá.

Eu volto e quero terminar aqui falando do grande patrimônio do capital humano que nós temos que desenvolver que são nossas virtudes, essas virtudes do amor ao próximo, essas virtudes de sensibilizar porque eu senti no olhar dos senhores, a sensibilização, mas isso precisa chegar no coração da Equatorial, das pessoas que fazem isso, tudo isso aqui foi criação humana assim como será a solução.

Muito obrigado.

SR PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Nós que agradecemos, Arimateia, e ficamos abertos para receber documentações, caso V. Sa. tenha documentos, mais documentos, mais provas você pode encaminhar para a CPI.

Bom, agora nós temos aqui o segundo depoente. O segundo depoente é o Senhor Joselito Félix Filho que é presidente da Associação dos Engenheiros Elétricos. Eu pediria a nossa assessoria para saber se o mesmo,já assinou o termo de compromisso? Como o mesmo já assinou o termo de compromisso eu passo a palavra para o depoente que poderá usar tribuna por quinze minutos, logo após a fala do depoente abrimos para os deputados para fazer os seus questionamentos e suas perguntas se assim achar conveniente.

Concedo a palavra ao senhor Joselito Félix Filho.

SR. JOSELITO FÉLIX FILHO - (Presidente da Associação de Engenheiros Eletricistas) - Bom dia a todos.. Primeiramente quero agradecer essa oportunidade que os nossos excelentes deputados desta Casa em construir essa CPI que eu acho de alta importância para o povo do Piauí.

Em segundo lugar, agradecer as palavras do nosso deputado, eu digo nosso deputado porque eu o conheço já há 40 anos, nosso deputado Wilson Brandão que também é engenheiro eletricista e muito nos honra estar aqui nesta Casa.

O próprio deputado já fez uma rápida apresentação e eu quero falar um pouquinho dentro desses meus quinze minutos com relação a ABE Piauí. A ABE Piauí é Associação Brasileira de Engenheiros Eletricistas — sessão Piauí, ela existe em 19 estados da Federação, e aqui no Piauí ela foi fundada em 2006 mais oficialmente em 2009 foi que ela foi registrada na receita e foi registrado o estatuto em cartório.

Essa época ela era formada basicamente por engenheiros da nossa antiga Cepisa, todo pessoal em 2009 tudo na ativa, viajando, trabalhando muito e ela ficou, digamos assim, em stand by por um longo tempo. Agora em 2021 alguns abnegados engenheiros eletricistas resolveram reativar a ABE Piauí, e assim foi feito, fizemos várias reuniões e a ABE Piauí em 2022 fez eleição da sua diretoria a qual fui eleito presidente, mas aqui nós temos ao meu lado o engenheiro Moacir que é vice-presidente e ali também postado mais atrás o engenheiro Ribamar que também é diretor da ABE Piauí.

A ABE Piauí tem trabalhado nesses últimos dias exatamente para regularizar a situação dela junto ao Crea, ao Confea e na sociedade piauiense. Neste último ano agora
coincidência, nós criamos um grupo de trabalho formado por quatro engenheiros para exatamente fazer esse trabalho do relacionamento dos engenheiros eletricistas da nossa categoria com a Equatorial, foi criada uma diretoria no comecinho de fevereiro, então, já existe lá um grupo de trabalho para exatamente fazer essa pesquisa, levantando dados, e o grupo não tem ainda um documento formal e finalizado, mas nós já temos aqui algumas contribuições que a gente pode trazer aqui para esta Casa exatamente em função das dificuldades que a gente convive, os engenheiros eletricistas convivem com relação à Equatorial.

Quero dizer que hoje nós temos quarenta e três associados, representamos aqui quarenta e três engenheiros eletricistas, ainda nós temos agora mesclando com o pessoal mais novo que trabalha especialmente com a questão desse boom atual que é a maior indústria dentro do conselho de energia elétrica, é a indústria da energia solar.

Então, há vários companheiros que estão na nossa associação que trabalham com relação ao sistema fotovoltaicos, as GD que chamam de geração distribuída, especialmente as microgerações de energia solar fotovoltaicas, nas residências que a gente vê em todo local aqui em Teresina e no interior do estado. Então, alguns pontos que eu vou elencar, foram frutos de uma reunião que nós tivemos com os nossos associados, vou colocar esses pontos e depois fico aqui à disposição para alguma pergunta dos senhores. Uma coisa que é importante a gente citar logo de início, é uma diferença que agente tem que colocar sempre — qualidade da energia e qualidade do serviço, são duas coisas diferentes, são regidas por (inaudível) que é o procedimento da distribuição, onde as cubas estão ligados para área Equatorial Piauí, mas a qualidade de energia diz respeito ao produto energia, aquilo que é

transmitido pelos condutores, a forma, a atenção, a frequência daquela energia, e a qualidade de serviço diz respeito à estrutura que a Equatorial, que a empresa concessionária coloca à disposição para manter aquela qualidade da energia.

Vou dar um exemplo bem prático aqui: Quando o nosso ilustre advogado estava conversando, ele falou na substituição de poste de madeira por poste de concreto, isso melhora a qualidade do serviço, mas a energia que vai chegar lá se não houver um outro investimento na fiação, só trocar o poste de madeira pelo de concreto não melhora a qualidade intrínseca da energia em si que vai chegar lá na ponta do sistema que são os consumidores. Bom, essa é a diferença que é importante se fazer no início.

Outros que eu quero aqui colocar com relação ao auxílio dos nossos associados. Primeira questão: Cumprimento de prazos por parte da concessionária. Todos esses prazos são regulamentados, existe uma resolução da Aneel muito moderna, é a resolução 01 do final de dezembro de 2021 que determina todos esses prazos que a concessionária tem que obedecer.

Então, esse cumprimento de prazos tem melhorado, esse é o depoimento da nossa associação, tem melhorado mas não está adequado ainda às normas vigentes com relação ao que a Aneel exige, por exemplo um prazo de trinta dias para análises de projetos, projetos elétricos de qualquer natureza, projetos elétricos de subestação, de linhas de ordem de distribuição rural, uma troca de poste desse ai, troca de cabeação, esse projeto teria trinta dias para que a Equatorial aprovasse ou pelo menos, se não aprovasse dissesse o porquê de não está aprovando.

Um acessante, um cliente que já existe, mas está acessando agora para colocar, por exemplo, um sistema fotovoltaico na sua residência, ele tem o prazo depois que tem esse parecer, de quinze dias, e todos esses prazos não estão sendo cumpridos a rigor, volto a dizer, melhorou, estava pior, melhorou.

Outra questão levantada são os créditos em quilowatts de hora gerado pelos consumidores, que tem o seu sistema solar na sua residência. Muitas vezes você tem o crédito, assim: você tem gera energia, a energia é suficiente para sua residência e você pega parte daquela energia que foi devolvida para a concessionária, você coloca para um outro imóvel, outra unidade consumidora sua, num outro local, um sítio, uma casa do filho desde que esteja no seu mesmo CNPJ ou no seu mesmo CPF.

Esses créditos gerados, isso gera, implica vários erros que a concessionaria tem cometido, e não é uma nem duas vezes que ela é levada por devidas cobranças indevidas é levada ao Procon para resolver essas questões. Outra coisa que é muito reclamada e foi falado aqui também, são os canais de comunicação, canais de atendimento da concessionária. Hoje, os canais são puramente virtuais, então, você não conversa com ninguém, você conversa com o robô, não é? Do outro lado da linha não tem quem nem escute detalhes e coisas específicas. E, inclusive, não existe uma padronização de procedimentos, eu acho isso de alta importância, a concessionária tinha que ter um canal de comunicação melhor e personalizado, e não um robô acho que **é Claro** o nome, salvo engano. Com relação às contas de energia, essas também são um problema muito grande, todos nós identificamos na nossa conta, falta de clareza em que representa cada item daquele, inconsistência de dados, isso eu posso dizer não só pelos nossos associados como também a minha própria conta. Eu analiso toda conta minha que chega porque eu tenho um pequeno sistema de energia solar que não coincide nada, nem com o que está aqui nem com o que eu mando um pouco para um sítio no interior. Isso é uma inconsistência, todo mês acontece isso. E além disso tem um problema que eu acho que é um pouco de má fé, no caso, existem informações que a concessionária coloca na conta que é feita para não ler, a pessoa não consegue ler, só consegue se colocar uma lupa para poder ver o que está escrito, de tão minúsculo que é o tamanho da letra lá na conta. Outro problema levantado é a mínima divulgação ou explicação desta conta de energia, tanto na própria conta quanto nas mídias locais, com relação aos indicadores de qualidade da energia. Indicador de qualidade de energia são índices às vezes aparecem na conta de energia, e deveria parecer sempre, porque são itens que são obrigatórios pelos Prodísts da Aneel, que seja explicitado para o consumido.

A qualidade de energia está ligada aos bons indicadores que por subestação seria DEC e FEC a duração que você tem das interrupções e as frequências das interrupções que os consumidores sofrem. Isso por conjunto e tem o DIC e o FIC que são a duração individual por consumidor e a frequência individual do número de desligamentos por mês. Isso teria que ser informado mês a mês e teria que ser, além disso, esses dados a Aneel já colocou que deveriam ser auditados, auditados pela União, não é? E que tivesse esse sistema de recolhimento desses dados e cálculo desses dados e fosse, digamos assim, qualificado dentro.... fosse, melhor dizendo, o nome não é esse, mas que tivesse uma qualificação ISO 9000 tivesse uma aprovação, de acordo com os índices da ISO 9000, tivesse sido (inaudível). A partir de 1º de Janeiro de 2023 isso deveria ter essa certificação da ISO 9000, não estou dizendo que a Equatorial não tem, mas é um modelo que ninguém conhece, não é auditado, não se sabe como isso é calculado.

Um problema dos mais sérios que eu coloco aqui, é exatamente a não existência de um órgão específico para atender os profissionais da área de engenharia elétrica, os profissionais que trabalham com projetos, profissionais que trabalham com construção na área de engenharia elétrica, as empresas de projetos, os grandes consumidores no passado na época da Cepisa, trabalhei lá 36 anos, na época da Cepisa e me aposentei já quando era Eletrobras Piauí, sempre existiu um órgão de relacionamento físico, era um engenheiro que estava lá que entendia muito bem da área comercial, aqui mesmo o engenheiro Ribamar trabalhou nessa área, para receber os clientes. Na Equatorial é difícil, nem eu que trabalhei 36 anos não consigo entrar lá sozinho, eu tenho que ir

acompanhado por alguém, eu não sei porque é que eles tratam dessa forma. Mas os grandes consumidores de Teresina e do interior do estado também sofrem por conta dessa falta de um órgão específico para atender esse consumidor que, na verdade, são aqueles que dão lucro para a Equatorial, são aqueles que não dão trabalho no pagamento das contas, são aqueles que, inclusive, as medições não precisam nem ter leiturista porque as medições são por telemedição, a Equatorial recebe lá no escritório dela sem precisar nem ter leiturista para ir lá, então esse grande consumidor paga suas contas em dias, que claro, ele vive daquilo ali e os consumidores também tem seus sistemas de energia solares individuais. Então isso é um acordo também obrigatório pela resolução da Aneel..

Eu tenho que dizer também, isso é uma experiência própria, que a gente sente olhando, andando aqui por Teresina, nós sentimos que existe investimento sim, da Equatorial, grandes investimentos em subestações, em linhas de subtransmissão, é a linha que adentra na zona urbana de 69 KV, então existem grandes investimentos também em tecnologia, na área de distribuição, na automação, equipamentos modernos de medição, isso é evidente, eu como dou aula, meus alunos muitos trabalham na própria Equatorial e estão sempre me mandando fotos de uma tecnologia nova, uma coisa moderna, agora o que falta, senhores, é exatamente confirmar essas ações, as melhorias que são citadas por essas ações lá na ponta do sistema, falta confirmar lá com o consultor que está lá no sistema, se isso melhorou ou não. Na verdade existem esses investimentos, mas falta a confirmação dessas ações junto aos consumidores.

Eu teria aqui outros fatos, eu posso citar rapidamente aqui, não sei se já foi dito por outros que me antecederam, mas por exemplo, a gente nota que alí na Avenida Barão de Gurgueia foi feita uma interligação de 69 KV, cujos postes..., exigido para nós projetistas obedecer ao arruamento público em uma distância na calçada, e quando foi colocada essa linha enorme, ela ficou tão próxima ao muro que está com 1 metro e pouco da distância dos apartamentos que tem naquela avenida, e é uma linha 69 que causa problemas de radiação eletromagnética para quem mora ali próximo, bem próximo que eu digo, não é 2 metros, 3 metros, como tem uns casos lá.

Tem outra alegação que ocorre na Equatorial com relação a quando você entra com um pedido de EVT por exemplo, EVT é o estudo de viabilidade técnica, que isso seria resolvido se tivesse um órgão lá para receber esses projetistas, as vezes você precisa saber se.... para eu colocar um fornecimento ou uma subestação em certo local, se a malha que tem lá, a SE tem suporte para aquilo. Algumas concessionárias no Brasil, você no sistema, o projetista já sabe que lá tem tantos por cento de capacidade que eu posso instalar a mais, e aqui você faz esse estudo e assim mesmo não é recebido, não é tratado. Essa questão deles informarem que precisa fazer um reforço na rede, muitas vezes não precisa desse reforço. Essa é apenas uma forma de alongar os prazos para a resolução desses problemas.

Um outro problema detectado, isso por mim mesmo, que eu moro ali na Piçarreira, próximo da Subestação Satélite, os consumidores que estão mais próximos das subestações – isso várias pessoas reclamam - têm um nível de tensão muito elevado. A ANEEL também define quem é, por exemplo, trifásico, tem um limite de... ele é 380 volts, ele pode 350 no mínimo a 399 no máximo.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Eu queria que o senhor pudesse concluir. O senhor já está com dois minutos a mais.

SR. JOSELITO FÉLIX (Presidente da ABEE) - Então, esses valores estão muito elevados próximo à subestação, que a concessionária poderia tratar isso muito facilmente através de troca de taps nos transformadores. Além disso, a questão da rotatividade, o que foi falado aqui também, dos funcionários da área-fim da empresa. Existe uma quantidade muito grande de troca de funcionários, entra um, sai outro. Por fim, só para completar, dizer que é importante também considerar que todos os projetos de sistemas fotovoltaicos devem ser realizados por profissionais habilitados. Hoje tem o problema de uma promiscuidade muito grande de profissionais entrando nessa área. Devem ser feitos por profissionais habilitados e com registro na RÁ no CREA Piauí ou Maranhão, se for o caso.

Muito obrigado!

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Nós temos mais algum deputado que queira fazer uso da fala, fazer algum questionamento?

Com a palavra, o deputado Wilson Brandão.

SR. WILSON BRANDÃO (Progressistas) - Senhor presidente, senhores deputados, senhor engenheiro Dr. Joselito Félix, eu apenas perguntaria, visto que a Associação de Engenheiros Eletricistas do Piauí é composta na sua grande maioria de engenheiros egressos da Cepisa e Eletrobras, se no convívio com esses engenheiros, o que vocês extraem da qualidade do fornecimento de energia e dos serviços da Equatorial? O serviço piorou, melhorou? Vocês têm algum sentimento em relação a isso?

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Vamos fazer um bloco de três deputados? Deputada Gracinha está inscrita. Então, eu passo a palavra primeiro para o deputado Gessivaldo; depois para a deputada Gracinha Mão Santa.

SR. GESSIVALDO ISAÍAS (Republicanos) - Sr. Joselito, eu gostaria de saber se o senhor vê a omissão no órgão fiscalizador, por parte da ANEEL? O senhor ver omissão nesse sentido?

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Deputada Gracinha Mão Santa.

SRA. GRACINHA MÃO SANTA (PP) - Eu estava olhando aqui com o deputado Wilson, que estava me mostrando que já teve uma ação, que inclusive o promotor daqui é o Kelson, e o que eles botaram? A Cepisa, quando era Equatorial, nesse mesmo assunto que a gente está discutindo, em relação

à aplicação de multas para que os serviços realmente prestassem.

Quanto aos engenheiros eletricistas, a gente vive isso nas prefeituras. Eu queria muito perguntar.... Quando a gente fala "prefeitura',' não são só os projetos das prefeituras não, são todos que vão regularizar para fazer obras; e o que eles reclamam é que o interior, por exemplo, além deles não terem prazo, eles não têm resposta e não têm muitas vezes a quem recorrer. A ANEEL também serviria para os engenheiros eletricistas pedirem essa fiscalização e pedir uma (inaudível) já que ela pode aplicar multa direto nas concessionárias, seria uma forma da gente botar avisos de explicar para trabalharmos juntos com quem fiscaliza mais diretamente, e eles escutam ou isso na prática não funciona?

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Nós temos um outro deputado que queira fazer um questionamento, fazer uma pergunta? Não tendo, por gentileza o Senhor Joselito. Eu posso inclusive fazer uma pergunta e o Senhor vai naturalmente responder o questionamento dos deputados, e depois já pode fazer suas considerações finais. A pergunta que eu faço a V.SAS.: a Associação considera que a empresa Equatorial presta um serviço de boa qualidade de energia no Piauí?

Com a palavra.

SR. JOSELITO FÉLIX FILHO (Presidente da ABEE) - Ok, respondendo primeiramente à pergunta do nobre deputado Wilson Brandão, com relação à qualidade, a comparação da qualidade da energia no tempo anterior da Cepisa, até 2008, depois Eletrobras e, a partir de 2015, Equatorial. É claro que o deputado sabe disso: são tempos diferentes, são tecnologias diferentes, não é? Mas de cada época, pelo menos, eu posso dizer uma realidade: na época da CEPISA esses valores que eram levantados de DEC e FEC, como eu falei aqui DIC e FIC, nessa época não tinha resolução ainda da ANEEL com relação a tensões, apenas era uma resolução menos abrangente, porque hoje ela não trata só de tensão, trata da qualidade da energia, qualidade como um todo, transgressões de tensão, harmônico no sistema, é muito mais abrangente. Anteriormente, ela trabalhava somente a questão de interrupção e nível de tensão. Então, eu diria assim: hoje a Equatorial tem melhorado a qualidade intrínseca da energia a seus consumidores. E eu vejo também, deputado, que a própria Equatorial de um estado para o outro difere no seu atendimento. Eu tenho essa comprovação. No Estado do Maranhão o atendimento é muito mais rápido, o tempo de atendimento que esse ... o tempo de recuperação de um defeito é dividido em três itens: o tempo que você recebe a ligação e prepara a equipe, o tempo de deslocamento dessa equipe até o local e o tempo de reparo realmente. Esses tempos somados representam o tempo total do atendimento de uma reclamação. Então, isso eu vejo no Maranhão. A Equatorial lá está estabelecida há mais de 10 anos - aqui nós temos quatro ou cinco anos. Então, lá esse tempo é bem menor. Então, essa questão da qualidade, deputado, eu posso dizer que nosso sentimento é que tem melhorado, um pouco, tem melhorado, mas falta aquilo que eu falei no meu depoimento com relação à cumprimento de prazos, transparência e atendimento pessoal dos nossos engenheiros eletricistas, ou dos grandes consumidores de Teresina e do interior.

Com relação à pergunta sobre a ANEEL, eu concordo e sabemos que um grande problema que existe é exatamente a fiscalização da ANEEL. Não é de agora que ANEEL vem passando por sérios, digamos assim, contingenciamentos e isso já tem uns 8 ou 9 anos que a ANEEL não faz as devidas fiscalizações. Os últimos 8, 9 anos que eu trabalhei na Equatorial, eu trabalhei na área de pesquisa, desenvolvimento e assistência energética - foi nessa área que, inclusive, eu fiz o meu mestrado. E isso exige de nós, de todos nós consumidores, o pagamento de um pequeno valor - 0,5% da nossa tarifa - para desenvolvimento de pesquisa, desenvolvimento e eficiência energética. São esses programas que nós vemos a concessionária aplicando aí, de compra de equipamentos. Você entrega o seu equipamento usado, velho e recebe um outro pela metade do preço. São lâmpadas que são trocadas, lâmpadas incandescentes muito poucas, mas lâmpadas fluorescentes compactas por lâmpadas LED, que ela de vez em quando faz. A gente fazia também um programa de educação para crianças e assim tem que retornar para a sociedade, especialmente a mais carente, esse valor que nós todos contribuímos. É um bolo que existe e que deve ser retornado para a sociedade.

E vemos e assistimos que isso não está sendo.... Não de agora, isso eu estou falando desde a época da Eletrobras, que existe um valor acumulado lá que deveria ser aplicado para a população, ou deveria está sendo aplicado em pesquisa e desenvolvimento, o que não está sendo feito. É importante alertarmos para isso. E a ANEEL, com esse contingenciamento, não vem fiscalizando.

Eu informo também que, anteriormente, a ANEEL fazia um *ranking* das empresas com qualidade de energia. Ela relacionava.... tinha vários itens que eram respondidos pela própria concessionária, entrava também os consumidores. Existem os consumidores... Não lembro agora o nome, mas é uma comissão constituída por consumidores... O conselho de consumidores, que é constituído por vários consumidores da área industrial, comercial, consumidor de baixa renda; então, todos esses consumidores formam o conselho e eram pesquisados também neste conselho e, com isso, chegava-se a um indicador que fazia um ranqueamento das concessionárias de todo o Brasil. Isso agora há dez anos. Deixou-se também de se fazer esse ranqueamento que isso era um motivo importante de você mostrar que seu (inaudível) estava obedecendo aos indicadores. A ANEEL também não tem feito isso.

Para finalizar a questão que foi levantada aqui também, a falta de resposta quando eu falei aqui da qualidade, já estou respondendo ao excelentíssimo deputado Evaldo que me perguntou sobre a questão da qualidade. E a falta de resposta da concessionária com relação aos projetos, aos atendimentos, às

necessidades dos consumidores, exatamente por conta desses dois itens que deixo aqui no final da minha fala, como dois itens essenciais para que essa CPI chegue no final e exija o trabalho junto à concessionária, que esse é o sentimento: falta de atendimento personalizado e nós sermos atendidos, qualquer consumidor ser atendido por um robô; e um atendimento específico lá dentro, um órgão específico para tratar com os grandes consumidores e com os consumidores que demandam sistemas fotovoltaicos em suas residências.

Agradeço!

SR. ZIZA CARVALHO (PT) - Senhor presidente, o presidente da Casa está solicitando a presença dos deputados, (para fazer) quórum na sessão deliberativa; mas eu quero fazer um último questionamento ao depoente.

Eu não sei se ele vai saber me dar essa resposta, mas nós temos conhecimento de que, pelo menos assim me chegou, o Maranhão, no Programa Luz para Todos, atingiu 100% de cobertura já há algum tempo nas residências rurais e em todos os povoados e municípios daquele estado, que é servido pela mesma concessionária de energia Equatorial. Ao que o senhor atribui (o fato de) o Piauí não ter, até o ano de 2023...? Há quanto tempo que esse programa já vem com suas metas para atender a universalidade dos consumidores no estado e nós ainda vemos povoados e localidades rurais não contempladas com o programa. Eu não tenho o dado percentual do que falta no Piauí, mas eu tenho conhecimento de que o Estado do Ceará e o Estado do Maranhão, os dois estados vizinhos aqui, já tem 100% contemplados há muito tempo, de atendimento. E aqui, como vimos no vídeo colocado pelo Dr. Arimateia, gambiarras na periferia, nos interiores, nos povoados e eu, como deputado e viajando pelo interior, vejo diversas localidades, inclusive a minha cidade, ainda não contempladas com esse programa. Eu acho que isso é um grande gargalo que a empresa Equatorial tem que explicar: por que o programa de atendimento universal de energia, Não estou nem falando da qualidade, do mal serviço, da baixa tensão ou das reclamações que não estão sendo atendidas, estou falando da própria instalação de energia em determinadas residências rurais que ainda não chegou. Ao que o senhor atribui isso aqui no Estado do Piauí?

SR. JOSELITO FÉLIX FILHO – Esse programa é relativamente bem antigo. Iniciou-se com o programa Luz no Campo, depois ele se transformou em Luz para Todos. O nome já está dizendo: é para todos; então, às vezes a pessoa pensa que só deve ser atendido consumidor que está no campo, na zona rural. Não, o programa Luz para Todos é para todo consumidor, esteja ele na zona urbana ou rural.

Quanto ao número específico, em percentual, eu não sei informar-lhe. Eu acho que aí caberia uma pergunta diretamente à própria (empresa). Com certeza, o que eu tenho, deputado, é que o Maranhão tem um percentual maior. Aqui nós temos um percentual em torno - o número certo eu não sei - de 99%. É muito? É pouco? Mas 1% de um milhão é dez mil consumidores sem energia, 1% de um milhão de consumidores. Tem pouco mais de um milhão a concessionária nossa, um milhão e cem mil; (então) é dez a onze mil consumidores sem energia. Isso eu não estou falando em tese, não são números fechados, mas eu não sei informar-lhe qual o problema - muitas vezes é aquela questão, a questão social, a empresa lá é particular, aqui também é a mesma empresa, não deveria ter essa diferenciação; mas isso é lei, tem que ser cumprido.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - (Inaudível)....

Quero agradecer ao senhor pelo depoimento. Acho que foram muito importantes as informações, da mesma forma também que as do advogado Arimateia Dantas. São depoimentos que servirão como base para que possamos, no final, chegar à conclusão do nosso relatório. Acredito que as informações que o senhor trouxe para nós são importantes até mesmo pelo fato de que a associação é feita por engenheiros. Temos aqui a boa vontade de poder compreender essa questão mais burocrática. Naturalmente que o deputado Wilson Brandão, que é engenheiro eletricista e também foi do quadro da Cepisa, tem nos ajudado muito com essa questão, mas as informações que V.Sa. nos traz são de grande importância, principalmente porque são informações precisas e, mais que isso, são informações que muitas vezes não compreendemos porque existe um problema numa certa comunidade, num município e suas informações fizeram com que pudéssemos, inclusive, clarear, esclarecer essas dúvidas que hoje estão não só com o deputado Evaldo como também com outros deputados.

No mais, agradecer e nós encerramos a sexta oitiva. Teremos, na próxima quarta-feira, mais depoimentos.

E só agradecer e dizer que por hoje está encerrada a sessão da CPI.

REGISTROS TAQUIGRÁFICOS DA SÉTIMA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA VIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ REALIZADA NO DIA SETE DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.

COMISSÃO: Sétima audiência da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)
TEMA: Investigar fato determinado, com período certo, com a finalidade de atender aos interesses da população piauiense, relativos ao fornecimento de energia da Equatorial Piauí.
PROPONENTE: Deputado Evaldo Gomes
COMPONENTES
PRESIDENTE: Deputado Evaldo Gomes
RELATOR: Deputado Nerinho
MEMBROS EFETIVOS: Deputada Simone Pereira, deputada Gracinha Mão Santa, deputado Hélio Isaías.

SUPLENTES: Deputado Rubens Vieira, deputado Ziza Carvalho, deputado Wilson Brandão.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Bom dia a todos e a todas! Nós vamos dar início a nossa reunião, a sétima oitiva de testemunhas da CPI da Equatorial.

Essa CPI foi criada por meio do Requerimento Nº 95/23, assinado por este deputado e outros 15 deputados desta Casa e, após cumpridas as formalidades regimentais, foi aberta no prazo de 120 dias, podendo ser prorrogada por mais metade desse prazo e o objetivo é apurar a má prestação do serviço prestado pela Equatorial, tanto na capital quanto nos municípios do Piauí. A Comissão é formada por mim, deputado Evaldo Gomes, como presidente; deputado Nerinho, como relator; deputada Simone Pereira; deputada Gracinha Mão Santa; deputado Gessivaldo Isaías; deputado Ziza Carvalho e deputado Wilson Brandão.

Hoje nós temos mais dois convidados, mais dois depoentes, que são o Sr. Federico Musso, presidente do Centro das Indústrias do Estado do Piauí (CIEPI) e o Sr. Jean Cantalice, na qualidade de presidente da Associação Piauiense das Empresas de Energia Solar (APISOLAR).

O primeiro depoente será o Sr. Federico. Como exigência, ele já assinou o Termo de Compromisso. Ele terá um tempo de 15 minutos, logo após será questionado pelos deputados presentes e, naturalmente, ele terá o direito de fazer as suas considerações sobre a fala dos deputados.

Então, com a palavra, com o tempo de 15 minutos, Sr. Federico Musso.

SR. FEDERICO MUSSO (Presidente do CIEPI) - Bom dia a todos! Eu não tenho muita experiência nesse tipo de processo. Sou um empresário, não sou do legislativo; então, se alguma vez falar em primeira pessoa, quero deixar claro que estou falando em representação da nossa instituição.

Tivemos já três reuniões tratando a questão da CPI da Equatorial, consultando os diferentes associados à nossa instituição sobre o que eles acham sobre o fornecimento de energia da Equatorial.

Eu sou industrial também, tenho uma indústria de beneficiamento de trigo no município de Altos, no interior do Piauí, e quando fiquei sabendo da CPI que iria se iniciar, da Equatorial, fiquei até surpreendido porque, pelo menos no nosso setor, nas reuniões que tivemos no CIEPI, desde que a Equatorial assumiu a gestão, nós notamos uma melhora significativa no fornecimento de energia elétrica, não apenas na diminuição muito grande das quedas de energia, mas principalmente na qualidade da energia que a gente recebia. Na época da Eletrobras, além das quedas de energia que eram frequentes, diariamente tínhamos problemas, e sérios, de oscilação na qualidade de energia, o que gerava muitas vezes problemas nos nossos equipamentos. Desde que a Equatorial assumiu, parece que num passe de mágica esses problemas desapareceram. A gente está com uma qualidade de fornecimento de energia excelente, nossa fábrica trabalha à capacidade plena e nas vezes que tivemos algum inconveniente de falta de energia, a Equatorial sempre prestou assistência imediata. Então, quando levei esse assunto para ser tratado dentro da instituição, eu percebi que houve uma unanimidade entre os setores produtivos de que, realmente, o serviço da Equatorial trouxe melhorias significativas para o nosso setor. Como falei, diminuíram as quedas de energia e, principalmente, no fornecimento da qualidade da energia, nós não temos mais os problemas de oscilações que tínhamos antes da Equatorial.

Consequentemente, para confirmar essas informações, na última reunião do CIEPI convidamos as autoridades da Equatorial para explicar um pouco o que foi feito durante os últimos quatros anos e quais são os projetos para frente. Eles mostraram alguns números para a gente que são muito importantes, por exemplo: a questão de que uma empresa privada, nos quatro anos e meio de serviço para a população do Piauí, tenha feito investimentos de 50% da sua receita bruta. Eu acho que é um detalhe que a gente não pode deixar passar por alto (despercebido). Eu, sinceramente, não conheço empresa privada que faça investimentos de 50% da sua receita bruta; então, é uma situação que a gente precisa levar em consideração e outras coisas que a gente ressaltou constantemente entre os associados. Não podemos esquecer qual foi o ponto de partida da Equatorial: eles pegaram uma estrutura que estava totalmente sucateada e tiveram que, não apenas recuperar a infraestrutura que já estava instalada, mas, em alguns casos, substitui-la por instalações novas.

Tem muito para melhorar ainda, claro! Ainda têm situações que precisam ser melhoradas, mas precisamos entender que ninguém aqui tem uma chave mágica que, na hora que liga, muda 100% a situação e ainda mais numa estrutura que tinha anos de falta de investimentos, não apenas na época da Eletrobras, como também na época da CEPISA. Então, basicamente, a posição do CIEPI nessa CPI é esta: estamos contra essa posição do mau serviço da Equatorial, porque entendemos que é todo o contrário. Para o setor produtivo, a melhora foi significativa e entendemos que ainda haverá investimentos para continuar melhorando a qualidade de distribuição de energia elétrica no Piauí.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) – Já estão aqui presentes a deputada Simone Pereira, a deputada Gracinha Mão Santa, o deputado Gessivaldo Isaías e o nosso relator, deputado Nerinho.

Com a palavra, o deputado Gessivaldo.

SR. GESSIVALDO ISAÍAS (Republicanos) - Presidente, antes de formular a primeira pergunta, eu gostaria de saber do Sr. Federico há quanto tempo ele está à frente do CIEPI e há quanto tempo ele se encontra no Estado do Piauí.

SR. FEDERICO MUSSO (Presidente do CIEPI) - Eu estou à frente do CIEPI há um ano como presidente e há três anos anteriores como membro do

Conselho Fiscal. E no Piauí estou há quase nove anos já.

SR. GESSIVALDO ISAÍAS (Republicanos) - Sr. Federico, hoje, baseado nos fatos que você está nos relatando aqui na CPI da Assembleia Legislativa, a indústria do Estado do Piauí encontra-se contente com o serviço da Equatorial. Não existe nenhum gargalo para a indústria, à qual você hoje representa como presidente, em que a Equatorial deixou a desejar?

SR. FEDERICO MUSSO (Presidente do CIEPI) - É difícil falar de forma unânime, porque a gente tem que considerar as diferentes regiões do nosso estado. O que se pode falar é que, quando cheguei aqui no Piauí fazendo investimento em nosso empreendimento, quem estava ministrando a distribuição de energia elétrica era a Eletrobras e, naquele momento, uma coisa que me chamou muito a atenção era a precária qualidade da energia elétrica no Piauí, comparado por exemplo com a que a gente tem lá na Argentina. Hoje eu posso falar que a distribuição que a Equatorial oferece é melhor do que a que se recebe na Argentina. Ainda precisam ser feitos investimentos? Sim. Eu sou um dos principais impulsores de começar a desenvolver mais e atrair investimentos para a agroindústria no estado e, justamente, o setor do agro - setor em que se precisa de mais investimentos para melhorar a qualidade de distribuição da energia elétrica. É uma situação que foi colocada para o Hélio, diretor da Equatorial. Ele explicou para a gente que eles estão fazendo os investimentos, mas que existem algumas limitações da lei que limitam os investimentos que a Equatorial pode fazer, porque se fizerem investimentos além da capacidade do consumo da região que precisa ser atendida, quem paga esse custo é a população em geral. Então, eles precisam procurar um equilíbrio entre os investimentos para que, claramente, possam amortizar investimento com a demanda que está sendo solicitada e que não seja um custo adicional para a população geral do Piauí.

SR. GESSIVALDO ISAÍAS (Republicanos) - Presidente, uma última pergunta.

SR. PRESIDENTE (Evado Gomes - Solidariedade) - Pois não, deputado.

SR. GESSIVALDO ISAÍAS (Republicanos) - Quando a Equatorial fala que existe uma lei, o CIEPI procurou se inteirar do que essa lei a impede de fazer? Qual é a lei?

SR. FEDERICO MUSSO (Presidente do CIEPI) - Não, eu não tenho a lei. Eu sei que quem regula isso é a Aneel, mas o que foi explicado para a gente é que (a lei) não impede de fazer o investimento. Eles podem fazer investimentos, só que quando ultrapassa um percentual "x" da demanda que está sendo solicitada, quem acaba pagando esse investimento depois é a população. Então, aumenta a tarifa para a população no geral e a Equatorial justamente quer evitar isso, assim sempre tem procurado um equilíbrio entre os investimentos que são feitos.

O principal gargalo que temos nesse sentido é um abatedouro que está querendo ser instalado no sul do estado, que tem uma demanda muito grande em uma região que praticamente não tem infraestrutura e que seria apenas para o consumo deles. Pelo que a gente sabe da Equatorial, o investimento que é (inaudível) 120 milhões de reais, porém com esse marco regulatório da Aneel, a Equatorial poderia fazer um investimento de aproximadamente 35 milhões. Ainda faltam 85 milhões que ainda teriam que ver se a empresa privada faz o investimento, se o governo faz um investimento adicional pensando na (inaudível) essa empresa, ou se esse custo vai ser repartido pela população no geral - o que a Equatorial acha injusto e eu até concordo. Foi sugerido para essa empresa se deslocar para uma região mais próxima, onde já tenha fornecimento de energia para que esse investimento seja menor, mas por enquanto não chegamos a um entendimento. Sabemos que estão em discussão, procurando solução, mas é um gargalo que a gente sabe que existe atualmente.

SR. GESSIVALDO ISAÍAS (Republicanos) - Presidente, eu gostaria de deixar para a Comissão fazer uma análise, para que possa pedir (perguntar) à Equatorial qual a lei ligada diretamente ao investimento, que aumenta o valor da energia para a população. É só a título de sugestão, presidente.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Acatada a proposta. Antes da deputada Simone Pereira e da deputada Gracinha fazerem seus questionamentos, eu queria falar ao Sr. Musso que aqui esteve, na semana passada, o presidente da APROSOJA, que fez críticas duras à Equatorial, justamente porque eles encontram dificuldades para ter energia para as empresas funcionarem, existirem ali na região do sul do estado. Segundo o próprio, teve um frigorífico, uma outra empresa que infelizmente teve que ir para o Maranhão, porque aqui no Piauí a Equatorial não ofereceu suporte suficiente para essa empresa se instalar no estado. E V.S.ª. disse que houve um avanço muito grande da energia aqui no Piauí, pelo menos nos últimos anos ou no último ano, que proporcionou o fortalecimento da indústria aqui no estado. Então, quer dizer que o presidente que aqui esteve não está falando a verdade ou ele tem algo contra a Equatorial que chegou ao ponto de apresentar essa crítica tão forte? Eu queria saber o que V.S.ª. acha disso.

SR. FEDERICO MUSSO (Presidente do CIEPI) - Primeiramente, eu não posso falar do modo da pessoa, se faltou com a verdade ou não. Se realmente ele falou isso, ele tem seus motivos. Justamente como eu falei, o setor do agronegócio e principalmente o frigorífico são hoje os gargalos que a gente sabe que a Equatorial tem enquanto fornecimento de energia. Quando eu falei do frigorífico anteriormente, eu falei do agronegócio. Qual é o grande problema? A demanda da energia do agro é muito baixa. Nós temos tido armazenagem praticamente do agro que necessita de energia para seus silos de armazenagem e a demanda dos silos, de abastecimento de energia, é muito baixa. Como eu

explicava justamente agora, quando o investimento é muito maior do que a demanda que vai ser consumida na Equatorial, existe esse marco regulatório da Aneel em que parte desse investimento é repassado para a população. Por isso acho importante a posição do deputado solicitar e entender um pouco do que trata essa lei para encontrar um ponto de equilíbrio entre os investimentos que precisam ser feitos para o setor do agro e que isso não signifique um aumento da tarifa para a população no geral. Não sei se isso explica a pergunta.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Então, na sua opinião, as indústrias estão prontas e preparadas para se instalarem no Piauí, porque tem energia de qualidade?

SR. FEDERICO MUSSO (Presidente do CIEPI) – Sim. Nós temos que entender que a indústria no Piauí está praticamente centralizada hoje na capital. Nós temos os polos industriais na capital. O nosso governador está com planos de abrir novos polos industriais no interior do Piauí também, mas é claro que são regiões onde já têm distribuição de energia elétrica e nós já sabemos que existe qualidade. Então, para o setor industrial, sem dúvidas, há qualidade no fornecimento. A gente está com um projeto no CIEPI de uma fecularia, a gente está muito animado porque sabemos com tranquilidade de que nós temos um bom fornecimento de energia elétrica. Repito: (inaudível), onde o agronegócio precisa continuar crescendo ainda é necessário fazer investimentos. A Equatorial está ciente disso e está procurando alternativas para que isso não significa um aumento de custo para a população em geral.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Nós temos agora duas deputadas inscritas: a deputada Simone Pereira, depois a deputada Gracinha. As duas vão fazer seus questionamentos; logo após o senhor pode voltar a fazer as suas considerações.

Com a palavra a deputada Simone Pereira.

SRA. SIMONE PEREIRA (MDB) - Bom dia, senhor presidente, eu gostaria de agradecer a presença do Sr. Federico e do Sr. Jean. E o meu questionamento é um pouco parecido com o questionamento do nosso presidente, o deputado Evaldo Gomes. Primeiro, eu gostaria de saber, Sr. Federico, quantas indústrias compõem o CIEPI hoje.

SR. FEDERICO MUSSO (Presidente do CIEPI) - São 80 indústrias.

SRA. SIMONE PEREIRA (MDB) - Nós sabemos que o Estado do Piauí tem uma extensão territorial muito grande e por isso mesmo há uma diversidade também de realidades. Então, dentre essas mais de 80 indústrias que compõem o CIEPI, eu gostaria de saber se essas indústrias estão sediadas na grande Teresina ou se parte delas estão no sul do estado; e, independente da questão do agronegócio, mesmo outros setores, se essas indústrias estão sediadas no sul do nosso estado.

E assim, causa-nos estranheza porque as reclamações são muito voltadas para a má qualidade do serviço, pela falta de celeridade dentro das solicitações. As denúncias que são feitas, via de regra, a Equatorial não as atende. Existe também uma reclamação muito grande por parte do pessoal, porque os funcionários efetivos foram demitidos, então foi contratada uma mão de obra terceirizada e existe um fluxo de troca de funcionários muito grande - e isso dificulta, inclusive, no conhecimento da estrutura da empresa.

Então, eu gostaria de saber porque a realidade talvez da grande Teresina seja uma e a do restante do estado seja outra. Então, eu gostaria de saber se dessas mais de 80 indústrias que fazem parte do CIEPI, que compõem o CIEPI hoje, se elas estão instaladas apenas na grande Teresina.

SR. FEDERICO MUSSO (Presidente do CIEPI) - A grande maioria estão na grande Teresina. Sem dúvidas, como falei recentemente, a indústria do Piauí está centralizada na capital. Existem indústrias no interior também. Estamos no município de Altos; tem indústrias em Campo Maior, de cera da carnaúba; tem indústrias em Parnaíba; tem a Bunge no sul do estado, uma indústria muito grande que faz uso do serviço da Equatorial, não é associada a nossa empresa, mas sabemos que se a Bunge tivesse problema de fornecimento de energia, não teria nenhum problema de fechar as portas e ir embora.

Como falei, no cerrado é ainda um problema, é uma situação que a gente está em discussão com a Equatorial, não é uma coisa que eles estejam fazendo caso omisso, eles sabem quais são os investimentos que têm que ser feitos. Só que realmente a gente também precisa atrair investimentos para que o consumo no interior seja maior. Como eu falei, os silos de armazenagem do agro praticamente não consomem energia, então é muito difícil que com esse investimento se pague. Agora, o projeto que estou trabalhando no CIEPI que é atrair indústrias de agronegócios, similares ao da Bunge, viabilizaria muito mais os investimentos no sul do estado.

Uma das coisas que a Equatorial explicou é que muitas indústrias às vezes desejam se radicar, como no caso desse frigorífico, muito remotamente, aos polos habitacionais que têm no interior. Ou seja, é muito mais fácil uma indústria se instalar a 20 km de uma cidade do que se instalar a 150 km, onde não tem rede de distribuição e precisa ser feito investimento do zero, não sei se me explico. Mas o fato de que, como você falou, a realidade de Teresina é diferente do interior, não é um detalhe menor, porque a realidade de Teresina há quatro anos era péssima, era péssima - nós não tínhamos qualidade de fornecimento de energia. Hoje, nós temos qualidade no fornecimento de energia. E quanto à celeridade de atendimentos, eu posso falar pela realidade do setor industrial que eu represento: nós temos um relacionamento muito próximo com o Joaquim Milhomem, que é o gerente de atendimento dos clientes, e toda vez que temos um inconveniente ele nos dá atenção considerável. Na semana passada, uma fábrica de esquadrilhas de alumínio aqui de Teresina teve um problema no medidor, deu um curto-circuito e parou a fábrica. Eles me avisaram da situação e que já tinham aberto um protocolo; então,

me comuniquei com o Joaquim Milhomem e, com uma hora, já tinha uma equipe da Equatorial dando assistência e a fábrica voltou a funcionar.

Então, eu entendo que tem muito para ser feito ainda, sim. Nós, se contar (levarmos em conta) desde o ponto em que a Equatorial (assumiu) até a situação de hoje, nós não podemos falar que a Equatorial não está fazendo investimentos; nós não podemos falar que a Equatorial está dando uma qualidade de serviço ruim. Muito pelo contrário.

SRA. SIMONE PEREIRA (MDB) - Só para concluir os meus questionamentos, eu gostaria de saber se o CIEPI tem conhecimento de alguma indústria que teve a pretensão de se instalar no Piauí e desistiu em virtude dessa falta da infraestrutura, principalmente com relação à questão da energia elétrica.

SR. FEDERICO MUSSO (Presidente do CIEPI) - Dentro do CIEPI, indústrias que têm deixado o estado por falta do fornecimento de energia no período da Equatorial, nós não conhecemos.

SRA. SIMONE PEREIRA (MDB) - Ok. Obrigada, senhor presidente!

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Concedo a palavra à deputada Gracinha Mão Santa.

SRA. GRACINHA MÃO SANTA (PP) - Bom dia a todos!

Presidente Federico Musso, gostaríamos de esclarecer aqui alguns pontos, porque discordamos um pouco da visão do CIEPI quando vamos para a realidade. Primeiro, gostaríamos de solicitar os números das empresas que estão no relatório com essa satisfação entre pagamento e serviço. Então, queríamos algo oficial das indústrias instaladas porque pode estar na própria (inaudível) de Parnaíba, no Polo Industrial. A prefeitura de Parnaíba praticamente dá mais apoio do que a Equatorial, (digo) porque eu estava à frente da pasta de iluminação pública. Então, não condiz com os fatos reais; aqui eu lhe afirmo com total segurança. Então, precisamos saber das empresas.

Outro dado que eu acho um pouco estranho é a questão do próprio CIEPI em 2020, salvo engano, ter estimulado, ter feito uma campanha no Piauí para que as indústrias fossem para outros tipos de energia exatamente porque a Equatorial também não era tão satisfatória.

E eu queria que o senhor esclarecesse uma diferença. A FIEPI também se posicionou como indústria e eu vejo que muitas vezes há uma certa dificuldade de diferenciar as obrigações. Muitas vezes o CIEPI, como uma instituição, vê a relação, a prestação de serviços que (inaudível) em relação a ter um bom atendimento entre uma instituição que é forte, com um jurídico que também é forte e a concessionária; porém, eu não vejo isso quando alguém sozinho procura, primeiro, a parte de projetos - a autorização de projeto é altamente demorada em qualquer indústria. Eles não têm prazo e nem dão. Essa é uma das maiores reclamações que qualquer município tem em relação a novos investidores, ou seja, não atraem.

Outra coisa: não podemos comparar o nosso sistema com o da Argentina, porque o da Argentina também é muito falho. Então, uma comparação que eu acho que não pode haver, porque em relação à energia, lá é um dos lugares que mais tem apagão, que mais tem problema. Eu tenho pena de quem mora lá, vou muito a Buenos Aires. Lá não é referência e lá também não estimula as indústrias. Boa parte da energia é de concessionárias; nós aqui temos monopólio.

Qual o nosso problema aqui, tentando sintetizar e pedindo o seu apoio e ajuda nesse contexto? A gente entende que o relacionamento institucional até um ente a procurar a concessionária demorou, mas entendemos que é difícil para quem está investindo, como investidor e o senhor poderia nos fornecer dados mais reais, principalmente das regiões, até para sair mais um pouco da capital, porque a capital já é um problema, mas a capital está próxima dos entes para cobrança, então o jurídico acaba funcionando mais, acaba indo mais. O Piauí é muito longo e essa extensão atrapalha um pouco também. Mas para vermos o quê? Por que demoram tanto as respostas da Equatorial quanto a projetos de instalação, não só de indústrias? Todos os projetos devem seguir a engenharia, a indústria precisa do projeto de engenharia; então, é o primeiro passo das instalações. É demorado, não tem e se a indústria partir para outra energia, a Equatorial vai passar em média oito, nove meses para instalar, depois de você já ter bancado, o empresário já ter bancado essa parte de investidor.

Então, presidente Evaldo, até complementando a sua pergunta, porque às vezes quem é questionado não entende diretamente, mas acho que o senhor quis dizer a mesma coisa que nós. Não é só quem estatisticamente está lá que disse assim: "Eu não vim por isso", que não vai ter; nós não vamos ter esses dados. É de quem está desestimulado em pé de igualdade com o Maranhão, com o Ceará, porque no Maranhão eles estão com um índice de reclamação (maior) do que o próprio Piauí, que o sistema não está deixando a gente crescer e está dando dor de cabeça para os municípios e para os outros entes, porque acaba que você não tem a quem recorrer, é um monopólio. Aqui, mesmo que se use uma energia limpa, como se diz, outras energias, outras alternativas, a gente tem que ligar na rede da Equatorial, ela é a única.

Então, em se tratando de um monopólio, o que o senhor pode ver junto com as indústrias (em relação a) o que elas passaram de dificuldade no processo de implementação? Porque, por exemplo, no Polo Industrial de Parnaíba eu tive problema até para levar energia boa e eles pagaram muito tempo e foi muita luta com a Equatorial. (Eu sei) porque eu estava à frente da pasta.

Então assim: existem dificuldades reais e a gente queria também que os relatórios fossem reais e oficiais, presidente, e que as instituições que viessem... nem que déssemos um prazo, porque aqui é para ajudar, não é um punitivo para a Equatorial. Na verdade, a CPI foi instalada a pedido mesmo da população. Ela pede muito, tanto o consumidor direto, que é pessoa física, como (pessoa) jurídica, porque há

um mau serviço. Quando a gente fala do mau serviço, não é só ter energia e faltar, não; é o *feedback* de quando falta, o tempo, o prazo em cada região, as (inaudível) em si, para quem eles recorrem, as contas abusivas que às vezes as indústrias também não conseguem negociar diretamente. É todo um contexto para facilitar inclusive que novas indústrias queiram (vir para) o Piauí, que digam assim: "Não. Lá é tranquilo, a gente vai ter água, luz, infraestrutura, o básico e as isenções"; porque (assim) a gente atrairia até a indústria do turismo, saindo um pouco da indústria no sentido literal; porque é serviço, mas a gente costuma chamar 'indústria de turismo' porque, por trás disso, sempre tem outras indústrias. O Piauí crescendo não é uma situação que a gente vê na nossa prática. O senhor citou oitenta e poucas indústrias, mas se a gente for (considerar) pequena, média e grande, é bem mais que isso; porém, elas não conseguem sair do lugar e muitas vezes (estão) em lugares que não têm subestação, nem sequer para segurar energia de uma máquina a mais. E a Equatorial diz: "Ou você (inaudível) ou não fazemos".

Então, essa é a colaboração que pedimos dos senhores também, seria algo mais substancial, algo que possa melhorar, porque dizer assim: "Nós temos (bons) relacionamentos", eu também tenho muito bons (relacionamentos) com a Equatorial, mas é diferente. A gente como ente tem uma facilidade, se tem um jurídico acaba tendo uma resposta mais próxima (rápida), mas a gente quer saber, por exemplo: uma empresa X, nacional ou multinacional, quer investir no Piauí, na região dos cerrados ou na região norte ou em qualquer uma das nossas regiões, o que ela conta de fato com a Equatorial de celeridade, de investimento ou é tudo por conta da indústria? E o que a gente pode melhorar comparado ao nosso país? Porque senão a gente não compete com o país, a gente não vai atrair, a gente vai ficar fora.

SR. FEDERICO MUSSO (Diretor-presidente do CIEPI) - Sim, vou tentar atender (responder) as suas perguntas por partes. Quando eu falo como representante do CIEPI, eu falo pelos associados. Somos nós que falamos e nós não somos um ente regulador, não somos fiscais, não estamos passando um relatório técnico sobre isso; mas sim, eu posso na próxima reunião solicitar para os associados assinar uma carta onde eles reafirmam o que eu estou contando, o que eu vim falar em representação deles - sobre que nós notamos uma considerável melhora no fornecimento de energia, não é só (em relação a) a queda; a qualidade de energia também melhorou...

SRA. GRACINHA MÃO SANTA (PP) - Só uma coisa: e sugestões também que eles tenham, porque o momento é agora para melhorar a legislação e melhorar também algo que não esteja satisfatório, para que se tente com a Equatorial, que se regule no final da CPI.

SR. FEDERICO MUSSO (Diretor-presidente do CIEPI) - Sim, só para fazer um comentário sobre a questão da Argentina, que eu fiz um comentário que quando eu cheguei aqui o serviço da Equatorial era pior do que lá. Não que lá seja excelente; lá era ruim, (mas) aqui era péssimo. Hoje a Equatorial está melhor do que lá. Então assim, o que quero falar é que em quatro anos houve uma evolução considerável nos serviços deles. Volto a falar: na região norte, nós mesmos... eu sou industrial, eu sou usuário da alta tensão, eu moro no Piauí, eu sou também usuário doméstico, eu também desde a parte doméstica percebi a melhora no atendimento. Eu estava conversando com um colega aqui (o seguinte): na época da Eletrobras, quando faltava energia, tinha que ligar no 0800 e passava uma hora para um atendente responder. Hoje, a Equatorial tem um *call center* com mais de 1.500 atendentes, fora o atendimento pelo WhatsApp e pelo aplicativo, (ou seja), está muito mais simples a questão de abrir um chamado de reclamação para ser atendido.

Voltando à questão de indústrias e investimentos, nós mesmos estamos fazendo investimentos na ZPE e energia elétrica não é uma questão que nos preocupa. A gente recebe gargalos constantes de empresários sobre demoras muito mais voltadas para o serviço público, como (inaudível), como MAPA, como Corpo de Bombeiros, por exemplo, que demora às vezes três anos para executar nosso projeto - os Bombeiros. E com a Equatorial a gente realmente... nós mudamos há três anos, migramos do mercado cativo para o mercado livre de energia - a nossa empresa. Como você falou, em 2020 o CIEPI trouxe diferentes empresas e eu ainda continuo trazendo, mas não no sentido de que a Equatorial não me presta um serviço eficiente, (mas) no sentido de melhorar a eficiência nos processos internos, melhorar o consumo energético e contribuir para a sustentabilidade. Inclusive, a Equatorial mesmo tem uma empresa relativamente nova que faz investimentos em energia solar; então, não é uma coisa isolada. Dentro do CIEPI sempre trabalhamos em questões de eficiência energética e sustentabilidade e foi nesse sentido que a gente sugeriu aos empresários migrarem para um mercado livre de energia.

SRA. GRACINHA MÃO SANTA (PP) - Em qual prazo hoje vocês estão conseguindo autorizar um projeto energético novo e depois de instalado, com energia limpa, sustentável, (em quanto tempo) a Equatorial liga? Em média?

SR. FEDERICO MUSSO (Presidente do CIEPI) - Na migração que a gente teve (fez) há três anos, quando mudamos do mercado cativo para o mercado livre, demorou em torno de 30 dias, desde a instalação dos equipamentos, fiscalização e aprovação pela Equatorial.

SRA. GRACINHA MÃO SANTA (PP) - Isso em que região?

SR. FEDERICO MUSSO (Presidente do CIEPI) - Altos.

SRA. GRACINHA MÃO SANTA (PP) - Porque nas demais está demorando oito meses.

SR. FEDERICO MUSSO (Presidente da CIEPI) - Pois é, eu estou falando na região dos nossos associados. O Piauí tem aproximadamente 3.500 indústrias, só que são consideradas indústrias às vezes uma casa de farinha no interior e tal... que não é de

grande porte industrial. As empresas de grande porte industrial, a grande maioria, estão associadas ao nosso centro e eu vou trazer o relatório dos associados e a assinatura de quem está reafirmando a posição do CIEPI; mas, é uma realidade que todo mundo conhece: a indústria está centralizada nas grandes cidades do Piauí e não no interior. Isso tem muito a ver justamente porque a infraestrutura elétrica está mais desenvolvida nas grandes cidades. Não vai ter investimentos lá no interior, onde não mora ninguém, para se algum dia chegar uma indústria lá. Isso é um problema, um problema de muitos anos, a Equatorial está ciente disso. Só que assim: como falou o deputado, seria muito bom a gente entender melhor qual é esse marco regulador da Aneel, que fala que ela tem um "X" percentual de investimento da demanda que está sendo solicitada à Equatorial que pode fazer e o outro tem que ser repassado para o consumidor final. Se a gente não trata (sobre) isso, vai ser muito difícil, vamos estar criticando apenas a Equatorial, quando de repente o problema está no regulamento da Aneel. Entendeu?

SRA. GRACINHA MÃO SANTA (PP) - Tem também que ter a transparência, o contrato tem que ser melhorado nisso. Não é, presidente Evaldo? Porque eles não têm essa prestação de contas, nem esse percentual não está definido quando foi feita a concessão com o estado, por isso que tem muito problema.

SR. FEDERICO MUSSO (Presidente do CIEPI) - Mas assim, desde o (a partir do) que a gente vê como empresário, como industrial e o que todo mundo comenta, a gente vê os investimentos da Equatorial. Eu viajo todo dia para Altos e vejo que estão trocando toda a fiação por outra que é muito mais eficiente, que dá menos problema, que tem menos perda de energia na ponta; então, tudo isso conta. Só que são investimentos que demoram muito tempo e são muito altos. Como eu falei, a Equatorial apresentou para a gente a relação de investimentos e investiu 50% da receita bruta - é muito dinheiro, para quem tem empresa sabe que é muito difícil ter uma empresa privada que faça um investimento de 50% da sua receita bruta, e mesmo que existam investimentos maiores, uma das coisas que falava o presidente da Equatorial, tem a questão de falta de mão de obra qualificada. Como você falou, a Equatorial precisou contratar terceirizados, demitiu alguns funcionários que eles entendiam que já estavam sem a eficiência que eles precisavam; mas quem tem empresa no Piauí sabe o problema de mão de obra qualificada. Eu sou industrial e um dos gargalos que a gente sempre reclama é que precisamos especializar mais a mão de obra no setor industrial. Eu tenho conversado com o (inaudível), que é quem está à frente do SENAI, e os cursos eletromecânicos, por exemplo, que têm no SENAI hoje, são muito mais voltados para interações residenciais ou para oficina de moto e de carro; não tem eletromecânico de porte industrial. Então, se nós temos esse problema, a Equatorial como uma empresa privada também tem. Então, infelizmente isso demora muito, sabemos que a Equatorial agora abriu a escola técnica para eletricistas, é um início para uma mudança, mas sabemos que um eletricista não se forma de um dia para outro.

Então, a gente tem que entender também qual é a infraestrutura do Piauí no geral e quais são as limitantes que a Equatorial tem para conseguir avançar na velocidade que a gente gostaria. Afinal, o que estamos tratando é disso: gostaríamos de que a transformação fosse muito mais rápida do que está sendo feita, agora precisamos entender quais são essas limitantes.

SRA. GRACINHA MÃO SANTA (PP) - Na verdade é porque como ela é monopólio... As necessidades do monopólio, quando têm, não é só para o grande, ele vem desde daquela gambiarra que está alí atrapalhando o autossustento até o grande, e isso é o que é complexo no nosso Piauí. A gente viu bons relacionamentos em alguns locais, em algumas áreas, mas a gente vê um retrocesso enorme em outras e como não tem tanto retorno econômico, o normal dos monopólios é não se interessarem.

SR. FEDERICO MUSSO (Presidente do CIEPI) - Retrocesso comparado com a Eletrobras ou não têm avanços em outros setores?

SRA. GRACINHA MÃO SANTA (PP) - É porque a Eletrobras hoje, que não é mais a Eletrobras, é a Equatorial, é a única concessionária. Então, ela é um monopólio. Se o pequeno precisa tirar uma gambiarra ou você precisa de uma indústria fora da ZPE, em uma outra área de loteamento, em área até próxima, aí você já não vai ter o mesmo tratamento. Por que? Porque ela vai escolher pelo critério unicamente de lucro.

E o investimento, que a gente questiona também... Já é um dado bom que o senhor deu e poderia ser oficial, sobre ela ter aplicado esses 50% da receita em investimento. Onde? Por que? E como foi dividido? É essa a preocupação quando a gente trata do Piauí (como um) todo e você tem que tratar de todas as peças, tanto do consumidor pessoa física, como do consumidor (pessoa) jurídica e, principalmente, do que vai crescer (desenvolver) o Piauí. Agora a colaboração que a gente queria de vocês teria que ser oficialmente.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Deputada, me permita. Eu gostaria que V.Sª. pudesse concluir sua fala, (pois) ainda temos aqui outro depoente.

Deputado Nerinho faz a pergunta, ele responde e a gente conclui o depoimento do Sr. Federico.

SR. NERINHO (PT) - Eu vou ser bem objetivo aqui. Você falou no seu depoimento que a Equatorial investiu 50% do seu...

SR. FEDERICO MUSSO (Presidente do CIEPI) - Da sua receita bruta, segundo informações repassadas pela Equatorial.

SR. NERINHO (PT) - Então, só para constatar, eu queria que a nossa assessoria pedisse esse documento. E hoje, qual o percentual nos distritos industriais daqui de Teresina que são associados: 70%, 80%, 90%? Daqui de Teresina, norte e sul.

SR. FEDERICO MUSSO (Presidente do CIEPI) - Do distrito industrial, no norte tem apenas

um, que é a **GRÃO**, que não é associada, (inaudível) nacional, que não tem vínculo nem público, nem privado com nenhuma instituição. No polo sul, aproximadamente, 70% das indústrias.

SR. GESSIVALDO ISAÍAS (REPUBLICANOS) - Senhor presidente.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Pois não, deputado.

SR. GESSIVALDO ISAÍAS (REPUBLICANOS) - Senhor Federico, o senhor tem algum vínculo, direta ou indiretamente, com a Equatorial?

SR. FEDERICO MUSSO (Presidente do CIEPI) - Não, nenhum.

SR. GESSIVALDO ISAÍAS (REPUBLICANOS) - O senhor não tem vínculo, o senhor não é sócio; mas eu gostaria que essa Comissão procurasse depois averiguar qualquer situação de vínculo do depoente com a Equatorial.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Seguindo a pergunta dele, para complementar, a Equatorial repassa, faz algum repasse financeiro ao CIEPI?

SR. FEDERICO MUSSO (Presidente do CIEPI) - Não, nenhum.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Nenhum valor mensal?

SR. FEDERICO MUSSO (Presidente do CIEPI) - Não, nenhum.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - As outras indústrias fazem esse repasse?

SR. FEDERICO MUSSO (Presidente do CIEPI) - Não, não pelo menos no meu conhecimento, a nossa associação.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Bom, então a gente não tem mais nada a tratar. Só agradecemos ao depoente pelo depoimento. A gente pediria, inclusive, ao depoente que pudesse, se possível, mandar um documento por escrito assinado pelas indústrias apresentando esse relatório que você apresentou aqui na sua fala, dizendo que, para as indústrias, o serviço da Equatorial está bom, evoluiu e que tem contemplado as zonas industriais do Piauí.

SR. FEDERICO MUSSO (Presidente do CIEPI) - Sim, (inaudível) esse documento. E só para encerrar a minha fala e tentar tirar qualquer tipo de dúvida que possa gerar o meu depoimento: o interesse do CIEPI nesta questão da CPI da Equatorial, vem atrás da (tem a ver com a) preocupação de que essa CPI possa gerar a saída da Equatorial do Piauí e voltarmos à péssima distribuição de energia que tivemos anteriormente. Tem a ver com isso.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Bom, então a gente agradece ao depoente. Teremos agora aqui o segundo depoente, que é o Sr. Jean Cantalice, na qualidade de presidente da APISOLAR, a Associação Piauiense das Empresas de Energia Solar. Ele terá o mesmo critério do primeiro depoente. Ele já assinou o Termo de Compromisso. Depois da sua fala de 15 minutos, se ele achar necessário esse tempo, passarei a fala para os deputados.

Com a palavra o Sr. Jean.

SR. JEAN CANTALICE (presidente da APISOLAR - depoente) - Bom dia a todos! Bom dia, presidente! Agradeço aqui o convite. E bom dia a todos os deputados aqui presentes. A nossa participação aqui na CPI é para trazer alguns dados e esclarecer um pouco dessa realidade.

A APISOLAR é uma entidade criada em 2018. No Piauí temos catalogados 204 empresários associados. A gente circunda o Piauí inteiro e outros estados também. Eu gostaria de passar aqui alguns dados que seriam importantes, (já) que a gente vai falar do nosso estado. Hoje o Piauí ocupa o *ranking* nacional de geração de energia solar e está enquadrado no 17° lugar - e isso eu falo das duas gerações que hoje o nosso estado tem que é a geração centralizada e a geração distribuída. Teresina é a 5ª capital de toda a federação que também mais investe em energia solar. A gente tem trazido para o Piauí muitos investimentos e a grande maioria é privado.

A gente estima, através dos observatórios da energia, que ao final de 2023 sejam investidos no Piauí 384 milhões de reais. Esse dinheiro não é público, é dinheiro de investidores e lógico que para que esse dinheiro entre aqui no nosso estado, em material, seja transformado em mão de obra e produza toda aquela cadeia que provavelmente a gente já tenha, a gente precisa de uma qualidade dos serviços da concessionária.

Então, têm alguns pontos que eu gostaria de trazer aqui e que também já foram relatados pela deputada Gracinha. Quando você protocola um projeto na Equatorial, você espera que ela analise em tempo hábil. O tempo não é dela; o tempo é da Aneel. Nesses últimos anos a gente vem travando algumas audiências com a Equatorial. Ela está mudando a plataforma dela, é uma plataforma totalmente web, e durante esses últimos anos têm melhorado isso; mas não está a contento, os atrasos continuam. Então, se eu hoje eu vou investir... Eu sou um pequeno, um médio ou um grande investidor e vou investir em energia solar, o tempo ultrapassa os 30, 60 dias de análise. O parecer de acesso, que é o parecer que dá a aprovação daquele projeto, também tem demorado, tem ultrapassado o seu tempo de análise. E aí, eu compartilhando aqui com o amigo Federico, eu não sei para onde estão indo esses investimentos que a Equatorial faz. Porque assim: a gente está precisando de mão de obra, primeiro, na análise dos projetos; segundo, saindo dessa análise, a gente precisa da aprovação desses projetos e; terceiro, a gente precisa dos serviços. Por que? O cliente - residencial, comercial, industrial e o agro - precisa ter o retorno do seu investimento e ele quer para agora. Então, a qualidade do serviço dela - e eu falo do serviço de mão de obra externa - está precária. Ela não está atendendo.

Na capital, você consegue que a Equatorial mande uma unidade móvel em três, quatro dias. Lá no agro, e aí a gente fala do (inaudível), de todo o cerrado piauiense, dura em torno de 60, 90 dias para uma

unidade ir lá fazer essa visita. "Ah, você vai falar sobre custos"! Lógico, a gente precisa realmente aplicar muito bem esses custos e dentro desses diálogos realizados entre a APISOLAR e a Equatorial, ela realmente tem mostrado que o atendimento tem melhorado. Não existe só mais um 0800, mas o atendimento virtual tem melhorado; porém, a qualidade das empresas terceirizadas que a Equatorial coloca à disposição da sociedade é ruim. Isso eu falo porque são pessoas desqualificadas.

Além disso, trazemos alguns casos também de pequenos incêndios que estão acontecendo. A Equatorial está fazendo a substituição de medidores e esses medidores não são fiscalizados. Então, têm ocorrido incêndios e isso é muito perigoso. Quando ela faz a substituição do medidor, ela também está trazendo um prejuízo porque ela leva mais de 15 a 20 dias para trocar aquele medidor. O gerador hoje fotovoltaico precisa estar conectado 24 horas. Então, a gente está trazendo aqui esses dados (e pergunta): como é que 384 milhões, estimados pelo observatório, vão entrar no Piauí e não tem uma qualidade, conforme nós esperamos da concessionária?

Foi aqui relatado também sobre as leis. Hoje a gente é regido pela Lei 14.300. Então, o que acontece? Dentro desse espaço de tempo, a Lei 14.300 em seu texto disse que vamos taxar o sol - eu estou tentando ser aqui o menos técnico possível para o entendimento de todos. É que nesses serviços que a Equatorial está realizando na baixa tensão - a gente fala do fio B, aquele fio que passa bem na porta da sua casa - serão aplicados 15% para que ela retire daquela geração fotovoltaica e sejam ressarcidos esses serviços, mas a gente não está conseguindo enxergar isso. Então, o que acontece? A partir de 2022 começou todo esse processo, chegamos a 2023 e a gente está precisando - compartilhando aí com todos os deputados - de um esclarecimento maior dela na aplicação desses recursos, o que ela realmente tem investido no estado. A gente está trazendo investimentos para o estado, isso eu falo de pessoas comuns, pessoas físicas, como também de pessoas jurídicas, mas a gente precisa que ela realmente otimize os seus serviços. E infelizmente, ela não tem passado a aplicabilidade desses recursos que ela tem desenvolvido dentro da própria empresa.

E fico aberto aqui a perguntas.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - SOLIDARIEDADE) - Pois não, deputado Gessivaldo.

SR. GESSIVALDO ISAÍAS (REPUBLICANOS) - Nós sabemos que a energia solar é uma energia limpa e que isso no Brasil tem crescido muito. Eu gostaria de saber aqui do nosso depoente se já teve alguma recusa de demanda por falta de capacidade técnica da rede de distribuição da empresa Equatorial. Se já foi feita uma solicitação e teve essa recusa.

SR. JEAN CANTALICE (Presidente da APISOLAR) - Deputado, na verdade, não existe recusa. Nós ficamos à mercê de aguardar os serviços dela.

Então, quando qualquer investidor - pessoa física ou pessoa jurídica - ou as miniusinas de geração centralizadas, que também precisam da Equatorial, vem para cá se instalar, a gente fica à mercê, ao tempo dela, esperando que ela se manifeste. Então, baseado nisso, quando um investidor novo vem se instalar no Piauí sabe dessas problemáticas... A gente já teve casos de empresas que saíram do Piauí e foram se instalar em outros estados, até porque o mesmo sol que tem aqui no Piauí, tem no nordeste inteiro. A gente não pode achar que o melhor sol seria só aqui no Piauí, não. Você vai aqui no Maranhão tem a mesma proporcionalidade que no nosso Ceará, ou no nosso Piauí. Isso eu falo em termos de Nordeste.

Essa problemática da falta dos serviços atrapalha demais.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - SDD) Quantas empresas no Piauí hoje usam energia solar? E qual o número hoje de pessoas físicas, se você sabe responder, que também têm como instrumento a energia solar? E se dentro desse número de empresas que hoje têm energia solar, há (empresas com) problemas com a Equatorial?

SR. JEAN CANTALICE (Presidente da APISOLAR) - Bom, o número de pessoas físicas e jurídicas eu não tenho como contabilizar aqui, passar esse dado. Quando a gente tem um dado como esse, é um dado já da Aneel e aí a gente engloba e coloca todos eles como geradores fotovoltaicos. Certo?

Então, os dados que nós temos são da Aneel. Só o Piauí está catalogado com 360 megawatts. Um megawatt atende 400 casas, então por aí você tira. 360 megawatts vezes 400 casas; então, dá para você ter uma noção. Quanto é que o senhor abarcaria em número de residências?

Qual foi a outra pergunta presidente?

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Quantas empresas têm hoje instaladas o sistema de energia solar?

SR. JEAN CANTALICE (Presidente da APISOLAR) - É como eu falei anteriormente, não tenho como estimar. Só tenho como mostrar para V.Exa. que existe um número real de todos os geradores fotovoltaicos - isso inclui pessoa física e pessoa jurídica.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Ok. Tem algum outro deputado inscrito que queira fazer seus questionamentos, suas perguntas?

Concedo a palavra à deputada Gracinha Mão Santa.

SRA. GRACINHA MÃO SANTA (PP) - Sr. Jean Cantalice, exatamente o que o senhor expôs é o que sentimos principalmente quando vemos os (em relação aos) fotovoltaicos, só que passou a ser taxado. Então, era para melhorar, no meu ponto de vista, porque quando você é taxado, você usa a rede da Equatorial, ela recebe, porque vocês não têm como não distribuir pela rede e foi taxado desde, salvo engano, no ano passado, no Piauí. E pelo que eu converso com muitos investidores, inclusive na região norte, muitos investidores novos, inclusive pessoas físicas também,

engenheiros, a maior dificuldade que eles têm é exatamente essa que o senhor falou: demora. (Por isso), há uma desistência, porque quando você demora, você perde o cliente, até os que já estão instalados perdem totalmente a vontade de estar aqui instalado. As empresas de fora, de estados vizinhos, como por exemplo Maranhão e Ceará, que são bem próximos da região da planície, suas sedes etsão lá e estão avançando muito, no litoral também. Isso mostra o quê? A falta do atrativo; não estão vendo o porquê de investir em (inaudível) das demoras serem igual e não terem nenhuma vantagem.

Então, nós queríamos do senhor também que pegasse, se possível, sugestões para que todo esse... porque a fotovoltaica está muito... e é crescente e eu acho que isso aí será cada vez mais. (Isso) inclui um pouquinho o investimento, porque temos que ver também **a indústria livre**. Também vou citar aqui um caso: Macapá. (Lá) nós temos várias indústrias que chamamos indústria de camarão e que precisam de geradores - elas não sobrevivem sem ter geradores antigos, modelos antigos, ou ter fotovoltaicos - e falta luz direto, que é o terror, porque falta oxigênio e (os camarões) morrem. Você perde tudo o que você tem.

Então, acho que tudo o que vocês puderem (fornecer) de forma bem objetiva (n)um relatório oficial de todos os que, conforme o ditado popular, o sapato aperta, e o que nós podemos fazer comparado ao demais estados vizinhos, inclusive o Maranhão, porque não justifica a mesma Equatorial tratar de uma forma o Maranhão e de uma outra forma o Piauí. Acho que assim vocês estariam ajudando muito a chegarmos ao final de uma CPI com uma normatização melhor para um serviço de qualidade, o que eu acho que todos nós aqui estamos tentando chegar (conseguir) de uma forma ou de outra, desde o consumidor. E quanto aos investimentos, como o senhor falou, pois esses investimentos, presidente, preocupam-me muito porque eles falam números, realmente, mas a gente não consegue vê-los. Nem no município, quando tem a prestação de contas daquela Covip dividida, que é por setores, a gente não consegue ver o porquê da escolha, o porquê daquele percentual ser aplicado em X região ou em X segmento. Se vocês pudessem nos ajudar nisso, porque eu acho que nós iríamos chegar junto com cada categoria tendo algo melhor depois dessa CPI.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Eu queria saber se existe outro questionamento, outra pergunta por parte dos nossos deputados?

O deputado Nerinho quer fazer uma pergunta e logo após o depoente poderá responder e encerrar o seu depoimento.

Concedo a palavra ao deputado Nerinho.

SR. NERINHO (PT) - Pode ser primeiro o deputado Gessivaldo Isaías.

GESSIVALDO ISAÍAS (REPUBLICANOS) - Eu gostaria de saber do nosso amigo Jean se a demora da Equatorial para instalar extensões tem impactado negativamente nas empresas, vamos dizer, nas pessoas jurídicas e físicas? Você instala lá a energia solar, há uma demora grande e aí consequentemente outros consumidores podem se desestimular em instalar suas empresas ou trazer as empresas. Vocês têm notado impacto financeiro em relação às empresas por conta dessa demora da Equatorial nesse *feedback* com vocês e a energia solar?

SR. JEAN CATALICE (Presidente da APISOLAR) - Deputado, isso é como se fosse um (inaudível) cheio de pólvora, porque tem dois problemas também que eu gostaria de compartilhar aqui. Além desses incêndios ocasionados pelos medidores, existe erro de leitura e também existe a não injeção dos créditos gerados por aquele gerador fotovoltaico - isso faz com que a gente não consiga enxergar na conta os créditos gerados. Então, tanto a pessoa física quanto a pessoa jurídica precisam da informação tanto na conta, no atendimento *on-line*, quanto no 0800, para que realmente a gente precise ver o retorno do nosso investimento. Então, isso realmente tem impactado no mercado.

A gente tem procurado esclarecer aos nossos clientes e ao consumidor que a proposta que a gente tem trazido é de dialogar, de provocar, de buscar junto à Equatorial que ela procure melhorar isso. Quando a informação chega a você de forma rápida e consciente... (Por exemplo), eu acabei de fazer um retorno (investimento), deputado, em trinta dias eu preciso saber se esse negócio está dando certo; você está lidando é com meu dinheiro. Então assim, o investimento que eu tenho (faço), que é privado e que é pessoal, eu preciso ter um retorno e que o serviço seja realmente de qualidade.

Voltando aqui para falar da deputada Gracinha: hoje, com os geradores fotovoltaicos, nós ajudamos na qualidade da energia que hoje está na baixa tensão, na média tensão e na alta tensão. Então, esse número crescente de geradores fotovoltaicos ajuda na qualidade sim de energia, mas a gente precisa do serviço de manutenção dela, que é isso o que eu estou mostrando aí para o senhor, que não está a contento, o serviço está péssimo, já chegou de forma péssima. E (sobre) o atendimento junto ao cliente, a gente coloca aqui de uma forma bem agressiva que está realmente deixando a desejar para o cliente, seja ele pequeno, médio ou grande.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - SDD) - Deputado Nerinho.

SR. NERINHO (PT) - Bom, em primeiro lugar aqui agradecer, pois estamos caminhando para o final dessa reunião. Agradecer ao Federico e ao Jean. A nossa CPI também já está mais próxima ao final. Eu tenho algumas perguntas aqui e nós queríamos que vocês nos respondessem por escrito, mandassem um e-mail para a nossa assessoria, que seria interessante.

Eu queria assim saber do Jean o seguinte: eu tenho um exemplo, eu sempre digo aqui do meu irmão lá em Picos que colocou energia solar na chácara de minha mãe. Ele fez o projeto, pegou o dinheiro no banco. O projeto está pronto desde dezembro. A Equatorial primeiro disse que ia liberar... Foi feito tudo adequadamente para análise, aprovado, ficou pronto em dezembro. A Equatorial mandou dizer que em

fevereiro ligaria. Em fevereiro disse que foi ligar, mas que o transformador da frente não tinha capacidade para fazer a ligação, para comportar aquela carga; então botou para abril, botou para maio, agora já está em junho. Ele pegou o dinheiro no banco e já está começando a pagar as prestações - e é porque não é uma empresa, é particular, para a casa dele, da minha mãe, de meu pai. Então, ele está pagando o dinheiro do banco e ainda pagando a energia. Vocês têm alguma dimensão do percentual desses casos em que a pessoa fica em média até três, quatro, cinco meses pagando duas contas: a do banco e a da Equatorial?

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - SDD) – Só para reforçar a pergunta do deputado Nerinho, eu queria fazer só uma pergunta: qual seria a nota que o senhor daria para a Equatorial, no que diz respeito ao relacionamento de vocês com a empresa, de 1 a 10?

SR. JEAN CATALICE (Presidente da APISOLAR) - De um a 10? Cinco.

Bom, respondendo à pergunta do deputado Nerinho, casos como esse não temos como contabilizar. Além de serem inúmeros casos, inúmeros relatos, a demora nessa situação de ela ir lá fazer a melhoria da rede e a aumentar o tráfego, aumentar o transformador para atender o cliente, realmente, quando chega nesse ponto que vai afetar o orçamento dela, ela costuma protelar. Então, são inúmeros casos; a gente não tem como contabilizar, a gente só recebe as reclamações. Agora calcular em percentual o prejuízo... É lógico que é um prejuízo. Você faz um investimento, além de já pagar uma prestação que você nem queria pagar, ainda continuar a pagar a conta da Equatorial... Então, você arrumou uma conta para você e você quer o abatimento daquela (outra) conta realmente no final do mês.

SR. NERINHO (PT) - Só para finalizar aqui, vocês são uma associação e com certeza vocês se comunicam com todo o Brasil, entram em contato com outras associações.

SR. JEAN CANTALICE (Presidente da APISOLAR) - Nós somos também representantes da ABGD, que é a Associação Brasileira de Geração Distribuída.

SR. NERINHO (PT) - Em termo gerais, a Equatorial, onde ela atua? Acho que ela atua aqui no Maranhão, se não me engano...

SR. JEAN CANTALICE (Presidente da APISOLAR) - Em quatro estados.

SR. NERINHO (PT) - Vocês sentem que a reclamação (desses estados) é do mesmo nível que o Piauí ou o Piauí está um pouco melhor, está abaixo ou é geral?

SR. JEAN CANTALICE (Presidente da APISOLAR) - A realidade desses estados maiores, como o Maranhão e o Pará, é totalmente diferente daqui do Piauí. Maranhão está ok, a gente considera aqui que seria...

SR. NERINHO (PT) - A nota do Maranhão?

SR. JEAN CANTALICE (Presidente da APISOLAR) - Sete ou oito. Pará, três. Piauí, cinco. Os outros eu não tenho (conheço) essa realidade.

SR. NERINHO (PT) - Pronto. Então, só para finalizar, a sua conclusão é que a mão de obra dos terceirizados é o grande gargalo que prejudica na grande maioria das vezes, sem falar nos investimentos, pois quando chega no investimento maior, barra.

SR. JEAN CANTALICE (Presidente da APISOLAR) - Eu não posso sair daqui dessa CPI e dizer que a Equatorial só tem problema. Ela tem qualidade, ela tem mostrado e tem trazido qualidade em seus investimentos.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Mas, a nota cinco é ruim para quem fazia uma prova e tinha que tirar média de sete.

SR. JEAN CANTALICE (Presidente da APISOLAR) - Ela tem que fazer a recuperação, ter a oportunidade de se defender e trabalhar.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Nota cinco é muito ruim. Quando eu estudava, se eu tirasse cinco meu pai...

SR. NERINHO (PT) - No meu tempo ainda era cinco, viu?

SR. JEAN CANTALICE (Presidente da APISOLAR) - Tem que trabalhar para tirar sete ou oito.

SRA. GRACINHA MÃO SANTA (PP) - Ele está indicando o reforço.

SR. JEAN CANTALICE (Presidente da APISOLAR) - A gente tem que dar a oportunidade da ampla defesa; então eles têm que se defender e ter o tempo de regularizar aquele problema.

Para finalizar e encerrar aqui minha fala, eu só queria dizer que não é só problemática que ela tem. Ela precisa realmente ter meios... A gente vai voltar a bater nessa tecla sobre as empresas terceirizadas. Ela tem gente muito boa, muito qualificada para isso e esses investimentos também têm trazido pessoas de fora para cá, para que elas também possam trazer e compartilhar com a gente. Então, eu não posso só chegar aqui à CPI e, como posso dizer, bater na costela dela e dizer que ela é ruim. Não! Ela tem feito seu trabalho; mas ela também precisa melhorar em determinados setores.

Obrigado!

SR. NERINHO (PT) - Eu queria aqui agradecer e dizer que nós vamos lhe passar... A Marcela deve lhe passar as perguntas via *e-mail*, você pode respondê-las via *e-mail*, com a maior celeridade possível, dos dois. Penso que o nosso presidente quer encerrar essa CPI até o período que a gente sair das férias, ou seja, o nosso relatório tem que estar pronto até o dia 15 de julho, no máximo. Então, eu queria que vocês no prazo máximo de 10 dias, se possível, nos mandassem as informações. Ok?

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - SD) - Bom, nós estamos concluindo. Como nós temos aqui cinco deputados da CPI, (quero compartilhar que) um advogado chamado Dr. Alexandre nos procurou e apresentou alguns argumentos para que pudesse dar um depoimento. Eu queria saber dos senhores que estão aqui: a gente aceitaria o depoimento desse Dr. Alexandre na próxima quarta-feira, juntamente com o Zé da Cruz, que foi aprovado na última reunião?

Pronto, então na próxima quarta nós já teremos o Dr. Alexandre, que é um advogado que milita nas causas principalmente no que diz respeito à Equatorial, e o líder comunitário Zé da Cruz.

Eu queria só agradecer também aos dois depoentes pela participação, pela contribuição. Ficaremos aqui abertos, inclusive, para receber esse relatório de vocês por escrito. O relatório de vocês é importante para o nosso relatório final e a gente pretende concluir essa CPI, no mais tardar, no início do mês de julho. Esperamos que vocês possam, o mais breve possível, além dessas perguntas, contribuir com essa CPI com alguma outra informação que possa haver. A gente agradeceria.

No mais, não tendo mais outro depoente, a gente declara encerrada essa reunião.

REGISTROS TAQUIGRÁFICOS DA OITAVA OITIVA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA VIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, REALIZADA NO DIA QUATORZE DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.

COMISSÃO: Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)
TEMA: Investigar fato determinado, com período certo, com a finalidade de atender aos interesses da população piauiense, relativos ao fornecimento de energia da Equatorial-Piauí.
PROPONENTE: Deputado Evaldo Gomes
COMPONENTES
PRESIDENTE: Deputado Evaldo Gomes
RELATOR: Deputado Nerinho
MEMBROS EFETIVOS: Deputada Simone Pereira, deputada Gracinha Mão Santa, deputado Hélio Isaías.
SUPLENTES: Deputado Rubens Vieira, deputado Ziza Carvalho, deputado Wilson Brandão.
DEPUTADOS PRESENTES: Deputada Simone Pereira, deputado Gessivaldo Isaías, deputada Gracinha Mão Santa, deputada Elisângela Moura.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Bom dia a todos e a todas! Nós temos, hoje, a oitava oitiva de testemunhas da CPI da Equatorial.

É um projeto de requerimento inicial de nº 95/2023, formado por este deputado Evaldo Gomes e outros deputados desta Casa. O objetivo é apurar a má prestação de serviço prestado pela empresa Equatorial tanto na capital, quanto nos municípios do Piauí.

Os membros titulares: eu, o presidente; relator, deputado Nerinho; demais membros, deputada Simone Pereira, deputada Gracinha Mão Santa, deputado Gessivaldo Isaías, deputado Ziza Carvalho e deputado Wilson Brandão.

Hoje, nós teremos dois convidados: o advogado Alessandro Magno e o José da Cruz, presidente da Associação de Moradores e Conselhos Comunitários.

Eu peço a assessoria para que o primeiro depoente, Dr. Alexandre Magno, assinasse o documento, com o termo de compromisso.

Já assinado, Dr. Alexandre, Vossa Senhoria tem tempo de 15 minutos, se assim julgar necessário e depois terá as perguntas feitas aqui pelos deputados presentes aqui na reunião.

Com a palavra Vossa Senhoria.

SR. ALESSANDRO MAGNO (Advogado) - Em primeiro lugar bom dia a todos! Aproveito a oportunidade para cumprimentar Vossas Excelências e agradecer a convocação. Compareço aqui com o intuito de enriquecer com algumas informações, alguns detalhes, o que esta CPI já tem arrecadado e me coloco à disposição de Vossas Excelências para responder os questionamentos que me forem feitos e que eu souber retornar a resposta. É só isso deputado.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - A documentação de Vossa Senhoria foi entregue aqui na CPI? Você entregou algum documento?

SR. ALESSANDRO MAGNO (Advogado) - Não, eu trouxe aqui alguma documentação até que eu vou precisar no decorrer das inquisições analisar, mas posso entregá-las.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - É possível Vossa Senhoria relatar, pelo menos, de forma resumida o documento?

SR. ALESSANDRO MAGNO (Advogado) - O que tenho aqui? Sim, é possível.

Excelências, eu sou advogado há mais de 20 anos e no decorrer da minha labuta diária, deparo-me vez ou outra com clientes que me procuram com problemas com a Equatorial. E problemas de vários tipos, mas uma das coisas que me chamou muita atenção foi um evento ocorrido no Réveillon, ou na virada do Ano de 2020 para 2021, em que houve uma forte chuva em Teresina, um evento climático realmente atípico, esse evento foi atípico, fortes chuvas, descargas elétricas e tudo. E houve a interrupção do fornecimento de energia em várias regiões da cidade. E na época, a Equatorial levou pelo menos 72 horas para restabelecer, ou para sanar todas as ocorrências que foram então registradas. E isso gerou uma fiscalização da Aneel para apurar o que tinha ocorrido nesse evento. Essa fiscalização gerou um relatório, o relatório de fiscalização nº 5/2021 da SISE, que é a Superintendência de Fiscalização dos Serviços Elétricos — e esse relatório trouxe à tona não só dificuldades, vamos dizer assim, ou problemas da Equatorial para o evento em si, como demonstrou que nos anos anteriores a Equatorial não fornecera um serviço adequado à população piauiense. O relatório é um tanto quanto extenso, tem alguns gráficos, algumas informações adicionais, mas traz muitas informações importantes. Por exemplo, o limitador em regulatórios DEC e FEC, eram, e eu acredito que ainda são constantemente descumpridos pela Aneel. O que são DEC e o FEC? DEC é o tempo de interrupção de

energia, do fornecimento de energia por unidade consumidora e FEC é a frequência com que essas interrupções ocorrem durante o ano. A Aneel fixa limites regulatórios. E aqui neste relatório consta que dos dez conjuntos de atendimento da Equatorial em Teresina, por exemplo, dos dez conjuntos, na janela de fevereiro de 2020 até janeiro de 2021, salvo engano, eu destaquei aqui, dos nove conjuntos que atendem a capital, nove deles extrapolaram o limite regulatório do DEC e oito, extrapolaram o limite regulatório do FEC. E por aí vai, uma série de inconsistências, de problemas que não são sanados. Nas inspeções que a própria Equatorial realizara àquela época, se constatou diversos defeitos nas linhas de transmissão, nas subestações e que não eram sanados, ou eram sanados a destempo, fora do prazo. Problemas classificados como P-1, que são problemas graves, que colocam em risco o próprio sistema, colocam em risco a vida das pessoas, colocam em risco o meio ambiente. Eram simplesmente, a meu ver, pelo que está no relatório da Aneel, não sou eu que digo, é a Aneel que diz, eram simplesmente negligenciados. Quando a Equatorial tomava providência, em regra, o fazia fora do prazo; quando não sequer regularizava o problema. Mas voltando para a questão do evento de 2020, há uma série de situações que chamam atenção, é o caso, por exemplo, a energia nesse período faltou no dia 31, foi interrompido o fornecimento no dia 31 de dezembro, por volta das 19 horas. A Equatorial informa, pelo menos, em vários processos que eu patrocino, que ela sanou todos os problemas, todas as ocorrências até o dia 3. Foi sanando e no dia 3 havia sanado todas as ocorrências registradas.

Notem bem, mais de 91 mil unidades consumidoras foram afetadas só em Teresina, só em Teresina. E isso que se tem retirando dos registros que a Equatorial informou para a Aneel. Creio que esse número deva ser bem maior, até por que houve uma dificuldade de comunicação dos consumidores com a Equatorial e da própria Equatorial internamente. Mas vejam só: no dia 31 de dezembro, a Equatorial aumentou o número de equipes de atendimento emergencial em 26%, só que houve um aumento de ocorrência de 95%. Então é totalmente desproporcional, totalmente desproporcional. Mas nos dias 4 e 5 de janeiro, quando, segundo ela, já havia sanado todas as ocorrências e houve uma diminuição do número de reclamações em 40%, ela aumentou o número de equipes de atendimento emergencial. Ou seja, ela fez tudo ao contrário do que deveria fazer.

Há muitas informações aqui e eu acho que talvez eu até canse V. Exas. com elas, mas no final do relatório a Aneel diz o seguinte: a fiscalização teve como objetivo avaliar o desempenho da Equatorial/Piauí e o atendimento as ocorrências emergenciais dos dias 31/12/2020 a 03/01/2021, na capital Teresina. Na análise efetuada, as seguintes fragilidades — a Aneel classifica como fragilidades — foram detectadas: violação dos limites do indicador — ela chama Dec, alguns outros chamam Dic, do indicador Dec para nove dos dez conjuntos que atendem a capital Teresina, conjuntos que eles chamam aqui são as subestações, subestação Marquês, subestação Satélite, são estes conjuntos. Do mesmo modo, a distribuidora descumpre os limites do indicador FEC para sete, mas na verdade são oito, eu olhei a tabela aqui, dos dez conjuntos. Então, ela viola os dois indicadores na maioria dos conjuntos de atendimento de distribuição de energia elétrica, só em Teresina. Isso aqui eu estou falando sobre evento específico, que é o que eu tenho documentado. Deve existir outros relatórios desse tipo, aos quais eu não tive acesso. Eu tive acesso a esse. A Aneel diz mais, dificuldade da distribuidora, ou seja, da Equatorial, em atuar tempestivamente para solucionar o ao menos atenuar as consequências do evento. Nesse sentido, mais de 60% das unidades consumidoras com interrupção de fornecimento em eventos foram restabelecidas após 24 h. E aqui há um detalhe, a resolução da Aneel que vigorava a época, se não me engano, Resolução 414, alguma coisa assim, hoje a resolução 1000/2022, ela estabelece taxativamente no artigo 176 que o prazo máximo e ininterrupto para que a distribuidora, qualquer distribuidora, não só a Equatorial, mas qualquer uma distribuidora, restabelecesse o fornecimento de energia no prazo máximo e ininterrupto de quatro horas.

Mas vamos adiante: deficiência no planejamento e alocação de equipes em localidades adequadas da concessão. É o que eu fale a V.Exas. há pouco, quando mais se teve ocorrências registradas nesse período, menos equipes foram disponibilizadas; quando houve diminuição das ocorrências, aumentaram o número de equipes. Foi uma, digamos assim, uma inversão totalmente desproporcional. E ainda assim, quando houve aumento de equipes para atendimento das ocorrências de emergência, esse aumento andou muito longe, percentualmente, do aumento do número de ocorrências. O aumento da equipe foi do patamar de 26% e número de ocorrências registradas 95% a mais. Então, jamais conseguiriam sanar os problemas no prazo devido. E eles sabiam que o evento ocorreria, porque segundo eu tenho registrado em ata de audiências, das quais eu participei, os prepostos da Equatorial são categóricos em afirmar que a empresa faz acompanhamentos climatológicos. Então ela sabia das consequências desse evento, ou das consequências que esse evento poderia trazer. Tem mais: falha na correção intempestiva de defeitos detectados nos alimentadores de média tensão, ramais de baixa tensão, subestações e linha de distribuição. E esse ponto aqui, Excelências, a falha não é apenas num período desse evento que eu estou falando; a falha vem desde de 2018, desde quando ela se tornou uma concessionária definitiva de energia elétrica. E é interessante que em alguns pontos, em 2020 ela conseguiu piorar em relação a 2018/2019. É o que diz esse relatório, é a Aneel que está dizendo, não sou eu. Eu estou extraindo essas informações daqui desse relatório.

E por fim, ela diz: dificuldade em realizar o atendimento e a comunicação adequada com os consumidores. E isso é uma realidade que permanece até hoje. Eu recebi ontem, por WhatsApp, a mensagem

de uma pessoa, minha vizinha de bairro, ela teve o fornecimento de energia suspenso por inadimplência, ela estava devendo a Equatorial. Então, a Equatorial foi lá e realizou o corte. Ela desesperada, porque tem família, filhos pequenos, foi a Equatorial e negociou o débito; pagou 20% do valor que era devido e parcelado o restante, salve engano, em seis ou sete parcelas, não lembro bem. Isso no dia 6 de junho de 2023. Agora, semana passada, ela negociou e pediu a religação. Eu tenho aqui os protocolos que ela me mandou. Lá, na Equatorial informaram que em 24 horas uma equipe compareceria para realizar a religação. Para os Senhores terem uma ideia, acho que dia 06 foi terça-feira, se não me engano, a energia dela veio ser religada no domingo, meio-dia, porque ela, através de amizades com alguém que trabalha na Equatorial, procurou um amigo e outro, até que um cristão abençoado pediu que uma que estava lá próximo do bairro Matadouro fosse até a casa dela. Porque segundo os atendentes do plantão, não havia nenhum registro, nenhum pedido de religação para a unidade consumidora dela. Então, a energia dela só foi religada através de amizade. Eu tenho um áudio dela aqui. Nesse período no dia 6 até o domingo, que foi dia 11, ela fez um registro de uma, duas, três, quatro, cinco seis, sete, oito, nove reclamações nesse período, ela reclamou nove vezes. Eu tenho aqui os registros que ela me mandou, os números, pedindo que a Equatorial fosse religar a energia dela. E a Equatorial nunca foi. E ela ligou uma, duas, três, quatro, cinco vezes para Ouvidoria e nem isso resolveu, nem isso resolveu.

Então, Excelências, eu não tenho dúvida, a mim não resta nenhuma dúvida. Tenho esse relatório, entrego, passo as mãos do presidente, seria muito interessante incorporar ao que tiver já realizado, a análise profunda desse relatório interessante, tem muita coisa que pode ser extraída daqui. Isso aqui que eu estou dando é um exemplo da falta de comunicação e de atendimento da Equatorial. E há mais coisas. Eu moro no conjunto Acarape desde de 1982. E eu venho ultimamente enfrentando, eu não, todos enfrentando um verdadeiro tormento no que diz respeito a prestação de serviço da Equatorial. A última vez que eu sofri esse tormento com minha família, foi na madrugada de sábado para domingo, entre as três da manhã e as cinco da manhã houve interrupções sucessivas de energia, interrupções e voltas. Aí quando volta, volta aquela tensão lá em cima. Eu imagino que mais ou menos entre 15 e 20 vezes. O resultado disso para mim, é que queimou minha geladeira e meu freezer. Para mim, eu não sei dos outros vizinhos. E isso para mim não é novidade, porque a minha vizinha que mora na frente da minha casa, em agosto de 2022, reclamou a Equatorial das oscilações de tensão, dessas quedas e subidas de tensão. A Equatorial realizou um procedimento lá, que foi a verificação de tensão por 168 horas. O que que ocorre nesse período? Eles vão lá instalam um aparelho na saída do poste de distribuição e esse aparelho passa 168 horas medindo a tensão que sai da rede para casa da pessoa, ou seja, sete dias. Quando terminaram essa verificação — eles expediram esse documento aqui. É uma cópia, eu tenho o original. Nesse documento, eles dizem o seguinte: em atenção a reclamação registrada na data tal, foi executada a verificação da tensão em atendimento a sua instalação, por um período de 168 horas; sendo constatado que a tensão está fora da faixa adequada, conforme os limites fixados pelo módulo 8 Prodist da Aneel. Prodist é um procedimento de fornecimento de energia fixado pela Aneel, e que a distribuidora tem que observar. De igual módulo foi realizado uma inspeção no trecho — aí já não foi mais só para ela — no trecho da rede de distribuição que atende a mesma, sendo constatado a necessidade de manutenção na rede e, ou obra de melhoria. Que eu tenha conhecimento, até hoje isso não aconteceu. Resultado da medição: Eu particularmente considero isso um absurdo!— Eu não sou técnico da área de energia elétrica, mas só pelos números, eu considero isso um absurdo. — Período de medição 19 de julho de 2022 a 26 de julho de 2022. Tensão de referência, 220 Volts, que é aquele que nós usamos. Aí, ele colocam aqui um quadrinho, uma espécie de uma tabela. DRP. O que é DRP? (É a duração reativa de transgressão da tensão precária.) O limite máximo permitido de oscilação é de 3%; mas nesse período de verificação variou 21, 53%. Tem a outra variante a DRC que é a transgressão da tensão crítica. O limite máximo que pode ser atingido é 0,5%. E a própria Equatorial está dizendo aqui que atingiu o incrível patamar de 23.31%.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – SDD) - Quero comunicar que o tempo de 15 minutos já estourou. Eu queria ver a possibilidade que Vossa Senhoria pudesse concluir.

SR. ALESSANDRO MAGNO (Advogado) - Então são essas situações. Vossa Excelência me dê só mais um minuto, que eu tenho um fato aqui interessante, que eu vou falar rapidamente, Vossas Excelências podem me questionar, O que eu souber, eu respondo.

Eu tenho três processos judiciais movidos contra a Agespisa, em face de que a Agespisa. Por que eu achei interessante trazer isso aqui? O município de Conceição do Canindé, sudeste do estado, perto de Simplício Mendes, no ano passado entre setembro e outubro passou, se não me engano, entre 15 e 20 dias sem água, até as aulas escolares foram suspensas. Fui procurado por algumas pessoas, ingressei com as ações judiciais e a Agespisa diz, em todas elas aqui,

que a falta d'água não é culpa dela, a falta d'água ocorre pela defeito da prestação do serviço de energia elétrica, em todos os casos ela diz isso. E eu não consigo entender, Excelência, como é que a Equatorial quer melhorar o Sistema de Distribuição no Piauí, se quando se move um processo judicial contra ela e o juiz de primeiro grau, no Juizado, condena a Equatorial em dois mil reais, de danos morais, ela paga, só para recorrer, R$ 3.151,98. E no final das contas, quando vem a correção juros e honorários de advogado, ela deixou de pagar dois mil para resolver o problema e pagou R$ 6.158,74. Isso para mim é jogar dinheiro fora. Eu não sou administrador, não sou

matemático, não sou executivo de grande empresa. Esse aqui é só um caso, eu tenho vários, eu tenho outros aqui de condenação de dois mil, que ela recorreu R$ 4.200,00 só para recorrer. Não era mais barato ter pago? Então, Excelência, são dados que eu vou trazendo aqui. Outra, vizinhos lá que, doutor, que pedem à Equatorial, por escrito, que se realize esse mesmo procedimento, que foi feito lá com outros vizinhos, detectou que a tensão está fora de faixa e, eles devem fazer e não fazem, porque se fizerem e constatar eles tem que ressarcir o consumidor. Isso foi feito, doutor, protocolado no dia 25 de novembro. A Equatorial nunca fez, está aqui. E assim, com essas informações, tem mais coisas, mas aí eu me coloco à disposição de Vossas Excelências e agradeço o tempo dispensado.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – SDD) - Pronto, a gente abre agora para os deputados.

Com a palavra deputado Wilson Brandão e depois o deputado Gessilvado Isaías.

Só lembrar a Vossa Senhoria que pode sim fazer os questionamentos diante das perguntas dos deputados.

Com a palavra o deputado Wilson Brandão.

SR. WILSON BRANDÃO (PP) - Senhor presidente, deputado Evaldo Gomes, Sra. deputada Simone, deputado Gessivaldo, deputado Doutor Hélio estava aqui também, Dr. Alessandro Magno, que o nosso depoente hoje. As palavras de Vossa Senhoria são similares e equivalentes à de outros depoentes aqui em reuniões passadas, que já está levando esta Comissão Parlamentar de Inquérito a concluir que o grande problema da Equatorial pode se resumir, primeiro na ganância pelo lucro e, em segundo, na estrutura que ela desmontou quando recebeu a empresa da Eletrobras, que foi a grande demissão em massa que aconteceu na empresa, e com a recontratação de pessoal, às vezes, ou na sua grande maioria, capacitados, mas mal remunerados. E isso é exatamente o resultado do que está acontecendo, segundo relata Vossa Senhoria e outros que estiveram aqui, o péssimo serviço que está sendo fornecido pela concessionária.

O DEC e FEC que Vossa Senhoria falou e o DIC e FIC, existem os quatro, o DIC é o individual, duração individual e o DEC é o equivalente a média. Eles realmente são índices que a Equatorial está a desejar, muito a desejar. A prova está nesse exame que Vossa Senhoria deu de três dias de drama que as famílias enfrentaram nesse Réveillon de 2020 para 2021. Vossa Senhoria imagina no interior do estado, que nós deputados reconhecemos bem, que as equipes trabalham esgotadas, literalmente esgotadas, humanamente esgotadas, porque são poucas para uma demanda extraordinária, principalmente no período de inverno. Então, a Equatorial tem que, urgentemente, se conscientizar que ela é concessionária de um serviço essencial, que é energia elétrica, que dela dependem hospitais, famílias, as crianças, pacientes, comércios, as indústrias, a Agespisa, como em Conceição do Canindé, relatado por Vossa Senhoria, e que atende obrigatoriamente. E essa CPI vai dizer isso no seu relatório final, de melhorar substancialmente a qualidade do seu serviço apresentada ao povo do Piauí. Não adianta ter só a concessão, tem que prestar bem os serviços. Então, eu acho que Vossa Senhoria traz aqui dados importantes, esse relatório é importantíssimo para enriquecer o relatório da nossa comissão. E eu encerro perguntando a Vossa Senhoria: dentre os processos que existem no escritório coordenado, acompanhado da sua propriedade de Advocacia, eles estão andando na justiça, são apenas na justiça especial, ou vão também para a 1ª Instância e param? E a Equatorial sempre resolve, ou não resolve? Ela é resolutiva ou não é resolutiva? Qual que tem sido o andamento judicial dessas questões no escritório de Vossa Senhoria?

Muito obrigado!

SR. ALESSANDRO MAGNO (Advogado) - Obrigado pela pergunta! Excelência, os processos que eu patrono estão em andamento ainda. No início quando eu comecei a dar entrada nesses processos que tratam desses eventos específicos de 2020 para 2021, eu consegui no início sentença de procedência em alguns deles. Depois houve uma mudança no entendimento, não sei por qual razão, mas tem lá seus fundamentos, e esses processos estão agora, alguns, em fase de recurso. Mas neles também, eu gostaria só de acrescentar isso, o que aconteceu? As condenações nas sentenças são de dois mil reais e a Equatorial quando recorreu, recolheu R$ 4.131,00 só do preparo recursal. Poderia ter pago os dois mil, mas atirar com a pólvora alheia é fácil. Eu gasto os quatro mil, se a decisão não for revertida, eu vou pagar os dois mil também, corrigidos, e ainda o horário de sucumbência, como e o caso que eu citei que é lá de Batalha, que a pessoa passou 20 dias sem energia. A Equatorial foi condenada em dois mil, recolheu R$ 3.151,98 de custas recursais e foi condenada em honorários e no final teve que pagar R$ 6.158.74. Ela poderia ter economizado num processo desse recursos R$ 4.158.74.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - O Senhor sabe dizer o porquê ela (Equatorial) faz isso?

SR. ALESSANDRO MAGNO (Advogado) - Eu já procurei entender a razão disso, a lógica. Talvez o Osvaldo Sousa não entendesse. Eu não consigo entender! Porque se eu fosse administrador de uma empresa, eu não faria isso, jamais! Se eu posso resolver um problema com dois mil, por que eu vou gastar seis mil ou sete mil? Por que eu não pego esses cinco mil excedentes, e aplico e invisto na empresa? Eu não vou tentar resolver os problemas para evitar que outras ocorrências aconteçam? Eu não o porquê. Ontem eu tive a curiosidade, deputado, de olhar no sistema PJE, que é o Processo Judicial Eletrônico. Existiam ontem até as 16h15, 25.550 processos em que a Equatorial figura como parte. Não estou dizendo que ela é requerida em todos eles; mas que ela figura como parte, a maioria como requerida. No município de Batalha me chamou atenção, porque não é um caso

isolado, é regra, 20 dias, 12 dias, 26 dias, 14 dias ininterruptos sem energia. O Ministério Público notificou uma pessoa em União para que ela prestasse informações, agora, essa semana, um radialista, um blogueiro. Problema de energia em União, um povoado lá que os postes são de madeira, os cabos de tensão estão no chão, não tem energia e, por aí vai e nunca vai se resolver. Se a conduta da Equatorial for todo tempo esta de gastar por gastar, não vai se resolver nunca. É preciso se ter respeito com a população. A Equatorial já chama monopólio natural na distribuição de energia. Não tem outra empresa, não tem outra opção. Eu quero contratar a empresa tal, não tem; ou eu cedo a Equatorial, ou não tem energia. E no interior, pior ainda; porque se não tiver energia não tem nem água. Eu sinceramente não entendo, deputado, a razão desse agir da Equatorial. Não entendo.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Concedo a palavra ao deputado Gessivaldo Isaías.

SR. GESSIVALDO ISAÍAS (PR) - Senhor presidente Evaldo, cumprimento os deputados Wilson Brandão, deputada Simone, deputado Doutor Hélio.

O que nós temos observado ao longo dessa CPI é, na verdade, o desrespeito ao consumidor, o desrespeito aos cidadãos piauienses com relação à empresa Equatorial. Nós sabemos e aqui ouvimos que um dos grandes problemas, Dr. Alessandro, que V.Exa. falou aqui, o *feedback* do consumidor com a Equatorial e o segundo seria a (falta de) eficácia em resolver o problema que está sendo ocasionado. Nós sabemos que existem, em todos os lugares existem, se tiver um fenômeno natural, como V.Exa. falou, nós vamos ter grandes demandas, mas a empresa tem que estar preparada para esses acontecimentos, até porque ela detecta antes do acontecimento, ela já sabe mais ou menos o que pode acontecer. Até eu como leigo, deputado Evaldo, sei que se vier uma chuva forte, no próprio cenário já vemos que amanhã pode ocorrer forte chuva e já prepara as equipes para o que possa acontecer. Mas, visando somente o lucro, qualquer empresa, qualquer empresário tem que ter lucro, senão ele vai quebrar, mas assim exacerbadamente como acredito que é o caso da Equatorial, em que ela deixa de pagar dois mil para pagar seis no final de uma causa, então demonstra, não digo nem a insensatez dela, mas demonstra irresponsabilidade dela.

Então, o que eu gostaria de saber do Dr. Alessandro: os casos, quando vão para a justiça, como eles estão sendo tratados judicialmente em relação ao próprio jurídico? E se estão tendo soluções, se às vezes o senhor tem perdido grandes questões, se tem obtido êxito, não digo com a sua pessoa, mas para o consumidor, e se a Equatorial, mesmo com essas respostas obtidas em relação aos resultados dos seus questionamentos na justiça, ela tem melhorado ou continua pior?

SR. ALESSANDRO MAGNO (Advogado) - Vou começar a lhe responder pelo final.

Na minha visão ela tem piorado, tem piorado. E quanto ao atendimento nessas causas judiciais, em regra, dependendo do tema tratado— porque não é só isso, não é só a questão da falta de energia em si — o consumidor tem sido atendido pelo Poder Judiciário, em regra. — Vejo muitas ações, não só minhas, de outros colegas, um colega que tem muita ação e eu acho que talvez mais de mil ações contra a Equatorial é o Dr. Ricardo Wilton. Por exemplo, aqueles termos de ocorrência de inspeções, a Equatorial vai lá, e fez isso com a minha mãe — esse é um exemplo que eu tenho dentro da minha família. Minha mãe é uma senhora de 72 anos de idade, teve câncer e a Equatorial exigiu que ela colocasse a caixa do medidor na externa (externamente), no muro. Ela fez toda composição lá, a Equatorial colocou um medidor novo e tirou aquele medidor velho que estava lá desde 1982 e levou. — Quando minha mãe menos espera, chega uma notificação de que eles haviam encontrado uma irregularidade naquele medidor velho, e que ela tinha que pagar tanto a título de recuperação de energia.

Meu irmão também foi vítima disso, eu tenho clientes vítimas disso que, inclusive, foram presos, levados para o Greco. Acho que tem um convênio, não sei se isso é formalizado, o que é, ou tinha um convênio da Equatorial com o Greco, que a Equatorial chegava com a polícia na porta da pessoa e levava. O Instituto de Criminalística mandava o perito ir lá para fazer o laudo provisório. Eu tenho uma causa criminal dessas aqui, audiência está marcada para o ano que vem. Então, além dos absurdos que praticam, ainda levam o cidadão a vexame.

Eu sou sincero a V. Exa, eu tenho medo até de trocar uma lâmpada, eu tenho medo de energia, não é medo da Equatorial, eu tenho medo de mexer com energia, eu chamo alguém para fazer. Um leigo não sabe chegar lá no contador e meter a chave e esculhambar o contador lá dentro, ele não tem essa capacidade; mas acontece demais o Judiciário trata bem os processo. Em regra, quando há realmente o ato ilícito, o Judiciário julga procedente as demandas; quando julga improcedente, cabe a mim e aos outros colegas que têm ações recorrerem, espernearem, enfim, buscar o direito do cliente. Mas o que a Equatorial faz, deputado, para mim é um dos maiores exemplos de absurdo, de desrespeito, de afronte à lei, à Constituição e, em especial, à população. Imagine um cidadão no interior de Batalha, um idoso, doente, às vezes cadeirante, um enfermo passar vinte dias sem energia. Essa Senhora, se V. Exa me permitir, deputado Evaldo, eu passo o áudio dela aqui. Posso colocar aqui no fone? Não sei se vai dar para captar.

ÁUDIO (Consumidora Sra. Verônica): "*Oi, boa tarde! Meu nome é Verônica e eu venho aqui para falar do que aconteceu aqui em casa em relação à Equatorial Piauí. Na terça-feira, dia seis, suspenderam a minha energia por volta do meio-dia, às duas da tarde eu já estava lá, fiz uma renegociação, paguei o valor que é os 20%, me deram 24 horas de prazo para virem religar a minha energia, isso no dia sete. E aí, passadas as 24 horas, não vieram. Iniciamos um processo de uma tentativa de virem ligar. Foram inúmeras, inúmeras as vezes que nós*

ligamos: eu, meu esposo, minha irmã. Ficamos no escuro, estragaram as nossas coisas, quebraram... Assim, tivemos dias mesmos difíceis aqui em casa. Meu filho doente, minha geladeira ficou sem nada, porque na quinta-feira era feriado e eles não vieram, na sexta-feira não vieram. Isso entrando em conversa com outras pessoas que trabalham na Equatorial, numa tentativa de virem até minha casa, e uma amiga que trabalha lá disse que o meu nome não estava sequer no sistema. Eu não sei que sistema é esse que eles colocam o nome da pessoa para virem religar. Então, passou quarta, quinta, sexta, sábado e só no domingo meio-dia, no dia 11, foi que, eu conversando com uma amiga minha, o esposo dela trabalha lá e ele pediu uma equipe que viesse até minha casa. Quando o rapaz chegou, ele disse assim: "O que está mesmo acontecendo aqui?". Quer dizer, nem eles sabiam da situação. E olhe que eu já estava sem um pingo de paciência, sabe? Eu já estava assim... o tanto de coisa que estava faltando na minha casa, eu tendo que dormir na casa da minha mãe com os meus filhos, meu esposo, nessa quentura. Meu vizinho tentou nos ajudar com a energia dele, mas não deu certo. Foi horrível, foi foram dias muito difíceis".

Então, Excelências, eu não acredito, não creio que nós devamos naturalizar o que não é natural, tomar por certo o que é errado, transigir... não se pode transigir com situações desse tipo: A Equatorial é obrigada por lei a prestar um serviço adequado, continuo e eficaz. Todos nós sabemos — isso é fato público e notório —que ela não o faz. Então, Excelências, é preciso que se diga, que se dê um basta nisso, um basta. A população piauiense já foi muito massacrada.

SR. GESSIVALDO (PR) - Deputado Evaldo, eu (inaudível) a resposta dele, mas eu gostaria de pedir a essa Comissão que oficialize ao Greco para saber como é feita essa utilidade do Greco junto à Equatorial. Eu gostaria que oficializasse e essa resposta poderia vir por escrito.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gome - PT) - Pois não, deputado. Está acatado. Acredito que a deputada Simone também concorde e está acatada a sugestão de V.Exa.

Com a palavra a deputada Simone.

SRA. SIMONE PEREIRA (MDB) - Bom dia, senhor presidente! Bom dia, amigo deputado! Bom dia, Dr. Alessandro! Inicialmente, agradeço pela sua disponibilidade de estar aqui conosco e dizer que é bastante enriquecedor esse seu relatório. Eu ia, inclusive, fazer a proposta que o nosso colega deputado Gessivaldo fez, de conversar com o Greco para ter ciência de como, de fato, isso é feito e da legalidade disso, se existe amparo legal para esse tipo de situação. O que podemos constatar ao longo dessas oitivas que nós temos feito aqui é o fato de que grandes consumidores, pessoas que têm grandes empresas e indústrias não têm tido muito o que reclamar da Equatorial, enquanto que o consumidor pequeno, de fato, fica num processo de exclusão muito sério. Então, fica muito claro para nós que estamos aqui nessa Comissão, nessa CPI, que de fato a Equatorial visa apenas o lucro - ela trata bem quem dá o retorno financeiro, mas a grande maioria da população fica à margem desse sistema. E esse relatório seu veio endossar tudo isso, mas eu gostaria ainda só de fazer uma pergunta: algumas pessoas comentaram que a Equatorial não cumpre algumas decisões judiciais, inclusive liminares. Ela descumpre, ela passa vista grossa em cima de algumas determinações judiciais. Eu gostaria de saber do senhor, como operador do direito, como uma pessoa que está envolvida no dia a dia com situações como essas, se o senhor tem conhecimento desses descumprimentos por parte da Equatorial?

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – PT) - Eu pediria que V.SAS. fosse breve na resposta devido nós termos um outro depoente.

SR. ALESSANDRO MAGNO (Depoente) - Deputada, em casos que eu patrocino, eu não tenho conhecimento de descumprimento, certo? Eu não tenho esse conhecimento, mas como V.Exa. falou, já ouvi de alguns colegas relatarem situações de liminares ou mesmo decisões terminativas no que há uma recalcitrância da Equatorial no cumprimento naquele prazo estipulado judicialmente ou coisa do tipo, mas em casos meus eu não constatei ainda.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – PT) - Não temos nenhum outro deputado para fazer perguntas e questionamentos ao depoente. A gente queria só agradecer ao Dr. Alessandro Magno pela sua contribuição. A CPI está aberta, caso V.SAS. tenha outras informações, outros relatos além do que V.SAS. fez aqui, você pode inclusive encaminhar para a CPI; mas, de já, queria lhe agradecer pela sua colaboração aqui nessa Comissão.

SR. ALESSANDRO MAGNO (Depoente) - Deputado, eu aproveito também para agradecer a convocação, agradecer às perguntas e a oportunidade. Eu vim aqui, como disse no início, com a intenção de ajudar e colaborar. Não há nenhum instinto meu no sentido de confrontar com a Equatorial, não. Eu trouxe aqui fatos, notórios e incontroversos. Agradeço o convite, a oportunidade. Estou sempre à disposição.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Obrigado, Doutor.

E nós estamos agora com o presidente da Associação de Moradores e Conselhos Comunitários, José da Cruz. O José da Cruz já assinou o termo de compromisso.

Vossa Senhoria tem quinze minutos para fazer o seu relato sobre o tema abordado e temos os deputados para fazer perguntas e questionamentos.

Com a palavra, o Sr. José da Cruz.

SR. JOSÉ DA CRUZ (Presidente da Associação de Moradores e Conselhos Comunitários) - Bom dia, deputado Evaldo! Bom dia, deputado pastor Gessivaldo! Bom dia, deputada Simone e demais senhores! Diria que, como eu havia confundido a data, eu vim na quarta-feira passada e quando eu cheguei aqui eu vi um senhor representando um conglomerado de empresas. Eu o vi exaltando tanto a Equatorial que eu achei que ele fosse um representante da Equatorial,

deputado. Mas, eu vi que era um cara que estava representando um conglomerado de empresas.

O que o Dr. Alessandro disse aqui é público e notório, e eu não retiro nenhuma palavra. Cheguei um pouco atrasado na palavra dele, mas eu vi que tudo isso é verdade e quero complementar algumas coisas. A Equatorial tem realmente desrespeitado. Você vê um cara que tem um escritório de advocacia, que tem condições de se defender juridicamente, com essa enxovalhada de ações. Você imagina a pessoa que mora na periferia, deputada, a pessoa mais pobre, a pessoa que precisa da Equatorial. Uma pessoa está me mandando aqui uma negociação que a Equatorial é assim — falar em grosso modo: você recebe um talão de 1.500,00 reais, deputado, na sua casa; aí você vai à Equatorial reclamar, deputada, aí eles baixam para 400, 300, 350. Inclusive, eu tenho na justiça ações judiciais contra a Equatorial que nunca andou. Eles desrespeitam, cortam a energia, fazem e acontecem.

Outra coisa que eu queria chamar à atenção dos deputados é a negociação. Quando a Equatorial assumiu, ela assumiu os ativos e os passivos; e aí as comunidades de Teresina, as pessoas mais humildes têm uma conta muito grande a pagar. Vocês imaginam um pai de família assalariado, que ganha um salário-mínimo, pagar uma conta de 60 mil para a Equatorial? Nunca vai acontecer, nunca vai conseguir, porque é muito. A gente tem uma quantidade de talão muito grande. A Equatorial faz o seguinte: uma senhora que é aposentada tem uma conta de 59 mil. E o que acontece? Eles dão, você dá seis mil de entrada e fica 60 prestações de 900 reais. Onde é que uma senhora que ganha 1.300 reais vai ter condições de pagar um talão? E como eles estão fazendo esse desligamento programado, já estão começando, eu imagino como é que vai ser o corte de energia, do fornecimento para a periferia.

Eu acho, deputados, que V.Exas. deveriam ouvir mais as comunidades, trazer aqui para a Assembleia e ouvir o povo, realmente o povo que tem a quantidade de talões. Nós temos mais de 50 ações da Equatorial, sem falar — não sei se o Dr. falou aqui — no preço. Se você for ver o preço pelo qual a Equatorial compra a energia e o preço pelo qual ela vende, meu amigo, eu acho que nem o tráfico ganha tanto. Então, assim eu imagino que é isso, se você for analisar a Equatorial está desse jeito. Eu estou com uma conta aqui de uma senhora — eu até citei aqui o exemplo — que ela não tem. É impossível ela pagar uma conta de 60 mil reais. Não tem condição. E como é que vai fazer com ela? Ela vai ficar sem energia? Como disse bem o deputado Wilson Brandão, que não está mais aqui, é um serviço essencial para a população.

Eu venho aqui dizer para os deputados que as associações dos moradores e os conselhos comunitários não sabem mais como fazer. Quem tem como se defender, às vezes nem consegue; e quem não tem como se defender? Como é que a gente vai fazer com a parcela mais pobre da população, com as pessoas mais humildes, pessoas que não tem como pagar essa conta? Porque todo mundo está na ponta da corda. Eu conheço pessoas que devem 70 mil para a Equatorial, a casa dele não vale 30 e ele vive de bico. Como é que vai fazer com essa pessoa? Vamos excluir ele?

Quando a Águas de Teresina assumiu, por que não teve esses problemas? Quando eles assumiram, eles cobraram só os ativos e os passivos deixaram para trás. Então, a Equatorial, uma empresa rica dessa, que tem a quantidade que tem condição de pagar causa, que pode gastar dois mil, gastar quatro, gastar seis, gastar dez, então tem condição de baratear. E eles não levam em conta, além das ordens judiciais, não levam em conta essas questões de programas sociais. Eu desconheço as pessoas que estão incluídas nesses programas que pagam a taxa ou que são isentas, porque as que eu conheço.... Não tem ninguém na periferia que paga um talão de menos de 200, 230, 250 reais. Então, assim, às vezes pode parecer até pouco, mas para quem não tem condições de pagar, meu amigo, é um absurdo.

Então, eu estou me colocando à disposição aqui. Sem falar nas questões de morte, não é? Porque você acaba solicitamos o serviço da Equatorial e a pessoa acaba esperando tanto e aí vai querer fazer aquele serviço e acaba acontecendo o pior. Quando não é um choque de alta-tensão, a pessoa morre.

Então, é isso que eu queria aqui deixar claro para vocês e queria também que essa CPI pudesse sair daqui da Assembleia e pudesse ouvir as pessoas, porque eu acho importante, deputado. Porque é assim, como ele falou bem, é um caso isolado? Eu ouvindo o doutor, até passou pela minha cabeça se criar uma quantidade de ações, que as associações e as pessoas pudessem assim criar uma enxovalhada de ações judiciais para que a Equatorial pudesse acordar para essa coisa, para chamar a atenção. Eu vejo aqui que não tem atenção nem da mídia com relação a essa CPI. A gente não vê falar muito. Eu acho importante, o deputado está de parabéns, vocês estão de parabéns nesta Casa por essa proposta, porque eu acho que há muito tempo deveria ter tido um debate nesse sentido. E me coloco aqui à disposição e referendando tudo o que já disse aqui, que a Equatorial, meu amigo, é um câncer para o Estado do Piauí.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes Solidariedade) - Senhor José da Cruz, infelizmente não dá para uma Comissão sair ouvindo todo cidadão, toda dona de casa, em Teresina e no Piauí. É meramente impossível. O que nós estamos fazendo aqui na CPI é podendo ouvir os representantes dos segmentos da sociedade. Vossa Senhoria está aqui representando as associações dos moradores e dos conselhos comunitários. E a gente já ouviu aqui profissionais liberais como advogados, já ouvimos aqui representantes das entidades empresariais, já ouvimos aqui o representante do sindicato da categoria dos servidores da Equatorial, já ouvimos aqui o Procon, ou seja, nós já ouvimos muitas personalidades, muitos atores que estão ligados fortemente à questão da Equatorial no que diz respeito à energia. Então, nós estamos procurando fazer a nossa parte. A imprensa, não é toda por completo, tem uma boa parte que tem dado cobertura. A verdade é que você sabe

perfeitamente que a gente vive num sistema onde existem as amarras, existem dificuldades. A gente tem procurado fazer a nossa parte.

Está aberto aqui para os deputados. O deputado Ziza está aqui presente. Continuam presentes o deputado Gessivaldo e a deputada Simone Pereira. Pergunto aos três deputados: tem algum deputado para fazer questionamentos? Com a palavra, o deputado Gessivaldo.

SR. GESSIVALDO ISAÍAS (Republicanos) - Deputado Evaldo, (inaudível)... aqui em Teresina, o que mais as pessoas sabem do poder, do contato que ele tem com as pessoas e qual é a (inaudível). Essa Comissão, assim como estamos lhe ouvindo, José da Cruz, nós temos que ouvir pessoas como ouvimos na quarta-feira passada, que (inaudível), que entrou em defesa do (inaudível) dele. Nós temos que ouvir todos. CPI é uma comissão (inaudível) para ouvir e aqui nós tirarmos a conclusão. Então, quando você sente a dor do povo, por você estar lá na ponta e nós sentimos também, na hora dá vontade da gente falar, mas a gente tem que ouvir atentamente e preparar o nosso relatório.

Hoje eu queria saber de você... Eu sei que o descontentamento é geral. Se você perguntar, eu tenho, deputado Ziza, todos temos. Mas, o que você tem visto de absurdos (inaudível) da Equatorial? Em alguma situação que você viu, que você ouviu, para que fique registrado, aqui na CPI, porque antes, também no nosso relatório de pessoas que tiveram situações constrangedoras, que ligaram, porque você liga para o 0800, aí vem uma pessoa, fala 'tá bom'. É como se fosse uma máquina falando, uma enrolação das bexigas. Você liga de novo. Mas, eu queria que você... Você tem algum fato de pessoa que, como o doutor falou aqui, de uma pessoa doente, idosa, que passou 20 dias para ter a energia ligada. O que tem acontecido no seu bairro, na sua região com relação a um trabalho eficaz, como se diz, entre aspas, da Equatorial.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes— Solidariedade) - Eu queria também lhe fazer aqui duas perguntas para que você pudesse complementar aqui com o deputado Gessivaldo, logo após a gente vai ouvir também o deputado Ziza Carvalho.

Eu queria saber do senhor quantas vezes por semana falta energia na sua comunidade e, quando ocorre oscilação de energia, o senhor pode informar se os moradores tiveram aparelhos danificados dentro de casa?

SR. JOSÉ DA CRUZ (Presidente da Associação de Moradores e Conselhos Comunitários - UMAC) - Com certeza, com certeza! O problema, deputado, é que não tem a quem recorrer, você acaba, um aparelho seu queima, você não tem a quem recorrer, ou compra outro ou você perdeu ou você não tem. O que mais pega, deputado, são as cobranças abusivas. É impressionante, deputados e deputadas, o quanto eles cobram abusivamente. A gente tem como comprovar, tenho muitas comprovações. Quero até pedir aqui para eu trazer vários talões. Tem um de R$1.500,00, aí você vai lá e fica por R$300,00; você tem um talão de R$400,00, você vai lá e fica por R$100,00. Então, assim, é impressionante como eles fazem isso. Inclusive, comigo fizeram isso: o talão da minha casa de R$1.500,00, eu fui lá e ficou por R$400,00, porque estava errado. Como é que pode?

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - E qual o argumento deles quando baixa para R$400,00?

SR. JOSÉ DA CRUZ (Presidente da Associação de Moradores e Conselhos Comunitários – UMAC) - Olha, o que eles dizem lá é que houve um erro, ocorreu um erro, essa coisa toda. Então, geralmente você tem que pedir. Em qualquer coisa... Essa questão da polícia, eu tive um..

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Então, no caso, Sr. José da Cruz, você acha que na sua opinião, na sua fala, você acha que a Equatorial está lesando o consumidor?

SR. JOSÉ DA CRUZ (Presidente da Associação de Moradores e Conselhos Comunitários - UMAC) - Eu não acho, não. Eu tenho é certeza, deputado. Você achar é uma coisa diferente. Eu tenho certeza, porque eu tenho provas. Você não tem... Você vê aqui a dificuldade de um advogado, acredito que ele já tenha uma experiência muito grande, de ele se (inaudível) contra a Equatorial, judicialmente falando. Eu, sinceramente... Geralmente eu não vejo ninguém reclamar publicamente, é a primeira vez que eu estou vendo se fazer uma CPI para falar da Equatorial. Nunca nem vi isso na minha vida, pelo tempo que eu milito aqui, nem na Câmara, nem aqui na Assembleia; por isso eu digo que vocês estão de parabéns. Além disso, das cobranças abusivas, os desligamentos. Eles não querem nem saber de ordem judicial. Quer dizer, eu tinha uma ação judicial que proibia a Equatorial de fazer o desligamento; eles chegaram lá automaticamente, porque eles não precisam nem de você, eles vão lá no seu poste, cortou, acabou. E agora eles estão cortando no contador, que é muito mais difícil de você religar.

Então assim, a Equatorial tem feito desmandos grandiosos. A gente tem como trazer, tem pessoas para testemunhar isso. Então, eu tenho certeza, deputado, eu acho que essa Casa – eu não sei se a função seria essa — deveria fazer uma ação, já estou pensando aqui em fazer uma ação gigantesca contra a Equatorial na questão desses casos absurdos que... Além disso, pessoas, por exemplo, acamadas, desassistidas, principalmente na periferia, não tem essa não. Você pode reclamar, mas se estiver atrasado, se tiver qualquer coisa... se tiver faltado energia, não tem essa. Não existe, eu não conheço ninguém, eu não conheço pessoalmente, alguém que entrou com a Equatorial na justiça judicialmente e tenha ganhado uma causa. Eu não conheço, não vou mentir.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Deputado Ziza Carvalho, depois a

deputada Simone. Os dois vão questionar, senhor José da Cruz, o senhor aguarda os dois e depois pode continuar a sua fala.

SR. ZIZA CARVALHO (PT) - Senhor José da Cruz, eu queria saber do senhor, dentro dessas comunidades que o senhor tem conhecimento, já que representa esses conselhos comunitários, o senhor tem conhecimento de algum acidente, para que conste aqui nos nossos relatórios? O senhor tem conhecimento de algum acidente envolvendo ligação de energia por falta ou pela omissão da Equatorial, pelo próprio usuário consumidor, acidente em ligações que eles fazer por que precisam da energia? Inclusive, se ocorreu algum óbito em relação a isso. Há algum dado que você conheça?

SRA. SIMONE (MDB) - Bom dia, Sr. José da Cruz, agradecer a sua gentileza de estar aqui conosco e fico muito feliz porque você está aqui representando a grande maioria da população do nosso estado, que é aquela população que de fato fica desassistida e não tem acesso a um serviço de qualidade por parte de várias empresas, dentre elas, a Equatorial. Mas, eu queria lhe fazer uma pergunta, (pois) eu recebi uma denúncia essa semana e eu não tive como constatar, mas talvez o senhor pudesse me dizer se o senhor tem informação a respeito disso: uma pessoa me falou que teve falta de energia na comunidade dela e ela foi fazer a reclamação; e eles disseram que não registrariam a reclamação porque aquela pessoa estava em débito com a empresa, ou seja, eles pediram o número da ligação, os dados da pessoa e constataram que existia débito e, por aquela pessoa dever a Equatorial, a reclamação dela não seria registrada. E se não foi registrada, não seria atendida – uma vez que não foi registrada. O senhor tem conhecimento disso? Eu não tive como constatar.

E a outra coisa, que seria interessante se o senhor pudesse depois fazer um relatório para nós. A gente está falando das unidades consumidoras residenciais, mas nós sabemos que a grande maioria da periferia da cidade, os bairros mais distantes, tem os pequenos comerciantes, que são aquelas pessoas que têm uma quitanda, que tem um açouguezinho, que tem um comércio. Se o senhor tem uma ideia se esses comércios sofrem alguns prejuízos em virtude tanto da oscilação quanto da falta de energia e do tempo que transcorre para o atendimento das reclamações.

SR. JOSÉ DA CRUZ (Presidente da Associação de Moradores e Conselhos Comunitários - UMAC) - Deputada, deixa eu lhe dizer: com relação à primeira pergunta, isso aí é verdade! Qualquer pessoa que esteja devendo à Equatorial não tem direito de reclamar nada não. Funciona dessa forma. Por exemplo, se a senhora pergunta a qualquer pessoa de alguma comunidade, de alguma associação, de qualquer bairro da cidade Teresina, (ela) sabe disso. Reclama, pede para outra pessoa, porque você não tem valor nenhum e começa assim. Com relação à segunda pergunta, o que a senhora perguntou? Desculpe-me.

SRA. SIMONE PEREIRA (MDB) - Eu perguntei com relação aos pequenos comerciantes.

SR. JOSÉ DA CRUZ (Presidente da Associação de Moradores e Conselhos Comunitários – UMAC) - Com relação aos pequenos comerciantes, com certeza. E o pior de tudo isso, se você tem perca porque oscila energia ou queima um equipamento seu por conta da Equatorial, não tem ressarcimento nenhum. Geralmente as pessoas não vão atrás porque geralmente não tem. Se alguém tem condição de fazer, eles empurram tanto que você acaba desistindo. É dessa forma que a Equatorial trata, tanto com quem paga, quanto com quem não paga a energia, com quem atrasa ou qualquer coisa parecida.

Com relação à morte, conheço sim já vários casos de pessoas que tentaram subir nos postes, tocaram nos fios de alta-tensão e já caíram eletrocutadas. Ali a morte é automática. E não foram uma, duas pessoas, não. Com várias pessoas já aconteceu isso. Quero deixar registrado aqui e são coisas que eu estou falando e tenho como comprovar. É verdade que qualquer pessoa, por exemplo, que vai numa comunidade de Teresina – eu não estou falando só Parque Vitória não, eu estou falando Angelim, Irmã Dulce, em qualquer lugar que você andar em Teresina, de Santa Bárbara para frente, você a dificuldade que tem, do desrespeito com que a Equatorial trata o povo, além de lesar constantemente com relação às altas taxas e os pagamentos.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes – Solidariedade) - Os deputados têm algum questionamento ou pergunta para fazer para o depoente? Não temos.

Gostaria de agradecer aqui ao José da Cruz. Acho que suas informações, seu depoimento não se difere do objetivo da CPI. A CPI foi criada justamente pelo fato das várias denúncias que chegaram aqui nesta Casa, em que principalmente a população de Teresina, mas também do interior do estado, diante das taxas abusivas, diante das quedas de energia, enfim, diante do atendimento que a Equatorial tem com a população. Esse pedido de CPI teve esse cuidado de poder abrir uma CPI justamente por isso, diante dessas denúncias. Naturalmente, aqui nós já tivemos outros depoimentos que se diferem do seu, a gente vive numa democracia, as pessoas são livres para darem os seus depoimentos. E nosso papel maior aqui é, no final dessa CPI, que está próximo, acredito que a gente chegue no mais tardar no início do mês de julho, com um relatório, onde esse relatório será no sentido de tomar providências diante dos fatos e ocorridos com a população piauiense.

No mais, eu queria agradecer aos deputados Gessivaldo Isaías, deputado Ziza Carvalho, deputada Simone Pereira, deputado Wilson Brandão que aqui esteve. E agradecer também ao senhor pelo depoimento.

Está encerrada a reunião.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ

REGISTROS TAQUIGRÁFICOS DA NONA OITIVA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA EQUATORIAL/PIAUÍ, DA VIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, REALIZADA NO DIA VINTE E DOIS DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS, NA CIDADE DE BATALHA/PIAUÍ.

COMISSÃO - Audiência da Nona Oitiva da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI na cidade de Batalha-Piauí.
TEMA - Investigar fatos determinado, com período certo, ouvir depoimentos com a finalidade de atender os interesses da população piauiense , relativos ao fornecimento de energia da Equatorial-Piauí.
PROPONENTE - Deputado Evaldo Gomes
COMPONENTES
PRESIDENTE - Deputado Evaldo Gomes
RELATOR - Deputado Nerinho
MEMBROS EFETIVOS - Deputada Simone Pereira, deputada Gracinha Mão Santa e deputado Hélio Isaías
SUPLENTES - Deputados Rubens Vieira, Ziza Carvalho, Wilson Brandão.

PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Quero dar início aos depoimentos, essa é a nona oitiva da CPI da Equatorial. Essa CPI foi criada com o requerimento de número 95/23, assinada por mim, deputado Evaldo Gomes, que sou eu, e mais 15 deputados da Assembleia Legislativa.

O objetivo dessa CPI é apurar a péssima qualidade dos serviços prestados pela Equatorial na capital e em todo Piauí. Essa é a nova oitiva, o papel nosso, nós deputados, é poder ouvir a população, pegar depoimentos da população para que possamos no final dessa CPI fazer um relatório, em que esse relatório será encaminhado para o Ministério Público e, naturalmente se assim o Ministério Público achar necessário, para a justiça do Piauí.

A CPI é composta por mim na condição de presidente, pelo deputado Nerinho, relator da CPI, pela deputada Simone Pereira, deputada Gracinha Mão Santa, deputado Gessivaldo Isaías, deputado Ziza Carvalho, deputado Wilson Brandão.

Aqui está presente o deputado Gessivaldo Isaías, agradecemos o apoio desta Casa, em nome dos vereadores; do vereador presidente, Guilherme Machado; do vice-presidente, Sebastião Sampaio de Sousa; José Luís da Silva Filho, José Messias Alves Machado, Gonçalo dos Santos, Luís Gonzaga Miranda, Eduardo da Silva Cruz, Nerioston Moraes Castro, Larissa Maria Carvalho Alencar, Cleison Amaral Rodrigues Viana e Kátia Lustosa.

Agradecemos esse parlamento por contribuir com essa CPI. Já ouvimos vários depoimentos na nossa cidade, na capital, resolvemos nos deslocar até esta casa, logo após uma visita que estive fazendo aqui na cidade, conversando com a vereadora Kátia. E só temos que agradecer a todos vocês vereadores, ou seja, vocês fazem o papel de vocês, buscam contribuir para que possamos no final desta CPI podermos ter resultados satisfatórios para se resolver definitivamente os problemas de energia no Estado do Piauí.

Nós temos aqui hoje três depoentes. Quero, inclusive, pedir a secretária que pudesse trazer os nomes desses depoentes. Queremos, inclusive, por via de regra, como manda a lei, temos que seguir a lei, aqui é uma Comissão Parlamentar de Inquérito, infelizmente não temos como ouvir a população, todos os presentes, não temos como ouvir todos os vereadores, porque a lei não permite, nós temos regras, temos que seguir a lei. E os vereadores escolheram aqui três representantes que falarão em nome da Câmara Municipal, em nome da população aqui da cidade de Batalha.

Cada depoente terá um tempo de quinze minutos, infelizmente os vereadores, via de regra, e por lei não podem fazer perguntas para o depoente, quem pode fazer pergunta é o deputado Gessivaldo, sou eu, como presidente da CPI. Mas os vereadores também podem se manifestar, através de perguntas escritas, para que tanto eu, como o deputado Gessivaldo possamos fazer a pergunta para o depoente.

O primeiro doente, Marcela, é o senhor Paulo César ou José Messias?

Gostaria de fazer uma observação: todos os depoimentos são gravados, são taquigrafados e, todos depoentes assinam um termo de compromisso. Por que isso? Porque no final da CPI, nós vamos fazer um relatório com aquelas informações que nós colhermos dos depoentes. Essas informações servirão como parâmetro para o relatório final da CPI.

E como eu bem disse no início, esses depoimentos, todos irão para a justiça, para o Ministério Público. E se o Ministério Público achar conveniente encaminhar para a justiça. Então se a justiça assim achar necessário abrir um procedimento, igual a Assembleia Legislativa, eles vão escolher algumas pessoas para dar depoimento na justiça. Por isso que cada pessoa ao dar o seu depoimento, tem que assinar um termo de compromisso; um termo de compromisso que ele se comprometa a falar a verdade, somente a verdade para que ele não possa dar falsos testemunhos, ser um falso testemunho, para que não possa se comprometer com a justiça no final, logo após a Assembleia ter encaminhado para os poderes para que estes possam tomar as providências necessárias. Nós temos ouvido empresários, profissionais liberais, muitas instituições e todas elas assinam depoimento, todos os depoimentos são gravados para que possamos da mesma forma que vocês hoje aqui, será tema de conteúdo do relatório.

Nós temos aqui o primeiro depoente é o José Messias, ele já assinou aqui o termo de compromisso, eu posso aqui ler o termo de compromisso dele para que os Senhores tenham ciência.

(LÊ)

Senhor José Messias Alves Machado, na qualidade de depoente, declara para os devidos fins sobre as penas da lei, que as informações aqui

prestadas em depoimento são verdadeiras e autênticas, fiéis a verdade, condizente com a realidade dos fatos. Fica ciente através deste documento que a falsidade desta declaração configura crime previsto no artigo 342 do Código Penal Brasileiro possível de apuração na forma da lei.

Então, eu convido o primeiro depoente para usar a tribuna, para dar o seu depoimento, que poderá usar tempo de quinze minutos. Logo após o depoimento dele, o deputado Gessivaldo Isaías tem o direito de fazer perguntas e seus questionamentos da mesma forma que o deputado Evaldo Gomes também. E os vereadores que aqui estão presentes podem nos apresentar as perguntas ou questionamentos, por escrito.

Com a palavra o Sr. José Messias.

SR. JOSÉ MESSIAS ALVES MACHADO (Vereador de Batalha) - Bom dia, Senhores.

Primeiramente quero agradecer aos Senhores deputados por terem se deslocado da capital até Batalha para ouvir os reclames da nossa população.

Estou aqui como depoente não somente como vereador nesta casa, mas como cidadão usuário de energia da Equatorial. Eu fui vítima da Equatorial, porque eu tenho um pequeno sítio que fica a quatro quilômetros da sede, e por duas vezes a bomba que puxa água do poço, ela queimava e eu não tinha conhecimento, sou leigo no assunto, mandava consertar, mandava pôr a bomba no poço, e queimava novamente. Na segunda vez, eu chamei um técnico e o técnico constatou que o que estava causando o prejuízo material a minha pessoa, era a má qualidade da energia. Mas para minha tristeza e surpresa, quando eu me dirigi até a sede da Equatorial, aqui em Batalha, estava fechada. Além de ser de um serviço de péssima qualidade, nós da população batalhense ainda não temos um atendente da empresa para esclarecer ou para ouvir os nossos reclames. A população batalhense, que é vítima do mal serviço prestado pela Equatorial, sem condição financeira, ainda tem que se deslocar até Esperantina. E como a nossa população na maioria fica na zona rural, a gente sabe que a dificuldade das pessoas que moram na zona rural ainda é maior do que a nossa que moramos na zona urbana, os Senhores imaginem uma pessoa ter que pagar passagem, para ir para Esperantina, para fazer os reclames da falta de energia. Porque sabemos que na internet tem uma tal de Clara, que é a atendente virtual da Equatorial, mas se a pessoa não entender de internet, você não consegue chegar até o final para reclamar da empresa.

Então, em Batalha, nós temos muitos problemas com a Equatorial. Eu tenho um amigo na zona rural que ele até andou perto de morrer, porque ele foi fazer um serviço que é de responsabilidade da Equatorial, porque a Equatorial há vários anos não manda fazer o roço da linha de transmissão de energia. E quando vem uma chuva, começa um vento ali, as árvores triscam nos fios por falta de roço por parte da empresa e, consequentemente falta energia. Tem localidade em Batalha que passa de sete, oito, seis, cinco, seis dias sem energia, por quê? A base, o escritório da Equatorial foi fechado, não tem a quem reclamar e, se falta energia se você tem que reclamar para a Equatorial pela internet para falar com a assistente virtual, faltou energia, falta a internet lá na zona rural. Eu tenho uns parentes que moram na localidade Mangas/Iús, que fica a 25km da sede, que tem vezes que passam de cinco seis dias sem energia. Vocês imaginam uma casa que tem idosos que muitas vezes precisa até manter remédios na geladeira, insulina, essas coisas, ficar sem energia. Os empresários de Batalha, falta energia, perde o freezer cheio de carne, verdura. Então assim, a empresa não tem um compromisso. Eu estou falando de Batalha, com Batalha, nós estamos sentindo na pele, eu estou sentindo na pele como cliente da Equatorial e como um representante do povo, porque as pessoas nos procuram, as pessoas vão pra radio reclamar. E pra nossa tristeza, às vezes tem pessoas que ligam pra rádio, Senhores deputados, e dizem: "para que esse onze vereadores na Câmara Municipal se essa Equatorial passa de cinco dias sem energia." E aonde está a nossa responsabilidade no má serviço prestado por essa empresa? Onde é que está a responsabilidade do vereador, do político? Então assim, eu queria agradecer demais a coragem, a determinação dos deputados que estão formando essa CPI, que eu tenho certeza que com o empenho dos senhores estão fazendo, nós vamos colher resultados. Eu tenho certeza, porque não adianta só conversar, porque esta casa, nós vereadores dessa legislatura fizemos uma audiência pública aqui no dia 11 de março de 2021. E como já foi conversado, vai ser entregue aos Senhores uma copia desta ata. E até hoje, até hoje a esta data, nada do que foi acordado com a equipe que veio participar dessa audiência pública, saiu do papel, nada. Então assim, nós temos a preocupação muito grande, porque Batalha temos mais de 26 mil habitantes e temos localidade que tem ruas aqui no município que está com quatro, cinco, seis anos cheios de portes de madeira, essas gambiarras. Tanto na zona urbana... Se tem na zona urbana, os senhores imaginam na zona rural? E não é pouca não, são muitas gambiarras que tem. Eu mesmo, no meu pequeno sitio, eu tive que contratar uma empresa particular pra colocar energia, porque se não eu tinha que fazer gambiarra. Então assim, a dificuldade não é só minha, a dificuldade é de toda a população batalhense. A população batalhense está sofrendo e sofrendo muito a falta de compromisso e de responsabilidade da Equatorial com seus consumidores aqui em Batalha. Batalha está sendo vitima do má serviço prestado pela Equatorial. O prefeito está aqui presente e, ele é testemunha também que nós temos um colégio em construção que há vários dias, passou acho que uns dois, três meses esperando para eles tirarem um poste que estava atrapalhando a construção de uma escola. E o que mais preocupa a população batalhense é que nós não vemos nada sendo feito por parte da empresa, porque uma das maiores decepções dos batalhenses é ter o problema e não ter aonde reclamar, não tem. Nós temos mais de seis mil consumidores em Batalha e não tem um posto com

uma pessoa, paga pela empresa, para receber o cidadão batalhense para que ele, pelo menos, se sinta acolhido em fazer a reclamação. O que a Equatorial disponibiliza é uma atendente virtual. Aí os Senhores imaginam uma pessoa analfabeta, lá na zona rural, como é que ela via internet pra fazer uma reclamação virtual? É complicado, é muito difícil. Então assim, eu senti na pele a falta de compromisso da empresa com o consumidor aqui em Batalha. E é por esse motivo que eu estou dando o meu depoimento, tentar colaborar com a CPI para que resultados bons, em benefícios da população, saiam do papel.

SR. PRESIDENTE (SDD) - Bom, eu quero antes de fazer as perguntas aqui para o nosso primeiro depoente, eu queria saber do prefeito, que está aqui presente, prefeito José Luiz, se o mesmo aceita dar o seu depoimento diante dessa CPI? O prefeito vai assinar um termo de compromisso, ao invés de três representantes, nós teremos quatro quatro depoentes. Nós temos ainda aqui o Sr. Messias, Paulo César e o outro é o Maurício Ferreira da Silva.

Então assim, eu queria fazer a primeira pergunta aqui para o depoente, porque é importante que se diga que essa CPI, que quando se fala em CPI tradicionalmente as pessoas costumam falar que a CPI termina em pizza, mas porque há uma certa confusão na cabeça das pessoas que acha que todo toda CPI alguém tem que ser preso. Não imagina que a CPI tem o caráter e o papel de poder trazer uma solução pra população. E através dessa CPI, a Equatorial na semana passada anunciou que contratará 1700 (mil e setecentas) pessoas para os quadros daquela Equatorial. Isso é fruto do resultado da CPI. Porque uma das maiores críticas hoje dos depoentes é a falta de servidores da Equatorial pra prestar um serviço à população. E diante disso eu faço a primeira pergunta: aqui na cidade existe uma sede da Equatorial?

SR. JOSÉ MESSIAS- (Vereador de Batalha) - Existe, fechada!

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - SDD) - Eu queria que você pudesse escrever o que eu vou fazer as perguntas e depois no final das minhas perguntas e das perguntas do deputado você responderia.

Aqui existe uma sede da Equatorial?

Quantos funcionários têm na sede da Equatorial?

E se a sede funciona, quais são os horários de funcionamento?

Pergunta aqui para o deputado Gessivaldo.

SR. GESSIVALDO ISAÍAS (Republicanos) - Bom dia a todos e a todos presentes. Quero cumprimentar ao prefeito José Luiz e todos os vereadores na pessoa do Guilherme Machado, que é o presidente da casa. Quando nós fizemos a abertura dessa CPI na Assembleia, eu ouvi várias pessoas chegar e falaram: "olha, não adianta vocês irem contra a Equatorial, ela tem um poder muito grande no Brasil, detentora de vários estados". Mas nós, deputados, que representamos o povo, a população, nós não podemos nos rendermos aquelas ameaça que nos vem diretamente. Então, quando eu assumi o compromisso com a comissão parlamentar de inquérito, eu assumi a responsabilidade de ouvir e de contribuir para que a Equatorial melhorasse ou cumprisse aquilo que ela assinou perante a compra da Eletrobras. E que até agora, eu como parlamentar, desde dois mil e onze não vi isso acontecer. E eu ouvindo aqui o vereador que falou agora, a minha pergunta pra ele é que vocês fizeram uma audiência aqui com a Equatorial. Foi isso? Qual foi o compromisso dos das pessoas da Equatorial que tiveram aqui presentes e se eles cumpriram com esse compromisso? Porque nós estamos ouvindo pessoas que o depoimento lá e também algumas indústrias, representantes das indústrias. Eu já ouvi duas partes das indústrias defendendo a Equatorial. Mas o nosso objetivo da CPI não é acusar a Equatorial de nada, nós não queremos aqui acusar a empresa, nós queremos é que a empresa realmente cumpra o papel que ela assinou perante a documentação na compra. Então, em momento algum o presidente e nem o relator vai aqui querer denegrir a imagem da Equatorial. Com certeza, o relatório final vai ser você ligar e ter uma pessoa para atender, como Vossa Excelência falou, vereador. Vai ser uma pessoa procurar a Equatorial em Teresina e ter um atendimento, como hoje não tem. Porque o objetivo dos deputados estaduais ou a nossa competência, chama-se consumidor. Nós não temos uma competência que vai além do consumidor, por isso que nós formularizamos a CPI no estado do Piauí.

Então, vereador, houve o comprometimento e houve o cumprimento por parte da Equatorial aqui na Câmara dos Vereadores?

SR. JOSÉ MESSIAS (Vereador de Batalha) - Na questão da sede, existe uma sede própria que hoje se encontra fechada, a sede existe, mas está fechada. As equipes que se deslocam para atender a população batalhense, elas vêm de Esperantina e eles têm até a sede aqui, eles deixam os carros guardados na sede, mas o atendimento é em Esperantina. Geralmente são duas equipes que eles mantém em Batalha, a sede existe, mas fechada.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - SDD) - Vossa Senhoria já me respondeu como funcionava, que são duas esquipes.

SR. JOSÉ MESSIAS (Vereador de Batalha) - E a respeito do deputado Gessivaldo - assim, se surtiu efeito - ontem, por coincidência, ironia do destino ou medo ou preocupação com o resultado do trabalho dos Senhores, nós tivemos a grata satisfação de receber aqui uma comissão de chefes da Equatorial, que tivemos conversando com ele aqui nesta casa, até mais ou menos meio-dia e meia, eles nos ouviram e nós reclamamos pra ele que nada tinha sido feito do acordo da audiência pública. E, nós, vereadores, passamos pra eles as quatro principais reivindicações do município de Batalha e que eu acho que vai surtir efeito pela questão da preocupação deles com o trabalho da CPI. Eu senti que eles estão preocupados em dar resultados pela cobrança que a CPI está fazendo em cima da falta de compromisso da empresa com os consumidores. E eles se comprometeram com Batalha de melhorar a qualidade da energia, reabrir o posto e botar um

funcionário para atender a população batalhense, ajudar o município, que é muito penalizado pela questão da Cosip - que é taxa de iluminação pública - que Batalha fica no centro entre Esperantina, Barras, São José do Divino, Piracuruca, Piripiri e todos esses municípios recebem taxa de iluminação pública, que o serviço é prestado por Batalha. E nós pedimos na audiência pública e reforçamos ontem o pedido que Batalha está sendo penalizada pela falta de compromisso da empresa em botar a taxa de iluminação pública dos batalhenses para que seja repassada para o município de Batalha, porque está sendo repassada para outros municípios.

Então, ontem eles estiveram aqui, mas direto a resposta, Senhores deputados, até agora só saiu uma coisa que eles prometeram, que foi a questão do tensor de voltagem, que ele melhora a qualidade da energia e demora menos... na zona urbana, do tempo da falta de energia, eles tem uma peça lá que eu não sei o nome, que quando falta, religa de outra rede, porque Batalha recebe rede de Piripiri, Esperantina e de Barras. Então o regulador, eles nos disseram que colocaram dia 20, o regulador de tensão, que isso é que vai melhorar a qualidade da energia. Então, eu acho que surtiu efeito essa questão da CPI, porque eles vieram ontem aqui, inclusive, com um dos chefes do alto escalão da Equatorial e se comprometeram em resolver, pelo menos, de imediato esses quatro problemas que nós temos em Batalha.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Bom, é o que eu dizia aqui no início da nossa fala, por isso que eu queria aqui parabenizar a Câmara Municipal deste município. Parabéns a todos os vereadores! Porque você imagina se a gente pudesse ir nos 224 municípios, se cada Câmara Municipal tivesse esse compromisso, essa vontade de resolver os problemas da cidade, nos chamando para que nós pudéssemos ir ao município, porque nós só podemos nos deslocar aos municípios se a gente for chamado. Por isso, vereadora, você está de parabéns porque quando eu estive aqui na cidade fazendo uma visita, V. Exa. sugeriu e disse que ia apresentar um requerimento a esta casa, porque todos os vereadores estavam incomodados com as denúncias da população. Então, se a gente conseguisse que todos os parlamentos municipais desse estado, dos municípios piauienses pudessem nos chamar, para que a gente pudesse fazer uma reunião igual a essa, seria muito importante. Porque, veja, que há muito tempo os vereadores brigam, cobram e eles nunca tinham vindo aqui. E vieram aqui por quê? Porque estão sentindo na pele o papel que nós deputados estamos fazendo com essa CPI.

Deputado Gessivaldo, eles já começaram a resolver quase todos os problemas apontados na CPI, teve outros depoimentos, igualmente o de vocês nesta manhã, aqui na cidade e, quase todos eles, eles estão buscando resolver. Então, se todas as Câmaras Municipais tivessem esse compromisso de nos procurar, de nos chamar para que a gente pudesse ir aos municípios, muitos problemas dos teresinenses seriam resolvidos nessa questão da energia.

Mas, eu queria saber do depoente se ele quer concluir a sua fala, se ele ainda tem algo a falar para que possamos concluir o primeiro depoente para que a gente possa passar para o segundo.

SR. JOSÉ MESSIAS (Vereador de Batalha) - Só para encerrar, como a gente sabe que vai ficar gravado e, é uma CPI séria e vai passar ao Ministério Público, eu queria deixar registrado que eles se comprometeram com a Câmara Municipal de Batalha em resolver a questão do roço na zona rural, que é o maior problema causador de falta de energia, de compromisso da empresa em mandar limpar as partes em que os postes passam para a zona rural. Porque se eles fizerem isso que eles se comprometeram com a gente, vai diminuir, com certeza, a falta de energia na população, principalmente, na zona rural. E eles se comprometeram com esta casa e, nós, enquanto vereadores, os 11 vereadores de Batalha não iremos nos calar e nem aceitar passivamente a falta de compromisso da Equatorial. E se for preciso, nós iremos de novo até os Senhores, até a justiça, para lutar por melhores dias, principalmente, na questão de energia para a população batalhense, porque esse é o nosso papel e, é nosso papel que nós vamos fazer.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Ok! Eu queria lhe agradecer pelo depoimento, pode ter certeza que você, na condição de vereador e os demais vereadores, escolheram você para dar o depoimento. Seu depoimento terá um papel importante no nosso relatório final. Eu tenho certeza que a Equatorial terá consciência de poder honrar com o compromisso que tem com a população piauiense.

Queria lhe agradecer de já e já convidar o segundo depoente. O segundo depoente é o Sr. Maurício Ferreira da Silva. Ele tem o tempo de 15 minutos, ele já assinou aqui o termo de compromisso. E logo após a fala do nosso segundo depoente, eu e o deputado Gessivaldo, se acharmos necessário, faremos perguntas.

SR. MAURÍCIO FERREIRA DA SILVA (Depoente) - Primeiramente, bom dia aos deputados Gessivaldo Isaías e Evaldo Gomes, parabenizá-los aquela iniciativa da CPI. O Estado do Piauí, no geral, é uma problemática só, mas em especial, a cidade de Batalha. Vou fazer o meu depoimento tanto como vitima, como também acompanho vitimas. Sou advogado na cidade, advogado na Câmara Municipal e posso falar com clareza a respeito desse assunto.

Aqui em Batalha, como já foi relatado pelo sargento Messias, vereador, 2021 tivemos uma audiência pública que ficou apenas em uma ata. Não sei se foi repassado aos Senhores, mas ao final da sessão repassaremos. E o que foi decidido, o que foi discutido, nada foi resolvido. Ficou apenas em uma ata de audiência. A precariedade da Equatorial, no município de Batalha, é mais por conta da zona rural, pois o município e extenso, limita com seis municípios. Mas a questão de acesso, todas as comunidades, o prefeito José Luiz do Frango fez acesso a todas elas. Nada impede as equipes de irem até lá, após solicitadas, resolver o problema. De início, como o sargento Messias já informou, não temos uma

central da Equatorial em Batalha, nenhuma, só uma lan house com um atendente, somente isso. Esse atendente pouco sabe informar. A precariedade do fornecimento e da solução, porque você solicita um serviço, ele não veio. O deslocamento de Batalha a Esperantina, não só Batalha, mas o interior de Batalha, o que torna um custo para a sociedade, a população fica refém da má prestação de serviço, as oscilações de energia, a queda de energia. Tem comunidade passando de 15 dias, totalmente sem anergia. Hoje em Batalha a demanda consumerista, consumidor, está gerado em torno somente de ações contra a Equatorial, somente. Isso vislumbrando a empresa, mesmo sendo penalizada judicialmente, ela não nos traz providências, não faz investimentos. O problema que vem recorrente de poste de madeira, falta de execução de roço. Tem uma propriedade aqui a sete quilômetros, fiz a solicitação durante cinco dias consecutivos, fiz os protocolos, mas infelizmente a equipe disse para mim que não havia nenhum chamado para a empresa. A empresa também não tem autonomia nenhuma. Estive algumas vezes na porta da propriedade para uma equipe e a equipe dizer que não pode executar o serviço. Por que não dá autonomia para as equipes? É uma questão de economia para a empresa e a solução rápida para os clientes.

Em Batalha, como já foi relatado pelo vereador Messias, temos um polo desativado, desativado, ou seja, toda e qualquer reclamação segue para a cidade de Esperantina. E aqui nós ficamos nesse desdenho, porque a empresa não traz nenhum benefício.

Em relação aos próprios talões - os talões não duravam cinco dias, estavam apagados. Até um, quando os clientes vão pagar, eles não conseguem, por causa da má qualidade do talão. São situações que a nossa população, no geral, falo como vítima e como também acompanho vítimas, ou talvez, acho que mais de mil clientes com essa mesma situação. E até o momento, deputado Evaldo, dificilmente a Equatorial fornece o restabelecimento previsto na Aneel de 48 horas, sempre são dias. Por que não Batalha ter um polo e equipes disponíveis para descentralizar o serviço de Esperantina? Infelizmente isso não acontece. Você faz um chamado hoje, tem zona rural que passa seis dias, falta de acessibilidade não é, hoje o município está todo traçado de estradas carroçais, não justifica. A arrecadação, a gente sabe que a empresa arrecada. O clamor da sociedade rural é o quê? Poxa, se eu pago a conta, não vem o serviço, mas se eu atrasar, vem o corte imediato. Não falham quanto ao corte, mas quando o serviço é interrompido, não há o restabelecimento no tempo hábil. Tudo fica em torno de uma central, com polo em Batalha a partir do momento que se implantar um polo, colocar equipes disponíveis e fazer a questão dos roços. Nós temos ainda comunidades com energia monofásica, comunidade com 30, 40 famílias, não sustenta, ou seja, sem contar a quantidade de eletrodomésticos que vem a queimar durante esse período, na oscilação de energia. As dificuldades de lidar com as reclamações se dá nisso, nesse ponto, de não haver uma equipe, um polo na nossa cidade de Batalha. O clamor social é esse, tanto zona urbana, quanto zona rural.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Quero fazer a primeira pergunta a Vossa Senhora: Você tem conhecimento de quantas ações tem aqui na cidade de Batalha contra a Equatorial?

SR. MAURÍCIO FERREIRA (Depoente) - Deputado, em Batalha, hoje gira em torno de três mil ações, mas são poucas em relação ao que acontece, porque boa parte da sociedade, alguns temem a justiça, outros não tem conhecimento.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - E essas três mil ações tem solução? A justiça tem correspondido com os pedidos de ações que faz a população?.

SR. MAURÍCIO FERREIRA (Depoente) - Sim, mas 90% das ações, todas elas estão sendo condenadas, está havendo condenação. Mas veja bem, vou fazer uma suposição, a condenação, digamos que seja três mil reais, a empresa gasta quatro mil e quinhentos com recursos para Teresina. Ou seja, em cem ações, ela gasta quatrocentos e cinquenta mil. A indenização paga era duzentos e pouco, porque não pegar esses valores e investir na cidade, investir em poda de árvores, investir em postes de concreto, em equipes para a cidade, em veículos?

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Na verdade, é que a Equatorial que tem um faturamento altíssimo no ano, ou seja, o dinheiro que ela arrecada com o sistema elétrico no Piauí, faz com que, por exemplo, ela tenha ações dessa natureza. Ou seja, ela se recusa a pagar uma indenização e paga muito mais, gasta muito mais dinheiro, vamos dizer assim, quando recorre do processo e depois quando perde.

SR. MAURÍCIO FERREIRA (Depoente) - E quando perde, vem corrigido.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Ocorreu casos dessa natureza, nós tivemos outros depoimentos em Teresina em que teve pessoas que nos deram essa informação para nós. Quer dizer, nós queremos saber por que a Equatorial faz ações dessa natureza? Por que ela deixa de atender o usuário para recorrer? Sendo que no final vai pagar muito mais. E esse dinheiro vem de quem? Dos usuários, dos consumidores. Então, ela tem autonomia administrativa, ela tem autonomia financeira, talvez seja a política administrativa da empresa, mas eu acho que isso é que tem trazido também prejuízo a população, porque se eles agissem com mais agilidade, mais eficiência, com mais compromisso, eu tenho certeza que menos problemas nós teríamos nos municípios do Piauí, no que diz respeito a energia.

Concedo a palavra ao deputado Gessivaldo Isaías.

SR. GESSIVALDO ISAÍAS (Republicanos) - Maurício, nós ouvimos o Dr. Alessandro Magno, ele trabalha muito com questões em relação a Equatorial no Piauí, de um modo geral, Teresina também, ele falou a mesma coisa que Vossa

Senhoria falou: a Equatorial gasta muito mais em recorrer do que em pagar a indenização.

O que eu quero lhe perguntar: dessas ações que o Senhor já colocou contra a Equatorial, qual a mais inusitada de todas que já teve? Qual é aquela que mais lhe chamou atenção? Gostaria de saber se tivemos êxito na resposta com a justiça em relação a Equatorial.

SR. MAURÍCIO FERREIRA (depoente) - Deputado, a maioria delas, nós obtivemos êxito, só que com o tempo os juízes vão vendo a quantidade, a demanda e eles vão alterando o julgamento. Hoje em dia você entra com uma ação, entrei com uma comunidade, acho que foram 35 famílias, inclusive hoje estavam em audiência, porque isso cheguei atrasado, contra a Equatorial. E essas 35 famílias apenas uma não foi procedente. E eu fui ler a sentença, saber qual motivo. Poxa, a mesma comunidade, tantos dias, mesma testemunha, comprovado protocolo, porque a pessoa não disse que era quinze dias, disse que eram quatorze dias. Um dia a mais, um dia a menos, não vai mudar a falta de energia, continua faltando quatorze dias. A Aneel tem a resolução muito bem clara, são quarenta e oito horas para a resolução do problema. Até aí sim, é tolerável. Mas você ver uma comunidade, quinze dias e o juiz entender que aquilo ali não foi um motivo, que gerou um dano. Um dano material a gente nunca consegue provar. Por quê? Existe um laudo pericial que eles exigem. Como é que eu vou apresentar uma coisa com laudo se eu não tenho perito em Batalha? Esse é um prejuízo certo, fica somente a questão do dano moral, equiparado entre dois, três, quatro, cinco. Foi uma situação que eu ouvir e que eu disse: não pode, a mesma comunidade. Hoje o juiz está alegando a questão do protocolo. É de consciência nossa, se faltar energia, falta internet. Quem é que vai ligar? Quem tem um telefone antena rural. É feita a ligação coletiva, em que a atendente pergunta quantas famílias são. É uma comunidade, não é só sua residência, é uma comunidade com 30 famílias. E os juízes não estão aceitando. Mas em Teresina, a turma recursal, lá eles estão mudando as decisões lá, porque é cabível, a prova testemunhal foi bem concreta, foi bem concisa e, não é o motivo para você justamente evitar (inaudível) dessa.

SR. GESSIVALDO ISAÍAS (Republicanos) - Dr. Maurício, só pra eu encerrar minhas perguntas. Na opinião da sua pessoa, por que que a Equatorial ao invés de pagar três mil ou dois mil, ela recorre?

SR. MAURÍCIO FERREIRA (Depoente) - Porque é assim, estratégia, eu entendo mais de escritório. Eles entendem que se você pagar uma indenização aqui, vai entrar um enxovalhada de ações entendeu, é uma forma de inibir a você entrar com a ação, que as pessoas geralmente as mais leigas não entendem que se você entrou com uma ação é pra ganhar de imediato não, você entrou com uma ação você pode tentar mudar a decisão lá em cima, mais eles entendem que só pode ser aqui eles a não da certo entendeu, e acabam que não consegue aqui mas vai um novo julgamento como recurso e lá sim, você consegue a mudança de decisão, algumas são ruins e outras são boas já tive decisões em Teresina que aqui a condenação saiu de cinco mil reais voltou de oitocentos, mas eles nunca ultrapassam o que é dado aqui, as de dois, três mil, permanece lá, sempre permanece esse valor, mas em relação a redução as vezes, Teresina eles reduzem muito porque não entendem, eu queria que o magistrado, um promotor fosse ficar uma semana numa comunidade dessa sem energia pra eles entenderem o que é isso, pra essas comunidades uma geladeira com uma carne, uma verdura talvez pra muitos é pouco, mas pra eles é muito, porque eles são assalariados, eles vem uma vez na semana aqui, sábado ou domingo, fazer suas compras da semana e levam para lá, ai o pessoal ...ah o prejuízo é tão pouco. Talvez para você seja, mas para eles não é, pra eles é muito isso ai. Hoje em dia a energia é qualidade de vida, não é mais um recurso de luxo, necessidade, todas as pessoas tem direito a questão de energia elétrica ao fornecimento, se você geralmente não tem a energia, você não tem água potável, os poços artesianos, todos eles funcionam a base de energia, pronto comunidade a beira do rio Longá, se faltar energia lá, vão beber do rio não é uma água potável, porque não a empresa fornecer um carro pipa durante quinze, vinte dias submeter a população a situação calamitosa de beber uma água do rio, água turva, água escura, água suja? Infelizmente essa é realidade da população de Batalha diante a má prestação de serviço da Equatorial.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Doutor você tem informação, além de Vossa Senhoria, existe um outro escritório de advocacia ou outro advogado aqui na cidade que também tem ações contra a Equatorial?

SR. MAURÍCIO FERREIRA (Depoente) – Sim, doutor.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Quantos?

SR. MAURÍCIO FERREIRA (Depoente) Em torno de 7/8 advogados.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes Solidariedade) No total você acha que tem quantas ações aqui na cidade contra a Equatorial?

SR. MAURÍCIO FERREIRA (Depoente) - Doutor hoje em dia em torno de três mil ações, porque parte como eu lhe falei da sociedade, eles tem medo da justiça, eles acham que justiça é pra prender, não é você reclamar um direito, requerer um dano material.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) Ok. Doutor. Quero lhe agradecer pelo depoimento, pela sua participação, colaboração que o depoimento que Vossa Senhoria está nos dando, será de grande importância para o nosso relatório final. Obrigado e até a próxima oportunidade, se assim achar necessário.

Bom, eu queria agora convidar o terceiro depoente, o Sr. Paulo César Aragão Silva, que já assinou o termo de compromisso. Ele tem o tempo de quinze minutos.

Só lembrar aos presentes que nós temos aqui um formulário de informação. Qualquer cidadão

presente nesta reunião pode apresentar denúncias por escrito ou denúncias materiais. Nós temos aqui um formulário, se a pessoa tiver interesse ou tiver denúncia e queira colaborar com a CPI, pode procurar aqui a nossa secretária Marcela para fazer o registro e assinar o termo de responsabilidade.

Então, eu passo agora a palavra para o terceiro depoente, o Sr. Paulo César.

SR. PAULO CÉSAR ARAGÃO (depoente) - Bom dia a todos! Como o deputado muito bem falou, meu nome é Paulo César Aragão, sou agente comunitário de saúde. Desde já quero aqui agradecer a presença de todos e ao nosso vereador Guilherme Machado, por ter feito essa solicitação dessa CPI, dessa audiência pública no nosso município, para um problema social tão importante do nosso município. Eu sou daqui da cidade, mas como muito bem falaram os que por aqui passaram, eu tenho também um interiorzinho, uma casa na localidade chamada Picada. Então, o que acontece? Os mesmos problemas que acontecem na cidade, acontecem no nosso interior, que é a falta de energia e a falta de agilidade por parte desta empresa para solucionar os problemas. Alguém que passou por aqui falou: "Ligar!". Ligar como? Se não tem energia, não tem internet; se não tem internet, não tem água de qualidade. Então, qual o maior problema, ao meu ver, no município de Batalha com relação à Equatorial? É a falta de agilidade, assim como muito bem foi falado aqui, (a falta de) posto físico para que atenda a população. Se a Equatorial tivesse agilidade para resolver os seus problemas como ela tem no corte, nós não teríamos problema. Se a agilidade para cortar fosse na mesma proporção de resolver os problemas que nós temos nas comunidades, assim como na cidade, pois convenhamos, eu não entendo muito bem da rede aberta de energia, mas aqui em Batalha, se um cachorro mijar no pé de um poste, acabou a energia. Aí ele resolve o problema de uma parte, mas fica oscilando em outras. Nessa oscilação de energia, ela não chega com a carga igual para todos; ela chega além, aí vem outro problema social que é a queima de aparelho. Quem vai pagar essa conta? Entendeu?

Além disso, na área da saúde, que sou agente comunitário de saúde, nós temos um problema social com os pacientes, principalmente lá na zona rural, porque se torna mais longe, embora tenha sido falado aqui também que tem acesso, mas liga para quem? Fala com quem, se não tem energia? Aí não tem atendimento no posto de saúde, não tem o aparelho para a pessoa que tem problema respiratório, não tem o ventilador para o idoso ventilar o seu corpo com tanto calor. E recorre-se a quem? Essa é a grande pergunta. Porque aqui na Picada, que eu falo muito bem de lá, que todo final de semana eu estou lá, eu chego lá e não tem energia, não tem água para aguar as plantas e muito menos para o consumo humano. Assim, tem que ir no rio buscar água impura para o consumo humano.

Então, é um problema social gravíssimo que nós aqui, a sociedade batalhense, assim como todos os deputados e os vereadores, consigamos tirar daqui algumas soluções, com resolução para esses grandes problemas dos municípios, que eu acredito que não seja só em Batalha, porque em todo lugar que eu chego é a mesma coisa, o assunto é o mesmo. Então, a gente pede aos nobres deputados desta CPI que se retire daqui alguma solução cabível e que seja resolvido, porque, caso contrário, fazer CPIs e mais CPIs, que aqui também foi falado que já foram resolvidas algumas, graças a Deus, mas não adianta a gente estar aqui com um gasto desse, que não é barato para você se deslocar, a população vir até aqui só para ficar no discurso.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Quero dizer que nós, parlamentares, temos que fazer a nossa parte, até nossos deputados, vereadores, que é levar reclames da população junto ao Poder Judiciário, junto ao Poder Executivo. A CPI não tem o poder de execução, tem o poder de cobrar, exigir. Então, a gente tem procurado fazer a nossa parte e, eu acredito que essa CPI já tem resultado antes do término. O maior problema de reclamação, por parte da população, é falta de mão de obra qualificada, porque não tem atendimento necessário, através do 0800, não têm equipes suficientes para atender as demandas. E a Equatorial, agora, através dessa CPI, está contratando 1.700 pessoas. Então, é uma prova que a CPI está tendo resultado.

Eu pergunto ao deputado Gessivaldo Isaías se ele tem alguma pergunta para o depoente.

SR. GESSIVALDO ISAÍAS (Republicanos) - Sr. Paulo César, na verdade, eu não sei, porque antes era Cepisa, mas desde o momento que estou naquela Casa - e acredito que o deputado Evaldo também - é a primeira CPI que acontece naquela Casa, tanto da Equatorial como de qualquer outro assunto. Então, desde o dia que eu assumi na Assembleia Legislativa do Piauí, em 2011, até a data de hoje, é a primeira CPI que está acontecendo no Estado do Piauí. Se tiveram antes com outros parlamentares, eu não tenho conhecimento.

A CPI não pode dizer que a Equatorial vai melhorar. Nós estamos apurando os fatos, como você está nos relatando, como outros relataram, como os vereadores também aqui já fizeram audiência pública. E o presidente com o relator, junto com os depoimentos e nós que fazemos parte, vamos mandar sugestões, como ele falou, para o Ministério Público. As ações que vão ser tomadas não dependem da CPI - dependem da CPI o apurar das situações.

Como agente de saúde, Vossa Senhoria já presenciou alguma situação de pessoas que dependiam da energia e essa energia não chegou e houve algum comprometimento daquela pessoa, ao ponto dela vir a óbito ou então de comprometer mais a saúde dela? Essa é uma das perguntas. E a outra pergunta: Vossa Senhoria falou muito na questão da agilidade e ligamento, de ligar, de resolver, mas eu ouvi outro depoimento aqui que fala da qualidade da energia. Vossa Senhoria não acredita que a qualidade da energia também aqui na cidade de Batalha está ruim não? São duas perguntas: a primeira como agente de saúde, se Vossa Senhoria já obteve casos na zona rural de

pacientes que dependem da energia. Por que acredito que devem ter pacientes que dependem em Batalha, pois pode ter um oxigênio ou uma coisa que tenha que ter energia. E a outra seria: como Vossa Senhoria falou só de agilidade, Vossa Senhoria não quis falar também de qualidade de energia daqui de Batalha?

SR. PAULO CÉSAR ARAGÃO (depoente) - Sim, entendi muito bem. Eu me deparei, não só na minha comunidade, assim como em outras localidades, com pessoas que precisavam sim da energia agora nesse problema da Covid, que precisavam de aparelhos para respirar, (precisavam de) inalação, e com a falta de energia, eles não vieram a óbito, mas sofreram lá, porque não tinha energia. E, como eu lhe falei, não tinha energia, eu falei para todos. E como ligar? Para quem? Se não tinha energia, não tinha internet, entendeu? Então, não chegou a acontecer óbito, mas me deparei sim com pessoas que precisavam da inalação, que são aparelhos ligados na energia e não tinha energia.

Sobre a qualidade da energia, evidentemente que, quando a gente está aqui cobrando agilidade, nós estamos exatamente falando de qualidade, porque não presta. A energia da Equatorial aqui no município de Batalha - eu falo de Batalha, porque eu conheço Batalha - não presta. Aí a Equatorial vem aqui dizer que presta, mas não presta. O problema da falta da energia e da oscilação da mesma quando volta, ela fica apagando e acendendo, piscando e os aparelhos queimando por causa da má qualidade de energia. (Falta) investimento neste município, não só no ponto de atendimento para a gente reclamar, porque a gente vai reclamar, mas o investimento dentro do município para que essa qualidade melhore.

Não sei se eu respondi o seu questionamento.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Você sabe quanto a Equatorial investiu aqui na cidade de Batalha, em energia?

SR. PAULO CÉSAR ARAGÃO (Depoente) - Esse número eu não tenho, não vou aqui...eu não vim aqui para mentir, assinei um termo de responsabilidade. O quanto ela investiu, eu não sei, mas se investiu, ainda está investindo pouco pela quantidade de pessoas desse município.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Qual seria a nota que você daria para a Equatorial, de 1 a 10?

SR PAULO CÉSAR ARAGÃO (Depoente) - Diante dos prejuízos que já peguei, é zero.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Quero só agradecer ao Senhor pelo depoimento. O seu depoimento, todos os depoimentos são importantes para o relatório final da CPI.

Mais uma vez eu quero reforçar e dizer que a CPI tem esse caráter de apurar as denúncias. Infelizmente, nós não temos o poder de execução, igualmente aos vereadores desta Casa. Mas mais uma vez, eu quero parabenizar aos vereadores, porque como eu bem disse no início, se todas as casas legislativas tivessem a iniciativa de procurar a Comissão Parlamentar de Inquérito da Equatorial, eu tenho certeza que muitos problemas seriam resolvidos nos municípios piauienses. Tanto é verdade que ontem aqui, como bem disse aqui o depoente, o vereador, esteve aqui a Equatorial, que nunca andou aqui para conversar com a Câmara Municipal. Então, é o primeiro sinal de que a CPI tem resultado positivo.

Agora, eu quero agora convidar para fazer o seu depoimento o prefeito da cidade de Batalha, deste município, o Sr. José Luiz Alves Machado. Ele tem 15 minutos para dar o seu depoimento.

SR. JOSÉ LUIZ ALVES MACHADO (Depoente - Prefeito de Batalha) - Em primeiro lugar, agradecer a Deus por mais um momento muito importante que Batalha está vivendo. Queria agradecer a Deus por mais um dia de luta e, com certeza, mais um dia de conquista.

Eu quero saudar e dar bom dia aos dois representantes do povo do Piauí, da Assembleia, representantes desta Comissão Parlamentar de Inquérito, aqui o deputado Evaldo Gomes e o deputado Gessivaldo. Então, dar um bom dia e saudar eles dois. Dar um bom dia, saudar e parabenizar a esta Casa que muito bem representa o povo de Batalha. Então, em nome de todos os vereadores, eu quero aqui parabenizar e saudar o presidente da Casa, vereador Guilherme, pela atitude importante que esta Casa tomou em convidar, em oferecê-la à Comissão Parlamentar de Inquérito para que acontecesse uma audiência dessas aqui em Batalha. E quero saudar a população que aqui está, agradecer a eles também por participar desta audiência aqui em nome de duas pessoas que muito bem nos representa, nós como batalhenses: o Manoel Divino, cidadão daqui, um dos mais idosos que está aqui, e uma outra pessoa também muito conhecida no nosso município, que faz até parte dos meios de comunicação, o Pastor Lucimar Rocha, que está aqui também fazendo parte, presenciando, ouvindo a esse momento importante, a essa comissão importante, a essa audiência muito importante. Um bom dia a todos!.

Deputado Evaldo Gomes, deputado Gessivaldo e todos que estão aqui, todos que já deram o seu depoimento aqui falaram muito bem a respeito do nosso problema, mas eu quero aqui só complementar um pouco do que foi falado. Deputado Gessivaldo e deputado Evaldo Gomes, Batalha é um município muito grande, territorialmente muito grande, talvez se não o maior, mas um dos maiores da região norte do Piauí. Para que os Senhores tenham uma ideia, nós somos maior territorialmente do que a nossa capital, do que Teresina. Então, temos várias dificuldades no nosso município. E desde quando assumi, do dia 1º de janeiro de 2021 para cá, tive vários diálogos com os representantes da Equatorial. Vários! Fizemos audiência pública com eles, tenho ido a Equatorial, aqui alguns são testemunhas, como o nosso vereador e secretário de Esportes, o Nené, como vice-prefeito também, tenho estado muito na Equatorial, passei quatro anos como vice-prefeito desse município. Como vice-prefeito e representante do povo, estive algumas vezes na Equatorial, estive

tratando assuntos de Batalha e tudo, tratando dessa questão da péssima qualidade de energia que nós temos em Batalha. Ontem mesmo, como o vereador Messias falou, a Equatorial esteve aqui com uma equipe e colocamos para ela, cobramos dela alguns investimentos para Batalha. Olha, deputado, nós somos um município que faz limite com sete municípios, e somos uma cidade que já tem 167 anos de existência, vamos agora em dezembro para 168 anos, e isso nós temos cobrado muito da Equatorial. Por que dela? Porque dos sete municípios vizinhos de Batalha, cinco tem subestação; e nós, com 167 anos de emancipação politica, de vida pública que Batalha tem, não temos subestação. Nós sempre fomos dependentes dos outros municípios, nós somos abastecidos por cinco redes de energia que vem dos outros municípios, das outras subestações. Sempre cobramos isso da Equatorial.

Eu quero até aproveitar esse momento, essa audiência, aproveitar aqui a força da Assembleia, dos representantes da Assembleia que estão aqui, os dois deputados, que nos ajudem, ajude Batalha nesse ponto, por quê? Eu acho que é importante. Nós temos uma região que se limita com Esperantina, que é atendida pela rede que vem de Esperantina, e somos atendidos pela equipe de Esperantina. Aí é que está a questão: se nós tivéssemos uma subestação em Batalha, teríamos que ser atendidos pela equipe dessa subestação. E você imagina uma equipe dessa: vai ter que atender Esperantina e vai ter que nos atender. Já dá para se imaginar que a qualidade do serviço: não vai ser boa. E aí gera um outro problema para o município.

Aqui nós temos no município de Batalha problemas muito sérios e a população cobra muito - e tem que cobrar. Nós, como município, estamos numa situação difícil de atender também melhor essa população, como o vereador Messias falou: a questão da Cosip. Essa rede que vem de Esperantina para Batalha, quem faz a cobrança, quem faz a leitura é uma equipe de Esperantina, quem presta serviço é uma equipe de Esperantina. Se uma canela cai, uma rede dá problema, daqui que essa equipe venha a Batalha, atender Esperantina e também atender Batalha... tenho certeza que nós vamos ficar em segundo ou terceiro lugar.

E um dano maior para o nosso município: a Cosip vai para Esperantina e quem tem a obrigação de atender a essa população com custos é Batalha. Nós não recebemos lá o arrecadado, mas temos que dar manutenção, pagar empresa, comprar material e pagar o consumo da energia, que as lâmpadas consomem. Da mesma forma é Barras. Barras tem uma rede que vem até a entrada da cidade, quem dá manutenção é uma equipe de Barras. Quem leva a Cosip, acredito eu que seja Barras. Da mesma forma é Piripiri, no trecho que nós limitamos com Piripiri vem uma rede atender Batalha. Da mesma forma é lá: a equipe de Piripiri é que dá assistência a essa rede, a equipe de Piripiri é quem faz a leitura e para lá, para o município, acredito eu, vai a Cosip; mas quem dá manutenção é Batalha. Brasileira da mesma forma; Piracuruca da mesma forma. Então, nós somos abastecidos com cinco municípios vizinhos, sendo que nós, talvez somos até mais velhos do que eles. E por que não Batalha?

Eu quero aproveitar esse momento e pedir aos dois deputados que nos deem essa força também para conseguirmos essa subestação para Batalha, para que possamos resolver também esse problema. Todos esses cinco municípios é que dão assistência ao nosso território e aos territórios deles, então significa que nós ficamos, volto a dizer, em segundo lugar. Se tivéssemos uma equipe aqui em Batalha dando assistência ao município todo, seria bem mais fácil, seria melhor o acesso da população à Equatorial, até mesmo uma informação. Uma pessoa vir de uma região, já que Batalha é um município muito extenso e às vezes não tem telefone, a pessoa chega, quem vem da zona rural chega na cidade (e diz): "Olha, a região tal, a comunidade tal está sem energia". Eu acredito que vai melhorar muito o atendimento.

Mas tudo que falaram é verdade, deputado. É verdade! Eu, como gestor, fica difícil de prestar um serviço, você pode até ter vontade de querer prestar um serviço melhor para sua população, mas fica impedido. Ontem, na minha fala aqui com o Dr. Paulo Amorim, eu disse para ele: nós temos 13 PSFs em Batalha, temos mais ou menos 22 ou 23 bases de saúde nesse município, a maioria delas tem consultórios odontológicos, tanto na zona urbana quanto na zona rural, e os consultórios odontológicos não conseguem funcionar por questão de energia. Diante disso, como prestar um serviço melhor para a população,?! Estamos, aqui, em uma caminhada para melhorarmos muito a Educação de Batalha. Estamos em uma empreitada muito difícil: um dos maiores calos, gargalho da cidade é a questão da energia. Batalha nunca teve uma sala de aula climatizada; estamos tentando oferecer isso para nossa população, porque ela merece, nosso aluno merece. E aí há uma dificuldade muito grande.

Tive uma dificuldade muito grande de montar uma estrutura em um colégio com dez salas de aula dentro de uma quadra de esportes, toda coberta com alambrado; um espaço - que é quente, para demolir uma escola - que tem aqui perto e fazer uma escola nova começada do zero. Surgiram dois problemas nessa escola: um é que tem uma rede que passa por cima do terreno da escola, por isso, para levantar o prédio novo, a construtora teve que chegar a parar o serviço para tirar essa rede. Na escola nova que montei, fizemos um ofício para a Equatorial em 08 de agosto de 2022, quando comecei a montar a estrutura para a escola passar a funcionar em 2023. A escola começou a funcionar, contudo, "cadê" a energia?! Fui até hostilizado na rede social por conta disso. Com a qualidade de energia que temos, é difícil aplicar o que foi planejado. Por exemplo, temos, em Batalha, mais ou menos 350 chafarizes, sendo muito cara à prefeitura a sua manutenção mensal.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Prefeito, pela regra da lei, temos um tempo, por isso, queria que V. Exa. concluísse em dois minutos o seu depoimento para que pudéssemos fazer as perguntas.

SR. JOSÉ LUIZ ALVES MACHADO (Prefeito de Batalha - depoente) - Está bem! Tudo isso que os outros depoentes falaram é verdade. E algo a mais: pessoas que têm problemas de saúde e que moram na zona rural se queixam. Eu mesmo já tive que levar minha mãe para outra cidade, porque, aqui, na cidade faltou energia. Tive que levá-la a um hospital mais próximo de onde tinha um gerador.

Tudo isso que foi falado é verdade, mas, como o Deputado Gessivaldo falou, não queremos tirar a Equatorial ou prejudicá-la; queremos é a solução do problema para, então, poder resolver todos os problemas do mundo. Como prefeito, enfrento problemas, assim como a Equatorial, a Assembleia, o Governo do Estado. Todos os problemas do mundo se resolvem desta forma: conversando, dialogando, achando caminho para resolvê-los, achando, portanto, o caminho da solução.

Este é o meu depoimento! Estou aqui para responder às perguntas.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Prefeito, vou lhe fazer duas perguntas. V. Exa. tem conhecimento de quantas famílias em Batalha não têm energia?

SR. JOSÉ LUIZ ALVES MACHADO (Prefeito de Batalha - depoente) - Hoje, acredito que temos em torno de 150 famílias.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Que não tem energia?

SR. JOSÉ LUIZ ALVES MACHADO (Prefeito de Batalha - depoente) - Que não tem energia!

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Segunda pergunta: Aqui no município já deixou de ocorrer a aula por falta de energia?

SR. JOSÉ LUIZ ALVES MACHADO (Prefeito de Batalha - depoente) - Já!

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Quantas vezes?

SR. JOSÉ LUIZ ALVES MACHADO (Prefeito de Batalha - depoente) - Não tenho ideia.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Perdeu a conta?

SR. JOSÉ LUIZ ALVES MACHADO (Prefeito de Batalha - depoente) - Perdi a conta, não tenho ideia!

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Estou satisfeito.

Com a palavra o deputado Gessivaldo Isaías.

SR. GESSIVALDO ISAÍAS (Republicanos) - Prefeito, pelo que entendi... queria tirar a dúvida para ficar registrado... os municípios recebem uma taxa para manter a iluminação, caso queime uma lâmpada, um poste. Pelo que pude entender, tanto pelos anteriores, quanto pela sua fala, Batalha não recebe essa taxa?! Fica, então, para Piripiri, Barras, Esperantina?

SR. JOSÉ LUIZ ALVES MACHADO (Prefeito de Batalha - depoente) - Essa taxa é paga por, nós, consumidores. Uma empresa chamada Cosip arrecada o dinheiro e repassa para o município. A leitura de energia é feita por uma equipe de leituristas de Esperantina, assim, o "talão" refere-se à Esperantina, nesse contexto, o consumidor deve pagar àquele município.

Para o Senhor ter uma ideia, só o consumo de energia pública de Batalha - o consumo de energia da rua, não de prédio - está em torno de R$120.000 mensais. O que arrecadamos, mensalmente, de Cosip está em torno de R$45.000 e R$50.000. Assim, para complementar/pagar esse consumo de energia, temos que usar dos próprios recursos do município.

SR. GESSIVALDO ISAÍAS (Republicanos) - Essa leitura que é feita naquela região em que o "talão" é de Esperantina, que é de Piripiri, esse recurso todo vai para lá?

SR. JOSÉ LUIZ ALVES MACHADO (Prefeito de Batalha - depoente) - Só pode ir para lá!

SR. GESSIVALDO ISAÍAS (Republicanos) - Sobre a outra pergunta: V. Exa. falou muito da questão da saúde também, tendo o deputado Evaldo perguntado sobre a Educação. Esses postos de saúde - não digo nem posto - as UPAs?!...

SR. JOSÉ LUIZ ALVES MACHADO (Prefeito de Batalha - depoente) - UBS!

SR. GESSIVALDO ISAÍAS (Republicanos) - UBS! Eles têm sofrido por conta da falta de energia a ponto de V. Exa ter que tirar pacientes e mandar para Teresina?

SR. JOSÉ LUIZ ALVES MACHADO (Prefeito de Batalha - depoente) - Não! Contudo, deixamos de atender. Somente o hospital encaminha pacientes para Teresina, mas deixamos de atender. E essas famílias, como eu disse, que moram na zona rural - como é o caso da minha mãe, porque ela depende de aparelho - são obrigadas a sair de lá, porque naquela área, geralmente, demora-se entre cinco a doze dias para restabelecer a energia, isto é, se os pacientes apresentarem uma crise, morrem.

Estando na cidade, estará mais próximo do hospital. No hospital falta energia, mas lá temos um gerador. Se isso acontecer é questão de dez a vinte segundos para restabelecer a energia. Tenho orientado muito a população sobre isto: se tiver pai, parente, venha morar na cidade, não tem jeito. A não ser que a comunidade onde você more esteja próxima da cidade ou então que tenha uma estrada que dê garantia de se chegar ao hospital. É isso!

SR. GESSIVALDO ISAÍAS (Republicanos) - Para encerrar, farei a pergunta que o deputado Evaldo faz: qual a nota - entre um e dez - que V.Exa., como gestor da cidade, daria para Equatorial?

SR. JOSÉ LUIZ ALVES MACHADO (Prefeito de Batalha - depoente) - O município de Batalha é parceiro da Equatorial em resolver os problemas. Contudo, tenho que falar a verdade, daria nota três.

SR. GESSIVALDO ISAÍAS (Republicanos) - Obrigado, Perfeito!

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Prefeito, queria agradecer o seu depoimento e dizer que o depoimento de V. Exa. é

muito importante, tendo em vista que a nota três indica reprovação.

A Equatorial, realmente, tem deixado muito a desejar em Batalha. Nós, na condição de parlamentares, na condição de Presidente desta CPI, na quarta-feira, ouviremos a direção da Equatorial, a direção-geral da empresa. Portanto, esses depoimentos que foram feitos por pessoas de Batalha são de grande importância, porque a situação é muito grave, principalmente, em relação às crianças estarem sem aula por falta de energia. Essa é uma questão que precisamos cobrar, de forma dura, a Equatorial. Não podemos permitir que as crianças deixem de estudar, porque, infelizmente, a empresa não tem correspondido com os anseios da população no quesito "energia". Até mesmo porque a população paga taxas altas, taxas, em alguns momentos, abusivas. Segundo vários relatos de depoentes dos líderes comunitários de Teresina, ficou bem claro que as taxas são abusivas. Por isso, buscaremos resolver toda essa problemática por meio desta CPI.

Mais uma vez, reforço aos senhores vereadores, ao prefeito desta cidade, às pessoas que aqui estão, à população, que esta CPI já tem começado a dar resultado, porque, pela primeira vez, tenho conhecimento de que a direção da Equatorial veio até ao município para conversar com a Câmara Municipal e com o prefeito. Queria saber se V. Exa. deseja concluir o seu depoimento para encerrarmos as oitivas desta reunião.

SR. GESSIVADO ISAÍAS (Republicanos) - Só para contribuir com o próprio relatório de V.Exas., quero dizer que estive em uma audiência, em Piripiri, da PPM e da Equatorial. Se não me engano, fui o único prefeito que estava lá. Até questionei sobre esse fato. Para engrandecer e enriquecer o relatório: em uma UBS tem vacinas, elas não podem ficar sem energia, porque estraga, com isso, tem que trazer para a cidade.

Estamos na Secretaria de Saúde montando uma estrutura para se guardar vacina, mas temos que ficar em alerta. Se faltar energia durante a madrugada, é preciso correr para o hospital onde há o gerador. Quantas merendas escolares não estragaram por falta de energia?! Ou casos de ter que ligar para a Secretaria de Educação para informar sobre a falta de energia em determinado colégio?! Passado o tempo, de manhã não chegou a energia, de tarde também não, o freezer não aguenta mais... tem que ir lá e retirar a comida para um lugar onde haja energia. Portanto, para enriquecer o relatório, questiono, tanto na Saúde, quanto na Educação, incluindo todos nós: quantos Batalhenses não perderam algum alimento em sua geladeira por conta disso?!

SR. JOSÉ LUIZ ALVES MACHADO (Prefeito de Batalha - depoente) - Obrigado, Deputado! Quero agradecer, parabenizar e, também, dizer à Assembleia que sempre que precisar de Batalha...não posso falar em nome da Câmara, mas a conheço bem... tenho visto esta Casa sempre de portas abertas, com boa intenção e vontade de resolver os problemas do município, da população. Somos muito gratos a ela. Somos Batalhenses de sangue, fé e coração.

Muito obrigado!

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Nós que agradecemos, prefeito!

Queria, inclusive, agradecer, mais uma vez, à Câmara Municipal por esta oportunidade, por darem uma contribuição muito importante e valiosa. Se todos os municípios do Piauí pudessem chamar esta Comissão para ouvir a população, o Poder Público seria de grande importância para resolver, solucionar todos os problemas da falta de energia do Estado do Piauí.

Agradeço à Vereadora Kátia, que teve a iniciativa de apresentar este requerimento com todos os vereadores. Agradeço, aqui, ao Presidente da Casa, senhor Guilherme Machado; ao Vice-Presidente, senhor Sebastião Sampaio. Enfim, agradeço a todos os vereadores que contribuíram para estarmos aqui hoje, para que, pelos depoimentos colhidos nesta manhã, Deputado Gessivaldo e eu possamos contribuir com nosso relatório.

Uma coisa é certa: estamos praticamente chegando ao término desta CPI e continuamos fazendo nossa parte, porque caso o Plenário da Assembleia Legislativa aprove o relatório feito por esta Comissão e caso chegue, em mãos, do Ministério Público, acompanharemos de perto. Não daremos trégua para a Equatorial.

Como bem disse o Deputado Gessivaldo, não somos inimigos da empresa, de maneira alguma, ela tem um papel importante no sentido de gerar emprego, de dar oportunidade para os piauienses. Entretanto, tem contribuído com a falta de crescimento do nosso estado, porque não tem energia acessível às empresas, às indústrias, aos pequenos comerciantes, ocorrendo denúncias graves - como essas do prefeito - de que crianças deixam de ir à sala de aula, porque não tem energia. Se tivéssemos energia eficiente, de qualidade, com certeza, o Estado do Piauí teria mais oportunidade de gerar empregos, porque indústrias se instalariam aqui no nosso estado.

Temos informações - por parte de entidades representativas dos empresários, da classe empresarial - de que empresas deixaram de se instalar aqui no Piauí, porque não teve incentivo pela Equatorial no que diz respeito à energia. Comerciantes e pequenos industriais que estão há um ano brigando para ter energia funcional e, naturalmente, produzir, gerar emprego e, consequentemente, renda. A nossa missão é esta: cobrar, exigir da Equatorial o respeito ao povo do Piauí.

Por isso, prefeito, agradeço o acolhimento, agradeço, também, aos vereadores, à população que aqui esteve presente. Em nome da Assembleia Legislativa, em nome da Comissão, Deputado Gessivaldo e eu agradecemos a cada um.

Obrigado e até a próxima oportunidade!

Declaro encerrada a sessão.

REGISTROS TAQUIGRÁFICOS DA DÉCIMA OITIVA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA EQUATORIAL/PIAUÍ, DA VIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.

COMISSÃO - Audiência da Décima Oitiva da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI.
TEMA - Investigar fatos determinado, com período certo, ouvir depoimentos com a finalidade de atender os interesses da população piauiense , relativos ao fornecimento de energia da Equatorial-Piauí.
PROPONENTE- Deputado Evaldo Gomes
COMPONENTES
PRESIDENTE- Deputado Evaldo Gomes
RELATOR- Deputado Nerinho
MEMBROS EFETIVOS - Deputada Simone Pereira, deputada Gracinha Mão Santa e deputado Hélio Isaías
SUPLENTES- Deputados Rubens Vieira, Ziza Carvalho, Wilson Brandão.

PRESIDENTE(Evaldo Gomes - Solidariedade) - Bom dia a todos, bom dia a todas! Mais uma reunião da CPI, essa é a 10ª oitiva da CPI da Equatorial. Essa CPI tem o requerimento inicial de Nº95/23, assinado por este deputado e demais outros deputados da Casa e, após cumprir as formalidades, então foi criada esta Comissão Parlamentar de Inquérito, com prazo inicialmente de 120 dias, podendo ser prorrogado por mais metade desse prazo. O objetivo é apurar a má prestação de serviço prestado pela empresa Equatorial tanto na capital, quanto no interior do estado.

Nós temos como presidente desta CPI, o deputado Evaldo Gomes, como relator, o deputado Nerinho, os demais membros: Simone Pereira, Gracinha Mão Santa, Gessivaldo Isaías, Ziza Carvalho e Wilson Brandão.

Eu queria saber da secretária auxiliar se já assinou o documento o nosso depoente de hoje? É o Sr. Hélio Reinaldo Rafael Filho, diretor-presidente da Equatorial. Nós temos aqui o tempo de 15 minutos, deputado Nerinho, deputado Wilson Brandão. Eu pediria que o deputado Wilson Brandão, que o mesmo pudesse estar aqui conosco na Mesa. Nós temos aqui a presença do deputado Nerinho, relator, deputado Wilson Brandão, deputado Ziza Carvalho, que hoje virou titular pela ausência da deputada Gracinha Mão Santa, que inclusive mandou aqui um documento justificando a sua ausência. Então, você passa a ser titular nesta reunião.

Então, nós temos aqui já o presidente Hélio Reinaldo Rafael Filho, já assinou o documento que garante ele falar só a verdade simplesmente a verdade dos fatos. Nós temos aqui o tempo de 15 minutos, mas ele pode se estender sim até 20 minutos, se achar necessário, até mais dois minutos, então ele tem mais sete minutos para apresentar aqui as suas considerações sobre o tempo abordado.

Então, com a palavra o Sr. Hélio Reinaldo Rafael Filho, que é o diretor-presidente da Equatorial.

SR. HÉLIO REINALDO RAFAEL FILHO (Depoente - diretor-presidente da Equatorial) - Bom dia, deputado Evaldo Gomes, presidente desta Comissão; bom dia, deputado Nerinho; bom dia, deputado Wilson Brandão, em nome do qual eu gostaria de saudar as demais autoridades aqui presentes; bom dia a todos, Senhoras e Senhores.

Eu sou Hélio Rafael, presidente da Equatorial/Piauí e, gostaria, antes de entrar propriamente dito na apresentação para esclarecer mais do que a nossa obrigação nos fatos, falar um pouco das oportunidades que nós encontramos e estamos enfrentando.

Tenho 24 anos no setor elétrico, dos quais mais de 22 anos dedicados a distribuição de energia elétrica, percorrendo 200 áreas da empresa até chegar a posição de diretor-presidente da Equatorial/Piauí. Nessa apresentação, fui buscar, deputado, presidente desta Comissão, cumprir meu tempo, mas desde já agradeço a oportunidade de estender um pouco mais, nossa apresentação vai passar por um olhar do que nós encontramos ao chegar no estado do Piauí, em 2018. Vamos comentar tudo que foi feito desde então, até esse momento; olhar com muito carinho os planos e investimentos para o ano de 2023 e falar um pouco do futuro. Mas antes de entrar, propriamente dito, gostaria de trazer uma informação de relevância, que o grupo Equatorial foi o único grupo empresarial a encarar o desafio de fazer essa transformação, de fazer essa mudança da distribuição de energia elétrica no estado do Piauí, que começou em 2018, a nossa chegada. Assim como acontece com uma grande casa fundação, quando nós recebemos e, aqui estamos falando de uma grande residência com 56 anos, precisávamos olhar com muita intensidade, com muito carinho as fundações dessa residência. E entendam residência, que já tinha uma família grande e que cresce a cada dia. A fundação, durante o processo de diagnóstico, de avaliação, as imagens falam muito mais do que palavras, a fundação, quando a gente olha para o setor elétrico de distribuição, no caso sistema elétrico de potência, estamos falando de grandes ativos, estamos falando de subestações, estamos falando de redes. Essas são as condições das subestações na chegada do grupo Equatorial no estado do Piauí, subestações incompletas em um estado de abandono, sem segurança, sem padronização e, a época não atendia se quer a demanda já existente, muito menos a necessidade de crescimento e o desenvolvimento do Estado. Em menos de cinco anos fizemos uma transformação plena no que diz respeito à subestações, foram doze novas subestações e mais 40 subestações totalmente renovadas, o que leva uma condição também nova. Estamos falando aí, fazendo uma comparação entre a gestão pública e a gestão privada,

treze novas subestações por ano, contra um pouco mais de uma e meia subestação, na época da gestão pública.

E aqui mais uma vez, estamos falando dos grandes ativos, subestações que precisam transformar a energia para levar efetivamente essa energia para a nossa sociedade, para o piauiense. Evidentemente, esse trabalho continua, essa residência não está completamente resolvido sob o ponto de vista de subestações, de grandes ativos, a gente precisa continuar com esse trabalhos. E aqui trazendo um pouco das imagens, das entregas do que foi feita, efetivamente, em menos de cinco anos, aqui preciso ressaltar que é pouco tempo para fazer uma transformação no estado tão grande como o estado do Piauí. Quando olhávamos grandes fundações, grandes ativos, ativos que são necessários para fazer o transporte dessa energia para o nosso cidadão, para o nosso cliente, para toda a área do estado do Piauí, a gente vai levar isso através de redes. Aí estão também algumas imagens, redes que foram encontradas completamente sem foco na segurança, redes de cabos nus. Sempre falamos de uma rede muito sucateada, mais de 40 anos sem a devida manutenção e fizemos um trabalho muito forte, instalando redes compactas, seguras com cabo coberto, são mais de 10 mil quilômetros de rede. E aqui já trazendo um pouquinho do que vem pela frente, são mais de cem obras de flexibilização do sistema. Vamos entender um pouquinho, nem todo entende efetivamente e nem precisa entender do sistema de distribuição. Precisamos fazer transporte dessa energia através das linhas, fazendo a transformação através das nossas subestações e a gente precisa fazer isso com segurança mas o estado é muito grande. Precisamos de obras que flexibilize esses grandes blocos de cargas, essas cem obras de flexibilização permitem, trazendo aqui um conceito mais simples, que ao faltar energia por alguma intercorrência que acontece em uma linha efetiva de distribuição, a gente possa fazer o transporte, ou seja, a recomposição através de uma outra linha e, para isso são necessários pequenas obras de flexibilização. É exemplo de Barra Grande, a gente tinha apenas um alimentador; alimentador esse que trazia uma dificuldade nesse processo e, hoje são seis alimentadores. Foram construídos dois novos alimentadores. Esse ano a gente vai avançar cada vez mais nessas obras de flexibilização, falarei um pouco mais na frente, para 2023.

Essa imagem, para mim, representa, eu acredito que é a imagem mais poderosa no que diz respeito a uma transformação séria, responsável e técnica. A imagem do centro de distribuição de operações das nossas equipes, do lado esquerdo, sistema descentralizado sem padronização, sem sequer investimento em software para fazer a garantia da eficiência das equipes de campo.

Aqui nós temos do lado direito um centro da operação integrado completamente moderno mesmo. E aqui já aproveito a oportunidade para deixar o convite para esta Casa, todos aqui presentes e o que não estão, de conhecer nosso centro de operações Integradas completamente moderno, eficiente que faz o acompanhamento de 100% das equipes que estão em campo, sejam elas em serviços comerciais ou técnicos. Foram mais milhões investidos só em tecnologia. É muito investimento mostrando o arrojo do grupo em fazer essa transformação. Aqui mais uma vez quero fazer o registro: muito foi feito, mas sabemos e reconhecemos que ainda há muito a ser feito.

Falamos de subestações, de linhas, o centro nervoso que acompanha as equipes, a gente precisa de uma frota eficiente. Nós somos uma empresa que leva materiais a todo o estado, do extremo sul ao extremo norte, região metropolitana, precisamos de uma frota, equipamentos modernos e capazes de fazer isso com qualidade e com segurança. Faço questão de frisar a questão de segurança. Nossa frota é renovada a cada três, quatro, cinco anos, a depender do estado do veículo, pode ser até antes. Esse trabalho também continuou..

Aqui na imagem para mostrar o padrão que a gente busca para Equatorial Piauí, um padrão de excelência, um padrão com muitos investimentos em treinamento e capacitação.

Olhamos a distribuição sob o ponto de vista técnico dos grandes blocos de energia, dos grandes ativos, vou falar mais a frente da automação da rede que foi feita e continua sendo feita, mas tudo isso leva para o atendimento do nosso cliente. Precisamos, efetivamente, entregar oportunidade de fazer um relacionamento profissional com nossos clientes.

Aqui do lado esquerdo, Senhores, eram as agências de atendimento da Equatorial antes da gestão privada, no caso da Cepisa, que não tinha conforto, não tinha padrão padronização e, ainda conseguia um ambiente de atendimento comercial com técnico, trazendo até uma dificuldade do entendimento daquela casa, daquele ambiente. Fizemos uma transformação intensa, o cliente da Cepisa conseguia abrir uma solicitação, porque apenas 31% do estado tinha agências de atendimento, 31% do estado tem agência de atendimento. Aqui vamos trazer um evento na cidade Morro Cabeça do Tempo, um cliente precisava andar três horas para Curimatá para ser atendido. Faço questão de repetir, três horas para conseguir abrir uma reclamação, uma solicitação ou mesmo tirar alguma informação. Hoje 100% do nosso estado é coberto de agências de atendimento de postos credenciados. Mas nós não paramos por aí, isso não era suficiente para levar efetivamente o atendimento de qualidade. À época não existia sequer um call center em Teresina ou até mesmo no Piauí, o call center ficava em Brasília. Call center que não tinha posto de atendimentos suficiente para atender as demandas da época, levando a uma demanda reprimida muito forte. Hoje nós temos um call center moderno, estruturado, forte, está aí a imagem. Também reforço aqui a oportunidade de convidar a todos os Senhores e Senhoras para conhecer o nosso call center que está passando, inclusive, por uma ampliação. São mais 700 novos posições de empregos para o estado do Piauí, aqui em Teresina. E aqui uma observação: eu venho do outro grupo empresarial, são poucas as distribuidoras do país que

tem o privilégio de ter um call center na área de concessão.

Podemos ter parado por aí se fôssemos apenas olhar o que existia, foi feito toda uma repaginação, uma entrega mais moderna, mais capaz de atender e receber as reclamações dos nossos clientes, o que antes não era possível. Então, sim, estamos abertos a conversar com toda e qualquer entidade, toda e qualquer organização, todo e qualquer cliente, seja no industrial, comercial, residencial, área urbana e rural. Nós avançamos, criamos novos canais de relacionamento. E aqui eu trago, obviamente, um canal moderno, que é a Clara. A Clara é um sistema de inteligência artificial que permite que qualquer cliente da Equatorial Piauí em qualquer hora do dia ou da noite possa fazer comunicação com a nossa empresa, levando qualquer tipo de informação, solicitação ou reclamação. Mais uma vez reforço a abertura e a transparência da empresa para receber as reclamações e fazer o seu devido tratamento.

Números para mostrar o quanto isso foi aceito e bem-aceito pelo piauiense, pelos nossos clientes: mais de quatro milhões de interações somente com a Clara. Ou seja, é um recurso disponível para que a gente consiga cada vez mais capturar onde há necessidade de evoluir e enfrentar o desafio de continuar essa transformação, que foi iniciada em 2018.

Aqui eu quero voltar pra um bloco, eu comentei de uma forma muito rápida, falando dos investimentos em tecnologia, mas pra deixar muito claro, o compromisso do grupo da Equatorial Piauí com o piauiense, desde a nossa chegada, em nível de investimento realizado nessa empresa foi mais de dois bilhões, mais de dois bilhões de reais foram investidos. Mesmo durante a pandemia, momento esse tão difícil pra todo brasileiro, nós não paramos, as equipes ficaram em campo, enquanto nós estávamos em casa, as equipes estavam em campo dando continuidade a esse processo de transformação. E aqui por motivos... nós temos uma empresa de capital aberto, não posso trazer um número exato, mas 2023 é o maior investimento da Equatorial Piauí desde da chegada do grupo não estado.

Olhamos um pouquinho do que aconteceu até agora, falar um pouco mais dos planos de investimentos para 2023 e aqui um destaque, aqui não é o plano de investimento completo, eu trouxe apenas e simplesmente o recorte desse plano para demonstrar que esse trabalho na fundação da empresa continua, que são linhas de distribuição, subestações, grandes ativos para continuar esse processo que sabemos que ainda há áreas no estado do Piauí com carência de energia, que a gente precisa chegar lá com mais qualidade. Estamos falando de mais de 160 milhões de investimentos só nesses grandes blocos. E aqui quero ressaltar, por exemplo, uma linha de 138 em Redenção do Gurgueia e Curimatá. Linha que leva a um desafio enorme, aí eu trago aqui, deputada Simone, da região, são mais de 83 quilômetros de uma linha de 138KV de potência, que há necessidade de licenças, um processo construtivo robusto e que requer um corpo técnico eficiente para fazer isso acontecer dentro dos prazos, dentro dos prazos que a gente precisa para levar mais uma vez a qualidade de energia pra os nossos clientes. Aqui a gente está falando de investimentos, que vão permear todas as regiões do estado do Piauí, região metropolitana, região sul e região norte. Não teria tempo suficiente para abrir cada uma dessas linhas, mas me coloco à disposição para fazer em outro momento

Aqui quero trazer uma novidade e a comprovação do que foi comentado até então. Iniciamos um processo da construção de uma nova subestação; essa subestação fica no centro ao lado do complexo da Equatorial Piauí, a subestação foi iniciada este ano e ela já foi finalizada em tempo recorde. Subestação pronta que vai trazer mais flexibilidade, mais potência para a área do polo médico, uma área superimportante e relevante para Teresina, para o nosso estado. E trazer também mais possibilidade para setor comercial daquela região. São quinze bairros contemplados estamos, estamos falando de 110 mil pessoas beneficiadas com essa nova subestação, que ainda vai ser inaugurada. E aqui é o terceiro convite que eu faço a esta Casa para participar dessa inauguração tão importante para o estado do Piauí.

Aqui eu trago uma outra boa notícia pra esta Casa, nós já tínhamos uma subestação móvel - não sei se todos tem o conhecimento do que seria isso - é uma subestação como outra qualquer, mas sobre rodas. Isso permite também um outro tipo de flexibilização a exemplo da nossa área de Parnaíba, do litoral hoteleiro, a parte de turismo do estado do Piauí, em que em algum momento de anos anteriores passamos aí por dificuldades e, além das novas redes e ativos que foram construídos, essa subestação traz uma capacidade de ampliar essa potência em momento específico de festividade. Aqui estamos falando de investimento de doze milhões. E a boa notícia é que nós adquirimos uma outra subestação móvel, que chegará aqui ao Piauí no dia 30 deste mês. Serão duas subestações móveis e, ela tem capacidade de atender quarenta mil clientes. Mais uma oportunidade de flexilidade.

Um lembrete super-relevante e importante - o processo de manutenção do nosso sistema, até pra dar continuidade ao crescimento, em vários momentos ele precisa ser feito desligado. Então, antes o que havia um volume maior de desligamento, fruto desse investimento, inclusive da subestação móvel, a gente consegue fazer a reparação, a manutenção, o incremento, a ampliação de uma subestação sem o cliente sentir esse processo. Aqui é mais um benefício de uma subestação como essa. E não para por aí, a Equatorial continua avançando e, a gente precisa olhar para o social. Aqui eu quero destacar dois grandes projetos, são vários, muitos projetos que a Equatorial trabalha junto com toda a sociedade pra levar cada vez mais energia, sustentabilidade e apoio do extremo norte ao extremo sul, região metropolitana.

Mas quero destacar que o projeto de empregabilidade, são mais de mil setecentos

empregos, não só no call center, não só na própria Equatorial Piauí, não só na força de trabalho que nós temos, mas também em outras empresas do grupo Equatorial, uma grande usina solar que tem em construção, entregando aí mais de mil oportunidades para estado do Piauí.

E tarifa social - nós temos um estado que há uma participação de famílias de baixa renda, muito relevante para estado, pelo terceiro ano consecutivo e aqui um trabalho, fruto de parceria com o poder público municipal, entre dados da Equatorial, o governo do estado, enfim, uma série de agentes aqui envolvidos para garantir um cadastro efetivo pelo terceiro ano consecutivo. Aqui, Senhores, essa informação é da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel - nós somos o primeiro lugar nacional, ou seja, o estado que tem o melhor aderência ao cadastro social. Isso traz uma economia de cento e cinquenta e quatro milhões para essas famílias, podendo reverter, obviamente, para a sociedade, para o mercado local, levando mais energia, mais possibilidade de crescimento. Aqui trazendo um pouco mais de detalhe - essa tarifa social garante até 65% de desconto na fatura de energia.

Aqui em resumo, até em função do meu tempo, do que é feito para a cultura são mais de 250 projetos, mais de 25 milhões investidos na cultura do Estado do Piauí, mais de 10 mil geladeiras entregues. Esse trabalho continua de sustentabilidade, trabalho muito de reciclagem, mais de mil toneladas de resíduos coletados. Ou seja, um trabalho que vai desde a estrutura técnica, desde a estrutura de relacionamento e atendimento a questões sociais. E a empresa não para por aqui. Eu estou perto de terminar, deputado.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - SDD) - Tem tempo ainda suficiente.

SR. HÉLIO REINALDO FILHO (Presidente da Equatorial) - Obrigado, deputado.

Esse é um programa de muita relevância para o estado do Piauí, muito foi feito no Luz para Todos, no início desse processo para cada quilômetro e redes falavam de nove a dez clientes agregados. E, nesse momento estão falando dois, três clientes agregados, o que mostra que está ficando cada vez mais raro, mas ainda há muito a ser feito, registro também. Esse ano é ano de maior investimento do Luz para Todos e que tem que ser feito com muita responsabilidade em função dessa capilaridade, dessa dispersão que traz dificuldades operacionais para esse tipo de trabalho técnico e robusto.

Aqui trago também uma solução para aquelas áreas mais distantes, na nossa rede que ainda não chegou, nós denominamos esse sistema do (...) nome técnico, mas nada mais é do que placas solares e bancos de baterias, para ligar esse cliente, que está no extremo, longe da nossa rede ainda esse ano. Até agora já foram ligados mais de 1600 famílias com esse sistema dentro do programa Luz para Todos.

Não menos importante, para finalizar, o grupo a Equatorial Piauí precisa olhar para esse *pool*, precisamos olhar para dar continuidade a esse processo de transformação, perdoe-me se estou muito repetitivo isso, mas continua o olhar para as fundações, para as grandes subestações linhas, continua os nossos sistemas para serem cada vez mais eficientes, continua nos relacionamentos e canais de atendimento recepcionando as demandas represadas não realizadas na época da gestão pública, mas tem que olhar para o futuro trazendo sustentabilidade. O mundo inteiro está falando em boa eletrificação, alguns países em normas até 2030, 2050. E obviamente, o grupo Equatorial trabalha fortemente. Nós temos já poste de recarga elétrica e um corredor que sai daqui de Teresina a São Luís. Claro, isso ainda é uma demanda muito pequena, mas é pra demonstrar o compromisso de olhar também para o futuro, enquanto precisamos corrigir problemas do passado.

E para finalizar, eu gostaria, deputado, presidente Evaldo Gomes e demais autoridades presentes, primeiro de agradecer a oportunidade de fazer essa apresentação, trazendo um pouco mais de esclarecimento para aqueles que nos ouvem, mas muito mais para ratificar o compromisso do grupo da Equatorial, de manter essa energia alta, de manter esse processo de transformação acontecendo, porque temos convicção que há muitas áreas que precisam de investimentos de atenção e, é isso que a Equatorial busca fazer todos os dias. Nós temos um time forte, dedicado, compromissado em fazer essa transformação e encarar isso de frente.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - SDD) - Nós temos agora o questionamento dos deputados. O Sr. presidente da Equatorial está aberto para ouvir o deputado e, naturalmente responder os questionamentos dos mesmos.

Com a palavra o deputado Gessivaldo.

Eu pediria que pudéssemos fazer um bloco de três deputados. Já temos o deputado Gessivaldo, o deputado Wilson Brandão, a deputada Simone. Os três deputados vão fazer os questionamentos para o presidente e, naturalmente, ele vai ouvir os três e, logo após isso ele responderá os questionamentos dos três deputados.

SR. GESSIVALDO ISAÍAS (Republicanos) - Bom dia, presidente, bom dia Senhores deputados, bom dia a todos vocês da Equatorial, o doutor Hélio, não é isso? Eu vou ser sincero, eu sou piauiense, nascido em Teresina e acompanho todo o processo dessa questão de energia desde a época da Cepisa, tudo que o Senhor imagina de Teresina, em relação do dia que eu nasci até hoje, eu sei do sistema. Não propriamente dentro do sistema, eu conheci o deputado Wilson Brandão ainda jovem lá na Cepisa, faz um tempinho.

Então, o que eu estou sentido da população com a Equatorial? Não estou falando do deputado Gessivaldo, porque aqui cada deputado representa a população. O que eu tenho sido bombardeado quando nós falamos de Equatorial, quando as pessoas nos dirigem, nos cobram, porque é no meu gabinete, é nas redes sociais, tudo que vocês imaginam, vem para cima desta Casa e para cima dos parlamentares. Quando a transição de sair do serviço público para o

privado, eu não sou contra privado, eu acho que nós temos qualidade no privado, um pouco pode ter, melhorou o sistema da Equatorial com relação, melhorou. Mas, o que a população tem reclamado e o que eu tenho sentido também? Primeiro ponto: eu como representante do povo do estado do Piauí, pelo menos, assim de quase 30 mil pessoas, sinto dificuldade em comunicação com a Equatorial. Como cidade que eu já falei aqui, Rio Grande do Piauí, que lá nós temos postes de madeira e gambiarra, já fiz cindo ou foi quatro solicitações para a Equatorial olhar como é que pode tirar aqueles postes de madeira do centro da cidade. Não atendendo ao deputado, porque eu não preciso disso, eu estou atendendo a pedido da população, do prefeito, dos vereadores que requisitaram ao parlamentar, então nada aqui que eu fale eu estou falando do individual, eu estou falando do coletivo.

Quando era o público, existia um feedback da diretoria ou dos diretores com a casa legislativa. Eu sei que existe uma pessoa que, inclusive, é uma pessoa que tem se desdobrado e, até esses pedidos eu tenho feito através dele, porque eu não consigo chegar até a empresa. Eu já tentei chegar à Equatorial três vezes, mas na porta eu não consigo chegar a diretoria. Isso eu estou lhe falando, porque eu fui com um registro meu lá na portaria e, eu não consigo falar com o presidente do Piauí, com o diretor do Piauí, na época eu fui e não era você, acho que era outro. Aí eu desisti, justamente para reclamar isso aqui, deputado Nerinho. Eu falei de Rio Grande do Piauí, porque é a cidade que me marca, porque lá foi o prefeito, o vereador que me pediram e o povo. Essa dificuldade que essa Casa tem, distancia do povo também, porque esta Casa representa o povo. Todos os deputados aqui tem municípios que são reclamados. Então, eu gostaria que vocês da Equatorial pensassem, lógico, da pessoa que está aqui com o feedback, não que o deputado tenha privilégio, deputado não tem privilégio não, nós não queremos privilégio não, nós queremos é levar o montante de reclamações que chegam dos municípios e que vocês deem uma atenção na Equatorial. Bem, esse é um dos pontos, da dificuldade que eu tenho, porque eu tenho aqui um representante, que sempre me ouve, que leva as demandas, não demandas minhas, mas do povo, como um poste foi feito o calçamento, eu não sei, deputados, se com vocês já aconteceu. Vocês mandaram lá o recurso para fazer a obra e ficou o poste no meio do calçamento. Não sei se aconteceu com vocês aí, com deputado Nerinho, com deputado Wilson, comigo já aconteceu lá em Porto. Porto/Piauí, eu consegui um recurso com o governador do Estado, da época, foi feito uma rua que não existia e ficou três postes, ficou aproximadamente quase seis meses para tirarem esse poste. A minha preocupação com esse poste no meio da rua é o carro vir ou a moto bater e a pessoa falecer. A preocupação de ter poste é essa. Então, essa dificuldade de remoção, quando se precisa em relação a esses assuntos aí.

Agora, durante todas as oitivas que nós tivemos aqui, deputado Evaldo, nós tivemos várias reclamações, muitas reclamações, mas o que me detém, que me compete, no caso, é como consumidor. Na minha parte, em momento algum quando eu iniciei aqui na CPI, eu disse: "olha, nós não estamos aqui para denegrir a imagem da Equatorial". Pelo contrário, nós queremos é poder ajudar a Equatorial construir uma imagem até melhor dentro do estado. Porque nós sabemos que a empresa é privada e automaticamente, deputado Evaldo, se nós formos olhar para telefonia, são quatro operadoras, se juntarem as reclamações das quatro, vai dar igual a que tem da Equatorial. E eu sei que a Equatorial é só uma. Então, eu não estou nem questionando esse ponto de a Equatorial é a mais reclamada, porque eu sei que isso aí são as demandas. Eu não sou contra a evolução da Clara, nada contra a Clara também, porque eu acho que nós temos que entrar no mundo moderno, mas a minha pergunta, que até o Procon fez aqui, é que existe essa grande demanda de reclamações e esse feedback da resolução, do 0800, eu não se eu vi agora o Call Center que vocês estão elaborando para vir aqui no estado do Piauí, eu digo porque eu estou falando como usuário, eu já liguei para o 0800 e falei com a Clara. E as vezes você quer falar alguma coisa e não tem como a Clara me responder. É lógico, tem pessoas que as vezes ultrapassam o limite e ali tudo fica gravado. Mas quanto ao consumidor, eu recebi várias reclamações de que o 0800 não está tendo o feedback. E a pessoa liga novamente e novamente, então, essa seria a pergunta. O que a Equatorial, segundo o levantamento do Procon, tenho até aqui, os principais motivos de reclamação são lá, demanda não resolvida, não respondida após o prazo pelo serviço de atendimento ao consumidor. Qual a dificuldade enfrentada pela empresa em proporcionar um atendimento satisfatório aos consumidores em seus canais de atendimento? Então, essa seria a pergunta.

A ponderação para vocês, que eu gostaria que vocês levassem é: qual a dificuldade que tem em atender um representante do povo na Equatorial? Eu estou lhe dizendo, porque eu tive essa dificuldade. Talvez muitos deputados aqui desta Casa não tenham tido, mas eu tive. Sendo mais enfático, já fui três vezes na Equatorial, não esse ano, ano passado, ano retrasado, estou falando tipo aquela coisa, eu vou matar no cansaço. Então, eu desisti de procurar a Equatorial, porque na época que era Cepisa, eu as vezes, procurava o Wilson Brandão, procurava outras pessoas que estavam por lá e o feedback ia sendo resolvido. E esse contato humano é o que eu sinto falta dentro da Equatorial. Eu digo assim, se eu que sou parlamentar, não que eu valha mais que qualquer outro cidadão, eu estou falando porque tem aqui as pessoas...

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - SDD)- Deputado,

SR. GESSIVALDO ISAÍAS (Republicanos) - Eu vou concluir, Sr. presidente, meus 15 minutos, ainda não deu não.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Deputado, não são 15 minutos, são cinco minutos. 15 minutos é para o presidente.

SR. GESSIVALDO ISAÍAS

(Republicanos) - Então, só para eu concluir: o que vocês vão fazer para aumentar esse elo de ligação com a Assembleia Legislativa? Lógico que já tem uma pessoa, mas o que vocês vão fazer? Porque aqui é como se fosse uma carga de descargas dos deputados. O que vocês vão fazer para aumentar esse elo de ligação entre a Assembleia Legislativa, o povo do estado do Piauí e a Equatorial?

Então, basicamente era isso. Obrigado, Sr. Presidente!

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Bem, nós temos mais dois deputados inscritos: o deputado Wilson Brandão e a deputada Simone. Depois a gente passa a palavra para o presidente da Equatorial. No segundo bloco, nós temos o deputado Ziza Carvalho, o deputado Evaldo Gomes e o deputado Nerinho.

Com a palavra o deputado Wilson Brandão.

SR. WILSON BRANDÃO (PP) - Senhor Presidente, deputado Evaldo Gomes; deputado Nerinho, relator desta CPI; deputada Simone; deputado Ziza; deputado Gessivaldo; Dr. Hélio, presidente da Equatorial do Piauí, em nome do qual cumprimento todos os executivos da empresa; ouvintes; cumprimento aqui um velho amigo da empresa, Dr. Arquelau Amorim, com quem compartilhei por algum tempo a história da nossa empresa, ainda nos idos da década de 80.

Tem um ditado que diz que o homem e a mulher, o ser humano, pode errar pela ação, mas nunca pela omissão. Quando nós criamos a CPI aqui, por iniciativa do deputado Evaldo Gomes, muitos nos questionaram por que a CPI e não apenas chamar a Equatorial para uma conversa amigável. Então, de toda ação se tira resultados positivos, alguns negativos; mas, o bom debate, o debate de nível, o debate qualificado, com certeza, é importante e necessário, principalmente numa discussão dessa em que está envolvida a concessão de um serviço essencial no Piauí, que é a energia elétrica, que pertence à Equatorial. Mas, eu que fui da empresa há mais de trinta anos, da Cepisa, conheço relativamente o sistema elétrico brasileiro, principalmente o da empresa Cepisa. Naquela época, nós tínhamos um pouco mais de duzentos mil consumidores, hoje nós temos mais de um milhão e duzentos, se não me engano

SR. HÉLIO REINALDO (Presidente da Equatorial) - Mais de um milhão e meio.

SR. WILSON BRANDÃO (PP) - Mais de um milhão e meio. Era outra história, era outro momento, outra realidade, mas de qualquer forma existe uma dicotomia de um empresa que era pública, social e de uma empresa privada que, acima de tudo, como toda empresa privada, visa o lucro. Só que esse lucro tem que ter limites. O lucro deve existir, a empresa é capital aberto, mas qual que é o limite dele? Desde que esteja dando ao cliente a satisfação do serviço. A partir do momento que você começa a dar tantos bilhões ou milhões de dividendos aos seus acionistas, mas o serviço está ruim, não está valendo à pena o serviço. E nós não queremos a Equatorial do outro lado da mesa, nós queremos a Equatorial do lado do piauiense, da mesma forma que a Cepisa no passado foi um patrimônio do povo piauiense. Nós perdemos pela incompetência do serviço público, pela desídia e por tudo mais que se conhece do serviço público. Nós agora temos uma empresa privada que é mais eficiente, que é mais ativa, mas também não pode fechar os olhos para o social, não pode apenas visar o lucro ou o capitalismo selvagem.

E dito isto, já entrando aqui na nossa discussão, nós ouvimos aqui muitos depoentes falando dos seus prejuízos, das suas insatisfações, da tristeza do serviço apresentado pela Equatorial. E eu posso dizer aqui e digo olhando para todos: eu reconheço o investimento da Equatorial no Piauí. A minha terra, Pedro II, é um exemplo e em outros municípios por onde passamos nós vemos, na área de subestação e na área de transmissão. Mas quando nós olhamos aqui o índice de satisfação da Aneel, em que a Equatorial em 2022 foi a 98ª no índice de satisfação das concessionárias do Brasil, a gente vê que lá na ponta, lá no consumidor está havendo algum problema. Se as subestações estão top, se as linhas de transmissão estão sendo renovadas - a 69, 230, 138, o que for - mas lá na ponta estão ocorrendo as reclamações, pelo de índice de insatisfação, que é a 98ª - é da Aneel; a Aneel que está dizendo -, alguma coisa não está certa. E o que que não está certo aí? Eu acredito, possam aqui me contestar, que na transição de Eletrobras, do serviço público, para o serviço privado, houve, o que é fato, demissão em massa, diminuição da quantidade de servidores, colaboradores e redução de salários.

Quando nós deputados que rodamos esse Piauí afora, que encontramos colaboradores da Equatorial, nós sentimos na fisionomia da pessoa, apesar de ter um emprego, mas sente aquela angústia, aquela ansiedade de cumprir meta, de estar aqui atendendo ao consumidor em Milton Brandão, outro em Pedro II, outro em Lagoa de São Francisco e tem que resolver e não resolve, por quê? Porque as equipes são poucas, as equipes são poucas. Nós sentimos quando conversamos com os próprios colaboradores da empresa: "deputado, nós não damos conta da demanda. Não damos conta da demanda".

Então, eu vejo e acho que isso tem que ser discutido com a Equatorial, que se já houve investimentos em vários setores da empresa, principalmente na questão de, repito, subestações de linhas, está faltando um olhar especial para o consumidor, já que a satisfação do bom serviço da empresa é o consumidor. Ele não vai saber que a subestação está modernizada, que a Equatorial está fazendo um serviço de high-tech, de alta tecnologia, que está colocando novas linhas, novos cabos, enfim; ele quer o serviço dele lá na ponta, de qualidade. Acho que é aí aonde a Equatorial está pecando, porque quando a voz é geral, alguma coisa está errada, deputado Nerinho. E a gente ouve essa voz geral aqui no Piauí.

Então, dito isto... não sei se faltou alguma coisa que eu ia falar aqui. Eu até pedi ao presidente que solicitasse à Equatorial os índices de Dec e Fec da

empresa - não sei se foi encaminhado para a empresa aqui, para saber se eles estão dentro da média, se estão abaixo, se melhoraram. Eu queria, para finalizar, perguntar ao Dr. Hélio, se a empresa anunciou agora a contratação de 1.700 pessoas, mas mais para *call center*, não vi que a finalidade da contratação era para eletricistas, para eletrotécnicos, para servidores, colaboradores lá da ponta - o que melhoraria o serviço, não é? Eu perguntaria: a empresa está com o olhar especial, está preocupada em melhorar, em ampliar essas equipes no interior? Porque o Piauí tem uma configuração difícil; nós temos de Luís Correia a Corrente, 1.500 quilômetros. Então, quem está em Corrente, tem que tratar com Floriano, acho que o último escritório da empresa, localiza-se em Floriano, que tem poder de decisão. Então, como é que está a preocupação da empresa na melhor estruturação na questão da ponta, na questão de atender ao consumidor, que pelo índice da Aneel, não está bem, está na nonagésima oitava posição de insatisfação - pois não chamo de índice de satisfação, mas de insatisfação dos consumidores.

Diante dessa colocação, deixaria essa pergunta para o Dr. Hélio. Agradeço desde já a atenção de todos da Equatorial. Muito obrigado!

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - SDD) - Com a palavra a deputada Simone Pereira.

SRA. SIMONE PEREIRA (MDB) - Bom dia, Sr. presidente, deputado Evaldo Gomes, nosso relator, deputado Nerinho, deputado Wilson Brandão, deputado Ziza, deputado Gessivaldo. Gostaria de iniciar a minha fala agradecendo ao Dr. Hélio por sua presença e de toda a equipe da Equatorial. E dizer que, na realidade, essa CPI não é uma caça às bruxas, mas é uma tentativa de construir um serviço de excelência de acordo com aquilo que o povo do Piauí almeja. Então, o que a gente quer de fato é que possamos dar as mãos e sermos parceiros para construir um Piauí cada vez melhor e cada vez mais próspero. Então, agradecer a presença tanto do senhor, quanto de toda a equipe da Equatorial.

Essa CPI, eu costumo dizer, ela é muito completa, porque as minhas perguntas têm muito a ver com as perguntas que foram formuladas pelo deputado Wilson. E o deputado Wilson Brandão tem uma visão mais técnica e eu, por ser assistente social, uma visão mais social. Então, é mais ou menos o que ele perguntou, só que dentro de uma outra ótica. De acordo com alguns relatos que tivemos aqui, inclusive das pessoas ligadas à indústria, à Fiepi, pessoas que produzem bastante no Estado do Piauí, eles falaram muito bem da Equatorial. E isso vai em contraponto a muita coisa que a gente ouviu da sociedade civil como um todo, da população. O que a gente viu foi que a população reclama de não haver investimentos, porque existe muita gambiarra, existe um deficit realmente na qualidade do serviço para essa população mais carente, digamos assim. E aí eu faço uma avaliação pelo censo comum, por isso a importância de ouvir vocês. Qual o critério de prioridade no atendimento? Será que essa visão que os empresários têm de otimizar o serviço da Equatorial é porque eles dão um lucro maior para a empresa? Será que esse não atendimento às pessoas de baixa renda, apesar de o senhor ter mostrado alguns programas sociais, mas a gente vê claramente, principalmente andando pelo Piauí afora, a falta de investimento para esses consumidores de baixa renda. Então, pelo censo comum, pela ótica social, eu gostaria de saber qual o critério e por que realmente não existe um atendimento otimizado para essa população?

A outra pergunta que eu queria fazer é com relação também à questão da mão de obra. A gente ouviu aqui alguns relatos de que essa questão da terceirização da mão de obra faz com que haja um rodízio muito grande dentro da empresa, ou seja, é um grupo muito flutuante dos servidores terceirizados. Os motivos eu não sei exatamente, mas foi nos colocado isso. E foi colocado que isso também causa um certo prejuízo na otimização do serviço, por ser um grupo flutuante desses servidores terceirizados.

Uma outra reclamação que nós tivemos aqui foi com relação ao momento da reclamação e algumas pessoas disseram que, quando existe débito, a pessoa não tem o direito de registrar a sua ocorrência, a sua reclamação que não é finalizada quando dá o código único e existir débito. Eu não sei se isso é real ou não, porque nunca aconteceu comigo, mas aconteceu recentemente na semana passada: eu passei aproximadamente quatro horas sem energia, eu moro na região da Grande Pedra Mole e, eu fui falar com a Clara. Liguei, fui para o *whatsapp*. A primeira coisa que a Clara me falou foi que nos registros lá tinha uma conta minha a vencer - não era vencida, a vencer - e se eu gostaria de regularizar a minha situação. Não regularizar, mas efetuar um pagamento que ainda não tinha sido vencido. Eu disse que não, que meu problema era falta de energia e, eu queria resolver a minha falta de energia. A Clara não entendeu o que eu falei. Aí, a Clara perguntou o meu CPF, eu respondi. O que eu respondia com 'sim' e 'não' havia um entendimento, (mas) se eu fizesse uma outra colocação a Clara começava tudo de novo. E a Clara conseguiu me tirar do sério. Ela conseguiu me tirar do sério, porque eu não consegui finalizar minha reclamação, porque a Clara não me entendia. Então, a inteligência artificial da Clara precisa ser reavaliada, porque o entendimento realmente é muito, muito difícil.

E, para finalizar, nós recebemos muita reclamação também por parte dos produtores de soja. A Aprosopa esteve aqui com a gente e eles fizeram bastantes reclamações com relação a isso. E eu gostaria de saber se existe alguma previsão de investimentos na área da energia na região do Cerrado, na região da grande produção de soja, que é um setor econômico muito importante no PIB do estado do Piauí.

Então, eram essas as minhas perguntas.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Presidente, Vossa Senhoria tem de 15 a 20 minutos para responder aos três deputados. Se achar insuficiente, tem ainda dois minutos para a conclusão.

SR. HÉLIO REINALDO RAFAEL FILHO (Diretor-presidente da Equatorial) - Muito

obrigado, deputado e presidente desta Comissão, Evaldo Gomes! Eu gostaria de iniciar pelo assunto da deputada Simone - é que a pergunta de V.Exa. foi muito bem-feita: qual o critério de investimento de uma empresa de distribuição de energia elétrica. Aqui quero ressaltar que não é da Equatorial Piauí somente, é de toda e qualquer empresa de distribuição de energia elétrica no mundo, não só daqui. E (inaudível) os investimentos priorizam as grandes cargas, os grandes blocos de carga para fazer o desenvolvimento daquela região, do estado, da cidade, do que seja, então partindo sempre dos grandes ativos já comentados, onde há maior demanda e procura de energia, seja para através (por causa) de indústrias, justamente para elevar o crescimento do estado. Isso vai efetivamente a toda área de concessão.

Existe uma outra característica de altíssima relevância e que é colocada muito fortemente pelas regras do setor, pela própria Aneel, que é chamada de investimento prudente, ou seja, o investimento precisa ser feito dentro do limite de razoabilidade. Essa razoabilidade, esses critérios são definidos pela agência nacional para evitar que a fatura da sua residência, deputada, ou de qualquer um de nós que mora aqui no Estado do Piauí, tenha uma tarifa mais elevada em função de um investimento que não tenha sido prudente. Então, a sua pergunta me dá a oportunidade de demonstrar que é assim que acontece e continuará. A gente precisa chegar no extremo sul, no extremo norte, em toda a região que tenha carência efetiva, mas isso é feito dessa forma. Daí, obviamente, as indústrias entendem que estão mais capacitadas, sob o ponto de vista de energia, para fazer os seus processos produtivos.

Gostaria de migrar um pouquinho agora, entendendo esse nacional como nós estamos fazendo sob o ponto de vista de operação do nosso sistema. Eu estou falando sim, de força de trabalho, de bases. Desde a chegada do grupo Equatorial foram feitas bases e essa avaliação é contínua à medida que as demandas mudam, a medida que as regiões também ampliam, se desenvolvem. A título de exemplo: só esse ano foram abertas novas cinco bases operacionais e abrimos, inclusive, deputado Nerinho, uma nova regional que é a regional de Picos. Isso acontece, vai continuar acontecendo à medida que as demandas vão crescendo. Estamos falando, desde a nossa chegada aqui, de mais de quase 200 mil novos clientes na base da Equatorial Piauí. Então, isso é um trabalho contínuo, dinâmico, que precisa acontecer. Nossa força de trabalho, no momento da chegada, havia uma participação maior na área administrativa - isso (essa) é uma empresa que precisa servir em campo, os serviços são realizados no campo. A nossa força de trabalho quase dobrou, vou repetir: quase dobrou desde a chegada do grupo Equatorial no Piauí. Mais de 1.500 novos colaboradores estão em campo nesse momento trabalhando para deixar o sistema no ar, com qualidade. Efetivamente, a força de trabalho cada vez mais qualificada, cada vez mais capacitada para fazer esse serviço de acordo com as necessidades que a sociedade pede nos dias de hoje, que é cada vez mais a necessidade de ter a energia sem interrupção.

Falou-se também da questão dos registros, de como o consumidor, como o nosso cliente está percebendo essa qualidade. E aqui acho que vale a pena voltar a um ponto importante: o serviço de distribuição - que é um serviço público, apesar de ser gerido por uma empresa privada - tem, e aí eu falo por ser do setor, uma característica que a gente só ser lembrado na foto, um serviço que precisa... Hoje mesmo pela manhã, provavelmente poucas pessoas sentiram, mas nós tivemos uma saída de um grande alimentador e, efetivamente houve a recomposição em função da automação da rede, foram mais de 600 religadores automatizados na rede e ninguém sentiu, mas efetivamente houve um dano efetivo e a gente fez a manobra de acordo com a flexibilização da rede já comentada. Então, o nosso time está espalhado em campo, houve uma capacitação e essa capacitação contínua - só trazendo números para dar mais ênfase: são mais de duzentas mil horas de capacitação e treinamento, olhando para onde a gente precisa, para o campo. Precisamos colocar os eletricistas em campo para continuar o desafio de mudar o Estado do Piauí. Perdoem-me mais uma vez lembrar a situação da concessão, antes da chegada do grupo, era precária. Não havia investimentos para sequer fazer acontecer naquele momento a necessidade de demandas de energia. Esse trabalho continua.

Foi comentado também aqui pelo deputado Gessivaldo sobre a questão dos postes de madeira. Desde a nossa chegada já foram 755 áreas trabalhadas, o que significa mais de 15 mil postes de madeira retirados. E se V.Exa. perguntar: "Hélio, já está resolvido?" Não, não está resolvido; ainda há postes de madeira que precisam ser retirados. Está no nosso plano seguir com a substituição este ano, o que acontecerá um pouco mais à frente ainda. São muitos casos encontrados de postes de madeiras no Estado do Piauí, que é um estado muito complexo sob o ponto de vista de logística e, nós trabalhamos com a adequação da estrutura do campo, sejam equipes técnicas, comerciais ou de dados operacionais, ou regionais, como eu já comentei, a nova regional de Picos.

Foi comentado sobre o DEC, preciso explicar um pouquinho, deputado Evaldo Gomes, presidente desta Comissão, o que é o DEC. O DEC é a duração equivalente por consumidor, é o quanto o consumidor fica em média sem energia ao ano. Aqui eu gostaria de ler, se me permitem, é muito rápido, o relatório da mesma agência que o senhor comentou. Esse relatório é do primeiro trimestre de 2023, emitido agora no dia primeiro de junho de 2023, que fala exatamente sobre a qualidade de energia no Estado do Piauí, gerida pela empresa Equatorial.

Conclusão do relatório: "Diante do exposto - vou deixar o relatório para esta Casa - observa-se que a Equatorial Piauí registrou ao final do terceiro trimestre do Plano do Resultado de 2023 - abro parênteses: Plano de resultado esse que é um acompanhamento da Aneel de todas as distribuidoras do país, não só do Piauí, a Aneel está acompanhando 100% das distribuidoras para enquadrar o que ela

chama de conjuntos elétricos que, nada mais é do que uma divisão do estado sob o ponto de vista da qualidade de energia. Considerando a janela móvel de doze meses, dando continuidade, o percentual de 50% dos conjuntos atendendo aos limites regulatórios do DEC e 93% do FEC, mais ou menos, as pessoas não costumam entender o que é FEC. FEC é a frequência de interrupção. Os investimentos estão sendo feitos na rede, na automação do sistema e essa frequência vem caindo drasticamente no Estado do Piauí - valores esses superiores às metas firmadas de 43, tivemos 50 e de 80, tivemos 93. Alguém pode obviamente colocar: a Equatorial Piauí entende como resultado extraordinário? Estamos satisfeitos? É óbvio que não. O nível de serviços, os comerciais, vou dar um exemplo: na gestão pública, eles não chegaram sequer a 70% no prazo, os serviços comerciais - serviço de ligação, religação - não chegavam a 70% no prazo; no dia de hoje estamos acima de 99,5; mas ainda há meio por cento que está fora do prazo e a gente não está contente com isso, para isso a reestruturação das bases e dos novos executores que foram contratados para reforçar a estrutura da Equatorial sob o ponto de vista de gestão, mas mais uma vez o nosso serviço acontece em campo.

A deputada Simone trouxe também questões sociais, a percepção do que está sendo feito nas áreas rurais. Eu já comentei um pouquinho irracional, mas eu faço questão de trazer um pouco mais de informações. O trabalho, o projeto do Luz para Todos continua, além de todos 255 projetos já realizados e tantos outros em andamento no que diz respeito a levar dignidade, levar uma geladeira eficiente, lâmpadas eficientes, trabalhar com as escolas para levar segurança, para levar o conhecimento sobre o que é energia elétrica, ou seja, são muitos trabalhos para atender as comunidades rurais. A gente está nesse momento fazendo reavaliação - nós temos e aqui está ao meu lado direito o Joaquim, o homem que representa a indústria, é o ponto de contato da Fiepi, de grandes clientes, do ponto de vista do faturamento - estamos avaliando e reavaliando a possibilidade de criar uma específica para atender somente as comunidades. Hoje já atendidas por todo nosso grupo de executivos de relacionamento, (mas) nós estamos avaliando um olhar mais específico ainda, até para levar tudo que está sendo feito. Nós percebemos que é uma oportunidade na comunicação da empresa, obviamente, para levar tudo que está sendo feito.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - SDD) - Concluído, Sr. Hélio?

SR. HÉLIO REINALDO (Diretor da Equatorial Piauí) - Concluído.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - SDD) - Com a palavra o deputado Gessivaldo Isaías.

SR. GESSIVALDO ISAÍAS (Republicanos) - Eu só queria que o presidente me respondesse à questão do elo entre o Legislativo e a Equatorial, que não é por conta do Arquelau. Eu acredito que as demandas que têm vindo... Porque quando vem do deputado, vem das cidades, presidente. Gostaria de saber o que a Equatorial tem feito ou o planejamento dela. Só isso que eu gostaria que ele me respondesse.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes-Solidariedade) - O deputado Gessivaldo quer saber como a direção da Equatorial deve melhorar esse relacionamento com os parlamentares, ou seja, o parlamentar é o que é mais procurado pela população, é o que é mais criticado pelo fato do serviço, mesmo sendo privado, é uma concessão pública e, no entanto, os deputados têm essa dificuldade de se relacionar com a direção da Equatorial, no sentido de resolver os problemas da população.

SR. HÉLIO REINALDO (Diretor da Equatorial Piauí) - Deputado Gessivaldo, de fato eu acabei passando batido na sua pergunta. A Equatorial Piauí busca o relacionamento com todo e qualquer entidade, cliente, órgão e aqui não seria diferente nesta Casa. Vossa Excelência também citou que, obviamente, procurou a Equatorial e fez questão de registrar que foi antes da minha gestão da minha gestão aqui. O que eu ratifico e reafirmo é a minha disponibilidade de atender toda e qualquer demanda, seja ela desta Casa ou de qualquer outro órgão ou entidade. A exemplo disso, logo no início desses trabalhos, eu procurei esta Casa para me colocar à disposição, assim como eu fiz com várias pessoas envolvidas nesta Comissão, buscando entender, compartilhar informações, receber essas demandas para gente fazer o melhor tratamento possível. E aqui V.Exa. me dá uma oportunidade de registrar um ponto muito importante e, eu quero trazer a referência do quilômetro por rede para o Luz para Todos. Lembra que eu coloquei lá que no início falávamos de 9 ou 10 clientes para cada quilômetro de rede e agora são 2 ou 3. "Hélio, o que isso tem a ver com o relacionamento com esta Casa?". De uma certa forma, tem que a complexidade pelo processo construtivo para entrega da eficiência no prazo dos serviços, ela precisa seguir um critério técnico muito mais rígido do que era feito antes. Mas aqui quero reforçar que eu pessoalmente me coloco à disposição, deixo meu telefone, meu contato para recebê-los a qualquer momento, receber as informações que precisam ser tratadas dentro de um critério técnico para que a gente consiga realizar os investimentos, considerando eficiência e produtividade que precisa haver em campo para efetivamente levar o Piauí para a situação que ele merece.

Quero trazer também, dada a oportunidade, falamos de duração. Teresina era a pior capital do Brasil, no que diz respeito á falta de energia, pior capital. E em menos de cinco anos já avançamos cinco posições. Não é uma boa colocação ainda, mas é fruto desse trabalho sério e um compromisso da Equatorial em mantê-lo. Reafirmo o meu compromisso pessoal de receber todas as demandas com o critério técnico para a gente fazer isso de forma mais rápida.

Apenas para finalizar, deputado, existe uma diferença muito grande, por exemplo, em pedido que muitas vezes chega para mim em nome desta Casa e de outras associações para fazer uma religação. Uma religação pode acontecer em 24 horas, ou até mesmo

antes disso, duas, três, quatro horas. Mas, acreditem, chegam pedidos para fazer remoção de poste em 24 horas. Também foi citado aqui na pergunta. Para remover um poste, você tem que combinar com as empresas de Telecom para eles retirarem toda a fiação - diga-se de passagem, há mais fios de Telecom do que de energia elétrica, pois são várias empresas, conforme já foi colocado, fora as de internet, que levam um número muito maior. Isso traz uma complexidade. Também chega para nós na Equatorial o pedido de fazer um grande alimentador, uma grande obra que leva meses e até anos, a depender da licença ambiental. Por muitas vezes esses pedidos chegam por um tratamento não técnico, eu diria até responsável, como se fosse entregar em 24 horas ou 48 horas, por prioridade. Infelizmente ou felizmente - eu entendo que felizmente - a gente precisa ter uma gestão profissional técnica para fazer de fato o crescimento do nosso estado, no que diz respeito à energia elétrica.

E mais uma vez me coloco à disposição, inclusive, para ouvir, deputada.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - SDD) - A deputada Simone parece que fez uma pergunta e Vossa Senhoria não deu uma resposta.

SRA. SIMONE PEREIRA (MDB) - Exatamente, presidente. Eu gostaria só que fosse esclarecido, se realmente procede ou não a informação de que as pessoas que estão em débito com a Equatorial não têm o direito de registrar as suas reclamações, as suas ocorrências. E também com relação se existe a previsão de investimentos na região do Cerrado, da produção de soja?

SR. HÉLIO REINALDO RAFAEL FILHO (Presidente da Equatorial) - Não procede, deputada. Todo cliente pode registrar uma reclamação, solicitar uma informação. Existem alguns serviços que sim, estão ligados à questão de inadimplência, de acordo com a regra do setor, que não é definida pela Equatorial Piauí.

Em relação a investimentos - nós temos alguns investimentos aqui já apresentados para 2023, para dar continuidade em levar energia para todas as áreas do Estado do Piauí. Nós temos a exemplo... Permita-me citar algumas para responder a sua pergunta: nós temos já apresentada aqui a subestação do centro, que já vai ser entregue agora; a subestação nova, que são duas novas subestações; temos uma linha de distribuição de Satélite Marambaia, que vai pegar toda a área de José de Freitas, União, Miguel Alves, Lagoa Alegre, toda essa área rural; nós temos mais uma outra linha em Redenção do Gurgueia e Curimatá, uma extensão daquela linha de 138KV para o agronegócio - respondendo à deputada Simone. Ou seja, são muitos investimentos, além de uma ampliação da subestação do Uruçuí, subestação essa que precisou e precisa de um atendimento e já está sendo feito agora em 2023. Existem outras obras que estão sendo já concluídas esse ano, acabei não comentando a exemplo da Regional Norte, nós temos o alimentador Camurupim, Barra Grande, beneficiando toda aquela área do turismo, rede hoteleira, bares, enfim. Existem vários outros investimentos de obras estruturantes para esse ano aqui; estou citando apenas algumas.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - SDD) - Pois não, Deputado Wilson.

SR. WILSON BRANDÃO (PP) - Doutor Hélio, eu não me senti contemplado com uma resposta de Vossa Senhoria a respeito se a empresa tem na sua estratégia de operação do sistema, manutenção do sistema, ampliar as turmas, principalmente no interior, onde a gente sente a insatisfação do consumidor, porque a demora em chegar ao resultado do serviço às vezes não está satisfazendo o cliente. Eu pergunto se a empresa está pensando em ampliar essas turmas ou se não está na visão da empresa essa estratégia?

SR. HÉLIO REINALDO RAFAEL FILHO (Presidente da Equatorial) - Muito obrigado por lembrar essa pergunta muito relevante para esse ano. Nós temos mais de quinhentas turmas distribuídas em todo o Estado do Piauí. Dentre elas, nós temos turmas, eu havia comentado, entre serviços técnicos e serviços comerciais. Aqui, sim, quero fazer um recorte pessoal: desde a minha chegada a gente fez uma reavaliação dessas turmas e todas as turmas comerciais - estou falando de quase quatrocentas turmas comerciais que atendem ou atendiam apenas serviços comerciais de ligação ou de corte, ou de uma expansão - estão sendo preparadas, capacitadas e todo ferramental já foi comprado para que seja feito também o atendimento técnico. A gente viu lá nos números do próprio relatório da Aneel que em termos de frequência, a gente superou muito a meta estabelecida - a frequência reduziu. Também avançamos bastante no que diz respeito ao retorno dessa energia quando falta. Mas ainda está muito longe do que eu entendo que Teresina, que o Estado do Piauí, ao extremo sul, todas as regiões merecem, daí nós estamos capacitando. Nesse momento, nós já temos metade das turmas totalmente capacitadas com ferramental, já iniciando esse trabalho, ou seja, praticamente a gente vai dobrar o número de turmas. As turmas já existiam; nós estamos, assim, incrementando, capacitando as turmas que eram apenas comerciais para dar um suporte técnico, principalmente naquele momento mais crítico que a gente tem, o B-R-O-Bró. Isso faz um link, como que eu já comentei também, da reavaliação das bases e regionais - base operacionais - para que a gente distribua melhor essas equipes, para que a gente tenha menor deslocamento para chegar na ocorrência. É um estado muito grande, então logística é um assunto de suma importância para nós.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - SDD) - Com a palavra o deputado Ziza Carvalho.

SR. ZIZA CARVALHO (MDB) - Bom dia, Senhor presidente desta CPI, deputado Evaldo Gomes; Senhor relator, deputado Nerinho; colegas membros desta Comissão: deputado Wilson Brandão; deputado Gessivaldo; deputada Simone Pereira! Queria cumprimentar aqui o presidente da Equatorial Piauí, Dr. Hélio Reinaldo; cumprimentar aqui o Dr. Joaquim, que eu já conheço também, executivo da empresa. Fazendo aqui um parêntese para dizer que sempre fui

muito bem recebido na empresa Equatorial, tratando de assuntos relacionados ao fornecimento de energia, ao Programa luz para Todos, aqui pelo Joaquim, a quem eu já conhecia e agradeço a presença aqui na Comissão.

Senhor Dr. Hélio, aqui eu acho que as perguntas que os deputados já fizeram, várias dúvidas que eu tinha e no início da sua explanação, o senhor já falou, o que me chamou a atenção, na questão das cidades piauienses que possuem agências de atendimento presencial. O senhor falou, se não me falha a memória, que os 224 municípios do Piauí já têm hoje algum representante da empresa, fisicamente lá, um funcionário. Essa informação procede, então? Esse seria o primeiro questionamento. Hoje nós temos na cobertura de representantes da empresa, de funcionários aptos a solucionar questões que acontecem na ponta dos 224 municípios do Piauí? Essa seria a primeira pergunta.

O segundo questionamento, senhor presidente, é sobre um caso concreto que já veio aqui nesta Comissão Parlamentar, de um senhor, o Sr. José Hamilton lá do município de São Miguel do Tapuio, que relatou uma ação judicial que ele demanda a Equatorial, tendo em vista ter feito já quase dez reclamações administrativas, requerendo o fornecimento de energia elétrica, lá na cidade de São Miguel do Tapuio, na sua residência que fica, acredito, distante - ele fala aqui a 600 metros da rede elétrica - ele tem na sua residência uma pessoa que precisa de um atendimento especial, porque trata de uma insuficiência renal crônica, usa aparelho que depende do fornecimento de energia. Então, são problemas que têm que ser resolvidos de forma eficiente, de forma pronta, um problema que envolve a saúde, envolve risco de vida ao cidadão que faz um tratamento que depende dessa energia. Então, o segundo questionamento que eu faço é se há por parte da Equatorial um atendimento especial com relação a essas demandas, a essas pessoas que tem *home-care*, que precisam do suporte de oxigênio, de um suporte de aparelho médico e precisa de um tratamento intensivo e que dependem efetivamente da solução de um problema que ocorra, tendo em vista talvez uma descarga elétrica, um curto-circuito, uma chuva com raios. E se há um canal de atendimento para essa população.

E o terceiro, objetivamente falando, é o terceiro questionamento que eu falo, que eu sempre trago aqui a esta Comissão, é com relação ao Programa Luz Para Todos. Nós sabemos que dos estados do Nordeste, talvez, eu não tenho essa informação específica, mas o Piauí é um dos estados que ainda não foi contemplado 100% no Programa Luz Para Todos. Eu queria saber quais são as metas, como está o programa - esse é o último questionamento -, como está o andamento do Programa Luz Para Todos, no Piauí? Quantas residências faltam para ser interligadas pela rede de energia da Equatorial? E qual a meta que a empresa tem para o cumprimento integral desse programa tão importante que beneficia os moradores, principalmente, das zonas rurais longínquas do nosso estado?

São esses três questionamentos e agradeço.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - SDD) - Presidente, eu vou fazer aqui a Vossa Senhoria, sem muitos arrodeios, em torno de seis perguntas. Eu queria que Vossa Senhoria pudesse compreender, entender, e acredito que Vossa Senhoria entende, qual o nosso verdadeiro papel de parlamentar. Nós, como deputados, cada um que está aqui, quando a gente resolveu apresentar um requerimento para se criar uma CPI foi com um único objetivo: fazer com que a Equatorial possa, de fato, levar energia de qualidade ao povo do Piauí, nada mais do que isso. A Assembleia Legislativa quer ser parceira da Equatorial, no sentido de resolver as demandas do povo, nada contra quem quer que seja da Equatorial. Muitas vezes a gente é mal interpretado, muitas vezes a gente é criticado. A gente é mal interpretado quando muitos dizem que queremos criar uma CPI para aparecer, como se isso fosse o ponto-chave para conquistar o eleitorado do Piauí. Nada disso! A nossa missão aqui como parlamentar é poder colaborar com a própria Equatorial, no sentido de resolver as demandas das quais a população tanto reclama. Existe um ditado que diz assim: contra fatos não existem argumentos; pois eu vou fazer a seguinte indagação (afirmação): contra dados existem argumentos. E aí eu farei algumas perguntas aqui para Vossa Senhoria em cima de dados, de informações colhidas não só nos depoimentos aqui, das oitivas, como também, dados concretos que foram encaminhados pelas instituições que aqui estiveram dando seus depoimentos. Por exemplo: a APPM coloca que cerca de 79% dos municípios considera a prestação de serviços pela empresa Equatorial ruim ou regular; 14% bom e apenas 2% excelente. Você falou aqui em cima de dados que houve muitos investimentos, que a Equatorial avançou muito, avançou tanto que o povo do Piauí até esqueceu o serviço apresentado pela Cepisa. Mas, eu fazendo uma pesquisa para que eu pudesse participar dessa reunião com dados, com informações, para que a gente pudesse apresentar perguntas com responsabilidade, com compromisso, com respeito a Vossa Senhoria. Aqui você tem, segundo o Procon, 2.763 reclamações por mês feitas por usuários do Piauí, junto ao Procon; e através do e-mail consumidor.gov.br, mais 3.906 reclamações. Juntas, as reclamações totalizam no mês 6.669 reclamações. É isso? É essa a informação? O total é esse? Ano? Ah, então deveriam ter colocado aqui no papel essa informação. Então, 6.669 por ano; mas segundo o próprio Procon, a Equatorial é a empresa mais reclamada do Piauí. E Vossa Senhoria falou em investimentos, falou em avanços. E nós temos hoje a Equatorial sendo a campeã de reclamações por parte dos consumidores. E ouvindo aqui alguns relatos e fazendo uma pesquisa bem a fundo da Cepisa, a Cepisa apresentou no ano mais difícil da empresa menos de 50% de reclamações no ano. Eu queria saber por que a Equatorial, segundo Vossa Senhoria, teve tanto avanço, tanto investimento e, no entanto, a gente tem a população reclamando muito da Equatorial. A gente ouviu aqui a Fiep, ouviu

a Associação Industrial - se não me engano, foi a Associação Industrial que fez elogios grandiosos à Equatorial. A Equatorial repassa para essas duas instituições associativas algum repasse mensal? Porque Vossa Senhoria sabe perfeitamente que toda associação sobrevive de quê? De contribuições. Se a Equatorial repassa, faz esse repasse, não é nada irregular. Por exemplo, os partidos políticos... Eu sou presidente de um partido politico e ele vive de doações de seus associados. A pergunta que eu faço a Vossa Senhoria: a Fiep e a Associação Industrial recebem algum repasse mensal por parte da Equatorial? Já que a Equatorial é uma indústria, uma empresa que está instalada no Piauí, naturalmente deve ser associada a essas duas entidades.

Lá na cidade de Batalha foi feita uma reclamação dura, uma crítica dura à Equatorial. Segundo o prefeito da cidade, várias escolas deixaram de funcionar porque não têm energia elétrica, ou seja, as crianças tiveram que ficar em casa, perderam aula, porque simplesmente a cidade de Batalha que, para a dimensão do Piauí, é uma cidade grande, para a organização do Piauí, o município é considerado uma cidade grande, pois nós temos em torno de trinta mil pessoas que moram naquele município. E além da reclamação da falta constante de energia, segundo eles, existe uma agência da Equatorial e, no entanto essa agência está fechada. Quando existe problema de queda de energia a população tem que se deslocar para um outro município para buscar atendimento. E lá na cidade existe constantemente, segundo os moradores, uma queda de energia que dura de dois a três dias.

Então, presidente, eu quero só fazer essas perguntas, naturalmente farei outras perguntas no decorrer do seu depoimento. Eu quero saber, ouvir de Vossa Senhoria por que isso? Por que existe toda essa problemática citada? E quando percebemos e a deputada Simone foi muito clara, quando ela disse que parece que o serviço tem qualidade na indústria, o serviço tem qualidade no comércio, mas para o povo pobre, para o povo da ponta, não tem. O objetivo da criação dessa CPI foi basicamente por que a população reclamava que passava cinco, dois, três dias sem energia, não só em Teresina, mas em todo o Piauí.

O deputado Nerinho está inscrito para fazer as perguntas, mas eu gostaria que Vossa Senhoria pudesse me responder. Mais uma vez quero reforçar que aqui não existe nada contrário à Equatorial. Nós queremos ser parceiros da Equatorial, nós queremos é que a Equatorial possa fazer o seu serviço, porque segundo os dados apresentados por Vossa Senhoria, vocês receberam uma quantia significativa de lucro do consumidor piauiense. Ou seja, fala em investimento, no entanto, também recebeu um lucro significativo para que pudesse prestar esse serviço à população do Piauí. Porém, a população tem continuado a reclamar, mais do que à própria Cepisa, na época da Cepisa.

E, por último, tem um relatório apresentado pela APPM que relaciona os municípios que sofrem frequentemente com a queda de energia, os municípios apresentaram sua resposta. Dentre eles, 53% afirmam que sofrem frequentemente com queda de energia, 53% dos municípios do Piauí, mais da metade dos municípios piauienses, segundo eles, com dados repassados para a CPI, 53% dos municípios sofrem frequentemente com queda de energia; 33% afirmam que esporadicamente; e apenas 9% muito raramente sofrem a queda de energia.

Então, são essas as informações, são dados que a gente colheu dos depoentes, das pessoas que aqui estiveram, das instituições que aqui estiveram. Não são dados criados por nós deputados; não são dados criados na nossa cabeça; não são dados fictícios; são dados apresentados por escrito para essa CPI e que vão constar, inclusive, no relatório final da CPI. Ou seja, nós queremos que nesse relatório final possamos chegar a um entendimento para que possamos resolver todas essas demandas, para que Equatorial tenha aí uma nota dez, porque as notas apresentadas por dois depoentes, uma foi três, e a outra, lá na cidade de Batalha, foi um. E se eu não me engano, teve um aqui que apresentou a nota cinco. Então, eu entendo que as notas um, três e cinco são notas reprovativas.

Com a palavra o deputado Nerinho.

SR. NERINHO (PT) - Bom dia, Senhores, Dr. Hélio, Dr. Joaquim, deputada, deputados! Eu acho que os partidos foram muito felizes quando escolheram os membros desta CPI. As perguntas são bem objetivas, o nosso decano Wilson Brandão de uma aula aqui com a sua experiência, praticamente esclareceu muitas coisas.

Nós aqui já estamos caminhando para a fase de conclusão do nosso relatório. Já temos vários depoimentos, muitos argumentos, muitas informações. E eu diria aqui o seguinte: de tudo o que foi dito aqui, só o que ficou mais ou menos esclarecido, Hélio, foi o que o deputado Wilson Brandão, o deputado Evaldo e a deputada Simone falaram aqui, que para a classe empresarial o investimento da Equatorial está satisfatório; (mas) para o povão, que foi o objetivo inicial desta Comissão, está deixando a desejar, certo? Nós ouvimos outros depoimentos aqui, principalmente sobre o empenho da classe empresarial, do pessoal que hoje fornece a energia limpa, que são as energias solares. A reclamação deles é que eles têm muitas dificuldades. Eles levam um projeto e o período que leva para o projeto ser aprovado é muito demorado. Depois do projeto aprovado, quando eles instalam... Lógico, o cliente deles vai no banco, pega o dinheiro, começa a pagar, o projeto é feito, o projeto é concluído e a Equatorial não libera o projeto e nem faz a ligação. Resultado: ele fica pagando duas contas - continua pagando a conta de energia dele e começa a pagar a conta do banco. Esta é uma prova viva, estou dizendo, porque, por coincidência, o meu irmão tem um projeto desse que está feito desde dezembro. Era para a Equatorial ter feito em março, passou para abril, passou para maio e agora está dizendo que liga em junho, porque tinha que ter a mudança de um transformador, porque a carga não suportava.

O deputado Gessivaldo foi muito feliz quando falou de um poste. Olhem as coincidências da vida: lá em Picos, por coincidência, o governador nos autorizou a fazer uma obra no bairro chamado Belo

Norte - eu que pedi ao governador, porque é exatamente o nome da rua da minha avó. A rua está pronta e tem até as fotos aqui dos postes, eu mostrei para o deputado Evaldo. O construtor foi lá e disse: "Você tem que pagar oito mil para a Equatorial tirar os postes da rua". Quer dizer, se ela tivesse colocado os postes de acordo com o maior projeto, da forma como que era para ser a rua, não era para esses postes estarem lá. Então, ela que corrija. Isso aí existe em vários e vários lugares. Isso é um questionamento muito grande.

Atendimento ao consumidor, não vamos mais discutir aqui. O deputado Wilson fez uma pergunta que também. Desses 1.700 empregos que vão ser criados aqui, se serão só para o *call center* ou serão para o pessoal do campo? Porque para o *call center*, lógico que nós precisamos. O Piauí é um estado que necessita e é carente de empregos. Aqui já teve *call centers e já foram vários* embora daqui. A demanda aqui desse pessoal é muito grande, mas agradecemos. O Piauí vai saber reconhecer isso, essa iniciativa de vocês, por uma questão social; mas o objetivo maior da CPI é o povão. É isso: desses 1.700 vai algum para o campo? E essas pessoas que você falou que serão contratadas já têm qualificação ou ainda vão preparar as pessoas? Como é que vai ser isso? Vão ficar só em *call center* também? Acho que é só um tratamento, ou se serão essas pessoas do campo, porque o que nós ouvimos muito aqui, no começo do depoimento, principalmente do pessoal do sindicato, era que a antiga Cepisa tinha um quadro de funcionários de altíssima qualidade, mas era um quadro de funcionários que não recebia bem, mas um pouco acima da média do Piauí. O deputado Wilson Brandão foi feliz quando disse que demitiram em massa esse pessoal e contrataram pessoas que não tinham experiências. Houve depoimentos aqui de funcionários que falaram em mortes, porque não tinham qualificação e teve prejuízos - isso no depoimento deles. E (sobre) essas qualificações, como você está dizendo agora, Hélio, que está havendo qualificação e preparo. E me preocupa mais ainda quando Vossa Excelência perguntou, deputado Wilson Brandão, se vai aumentar o número de turmas. Pelo que entendi, vão continuar as mesmas 500 turmas, só vai aumentar o trabalho deles, vai ter qualificação e vai aumentar o trabalho deles, as turmas serão as mesmas.

O agronegócio, a deputada Simone falou aqui também, pelo visto, estão muito apreensivos, porque são pessoas de fora que estão tentando investir no Piauí e sem a energia... A energia é primordial. O Arquelau está ali, sabe da nossa luta, o que foi feito, o que nós tivemos que fazer no distrito industrial sul. A Ferro Norte tinha comprado uma máquina alemã, na época que eu era secretário de Desenvolvimento Econômico, e a máquina estava parada, porque não tinha energia, foi preciso fazer um interferência. O Arquelau sofreu para podermos fazer essa 69. Iniciamos a 69 para o desenvolvimento econômico, não deu certo. Na época já era a Equatorial ou não? 2017, não era ainda não; era Eletrobras, aí foi que foi feita essa 69. Mas assim, para que isso acontecesse, para que tivesse a ampliação dessa rede, o governo do Estado teve que bancar tudo.

O que foi dito aqui no DEC, segundo o depoimento do pessoal do sindicato, é que esse DEC, o número de reclamações não é grande. Eu queria que me desse essa informação, porque quando dá zero hora, tudo aquilo zera; e você tem que fazer uma nova reclamação; se não fizer, acabou aquela reclamação. Para o relatório, é o que acontece, foi o que nos informaram aqui. Certo?

Nesse investimento do ano de 2023, era outra coisa que eu queria saber, o Luz Para Todos está incluído nesse maior investimento na história do Piauí de 2023 da Equatorial? Se há o Luz Para Todos.

A deputada Simone também falou a respeito do débito. Aconteceu um fato curioso com um amigo meu: ele chegou em casa com a conta que tinha vencido no dia 27, ele chegou em casa, no dia 30, já estava a carta nos correios. Dia 27 tinha vencido a conta, dia 30 quando chegou já estava a cartinha dentro dos correios. Dia 27, se não me engano, era uma sexta-feira, aí quando foi na segunda-feira, que ele foi olhar a caixa do correio. O que nós queríamos é que a Equatorial fosse tão eficiente na religação, quanto ela está sendo na cobrança. É isso o que nós queremos.

Somos sabedores dos investimentos e agradecemos a vocês o que foi feito na geração das distribuidoras, das linhas de distribuições, das subestações. E também entendemos que para que chegue ao consumidor final, ao povão, tem que ter isso aí. Nós somos sabedores disso, vocês estão fazendo. Agora nós queríamos da Equatorial que chegasse e dissesse: para que diminuam verdadeiramente as reclamações lá do consumidor final, nós queremos um prazo de seis meses, de um ano, porque o dever de casa nós estamos fazendo, nós já temos energia suficiente para atender a demanda do Piauí e nós já temos toda a rede de distribuição, já está beleza. Agora, o consumidor final, que é um problema no transformador, é uma canela que cai, nós estamos trabalhando. E vocês da empresa da iniciativa privada estão trabalhando para quê? Para que, com projeções, até quanto tempo essa demanda caia, essas reclamações caiam em 50%? Nós queremos isso, que vocês nos apontassem isso.

Outra coisa aqui - o que o deputado Ziza falou e eu quero saber como é isso: ele falou que tem já um funcionário da Equatorial nos 224 municípios. A informação que nós temos é que não é funcionário da Equatorial, é uma parceria com a prefeitura. Não é um funcionário cadastrado; é uma pessoa que a prefeitura faz uma espécie de convênio com a Equatorial. Isso é verdade?

Dr. Hélio, antes de começar a CPI, quando estavam instalando, fizemos uma visita, um esboço, eu o deputado Evaldo, o deputado Franzé. E Vossa Senhoria nos informou que iria ser implantada aqui na Alepi uma ouvidoria. E eu não sei se já o foi, pelo menos não chegou ao nosso conhecimento aqui. Se já foi instalada, se não foi. Se vai ser, se não vai. Como é? Em que pé está isso?

Para finalizar, aqui só uma questão:

primeiro, eu sempre acreditei na concorrência. Eu sempre acho que a melhor coisa para que você se sobressaia é ter concorrente e a Equatorial não tem concorrente. Fica aqui o questionamento. Se a Equatorial tivesse um concorrente, aqui no Piauí, hoje ela estaria liderando? Era a primeira, a segunda, a terceira colocada? Que fosse bem objetivo. Eu acho que vocês pegaram um passivo pesado e nós somos reconhecedores disso. Nós somos sabedores do avanço que já foi feito aqui. Pode ter certeza que o nosso relatório não será só feito pelo deputado Nerinho; será feito por todos. Saberemos ser justos, agora as piadas que nós ouvimos aqui... "Ah, mais uma CPI que vai acabar em pizza!". Não! Nós vamos ser justos. Muito, muito criteriosos e quero, como Vossa Senhoria falou aqui, Hélio, que vai deixar o número de telefone para as pessoas: eu tenho muitas dúvidas que eu vou tentar procurar falar com Vossa Senhoria para que me esclareça, porque eu não quero de maneira alguma, de forma alguma fazer um relatório injusto, fazer um relatório para a plateia. Aqui nós não estamos trabalhando... Apesar de sermos representantes do povo, nós queremos um relatório, nós queremos sim que a Equatorial se aproxime cada vez mais da sociedade, nós queremos sim que a Equatorial seja uma parceira. Agora, que o povão, que o consumidor final ainda sofre muito, isso é verdade. E nós queremos assim: (que) a Equatorial tem (tenha) um planejamento para que nos próximos dois anos essa demanda de reclamação caia em tantos por cento. É isso o que nós queremos para que nós possamos colocar no nosso relatório. Dizer que o presidente é quem vai dizer quando nós vamos apresentar o nosso relatório; mas, só dizer, presidente, eu já estou com material bem robusto para que nós possamos concluir com todos - eu, a deputada Simone, o deputado Wilson Brandão, que tem uma larga experiência e V.Exa., o presidente.

No mais, eu quero agradecer.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - SDD) - Com a palavra o presidente Hélio.

SR. HÉLIO REINALDO (Diretor presidente da Equatorial Piauí) - Deputados e deputadas, fizeram diversas perguntas e colocações, vou buscar aqui responder a todas elas.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - SDD) - Se Vossa Senhora precisar de um tempo maior, pode ficar à vontade.

SR. HÉLIO REINALDO (Diretor presidente da Equatorial Piauí) - Gostaria de iniciar falando de um projeto que é a abertura de mercado, falando em concorrência. O mercado brasileiro está se abrindo. Nós somos o setor elétrico de distribuição especial de capital intensivo. Então, a remuneração desse serviço ocorre pela remuneração do investimento no ativo, daí a importância do racional (inaudível) de subestações e linhas de acordo com a demanda para fazer esse processo da melhor forma possível e conectando ao investimento prudente, já comentado, para não levar ao aumento da tarifa de forma desnecessária e inadequada para aquela área de concessão. A partir agora de 2024, todo cliente de alta-tensão vai poder comprar energia de quem ele quiser do Brasil. Isso já traz sim uma concorrência não só para o Estado do Piauí, mas para todo o Brasil. Apenas para trazer essa informação, porque eu acho que é uma informação relevante, considerando a pergunta e as colocações.

Com relação à busca por eficiência e qualidade nos serviços, quem comentou aí sobre demandas judiciais, Procon. Eu queria trazer alguns números que nos impressionam: desde a nossa chegada, a redução foi de 47% de demandas judiciais. Nós somos uma empresa que tem no nosso cadastro hoje mais de um milhão e meio de clientes. Considerando que nós estamos abrindo canais de relacionamento, evidentemente, em face também do desenvolvimento da sociedade, há exigência cada vez mais de qualidade, de tecnologia, que os nossos clientes vão buscar cada vez mais qualidade.

Comentou-se também a falta de energia apresentada pelas prefeituras. Eu tive a oportunidade de conhecer a fundo, eu diria não a fundo, mas tive a oportunidade de conhecer outras empresas em outros países, trabalhando em outro grupo. Há falta de energia em todo lugar do mundo, porque essa falta de energia, muitas vezes, é para realizar a manutenção do sistema. Daí a importância da subestação nova, para diminuir essa falta que está acontecendo desde a nossa chegada até então. Foram mais de 10 mil processos judiciais encerrados desde a nossa chegada.

Comentou-se sobre o consumidor.gov. Nós temos registrados nesse processo tão bem avaliado, que nós fomos convidados para apresentar o que está sendo feito no Piauí para outras empresas do Brasil, porque a gente tem um dos melhores índices de solução. Aqui faço um registro importante: sim, recebemos reclamações, demandas que precisam ser tratadas, mas a gente se coloca à disposição para resolver. O nosso índice é acima de 85%.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - SDD) - Presidente, então os números apresentados são (inaudível)?

SR. HÉLIO REINALDO RAFAEL FILHO (Diretor-presidente da Equatorial Piauí) - Não, eu estou trazendo uma atualização, presidente, do histórico desde a nossa chegada em relação a esse específico do consumidor.gov. Aqui sim, há registros, há pontos que precisam ser trabalhados, há reclamações e oficializações que são feitas, sejam no Procon ou na justiça. Eu estou apresentando a curva de melhoria de eficiência que a gente está conseguindo ao longo da nossa trajetória.

No caso dos Procons, de 2020 a 2022, há uma redução de mais de 35%. Veja que estamos falando em redução, mas há pontos que precisam ser trabalhados. Então, esse é um ponto que a gente tem encarado de frente. Eu, particularmente, tenho buscado me conectar com várias entidades para entender e fazer a melhoria - agentes do Tribunal de Justiça, alguns procuradores, alguns promotores, eu já conversei com alguns em particular, para entender como evoluir com esse processo. Isso é típico de um processo de distribuição, mais uma vez, em todo lugar do Brasil. Existirão casos pontuais e eles precisam ser tratados, o

volume precisa ter uma tendência de queda e essa tendência de queda a gente tem como apresentar, inclusive, já enviada por solicitação desta Casa.

Foi comentado também o que a gente chama de "*hotline*", um ponto aqui na Assembleia. De fato, nós propusemos e a proposta se mantém, dado início da CPI, por uma decisão de não ter nenhum tipo de avaliação diferente, preferimos aguardar a finalização para realizar essa implantação, que já fizemos inclusive em outros locais. Então, entendendo que no final, com a apresentação do relatório, a gente volte a conversar para fazer isso acontecer. Acho que vai trazer um avanço nessa comunicação com esta Casa.

Outro ponto colocado aqui pelo deputado Ziza Carvalho que nos dá a oportunidade de esclarecer: nós temos sim 100% de atendimento presencial nos 224 municípios. Não significa que 100% do atendimento são colaboradores próprios. Nós temos agências com a força de trabalho, que são agências mais qualificadas; nós temos pontos credenciados de acordo com a demanda do local. E aí foi citado também Batalha. Batalha, nós acabamos de reinaugurar a agência de Batalha, 100% nova, inaugurada essa semana. Convido os Senhores para conhecer a nova agência.

É importante aqui a lembrança: não existe nenhum convênio com nenhuma prefeitura para esse tipo de atendimento, deixar registrado.

Fiz umas anotações aqui, me permitam ler aqui novamente.

Foco no povo - todo o trabalho, desde de redes mais compactas, mais seguras às novas instalações de bases operacionais, os projetos sociais, de assistência energética, de geladeiras, lâmpadas, a recapacitação desse time... E aqui deixar um pouco mais claro o que é recapacitação: não significa que aumentará a quantidade de horas trabalhadas. Não! Significa que no momento específico, onde há necessidade da recomposição do sistema para que a falta de energia seja menor possível, aquelas equipes que antes eram dedicadas 100% a serviços comerciais serão direcionadas para trazer recomposição do sistema mais rapidamente, contribuindo ainda mais na redução daquele indicador chamado DEC. que é a duração. Nós já temos a confirmação pela Aneel da redução muito forte da frequência. Precisamos acelerar a redução do tempo que fica sem a energia em função de alguma intercorrência que possa acontecer.

Comentou-se do investimento realizado no caso do Arquelau, lá na época que o deputado era secretário. Naquele momento foi feito investimento da Equatorial na SE de Esplanada, lá da Ferronorte, levando mais possibilidade para o caso específico.

Comentou-se o caso específico de uma pessoa, pelo deputado Ziza Carvalho, que tem a necessidade de um contato mais direto em função, por exemplo, da necessidade de algum aparelho que requer energia. Nós temos uma lista que nós entendemos que é uma lista de prioridades, em que o centro de operações precisa olhar mais rapidamente para essa lista e isso se encaixa com esse procedimento. Essa lista é revisitada de tempos em tempos, obviamente para a gente colocar cada vez mais a priorização adequada para aquele momento.

E aqui quero reforçar mais uma vez a instalação dos religadores e chaves automatizadas para que esse sistema seja recomposto sem a intervenção do nosso eletricista.

Com relação aos lucros, foi colocado aqui, acho que isso aqui traz um ponto importante para esclarecer para quem nos ouve e para a sociedade do Piauí. A cada cem reais da fatura, apenas trinta reais fica com a Equatorial Piauí; dos trinta reais que ficam com a Equatorial Piauí são os mesmos para fazer todo o investimento, todo o processo de operação e ainda chegar ao lucro. Daí a importância de ter uma empresa eficiente, estruturada para dar continuidade a esse desafio, que reforço: ele ainda existe, ele é real, reconhecemos que há a necessidade de avançar ainda mais. E esse é o compromisso da Equatorial com o Estado do Piauí, com as famílias piauienses.

Deputado presidente, eu acredito que respondi a todas. Caso não, por favor relembrar.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - SDD) - Eu queria só que o diretor-presidente pudesse responder se a Equatorial faz repasse para a Fiepi ou para a Associação Industrial, se faz repasse mensal; pois qualquer associação sobrevive de doações. Se a Equatorial é associada a essas duas instituições e se faz repasse mensal?

SR. HÉLIO REINALDO (Diretor-presidente Equatorial Piauí) - Não, não faz.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - SD) - Mas é associada?

SR. HÉLIO REINALDO (Diretor-presidente Equatorial Piauí) - Não, não é associada.

SR. NERINHO (PT) - Sr. presidente, eu fiz o questionamento também sobre o Luz Para Todos, não é?

SR. HÉLIO REINALDO (Diretor-presidente Equatorial Piauí) - Bem lembrado! A Agência Nacional de Energia Elétrica, a Aneel, deputado, ela estabeleceu para algumas empresas do Brasil, face à dificuldade, inclusive, vivenciada durante a pandemia, um novo calendário para entregar 100% dos municípios universalizados. No caso do Piauí, estamos falando de mais ou menos entre 25 mil a 30 mil ligações. E esse cronograma é até 2025.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - SDD) - Presidente, segundo os dados da APPM, que já relatei, eu queria saber de Vossa Senhoria se, baseado nesses dados, nessas informações, que são dados encaminhados pela APPM, não são dados criados pelos deputados desta Casa, eu queria saber quanto é que vocês vão investir no ano de 2024? Se existe um planejamento? Se existe uma organização, no sentido de poder haver investimento no ano que vem? Para se resolver esses problemas que surgem na capital e, principalmente no interior do estado, em cima dos dados aqui da APPM.

SR. HÉLIO REINALDO (Diretor-presidente da Equatorial Piauí) - Deputado Evaldo Gomes, o planejamento estratégico do grupo é plurianual, mas com ênfase anual. Por sermos uma

empresa de capital aberto, pelas regras da CVM a gente não pode falar números, mas eu posso trazer um indicativo que responde a sua pergunta de forma direta. Esse ano de 2023 é o de maior investimento da Equatorial desde a sua chegada, e a gente apresentou lá os números anteriores que esses eu posso, mostrando uma crescente, inclusive, naqueles...

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - SDD) - Qual foi o investimento no ano de 2023?

SR. HÉLIO REINALDO (Presidente da Equatorial) - 2022 é setecentos e poucos milhões, 780 milhões.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - Solidariedade) - Esse é um investimento que a Equatorial vai fazer no estado do Piauí?

SR. HÉLIO REINALDO (Presidente da Equatorial) - Foi feito em 2022, o que posso trazer de informação e que 2023 é o maior investimento, eu não posso citar o número.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes -SDD) - No ano passado então?

SR. HÉLIO REINALDO (Presidente da Equatorial) - Deixa eu pegar o número exato aqui, são 732 milhões o ano passado.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - SDD) - Pois não, deputado Nerinho.

SR. NERINHO (PT) - Eu peço a assessoria aqui para que olhasse as informações da Equatorial em um prazo de resposta de solicitação de vistoria e ligação. Vistoria, no site da Equatorial está pedindo três dias úteis na zona urbana e cinco dias úteis na zona rural. Isso aí inclui também religação ou é só vistoria e ligação?

SR. HÉLIO REINALDO (Presidente da Equatoria) - Cinco dias é o prazo para vistoria e ligação e dez dias na área rural, considerando vistoria e ligação.

SR. NERINHO (PT) - E religação?

SR. HÉLIO REINALDO (Presidente da Equatorial) - Religação são 24 horas.

SR. NERINHO (PT) - Só são 24 horas?

SR. HÉLIO REINALDO (Presidente da Equatorial) - Religação.

SR. NERINHO (PT) - Certo, ok. E a outra informação é que teve um depoimento aqui do diretor da granja Formosa. Inclusive, ele está até questionando judicialmente vocês que teve um período do ano passado, ele teve um prejuízo de quase 300 mil reais. A Equatorial chamou para um acordo de 80 mil. E ele nos informou que essa semana ele perdeu no final de semana mais dois mil frangos, por problema de queda de energia. Então, por muitas vezes ocorreu problemas, já teve a perda de 34 mil frangos. Então assim, está questionando, já solicitou. E nós queríamos... porque é um batalhador, ele contou a história dele aqui, é um cara que veio praticamente do nada. E se continuar nesse rojão, eu vou fechar, porque perdeu dois mil frangos nesse final de semana. Então, só a titulo de informação, eu sei que são vários fatores que pode acontecer isso, mas como tem macro empresário desse também, também tem o micro que perde a sua geladeira. E teve depoimento aqui, e se a Equatorial pudesse informar, todos nós somos sabedores que teve aquela lei de incentivo para trocar os eletrodomésticos antigos por novos. Mas eu quero saber, caso um dono de bar que queima um freezer, qual o percentual que a Equatorial faz em relação a fazer essa compensação? Se já teve isso, qual é o percentual disso? Porque aqui, pelo menos, em nível de Procon e em nível de cidadão comum diz que praticamente não tem essa diferença. Teve ação do incentivo de trocar os eletrodomésticos antigo por novos. Isso nós somos sabedores, mas quando tem a perda da energia que tem a queima do eletrodoméstico, como é procedimento que a Equatorial está fazendo sobre isso?

SR. HÉLIO REINALDO (Presidente da Equatorial) - Então, deputado Nerinho, no caso específico da granja, é um cliente que tem um contrato conosco de demanda de alta-tensão. E aqui eu quero fazer um reconhecimento que há sim, como já foi colocado na apresentação e durante as respostas, a necessidade da evolução de investimentos na área rural. Mas todo e qualquer empreendimento seja de qualquer natureza, ele tem um risco associado. Nós procuramos esse cliente, em específico, fizemos sim uma proposta de acordo, que no primeiro momento não foi aceita e, continuamos em conversa para encontrar soluções. Mas aqui faço um registro importante, porque talvez o caso dele sirva a exemplo sobre o racional do que é distribuir energia elétrica, principalmente em um ambiente industrial, grandes comércios, para contratos que trazem demanda; ou seja, contrato de tarifa binômia. O risco precisa também ser calculado do que diz respeito ao empresário, entender que naquela região, ele vai precisar talvez de mecanismos para naquele momento, que mesmo que haja uma perfeição no processo de distribuição, em algum momento vai faltar energia para manutenção do sistema. Aí daí a importância de ter mecanismo de backup de reserva para que isso também aconteça. E aqui que fique registrado, não estou colocando ou retirando a responsabilidade da Equatorial para esse caso específico, ou qualquer outro; não, apenas que sirva que o processo de qualidade, ele avança em termos de novas estruturas de rede, de qualidade, um sistema mais automatizado, mas o empresário ele precisa entender onde ele está com investimento e fazer obviamente esse tipo de ajuste, porque não há sistema perfeito no mundo de distribuição de energia elétrica.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - SDD) - Presidente, o senhor acha que a gestão Equatorial, após privatizado, vamos dizer assim, o senhor acha que melhorou quantos por cento o serviço elétrico aqui no Piauí?

SR. HÉLIO REINALDO (Presidente da Equatorial) - Deputado Evaldo, eu não conseguiria colocar em termos percentuais de forma tão objetiva, mas respondendo se Vossa Excelência me permite alongar um pouco mais, tive a oportunidade de participar do processo semelhante em outros estados e, efetivamente partindo do que foi encontrado e a gente trouxe mais aqui pra deixar isso muito claro pra quem

nos ouve, que nos enxerga, que tem muito a ser feito ainda. Esse trabalho de reestruturação do básico precisa ser feito, falou muito da capacitação, ela acontece efetivamente. A nossa força de trabalho, os colaboradores, nós chamamos de próprios, a gente prioriza capacitação, independente se ele está vindo da gestão pública ou privada. Número importante, houve do nosso grupo de trabalho próprio, ligado diretamente a Equatorial, a maior parte é da gestão pública, que permanece, inclusive, assumindo cargos importantes dentro da empresa. O nosso foco é na eficiência, na profissionalização para fazer isso acontecer. A evolução ela é real. Nós trouxemos imagens, tem os dados e o próprio relatório da Aneel aponta isso de novo: a necessidade de continuar com o trabalho sério pra essa evolução continuar.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - SDD) - Vocês demitiram duas mil pessoas, ao assumi a Equatorial? o resto da anterior, da Eletrobras? Segundo aqui o presidente do sindicato, o presidente do sindicato que apresentou dados, que duas mil pessoas foram demitidas, quando o Equatorial passou a gerenciar o sistema elétrico aqui em Piauí. E agora mesmo vocês estão contratando mil e setecentas pessoas. A contratação de mil e setecentas pessoas foi baseado naquilo que vocês demitiram para tentar buscar, sanar esses problemas rotineiros do dia a dia que nós estamos questionando?

SR. HÉLIO REINALDO (Presidente da Equatorial) - Não, a resposta diretamente é não, são assuntos que envolve o grupo Equatorial, mas não tem ligação direta. Quando apresentei aqui os dois grandes projetos, falando de tarifa social e empregabilidade é pra reforçar o compromisso do grupo Equatorial com o estado do Piauí. São diversas empresas que trabalham no estado do Piauí, gerando empregos diretos e indiretos. Ali foi pra trazer grandes números do compromisso do grupo com o estado do Piauí. Quando há qualquer processo de leilão, uma mudança de gestão pública privada, e aqui mais uma vez trago experiências vividas em outra em outros estados, é feito uma recapacitação, um olhar profissional. Havia um uma quantidade de colaboradores da antiga Cepisa em escritórios e o nosso problema está em campo. Então, aumentamos a força de trabalho em mais de mil e quinhentos posições em campo para fazer com que aquela rende, as subestações, as linhas, os equipamentos sejam instalados e operados da forma correta.

SR. PRESIDENTE (Evaldo Gomes - SDD) - Pois bem, nós queremos agradecer a sua presença, a sua presença foi muito importante, foi muito valiosa para que a gente possa colher informações que Vossa Senhoria trouxe até esta CPI, para fazer, inclusive, comparações e outras informações de outros depoentes. Tenho absoluta certeza que o seu depoimento será crucial para um relatório final desta CPI. No mais, quero deixar aqui a CPI aberta a Vossa Senhoria, para questionamentos, para que a gente possa sentar, se for necessário, para receber dados, informações para que a gente seja justo, não apenas com apenas com a atual direção Equatorial, mas com o povo do povo.

Muito obrigado! Está encerrada a reunião.

119

5- DOCUMENTOS EXPEDIDOS PELA A COMISSÃO

5.1 - REQUERIMENTOS

APROVADO EM 03/04/23
PRESIDENTE DA COMISSÃO
CPI - EQUATORIAL PI

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

CPI EQUATORIAL PI

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, c/c art. 2º da Lei nº 1.579/1952, art. 70; III; V, art. 71 da Constituição Estadual e art. 37-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, requeremos a Vossa Excelência a aprovação de [redacted] ao Senhor [redacted] Presidente do [redacted] do Piauí, para debater, entre outros temas, a relevância da má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ.

JUSTIFICATIVA

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito, batizada como CPI DA EQUATORIAL PI, foi criada pelo Requerimento Nº 95/23 com a finalidade de apurar a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ, reclamações frequentes, interrupção prolongadas, quedas e falhas no fornecimento de energia têm se avolumado, ocupando destaque na mídia, o que naturalmente preocupa o Governo e Poder Legislativo, que ora representa os interesses da população direta e indiretamente prejudicada por essas rotineiras falhas.

Ressalta-se que essas falhas no fornecimento de energia elétrica ensejam relevantes prejuízos em diversos setores da economia, que desde matérias-primas e suprimentos perdidos, até problemas com armazenamento. Na zona rural, a ausência de continuidade de energia, impede o abastecimento de localidades carentes com água de poço.

O convocado conhece a situação brasileira e as políticas públicas que deveriam ter sido aplicadas. Por ser um sindicalista com vasta experiência, certamente contribuirá para que os integrantes desta Comissão possam avaliar os fatos com profundidade que merecem.

Por este motivo, a aprovação do presente requerimento é fundamental ao esclarecimento dos fatos investigados, razão pela qual pedimos o apoio dos nobres pares.

Dep. NERINHO
Relator da CPI EQUATORIAL PI

CPI EQUATORIAL REQ 01 FOLHA Nº ALEPI

CPI EQUATORIAL 13 FOLHA Nº ALEPI

Recebi 10/04/23
Marlon Freitas

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
cpiequatorial@alepi.pi.gov.br

Assembleia Legislativa

APROVADO À UNANIMIDADE
EM 03/04/2023
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:
CPI EQUATORIAL

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

REQUERIMENTO: 02

CPI EQUATORIAL PI

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, c/c art. 2º da Lei nº 1.579/1952, art. 70; III; V, art. 71 da Constituição Estadual e art. 37-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, requeremos a Vossa Excelência a aprovação de **CONVITE** ao Senhor **NIVALDO RIBEIRO** , Coordenador Geral do Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON-PI), para debater, entre outros temas, a relevância da má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ.

JUSTIFICATIVA

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito, batizada como CPI DA EQUATORIAL PI, foi criada pelo Requerimento Nº 95/23 com a finalidade de apurar a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ, reclamações frequentes, interrupção prolongadas, quedas e falhas no fornecimento de energia têm se avolumado, ocupando destaque na mídia, o que naturalmente preocupa o Governo e Poder Legislativo, que ora representa os interesses da população direta e indiretamente prejudicada por essas rotineiras falhas.

Ressalta-se que essas falhas no fornecimento de energia elétrica ensejam relevantes prejuízos em diversos setores da economia, que desde matérias-primas e suprimentos perdidos, até problemas com armazenamento. Na zona rural, a ausência de continuidade de energia, impede o abastecimento de localidades carentes com água de poço.

O convocado conhece a situação brasileira e as políticas públicas que deveriam ter sido aplicadas. Por sua com vasta experiência na coordenadoria do órgão do Ministério Público do Estado do Piauí, é responsável por coordenar a política dos órgãos e enticades que atuam na proteção do consumidor no estado, de forma a equilibrar as relações de consumo, certamente contribuirá para que os integrantes desta Comissão possam avaliar os fatos com profundidade que merecem.

Por este motivo, a aprovação do presente requerimento é fundamental ao esclarecimento dos fatos investigados, razão pela qual pedimos o apoio dos nobres pares.

Dep. HERINHO
Relator da CPI EQUATORIAL PI

CPI EQUATORIAL
REQ
02
FOLHA Nº
ALEPI

CPI EQUATORIAL
19
FOLHA Nº
ALEPI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
cpiequatorial@alepi.pi.gov.br

APROVADO À UNANIMIDADE
EM 03/04/2023
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:
CPI EQUATORIAL

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

REQUERIMENTO: 03

CPI EQUATORIAL PI

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 4° da Lei Complementar n° 105, de 2001 e art. 58, §3° da Constituição Federal, c/c art. 2° da Lei n° 1.579/1952, art. 70; III; V, art. 71 da Constituição Estadual e art. 38 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, requeremos a Vossa Excelência que esta Comissão requisite da Empresa EQUATORIAL PIAUI DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, CNPJ 06.840.748/0001-89, cópia do contrato de aquisição da Companhia de Energia do Piauí (CEPISA), bem como todos documentos pertinentes ao leilão em que houve a aquisição, com todas as cláusulas e encargos que a empresa Equatorial se comprometeu a assumir, a fim de que os trabalhos investigativos desta CPI possam ser realizados de maneira eficaz.

JUSTIFICATIVA

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito, batizada como CPI DA EQUATORIAL PI, foi criada pelo Requerimento Nº 95/23 com a finalidade de apurar a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ, reclamações frequentes, interrupção prolongadas, quedas e falhas no fornecimento de energia têm se avolumado, ocupando destaque na mídia, o que naturalmente preocupa o Governo e Poder Legislativo, que ora representa os interesses da população direta e indiretamente prejudicada por essas rotineiras falhas.

Ressalta-se que essas falhas no fornecimento de energia elétrica ensejam relevantes prejuízos em diversos setores da economia, que desde matérias-primas e suprimentos perdidos, até problemas com armazenamento. Na zona rural, a ausência de continuidade de energia, impede o abastecimento de localidades carentes com água de poço.

Por este motivo, a aprovação do presente requerimento é fundamental ao esclarecimento dos fatos investigados, razão pela qual pedimos o apoio dos nobres pares.

Dep. NERINHO
Relator da CPI EQUATORIAL PI

CPI EQUATORIAL
FOLHA Nº 03
ALEPI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
cpiequatorial@alepi.pi.gov.br

APROVADO À UNANIMIDADE
EM, 17/04/2023
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:
CPI EQUATORIAL

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

REQUERIMENTO: 04

CPI EQUATORIAL PI

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 4° da Lei Complementar n° 105, de 2001e art. 58, §3° da Constituição Federal, c/c art. 2° da Lei n° 1.579/1952, art. 70; III; V, art. 71 da Constituição Estadual e art. 38 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piaui, requeremos a Vossa Excelência que esta Comissão requisiteda Empresa EQUATORIAL PIAUI DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, CNPJ 06.840.748/0001-89, todas as Demonstrações Contábeis feitas por esta empresa entre 2019 e 2023 (incluindo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicional, Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido, Demonstração de Lucro e Prejuízo do Exercício e Notas Explicativas, bem como qualquer outro balancete emitido por esta empresa).Acrescente ainda exposição de todos os valores investido em infraestrutura por esta empresa, como também o plano de manutenção das instalações e distribuição atualizado, de forma discriminada nos locais e os serviços feitos, bem como se estão em andamentos ou concluídos desde a aquisição da CEPISA até a presente data. Requisita-se também, as metas dos planos de reestruturação apresentados pela Equatorial Piauí entre 2019 e a presente data. Ademais, o número de funcionários da Equatorial Piaui, incluindo os terceirizados que prestam serviço para esta empresa. Por último, o quadro de chefia da Equatorial Piaui, fim de que os trabalhos investigativos desta CPI possam ser realizados de maneira eficaz.

JUSTIFICATIVA

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito, batizada como CPI DA EQUATORIAL PI, foi criada pelo Requerimento N° 95/23 com a finalidade de apurar a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ, reclamações frequentes, interrupção prolongadas, quedas e falhas no fornecimento de energia têm se avolumado, ocupando destaque na mídia, o que naturalmente preocupa o Governo e Poder Legislativo, que ora representa os interesses da população direta e indiretamente prejudicada por essas rotineiras falhas.

Ressalta-se que essas falhas no fornecimento de energia elétrica ensejam relevantes prejuízos em diversos setores da economia, que desde matérias-primas e suprimentos perdidos, até problemas com armazenamento. Na zona rural, a ausência de continuidade de energia, impede o abastecimento de localidades carentes com água de poço.

Por este motivo, a aprovação do presente requerimento é fundamental ao esclarecimento dos fatos investigados, razão pela qual pedimos o apoio dos nobres pares.

CPI EQUATORIAL
FOLHA Nº 04
ALEPI

Dep. NERINHO
Relator da CPI EQUATORIAL PI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piaui – Brasil

Estado do Piauí
Assembleia Legislativa

APROVADO A UNANIMIDADE
EM, 17/01/2023
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:
CPI EQUATORIAL

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

REQUERIMENTO: 05

CPI EQUATORIAL PI

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 58, §3° da Constituição Federal, c/c art. 2° da Lei n° 1.579/1952, art. 70; III; V, art. 71 da Constituição Estadual e art. 37-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, requeremos a Vossa Excelência a aprovação de **CONVOCAÇÃO** ao Senhor **ANTONIO JOSÉ DE MORAES SOUZA FILHO,** Presidente do Sindicato do FIEPI, para debater, entre outros temas, a relevância da má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ.

JUSTIFICATIVA

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito, batizada como CPI DA EQUATORIAL PI, foi criada pelo Requerimento N° 95/23 com a finalidade de apurar a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ, reclamações frequentes, interrupção prolongadas, quedas e falhas no fornecimento de energia têm se avolumado, ocupando destaque na mídia, o que naturalmente preocupa o Governo e Poder Legislativo, que ora representa os interesses da população direta e indiretamente prejudicada por essas rotineiras falhas.

Ressalta-se que essas falhas no fornecimento de energia elétrica ensejam relevantes prejuízos em diversos setores da economia, que desde matérias-primas e suprimentos perdidos, até problemas com armazenamento. Na zona rural, a ausência de continuidade de energia, impede o abastecimento de localidades carentes com água de poço.

Por este motivo, a aprovação do presente requerimento é fundamental ao esclarecimento dos fatos investigados, razão pela qual pedimos o apoio dos nobres pares.

Dep. NERINHO
Relator da CPI EQUATORIAL PI

CPI EQUATORIAL
05
FOLHA Nº
ALEPI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
cpiequatorial@alepi.pi.gov.br

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Estado do Piauí
Assembleia Legislativa

APROVADO À UNANIMIDADE
EM 17/04/2023
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:
CPI EQUATORIAL

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

REQUERIMENTO: 06

CPI EQUATORIAL PI

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 4° da Lei Complementar n° 105, de 2001 e art. 58, §3° da Constituição Federal, c/c art. 2° da Lei n° 1.579/1952, art. 70; III; V, art. 71 da Constituição Estadual e art. 38 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, requeremos a Vossa Excelência que esta Comissão requisite da AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, dados compilados do número de reclamações ligadas a EQUATORIAL PIAUÍ entre 2019 e a atual data, bem como as metas dos planos de reestruturação apresentados pela Equatorial Piauí entre 2019 e **até a presente data**, incluindo relatório desta autarquia acerca do cumprimento da Equatorial Piauí das metas estabelecidas. Além disso, análise sobre os indicadores de continuidade globais da Equatorial Piauí e do seu cumprimento referente às metas estabelecidas. É pertinente o envio de laudos técnicos realizados por esta autarquia sobre a Equatorial Piauí do início do exercício desta concessionária no Piauí após a aquisição da Eletrobrás Piauí, até a presente data. Outra análise solicitada é a duração total das interrupções (DEC) por unidade consumidora no Piauí entre 2010 e **até a presente data**, e qual a média nacional nesses anos, bem como qual o limite estabelecido pela ANEEL. Nessa esteira requeremos a Frequência das interrupções (FEC) por unidade consumidora no Piauí entre 2010 e **até a presente data**, e qual a média nacional nesses anos, bem como qual o limite estabelecido pela ANEEL. Estes dados serão úteis para o fim de que os trabalhos investigativos desta CPI possam ser realizados de maneira eficaz.

JUSTIFICATIVA

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito, nomeada como CPI DA EQUATORIAL PI, foi criada pelo Requerimento N° 95/23 com a finalidade de apurar a má prestação de serviços pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ, reclamações frequentes, interrupções prolongadas, quedas e falhas no fornecimento de energia que têm se avolumado, ocupando destaque na mídia, o que naturalmente preocupa o Governo e o Poder Legislativo, o qual representa os interesses da população direta e indiretamente prejudicada por essas rotineiras falhas.

Ressalta-se que essas falhas no fornecimento de energia elétrica ensejam relevantes prejuízos em diversos setores da economia, que vão desde matérias-primas e suprimentos perdidos, até problemas com armazenamento. Na zona rural, a ausência de continuidade de energia, impede o abastecimento de localidades carentes com água de poço.

Por este motivo, a aprovação do presente requerimento é fundamental ao esclarecimento dos fatos investigados, razão pela qual pedimos o apoio dos nobres pares.

Dep. WILSON BRANDÃO
CPI EQUATORIAL PI

CPI EQUATORIAL
FOLHA Nº
ALEPI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil

APROVADO À UNANIMIDADE
EM 19/04/2023
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE
CPI EQUATORIAL

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

REQUERIMENTO 07

CPI EQUATORIAL PI

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, c/c art. 2º da Lei nº 1.579/1952, art. 70, III; V, art. 71 da Constituição Estadual e art. 37-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, requeremos a Vossa Excelência a aprovação de **CONVITE** ao Senhor **LEONARADO CARVALHO CAVALCANTE DE OLIVEIRA,** Procurador-chefe no Ministério Público Federal do Estado do Piauí, para debater, entre outros temas, a relevância da má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ.

JUSTIFICATIVA

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito, batizada como CPI DA EQUATORIAL PI, foi criada pelo Requerimento Nº 95/23 com a finalidade de apurar a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ, reclamações frequentes, interrupção prolongadas, quedas e falhas no fornecimento de energia têm se avolumado, ocupando destaque na mídia, o que naturalmente preocupa o Governo e Poder Legislativo, que ora representa os interesses da população direta e indiretamente prejudicada por essas rotineiras falhas.

Ressalta-se que essas falhas no fornecimento de energia elétrica ensejam relevantes prejuízos em diversos setores da economia, que desde matérias-primas e suprimentos perdidos, até problemas com armazenamento. Na zona rural, a ausência de continuidade de energia, impede o abastecimento de localidades carentes com água de poço.

O convocado conhece a situação brasileira e as políticas públicas que deveriam ter sido aplicadas. Por sua com vasta experiência na coordenadoria do órgão do Ministério Público Federal do Estado do Piauí, é responsável por coordenar a política dos órgãos e entidades que atuam na proteção do consumidor no estado, de forma a equilibrar as relações de consumo, certamente contribuirá para que os integrantes desta Comissão possam avaliar os fatos com profundidade que merecem.

Por este motivo, a aprovação do presente requerimento é fundamental ao esclarecimento dos fatos investigados, razão pela qual pedimos o apoio dos nobres pares.

Dep. NERINHO
Relator da CPI EQUATORIAL PI

CPI EQUATORIAL
266
07
FOLHA Nº
ALEPI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
cpiequatorial@alepi.pi.gov.br

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

APROVADO À UNANIMIDADE
EM 19/04/2023
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:
CPI EQUATORIAL

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

REQUERIMENTO 08

CPI EQUATORIAL PI

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, c/c art. 2º da Lei nº 1.579/1952, art. 70; III; V, art. 71 da Constituição Estadual e art. 37-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, requeremos a Vossa Excelência a aprovação de **CONVITE** ao Senhor **CLEANDRO ALVES DE MOURA,** Procurador Geral no Ministério Público do Estado do Piauí, para debater, entre outros temas, a relevância da má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ.

JUSTIFICATIVA

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito, batizada como CPI DA EQUATORIAL PI, foi criada pelo Requerimento Nº 95/23 com a finalidade de apurar a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ, reclamações frequentes, interrupção prolongadas, quedas e falhas no fornecimento de energia têm se avolumado, ocupando destaque na mídia, o que naturalmente preocupa o Governo e Poder Legislativo, que ora representa os interesses da população direta e indiretamente prejudicada por essas rotineiras falhas.

Ressalta-se que essas falhas no fornecimento de energia elétrica ensejam relevantes prejuízos em diversos setores da economia, que desde matérias-primas e suprimentos perdidos, até problemas com armazenamento. Na zona rural, a ausência de continuidade de energia, impede o abastecimento de localidades carentes com água de poço.

O convocado conhece a situação brasileira e as políticas públicas que deveriam ter sido aplicadas. Por sua com vasta experiência na coordenadoria do órgão do Ministério Público do Estado do Piauí, é responsável por coordenar a política dos órgãos e entidades que atuam na proteção do consumidor no estado, de forma a equilibrar as relações de consumo, certamente contribuirá para que os integrantes desta Comissão possam avaliar os fatos com profundidade que merecem.

Por este motivo, a aprovação do presente requerimento é fundamental ao esclarecimento dos fatos investigados, razão pela qual pedimos o apoio dos nobres pares.

Dep. TERINHO
Relator da CPI EQUATORIAL PI

CPI EQUATORIAL
FOLHA Nº 08
ALEPI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral - CEP 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina - Piauí - Brasil
cpiequatorial@alepi.pi.gov.br

Estado do Piauí
Assembleia Legislativa

APROVADO À UNANIMIDADE
EM 19/04/2023
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE
CPI EQUATORIAL

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

REQUERIMENTO: 09

CPI EQUATORIAL PI

Senhor Presidente.

Com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, c/c art. 2º da Lei nº 1.579/1952, art. 70; III; V, art. 71 da Constituição Estadual e art. 37-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, requeremos a Vossa Excelência a aprovação de **CONVOCAÇÃO** ao Senhor **TERTULIANO PASSOS,** Presidente do Sindicato dos Lojistas do Comércio de Teresina - SINDILOJAS, para debater, entre outros temas, a relevância da má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ.

JUSTIFICATIVA

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito, batizada como CPI DA EQUATORIAL PI, foi criada pelo Requerimento Nº 95/23 com a finalidade de apurar a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ, reclamações frequentes, interrupção prolongadas, quedas e falhas no fornecimento de energia têm se avolumado, ocupando destaque na mídia, o que naturalmente preocupa o Governo e Poder Legislativo, que ora representa os interesses da população direta e indiretamente prejudicada por essas rotineiras falhas.

Ressalta-se que essas falhas no fornecimento de energia elétrica ensejam relevantes prejuízos em diversos setores da economia, que desde matérias-primas e suprimentos perdidos, até problemas com armazenamento. Na zona rural, a ausência de continuidade de energia, impede o abastecimento de localidades carentes com água de poço.

Por este motivo, a aprovação do presente requerimento é fundamental ao esclarecimento dos fatos investigados, razão pela qual pedimos o apoio dos nobres pares.

Dep. TERRINHO
Relator da CPI EQUATORIAL PI

CPI EQUATORIAL
FOLHA Nº
ALEPI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral - CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
cpiequatorial@alepi.pi.gov.br

Estado do Piauí
Assembleia Legislativa

APROVADO À UNANIMIDADE
EM 19/09/2023
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:
CPI EQUATORIAL

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

REQUERIMENTO: 10

CPI EQUATORIAL PI

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, c/c art. 2º da Lei nº 1.579/1952, art. 70; III; V, art. 71 da Constituição Estadual e art. 37-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, requeremos a Vossa Excelência a aprovação de **CONVOCAÇÃO** ao Senhor **ANTONIEL DE SOUSA SILVA**, Presidente da Associação Piauiense dos Municípios - APPM, para debater, entre outros temas, a relevância da má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ.

JUSTIFICATIVA

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito, batizada como CPI DA EQUATORIAL PI, foi criada pelo Requerimento Nº 95/23 com a finalidade de apurar a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ, reclamações frequentes, interrupção prolongadas, quedas e faltas no fornecimento de energia têm se avolumado, ocupando destaque na mídia, o que naturalmente preocupa o Governo e Poder Legislativo, que ora representa os interesses da população direta e indiretamente prejudicada por essas rotineiras falhas.

Ressalta-se que essas falhas no fornecimento de energia elétrica ensejam relevantes prejuízos em diversos setores da economia, que desde matérias-primas e suprimentos perdidos, até problemas com armazenamento. Na zona rural, a ausência de continuidade de energia, impede o abastecimento de localidades carentes com água de poço,

Por este motivo, a aprovação do presente requerimento é fundamental ao esclarecimento dos fatos investigados, razão pela qual pedimos o apoio dos nobres pares.

Dep. SERGINHO
Relator da CPI EQUATORIAL PI

CPI EQUATORIAL
FOLHA Nº 10
ALEPI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
cpiequatorial@alepi.pi.gov.br

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Estado do Piauí
Assembleia Legislativa

APROVADO À UNANIMIDADE
EM 09/05/2023
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:
CPI EQUATORIAL

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

REQUERIMENTO: 11

CPI EQUATORIAL PI

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 4º da Lei Complementar nº 105, de 2001 e art. 58, §3º da Constituição Federal, c/c art. 2º da Lei nº 1.579/1952, art. 70; III; V, art. 71 da Constituição Estadual e art. 38 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, requeremos a Vossa Excelência que esta Comissão requisite da EQUATORIAL PIAUI DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. CNPJ 06.840.748/0001-89, dados **DETALHADOS** da duração total das interrupções (DEC) por unidade consumidora no Piauí entre 2019 e até a presente data, **nos moldes que são enviados regularmente para a ANEEL**. Nessa esteira, requeremos dados **DETALHADOS** da Frequência das interrupções (FEC) por unidade consumidora no Piauí entre 2019 e até a presente data, **nos moldes que são enviados regularmente para a ANEEL**. Requer ainda o nome das empresas que prestam serviços terceirizados juntos a EQUATORIAL PIAUÍ, além do detalhamento do número de funcionários por cargo/função seja pertencente ao quadro próprio, seja pertencente aos terceirizados.

Estes dados serão úteis para o fim de que os trabalhos investigativos desta CPI possam ser realizados de maneira eficaz.

JUSTIFICATIVA

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito, nomeada como CPI DA EQUATORIAL PI, foi criada pelo Requerimento Nº 95/23 com a finalidade de apurar a má prestação de serviços pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ, reclamações frequentes, interrupções prolongadas, quedas e falhas no fornecimento de energia que têm se avolumado, ocupando destaque na mídia, o que naturalmente preocupa o Governo e o Poder Legislativo, o qual representa os interesses da população direta e indiretamente prejudicada por essas rotineiras falhas.

Ressalta-se que essas falhas no fornecimento de energia elétrica ensejam relevantes prejuízos em diversos setores da economia, que vão desde matérias-primas e suprimentos perdidos, até problemas com armazenamento. Na zona rural, a ausência de continuidade de energia, impede o abastecimento de localidades carentes com água de poço.

Por este motivo, a aprovação do presente requerimento é fundamental ao esclarecimento dos fatos investigados, razão pela qual pedimos o apoio dos nobres pares.

Dep. NERINHO
CPI EQUATORIAL PI

CPI EQUATORIAL
FLS
11
FOLHA Nº
ALEPI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil

APROVADO À UNANIMIDADE
EM 15/05/2023
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:
CPI EQUATORIAL PI

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

REQUERIMENTO: 12

CPI EQUATORIAL PI

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 58, §3° da Constituição Federal, c/c art. 2° da Lei n° 1.579/1952, art. 70; III; V, art. 71 da Constituição Estadual e art. 37-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, requeremos a Vossa Excelência a aprovação de **CONVOCAÇÃO** ao DR. **ALZIR PIMENTEL AGUIAR NETO**, Presidente da Associação dos Produtores de Soja do Estado do Piauí – APROSOJA, para debater, entre outros temas, a relevância da má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ, ademais requisita ainda que venha municiado de dados formalizados para auxiliar a análise da CPI na realidade enfrentada pelos consumidores piauienses sobre o serviço de energia elétrica

JUSTIFICATIVA

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito, batizada como CPI DA EQUATORIAL PI, foi criada pelo Requerimento N° 95/23 com a finalidade de apurar a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ, reclamações frequentes, interrupção prolongadas, quedas e falhas no fornecimento de energia têm se avolumado, ocupando destaque na mídia, o que naturalmente preocupa o Governo e Poder Legislativo, que ora representa os interesses da população direta e indiretamente prejudicada por essas rotineiras falhas.

Ressalta-se que essas falhas no fornecimento de energia elétrica ensejam relevantes prejuízos em diversos setores da economia, que desde matérias-primas e suprimentos perdidos, até problemas com armazenamento. Na zona rural, a ausência de continuidade de energia, impede o abastecimento de localidades carentes com água de poço.

Por este motivo, a aprovação do presente requerimento é fundamental ao esclarecimento dos fatos investigados, razão pela qual pedimos o apoio dos nobres pares.

Dep. SERGINHO
Relator da CPI EQUATORIAL PI

CPI EQUATORIAL
REQ
12
FOLHA Nº
ALEPI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
cpiequatorial@alepi.pi.gov.br

APROVADO À UNANIMIDADE
EM 15/05/2023
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:
CPI EQUATORIAL

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

REQUERIMENTO: 13

CPI EQUATORIAL PI

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, c/c art. 2º da Lei nº 1.579/1952, art. 70; III; V, art. 71 da Constituição Estadual e art. 37-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, requeremos a Vossa Excelência a aprovação de **CONVOCAÇÃO** ao **DR. ARIMATEIA DANTAS**, para debater, entre outros temas, a relevância da má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ, ademais requisita ainda que venha municiado de dados formalizados para auxiliar a análise da CPI na realidade enfrentada pelos consumidores piauienses sobre o serviço de energia elétrica

JUSTIFICATIVA

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito, batizada como CPI DA EQUATORIAL PI, foi criada pelo Requerimento Nº 95/23 com a finalidade de apurar a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ, reclamações frequentes, interrupção prolongadas, quedas e falhas no fornecimento de energia têm se avolumado, ocupando destaque na mídia, o que naturalmente preocupa o Governo e Poder Legislativo, que ora representa os interesses da população direta e indiretamente prejudicada por essas rotineiras falhas.

Ressalta-se que essas falhas no fornecimento de energia elétrica ensejam relevantes prejuízos em diversos setores da economia, que desde matérias-primas e suprimentos perdidos, até problemas com armazenamento. Na zona rural, a ausência de continuidade de energia, impede o abastecimento de localidades carentes com água de poço.

Por este motivo, a aprovação do presente requerimento é fundamental ao esclarecimento dos fatos investigados, razão pela qual pedimos o apoio dos nobres pares.

Dep. NERINHO
Relator da CPI EQUATORIAL PI

CPI EQUATORIAL
FOLHA Nº 13
ALEPI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
cpiequatorial@alepi.pi.gov.br

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ

APROVADO À UNANIMIDADE
EM 15/05/2023
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:
CPI EQUATORIAL

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

REQUERIMENTO: 14

CPI EQUATORIAL PI

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, c/c art. 2º da Lei nº 1.579/1952, art. 70; III; V, art. 71 da Constituição Estadual e art. 37-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, requeremos a Vossa Excelência a aprovação de **CONVOCAÇÃO** ao Senhor **JOSELITO FÉLIX FILHO,** Presidente da Associação Brasileira de Engenheiros Eletricistas – Seção Piauí (ABEE-PI), para debater, entre outros temas, a relevância da má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ, ademais requisita ainda que o representante venha municiado de dados formalizados ligados a sua associação para auxiliar a análise da CPI na realidade enfrentada pelos consumidores piauienses sobre o serviço de energia elétrica

JUSTIFICATIVA

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito, batizada como CPI DA EQUATORIAL PI, foi criada pelo Requerimento Nº 95/23 com a finalidade de apurar a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ, reclamações frequentes, interrupção prolongadas, quedas e falhas no fornecimento de energia têm se avolumado, ocupando destaque na mídia, o que naturalmente preocupa o Governo e Poder Legislativo, que ora representa os interesses da população direta e indiretamente prejudicada por essas rotineiras falhas.

Ressalta-se que essas falhas no fornecimento de energia elétrica ensejam relevantes prejuízos em diversos setores da economia, que desde matérias-primas e suprimentos perdidos, até problemas com armazenamento. Na zona rural, a ausência de continuidade de energia, impede o abastecimento de localidades carentes com água de poço.

Por este motivo, a aprovação do presente requerimento é fundamental ao esclarecimento dos fatos investigados, razão pela qual pedimos o apoio dos nobres pares.

Dep. NERINHO
Relator da CPI EQUATORIAL PI

CPI EQUATORIAL
FOLHA Nº
ALEPI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
cpiequatorial@alepi.pi.gov.br

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ

APROVADO À UNANIMIDADE
EM, 15/05/2023
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:
CPI EQUATORIAL

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

REQUERIMENTO: 15

CPI EQUATORIAL PI

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, c/c art. 2º da Lei nº 1.579/1952, art. 70; III; V, art. 71 da Constituição Estadual e art. 37-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, requeremos a Vossa Excelência a aprovação de **CONVOCAÇÃO** ao Senhor **JEAN CANTALICE,** Presidente da Associação Piauiense das Empresas de Energia Solar - APISOLAR, para debater, entre outros temas, a relevância da má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ, ademais requisita ainda que o representante venha municiado de dados formalizados ligados a sua associação para auxiliar a análise da CPI na realidade enfrentada pelos consumidores piauienses sobre o serviço de energia elétrica

JUSTIFICATIVA

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito, batizada como CPI DA EQUATORIAL PI, foi criada pelo Requerimento Nº 95/23 com a finalidade de apurar a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ, reclamações frequentes, interrupção prolongadas, quedas e falhas no fornecimento de energia têm se avolumado, ocupando destaque na mídia, o que naturalmente preocupa o Governo e Poder Legislativo, que ora representa os interesses da população direta e indiretamente prejudicada por essas rotineiras falhas.

Ressalta-se que essas falhas no fornecimento de energia elétrica ensejam relevantes prejuízos em diversos setores da economia, que desde matérias-primas e suprimentos perdidos, até problemas com armazenamento. Na zona rural, a ausência de continuidade de energia, impede o abastecimento de localidades carentes com água de poço.

Por este motivo, a aprovação do presente requerimento é fundamental ao esclarecimento dos fatos investigados, razão pela qual pedimos o apoio dos nobres pares.

Dep. NERINHO
Relator da CPI EQUATORIAL PI

CPI EQUATORIAL
REG
15
FOLHA Nº
ALEPI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
cpiequatorial@alepi.pi.gov.br

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

APROVADO À UNANIMIDADE
EM 15/05/2023
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE
CPI EQUATORIAL

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

REQUERIMENTO: 16

CPI EQUATORIAL PI

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 58, §3° da Constituição Federal, c/c art. 2° da Lei n° 1.579/1952, art. 70; III; V, art. 71 da Constituição Estadual e art. 37-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, requeremos a Vossa Excelência a aprovação de **CONVOCAÇÃO** ao Senhor **FREDERICO MUSSO,** Presidente do Centro das Indústrias do Piauí (CIEPI), para debater, entre outros temas, a relevância da má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ, ademais requisita ainda que o representante venha municiado de dados formalizados ligados a sua associação para auxiliar a análise da CPI na realidade enfrentada pelos consumidores piauienses sobre o serviço de energia elétrica

JUSTIFICATIVA

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito, batizada como CPI DA EQUATORIAL PI, foi criada pelo Requerimento N° 95/23 com a finalidade de apurar a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ, reclamações frequentes, interrupção prolongadas, quedas e falhas no fornecimento de energia têm se avolumado, ocupando destaque na mídia, o que naturalmente preocupa o Governo e Poder Legislativo, que ora representa os interesses da população direta e indiretamente prejudicada por essas rotineiras falhas.

Ressalta-se que essas falhas no fornecimento de energia elétrica ensejam relevantes prejuízos em diversos setores da economia, que desde matérias-primas e suprimentos perdidos, até problemas com armazenamento. Na zona rural, a ausência de continuidade de energia, impede o abastecimento de localidades carentes com água de poço.

Por este motivo, a aprovação do presente requerimento é fundamental ao esclarecimento dos fatos investigados, razão pela qual pedimos o apoio dos nobres pares.

Dep. NERINHO
Relator da CPI EQUATORIAL PI

CPI EQUATORIAL
REQ 16
FOLHA Nº
ALEPI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
cpiequatorial@alepi.pi.gov.br

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

APROVADO À UNANIMIDADE
EM 15/05/2023
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:
CPI EQUATORIAL

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

REQUERIMENTO: 17

CPI EQUATORIAL PI

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, c/c art. 2º da Lei nº 1.579/1952, art. 70; III; V, art. 71 da Constituição Estadual e art. 37-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, requeremos a Vossa Excelência a aprovação de **CONVOCAÇÃO** ao Senhor **JOSÉ DA CRUZ ARAÚJO SANTOS**, Presidente da União Municipal da Associação de Moradores e Conselhos Comunitário, para debater, entre outros temas, a relevância da má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ, ademais requisita ainda que o representante venha municiado de dados formalizados ligados a sua associação para auxiliar a análise da CPI na realidade enfrentada pelos consumidores piauienses sobre o serviço de energia elétrica

JUSTIFICATIVA

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito, batizada como CPI DA EQUATORIAL PI, foi criada pelo Requerimento Nº 95/23 com a finalidade de apurar a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ, reclamações frequentes, interrupção prolongadas, quedas e falhas no fornecimento de energia têm se avolumado, ocupando destaque na mídia, o que naturalmente preocupa o Governo e Poder Legislativo, que ora representa os interesses da população direta e indiretamente prejudicada por essas rotineiras falhas.

Ressalta-se que essas falhas no fornecimento de energia elétrica ensejam relevantes prejuízos em diversos setores da economia, que desde matérias-primas e suprimentos perdidos, até problemas com armazenamento. Na zona rural, a ausência de continuidade de energia, impede o abastecimento de localidades carentes com água de poço.

Por este motivo, a aprovação do presente requerimento é fundamental ao esclarecimento dos fatos investigados, razão pela qual pedimos o apoio dos nobres pares.

Dep. NERINHO
Relator da CPI EQUATORIAL PI

CPI EQUATORIAL
FOLHA Nº 17
ALEPI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
cpiequatorial@alepi.pi.gov.br

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ

Estado do Piauí
Assembleia Legislativa

APROVADO A UNANIMIDADE
EM 15/09/2023
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:
CPI EQUATORIAL PI

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

REQUERIMENTO: 18

CPI EQUATORIAL PI

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, c/c art. 2º da Lei nº 1.579/1952, art. 70; III; V, art. 71 da Constituição Estadual e art. 37-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, requeremos a Vossa Excelência a aprovação de **um profissional técnico em conhecimentos sobre energia elétrica** para apoiar a comissão com o intuito de auxiliar na análise documental de dados relacionados ao desempenho da Equatorial Piauí.

JUSTIFICATIVA

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito, batizada como CPI DA EQUATORIAL PI, foi criada pelo Requerimento Nº 95/23 com a finalidade de apurar a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ, reclamações frequentes, interrupção prolongadas, quedas e falhas no fornecimento de energia têm se avolumado, ocupando destaque na mídia, o que naturalmente preocupa o Governo e Poder Legislativo, que ora representa os interesses da população direta e indiretamente prejudicada por essas rotineiras falhas.

Ressalta-se que essas falhas no fornecimento de energia elétrica ensejam relevantes prejuízos em diversos setores da economia, que desde matérias-primas e suprimentos perdidos, até problemas com armazenamento. Na zona rural, a ausência de continuidade de energia, impede o abastecimento de localidades carentes com água de poço.

Por este motivo, a aprovação do presente requerimento é fundamental ao esclarecimento dos fatos investigados, razão pela qual pedimos o apoio dos nobres pares.

Dep. NERINHO
Relator da CPI EQUATORIAL PI

CPI EQUATORIAL
18
FOLHA Nº
ALEPI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
cpiequatorial@alepi.pi.gov.br

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

APROVADO À UNANIMIDADE
EM 16 / 05 / 2023
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:
CPI EQUATORIAL PI

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

REQUERIMENTO: 19

CPI EQUATORIAL PI

Com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, c/c art. 2º da Lei nº 1.579/1952, art. 70; III; V, art. 71 da Constituição Estadual e art. 37-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, a relatoria da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, vem através deste instrumento, requisitar da **Auditoria Geral** desta Casa a manifestação e emissão de **PARECER TÉCNICO,** a ser exarado sobre os Balanços da Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S/A, relativos aos respectivos exercícios sob análise, visando evidenciar dados técnicos constantes do Contrato de Concessão Pública entre o Estado do Piauí e o ente supracitado, discriminando os seguintes aspectos:

PRIMEIRO: Evidenciando o **Lucro Bruto – LB e Lucro Líquido - LL** auferidos pela Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S/A dos exercícios 2019, 2020, 2021, 2022 e, se possível, previsão de 2023.

SEGUNDO: Mensurar quais os valores dos **INVESTIMENTOS** no período supracitado, sob análise, em valores nominais e em percentuais em relação ao **Lucro Bruto – LB** verificado ano a ano;

TERCEIRO: Quais valores gastos ano a ano com funcionários da Equatorial Piauí.

QUARTO: Quais valores ano a ano foram distribuídos em dividendos aos sócios da Empresa Equatorial Piauí. A relatoria da CPI evidencia que os dados técnicos obtidos dentro dos aspectos formais estabelecidos pela NBASP/NBC TASP, serão relevantes quanto aos comparativos descritos no respectivo Contrato de Concessão Pública.

JUSTIFICATIVA

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito, batizada como CPI DA EQUATORIAL PI, foi criada pelo Requerimento Nº 95/23 com a finalidade de apurar a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ, reclamações frequentes, interrupção prolongadas, quedas e falhas no fornecimento de energia têm se avolumado, ocupando destaque na mídia, o que naturalmente preocupa o Governo e Poder Legislativo, que ora representa os interesses da população direta e indiretamente prejudicada por essas rotineiras falhas.

Ressalta-se que essas falhas no fornecimento de energia elétrica ensejam relevantes prejuízos em diversos setores da economia, que desde matérias-primas e suprimentos perdidos, até problemas com armazenamento. Na zona rural, a ausência de continuidade de energia, impede o abastecimento de localidades carentes com água de poço.

Dep. NERINHO
Relator da CPI EQUATORIAL PI

CPI EQUATORIAL PI
FOLHA Nº 19
ALEPI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
cpiequatorial@alepi.pi.gov.br

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

APROVADO À UNANIMIDADE
EM 15 / 05 / 2023
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE
CPI EQUATORIAL

Estado do Piauí
Assembleia Legislativa

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

REQUERIMENTO: 19

CPI EQUATORIAL PI

Com fundamento no art. 58, §3° da Constituição Federal, c/c art. 2° da Lei nº 1.579/1952, art. 70; III; V, art. 71 da Constituição Estadual e art. 37-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, a relatoria da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, vem através deste instrumento, requisitar da **Auditoria Geral** desta Casa a manifestação e emissão de **PARECER TÉCNICO,** a ser exarado sobre os Balanços da Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S/A, relativos aos respectivos exercícios sob análise, visando evidenciar dados técnicos constantes do Contrato de Concessão Pública entre o Estado do Piauí e o ente supracitado, discriminando os seguintes aspectos:

PRIMEIRO: Evidenciando o **Lucro Bruto – LB e Lucro Líquido - LL** auferidos pela Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S/A dos exercícios 2019, 2020, 2021, 2022 e, se possível, previsão de 2023.

SEGUNDO: Mensurar quais os valores dos **INVESTIMENTOS** no período supracitado, sob análise, em valores nominais e em percentuais em relação ao **Lucro Bruto – LB** verificado ano a ano;

TERCEIRO: Quais valores gastos ano a ano com funcionários da Equatorial Piauí.

QUARTO: Quais valores ano a ano foram distribuídos em dividendos aos sócios da Empresa Equatorial Piauí. A relatoria da CPI evidencia que os dados técnicos obtidos dentro dos aspectos formais estabelecidos pela NBASP/NBC TASP, serão relevantes quanto aos comparativos descritos no respectivo Contrato de Concessão Pública.

JUSTIFICATIVA

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito, batizada como CPI DA EQUATORIAL PI, foi criada pelo Requerimento Nº 95/23 com a finalidade de apurar a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ, reclamações frequentes, interrupção prolongadas, quedas e falhas no fornecimento de energia têm se avolumado, ocupando destaque na mídia, o que naturalmente preocupa o Governo e Poder Legislativo, que ora representa os interesses da população direta e indiretamente prejudicada por essas rotineiras falhas.

Ressalta-se que essas falhas no fornecimento de energia elétrica ensejam relevantes prejuízos em diversos setores da economia, que desde matérias-primas e suprimentos perdidos, até problemas com armazenamento. Na zona rural, a ausência de continuidade de energia, impede o abastecimento de localidades carentes com água de poço.

Dep. NERINHO
Relator da CPI EQUATORIAL PI

CPI EQUATORIAL
FOLHA Nº 20
ALEPI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
cpiequatorial@alepi.pi.gov.br

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Estado do Piauí
Assembleia Legislativa

APROVADO À UNANIMIDADE
EM, 11 / 06 / 2023
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:
CPI EQUATORIAL

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

REQUERIMENTO: 20

CPI EQUATORIAL PI

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, c/c art. 2º da Lei nº 1.579/1952, art. 70; III; V, art. 71 da Constituição Estadual e art. 37-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, requeremos a Vossa Excelência a aprovação de **CONVOCAÇÃO** ao Senhor **FRANCISCO DAS CHAGAS MARQUES FERREIRA,** Presidente do Sindicato dos Urbanitários do Piauí, para debater, entre outros temas, a relevância da má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ.

JUSTIFICATIVA

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito, batizada como CPI DA EQUATORIAL PI, foi criada pelo Requerimento Nº 95/23 com a finalidade de apurar a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ, reclamações frequentes, interrupção prolongadas, quedas e falhas no fornecimento de energia têm se avolumado, ocupando destaque na mídia, o que naturalmente preocupa o Governo e Poder Legislativo, que ora representa os interesses da população direta e indiretamente prejudicada por essas rotineiras falhas.

Ressalta-se que essas falhas no fornecimento de energia elétrica ensejam relevantes prejuízos em diversos setores da economia, que desde matérias-primas e suprimentos perdidos, até problemas com armazenamento. Na zona rural, a ausência de continuidade de energia, impede o abastecimento de localidades carentes com água de poço.

O convocado conhece a situação brasileira e as políticas públicas que deveriam ter sido aplicadas. Por ser um sindicalista com vasta experiência, certamente contribuirá para que os integrantes desta Comissão possam avaliar os fatos com profundidade que merecem.

Por este motivo, a aprovação do presente requerimento é fundamental ao esclarecimento dos fatos investigados, razão pela qual pedimos o apoio dos nobres pares.

Dep. NERINHO
Relator da CPI EQUATORIAL PI

CPI EQUATORIAL
RECEBIDO
22
FOLHA Nº
ALEPI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil

Estado do Piauí
Assembleia Legislativa

APROVADO À UNANIMIDADE
EM, 11/06/2023
PRESIDENTE DA COMISSÃO DO
CPI EQUATORIAL PI

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

REQUERIMENTO: 21

CPI EQUATORIAL PI

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 58, §3° da Constituição Federal, c/c art. 2° da Lei n° 1.579/1952, art. 70; III; V, art. 71 da Constituição Estadual e art. 37-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, requeremos a Vossa Excelência a aprovação de **CONVOCAÇÃO** ao Senhor **Prof. Paulo Jordão de Oliveira Cerqueira Fortes,** para debater, entre outros temas, a relevância da má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUI.

JUSTIFICATIVA

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito, batizada como CPI DA EQUATORIAL PI, foi criada pelo Requerimento N° 95/23 com a finalidade de apurar a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ, reclamações frequentes, interrupção prolongadas, quedas e falhas no fornecimento de energia têm se avolumado, ocupando destaque na mídia, o que naturalmente preocupa o Governo e Poder Legislativo, que ora representa os interesses da população direta e indiretamente prejudicada por essas rotineiras falhas.

Ressalta-se que essas falhas no fornecimento de energia elétrica ensejam relevantes prejuízos em diversos setores da economia, que desde matérias-primas e suprimentos perdidos, até problemas com armazenamento. Na zona rural, a ausência de continuidade de energia, impede o abastecimento de localidades carentes com água de poço.

Por este motivo, a aprovação do presente requerimento é fundamental ao esclarecimento dos fatos investigados, razão pela qual pedimos o apoio dos nobres pares.

Dep. NERINHO
Relator da CPI EQUATORIAL PI

CPI EQUATORIAL
FOLHA Nº 22
ALEPI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ

Estado do Piauí
Assembleia Legislativa

APROVADO À UNANIMIDADE
EM, 14/06/2023
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:
EQUATORIAL

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

REQUERIMENTO: 22

CPI EQUATORIAL PI

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, c/c art. 2º da Lei nº 1.579/1952, art. 70; III; V, art. 71 da Constituição Estadual e art. 37-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, requeremos a Vossa Excelência a aprovação de **CONVOCAÇÃO** ao **DIRETOR GERAL DA EQUATORIAL PIAUÍ,** para debater, entre outros temas, a relevância da má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ.

JUSTIFICATIVA

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito, batizada como CPI DA EQUATORIAL PI, foi criada pelo Requerimento Nº 95/23 com a finalidade de apurar a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ, reclamações frequentes, interrupção prolongadas, quedas e falhas no fornecimento de energia têm se avolumado, ocupando destaque na mídia, o que naturalmente preocupa o Governo e Poder Legislativo, que ora representa os interesses da população direta e indiretamente prejudicada por essas rotineiras falhas.

Ressalta-se que essas falhas no fornecimento de energia elétrica ensejam relevantes prejuízos em diversos setores da economia, que desde matérias-primas e suprimentos perdidos, até problemas com armazenamento. Na zona rural, a ausência de continuidade de energia, impede o abastecimento de localidades carentes com água de poço.

Por este motivo, a aprovação do presente requerimento é fundamental ao esclarecimento dos fatos investigados, razão pela qual pedimos o apoio dos nobres pares.

Dep. NERINHO
Relator da CPI EQUATORIAL PI

CPI EQUATORIAL
Fls. 23
FOLHA Nº
ALEPI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ

Assembleia Legislativa

APROVADO À UNANIMIDADE
EM, 04/05/2023
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE
CPI EQUATORIAL PI

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

REQUERIMENTO: 24

CPI EQUATORIAL PI

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, c/c art. 2º da Lei nº 1.579/1952, art. 70; III; V, art. 71 da Constituição Estadual e art. 37-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, requeremos a Vossa Excelência a aprovação de **CONVOCAÇÃO** a um **REPRESENTANTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA,** para debater, entre outros temas, a relevância da má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ.

JUSTIFICATIVA

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito, batizada como CPI DA EQUATORIAL PI, foi criada pelo Requerimento Nº 95/23 com a finalidade de apurar a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ, reclamações frequentes, interrupção prolongadas, quedas e falhas no fornecimento de energia têm se avolumado, ocupando destaque na mídia, o que naturalmente preocupa o Governo e Poder Legislativo, que ora representa os interesses da população direta e indiretamente prejudicada por essas rotineiras falhas.

Ressalta-se que essas falhas no fornecimento de energia elétrica ensejam relevantes prejuízos em diversos setores da economia, que desde matérias-primas e suprimentos perdidos, até problemas com armazenamento. Na zona rural, a ausência de continuidade de energia, impede o abastecimento de localidades carentes com água de poço.

Por este motivo, a aprovação do presente requerimento é fundamental ao esclarecimento dos fatos investigados, razão pela qual pedimos o apoio dos nobres pares.

Dep. NERINHO
Relator da CPI EQUATORIAL PI

CPI EQUATORIAL
FOLHA Nº 04
ALEPI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

APROVADO À UNANIMIDADE
EM 14/06/2023
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:
CPI EQUATORIAL

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

REQUERIMENTO: 25

CPI EQUATORIAL PI

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 58, §3° da Constituição Federal, c/c art. 2° da Lei n° 1.579/1952, art. 70; III; V, art. 71 da Constituição Estadual e art. 37-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, requeremos a aprovação de **ReuniãoExterna no Município de Batalha do Piauí**para debater, entre outros temas, a relevância da má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ.

JUSTIFICATIVA

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito, batizada como CPI DA EQUATORIAL PI, foi criada pelo Requerimento N° 95/23 com a finalidade de apurar a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ, reclamações frequentes, interrupção prolongadas, quedas e falhas no fornecimento de energia têm se avolumado, ocupando destaque na mídia, o que naturalmente preocupa o Governo e Poder Legislativo, que ora representa os interesses da população direta e indiretamente prejudicada por essas rotineiras falhas.

Ressalta-se que essas falhas no fornecimento de energia elétrica ensejam relevantes prejuízos em diversos setores da economia, que desde matérias-primas e suprimentos perdidos, até problemas com armazenamento. Na zona rural, a ausência de continuidade de energia, impede o abastecimento de localidades carentes com água de poço.

Por este motivo, a aprovação do presente requerimento é fundamental ao esclarecimento dos fatos investigados, razão pela qual pedimos o apoio dos nobres pares.

Dep. Evaldo Gomes
Presidente da CPI EQUATORIAL PI

CPI EQUATORIAL
REQ 25
FOLHA Nº
ALEPI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

5.2 - OFÍCIOS ENVIADOS E RESPOSTAS RECEBIDAS

Assembleia Legislativa

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

Ofício nº 01/2023 - CPIEQUATORIALPI

Teresina, 03 de Abril de 202

A Sua Senhoria o Senhor
FRANCISCO DAS CHAGAS MARQUES FERREIRA
Presidente dos Urbanitários do Piauí

Assunto: **Convocação para comparecimento perante a CPI da Equatorial**

Faço referência aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí nº 95/23, para investigar a má prestação de serviço pel empresa EQUATORIAL-PIAUÍ.

Foi aprovado, em 03 de Abril de 2023, o requerimento de convocação a V. Sra., anexo a presente expediente: **REQ 01-CPIEQUATORIALPI.**

Diante disso, com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, c/c art. 2º da Lei c 1.579/1952, art. 70; III; V, art. 71 da Constituição Estadual e art. 37-A do Regimento Interno d Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, **CONVOCO** o Sr. para comparecer pessoalmente perant este Colegiado, nos termos dos referenciados no requerimento aprovado, no dia 12 de Abril de 2023, à 10h00, na Sala da Comissão de Constituição e Justiça deste poder, com vistas prestar os esclarecimento necessários a esta Comissão, na 1ª reunião ordinária da CPI EQUATORIAL.

Atenciosamente,

EVALDO GOMES
Presidente da CPI EQUATORIAL PI

CPI EQUATORIAL FOLHA Nº 01

Recebi 10:04.23 | 14:36

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
cpiequatorial@alepi.pi.gov.br

CPI EQUATORIAL FOLHA Nº 14 ALEPI

Marlon Freitas
Assessor Chefe da CPI EQUATORIAL-PI

Estado do Piauí
Assembleia Legislativa

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

Ofício nº 02/2023 - CPIEQUATORIALPI

Teresina,13 de Abril de 2023

A Sua Senhoria o Senhor
NIVALDO RIBEIRO
Coordenador Geral do Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON-PI)

Assunto: **Convite para comparecimento perante a CPI da Equatorial**

Faço referência aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí nº 95/23, para investigar a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ.

Foi aprovado, em 03 de Abril de 2023, o requerimento de convite a V. Sra., anexo ao presente expediente: **REQ 02-CPIEQUATORIALPI.**

Diante disso, com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, c/c art. 2º da Lei nº 1.579/1952, art. 70; III; V, art. 71 da Constituição Estadual e art. 37-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, **CONVIDO** o Sr. para comparecer pessoalmente perante este Colegiado, nos termos dos referenciados no requerimento aprovado, no dia 19 de Abril de 2023, às 9h00, na Sala da Comissão de Constituição e Justiça deste poder, com vistas prestar os esclarecimentos necessários a esta Comissão, na 2ª reunião de oitiva da CPI EQUATORIAL. Na oportunidade em que solicitamos um relatório das reclamações entre os anos de 2015 a 2023.

Atenciosamente,

EVALDO GOMES
Presidente da CPI EQUATORIAL PI

CPI EQUATORIAL
FOLHA Nº
ALEPI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Assembleia Legislativa

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

Oficio nº 02/2023 - CPIEQUATORIALPI

Teresina, 13 de Abril de 202

A Sua Senhoria o Senhor
NIVALDO RIBEIRO
Coordenador Geral do Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON-PI)

Assunto: **Convite para comparecimento perante a CPI da Equatorial**

Faço referência aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí nº 95/23, para investigar a má prestação de serviço pel empresa EQUATORIAL-PIAUÍ.

Foi aprovado, em 03 de Abril de 2023, o requerimento de convite a V. Sra., anexo ao presente expediente: **REQ 02-CPIEQUATORIALPI.**

Diante disso, com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, c/c art. 2º da Lei nº 1.579/1952 art. 70; III; V, art. 71 da Constituição Estadual e art. 37-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, **CONVIDO** o Sr. para comparecer pessoalmente perante este Colegiado nos termos dos referenciados no requerimento aprovado, no dia 19 de Abril de 2023, às 9h00, na Sala da Comissão de Constituição e Justiça deste poder, com vistas prestar os esclarecimentos necessários a esta Comissão, na 2ª reunião de oitiva da CPI EQUATORIAL. Na oportunidade em que solicitamos um relatório das reclamações entre os anos de 2015 a 2023.

Atenciosamente,

CPI EQUATORIAL
03
FOLHA Nº
ALEPI

EVALDO GOMES
Presidente da CPI EQUATORIAL PI

CPI EQUATORIAL
07
FOLHA Nº
ALEPI

Marlon Caetas
Assessor Chefe da CPI EQUATORIAL-PI

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Divisão de Gestão de Documentos
CHANCELA Nº 316/2023
RECEBIDO EM: 13/4/2023 às 12:39

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

Ofício nº 03/2023 - CPIEQUATORIALPI

Teresina, 10 de Abril de 2023

A Sua Senhoria o Senhor
REPRESENTANTE LEGAL DA EQUATORIAL PIAUI

Assunto: **Requisição de Documentos**

Faço referência aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí nº 95/23, para investigar a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ.

Diante da aprovação do **REQ 03-CPIEQUATORIALPI,** requisito a esta pessoa jurídica cópia do contrato de aquisição da Companhia de Energia do Piauí (CEPISA), bem como todos documentos pertinentes ao leilão em que houve a aquisição, com todas as cláusulas e encargos que a empresa Equatorial se comprometeu a assumir.

Solicito que a documentação seja encaminhada no prazo de 5 (cinco) dias, em mídia digital (pen drive), a ser protocolado na Secretaria Geral da Mesa da ALEPI. Caso haja algum problema no envio em decorrência do tamanho dos arquivos, favor contatar a secretaria da CPI, na pessoa de Marlon Freitas.

Ainda, tendo em vista o princípio da publicidade da administração consagrado pelo art. 37 da Constituição Federal, solicito que, no caso de a documentação envolver informações resguardadas por sigilo legal, seja informado expressamente no encaminhamento da resposta ao presente expediente, indicando a fundamentação legal do alegado sigilo

Atenciosamente,

CPI EQUATORIAL
04
FOLHA Nº
ALEPI

DEP. EVALDO GOMES
Presidente da CPI EQUATORIAL PI

CPI EQUATORIAL
18
FOLHA Nº
ALEPI

Marlon Freitas
Assessor Chefe da CPI EQUATORIAL-PI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ

(RESPOSTA OFÍCIO Nº 03/2023 – folhas 01 a 49 anexo ao processo principal)

equatorial ENERGIA

C.E PRES. EQTL PI Nº 02/2023

Teresina/PI, 14 de abril de 2023.

Órgão AL
Número 30858/23
Data 14/04/23
Assunto CPI - OFÍCIO
Matrícula
Rubrica

Excelentíssimo Senhor
EVALDO GOMES
Ilmo. Deputado Estadual
Presidente da "CPI EQUATORIAL PI"
Avenida Marechal Castelo Branco, nº 201, Teresina-PI, CEP 64.000-810

Referência: Ofício nº 03/2023 - CPIEQUATORIALPI

EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. – EQUATORIAL PIAUÍ, pessoa jurídica de direito privado, sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.840.748/0001-89, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Excelência, através dos seus representantes, expor e informar o seguinte.

A Equatorial Piauí recebeu no dia 10.04.2023 o ofício nº 03/2023 – CPIEQUATORIAL PI, de lavra do Excelentíssimo Deputado Estadual, Presidente da CPI EQUATORIAL PI, Sr. Evaldo Gomes, requisitando (i) contrato de aquisição da Companhia Energética do Piauí – CEPISA e (ii) documentos atinentes ao leilão em que houve a aquisição.

Neste sentido, em atendimento à requisição acima mencionada e em colaboração aos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, a Equatorial Piauí vem, tempestivamente, disponibilizar, em mídia digital (Doc. 01), os seguintes arquivos (i) Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 01/2018-ANEEL e (ii) Contrato de Compra e Venda de Ações e outras avenças.

No mais, a Equatorial Piauí, em atenção ao disposto no artigo 58, parágrafo 3º, da Constituição Federal, reitera os termos do ofício C.E Jurídico nº 093/2023, protocolado no dia 12.04.2023, solicitando esclarecimentos preliminares acerca do(s) fato(s) determinado(s) que serão objeto de investigação por essa respeitável Comissão presidida por Vossa Excelência, bem como do prazo estipulado para os trabalhos, de modo a viabilizar uma colaboração mais efetiva com a instrução da referida investigação.

CPI EQUATORIAL
FOLHA Nº
ALEPI

equatorial ENERGIA

Por fim, a Equatorial Piauí externa votos da mais elevada estima e distinta consideração, colocando-se à inteira disposição para prestar todos e quaisquer esclarecimentos que ainda sejam reputados necessários.

Respeitosamente,

Hélio Reinaldo Rafael Filho
HÉLIO REINALDO RAFAEL FILHO
Diretor Presidente da Equatorial Piauí

Caio de Deus Moraes Souza
CAIO DE DEUS MORAES SOUZA
Gerente Jurídico – Equatorial Piauí

CPI EQUATORIAL
FOLHA Nº
ALEPI

Marilda Freitas

10/04/23, 14:34 Gestão Documental Xerox 1/1

Home / Relatórios / Protocolo Entrada de Documentos Externos

equatorial

Protocolo Entrada de Documentos Externos - Entrada

Protocolo	CPF/CNPJ Nome/Razão Social	Tipo de Documento	NR. Documento	Descrição	Área de destino	Data/Hora
MDE23402	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA -DEP EVALDO GOMES	Ofício	03/2023	OFÍCIO Nº-03/2023_CPIEQUATORIAL PI_ASSEMBLEIA LEGISLATIVA -DEP EVALDO GOMES- REQUISIÇÃO DE DOCUMENTOS	GER. GRANDES CLIENTES	10/04/2023 14:34

Valores dos índices do documento:

Informações Complementares

NA

Matrícula: 99110234

Nome do Recebedor

CPI EQUATORIAL FOLHA Nº 20 ALEPI

CPI EQUATORIAL FOLHA Nº 20 ALEPI

Marlon Freitas

Assessor Chefe da CPI EQUATORIAL/PI

https://www.xeroxdocumentalsolutions.com.br/gestaodocumental/#/relatorios/imprimir-protocolo-recebimento?origem=caixaEntrada

Xerox Brasil © 2020

Estado do Piauí

Assembleia Legislativa

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

Ofício nº 03/2023 - CPIEQUATORIALPI

Teresina, 10 de Abril de 2023

14:35

equatorial ENERGIA

10 ABR 2023

PROTOCOLO

A Sua Senhoria o Senhor
REPRESENTANTE LEGAL DA EQUATORIAL PIAUI

Assunto: **Requisição de Documentos**

Faço referência aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí nº 95/23, para investigar a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ.

Diante da aprovação do **REQ 03-CPIEQUATORIALPI,** requisito a esta pessoa jurídica cópia do contrato de aquisição da Companhia de Energia do Piauí (CEPISA), bem como todos documentos pertinentes ao leilão em que houve a aquisição, com todas as cláusulas e encargos que a empresa Equatorial se comprometeu a assumir.

Solicito que a documentação seja encaminhada no prazo de 5 (cinco) dias, em mídia digital (pen drive), a ser protocolado na Secretaria Geral da Mesa da ALEPI. Caso haja algum problema no envio em decorrência do tamanho dos arquivos, favor contatar a secretaria da CPI, na pessoa de Marlon Freitas.

Ainda, tendo em vista o princípio da publicidade da administração consagrado pelo art. 37 da Constituição Federal, solicito que, no caso de a documentação envolver informações resguardadas por sigilo legal, seja informado expressamente no encaminhamento da resposta ao presente expediente indicando a fundamentação legal do alegado sigilo

Atenciosamente,

CPI EQUATORIAL FOLHA Nº ALEPI

DEP. EVALDO GOMES
Presidente da CPI EQUATORIAL PI

CPI EQUATORIAL FOLHA Nº ALEPI

Marlon Freitas
Assessor Chefe da CPI EQUATORIAL-PI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil

Estado do Piauí
Assembleia Legislativa

Ofício nº 06/2023 – CPIEQUATORIALPI

Teresina, 17 de abril de 2023.

08:49
equatorial ENERGIA
17 ABR 2023
PROTOCOLO

A Sua Senhoria o Sr.

REPRESENTANTE LEGAL DA EQUATORIAL PIAUI

Assunto: Resposta C.E Jurídico N° 93/2023

Faço referência aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí nº 95/23, para investigar a má prestação de serviço da empresa EQUATORIAL-PIAUÍ.

Diante do C.E Jurídico N° 93/2023, encaminho cópia integral do Requerimento supracitado, juntamente com seu Anexo, estabelecido como fato determinado que será objeto da investigação a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ e com prazo certo de 120 (cento e vinte) dias a contar da sua instalação, podendo ser prorrogado por até metade deste prazo. Ademais, cumpre lembrar o que o STF entende sobre a competência da CPI:

> *"A possibilidade de criação de CPI se não duvida, nem discute; é tranquila, sobre todo e qualquer assunto? Evidentemente, não, mas sobre todos os assuntos de competência da Assembléia; assim, Câmara e Senado podem investigar questões relacionadas com a esfera federal de governo; tudo quanto o Congresso pode regular, cabe-lhe investigar; segundo Bernard Schwartz, o poder investigatório do Congresso se estende a toda a gama dos interesses nacionais a respeito dos quais ele pode legislar, 'it may be employed over the Whole range of the national interests concerning which the Congress may legislate or decide'. A Commentary on the Constitution of the United Station, 1963, I, n. 42, p. 126. O mesmo vale dizer em relação às CPI's estaduais: seu raio de ação é circunscrito aos interesses do estado; da mesma forma quanto às comissões municipais, que hão de limitar-se às questões de competência do município." (HC 71.039, voto do rel. min. Paulo Brossard, julgamento em 7-4- 1994, Plenário, DJ 6-12-1996.)*

CPI EQUATORIAL FOLHA Nº ALEPI

Deve-se esclarecer que a própria corte suprema já fez análise jurídica decidindo

> *"A comissão parlamentar de inquérito deve apurar fato determinado. CF, art. 58, § 3º. Todavia, não está impedida de investigar fatos que se ligam, intimamente, com o fato principal." (HC 71.231, rel. min. Carlos Velloso, julgamento em 5-5-1994, Plenário, DJ de 31-10-1996).*

CPI EQUATORIAL FOLHA Nº ALEPI
Marina Freitas
Assessor Chefe da CPI EQUATORIAL-PI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil

Ademais, quanto a especificação do fato determinado o requerimento delimita os sujeitos interessados (os consumidores piauienses e a concessionária de energia), o território (todo território do Estado do Piauí) e igualmente os fatos que deram ensejo à instalação da CPI (a averiguação da regularidade na prestação do serviço de energia de quando a equatorial Piauí assumiu essa função até a data de hoje), de modo que houve uma delimitação subjetiva, territorial, temporal e factual do objeto desta Comissão Parlamentar de Inquérito, atendendo o requisito constitucional.

Deve-se frisar que insere-se no âmbito de competência legislativa concorrente dos Estados o poder para legislar sobre a proteção ao consumidor (art. 24, V e VIII, da CRFB). De fato, o Supremo Tribunal Federal, em diversas decisões, já ratificou a possibilidade de atuação, em especial normativa, dos Estados no setor de energia Elétrica, quando norteados à proteção do consumidor. Nesse sentido:

> *COMPETÊNCIA NORMATIVA CONSUMIDOR PROTEÇÃO LEI ESTADUAL RAZOABILIDADE. Atendidos os parâmetros aludivos à razoabilidade, surge constitucional norma estadual a versar proibição de as empresas concessionárias de serviços públicos suspenderem, ausente pagamento, fornecimento residencial de água e energia elétrica em dias nela especificados, ante a competência concorrente dos Estados para legislar sobre proteção aos consumidores artigo 24, inciso V, da Constituição Federal. (ADI 5961, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Relator(a) p/ Acórdão: MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 19/12/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-138 DIVULG 25-06-2019 PUBLIC 26-06-2019)*

Além disso, o Código de Defesa do Consumidor em seu artigo 105, expressamente, inclui os Estados no Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC). Logo, o Estado detém competências normativas e administrativas para tutela do consumidor, e sendo esse objeto da CPI a Assembleia Legislativa do Estado do Piauí pode fiscalizar a regularidade da prestação do serviço de energia elétrica, exercendo seu controle externo, função típica do Poder Legislativo.

Atenciosamente,

DEP. EVALDO GOMES
Presidente da CPI EQUATORIAL-PI

CPI EQUATORIAL
FOLHA Nº 11
ALEPI

CPI EQUATORIAL
FOLHA Nº 21
ALEPI
Mariana Freitas
Assessor Chefe da CPI EQUATORIAL-PI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil

Estado do Piauí

Assembleia Legislativa

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ

11:45

equatorial ENERGIA

19 ABR 2023

PROTOCOLO

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Ofício nº 07/2023 - CPIEQUATORIALPI

Teresina, 17 de Abril de 202

A Sua Senhoria o Senhor
REPRESENTANTE LEGAL DA EQUATORIAL PIAUI

Assunto: **Requisição de Documentos**

Faço referência aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí nº 95/23, para investigar a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ.

Diante da aprovação do**REQ 04-CPIEQUATORIALPI,** requisito a esta pessoa jurídica todas as Demonstrações Contábeis feitas por esta empresa entre 2019 e 2023 (incluindo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido, Demonstração de Lucro e Prejuízo do Exercício e Notas Explicativas, bem como qualquer outro balancete emitido por esta empresa). Acrescente ainda exposição de todos os valores investido em infraestrutura por esta empresa, como também o plano de manutenção das instalações e distribuição atualizado, de forma discriminada nos locais e os serviços feitos, bem como se estão em andamentos ou concluídos desde a aquisição da CEPISA até a presente data. Requisita-se também, as metas dos planos de reestruturação apresentados pela Equatorial Piauí entre 2019 e a presente data. Ademais, o número de funcionários da Equatorial Piauí, incluindo os terceirizados que prestam serviço para esta empresa. Por último, o quadro de chefia da Equatorial Piauí.

Solicito que a documentação seja encaminhada no prazo de 10 (dez) dias, em mídia digital (pen drive), a ser protocolado na sala de Comissão Parlamentar de Inquerito – CPI EQUATORIAL - PI. Caso haja algum problema no envio em decorrência do tamanho dos arquivos, favor contatar a secretaria da CPI, na pessoa de Marlon Freitas.

Ainda, tendo em vista o princípio da publicidade da administração consagrado pelo art. 37 da Constituição Federal, solicito que, no caso de a documentação envolver informações resguardadas por sigilo legal, seja informado expressamente no encaminhamento da resposta ao presente expediente indicando a fundamentação legal do alegado sigilo

Atenciosamente,

CPI EQUATORIAL FOLHA Nº

DEP. EVALDO GOMES
Presidente da CPI EQUATORIAL PI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ

(RESPOSTA AO OFÍCIO Nº 07/2023 – folhas 50 a 53 anexo ao processo principal)

CELSO BARROS *desde 1955*
ADVOCACIA E CONSULTORIA

Teresina/PI, 28 de abril de 2023.

AL
AL 31/08/2023
28/04/2023
Ofício
Rubr.
Ana Lourdes

Excelentíssimo Senhor
EVALDO GOMES
Ilmo. Deputado Estadual
Presidente da "CPI EQUATORIAL PI"
Avenida Marechal Castelo Branco, nº 201, Teresina-PI, CEP 64.000-810

Referência: Ofício nº 07/2023 - CPIEQUATORIALPI

EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. – EQUATORIAL PIAUÍ, pessoa jurídica de direito privado, sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.840.748/0001-89, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Excelência, através dos seus advogados, expor e informar o seguinte.

A Equatorial Piauí recebeu no dia 19.04.2023 o ofício nº 07/2023 – CPIEQUATORIALPI, de lavra do Excelentíssimo Deputado Estadual, Presidente da CPI EQUATORIAL PI, Sr. Evaldo Gomes, requisitando *(i)* Demonstrações contábeis de 2019 até 2023[1], incluindo balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração de fluxo de caixa, demonstração do valor adicionado, demonstração de mutação do patrimônio líquido, demonstração de lucro e prejuízo do exercício e notas explicativas, bem como qualquer outro balancete emitido; *(ii)* Valores investidos em infraestrutura; *(iii)* Plano de manutenção das instalações e distribuição, discriminando os locais e os serviços feitos, bem como se estão em andamento ou concluídos desde a aquisição da CEPISA até a presente data; *(iv)* Metas dos planos de reestruturação apresentados pela Equatorial Piauí de 2019 até a presente data; *(v)* Número de funcionários, incluindo os terceirizados e *(vi)* Quadro de chefia da Equatorial Piauí.

Neste sentido, em atendimento à requisição acima mencionada e em colaboração aos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, a Equatorial Piauí vem, tempestivamente, disponibilizar, em mídia digital (Doc. 01), os itens *(i)*, *(ii)* e *(v)*. No que se

[1] As demonstrações financeiras do 1º Trimestre de 2023 ainda estão em fase de consolidação, com previsão de divulgação ao mercado no dia 10.05.2023.

Rua Coelho Rodrigues, 2052, Centro, CEP 64000-080, Teresina-PI
Tel.: (0xx86) 98805-8296 – (0xx86) 99905-1796
celsobarros@celsobarros.com.br - www.celsobarros.com.br

CPI EQUATORIAL
FOLHA Nº
Marlon Freitas
Assistente Chefe da CPI EQUATORIAL/PI

CELSO BARROS *desde 1955*
ADVOCACIA E CONSULTORIA

refere aos itens *(iii)* e *(iv)*, diante da quantidade de informações requisitadas e o período compreendido – da aquisição até a presente data – solicita-se a concessão de prazo adicional de 10 (dez) dias para disponibilização.

Já no que atine ao item *(vi)*, a Equatorial Piauí, respeitosamente, solicita esclarecimentos sobre a definição do que seria "quadro de chefia", bem como a sua relação com a investigação da Comissão Parlamentar de Inquérito em comento, de modo a viabilizar uma colaboração mais efetiva com a instrução da referida investigação.

Por fim, a Equatorial Piauí externa votos da mais elevada estima e distinta consideração, colocando-se à inteira disposição para prestar todos e quaisquer esclarecimentos que ainda sejam reputados necessários.

Respeitosamente,

Celso Barros Coelho Neto
OAB/PI 2688/95
OAB-MA n. 9.356/09

Rua Coelho Rodrigues, 2052, Centro, CEP 64000-080, Teresina-PI
Tel.: (0xx86) 98805-8296 – (0xx86) 99905-1796
celsobarros@celsobarros.com.br - www.celsobarros.com.br

EQUATORIAL PI
FOLHA Nº
ALEPI
Marcos Freitas

Estado do Piauí

Assembleia Legislativa

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ

Estado do Piauí

Assembleia Legislativa

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

Oficio nº 08/2023 - CPIEQUATORIALPI

Teresina, 17 de Abril de 2023

A Sua Senhoria o Senhor
ANTONIO JOSÉ DE MORAES SOUZA FILHO
Presidente da FIEPI

Assunto: **Convocação para comparecimento perante a CPI da Equatorial**

Faço referência aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí nº 95/23, para investigar a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ.

Foi aprovado, em 17 de Abril de 2023, o requerimento de convocação a V. Sra., anexo ao presente expediente: **REQ 05-CPIEQUATORIALPI.**

Diante disso, com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, c/c art. 2º da Lei nº 1.579/1952, art. 70; III; V, art. 71 da Constituição Estadual e art. 37-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, **CONVOCO** o Sr. para comparecer pessoalmente perante este Colegiado, nos termos dos referenciados no requerimento aprovado, no dia 26 de Abril de 2023, às 10h00, na Sala da Comissão de Constituição e Justiça deste poder, com vistas prestar os esclarecimentos necessários a esta Comissão, na 3ª reunião de oitivas CPI EQUATORIAL PI.

Atenciosamente,

EVALDO GOMES
Presidente da CPI EQUATORIAL PI

CPI EQUATORIAL
FOLHA Nº
ALEPI

19/04/2023

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
cpiequatorial@alepi.pi.gov.br

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Estado do Piauí
Assembleia Legislativa

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

Ofício nº 10/2023 - CPIEQUATORIALPI

Teresina, 19 de Abril de 2023

A Sua Senhoria o Senhor
REPRESENTANTE LEGAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL

Assunto: **Requisição de Documentos**

Faço referência aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí nº 95/23, para investigar a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ.

Diante da aprovação do **REQ 06-CPIEQUATORIALPI**, requisito a esta pessoa jurídica, dados compilados do número de reclamações ligadas a EQUATORIAL PIAUÍ entre 2019 e a atual data, bem como as metas dos planos de reestruturação apresentados pela Equatorial Piauí entre 2019 e **até a presente data**, incluindo relatório desta autarquia acerca do cumprimento da Equatorial Piauí das metas estabelecidas. Além disso, análise sobre os indicadores de continuidade globais da Equatorial Piauí e do seu cumprimento referente às metas estabelecidas. É pertinente o envio de laudos técnicos realizados por esta autarquia sobre a Equatorial Piauí do início do exercício após aquisição Eletrobrás Piauí, até a presente data. Outro análise solicitada é a duração total das interrupções (DEC) por unidade consumidora no Piauí entre 2010 e **até a presente data**, e qual a média nacional nesses anos, bem como qual o limite estabelecido pela ANEEL. Nessa esteira requeremos a Frequência das interrupções (FEC) por unidade consumidora no Piauí entre 2010 e **até a presente data**, e qual a média nacional nesses anos, bem como qual o limite estabelecido pela ANEEL.

A documentação deve ser encaminhada no prazo de 10 (dez) dias, em formato digital, para o endereço eletrônico cpiequatorial@alepi.pi.gov.br . Caso haja algum problema no envio em decorrência do tamanho dos arquivos, favor contatar a secretaria da CPIEQUATORIAL da ALEPI, na pessoa de Marlon Freitas.

Ainda, tendo em vista o princípio da publicidade da administração consagrado pelo art. 37 da Constituição Federal, solicito que, no caso de a documentação envolver informações resguardadas por sigilo legal, seja informado expressamente no encaminhamento da resposta ao presente expediente, indicando a fundamentação legal do alegado sigilo.

Atenciosamente,

DEP. EVALDO GOMES
Presidente da CPI EQUATORIAL PI

CPI EQUATORIAL
FOLHA Nº 15
ASS.

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Assunto: **RE: CPI EQUATORIAL da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí**

De: protocologeral <protocologeral@aneel.gov.br>

Para: cpiequatorial@alepi.pi.gov.br <cpiequatorial@alepi.pi.gov.br>

Data: 24/04/2023 13:29

Prezados,

Protocolo-Geral é responsável pelo recebimento e distribuição da documentação encaminhada para à ANEEL. Segue o canal de envio de correspondências para a ANEEL:

- Protocolo Digital – sistema eletrônico responsável pelo recebimento dos documentos digitalmente. O sistema funciona 24 horas para o recebimento da correspondência e envia, automaticamente, um recibo para o remetente. https://antigo.aneel.gov.br/protocolo-digital

Para um melhor atendimento, caso queira registrar reclamações, denúncias, elogios ou pedidos de informação acerca do setor elétrico, V.S.ª deverá entrar em contato com esta Agência via:

- **Registrar reclamação: https://www.gov.br/aneel/pt-br/canais_atendimento/reclame-da-distribuidora**
- **Central de Teleatendimento da ANEEL, acessível pelo serviço 0800 727 0167 ou 167.**
- **Aplicativo celular (ANEEL Consumidor), acessível nas lojas oficiais de aplicativos (Play Store ou Apple Store).**

Em oportuno, lembramos que o consumidor deve dirigir-se primeiramente à distribuidora com a qual possui relação comercial, por meio do serviço gratuito de telefonia (0800). Na ocasião, deverá ser fornecido a V.S.ª um número de protocolo, referente ao registro da solicitação, sempre que o atendimento não puder ser efetuado de imediato. Não havendo prazo específico para o atendimento da solicitação efetuada, a concessionária disporá de até trinta dias para emitir um posicionamento sobre a questão apresentada.

Caso o atendimento ou serviço prestado tenha sido insatisfatório, o consumidor deverá contatar a Ouvidoria da distribuidora, a qual avaliará as providências adotadas no tratamento da questão.

Persistindo a insatisfação com o posicionamento da Ouvidoria da concessionária, o consumidor poderá então contatar a ANEEL por meio dos canais listados acima.

Atenciosamente,
Protocolo-Geral
Secretaria-Geral – SGE
Telefone: (61) 2192-8668
www.aneel.gov.br

De: cpiequatorial@alepi.pi.gov.br <cpiequatorial@alepi.pi.gov.br>
Enviado: segunda-feira, 24 de abril de 2023 11:50
Para: protocologeral <protocologeral@aneel.gov.br>
Assunto: CPI EQUATORIAL da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí

AO DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL)

Encaminho anexo Ofício Nº 10/2023-CPIEQUATORIAL expedido na CPIEQUATORIAL da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí.

Favor informar recebimento e ciência.

CPI EQUATORIAL OF. 16 FOLHA Nº ALEPI

Atenciosamente,

José Ribamar Pessoa Junior
Consultor Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí

Esta mensagem e seus anexos são destinados exclusivamente ao(s) seu(s) destinatário(s) e podem conter informações confidenciais e/ou legalmente privilegiadas. A divulgação, distribuição, reprodução ou qualquer forma de uso não autorizado de tais informações são proibidas e podem ser ilegais, sujeitando-se o responsável às penalidades cabíveis. O remetente utiliza o correio eletrônico no exercício do seu trabalho ou em razão dele, eximindo a Assembleia de qualquer responsabilidade por utilização indevida. Caso não seja o destinatário desta mensagem, solicitamos a gentileza de notificar o remetente e eliminá-la imediatamente

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ

Assunto: **RES: CPI EQUATORIAL da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí**

De: gabinete.dg <gabinete.dg@aneel.gov.br>
Para: cpiequatorial@alepi.pi.gov.br <cpiequatorial@alepi.pi.gov.br>
Data: 20/04/2023 11:55

Informamos que o Protocolo-Geral é responsável pelo recebimento e distribuição da documentação encaminhada para à ANEEL.
Segue o canal de envio de correspondências para a ANEEL:

- Protocolo Digital – sistema eletrônico responsável pelo recebimento dos documentos digitalmente. O sistema funciona 24 horas para o recebimento da correspondência e envia, automaticamente, um recibo para o remetente. (https://www.gov.br/aneel/pt-br/canais_atendimento/processo-eletronico/protocolo-digital).

Gabinete

De: cpiequatorial@alepi.pi.gov.br <cpiequatorial@alepi.pi.gov.br>
Enviada em: quinta-feira, 20 de abril de 2023 11:22
Para: gabinete.dg <gabinete.dg@aneel.gov.br>
Assunto: CPI EQUATORIAL da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí

AO DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL)

Encaminho anexo Ofício Nº 10/2023-CPIEQUATORIAL expedido na CPIEQUATORIAL da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí.

Favor informar recebimento e ciência.

Atenciosamente,

José Ribamar Pessoa Junior
Consultor Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí

Esta mensagem e seus anexos são destinados exclusivamente ao(s) seu(s) destinatário(s) e podem conter informações confidenciais e/ou legalmente privilegiadas. A divulgação, distribuição, reprodução ou qualquer forma de uso não autorizado de tais informações são proibidas e podem ser ilegais, sujeitando-se o responsável às penalidades cabíveis. O remetente utiliza o correio eletrônico no exercício do seu trabalho ou em razão dele, eximindo a Assembleia de qualquer responsabilidade por utilização indevida. Caso não seja o destinatário desta mensagem, solicitamos a gentileza de notificar o remetente e eliminá-la imediatamente

CPI EQUATORIAL
FOLHA Nº
ALEPI

Assunto: **Registro da solicitação de ouvidoria nº 010.463.05023-90 na ANEEL**

De: <naoresponda@aneel.gov.br>

Para: <secgeral@alepi.pi.gov.br>

Data: 25/04/2023 10:24

Senhor(a),

Agradecemos o contato com a Ouvidoria Setorial da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL .

Para maior agilidade no atendimento, esta Agência orienta seguir estes passos:

1) Inicialmente, fale primeiro com a sua distribuidora. Anote e guarde o protocolo de atendimento que ela lhe fornecer. O telefone encontra-se na sua conta de luz e a ligação é gratuita;
2) Se não obtiver retorno no prazo informado ou se discordar da resposta recebida, entre em contato com a Ouvidoria da distribuidora, a qual deverá apresentar esclarecimentos em até 15 dias. O telefone encontra-se na sua conta de luz e a ligação também é gratuita;
3) Caso a Ouvidoria da distribuidora não responda nesse prazo ou caso discorde da resposta recebida, entre em contato com esta Agência.

Sua reclamação foi registrada no Sistema de Gestão de Ouvidoria da ANEEL - SGO - sob o número 010.463.05023-90 e em breve retornaremos com um posicionamento sobre a questão apresentada.

Você poderá acompanhar o andamento de sua solicitação pelo aplicativo ANEEL CONSUMIDOR, o novo canal de atendimento da ANEEL, aderente às tecnologias atuais e às exigências do público digital.

ANEEL Consumidor é gratuito e está disponível para os sistemas operacionais Android e IOS, por meio dos seguintes endereços:

Android: https://play.google.com/store/apps/details?id=br.gov.aneel.ouvidoria

IOS: https://itunes.apple.com/br/app/aneel-consumidor/id1127678964?mt=8

Orientações adicionais também podem ser obtidas no endereço: http://www.aneel.gov.br/orientacoes-ouvidoria-setorial.

Atenciosamente,
Ouvidoria Setorial/ANEEL
Superintendência de Mediação Administrativa, Ouvidoria Setorial e Participação Pública

Obs.: Ressaltamos que este endereço de e-mail é utilizado somente para o encaminhamento de respostas de solicitações de Ouvidoria e não está disponível para recebimento de mensagens.

CPI EQUATORIAL
FOLHA Nº 18
ALEPI

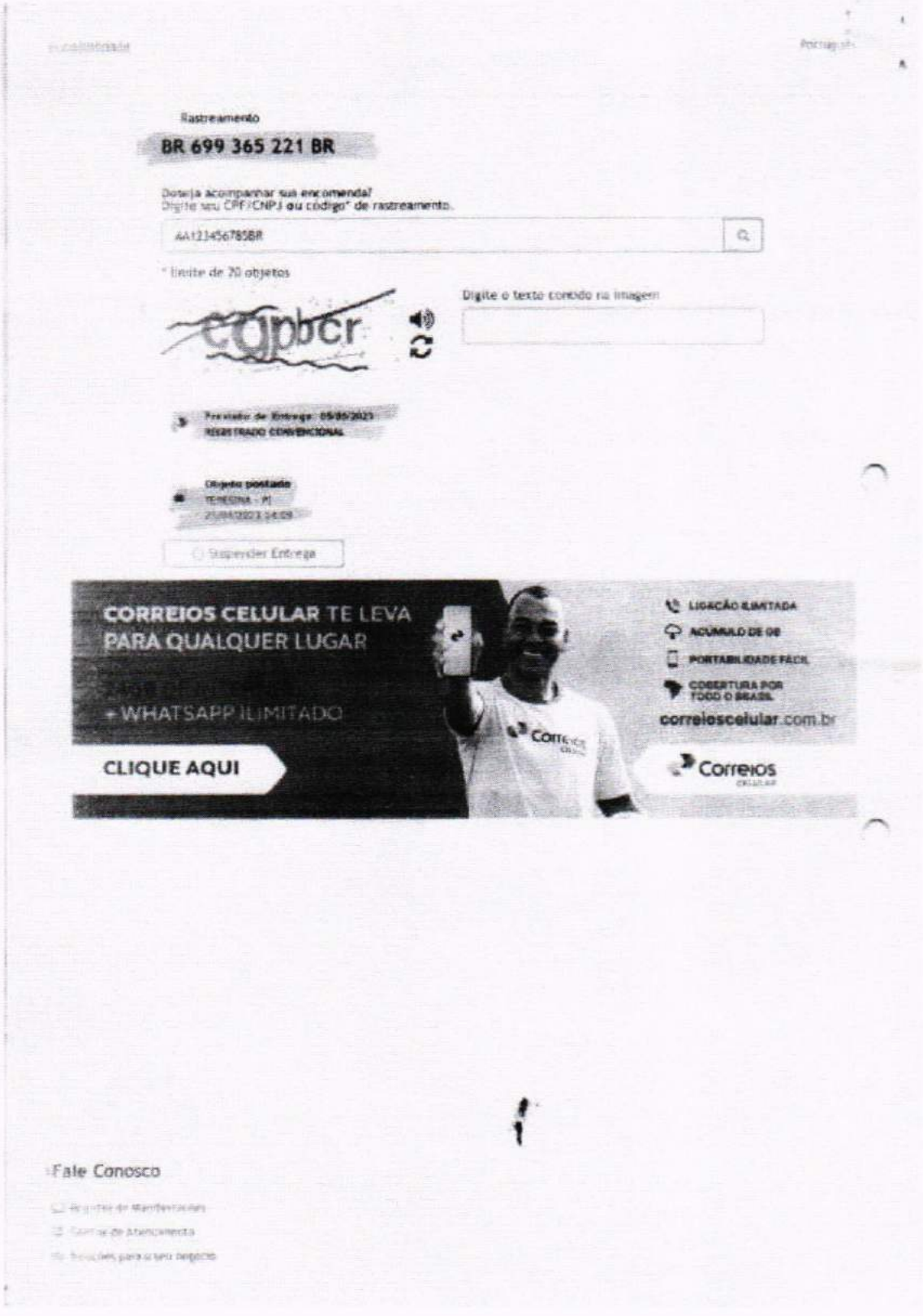
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ

DEMONSTRATIVO PARA FATURAMENTO DE SERVICOS PRESTADOS
PERIODO: 25/04/2023 A 25/04/2023
00424196 - AGF CIDADE DE TERESINA
DATA: 26/04/2023 - 09:49:53
CLIENTE: 00051 - PIAUI ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Data	Nome do Destinatário	Cep/Pais	UF	Adic	Peso	Medidas Cubicas	P.Cubico	Qtd./Reg.	N.Fiscal	Decl./Unit.	Valor
CONTRATO ECT Nº: 9912456757 CARTAO Nº: 00074465058											
PIAUI ASSEMBLEIA LEGISLATIVA											
CARTA REGISTRADA COM FATURAR ETIQ											
25/04	RAIMUNDA ROCHA E FAMILIA	64180-000	PI		14		BR893652155BR			2,00	9,80
25/04	SANDOVAL DE ARAUJO FEITOSA	70830-110	DF	AR	35		BR893652221BR			5,00	18,25
Total da Operação:								2			28,05
Total do Departamento:								2			28,05
Total do Cliente:								2			28,05

CPI EQUATORIAL
FOLHA Nº 19

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br


Rastreamento
BR 699 365 221 BR
Deseja acompanhar sua encomenda?
Digite seu CPF/CNPJ ou código* de rastreamento.
AA123456785BR
* limite de 20 objetos
Digite o texto contido na imagem
Suspender Entrega
CORREIOS CELULAR TE LEVA PARA QUALQUER LUGAR
+WHATSAPP ILIMITADO
CLIQUE AQUI
LIGAÇÃO ILIMITADA
ACÚMULO DE GB
PORTABILIDADE FÁCIL
COBERTURA POR TODO O BRASIL
correioscelular.com.br
Correios
Fale Conosco

Assembleia Legislativa

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Ofício nº 10/2023 - CPIEQUATORIALPI

Teresina, 19 de Abril de 2023

A Sua Senhoria o Senhor
REPRESENTANTE LEGAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL

Assunto: **Requisição de Documentos**

Faço referência aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí nº 95/23, para investigar a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ.

Diante da aprovação do **REQ 06-CPIEQUATORIALPI,** requisito a esta pessoa jurídica, dados compilados do número de reclamações ligadas a EQUATORIAL PIAUÍ entre 2019 e a atual data, bem como as metas dos planos de reestruturação apresentados pela Equatorial Piauí entre 2019 e **até a presente data**, incluindo relatório desta autarquia acerca do cumprimento da Equatorial Piauí das metas estabelecidas. Além disso, análise sobre os indicadores de continuidade globais da Equatorial Piauí e do seu cumprimento referente às metas estabelecidas. É pertinente o envio de laudos técnicos realizados por esta autarquia sobre a Equatorial Piauí do início do exercício após aquisição Eletrobrás Piauí, até a presente data. Outro análise solicitada é a duração total das interrupções (DEC) por unidade consumidora no Piauí entre 2010 **e até a presente data**, e qual a média nacional nesses anos, bem como qual o limite estabelecido pela ANEEL. Nessa esteira requeremos a Frequência das interrupções (FEC) por unidade consumidora no Piauí entre 2010 **e até a presente data**, e qual a média nacional nesses anos, bem como qual o limite estabelecido pela ANEEL.

A documentação deve ser encaminhada no prazo de 10 (dez) dias, em formato digital, para o endereço eletrônico cpiequatorial@alepi.pi.gov.br . Caso haja algum problema no envio em decorrência do tamanho dos arquivos, favor contatar a secretaria da CPIEQUATORIAL da ALEPI, na pessoa de Marlon Freitas.

Ainda, tendo em vista o princípio da publicidade da administração consagrado pelo art. 37 da Constituição Federal, solicito que, no caso de a documentação envolver informações resguardadas por sigilo legal, seja informado expressamente no encaminhamento da resposta ao presente expediente, indicando a fundamentação legal do alegado sigilo.

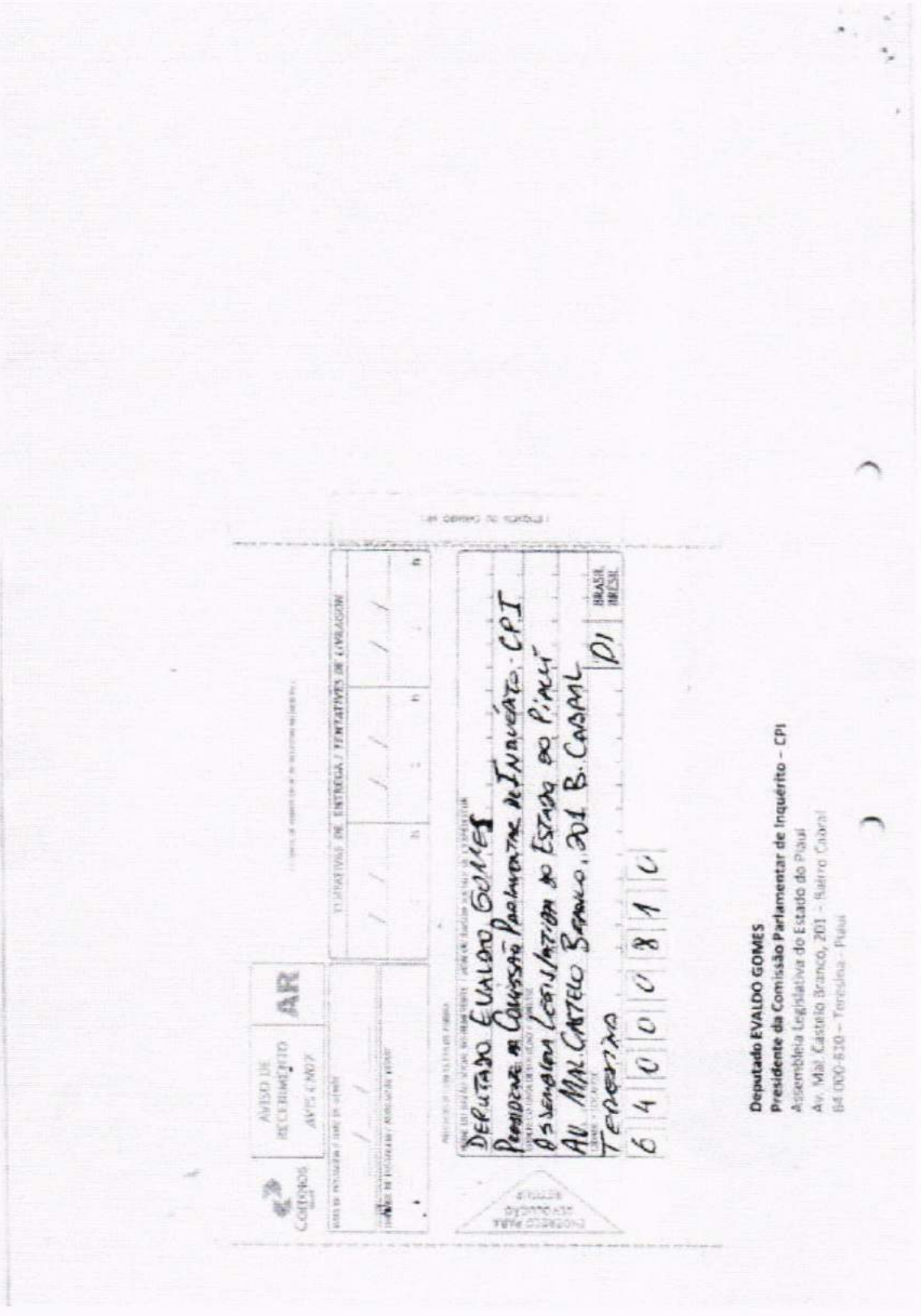
Atenciosamente,

DEP. EVALDO GOMES
Presidente da CPI EQUATORIAL PI

CPI EQUATORIAL
FOLHA Nº 20
ALEPI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ



Estado do Piauí
Assembleia Legislativa

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

Ofício nº 11/2023 - CPIEQUATORIALPI

Teresina, 20 de Abril de 2023

A Sua Senhoria o Excelentíssimo
DR. NIVALDO RIBEIRO

Assunto: **CPI EQUATORIAL DA ALEPI**

Faço referência aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí nº 95/23, para investigar a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ.

Diante da oitiva do Dr. Nivaldo Ribeiro, promotor do Ministério Público do Piauí E Coordenador Geral do Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON-PI), venho, por meio deste, concretizar a colaboração firmada por Vossa Excelência com esta CPI, para auxiliar na apuração de eventuais irregularidades e abusos por parte da empresa Equatorial Piauí com os consumidores piauienses. Em início, solicito de maneira formalizada e fundamentada a resposta às seguintes indagações:

1. Existe um ranking de empresas mais reclamadas no Procon?
2. Quantas denúncias contra a Equatorial-pi existem no Procon?
3. Dessas denúncias supracitadas, quantas a Equatorial Piauí reconheceu?
4. Quais os tipos de denúncias mais frequentes contra a Equatorial no Procon?
5. Qual volume de reclamações sobre a demora no atendimento do consumidor junto ao sistema da Equatorial?
6. Dessas denúncias em análise, quantas foram resolvidas pela empresa Equatorial?
7. Quais cidades do Piauí oficializam mais denúncias em relação aos serviços da Equatorial, analisando o quantitativo bruto e a quantidade relativa ao tamanho da população no município?
8. O Procon tem a catalogação das denúncias dos consumidores domésticos e empresariais a ponto de poder quantificá-las separadamente?
9. Qual a porcentagem de resolutividade média do Procon? Qual a porcentagem de resolutividade mínima por uma empresa, vista como aceitável pelo Procon-PI? Qual a porcentagem de resolutividade média da Equatorial no Procon-PI?
10. Existem quantos Procons municipais no Piauí? Quais cidades não tem amparo físico da existência de um Procon-PI? E nestas cidades, caso exista, como se formaliza uma denúncia?

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil

CPI EQUATORIAL
DE
22
FOLHA Nº
ALEPI

Estado do Piauí
Assembleia Legislativa

11. Nos últimos 3 anos, no período de chuva no Piauí, há um maior número de reclamações a respeito do fornecimento de energia?
12. Sobre os prejuízos causados pela falta de energia, o PROCON recebe muitas denúncias de não ressarcimento integral por parte da Equatorial?
13. O Procon tem o conhecimento de comunidades ou bairros que tenham severos problemas com quedas de energia ou mesmo energia fraca? Enumere esses locais.
14. O Procon sabe da existência de comunidades que há mais de meses ou ano não estão sendo abastecidas de modo algum de energia? Enumere esses locais.
15. A Equatorial anda informando o consumidor no caso de interrupção ao fornecimento à unidade consumidora para executar serviços de manutenção na rede?
16. O Procon recebe muitas reclamações ligadas aos medidores de energia elétrica e a sua leitura de consumo mensal?
17. O Procon recebe denúncias sobre as filas na Equatorial para o credenciamento para utilizar energia solar em unidades consumidoras? Existem denúncias sobre a não instalação de infraestrutura necessária por parte da Equatorial para comportar a utilização de energia solar pelas residências?
18. Nos municípios do Piauí que são Polos em energia renovável quais as maiores demandas e reclamações efetuadas pelos produtores de energias renováveis?

A documentação deve ser encaminhada em formato digital, para o endereço eletrônico cpiequatorial@alepi.pi.gov.br . Caso haja algum problema no envio em decorrência do tamanho dos arquivos, favor contatar a secretaria da CPIEQUATORIAL da ALEPI, na pessoa de Marlon Freitas.

Ainda, tendo em vista o princípio da publicidade da administração consagrado pelo art. 37 da Constituição Federal, solicito que, no caso de a documentação envolver informações resguardadas por sigilo legal, seja informado expressamente no encaminhamento da resposta ao presente expediente, indicando a fundamentação legal do alegado sigilo.

Por fim, comunico-lhe que está anexa a este documento, a ata com resumo da primeira oitiva da CPI, em que foi ouvido o Sr. Francisco Marques, Presidente do SINTEPI, e, posteriormente ao ser finalizada será enviada a ata com resumo da oitiva de Vossa Excelência. Ademais, a CPI EQUATORIAL se compromete em colaborar com o núcleo de coordenação do Procon-PI enviando-lhes documentos requisitados e atualizando o andamento desta CPI, por meio de correspondência direta para o email proconcoordenação@mppi.mp.br .

Atenciosamente.

CPI EQUATORIAL
FOLHA Nº 23
ALEPI

DEP. EVALDO GOMES
Presidente da CPI EQUATORIAL PI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ

Assunto: **RE: CPI EQUATORIAL**
De: PROCON Coordenação <proconcoordenacao@mppi.mp.br>
Para: cpiequatorial@alepi.pi.gov.br <cpiequatorial@alepi.pi.gov.br>
Data: 25/04/2023 10:46

Acusamos o recebimento.

Atenciosamente

Coordenação-Geral do PROCON/MPPI

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROGRAMA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
Av. Euclides Mendes, 91 - Bairro de Fátima - CEP 64049-440, Teresina-PI

Referências:
[1] Ato PGJ-PI nº 603/2016, art. 18: "O correio eletrônico (e-mail) hospedado no domínio mppi.mp.br é reconhecido como meio oficial de comunicação interna do Ministério Público, por intermédio do qual serão efetuadas todas as comunicações oficiais entre órgãos, unidades, membros e servidores da Instituição, vedado seu uso para fins alheios aos interesses institucionais".

De: cpiequatorial@alepi.pi.gov.br <cpiequatorial@alepi.pi.gov.br>
Enviado: quinta-feira, 20 de abril de 2023 11:03
Para: PROCON Coordenação <proconcoordenacao@mppi.mp.br>
Assunto: CPI EQUATORIAL

AO DR. NIVALDO RIBEIRO
COORDENADOR GERAL DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR (PROCON-PI)

Encaminho anexos Ofício Nº 11/2023-CPIEQUATORIAL e Ata com resumo da oitiva do Dr. Francisco Marques, Presidente da SINTEPI, confeccionados na CPIEQUATORIAL da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí.

Favor informar recebimento e ciência.

Atenciosamente,

José Ribamar Pessoa Junior
Consultor Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí
Esta mensagem e seus anexos são destinados exclusivamente ao(s) seu(s) destinatário(s) e podem conter informações confidenciais e/ou legalmente privilegiadas. A divulgação, distribuição, reprodução ou qualquer forma de uso não autorizado de tais informações são proibidas e podem ser ilegais, sujeitando-se o responsável às penalidades cabíveis. O remetente utiliza o correio eletrônico no exercício do seu trabalho ou em razão dele, eximindo a Assembleia de qualquer responsabilidade por utilização indevida. Caso não seja o destinatário desta mensagem, solicitamos a gentileza de notificar o remetente e eliminá-la imediatamente

CPI EQUATORIAL
FOLHA Nº 24
ALEPI

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ

Assunto: **CPI EQUATORIAL**
De: <cpiequatorial@alepi.pi.gov.br>
Para: <proconcoordenacao@mppi.mp.br>
Data: 20/04/2023 11:03

//eb

- OFICIO 11.pdf (~154 KB)
- Ata da oitiva SINTEPI assinada.pdf (~3.9 MB)

AO DR. NIVALDO RIBEIRO
COORDENADOR GERAL DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR (PROCON-PI)

Encaminho anexos Ofício Nº 11/2023-CPIEQUATORIAL e Ata com resumo da oitiva do Dr. Francisco Marques, Presidente da SINTEPI, confeccionados na CPIEQUATORIAL da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí.

Favor informar recebimento e ciência.

Atenciosamente,

José Ribamar Pessoa Junior
Consultor Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí

Esta mensagem e seus anexos são destinados exclusivamente ao(s) seu(s) destinatário(s) e podem conter informações confidenciais e/ou legalmente privilegiadas. A divulgação, distribuição, reprodução ou qualquer forma de uso não autorizado de tais informações são proibidas e podem ser ilegais, sujeitando-se o responsável às penalidades cabíveis. O remetente utiliza o correio eletrônico no exercício do seu trabalho ou em razão dele, eximindo a Assembleia de qualquer responsabilidade por utilização indevida. Caso não seja o destinatário desta mensagem, solicitamos a gentileza de notificar o remetente e eliminá-la imediatamente

CPI EQUATORIAL
05
25
FOLHA Nº
ALEPI

Estado do Piauí
Assembleia Legislativa

Ofício nº 12/2023 – CPI EQUATORIAL/PI

Teresina, 24 de abril de 2023.

A Sua Senhoria o Sr.

DR. CELSO BARROS COELHO NETO

Assunto: Resposta ao Processo Al nº 30973/2023 referente ao Ofício nº 06/2023-CPIEQUATORIALPI

Faço referência aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí nº 95/23, para investigar a má prestação de serviço da empresa EQUATORIAL-PIAUÍ.

Saliento inicialmente que na petição encaminhada a esta Comissão Parlamentar Inquérito em referência ao Ofício nº 06/2023-CPIEQUATORIALPI, não fora juntada procuração constituindo poderes para os causídicos que assinam a peça. Destaca-se que no encaminhamento C.E. Jurídico nº 093/2023 fora acostado instrumento particular de procuração estabelecendo poderes a advogados distintos a estes.

Reitera-se, todavia, que conforme resposta ao C.E Jurídico nº 93/2023 e cópia do Requerimento ALEPI nº 95/2023, esta CPI tem estabelecido como fato determinado a investigação da má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ. Outrossim, possui como prazo de duração 120 (cento e vinte) dias a contar da sua instalação, podendo ser prorrogado pro até metade deste prazo.

Diante do C.E Jurídico Nº 93/2023, encaminho cópia integral do Requerimento supracitado, juntamente com seu Anexo, estabelecido como fato determinado que será objeto da investigação a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ e com prazo certo de 120 (cento e vinte) dias a contar da sua instalação, podendo ser prorrogado por até metade deste prazo.

Ademais, quanto à especificação do fato determinado o requerimento delimita os sujeitos interessados (os consumidores piauienses e a concessionária de energia), o território (todo território do Estado do Piauí) e igualmente os fatos que deram ensejo a instalação da CPI (a averiguação da regularidade na prestação do serviço de energia de quando a equatorial Piauí assumiu essa função até a data de hoje), de modo que houve uma delimitação subjetiva, territorial, temporal e factual do objeto desta Comissão Parlamentar de Inquérito, atendendo o requisito constitucional.

CPI EQUATORIAL
OF
26
FOLHA Nº
ALEPI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Estado do Piauí
Assembleia Legislativa

Reafirma-se que o Estado detém competências normativas e administrativas para tutela do consumidor, e sendo este objeto da CPI a Assembleia Legislativa do Estado do Piauí pode fiscalizar a regularidade da prestação do serviço de energia elétrica, exercendo seu controle externo, função típica do Poder Legislativo.

Atenciosamente,

DEP. EVALDO GOMES

Presidente da CPI EQUATORIAL-PI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil

CPI EQUATORIAL
Nº 27
FOLHA Nº
ALEPI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Assembleia Legislativa

Ofício nº 12/2023 – CPI EQUATORIAL/PI

Teresina, 24 de abril de 2023.

RECEBIDO
24/04/23

A Sua Senhoria o Sr.

DR. CELSO BARROS COELHO NETO

Assunto: Resposta ao Processo AL nº 30973/2023 referente ao Ofício nº 06/2023-CPIEQUATORIALPI

Faço referência aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí nº 95/23, para investigar a má prestação de serviço da empresa EQUATORIAL-PIAUÍ.

Saliento inicialmente que na petição encaminhada a esta Comissão Parlamentar Inquérito em referência ao Ofício nº 06/2023-CPIEQUATORIALPI, não fora juntada procuração constituindo poderes para os causídicos que assinam a peça. Destaca-se que no encaminhamento C.E. Jurídico nº 093/2023 fora acostado instrumento particular de procuração estabelecendo poderes a advogados distintos a estes.

Reitera-se, todavia, que conforme resposta ao C.E Jurídico nº 93/2023 e cópia do Requerimento ALEPI nº 95/2023, esta CPI tem estabelecido como fato determinado a investigação da má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ. Outrossim, possui como prazo de duração 120 (cento e vinte) dias a contar da sua instalação, podendo ser prorrogado pro até metade deste prazo.

Diante do C.E Jurídico Nº 93/2023, encaminho cópia integral do Requerimento supracitado, juntamente com seu Anexo, estabelecido como fato determinado que será objeto da investigação a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ e com prazo certo de 120 (cento e vinte) dias a contar da sua instalação, podendo ser prorrogado por até metade deste prazo.

Ademais, quanto à especificação do fato determinado o requerimento delimita os sujeitos interessados (os consumidores piauienses e a concessionária de energia), o território (todo território do Estado do Piauí) e igualmente os fatos que deram ensejo à instalação da CPI (a averiguação da regularidade na prestação do serviço de energia de quando a equatorial Piauí assumiu essa função até a data de hoje), de modo que houve uma delimitação subjetiva, territorial, temporal e factual do objeto desta Comissão Parlamentar de Inquérito, atendendo o requisito constitucional.

CPI EQUATORIAL
OF
28
FOLHA Nº
ALEPI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil

Assembleia Legislativa

Reafirma-se que o Estado detém competências normativas e administrativas para tutela do consumidor, e sendo esse objeto da CPI a Assembleia Legislativa do Estado do Piauí pode fiscalizar a regularidade da prestação do serviço de energia elétrica, exercendo seu controle externo, função típica do Poder Legislativo.

Atenciosamente,

DEP. EVALDO GOMES

Presidente da CPI EQUATORIAL-PI

CPI EQUATORIAL
29
FOLHA Nº
ALEPI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Estado do Piauí
Assembléia Legislativa

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

Ofício nº 13/2023 - CPIEQUATORIALPI

Teresina, 25 de Abril de 2023

A Sua Senhoria o Senhor
LEONARDO CARVALHO CAVALCANTE DE OLIVEIRA
Procurador-chefe no Ministério Público Federal do Estado do Piauí

Assunto: **Convite para comparecimento perante a CPI da Equatorial**

Faço referência aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí nº 95/23, para investigar a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ.

Foi aprovado, em 03 de Abril de 2023, o requerimento de convite a V. Sra., anexo ao presente expediente: **REQ 07-CPIEQUATORIALPI.**

Diante disso, com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, c/c art. 2º da Lei nº 1.579/1952, art. 70, III, V, art. 71 da Constituição Estadual e art. 57-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, **CONVIDO** o Sr. para comparecer pessoalmente perante este Colegiado, nos termos dos referenciados no requerimento aprovado, no dia 03 de Maio de 2023, às 10h00, na Sala da Comissão de Constituição e Justiça deste poder, com vistas prestar os esclarecimentos necessários a esta Comissão, na 4ª reunião de oitiva da CPI EQUATORIAL.

Atenciosamente,

EVALDO GOMES
Presidente da CPI EQUATORIAL PI

CPI EQUATORIAL
FOLHA Nº 32
ALEPI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral - CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina - Piauí – Brasil

Gmail

Secretaria Geral da Mesa <secgeralalepi@gmail.com>

Protocolo Eletrônico MPF - PR-PI-00008919/2023

1 message

MPF Protocolo Eletrônico <protocolo-noreply@mpf.mp.br> Thu, Apr 27, 2023 at 11:08 AM
To: secgeralalepi@gmail.com

Sr(a) **MARCELLA BARBOSA NASCIMENTO LIMA**

Seu documento foi protocolado, em 27/04/2023 , no Ministério Público Federal com as seguintes informações:

Instituição:

PIAUI ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - PI GABINETE DO PRESIDENTE

Destinatário:

Leonardo Carvalho Cavalcante de Oliveira

PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PIAUI / PI

Chefia do MPF-PI

Número do Expediente:

PR-PI-00008919/2023

Descrição do documento:

Ofício nº13/2023 - CPI EQUATORIAL. Convidado o Dr. Leonardo Carvalho para colaborar com os trabalhos da CPI Equatorial que trata sobre a má prestação de serviço pela empresa Equatorial-PI.

CPI EQUATORIAL CF 21 FOLHA Nº ALEPI

Arquivo(s) anexado(s):

- OFICIO 13.pdf

As demandas protocoladas eletronicamente em finais de semana, feriados e fora do horário de expediente na unidade do MPF serão analisadas no dia útil seguinte. Dessa forma, **Polícia Federal** e **Justiça Federal** não devem utilizar este ambiente no caso de demandas processuais urgentes fora dos horários de expediente da unidade e durante os

finais de semana e feriados. Tais demandas deverão ser encaminhadas ao membro plantonista local.

Atenciosamente,

Protocolo Eletrônico

Ministério Público Federal

Obs.: Não responda a este e-mail. Mensagens encaminhadas/respondidas para o endereço eletrônico do remetente serão desconsideradas.

CPI EQUATORIAL
32
FOLHAS
ASSES.

Estado do Piauí
Assembleia Legislativa

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

Ofício nº 14/2023 - CPIEQUATORIALPI

Teresina, 25 de Abril de 2023

A Sua Senhoria o Senhor
CLEANDRO ALVES DE MOURA
Procurador Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Piauí

Assunto: Convite para comparecimento perante a CPI da Equatorial

Faço referência aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí nº 95/23, para investigar a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ.

Foi aprovado, em 03 de Abril de 2023, o requerimento de convite a V. Sra., anexo ao presente expediente: **REQ 08-CPIEQUATORIALPI.**

Diante disso, com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, c/c art. 2º da Lei nº 1.579/1952, art. 70; III; V, art. 71 da Constituição Estadual e art. 37-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, **CONVIDO** o Sr. para comparecer pessoalmente perante este Colegiado, nos termos dos referenciados no requerimento aprovado, no dia 03 de Maio de 2023, às 10h00, na Sala da Comissão de Constituição e Justiça deste poder, com vistas prestar os esclarecimentos necessários a esta Comissão, na 4ª reunião de oitiva da CPI EQUATORIAL.

Atenciosamente,

EVALDO GOMES
Presidente da CPI EQUATORIAL PI

CPI EQUATORIAL
05
33
FOLHA Nº
ALEPI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral - CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina - Piauí - Brasil

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Divisão de Gestão de Documentos
CHANCELA Nº 414/2023
RECEBIDO EM: 26/04/2023 às 12:30

Estado do Piauí

Assembleia Legislativa

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ

Assembleia Legislativa

Kamila Oliveira de Sousa
Chefe do Gabinete da FIEPI

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito. 26/04 13h48

Ofício nº 15/2023 - CPIEQUATORIALPI

Teresina, 26 de Abril de 2023

A Sua Senhoria o Senhor
ANTONIO JOSÉ DE MORAES SOUZA FILHO
Presidente da FIEPI

Assunto: **Convocação para comparecimento perante a CPI da Equatorial**

Faço referência aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí nº 95/23, para investigar a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ.

Foi aprovado, em 17 de Abril de 2023, o requerimento de convocação a V. Sra., anexo ao presente expediente: **REQ 05-CPIEQUATORIALPI.**

Diante disso, com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, c/c art. 2º da Lei nº 1.579/1952, art. 70; III; V, art. 71 da Constituição Estadual e art. 37-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, **CONVOCO** o Sr. para comparecer pessoalmente perante este Colegiado, nos termos dos referenciados no requerimento aprovado, no dia 17 de Maio de 2023, às 10h00, na Sala da Comissão de Constituição e Justiça deste poder, com vistas prestar os esclarecimentos necessários a esta Comissão, na 3ª reunião de oitivas CPI EQUATORIAL PI.

Atenciosamente,

EVALDO GOMES
Presidente da CPI EQUATORIAL PI

CPI EQUATORIAL
FOLHA Nº
ALEPI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
cpiequatorial@alepi.pi.gov.br

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Estado do Piauí
Assembleia Legislativa

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

Ofício nº 16/2023 - CPIEQUATORIALPI

Teresina, 26 de Abril de 2023

A Sua Senhoria o Senhor
TERTULIANO PASSOS
Presidente do Sindicato dos Lojistas do Comércio de Teresina - SINDILOJAS

Assunto: **Convocação para comparecimento perante a CPI da Equatorial**

Faço referência aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí nº 95/23, para investigar a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ.

Foi aprovado, em 17 de Abril de 2023, o requerimento de convocação a V. Sra., anexo ao presente expediente: **REQ 09-CPIEQUATORIALPI.**

Diante disso, com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, c/c art. 2º da Lei nº 1.579/1952, art. 70; III; V, art. 71 da Constituição Estadual e art. 37-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, **CONVOCO** o Sr. para comparecer pessoalmente perante este Colegiado, nos termos dos referenciados no requerimento aprovado, no dia 17 de Maio de 2023, às 10h00, na Sala da Comissão de Constituição e Justiça deste poder, com vistas prestar os esclarecimentos necessários a esta Comissão, na 4ª reunião de oitivas CPI EQUATORIAL PI.

Atenciosamente,

EVALDO GOMES
Presidente da CPI EQUATORIAL PI

CPI EQUATORIAL
Of. 35
FOLHA Nº
ALEPI

SINDILOJAS - PI
RECEBIDO
Em 27/04/23
Cláudio Rodrigues
10h36

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
cpiequatorial@alepi.pi.gov.br

Estado do Piauí

Assembleia Legislativa

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ

Estado do Piauí

Assembleia Legislativa

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

Ofício nº 17/2023 - CPIEQUATORIALPI

Teresina, 26 de Abril de 2023

A Sua Senhoria o Senhor
ANTONIEL DE SOUSA SILVA
Associação Piauiense dos Municípios - APPM

Assunto: **Convocação para comparecimento perante a CPI da Equatorial**

Faço referência aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí nº 95/23, para investigar a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ.

Foi aprovado, em 17 de Abril de 2023, o requerimento de convocação a V. Sra., anexo ao presente expediente: **REQ 10-CPIEQUATORIALPI.**

Diante disso, com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, c/c art. 2º da Lei nº 1.579/1952, art. 70, III; V, art. 71 da Constituição Estadual e art. 37-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, **CONVOCO** o Sr. para comparecer pessoalmente perante este Colegiado, nos termos dos referenciados no requerimento aprovado, no dia 24 de Maio de 2023, às 10h00, na Sala da Comissão de Constituição e Justiça deste poder, com vistas prestar os esclarecimentos necessários a esta Comissão, na 5ª reunião de oitivas CPI EQUATORIAL PI.

Atenciosamente,

EVALDO GOMES
Presidente da CPI EQUATORIAL PI

CPI EQUATORIAL
FOLHA Nº
ALEPI

APPM
DIRETORIA GERAL
PROTOCOLO GERAL
26 / 04 / 2023

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
cpiequatorial@alepi.pi.gov.br

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Estado do Piauí

Assembleia Legislativa

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ

Estado do Piauí

Assembleia Legislativa

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

11:01

equatorial ENERGIA

05 MAI 2023

PROTOCOLO

Ofício nº 18/2023 - CPIEQUATORIALPI

Teresina, 04 de maio de 2023

A Sua Senhoria o Senhor
REPRESENTANTE LEGAL DA EQUATORIAL PIAUI

Assunto: **Requisição de Documentos**

Faço referência aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí nº 95/23, para investigar a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ.

Diante da **RESPOSTA da Empresa Equatorial ao Ofício 07/2023–PIEQUATORIALPI**, venho por meio deste com fulcro nos poderes investigatórios próprios das autoridades judiciais que incumbe a CPI, conforme artigo 2º da Lei 1.579 de 18 de março de 1952, bem como artigo 58, parágrafo 3º da Constituição Federal, reforçar a seriedade desta CPI em colaborar com a Empresa Equatorial para buscar transparência e informações necessárias ao regular andamento desta fiscalização e da prestação eficiente de energia para os consumidores piauiense. Logo, será concedido prazo adicional de 10(dez) dias úteis para a que a Equatorial envie o Plano de manutenção das instalações e distribuição, discriminando os locais e serviços feitos, bem como se estão em andamento ou concluídos desde a aquisição da CEPISA até a presente data, bem como para o envio das metas dos planos de reestruturação apresentados pela Equatorial Piauí de 2019 até a presente data. Ademais, o ofício passado trouxe obscuridade e levou a empresa a mandar os valores investidos em infraestrutura de modo simplificado, entretanto, a CPI requer que os valores investidos em infraestrutura seja reenviado de forma detalhada, de modo que seja possível uma análise justa dos valores gastos. Por fim, desejamos que o quadro de funcionário venha com número de ano a ano, de quantos são terceirizados e quantos são dos quadros próprios.

Solicito que a documentação seja encaminhada no prazo de 10(dez) dias, em mídia digital (pen drive), a ser protocolado na sala de Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI EQUATORIAL - PI. Caso haja algum problema no envio em decorrência do tamanho dos arquivos, favor contatar a secretaria da CPI, na pessoa de Marlon Freitas.

Ainda, tendo em vista o princípio da publicidade da administração consagrado pelo art. 37 da Constituição Federal, solicito que, no caso de a documentação envolver informações resguardadas por sigilo legal, seja informado expressamente no encaminhamento da resposta ao presente expediente, indicando a fundamentação legal do alegado sigilo.

Atenciosamente,

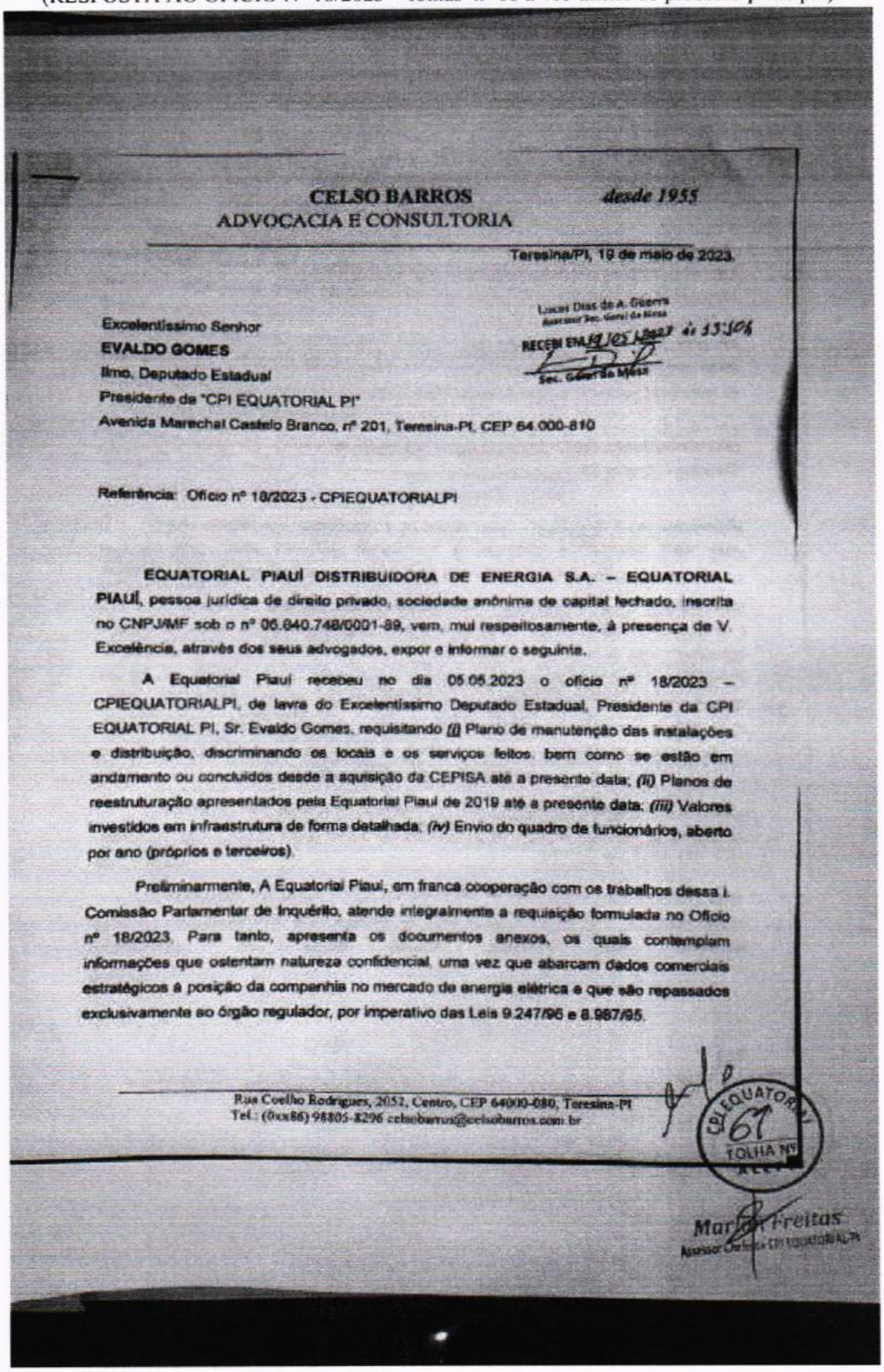
DEP. EVALDO GOMES
Presidente da CPI EQUATORIAL PI

CPI EQUATORIAL
FOLHA Nº 37
ALEPI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ

(RESPOSTA AO OFÍCIO Nº 18/2023 – folhas nº 68 a 405 anexo ao processo principal)



CELSO BARROS *desde 1955*
ADVOCACIA E CONSULTORIA

Teresina/PI, 19 de maio de 2023.

Lucas Dias de A. Guerra
Assessor Sec. Geral da Mesa
RECEBIDO EM 19/05/2023 às 13:50h
Sec. Geral da Mesa

Excelentíssimo Senhor
EVALDO GOMES
Ilmo. Deputado Estadual
Presidente da "CPI EQUATORIAL PI"
Avenida Marechal Castelo Branco, nº 201, Teresina-PI, CEP 64.000-810

Referência: Ofício nº 18/2023 - CPIEQUATORIALPI

EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. – EQUATORIAL PIAUÍ, pessoa jurídica de direito privado, sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.840.748/0001-89, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Excelência, através dos seus advogados, expor e informar o seguinte.

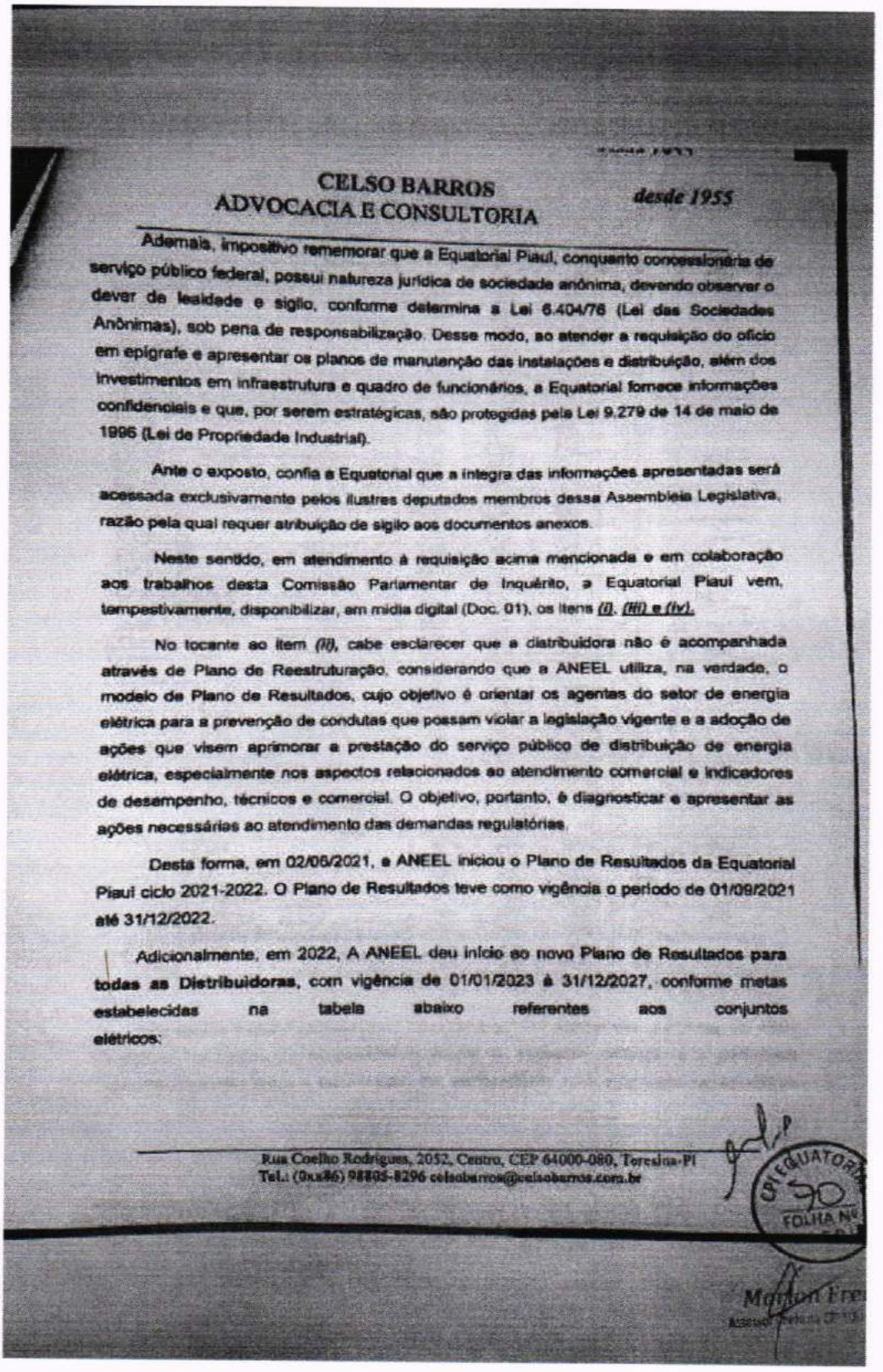
A Equatorial Piauí recebeu no dia 05.05.2023 o ofício nº 18/2023 – CPIEQUATORIALPI, de lavra do Excelentíssimo Deputado Estadual, Presidente da CPI EQUATORIAL PI, Sr. Evaldo Gomes, requisitando *(i)* Plano de manutenção das instalações e distribuição, discriminando os locais e os serviços feitos, bem como se estão em andamento ou concluídos desde a aquisição da CEPISA até a presente data; *(ii)* Planos de reestruturação apresentados pela Equatorial Piauí de 2019 até a presente data; *(iii)* Valores investidos em infraestrutura de forma detalhada; *(iv)* Envio do quadro de funcionários, aberto por ano (próprios e terceiros).

Preliminarmente, A Equatorial Piauí, em franca cooperação com os trabalhos dessa i. Comissão Parlamentar de Inquérito, atende integralmente a requisição formulada no Ofício nº 18/2023. Para tanto, apresenta os documentos anexos, os quais contemplam informações que ostentam natureza confidencial, uma vez que abarcam dados comerciais estratégicos à posição da companhia no mercado de energia elétrica e que são repassados exclusivamente ao órgão regulador, por imperativo das Leis 9.247/96 e 8.987/95.

Rua Coelho Rodrigues, 2052, Centro, CEP 64000-080, Teresina-PI
Tel.: (0xx86) 98805-8296 celsobarros@celsobarros.com.br

CPI EQUATORIAL
61
FOLHA Nº

Marlon Freitas
Assessor Jurídico CPI EQUATORIAL PI



CELSO BARROS
ADVOCACIA E CONSULTORIA
desde 1955

Ademais, impositivo rememorar que a Equatorial Piauí, conquanto concessionária de serviço público federal, possui natureza jurídica de sociedade anônima, devendo observar o dever de lealdade e sigilo, conforme determina a Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), sob pena de responsabilização. Desse modo, ao atender a requisição do ofício em epígrafe e apresentar os planos de manutenção das instalações e distribuição, além dos investimentos em infraestrutura e quadro de funcionários, a Equatorial fornece informações confidenciais e que, por serem estratégicas, são protegidas pela Lei 9.279 de 14 de maio de 1996 (Lei de Propriedade Industrial).

Ante o exposto, confia a Equatorial que a integra das informações apresentadas será acessada exclusivamente pelos ilustres deputados membros dessa Assembleia Legislativa, razão pela qual requer atribuição de sigilo aos documentos anexos.

Neste sentido, em atendimento à requisição acima mencionada e em colaboração aos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, a Equatorial Piauí vem, tempestivamente, disponibilizar, em mídia digital (Doc. 01), os itens ***(i)***, ***(iii)*** e ***(iv)***.

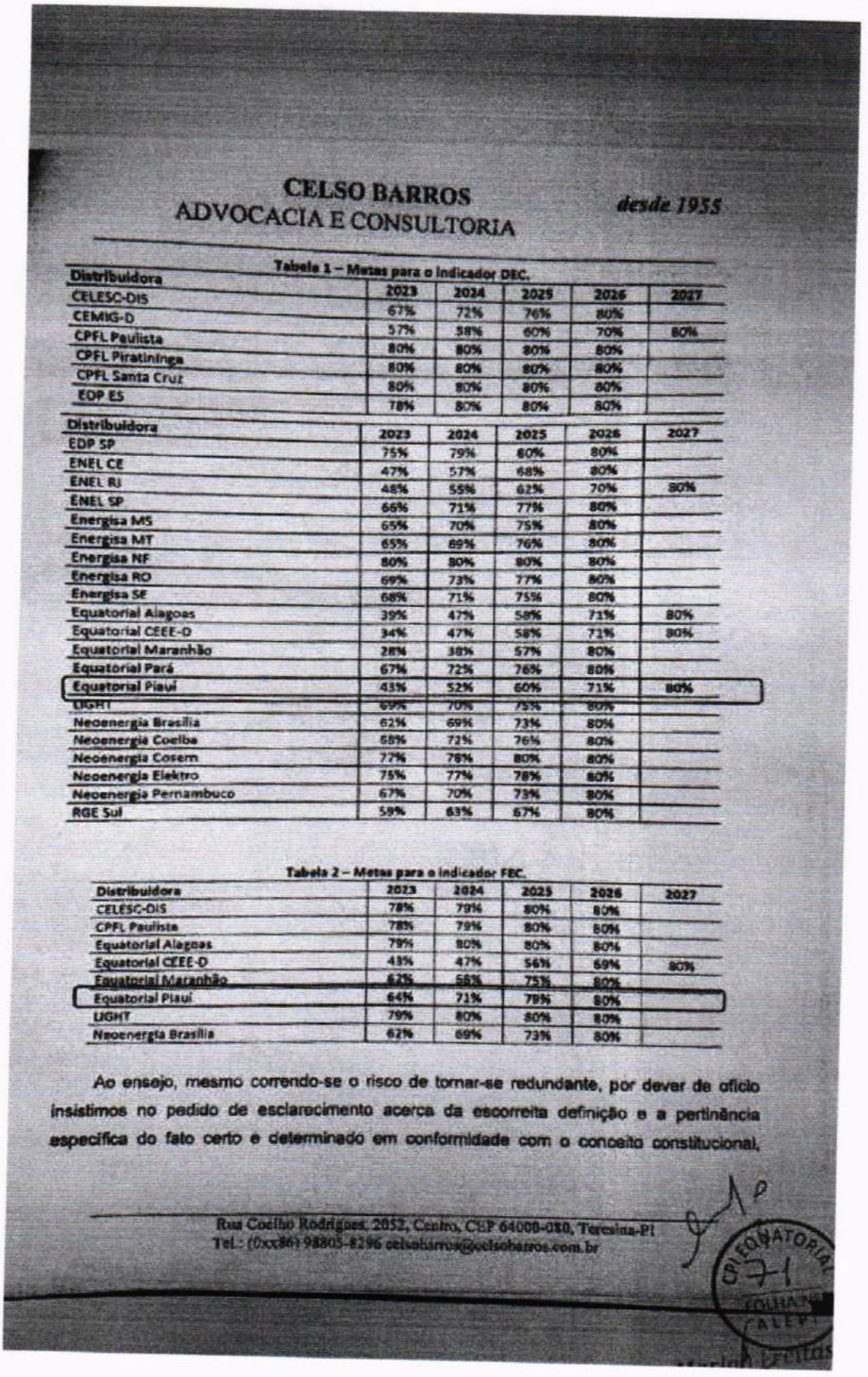
No tocante ao item ***(ii)***, cabe esclarecer que a distribuidora não é acompanhada através de Plano de Reestruturação, considerando que a ANEEL utiliza, na verdade, o modelo de Plano de Resultados, cujo objetivo é orientar os agentes do setor de energia elétrica para a prevenção de condutas que possam violar a legislação vigente e a adoção de ações que visem aprimorar a prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica, especialmente nos aspectos relacionados ao atendimento comercial e indicadores de desempenho, técnicos e comercial. O objetivo, portanto, é diagnosticar e apresentar as ações necessárias ao atendimento das demandas regulatórias.

Desta forma, em 02/06/2021, a ANEEL iniciou o Plano de Resultados da Equatorial Piauí ciclo 2021-2022. O Plano de Resultados teve como vigência o período de 01/09/2021 até 31/12/2022.

Adicionalmente, em 2022, A ANEEL deu início ao novo Plano de Resultados para todas as Distribuidoras, com vigência de 01/01/2023 à 31/12/2027, conforme metas estabelecidas na tabela abaixo referentes aos conjuntos elétricos:

Rua Coelho Rodrigues, 2052, Centro, CEP 64000-080, Teresina-PI
Tel.: (0xx86) 98803-8296 celsobarros@celsobarros.com.br

CPI EQUATORIAL
30
FOLHA Nº



CELSO BARROS
ADVOCACIA E CONSULTORIA
desde 1955

Tabela 1 – Metas para o indicador DEC.

Distribuidora	2023	2024	2025	2026	2027
CELESC-DIS	67%	72%	76%	80%	
CEMIG-D	57%	58%	60%	70%	80%
CPFL Paulista	80%	80%	80%	80%	
CPFL Piratininga	80%	80%	80%	80%	
CPFL Santa Cruz	80%	80%	80%	80%	
EDP ES	78%	80%	80%	80%	

Distribuidora	2023	2024	2025	2026	2027
EDP SP	75%	79%	80%	80%	
ENEL CE	47%	57%	68%	80%	
ENEL RJ	48%	55%	62%	70%	80%
ENEL SP	66%	71%	77%	80%	
Energisa MS	65%	70%	75%	80%	
Energisa MT	65%	69%	76%	80%	
Energisa NF	80%	80%	80%	80%	
Energisa RO	69%	73%	77%	80%	
Energisa SE	68%	71%	75%	80%	
Equatorial Alagoas	39%	47%	58%	71%	80%
Equatorial CEEE-D	34%	47%	58%	71%	80%
Equatorial Maranhão	28%	38%	57%	80%	
Equatorial Pará	67%	72%	76%	80%	
Equatorial Piauí	43%	52%	60%	71%	80%
LIGHT	69%	70%	75%	80%	
Neoenergia Brasília	62%	69%	73%	80%	
Neoenergia Coelba	68%	72%	76%	80%	
Neoenergia Cosern	77%	78%	80%	80%	
Neoenergia Elektro	75%	77%	78%	80%	
Neoenergia Pernambuco	67%	70%	73%	80%	
RGE Sul	59%	63%	67%	80%	

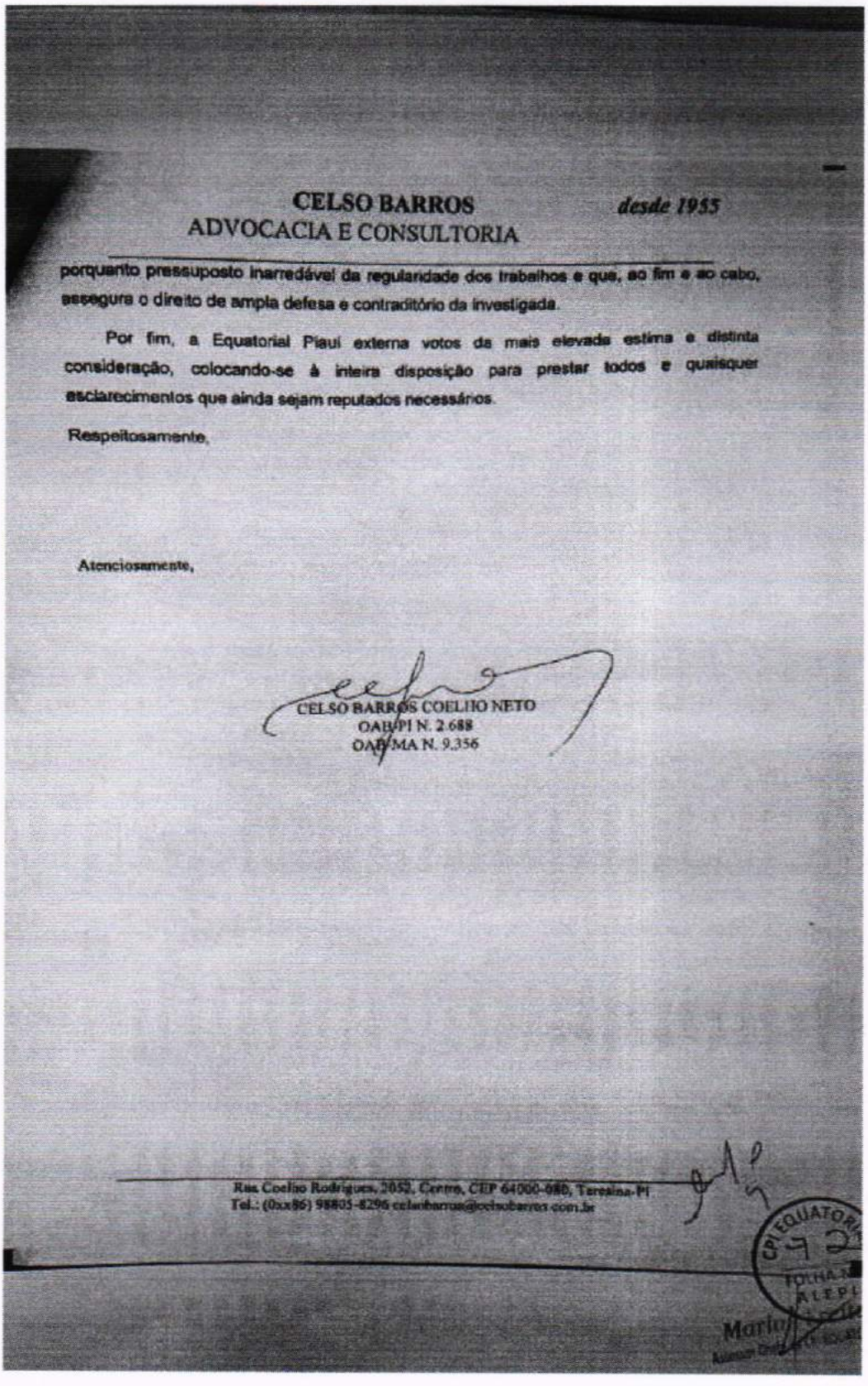
Tabela 2 – Metas para o indicador FEC.

Distribuidora	2023	2024	2025	2026	2027
CELESC-DIS	78%	79%	80%	80%	
CPFL Paulista	78%	79%	80%	80%	
Equatorial Alagoas	79%	80%	80%	80%	
Equatorial CEEE-D	43%	47%	56%	69%	80%
Equatorial Maranhão	62%	68%	75%	80%	
Equatorial Piauí	64%	71%	79%	80%	
LIGHT	79%	80%	80%	80%	
Neoenergia Brasília	62%	69%	73%	80%	

Ao ensejo, mesmo correndo-se o risco de tornar-se redundante, por dever de ofício insistimos no pedido de esclarecimento acerca da escorreita definição e a pertinência específica do fato certo e determinado em conformidade com o conceito constitucional.

Rua Coelho Rodrigues, 2052, Centro, CEP 64000-030, Teresina-PI
Tel.: (0xx86) 98805-8296 celsobarros@celsobarros.com.br

CPI EQUATORIAL
FOLHA Nº 71
ALEPI



CELSO BARROS *desde 1955*
ADVOCACIA E CONSULTORIA

porquanto pressuposto inarredável da regularidade dos trabalhos e que, ao fim e ao cabo, assegura o direito de ampla defesa e contraditório da investigada.

Por fim, a Equatorial Piauí externa votos da mais elevada estima e distinta consideração, colocando-se à inteira disposição para prestar todos e quaisquer esclarecimentos que ainda sejam reputados necessários.

Respeitosamente,

Atenciosamente,

CELSO BARROS COELHO NETO
OAB/PI N. 2.688
OAB/MA N. 9.356

Rua Coelho Rodrigues, 2052, Centro, CEP 64000-080, Teresina-PI
Tel.: (0xx86) 98805-8296 celsobarros@celsobarros.com.br

CPI EQUATORIAL
FOLHA
ALEPI

Estado do Piauí
Assembleia Legislativa

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

11:01
equatorial ENERGIA
05 MAI 2023
PROTOCOLO

Ofício nº 19/2023 - CPIEQUATORIALPI

Teresina, 04 de maio de 2023

A Sua Senhoria o Senhor
REPRESENTANTE LEGAL DA EQUATORIAL PIAUI

Assunto: **Requisição de Documentos**

Faço referência aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí nº 95/23, para investigar a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ.

Diante da aprovação do **REQ 11-CPIEQUATORIALPI,** requisito a esta pessoa jurídica dados **DETALHADOS** da duração total das interrupções (DEC) por unidade consumidora no Piauí entre 2019 e até a presente data**, nos moldes que são enviados regularmente para a ANEEL**. Nessa esteira, requeremos dados **DETALHADOS** da Frequência das interrupções (FEC) por unidade consumidora no Piauí entre 2019 e até a presente data**, nos moldes que são enviados regularmente para a ANEEL.** Requer ainda o nome das empresas que prestam serviços terceirizados juntos a EQUATORIAL PIAUÍ, além do detalhamento do número de funcionários por cargo/função seja pertencente ao quadro próprio, seja pertencente aos terceirizados.

Solicito que a documentação seja encaminhada no prazo de 10(dez) dias, em mídia digital (pen drive), a ser protocolado na sala de Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI EQUATORIAL - PI. Caso haja algum problema no envio em decorrência do tamanho dos arquivos, favor contatar a secretaria da CPI, na pessoa de Marlon Freitas.

Ainda, tendo em vista o princípio da publicidade da administração consagrado pelo art. 37 da Constituição Federal, solicito que, no caso de a documentação envolver informações resguardadas por sigilo legal, seja informado expressamente no encaminhamento da resposta ao presente expediente, indicando a fundamentação legal do alegado sigilo.

Atenciosamente,

DEP. EVALDO GOMES
Presidente da CPI EQUATORIAL PI

CPI EQUATORIAL
04
38
FOLHA Nº
ALEPI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil

22/05/2023, 12:48 Gmail - CPI EQUATORIAL PI

Gmail **Secretaria Geral da Mesa <secgeralalepi@gmail.com>**

CPI EQUATORIAL PI
2 messages

Secretaria Geral da Mesa <secgeralalepi@gmail.com> Mon, May 22, 2023 at 12:39 PM
To: mila.agenda@hotmail.com

Bom dia, segue em anexo ofício com relatório com perguntas conforme foi acordado.

Favor causar recebimento.

CamScanner 22-05-2023 12.31.pdf
1492K

Kamila SOUSA <mila.agenda@hotmail.com> Mon, May 22, 2023 at 12:41 PM
To: Secretaria Geral da Mesa <secgeralalepi@gmail.com>

Acuso recebimento.

Obter o Outlook para iOS

De: Secretaria Geral da Mesa <secgeralalepi@gmail.com>
Enviado: Monday, May 22, 2023 12:39:32 PM
Para: mila.agenda@hotmail.com <mila.agenda@hotmail.com>
Assunto: CPI EQUATORIAL PI

[Quoted text hidden]

CPI EQUATORIAL
Fls. 39
FOLHA Nº
ALEPI

https://mail.google.com/mail/u/0/?ik=efb5af0ca3&view=pt&search=all&permthid=thread-a:r-2122386780250921179&simpl=msg-a:r-21273442341... 1/1

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ

(RESPOSTA AO OFÍCIO Nº 19/2023 – folhas n 54 a 67 anexo ao processo principal)

CELSO BARROS *desde 1955*
ADVOCACIA E CONSULTORIA

OFÍCIO

Teresina/PI, 16 de maio de 2023.

Origem AL
Número 3843/23
Data 16/05/23
Assunto OFÍCIO
Destinatário
Rubrica

EXCELENTÍSSIMO SENHOR
EVALDO GOMES
ILMO. DEPUTADO ESTADUAL
PRESIDENTE DA "CPI EQUATORIAL PI"
AVENIDA MARECHAL CASTELO BRANCO, Nº 201, TERESINA-PI,
CEP 64.000-810

Referência: Ofício nº 19/2023 – CPIEQUATORIALPI

EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. – EQUATORIAL PIAUÍ, pessoa jurídica de direito privado, sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.840.748/0001-89, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Excelência, através dos seus advogados, expor e informar o seguinte.

A Equatorial Piauí recebeu no dia 05.05.2023 o ofício nº 19/2023 – CPIEQUATORIALPI, de lavra do Excelentíssimo Deputado Estadual e Presidente da CPI EQUATORIAL PI, Sr. Evaldo Gomes, requisitando ***(i)*** Dados detalhadas do DEC por unidade consumidora no Piauí entre 2019 até a presente data, nos moldes que são enviados regularmente para a ANEEL; ***(ii)*** Dados detalhadas do FEC por unidade consumidora no Piauí, entre 2019 até a presente data, nos moldes que são enviados regularmente para a ANEEL; ***(iii)*** Nome das empresas que prestam serviços terceirizados junto a Equatorial Piauí; ***(iv)*** Detalhamento do número de funcionários por cargo/função, seja pertencente ao quadro próprio, seja pertencente aos terceirizados.

CPI EQUATORIAL
FOLHA Nº
ALEPI
Márlon Freitas

Rua Coelho Rodrigues, 2052, Centro, CEP 64000-080, Teresina-PI
Tel.: (0xx86) 98805-8296 celsobarros@celsobarros.com.br

CELSO BARROS *desde 1955*
ADVOCACIA E CONSULTORIA

Neste sentido, em atendimento à requisição acima mencionada e em colaboração aos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, a Equatorial Piauí vem, tempestivamente, disponibilizar, em mídia digital (Doc. 01), os itens ***(i)***, ***(ii)***, ***(iii) e (iv)***.

No tocante aos itens ***(i)*** e ***(ii)***, é importante esclarecer os conceitos de DEC e FEC para melhor entendimento das informações disponibilizadas:
Visando manter a qualidade na prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica, a ANEEL exige que as concessionárias mantenham um padrão de continuidade no fornecimento e, para tal, edita limites para os indicadores coletivos de continuidade, DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora), conforme definido no Módulo 8 dos Procedimentos de Distribuição - PRODIST. Os indicadores são apurados pelas distribuidoras e enviados periodicamente para a ANEEL para verificação da continuidade do serviço prestado, representando, respectivamente, o tempo e o número de vezes que uma unidade consumidora ficou sem energia elétrica para o período considerado, o que permite que a Agência avalie, tecnicamente e dentro de sua competência legalmente estabelecida, os critérios acerca da continuidade da energia oferecida à população. Maiores detalhes podem ser consultados no já referido Módulo 8 dos Procedimentos de Distribuição - PRODIST, disponível em https://www2.aneel.gov.br/cedoc/aren2021956_2_7.pdf.

De forma complementar e conforme módulo 6 do PRODIST, seção 6.2, item 42, a distribuidora deve enviar à ANEEL os Indicadores de continuidade por conjunto (Tabela 35 do PRODIST Modulo 6). É importante destacar, assim, que os indicadores de DEC e FEC são **indicadores equivalentes**, ou seja, não são apurados de forma individual e sim coletiva, sendo nestes moldes enviados regularmente para a ANEEL.

Ao ensejo, mesmo correndo-se o risco de tornar-se redundante, por dever de ofício insistimos no pedido de esclarecimento acerca da escorreita definição específica do fato certo e determinado em conformidade com o conceito constitucional, porquanto pressuposto inarredável da regularidade dos trabalhos e que, ao fim e ao cabo, assegura o direito de ampla defesa e contraditório da investigada.

CPI EQUATORIAL
FOLHA Nº 55
ALEPI

Rua Coelho Rodrigues, 2052, Centro, CEP 64000-080, Teresina-PI
Tel.: (0xx86) 98805-8296 celsobarros@celsobarros.com.br

Marlon Freitas
Assessor Legislativo - CPI Equatorial PI

CELSO BARROS *desde 1955*
ADVOCACIA E CONSULTORIA

Sendo o que nos cabia para o momento, externamos votos da mais elevada estima e distinta consideração, colocando-se à inteira disposição para prestar todos e quaisquer esclarecimentos que ainda sejam reputados necessários.

Respeitosamente,

Teresina, 17 de maio de 2023

CELSO BARROS COELHO NETO
OAB-PI N. 2.688
OAB-MA N. 9.356

CPI EQUATORIAL
56
FOLHA Nº
ALEPI
Marilia Freitas

Rua Coelho Rodrigues, 2052, Centro, CEP 64000-080, Teresina-PI
Tel.: (0xx86) 98805-8296 celsobarros@celsobarros.com.br

Estado do Piauí
Assembleia Legislativa

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

Ofício nº 20/2023 - CPIEQUATORIALPI

Teresina, 15 de maio de 2023

A Sua Senhoria o Senhor
REPRESENTANTE LEGAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL
Assunto: **Requisição de Documentos**

Faço referência aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí nº 95/23, para investigar a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ.

Diante da aprovação do **REQ 06-CPIEQUATORIALPI,** requisito a esta pessoa jurídica, dados compilados do número de reclamações ligadas a EQUATORIAL PIAUÍ entre 2019 e a atual data, bem como as metas dos planos de reestruturação apresentados pela Equatorial Piauí entre 2019 e **até a presente data**, incluindo relatório desta autarquia acerca do cumprimento da Equatorial Piauí das metas estabelecidas. Além disso, análise sobre os indicadores de continuidade globais da Equatorial Piauí e do seu cumprimento referente às metas estabelecidas. É pertinente o envio de laudos técnicos realizados por esta autarquia sobre a Equatorial Piauí do início do exercício após aquisição Eletrobrás Piauí, até a presente data. Outro análise solicitada é a duração total das interrupções (DEC) por unidade consumidora no Piauí entre 2010 e **até a presente data**, e qual a média nacional nesses anos, bem como qual o limite estabelecido pela ANEEL. Nessa esteira requeremos a Frequência das interrupções (FEC) por unidade consumidora no Piauí entre 2010 e **até a presente data**, e qual a média nacional nesses anos, bem como qual o limite estabelecido pela ANEEL.

A documentação deve ser encaminhada no prazo de 10 (dez) dias, em formato digital, para o endereço eletrônico secgeralalepi@gmail.com . Caso haja algum problema no envio em decorrência do tamanho dos arquivos, favor contatar a secretaria da CPIEQUATORIAL da ALEPI, na pessoa de Marlon Freitas.

Este email tem o mesmo teor do ofício 11/2023 da CPIEQUATORIAL, entretanto, foi alterado o email de destino devido a uma falha técnica no email oficial da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí.

Ainda, tendo em vista o princípio da publicidade da administração consagrado pelo art. 37 da Constituição Federal, solicito que, no caso de a documentação envolver informações resguardadas por sigilo legal, seja informado expressamente no encaminhamento da resposta ao presente expediente, indicando a fundamentação legal do alegado sigilo.

Atenciosamente,

DEP. EVALDO GOMES
Presidente da CPI EQUATORIAL PI

CPI EQUATORIAL
FOLHA Nº
ALEPI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil

Estado do Piauí

Assembleia Legislativa

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ

Assembleia Legislativa

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

Ofício nº 21/2023 - CPIEQUATORIALPI

Teresina, 18 de Maio de 2023

A Sua Senhoria o Senhor
ALZIR PIMENTEL AGUIAR NETO
Presidente da Associação dos Produtores de Soja do Estado do Piauí – APROSOJA

Assunto: **Convocação para comparecimento perante a CPI da Equatorial**

Faço referência aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí nº 95/23, para investigar a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ.

Foi aprovado, em 15 de Maio de 2023, o requerimento de convocação a V. Sra., anexo ao presente expediente: **REQ 12 - CPIEQUATORIALPI.**

Diante disso, com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, c/c art. 2º da Lei nº 1.579/1952, art. 70; III; V, art. 71 da Constituição Estadual e art. 37-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, **CONVOCO** o Sr. para comparecer pessoalmente perante este Colegiado, nos termos dos referenciados no requerimento aprovado, *no dia 24 de Maio de 2023*, às 10h00, na Sala da Comissão de Constituição e Justiça deste poder, com vistas prestar os esclarecimentos necessários a esta Comissão, na reunião ordinária da CPI EQUATORIAL, ademais requisita ainda que venha municiado de dados formalizados para auxiliar a análise da CPI na realidade enfrentada pelos consumidores piauienses sobre o serviço de energia elétrica

Atenciosamente,

EVALDO GOMES
Presidente da CPI EQUATORIAL PI

CPI EQUATORIAL
OF
FOLHA Nº
ALEPI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
cpiequatorial@alepi.pi.gov.br

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Estado do Piauí

Assembleia Legislativa

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ

Assembleia Legislativa

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

Ofício nº 22/2023 - CPIEQUATORIALPI

Teresina, 18 de maio de 2023

A Sua Senhoria o Senhor
DR. ARIMATEIA DANTAS

Assunto: **Convocação para comparecimento perante a CPI da Equatorial**

Faço referência aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí nº 95/23, para investigar a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ.

Foi aprovado, em 15 de maio de 2023, o requerimento de convocação a V. Sra., anexo ao presente expediente: **REQ 13-CPIEQUATORIALPI.**

Diante disso, com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, c/c art. 2º da Lei nº 1.579/1952, art. 70; III; V, art. 71 da Constituição Estadual e art. 37-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, **CONVOCO** o Sr. para comparecer pessoalmente perante este Colegiado, nos termos dos referenciados no requerimento aprovado, *no dia 31 de Maio de 2023*, às 10h00, na Sala da Comissão de Constituição e Justiça deste poder, com vistas prestar os esclarecimentos necessários a esta Comissão, na reunião de oitivas CPI EQUATORIAL PI, ademais requisita ainda que o representante venha munciado de dados formalizados para auxiliar a análise da CPI na realidade enfrentada pelos consumidores piauienses sobre o serviço de energia elétrica

Atenciosamente,

EVALDO GOMES
Presidente da CPI EQUATORIAL PI

CPI EQUATORIAL PI
FOLHA Nº 12
ASSIN

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
cpiequatorial@alepi.pi.gov.br

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Assembleia Legislativa

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

Ofício nº 23/2023 - CPIEQUATORIALPI

Teresina, 18 de Maio de 2023

A Sua Senhoria o Senhor
JOSELITO FÉLIX FILHO
Presidente da Associação Brasileira de Engenheiros Eletricistas – Seção Piauí (ABEE-PI)

Assunto: **Convocação para comparecimento perante a CPI da Equatorial**

Faço referência aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí nº 95/23, para investigar a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ.

Foi aprovado, em 15 de Maio de 2023, o requerimento de convocação a V. Sra., anexo ao presente expediente: **REQ 14-CPIEQUATORIALPI.**

Diante disso, com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, c/c art. 2º da Lei nº 1.579/1952, art. 70; III; V, art. 71 da Constituição Estadual e art. 37-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, **CONVOCO** o Sr. para comparecer pessoalmente perante este Colegiado, nos termos dos referenciados no requerimento aprovado, *no dia 31 de Maio de 2023*, às 10h00, na Sala da Comissão de Constituição e Justiça deste poder, com vistas prestar os esclarecimentos necessários a esta Comissão, na reunião de oitivas CPI EQUATORIAL PI, ademais requisita ainda que o representante venha municiado de dados formalizados ligados a sua associação para auxiliar a análise da CPI na realidade enfrentada pelos consumidores piauienses sobre o serviço de energia elétrica

Atenciosamente,

EVALDO GOMES
Presidente da CPI EQUATORIAL PI

CPI EQUATORIAL
Doc 43
FOLHA Nº
ALEPI

Data 03/05/23

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
cpiequatorial@alepi.pi.gov.br

Estado do Piauí

Assembleia Legislativa

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

Oficio nº 24/2023 - CPIEQUATORIALPI

Teresina, 18 de Maio de 2023

A Sua Senhoria o Senhor
JEAN CANTALICE
Presidente da Associação Piauiense das Empresas de Energia Solar - APISOLAR

Assunto: **Convocação para comparecimento perante a CPI da Equatorial**

Faço referência aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí nº 95/23, para investigar a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ.

Foi aprovado, em 15 de Maio de 2023, o requerimento de convocação a V. Sra., anexo ao presente expediente: **REQ 15-CPIEQUATORIALPI.**

Diante disso, com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, c/c art. 2º da Lei nº 1.579/1952, art. 70; III; V, art. 71 da Constituição Estadual e art. 37-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, **CONVOCO** o Sr. para comparecer pessoalmente perante este Colegiado, nos termos dos referenciados no requerimento aprovado, *no dia 07 de Junho de 2023*, às 10h00, na Sala da Comissão de Constituição e Justiça deste poder, com vistas prestar os esclarecimentos necessários a esta Comissão, na reunião de oitivas CPI EQUATORIAL PI, ademais requisita ainda que o representante venha municiado de dados formalizados ligados a sua associação para auxiliar a análise da CPI na realidade enfrentada pelos consumidores piauienses sobre o serviço de energia elétrica.

Atenciosamente,

EVALDO GOMES
Presidente da CPI EQUATORIAL PI

CPI EQUATORIAL
OC
49
FOLHAS
ALEPI

Recebido em
23/05/2023

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
cpiequatorial@alepi.pi.gov.br

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Estado do Piauí

Assembléia Legislativa

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ

Assembléia Legislativa

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

Ofício nº 25/2023 - CPIEQUATORIALPI

Teresina, 18 de Maio de 2023

A Sua Senhoria o Senhor
FREDERICO MUSSO
Presidente do Centro das Indústrias do Piauí (CIEPI)

Assunto: **Convocação para comparecimento perante a CPI da Equatorial**

Faço referência aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí nº 95/23, para investigar a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ.

Foi aprovado, em 15 de Maio de 2023, o requerimento de convocação a V. Sra., anexo ao presente expediente: **REQ 16-CPIEQUATORIALPI.**

Diante disso, com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, c/c art. 2º da Lei nº 1.579/1952, art. 70; III; V, art. 71 da Constituição Estadual e art. 37-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, **CONVOCO** o Sr. para comparecer pessoalmente perante este Colegiado, nos termos dos referenciados no requerimento aprovado, *no dia 07 de junho de 2023*, às 10h00, na Sala da Comissão de Constituição e Justiça deste poder, com vistas prestar os esclarecimentos necessários a esta Comissão, na reunião de oitivas CPI EQUATORIAL PI, ademais requisita ainda que o representante venha municiado de dados formalizados ligados a sua associação para auxiliar a análise da CPI na realidade enfrentada pelos consumidores piauienses sobre o serviço de energia elétrica.

Atenciosamente,

CPI EQUATORIAL
45
FOLHA Nº
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

LEALDO GOMES
Presidente da CPI EQUATORIAL PI

Rosangela M.

23/05/2023

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
cpiequatorial@alepi.pi.gov.br

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Estado do Piauí
Assembleia Legislativa

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

Ofício nº 26/2023 - CPIEQUATORIALPI

Teresina, 18 de Maio de 2023

A Sua Senhoria o Senhor
JOSÉ DA CRUZ ARAÚJO SANTOS
União Municipal da Associação de Moradores e Conselhos Comunitário - UMAC

Assunto: **Convocação para comparecimento perante a CPI da Equatorial**

Faço referência aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí nº 95/23, para investigar a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ.

Foi aprovado, em 15 de Maio de 2023, o requerimento de convocação a V. Sra., anexo ao presente expediente: **REQ 17-CPIEQUATORIALPI.**

Diante disso, com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, c/c art. 2º da Lei nº 1.579/1952, art. 70; III; V, art. 71 da Constituição Estadual e art. 37-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, **CONVOCO** o Sr. para comparecer pessoalmente perante este Colegiado, nos termos dos referenciados no requerimento aprovado, *no dia 14 de Junho de 2023*, às 10h00, na Sala da Comissão de Constituição e Justiça deste poder, com vistas prestar os esclarecimentos necessários a esta Comissão, na reunião de oitivas CPI EQUATORIAL PI, ademais requisita ainda que venha municiado de dados formalizados para auxiliar a análise da CPI na realidade enfrentada pelos consumidores piauienses sobre o serviço de energia elétrica.

Atenciosamente,

EVALDO GOMES
Presidente da CPI EQUATORIAL PI

CPI EQUATORIAL PI
Of. 46
FOLHA Nº
ALEPI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
cpiequatorial@alepi.pi.gov.br

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

Ofício nº 27/2023 - CPIEQUATORIALPI

Teresina, 18 de Maio de 2023

A Sua Senhoria o Senhor
TERTULINO RIBEIRO PASSOS
Presidente do Sindicato dos Lojistas do Comércio de Teresina - SINDILOJAS

Assunto: **Requisição de informações**

Faço referência aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí nº 95/23, para investigar a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ.

Diante da oitiva do Dr. Tertulino Ribeiro Passos, Presidente do Sindicato dos Lojistas do Comércio de Teresina - SINDILOJAS, venho, por meio deste, concretizar a colaboração firmada por Vossa Excelência com esta CPI, para auxiliar na apuração de eventuais irregularidades e abusos por parte da empresa Equatorial Piauí com os consumidores piauienses. Solicito de maneira formalizada um relatório fundamentado constando dados, denúncias e reclamações dos lojistas ligados ao SINDILOJAS referentes ao serviço de energia elétrica do Piauí. Ademais, com as respostas formalizadas das seguintes indagações:

1- O SINDILOJAS tem algum relatório com diagnósticos referentes à falta de distribuição e a qualidade de energia operada pela Empresa Equatorial?

2- A falta de distribuição e de qualidade da energia operacionalizada pela Equatorial tem influência na expansão dos lojistas no território piauiense?

3- O SINDILOJAS realizou quantas reuniões para tratar sobre problemas de energia? A equatorial atendeu aos reclames do SINDILOJAS?

4- Quais os prejuízos econômicos são gerados anualmente pela falta de qualidade da energia fornecida pela Equatorial em comparação com a CEPISA?

5- O SINDILOJAS notou grandes avanços nos investimentos da distribuição e qualidade de energia entre a gestão da CEPISA E EQUATORIAL?

6- Qual a opinião do SINDILOJAS acerca dos sistemas monofásico e trifásico? Qual dos sistemas a federação ver maior problema?

7- Quando um lojista faz a solicitação de ligação de sua energia, quanto tempo a empresa Equatorial leva para executar o pedido? Qual é essa diferença de tempo por regiões do estado?

8- Qual a região do estado é mais afetada pela falta da distribuição e qualidade da energia pela empresa Equatorial?

9- Quantas empresas deixaram de investir no estado pela falta da distribuição e qualidade da energia pela Equatorial? Quais as regiões do estado mais perderam investimento?

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
cpiequatorial@alepi.pi.gov.br

CPI EQUATORIAL
FOLHA Nº 47
ALEPI

10- Quantas empresas deixaram o Piauí por conta de prejuízos causados pela péssima qualidade da infraestrutura do setor elétrico do Piauí?

11- Na avaliação do SINDILOJAS, o estado e os municípios do Piauí perderam impostos por não terem suporte na distribuição e qualidade da energia gerenciada pela empresa Equatorial?

12 - Em comparação com outros Estados do Nordeste, onde o setor elétrico é administrado ou não pela Equatorial, como está a colocação do Estado do Piauí em relação a sua infraestrutura elétrica?

13- Nos levantamentos feitos pelo SINDILOJAS, com quanto tempo iremos atingir a qualidade do sistema elétrico dos estados mais bem desenvolvidos do Nordeste?

14 – Quando um lojista sofre prejuízo por queda ou oscilação de energia, esses prejuízos estão sendo indenizados?

A documentação deve ser encaminhada em formato digital, **no prazo de 30 dias da ciência desse documento**, para o endereço eletrônico secgeralalepi@gmail.com . Caso haja algum problema no envio em decorrência do tamanho dos arquivos, favor contatar a secretaria da CPIEQUATORIAL da ALEPI, na pessoa de Marlon Freitas.

Ainda, tendo em vista o princípio da publicidade da administração consagrado pelo art. 37 da Constituição Federal, solicito que, no caso de a documentação envolver informações resguardadas por sigilo legal, seja informado expressamente no encaminhamento da resposta ao presente expediente, indicando a fundamentação legal do alegado sigilo.

Atenciosamente,

EVALDO GOMES
Presidente da CPI EQUATORIAL PI

CPI EQUATORIAL
Of. 48
FOLHA Nº
ALEPI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
cpiequatorial@alepi.pi.gov.br

Assembleia Legislativa

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

Ofício nº 28/2023 - CPIEQUATORIALPI

Teresina, 18 de Maio de 2023

A Sua Senhoria o Senhor
FRANCISCO REINALDO REBELO SAMPAIO
Primeiro Vice-Presidente da FIEPI

Assunto: **Requisição de Informação**

Faço referência aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí nº 95/23, para investigar a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ.

Diante da oitiva do Dr. Francisco Reinaldo Rebelo Sampaio, Primeiro Vice-Presidente da FIEPI, venho, por meio deste, concretizar a colaboração firmada por Vossa Excelência com esta CPI, para auxiliar na apuração de eventuais irregularidades e abusos por parte da empresa Equatorial Piauí com os consumidores piauienses. Solicito de maneira formalizada um relatório fundamentado constando dados, denúncias e reclamações das Indústrias ligadas à FIEPI referentes ao serviço de energia elétrica do Piauí. Ademais, com as respostas formalizadas das seguintes indagações:

1- A federação tem algum relatório com diagnósticos referentes à falta de distribuição e à qualidade de energia operada pela Empresa Equatorial?

2- A falta de distribuição e de qualidade da energia operacionalizada pela Equatorial tem influência na expansão industrial no território piauiense?

3- A FIEPI realizou quantas reuniões para tratar sobre problemas de energia? A equatorial atendeu aos reclames da Federação?

4- Quais os prejuízos econômicos são gerados anualmente pela falta de qualidade da energia fornecida pela Equatorial em comparação com a CEPISA?

5- A FIEPI notou grandes avanços nos investimentos da distribuição e qualidade de energia entre a gestão da CEPISA E EQUATORIAL?

6- Qual a opinião da federação acerca dos sistemas monofásico e trifásico? Qual dos sistemas a federação ver maior problema?

7- Quando uma indústria faz a solicitação de ligação de sua energia, quanto tempo a Equatorial leva para executar o pedido? Qual é essa diferença de tempo por regiões do estado?

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
cpiequatorial@alepi.pi.gov.br

CPI EQUATORIAL
FOLHA Nº 49
ALEPI

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ

Assembleia Legislativa

8- Qual a região do estado é mais afetada pela falta da distribuição e qualidade da energia pela empresa Equatorial?

9- Quantas empresas deixaram de investir no estado pela falta da distribuição e qualidade da energia pela Equatorial? Quais as regiões do estado mais perderam investimento?

10- Quantas empresas deixaram o Piauí por conta de prejuízos causados pela péssima qualidade da infraestrutura do setor elétrico do Piauí?

11- Na avaliação da FIEPI, o estado e os municípios do Piauí perderam impostos por não terem suporte na distribuição e qualidade da energia gerenciada pela empresa Equatorial?

12 - Em comparação com outros Estados do Nordeste, onde o setor elétrico é administrado ou não pela Equatorial, como está a colocação do Estado do Piauí em relação a sua infraestrutura elétrica?

13- Nos levantamentos feitos pela Federação, com quanto tempo iremos atingir a qualidade do sistema elétrico dos estados mais bem desenvolvidos do Nordeste?

14- Quantas empresas querem se instalar no estado e ainda não iniciaram porque estão esperando uma melhora na qualidade da infraestrutura do setor elétrico?

15 - Nas reuniões do conselho do consumidor da Equatorial na qual a FIEPI faz parte como membro permanente, existe algum registro em ata onde conste como pauta a qualidade da distribuição da energia fornecida pela Equatorial?

16- A Equatorial tem atendido as decisões encaminhadas pelo Conselho do consumidor da Equatorial?

A documentação deve ser encaminhada em formato digital, **no prazo de 30 dias da ciência desse documento**, para o endereço eletrônico secgeralalepi@gmail.com . Caso haja algum problema no envio em decorrência do tamanho dos arquivos, favor contatar a secretaria da CPIEQUATORIAL da ALEPI, na pessoa de Marlon Freitas.

Ainda, tendo em vista o princípio da publicidade da administração consagrado pelo art. 37 da Constituição Federal, solicito que, no caso de a documentação envolver informações resguardadas por sigilo legal, seja informado expressamente no encaminhamento da resposta ao presente expediente, indicando a fundamentação legal do alegado sigilo.

Atenciosamente,

EVALDO GOMES
Presidente da CPI EQUATORIAL PI

CPI EQUATORIAL
50
FOLHA Nº
ALEPI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
cpiequatorial@alepi.pi.gov.br

Estado do Piauí

Assembleia Legislativa

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ

Estado do Piauí

Assembleia Legislativa

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

11:15
equatorial ENERGIA
31 MAI 2023
PROTOCOLO

Ofício nº 29/2023 - CPIEQUATORIALPI

Teresina, 24 de maio de 2023

A Sua Senhoria o Senhor
REPRESENTANTE LEGAL DA EQUATORIAL PIAUI
Assunto: **Requisição de Documentos**

Faço referência aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí nº 95/23, para investigar a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ.

Diante da oitiva do Prof. Paulo, requisito a esta pessoa jurídica, o número de reclamações ligadas a EQUATORIAL PIAUÍ realizadas referentes ao endereço *Rua Ricardo Pearce Brito, 4835, apt 102 edifício Lisboa, Bloco Berlin, Bairro Campestre, cidade Teresina-PI, CEP 64053-520, cujo código* ***matrícula da unidade consumidora é 18960242***; Com as medidas tomadas para a resolução destas demandas e o prazo para a concretização dessas medidas. Em especial, encaminhem informações sobre a resposta desta Empresa do atendimento feito em outubro de 2020 com o Sr. Paulo Jordão de Oliveira Cerqueira Fortes em que este relata ter ocorrido ameaças e injúrias a sua pessoa, caso em que ele abriu protocolo junto a ouvidoria da equatorial de número 1211660177. Ademais, informe quais os motivos para a má prestação do serviço nesta localidade supracitada, bem como os procedimentos que estão sendo adotados para suprir modo permanente a demanda de energia do endereço supracitado do Prof. Paulo.

A documentação deve ser encaminhada no prazo de 10 (dez) dias, em formato digital, para o endereço eletrônico secgeralalepi@gmail.com . Caso haja algum problema no envio em decorrência do tamanho dos arquivos, favor contatar a secretaria da CPIEQUATORIAL da ALEPI, na pessoa de Marlon Freitas.

Ainda, tendo em vista o princípio da publicidade da administração consagrado pelo art. 37 da Constituição Federal, solicito que, no caso de a documentação envolver informações resguardadas por sigilo legal, seja informado expressamente no encaminhamento da resposta ao presente expediente, indicando a fundamentação legal do alegado sigilo.

Atenciosamente,

DEP. EVALDO GOMES
Presidente da CPI EQUATORIAL PI

CPI EQUATORIAL
OF
FOLHA Nº
ALEPI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

equatorial

Protocolo Entrada de Documentos Externos - Entrada

Protocolo	CPF/CNPJ	Nome/Razão Social	Tipo de Documento	NR. Documento	Descrição	Área de destino	Data/Hora
MDE25933		ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	Oficio	Nº_29/2023	OFÍCIO Nº_29/2023_ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	Juridico	31/05/2023 11:14

Valores dos indices do documento:

Informações Complementares
NA

Matricula: 9910334

Uyliane Freitas

Nome do Recebedor

CPI EQUATORIAL FOLHA Nº 52 ASSEMBLEIA

Xerox Brasil © 2020

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ

(RESPOSTA AO OFÍCIO Nº 29/2023 – folhas nº 409 a 412 anexo ao processo principal)

CELSO BARROS
ADVOCACIA E CONSULTORIA
desde 1955

Ofício S/N 2023

Teresina/PI, 06 de junho de 2023.

Excelentíssimo Senhor
EVALDO GOMES
Ilmo. Deputado Estadual
Presidente da "CPI EQUATORIAL PI"
Avenida Marechal Castelo Branco, nº 201, Teresina-PI, CEP 64.000-810

O M
M.318093
13 06 20
OFICIO
Rubrica

Referência: Ofício nº 29/2023 - CPIEQUATORIALPI

EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. – EQUATORIAL PIAUÍ, pessoa jurídica de direito privado, sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.840.748/0001-89, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Excelência, através dos seus advogados, expor e informar o seguinte.

A Equatorial Piaui recebeu no dia 31.05.2023 o ofício nº 29/2023 – CPIEQUATORIALPI, de lavra do Excelentíssimo Deputado Estadual Evaldo Gomes, Presidente dessa i. Comissão Parlamentar de Inquérito, requisitando ***(i)*** o número de reclamações ligadas a EQUATORIAL PIAUI realizadas referentes ao endereço Rua Ricardo Pearce Brito, 4835, apt 102, edifício Lisboa, Bloco Berlin, Bairro Campestre, cidade Teresina-PI, CEP 64053-520, cujo código matrícula da unidade consumidora é 18960242; ***(ii)*** medidas tomadas para a resolução destas demandas e o prazo para a concretização dessas medidas; ***(iii)*** informações sobre a resposta desta Empresa do atendimento feito em outubro de 2020 com o Sr. Paulo Jordao de Oliveira Cerqueira Fortes em que este relata ter ocorrido ameaças e injúrias a sua pessoa, caso em que ele abriu protocolo junto a ouvidoria da equatorial de número 1211660177; ***(iv)*** os motivos para a má prestação do serviço nesta localidade supracitada, bem como os procedimentos que estão sendo adotados para suprir de modo permanente a demanda de energia do endereço supracitado do Prof. Paulo.

Inicialmente, em relação à requisição constante no item ***(i)***, cabe esclarecer que o endereço Rua Ricardo Pearce Brito, 4835, apt 102, edifício Lisboa, Bloco Berlin, Bairro Campestre, cidade Teresina-PI, CEP 64053-520 possui outra denominação de unidade

CPI EQUATORIAL
409
FOLHA Nº
ALEPI
Mathon Freitas
Assessor Chefe da CPI EQUATORIAL/PI

CELSO BARROS desde 1955
ADVOCACIA E CONSULTORIA

consumidora e não ostenta o Sr. Paulo Jordão como titular. Porém, em colaboração aos trabalhos dessa I. Comissão Parlamentar de Inquérito, a Equatorial Piauí consultou em sistema a Unidade Consumidora 18960242, cuja numeração correta é 18960642, que tem como titular a Sra. GAIA REGO CAVALCANTE FORTES, esposa do aludido Sr. Paulo Jordão, a fim de analisar as providências cabíveis e que permitem responder aos itens ***(ii) e (iv)***, os quais se encontram abaixo enumerados:

1) No dia 09/05, a consumidora solicitou mudança de ligação de monofásica para trifásica, informando apenas a existência de chuveiro elétrico em sua unidade consumidora. Após levantamento de campo realizado no dia 15/05/2023, oportunidade em que se confirmou que a rede em comento é monofásica, a EQUATORIAL concluiu pela necessidade de adequação da rede elétrica de monofásica para trifásica na região. Na sequência, o processo seguiu para avaliação de viabilidade técnica e obras necessárias para atendimento;

2) Constatou-se, ainda, que o padrão de entrada da titular da unidade consumidora também precisa ser adequado para suportar o atendimento trifásico, de acordo a resolução normativa 1.000/2021 da ANEEL, sendo essa adequação de responsabilidade do consumidor. Tudo isso consta no documento que foi disponibilizado ao consumidor no dia da inspeção;

3) Outrossim, a Equatorial informa que instalou um analisador de tensão na unidade UC: 18960642, Medidor: 1201015230, também em nome da cliente GAIA REGO CAVALCANTE FORTES, a fim de verificar os níveis de tensão da unidade consumidora;

4) Na sequência, a Equatorial enviou uma equipe para levantamento de carga da UC 13549316, uma vez que esses dados são imprescindíveis para conclusão da análise. Na ocasião, se constatou que a carga totalizou praticamente 16kVA de potência, enquanto a área do consumidor é atendida por um transformador monofásico de 15kVA. Assim, possível concluir que o aumento de carga do próprio consumidor, sem informar à distribuidora e nem solicitar anteriormente o aumento de carga, pode ser o responsável pelas oscilações de tensão atestadas. Na ocasião do levantamento de carga também foi esclarecido ao Sr. Paulo

CPI EQUATORIAL
410
FOLHA Nº

CELSO BARROS
ADVOCACIA E CONSULTORIA
desde 1955

acerca da necessidade da adequação do padrão para atendimento do seu pedido de mudança de ligação monofásica para trifásica, tendo o mesmo se comprometido a realizá-la.

5) Foi concluído o levantamento completo da necessidade de atendimento, tendo o projeto sido encaminhado para execução das seguintes melhorias:

a. Aumento da potência do transformador;

b. Trifaseamento de toda a rede que atende a área de transformação das UCS's 13549316 e 18960642, ambas de titularidade de Gaia Rego Cavalcante Fortes;

c. Obras de melhoria na configuração da rede de modo a promover a melhoraria no seu fornecimento.

No que concerne ao item ***(iii)***, no tocante a denúncia de número 1211660177, a Equatorial informa que antes mesmo da sua formalização, já havia identificado de maneira proativa, através da Monitoria de Qualidade, a situação apresentada pelo Sr. Paulo junto a Ouvidoria da Equatorial em 2021, tendo o Gerente de Operação do Call Center do Grupo Equatorial entrado em contato com o Sr. Paulo para informá-lo das medidas que foram adotadas pela Empresa. A Equatorial reafirma não compactuar com ações de tal natureza, as quais não correspondem ao rigoroso código de conduta que deve ser observado pelos prepostos da companhia. A EQUATORIAL exige a cortesia, profissionalismo e total atenção perante os consumidores como um de seus mais importantes valores corporativos, razão pela qual oferta aos seus colaboradores, sejam eles efetivos ou prestadores de serviços, treinamentos e reciclagens constantes.

A propósito, importante compartilhar com essa i. Comissão Parlamentar as medidas adotadas pela Equatorial desde que assumiu o controle da Distribuidora do Piauí. Dentre eles, destaque-se a expansão do *call center* e dos demais canais de atendimento ao consumidor, considerando que a dedicação ao cliente e o atendimento de excelência constituem um dos principais valores da Companhia.

A Equatorial inaugurou em 2021 call center no Estado do Piauí e, desde então, já investiu mais de 17 milhões de reais e gerou cerca de 1000 vagas de emprego. Ademais,

CPI EQUATORIAL 411 FOLHA Nº ALEPI

CELSO BARROS
ADVOCACIA E CONSULTORIA
desde 1955

foram implantadas novas tecnologias e canais de atendimento para facilitar o acesso dos clientes, como, por exemplo, o aplicativo da Equatorial, agências digitais, novas ferramentas no *site* da companhia, atendente virtual *Clara* no Whatsapp, dentre outras ações que ampliam o acesso à solução de demandas. A Equatorial também passou a disponibilizar uma agência ou posto de atendimento presencial em todas os 224 municípios do Estado, sendo que anteriormente eram atendidos apenas em 69 municípios, reforçando o compromisso de disponibilidade e respeito ao cliente.

Desta forma, a Distribuidora reforça seu compromisso com o atendimento ao cliente, disponibilizando os canais adequados de atendimento que funcionam diuturnamente para receber as demandas provenientes dos seus consumidores e promover a melhor solução aos seus interesses.

Por fim, a Equatorial Piauí externa votos da mais elevada estima e distinta consideração, colocando-se à inteira disposição para prestar todos e quaisquer esclarecimentos que ainda sejam reputados necessários.

Respeitosamente,

Adv. Celso Barros Coelho Neto
OAB-PI n. 2.688
OAB-MA n. 9.356

412
FOLHA Nº
ALEPI

Estado do Piauí

Assembleia Legislativa

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ

Estado do Piauí

Assembleia Legislativa

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

11:15
equatorial ENERGIA
31 MAI 2023
PROTOCOLO

Ofício nº 30/2023 - CPIEQUATORIALPI

Teresina, 24 de maio de 2023

A Sua Senhoria o Senhor
REPRESENTANTE LEGAL DA EQUATORIAL PIAUI
Assunto: **Requisição de Documentos**

Faço referência aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí nº 95/23, para investigar a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ.

Diante da oitiva do Francisco das Chagas Lopes, requisito a esta pessoa jurídica, o número de reclamações ligadas a EQUATORIAL PIAUÍ realizadas referentes registro ao endereço *Zundão, Zona Rural, município de Altos-PI; cujo código* ***matrícula da unidade consumidora é 18960242***; Com as medidas tomadas para a resolução destas demandas e o prazo para a concretização dessas medidas. Ademais, informe quais os motivos para a má prestação do serviço nesta localidade supracitada, bem como os procedimentos que estão sendo adotados para suprir a demanda de energia do endereço supracitado da propriedade Granja Formosa (CNPJ 00.001.261/9593-53). Comunique ainda se houve ressarcimento e em qual valor para a **Granja** referente a prejuízos causados devidos às quedas de energia.

A documentação deve ser encaminhada no prazo de 10 (dez) dias, em formato digital, para o endereço eletrônico secgeralalepi@gmail.com . Caso haja algum problema no envio em decorrência do tamanho dos arquivos, favor contatar a secretaria da CPIEQUATORIAL da ALEPI, na pessoa de Marlon Freitas.

Ainda, tendo em vista o princípio da publicidade da administração consagrado pelo art. 37 da Constituição Federal, solicito que, no caso de a documentação envolver informações resguardadas por sigilo legal, seja informado expressamente no encaminhamento da resposta ao presente expediente, indicando a fundamentação legal do alegado sigilo.

Atenciosamente,

DEP. EVALDO GOMES
Presidente da CPI EQUATORIAL PI

CPI EQUATORIAL
FOLHA Nº 53
ALEPI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

equatorial

Protocolo Entrada de Documentos Externos - Entrada

Protocolo	CPF/CNPJ	Nome/Razão Social	Tipo de Documento	NR. Documento	Descrição	Área de destino	Data/Hora
MDE25934		ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	Ofício	Nº_30/2023	OFÍCIO Nº_30/2023_ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	Jurídico	31/05/2023 11:14

Valores dos índices do documento:

Informações Complementares
NA

Matrícula: 99110334

Wyliam Fontes

Nome do Recebedor

CPI EQUATORIAL
FOLHA Nº 32
ALEPI

Xerox Brasil © 2020

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ

(RESPOSTA AO OFÍCIO Nº 30/2023 - folhas 406 a 408 anexo ao processo principal)

CELSO BARROS
ADVOCACIA E CONSULTORIA
desde 1955

Ofício S/N 2023

Teresina/PI, 05 de junho de 2023.

Órgão: AL
Nº 31809/23
Data: 13 06 2023
Assinatura: OFICIO
Matrícula:
Rubrica:

Excelentíssimo Senhor
EVALDO GOMES
Ilmo. Deputado Estadual
Presidente da "CPI EQUATORIAL PI"
Avenida Marechal Castelo Branco, nº 201, Teresina-PI, CEP 64.000-810

Referência: Ofício nº 30/2023 - CPIEQUATORIALPI

EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. – EQUATORIAL PIAUÍ, pessoa jurídica de direito privado, sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.840.748/0001-89, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Excelência, através dos seus advogados, expor e informar o seguinte.

A Equatorial Piauí recebeu no dia 31.05.2023 o ofício nº 30/2023 – CPIEQUATORIALPI, de lavra do Excelentíssimo Deputado Estadual Evaldo Gomes, Presidente da I. Comissão Parlamentar de Inquérito, requisitando ***(i)*** o número de reclamações ligadas a EQUATORIAL PIAUI realizadas referentes registro ao endereço Zuridão, Zona Rural, município de Altos-PI, cujo código matrícula da unidade consumidora é 18960242; ***(ii)*** medidas tomadas para a resolução destas demandas e o prazo para a concretização dessas medidas; ***(iii)*** os motivos para a má prestação do serviço nesta localidade supracitada, bem como os procedimentos que estão sendo adotados para suprir a demanda de energia do endereço supracitado da propriedade Granja Formoso (CNPJ 00.001.261/0593-53); ***(iv)*** Comunique ainda se houve ressarcimento e em qual valor para a Granja referente a prejuízos causados devidos às quedas de energia.

Inicialmente, em relação à requisição constante no item ***(i)***, cabe esclarecer que a Unidade Consumidora n. 18960242 não ostenta o Sr. Francisco das Chagas Lopes como consumidor. Porém, em colaboração com os trabalhos dessa I. Comissão Parlamentar de Inquérito, a Equatorial Piauí consultou em sistema a unidade consumidora da aludida Granja

ALEPI FOLHA Nº 407

CELSO BARROS
ADVOCACIA E CONSULTORIA
desde 1955

Formosa, a fim de analisar as providências cabíveis e que permitem a resposta aos itens *(ii)* e *(iii)* supramencionados, os quais se encontram abaixo enumerados:

1. Após inspeção no trecho de rede, realizada em 22/05/2023, a Equatorial Piauí, em tratativa com o proprietário, se comprometeu a realizar limpeza de faixa a partir do componente n. 0268291 que atende a aludida granja e demais unidades do consumidor, já iniciada.

2. Importante registrar, também, que foi instalado equipamento automatizado (religador de recurso) com objetivo de ampliar as alternativas para recomposição mais ágil do sistema em caso de falha no trecho que beneficia o alimentador que atende à granja, entre o alimentador JFR01C2 (de José de Freitas) com o alimentador ATS01C2 (de Altos que atende a Granja).

No que concerne ao item *(iv)*, a Equatorial esclarece ter entrado em contato tempestivamente com o proprietário da Granja a fim de compreender a situação narrada no ano de 2022. O proprietário apresentou suas razões e postulou valor que entendia devido à título de ressarcimento. No entanto, não houve consenso entre as partes e as tratativas foram encerradas.

Desta forma, a Distribuidora reforça seu compromisso com o atendimento ao cliente, disponibilizando os canais adequados de atendimento que funcionam diuturnamente para receber as demandas provenientes dos seus consumidores e promover a melhor solução aos seus interesses.

Por fim, a Equatorial Piauí externa votos da mais elevada estima e distinta consideração, colocando-se à inteira disposição para prestar todos e quaisquer esclarecimentos que ainda sejam reputados necessários.

Respeitosamente,

Adv. Celso Barros Coelho Neto
OAB-PI n. 2.688
OAB-MA n. 9.356

FOLHA Nº 407
ALEPI

Estado do Piauí
Assembleia Legislativa

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

Ofício nº 31/2023 - CPIEQUATORIALPI

Teresina, 14 de Junho de 2023

A Sua Senhoria o Senhor
FRANCISCO DAS CHAGAS MARQUES FERREIRA
Presidente dos Urbanitários do Piauí

Assunto: **Convocação para comparecimento perante a CPI da Equatorial**

Faço referência aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí nº 95/23, para investigar a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ.

Foi aprovado, em 14 de Junho de 2023, o requerimento de convocação a V. Sra. , anexo ao presente expediente: **REQ 20-CPIEQUATORIALPI.**

Diante disso, com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, c/c art. 2º da Lei nº 1.579/1952, art. 70; III; V, art. 71 da Constituição Estadual e art. 37-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, **CONVOCO** o Sr. para comparecer pessoalmente perante este Colegiado, nos termos dos referenciados no requerimento aprovado, no dia 28 de Junho de 2023, às 10h00, na Sala da Comissão de Constituição e Justiça deste poder, com vistas prestar os esclarecimentos necessários a esta Comissão, na 1ª reunião ordinária da CPI EQUATORIAL.

Atenciosamente,

SINTEP

EVALDO GOMES
Presidente da CPI EQUATORIAL PI

CPI EQUATORIAL
Nº 55
FOLHA Nº
ALEPI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral - CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Estado do Piauí

Assembleia Legislativa

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ

Estado do Piauí

Assembleia Legislativa

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

Ofício nº 32/2023 - CPIEQUATORIALPI

Teresina, 14 de Junho de 2023

A Sua Senhoria o Senhor
Prof. Paulo Jordão de Oliveira Cerqueira Fortes

Assunto: **Convocação para comparecimento perante a CPI da Equatorial**

Faço referência aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí nº 95/23, para investigar a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ.

Foi aprovado, em 14 de Junho de 2023, o requerimento de convocação a V. Sra. , anexo ao presente expediente: **REQ 21-CPIEQUATORIALPI.**

Diante disso, com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, c/c art. 2º da Lei nº 1.579/1952, art. 70; III; V, art. 71 da Constituição Estadual e art. 37-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, **CONVOCO** o Sr. para comparecer pessoalmente perante este Colegiado, nos termos dos referenciados no requerimento aprovado, no dia 28 de Junho de 2023, às 10h00, na Sala da Comissão de Constituição e Justiça deste poder, com vistas prestar os esclarecimentos necessários a esta Comissão, na 1ª reunião ordinária da CPI EQUATORIAL.

Atenciosamente,

EVALDO GOMES
Presidente da CPI EQUATORIAL PI

CPI EQUATORIAL
56
FOLHA Nº
ALEPI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil

Estado do Piauí
Assembleia Legislativa

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

Ofício nº 33/2023 - CPIEQUATORIALPI

Teresina, 14 de Junho de 2023

11:00
equatorial ENERGIA
16 JUN 2023
PROTOCOLO

A Sua Senhoria o Senhor
DIRETOR GERAL DA EQUATORIAL PIAUÍ

Assunto: **Convocação para comparecimento perante a CPI da Equatorial**

Faço referência aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí nº 95/23, para investigar a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ.

Foi aprovado, em 14 de Junho de 2023, o requerimento de convocação a V. Sra. , anexo ao presente expediente: **REQ 22-CPIEQUATORIALPI.**

Diante disso, com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, c/c art. 2º da Lei nº 1.579/1952, art. 70; III; V, art. 71 da Constituição Estadual e art. 37-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, **CONVOCO** o Sr. para comparecer pessoalmente perante este Colegiado, nos termos dos referenciados no requerimento aprovado, no dia 28 de Junho de 2023, às 10h00, na Sala da Comissão de Constituição e Justiça deste poder, com vistas prestar os esclarecimentos necessários a esta Comissão, na 1ª reunião ordinária da CPI EQUATORIAL.

Atenciosamente,

EVALDO GOMES
Presidente da CPI EQUATORIAL PI

CPI EQUATORIAL
Of. 57
FOLHA Nº
ALEPI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

16/06/23, 11:02 Gestão Documental Xerox

Home / Relatórios / Protocolo Entrada de Documentos Externos

equatorial

Protocolo Entrada de Documentos Externos - Entrada

Protocolo	CPF/CNPJ	Nome/Razão Social	Tipo de Documento	NR. Documento	Descrição	Área de destino	Data/Hora
MDE26861		ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUI	Ofício	Nº 33/2023	OFÍCIO Nº 33/2023_ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUI-CONVOCAÇÃO PARA COMPARECIMENTO PERANTE A CPI DA EQUATORIAL	Jurídico	16/06/2023 11:02

Valores dos índices do documento:

Informações Complementares
NA

Matrícula: 99110334

Nome do Recebedor

CPI EQUATORIAL
OF
58
FOLHA Nº
ALEPI

Xerox Brasil © 2020

https://www.xeroxdigitalsolutions.com.br/gestaodocumentalwebrelatorios/imprimir_protocolo_recebimento?origem=cartaEmissa

1/1

Estado do Piauí
Assembleia Legislativa

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

Ofício nº 35/2023 - CPIEQUATORIALPI

Teresina, 14 de Junho de 2023

A Sua Senhoria o Senhor
REPRESENTANTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL

Assunto: **Convocação para comparecimento perante a CPI da Equatorial**

Faço referência aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí nº 95/23, para investigar a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ.

Foi aprovado, em 14 de Junho de 2023, o requerimento de convocação a V. Sra. , anexo ao presente expediente: **REQ 24-CPIEQUATORIALPI.**

Diante disso, com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, c/c art. 2º da Lei nº 1.579/1952, art. 70; III; V, art. 71 da Constituição Estadual e art. 37-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, **CONVOCO** o Sr. para comparecer pessoalmente perante este Colegiado, nos termos dos referenciados no requerimento aprovado, no dia 21 de Junho de 2023, às 10h00, na Sala da Comissão de Constituição e Justiça deste poder, com vistas prestar os esclarecimentos necessários a esta Comissão, na 1ª reunião ordinária da CPI EQUATORIAL.

Atenciosamente.

CPI EQUATORIAL OF 59 FOLHA Nº ALEPI

EVALDO GOMES
Presidente da CPI EQUATORIAL PI

RECEBIDO
EM 14/06/23
Assinatura
Manoel João Saraiva Sobrinho
Núcleo de Serviços e Manutenção
Matrícula: 23592
12:52

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Estado do Piauí
Assembleia Legislativa

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

Ofício nº 37/2023 - CPIEQUATORIALPI

Teresina, 20 de Junho de 2023

A Sua Senhoria o Senhor
VEREADOR GUILHERME MACHADO
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BATALHA

Assunto: **Reunião da Externa da CPI da Equatorial**

Faço referência aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí nº 95/23, para investigar a má prestação de serviço pela empresa EQUATORIAL-PIAUÍ.

Ao tempo que cumprimento Vossa Excelência, venho INFORMAR que no Município de Batalha-PI ocorrerá Reunião Externa da CPIEQUATORIAL da Assembleia Legislativa do Piauí, no dia 22 de Junho de 2023 às 9 horas da manhã, conforme Requerimento 25 – CPIEQUATORIAL. Ademais, requisita-se o auxílio deste Poder legislativo Municipal com a disponibilização de local adequado para a ocorrência desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Antecipo meus agradecimentos, renovo-lhe protesto de estima e consideração.

Atenciosamente,

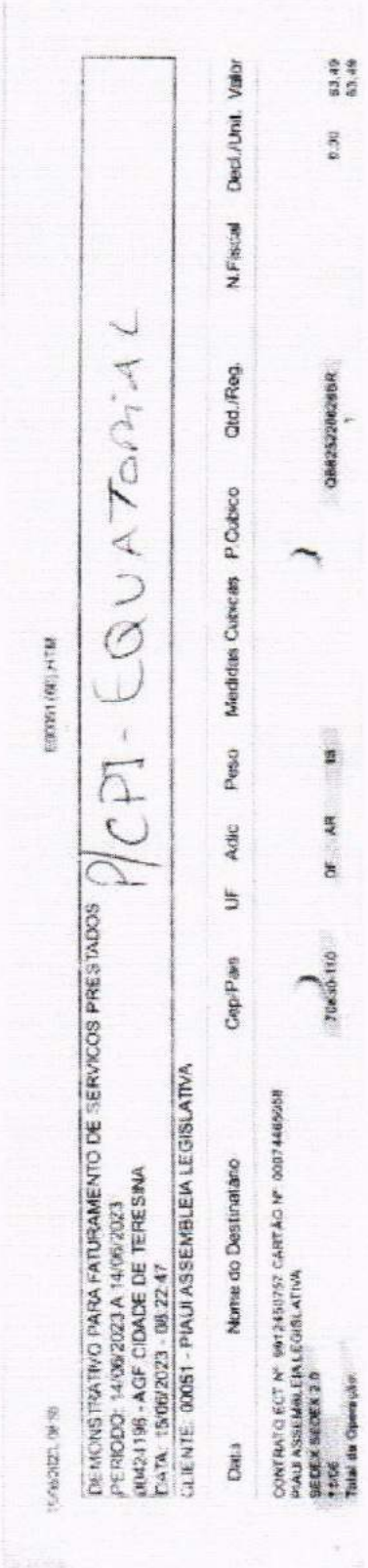
Recebido em 22/06/23

EVALDO GOMES
Presidente da CPI EQUATORIAL PI

CPI EQUATORIAL
DE
60
FOLHA Nº
ALEPI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br



15/06/2023, 08:59 ECO051(48).HTM

DEMONSTRATIVO PARA FATURAMENTO DE SERVIÇOS PRESTADOS
PERÍODO: 14/06/2023 A 14/06/2023
(8042) 195 - AGF CIDADE DE TERESINA
DATA: 15/06/2023 - 08:22:47
CLIENTE: 00051 - PIAUI ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

P/CPI - EQUATORIAL

Data	Nome do Destinatário	Cep/Pais	UF	Adic	Peso	Medidas Cubicas	P.Cubico	Qtd./Reg.	N.Fiscal	Dedi./Unit.	Valor
CONTRATO ECT Nº 9912451752 CARTÃO Nº 0087446568											
PIAUI ASSEMBLEIA LEGISLATIVA											
SEDEX SEDEX 2 D		64000-110		DF	AR	kg			QB462528626BR	0,30	53,49
15/06									1		53,49
Total da Operação											

5.3 – TERMO DE COMPROMISSO

[redacted]
Assembleia Legislativa
[redacted]

TERMO DE COMPROMISSO - CPI EQUATORIAL

Eu, FRANCISCO DAS CHAGAS MARQUES FERREIRA, na qualidade de PRESIDENTE DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS DO ESTADO DO PIAUÍ, declaro para os devidos fins, sob as penas da lei que as informações aqui prestadas em depoimento são verdadeiras e autênticas, fiéis à verdade e condizentes com a realidade dos fatos. Fico ciente através desse documento que a falsidade desta declaração configura crime previsto no artigo 342 do Código Penal Brasileiro, passível de apuração na forma da lei.

Teresina-PI, 12 de abril de 2023.

FRANCISO DAS CHAGAS MARQUES FERREIRA
PRESIDENTE DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS DO ESTADO DO PIAUÍ

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral - CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

CPI EQUATORIAL
22
FOLHA Nº
ALEPI
Marlon Freitas
Assessor Chefe da CPI Equatorial

Assembleia Legislativa

TERMO DE COMPROMISSO - CPI EQUATORIAL

Eu, NIVALDO RIBEIRO, na qualidade de Coordenador Geral do Programa de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON, declaro para os devidos fins, sob as penas da lei que as informações aqui prestadas em depoimento são verdadeiras e autênticas, fiéis à verdade e condizentes com a realidade dos fatos. Fico ciente através desse documento que a falsidade desta declaração configura crime previsto no artigo 342 do Código Penal Brasileiro, passível de apuração na forma da lei.

Teresina-PI, 19 de abril de 2023.

NIVALDO RIBEIRO
COORDENADOR GERAL DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO E DEFES DO CONSUMIDOR – PROCON.

CPI EQUATORIAL
35
FOLHA Nº
ALEPI
Marlon Freitas
Assessor Chefe da CPI EQUATORIAL-PI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Estado do Piauí
Assembleia Legislativa

TERMO DE COMPROMISSO - CPI EQUATORIAL

Eu, **TERTULIANO PASSOS**, na qualidade de Presidente do SINDILOJAS, declaro para os devidos fins, sob as penas da lei que as informações aqui prestadas em depoimento são verdadeiras e autênticas, fiéis à verdade e condizentes com a realidade dos fatos. Fico ciente através desse documento que a falsidade desta declaração configura crime previsto no artigo 342 do Código Penal Brasileiro, passível de apuração na forma da lei.

Teresina-PI, 17 de Maio de 2023.

TERTULIANO PASSOS
Presidente do SINDILOJAS

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Estado do Piauí
Assembleia Legislativa

TERMO DE COMPROMISSO - CPI EQUATORIAL

Eu, **FRANCISCO REINALDO REBELO SAMPAIO**, na qualidade de 1º Vice-Presidente da FIEPI, declaro para os devidos fins, sob as penas da lei que as informações aqui prestadas em depoimento são verdadeiras e autênticas, fiéis à verdade e condizentes com a realidade dos fatos. Fico ciente através desse documento que a falsidade desta declaração configura crime previsto no artigo 342 do Código Penal Brasileiro, passível de apuração na forma da lei.

Teresina-PI, 17 de Maio de 2023.

FRANCISCO REINALDO REBELO SAMPAIO
Vice-Presidente da FIEPI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Estado do Piauí
Assembleia Legislativa

TERMO DE COMPROMISSO - CPI EQUATORIAL

Eu, **PAULO JORDÃO DE OLIVEIRA CERQUEIRA FORTES**, na qualidade de usuário, Professor, pesquisador da UFPI, declaro para os devidos fins, sob as penas da lei que as informações aqui prestadas em depoimento são verdadeiras e autênticas, fiéis à verdade e condizentes com a realidade dos fatos. Fico ciente através desse documento que a falsidade desta declaração configura crime previsto no artigo 342 do Código Penal Brasileiro, passível de apuração na forma da lei.

Teresina-PI, 22 de Maio de 2023.

PAULO JORDÃO DE OLIVEIRA CERQUEIRA FORTES
PROFESSOR

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Estado do Piauí
Assembleia Legislativa

TERMO DE COMPROMISSO - CPI EQUATORIAL

Eu, **FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES**, na qualidade de proprietário da GRANJA FORMOSA, declaro para os devidos fins, sob as penas da lei que as informações aqui prestadas em depoimento são verdadeiras e autênticas, fiéis à verdade e condizentes com a realidade dos fatos. Fico ciente através desse documento que a falsidade desta declaração configura crime previsto no artigo 342 do Código Penal Brasileiro, passível de apuração na forma da lei.

Teresina-PI, 22 de Maio de 2023.

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES
Empresário GRANJA FORMOSA

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Estado do Piauí
Assembleia Legislativa

TERMO DE COMPROMISSO - CPI EQUATORIAL

Eu, **ALZIR PIMENTEL AGUIAR NETO**, na qualidade na qualidade de Presidente da APROSOJA, declaro para os devidos fins, sob as penas da lei que as informações aqui prestadas em depoimento são verdadeiras e autênticas, fiéis à verdade e condizentes com a realidade dos fatos. Fico ciente através desse documento que a falsidade desta declaração configura crime previsto no artigo 342 do Código Penal Brasileiro, passível de apuração na forma da lei.

Teresina-PI, 24 de Maio de 2023.

ALZIR PIMENTEL AGUIAR NETO
Presidente da APROSOJA

Av. Marechal Castelo Branco, 291
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Estado do Piauí
Assembleia Legislativa

TERMO DE COMPROMISSO - CPI EQUATORIAL

Eu, **ANTONIEL DE SOUSA SILVA**, na qualidade na qualidade de Presidente da APPM, declaro para os devidos fins, sob as penas da lei que as informações aqui prestadas em depoimento são verdadeiras e autênticas, fiéis à verdade e condizentes com a realidade dos fatos. Fico ciente através desse documento que a falsidade desta declaração configura crime previsto no artigo 342 do Código Penal Brasileiro, passível de apuração na forma da lei.

Teresina-PI, 24 de Maio de 2023.

ANTONIEL DE SOUSA SILVA
Presidente da APPM

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Estado do Piauí
Assembleia Legislativa

TERMO DE COMPROMISSO - CPI EQUATORIAL

Eu, **ARIMATEIA DANTAS**, na qualidade na qualidade de Empresário e Advogado, declaro para os devidos fins, sob as penas da lei que as informações aqui prestadas em depoimento são verdadeiras e autênticas, fiéis à verdade e condizentes com a realidade dos fatos. Fico ciente através desse documento que a falsidade desta declaração configura crime previsto no artigo 342 do Código Penal Brasileiro, passível de apuração na forma da lei.

Teresina-PI, 31 de Maio de 2023.

ARIMATEIA DANTAS
Empresário e Advogado

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Estado do Piauí
Assembleia Legislativa

TERMO DE COMPROMISSO - CPI EQUATORIAL

Eu, **JOSELITO FÉLIX FILHO**, na qualidade na qualidade de Presidente da ABEE, declaro para os devidos fins, sob as penas da lei que as informações aqui prestadas em depoimento são verdadeiras e autênticas, fiéis à verdade e condizentes com a realidade dos fatos. Fico ciente através desse documento que a falsidade desta declaração configura crime previsto no artigo 342 do Código Penal Brasileiro, passível de apuração na forma da lei.

Teresina-PI, 31 de Maio de 2023.

JOSELITO FÉLIX FILHO
Presidente da ABEE

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Estado do Piauí
Assembleia Legislativa

TERMO DE COMPROMISSO - CPI EQUATORIAL

Eu, **JEAN CANTALICE**, na qualidade na qualidade de Presidente da **APISOLAR** - ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DAS EMPRESAS DE ENERGIA SOLAR, declaro para os devidos fins, sob as penas da lei que as informações aqui prestadas em depoimento são verdadeiras e autênticas, fiéis à verdade e condizentes com a realidade dos fatos. Fico ciente através desse documento que a falsidade desta declaração configura crime previsto no artigo 342 do Código Penal Brasileiro, passível de apuração na forma da lei.

Teresina-PI, 07 de Junho de 2023.

JEAN CANTALICE
Presidente da APISOLAR
ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DAS EMPRESAS DE ENERGIA SOLAR

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Estado do Piauí
Assembleia Legislativa

TERMO DE COMPROMISSO - CPI EQUATORIAL

Eu, **FREDERICO MUSSI**, na qualidade na qualidade de Presidente da **CIEPI** – CENTRO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PIAUÍ, declaro para os devidos fins, sob as penas da lei que as informações aqui prestadas em depoimento são verdadeiras e autênticas, fiéis à verdade e condizentes com a realidade dos fatos. Fico ciente através desse documento que a falsidade desta declaração configura crime previsto no artigo 342 do Código Penal Brasileiro, passível de apuração na forma da lei.

Teresina-PI, 07 de Junho de 2023.

FREDERICO MUSSI
Presidente da CIEPI
CENTRO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PIAUÍ

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Estado do Piauí
Assembleia Legislativa

TERMO DE COMPROMISSO - CPI EQUATORIAL

Eu, **JOSÉ DA CRUZ ARAÚJO SANTOS**, na qualidade na qualidade de Presidente da Associação de Moradores e Conselhos Comunitários - UMAC, declaro para os devidos fins, sob as penas da lei que as informações aqui prestadas em depoimento são verdadeiras e autênticas, fiéis à verdade e condizentes com a realidade dos fatos. Fico ciente através desse documento que a falsidade desta declaração configura crime previsto no artigo 342 do Código Penal Brasileiro, passível de apuração na forma da lei.

Teresina-PI, 14 de Junho de 2023.

JOSÉ DA CRUZ ARAÚJO SANTOS
Presidente da Associação de Moradores e Conselhos Comunitários - UMAC

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Estado do Piauí
Assembleia Legislativa

TERMO DE COMPROMISSO - CPI EQUATORIAL

Eu, **ALESSANDRO MAGNO**, na qualidade na qualidade de ADVOGADO , declaro para os devidos fins, sob as penas da lei que as informações aqui prestadas em depoimento são verdadeiras e autênticas, fiéis à verdade e condizentes com a realidade dos fatos. Fico ciente através desse documento que a falsidade desta declaração configura crime previsto no artigo 342 do Código Penal Brasileiro, passível de apuração na forma da lei.

Teresina-PI, 14 de Junho de 2023.

ALESSANDRO MAGNO
ADVOGADO

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Estado do Piauí
Assembleia Legislativa

TERMO DE COMPROMISSO - CPI EQUATORIAL

Eu, JOSÉ LUIZ ALVES MACHADO, na qualidade de DEPOENTE, declaro para os devidos fins, sob as penas da lei que as informações aqui prestadas em depoimento são verdadeiras e autênticas, fiéis à verdade e condizentes com a realidade dos fatos. Fico ciente através desse documento que a falsidade desta declaração configura crime previsto no artigo 342 do Código Penal Brasileiro, passível de apuração na forma da lei.

Teresina-PI, 22 de junho de 2023.

DEPOENTE

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Estado do Piauí
Assembleia Legislativa

TERMO DE COMPROMISSO - CPI EQUATORIAL

Eu. Paulo Cesar Aragão Silva, na qualidade de DEPOENTE, declaro para os devidos fins, sob as penas da lei que as informações aqui prestadas em depoimento são verdadeiras e autênticas, fiéis à verdade e condizentes com a realidade dos fatos. Fico ciente através desse documento que a falsidade desta declaração configura crime previsto no artigo 342 do Código Penal Brasileiro, passível de apuração na forma da lei.

Teresina-PI, 22 de junho de 2023.

DEPOENTE

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Estado do Piauí
Assembleia Legislativa

TERMO DE COMPROMISSO - CPI EQUATORIAL

Eu, José Messias Alves Machado, na qualidade de DEPOENTE, declaro para os devidos fins, sob as penas da lei que as informações aqui prestadas em depoimento são verdadeiras e autênticas, fiéis à verdade e condizentes com a realidade dos fatos. Fico ciente através desse documento que a falsidade desta declaração configura crime previsto no artigo 342 do Código Penal Brasileiro, passível de apuração na forma da lei.

Teresina-PI, 22 de junho de 2023.

DEPOENTE

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Estado do Piauí
Assembleia Legislativa

TERMO DE COMPROMISSO - CPI EQUATORIAL

Eu, Maurício Ferreira da Silva, na qualidade de DEPOENTE, declaro para os devidos fins, sob as penas da lei que as informações aqui prestadas em depoimento são verdadeiras e autênticas, fiéis à verdade e condizentes com a realidade dos fatos. Fico ciente através desse documento que a falsidade desta declaração configura crime previsto no artigo 342 do Código Penal Brasileiro, passível de apuração na forma da lei.

Teresina-PI, 22 de junho de 2023.

DEPOENTE

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Estado do Piauí
Assembleia Legislativa

TERMO DE COMPROMISSO - CPI EQUATORIAL

Eu, **HÉLIO REINALDO RAFAEL FILHO**, na qualidade de *DIRETOR PRESIDENTE DA EQUATORIAL PI*, declaro para os devidos fins, sob as penas da lei que as informações aqui prestadas em depoimento são verdadeiras e autênticas, fiéis à verdade e condizentes com a realidade dos fatos. Fico ciente através desse documento que a falsidade desta declaração configura crime previsto no artigo 342 do Código Penal Brasileiro, passível de apuração na forma da lei.

Teresina-PI, 28 de Junho de 2023.

Hélio Reinaldo Rafael Filho

HÉLIO REINALDO RAFAEL FILHO
DIRETOR PRESIDENTE DA EQUATORIAL PI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

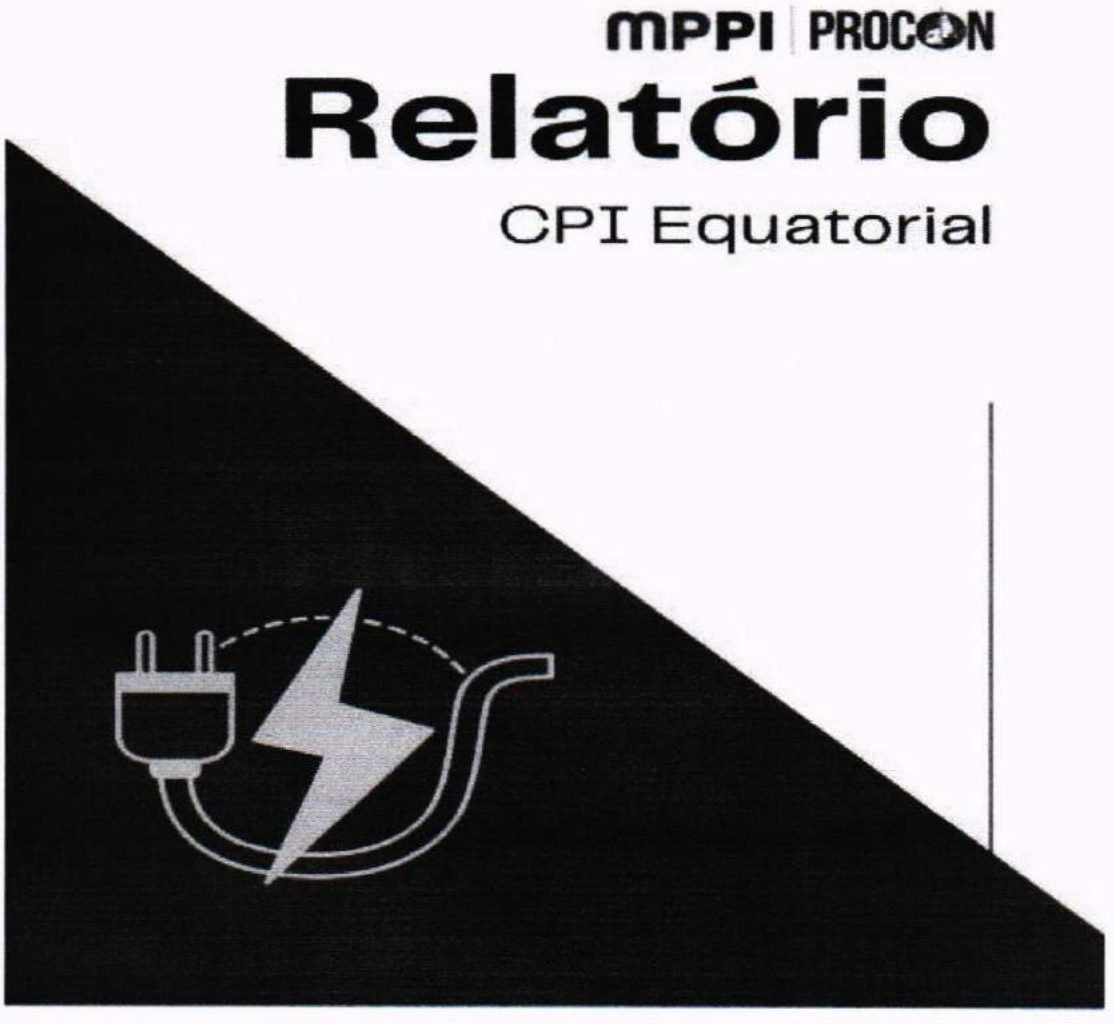
Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

6- DOCUMENTOS RECEBIDOS PELA A COMISSÃO

O material abordado neste tópico será apresentado de forma resumida neste relatório, todavia, ressalta-se que a comissão recebeu relatórios e denúncias que relatam de forma detalhada fatos e dados relevantes para matéria, sendo possível seu acesso na integra nos autos do processo completo dos trabalhos desta comissão.

6.1- RELATÓRIOS RECEBIDOS:

6.1.1 – RELATÓRIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – PROCON

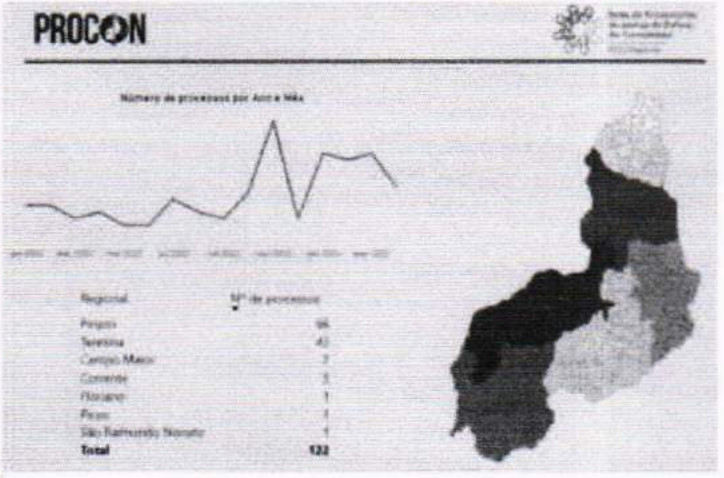


I. Introdução

O Procon Estadual integra o Ministério Público do Piauí, em virtude de lei. Além de órgão responsável pela coordenação da política estadual de proteção e defesa do consumidor, também atua como órgão de poder de polícia administrativa no tratamento das reclamações de cunho coletivo.

Cabe ao Procon/MPPI e às Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor (Rede Procon PI) a atuação planejada, integrada e uniforme com impactos nas demandas micro, de modo a fortalecer a integridade do monitoramento dos dados consumeristas gerados nas plataformas oficiais de negociação, mediação e conciliação no âmbito do Estado do Piauí.

Neste aspecto, as reclamações no Procon/MPPI e na Rede de Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor, que integram 9 Regionais divididas em áreas geográficas e estratégicas do Estado, são recebidas pelas secretarias dos respectivos órgãos e geradas no sistema SIMP3 (Sistema Integrado do Ministério Público), constando, atualmente, na Rede Procon, 122 processos coletivos instaurados de 01/01/2022 a 30/04/2023 em face da Equatorial Piauí, conforme quadro logo abaixo:



Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Destacamos que, em 2022 o MPPI, por meio do NUPAR e PROCON, firmou Termo de Transação Administrativa com a Equatorial para investimento na ordem de R$ 211.072.712,00, sendo R$ 126.152.359,00 destinados a obras de média e baixa tensão e R$ 84.920.353,00 destinados a obras de alta-tensão, obras que melhoram a qualidade do fornecimento de energia elétrica nos Municípios indicados no respectivo termo de transação, que segue em anexo.

Apesar do reconhecimento dos avanços na prestação dos serviços públicos de energia elétrica após a citada transação extrajudicial acima firmada com o MPPI, cumpri-nos ressaltar, como órgão responsável pelo Sistema Estadual de Defesa do Consumidor, que nas cidades de menor densidade demográfica, assim como nas mais distantes dos postos de atendimentos da concessionária, sobretudo nos povoados e zonas rurais, ainda persistem problemas nos serviços básicos, a exemplo:

- SAC – Demanda não resolvida/não respondida/respondida fora do prazo;
- Serviço não realizado no prazo ou incompleto;
- Dificuldade para obter nova ligação de energia ou alteração de carga;
- Interrupção/instabilidade do fornecimento (falta de energia frequente, flutuação, oscilação do nível de tensão);
- Risco, danos físicos ou mal-estar decorrente da prestação do serviço (poste/rede em mau estado, quedas de energia, flutuação/oscilação do nível de tensão etc);
- Danos materiais causados por falha na prestação do serviço (queima de aparelho elétricos)
- Má qualidade no atendimento presencial ou outros canais (exceto SAC)

Dos 122 processos coletivos, mencionados na página anterior, 94 destes foram analisados a título de amostragem, apresentando o seguinte diagnóstico conforme tabela abaixo.

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Nº PROCESSO	RESOLVEU	QUANTIDADE DE TRATATIVAS
000507-005/2021	S	19
001066-005/2022	S	8
000871-368/2022	S	7
000439-368/2022	S	6
000470-005/2022	S	6
000901-368/2022	S	6
001532-368/2021	S	6
001698-368/2022	S	6
000028-002/2022	N	5
000592-005/2021	N	5
000522-005/2021	S	4
000664-368/2023	N	4
000827-368/2022	N	4
001213-368/2020	N	4
001316-368/2021	S	4
001428-368/2022	S	4
001581-368/2022	N	4
001695-368/2022	N	4
001753-368/2022	N	4
000006-002/2022	S	3
000018-002/2022	N	3
000018-368/2023	N	3
000115-005/2023	S	3
000115-368/2022	S	3
000118-368/2023	N	3
000247-368/2023	N	3
000295-368/2023	N	3
000315-368/2023	S	3
000724-005/2022	S	3

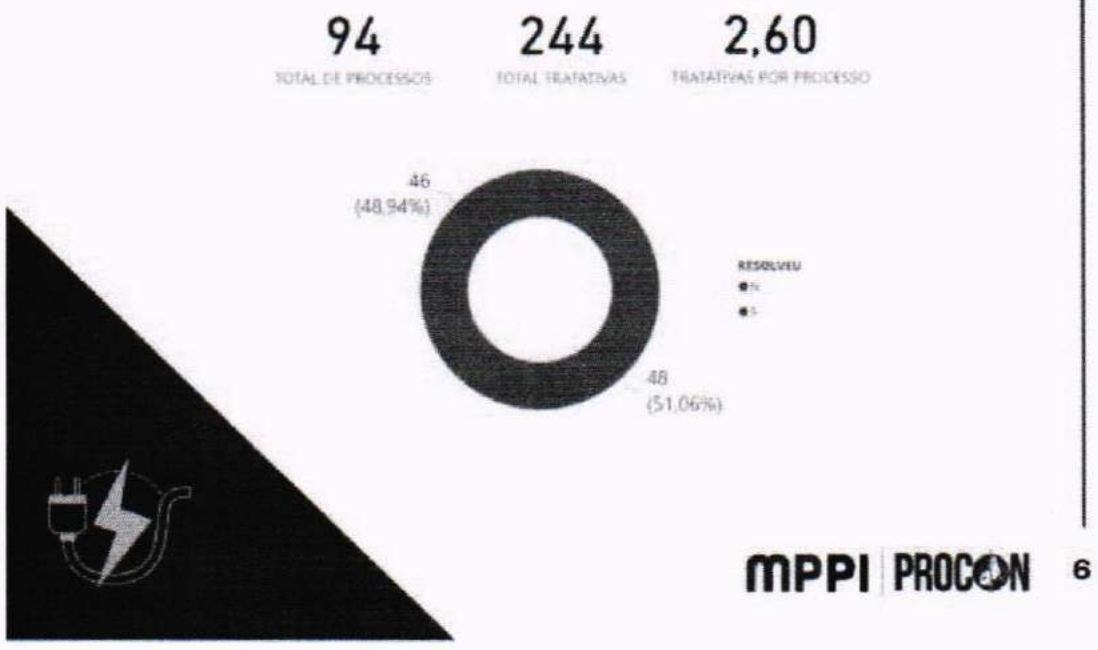
Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

000877-368/2022	S	3
001024-005/2022	S	3
001066-368/2022	S	3
001501-368/2022	N	3
001502-368/2022	N	3
001880-368/2021	N	3
000001-002/2022	N	2
000003-002/2023	N	2
000012-368/2023	N	2
000014-005/2023	N	2
000032-002/2022	S	2
000085-368/2023	S	2
000111-005/2023	N	2
000131-368/2023	S	2
000140-221/2022	N	2
000142-368/2023	N	2
000143-368/2023	N	2
000183-368/2022	S	2
000698-005/2020	S	2
000838-005/2021	N	2
001018-368/2022	S	2
001101-005/2022	N	2
001118-005/2022	S	2
001125-005/2022	S	2
001204-005/2022	N	2
001409-368/2022	N	2
001638-368/2022	S	2
001642-368/2022	S	2
001774-368/2022	S	2
001775-368/2022	S	2
001813-368/2022	N	2
002506-005/2021	S	2
002556-005/2021	S	2
000002-002/2023	N	1
000004-002/2022	S	1
000005-002/2022	S	1
000007-002/2023	S	1
000022-002/2022	N	1
000034-002/2023	S	1
000037-002/2023	S	1
000087-005/2023	N	1
000113-368/2022	S	1
000246-368/2022	S	1
000255-005/2022	N	1
000257-005/2022	N	1

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

000334-368/2023	N	1
000345-368/2023	N	1
000369-368/2023	N	1
000393-368/2023	N	1
000402-368/2023	N	1
000483-368/2023	N	1
000493-368/2023	N	1
000515-368/2023	S	1
000564-005/2022	S	1
000629-368/2023	N	1
001036-005/2022	S	1
001117-005/2022	N	1
001122-368/2022	N	1
001136-005/2022	N	1
001144-005/2022	N	1
001149-005/2022	S	1
001445-368/2021	N	1
001596-368/2022	S	1
001637-368/2022	S	1
001677-368/2022	N	1

Verificou-se, ainda, que dos 94 processos, apenas 46 foram resolvidos, gerando uma resolutividade de 48,94%. Além do mais, vale mencionar que, em média, a Equatorial Piauí foi notificada 2,6 vezes por processo.



Decorrido o prazo do citado no Termo de Transação Administrativa, firmado com a concessionária, o Procon/MPPI iniciou ações de atendimentos aos consumidores para a resolução de conflitos através do Programa "MP em Ação Procon Itinerante" no interior do Estado, como ação de política pública de acesso à Justiça e ao mesmo tempo como instrumento de monitoramento da qualidade do serviço público de energia elétrica fornecido pela Equatorial Piauí, conforme previsto na cláusula nona do respectivo termo de transação.

Nos três primeiros meses do ano de 2023, foram constatadas algumas deficiências na qualidade do serviço da concessionária, que impactaram a própria qualidade dos serviços realizados pelo ônibus do Procon Itinerante à população, a exemplo: (1) serviço realizado fora do prazo, (2) interrupção/instabilidade do fornecimento (falta de energia frequente, flutuação, oscilação do nível de tensão) e (3) danos materiais causados por falha na prestação do serviço (queima de aparelho elétricos), como segue quadro logo abaixo:

Cidade	Período	Problema
União	27/02 a 01/03/2023	Problemas com energia (o ônibus é alimentado por energia de poste da rede elétrica do local) fizeram com que não fossem realizados atendimentos no dia 27. No dia 28, os atendimentos tiverem de ser feitos nas instalações da AABB. No dia 27/02, quando a Equatorial foi fazer a ligação verificou que havia um problema interno e solicitou providencias para aterramento do ônibus. Assim foi providenciado o aterramento, entretanto, de todas as tomadas do ônibus itinerante apenas a tomada da cozinha estava funcionando, o que dificultou o atendimento. No dia seguinte (28/07), o ar-condicionado do ônibus itinerante parou de funcionar. Para não prejudicar os trabalhos, desde o dia 27 o atendimento aos consumidores foi realizado nas instalações da AABB, em conjunto com as ações da Justiça Itinerante do TJPI.
Beneditinos	27 a 29/03/2023	No dia 27/03 faltou energia em parte da cidade, comprometendo assim o trabalho da equipe. Quando a energia foi restabelecida, percebeu-se que houve um problema no ônibus, a baixa tensão não estava mantendo os equipamentos ligados, causando a queima de um dos disjuntores do painel de energia do ônibus, que para não prejudicar a população ligou-se o gerador a óleo diesel.
Aroazes	25 a 26/05/2023	No dia 25/05 o atendimento do serviço de ligação no ônibus do Procon Itinerante foi realizado fora do prazo previsto, tendo em vista o início do atendimento ao público iniciar às 8:00h, contudo, a energia só foi ligada 10:45.

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

V. Considerações finais

Os dados coletados neste relatório revelaram a importância do monitoramento do mercado de consumo para o implemento de políticas públicas e fortalecimento das ações estratégicas para a proteção e defesa dos consumidores piauienses, com destaque à universalização dos serviços públicos de energia elétrica.

Nesse cotejo, é plausível suscitar quanto à necessidade de maior orientação ao consumidor para que ele procure os Procons para o registro de suas reclamações, assim como a plataforma on-line consumidor.gov.br, como a primeira porta de acesso à justiça para a resolução dos conflitos pela via extrajudicial em demandas de caráter individual, ficando a cargo das Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor as demandas que envolvam lesão aos direitos da coletividade de consumo.

Importante chamar a atenção que, dos 224 municípios piauienses, apenas 6% tem acesso aos serviços do Procon. Isso pode indicar a importância da realização de convênios com prefeituras de outras cidades para criação de Procons Regionais, de modo a fomentar a integração de dados em todas as regiões do estado para mapeamento e monitoramento do mercado de consumo piauiense, em especial, da qualidade dos serviços públicos de energia elétrica, objeto desta CPI.

Por fim, este relatório apresenta uma análise descritiva dos dados numa perspectiva geral. No entanto, como legado desta CPI, outros trabalhos poderão ser desenvolvidos a partir das informações coletadas nos sistemas Proconsumidor, Consumidor.gov.br e no próprio site da ANEEL, de modo auxiliar esta Comissão Parlamentar de Inquérito na elaboração de políticas públicas de proteção e defesa do consumidor para os devidos encaminhamentos e deliberações da CPI da Equatorial-PI.

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

6.1.2 – RELATÓRIO DA ANEEL

RELATÓRIO

Relatório de Fiscalização
RF-5/2021-SFE
Análise da Distribuição

Ocorrências dos dias 31/12/2020 A 03/01/2021

Processo nº 48500.001135/2021-11

Equatorial Energia Piauí S.A.

31 de março de 2021

ANEEL
AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

ANEEL

P. 2 do RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 5/2021-SFE/ANEEL, de 31/03/2021

SUMÁRIO

1 – OBJETIVOS 3
2 – METODOLOGIA E ABRANGÊNCIA 3
3 – INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO 3
4 – DA ANÁLISE 4
4.1 - DETALHAMENTO DO EVENTO 4
4.2 - QUANTIDADE DE CONSUMIDORES COM INTERRUPÇÕES ACIMA DE 24 HORAS 6
4.3 - GESTÃO DE EQUIPES PARA ATENDIMENTO EMERGENCIAL 10
4.3 – HISTÓRICO DE MANUTENÇÃO – MÉDIA TENSÃO (MT) E BAIXA TENSÃO (BT) 15
4.4 – ANÁLISE HISTÓRICO DE MANUTENÇÃO AT 18
4.5 – COMUNICAÇÃO COM OS CONSUMIDORES 23
6 – CONCLUSÃO 25
7 - RECOMENDAÇÃO 26

ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:

ANEEL

P. 3 do RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 5/2021-SFE/ANEEL, de 31/03/2021

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO

1 – OBJETIVOS

1. Este Relatório avaliar o desempenho da Concessionária no atendimento às ocorrências emergenciais dos dias 31/12/2020 a 03/01/2021.

2 – METODOLOGIA E ABRANGÊNCIA

1. A Equatorial Energia Piauí S.A. celebrou com a União, em 18 de outubro de 2018, por intermédio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 001/2018-ANEEL, para a prestação de serviços públicos de energia elétrica no estado do Piauí.

2. Nas Disposições Transitórias, Cláusula Vigésima, Subcláusula Quarta do Contrato de Concessão, consta que até o vigésimo quarto mês subsequente ao mês de assinatura do contrato, a fiscalização exercida pela ANEEL terá o caráter orientativo ou determinativo, sem aplicação de penalidades, exceto em caso de descumprimento de determinações feitas pela Diretoria da ANEEL.

3. A fiscalização foi realizada observando: i) o Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, Capítulo III, da Operação e Conservação das Instalações; ii) o Contrato de Concessão nº 001/2018-ANEEL, em 18 de outubro de 2018, Cláusula segunda (Condições de prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica); e iii) os Procedimentos de Distribuição (PRODIST), Módulo 1 (Introdução) e Módulo 8 (Qualidade da Energia Elétrica).

4. Os procedimentos utilizados se basearam na verificação de informações constantes na base dados da ANEEL, bem como solicitadas por meio do Ofício nº 001/2021–SFE/ANEEL, de 04 de janeiro 2021, e outras Requisições feitas por correio eletrônico.

3 – INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

5. A análise foi realizada no período de 01 a 26/03/2021 pela seguinte equipe da SFE/ANEEL:

- Sérgio Damasceno de Castro – Coordenador
- Felipe Viana Santana
- Gustavo Alexandre Lopes Nery

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: [illegible]

ANEEL

P. 4 do RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 5/2021-SFE/ANEEL, de 31/03/2021.

4 – DA ANÁLISE

6. Neste relatório, a SFE apresenta constatações e orientações para melhoria da qualidade do serviço prestado pela distribuidora, quanto aos processos de operação, manutenção e gestão de ocorrências emergenciais, em especial em períodos festivos.

4.1 - DETALHAMENTO DO EVENTO

7. Preliminarmente, é importante apresentar uma descrição do evento, conforme relato apresentado pela Distribuidora.

8. No dia 31 de dezembro de 2020, um fenômeno climático atípico de alta severidade, conhecido como Vórtice Ciclônico em Altos Níveis (VCAN), atingiu o município de Teresina com ventos fortes, intensa atividade elétrica e chuva torrencial.

9. Segundo a empresa Climatempo, que fornece informações meteorológicas, o evento climático teve início por volta de 16h30min do dia 31 de dezembro de 2020 perdurando até às 00h00min. Além disso, foram registrados ventos de até 87 km/h, 986 descargas atmosféricas nuvem-nuvem e 772 descargas elétricas nuvem-solo sobre o município de Teresina. A precipitação acumulada registrada entre 19h10min e 20h10min foi superior a 30mm, ou seja, quatro vezes superior ao patamar considerado como chuva forte.

10. A chuva torrencial, fortes ventos e elevada quantidade de descargas atmosféricas provocaram queda de aproximadamente 280 árvores de grande e médio porte, outdoors, antenas de rádio e placas de publicidade, que chegaram a interditar a circulação de vias e causaram estragos em toda capital, inclusive nas redes de distribuição da Equatorial Piauí. A título de ilustração, as figuras abaixo apresentam registros fotográficos dos estragos decorrentes do evento climático.

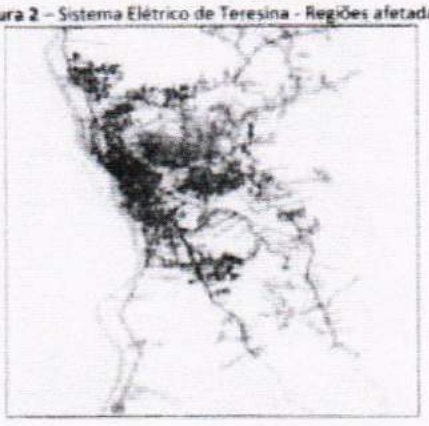
Figura 1 – Registros fotográficos de estragos decorrentes do evento climático.

ANEEL

P. 5 do RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 5/2021-SFE/ANEEL, de 31/03/2021.

11. O sistema de distribuição de energia elétrica teve 14 alimentadores interrompidos, 85 ocorrências em transformadores de distribuição e 55 ocorrências em chaves. Aproximadamente 91 mil unidades consumidoras sofreram interrupção de energia no período de 19h00min do dia 31 de dezembro de 2020 a 12h00min do dia 03 de janeiro de 2021. O diagrama abaixo apresenta as regiões afetadas destacadas em vermelho.

Figura 2 – Sistema Elétrico de Teresina - Regiões afetadas.



12. A tabela a seguir apresenta resumo das principais informações do evento.

Tabela 1 – Informações relevantes do evento.

Início do evento climatológico	16h30min de 31/12/2020
Início das interrupções de energia	19h00min de 31/12/2020
Velocidade máxima dos ventos	87 Km/h
Quantidade de Descargas atmosféricas	1.758
Precipitação acumulada	30 mm
Quantidade de árvores caídas	280
Quantidade de alimentadores interrompidos	14
Ocorrências em transformadores de distribuição	85
Ocorrências em chaves	55
Quantidade de Consumidores sem energia	91.000
Final do evento climatológico	00h00min de 01/01/2021
Final das interrupções coletivas	12h00min de 03/01/2021

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
CONSULTE EM

ANEEL

P. 6 do RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 5/2021-SFE/ANEEL, de 31/03/2021.

4.2 - QUANTIDADE DE CONSUMIDORES COM INTERRUPÇÕES ACIMA DE 24 HORAS

13. Inicialmente, é importante destacar os dez conjuntos de unidades consumidoras (UCs) que atendem a Capital Teresina, conforme tabela abaixo. O Módulo 8 do PRODIST dispõe que: i) Item 2.1 O conjunto de unidades consumidoras é definido por Subestação de Distribuição (SED); e ii) Item 2.1.1 A abrangência do conjunto deve ser as redes média tensão (MT) à jusante da SED e de propriedade da Distribuidora.

14. Assim, para a Distribuidora, de forma global, e para cada conjunto de unidades consumidoras, a ANEEL define limites regulatórios a serem cumpridos para os seguintes indicadores: i) Duração Equivalente de Interrupção de Energia Elétrica por Unidade Consumidora (DEC); e ii) Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC). Tais limites servem de referência para medir a qualidade do serviço de distribuição prestado, especificamente quanto ao aspecto de continuidade.

15. Nesse sentido, os dez conjuntos que atendem a cidade de Teresina abarcam 388.444 unidades consumidoras, o que corresponde a 27,8% do total de 1.397.487 UCs atendidas pela Equatorial Piauí. Entretanto, verifica-se na tabela abaixo que a Concessionária descumpre os limites do indicador DEC para nove dos dez conjuntos que atendem a Capital. Do mesmo modo, a Distribuidora descumpre os limites do indicador FEC para sete dos dez conjuntos. Ressalta-se que os indicadores foram calculados levando em consideração uma janela móvel de doze meses, de fevereiro de 2020 a janeiro de 2021. Tais informações são prestadas mensalmente à ANEEL pela Distribuidora.

Tabela 2 – Conjuntos que atendem a capital Teresina.

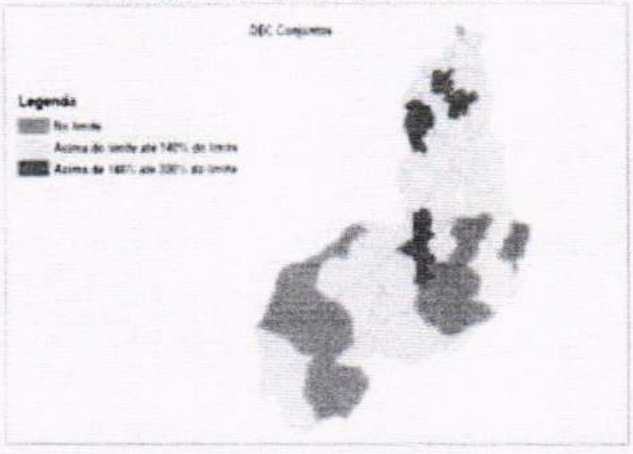
Item	Conjunto	Período	UCs	DEC	DEC Limite	FEC	FEC Limite
1	Jockey	02/2020 a 01/2021	29.142	17,51	11	8,37	10
2	Macaúba	02/2020 a 01/2021	27.066	11,4	12	6,05	6
3	Marambaia	02/2020 a 01/2021	20.414	59,26	24	24,52	15
4	Marquês	02/2020 a 01/2021	33.401	19,15	12	9,62	8
5	Nazária	02/2020 a 01/2021	26.999	37,13	28	16,59	14
6	Polo	02/2020 a 01/2021	51.323	15,61	11	9,13	10
7	Poty	02/2020 a 01/2021	57.794	29,18	11	10,78	9
8	Renascença	02/2020 a 01/2021	47.391	22,6	14	9,74	8
9	Satélite	02/2020 a 01/2021	51.438	31,65	12	12,44	10
10	Teresina	02/2020 a 01/2021	43.477	18,32	10	12,07	11
Total			388.444	24,85		11,31	

16. A figura abaixo apresenta mapa dos conjuntos da concessão comparando os valores apurados do indicador DEC com os respectivos limites regulatórios, para a janela móvel de doze meses, de fevereiro de 2020 a janeiro de 2021. Constata-se que a maior parte dos conjuntos descumpre os limites regulatórios.

ANEEL

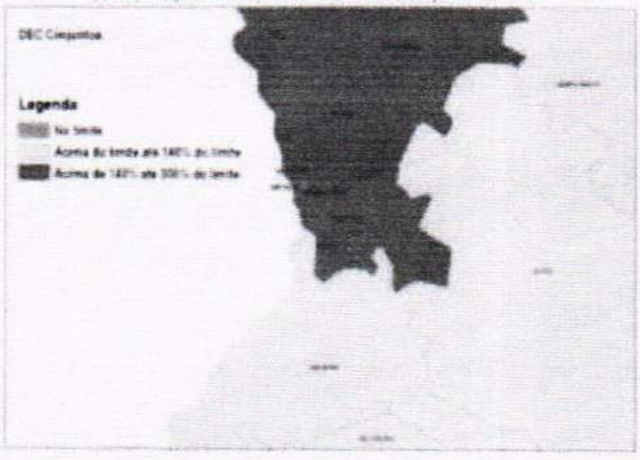
P. 7 do RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 5/2021-SFE/ANEEL, de 31/03/2021.

Figura 3 – Mapa dos conjuntos da concessão
Comparação do indicador DEC com o respectivo limite



17. A figura abaixo apresenta mapa dos conjuntos que atendem a Capital Teresina comparando os valores apurados do indicador DEC com os respectivos limites regulatórios, para a janela móvel de doze meses, de fevereiro de 2020 a janeiro de 2021. Constata-se que a qualidade do serviço prestado à Capital Teresina é inferior às demais localidades da Concessão.

Figura 4 – Mapa dos conjuntos que atendem o município de Teresina
Comparação do indicador DEC com o respectivo limite



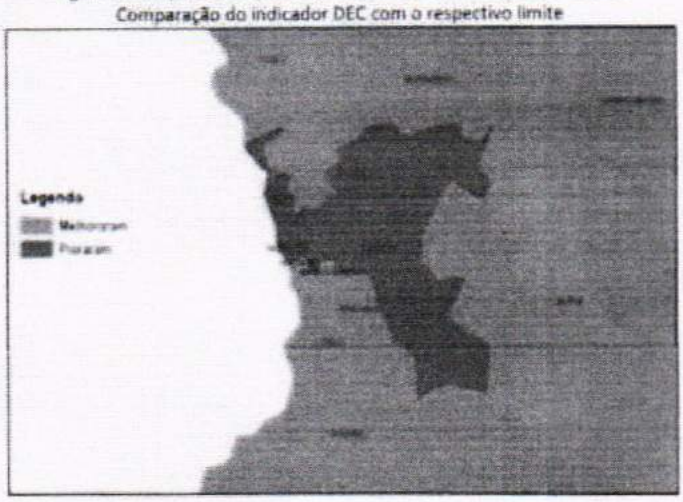
Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

ANEEL

P. 8 do RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 5/2021-SFE/ANEEL, de 31/03/2021.

18. A figura abaixo apresenta mapa dos conjuntos que atendem a Capital Teresina comparando os valores apurados do indicador DEC de fevereiro de 2020 a janeiro de 2021 (janela móvel de doze meses) com o período de março de 2019 a fevereiro de 2020 (janela móvel de doze meses). Constata-se que a qualidade do serviço piorou nos conjuntos Poty, Jockey, Marquês e Satélite.

Figura 5 – Mapa dos conjuntos que atendem o município de Teresina
Comparação do indicador DEC com o respectivo limite



19. De forma específica, analisou-se a totalidade de interrupções de energia elétrica dos anos 2019 e 2020 na Concessão. Conforme as figuras abaixo, verifica-se que, em 2019, 78.757 unidades consumidoras tiveram interrupções com duração total superior a 24 horas na área de Concessão, o que corresponde a 5,6% do total de 1.397.487 UCs atendidas pela Equatorial Piauí. Dessas, 4.489 tiveram interrupções com duração superior a 72 horas, ou seja, três dias. Tais informações são prestadas mensalmente à ANEEL pela Distribuidora.

20. Em 2020, 34.843 unidades consumidoras tiveram interrupções com duração superior e 24 horas e 1.318 com duração superior a 72 horas. Entretanto, a Distribuidora deve verificar essas informações encaminhadas à ANEEL para o ano de 2020 e efetuar as devidas correções, uma vez que os quantitativos de Unidades Consumidoras com interrupção de energia no evento de 31/12/2020 a 03/01/2021 supera a quantidade de UCs com interrupção no ano inteiro de 2020.

21. É importante ressaltar que nos valores acima não estão inclusas as interrupções expurgadas em razão de, por exemplo, "situações de emergência" e "dias críticos".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓPIA DE VERIFICAÇÃO:

ANEEL

P. 9 do RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 5/2021-SFE/ANEEL, de 31/03/2021.

22. Dessa forma, conclui-se que uma quantidade significativa de unidades consumidoras, 5,6% em 2019, tiveram interrupções com duração superior a 24 horas, ainda que nesses eventos não tenha acontecido situação anormal que justificasse a realização de expurgos. Ressalta-se que o DEC médio dos conjuntos que atendem aos municípios de Teresina é superior a 24 horas.

Figura 6 – Quantidade de Consumidores em 2019 com interrupções de energia com tempo de reestabelecimento superior a 24 horas

Figura 7 – Quantidade de Consumidores em 2020 com interrupções de energia com tempo de reestabelecimento superior a 24 horas

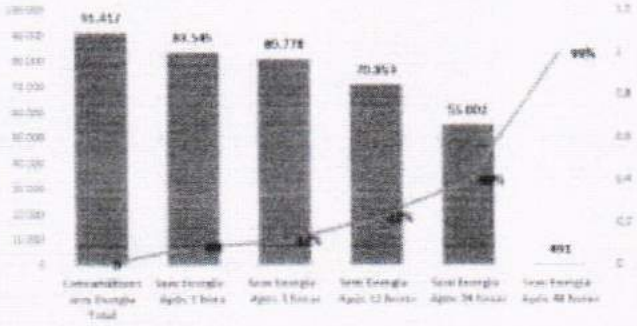
23. Especificamente para o evento de 31/12/2020 a 03/01/2021, a figura abaixo demonstra que 91.417 Unidades Consumidoras tiveram interrupção no fornecimento de energia, o que corresponde a 23,5% das Unidades Consumidoras dos conjuntos que atendem ao município de Teresina. Desse total, para 70.853 UCs as interrupções tiveram duração de mais de 12 horas e para 55.002 UCs, tiveram duração de mais de 24 horas. Além disso, mesmo após 48 horas, 491 Unidades Consumidoras ainda estavam sem fornecimento de energia.

ANEEL

P. 10 do RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 5/2021-SFE/ANEEL, de 31/03/2021

24. Nota-se que mais de 60% das Unidades Consumidoras com interrupção de fornecimento no evento foram reestabelecidas após 24 horas. Além disso, essas 55.002 UCs com interrupções com duração acima de 24 horas representam 70% do total de interrupções com duração acima de 24 horas do ano inteiro de 2019, que totalizou 78.757 interrupções. Nesse sentido, embora tenha restado clara a severidade desse evento atípico, é notável a dificuldade da Distribuidora em atuar tempestivamente para solucionar, ou ao menos atenuar, as consequências do evento.

Figura 8 – Evento 31/12/2020 a 03/01/2021 – Quantidade de Consumidores por faixa de tempo de não reestabelecimento das interrupções de energia



4.3- GESTÃO DE EQUIPES PARA ATENDIMENTO EMERGENCIAL

25. Quanto à gestão de equipes para atendimento emergencial durante o evento de 31/12/2020 a 03/01/2021, a Equatorial Piauí apresentou as seguintes informações por meio da correspondência C.E. REG EQTL-PI Nº 01/2021, de 11 de janeiro de 2021:

a) A Equatorial Piauí, em função da data, possuía Plano de Operações específico para atendimento de possíveis contingências, assim como, dimensionou estrutura de atendimento emergencial com quantidade de equipes 3,3 vezes maior do que em dias normais;

b) Já nos primeiros indícios de temporal, que ocorreram por volta de 19h, foram acionadas as equipes de sobreaviso, ou seja, antes mesmo do primeiro registro de reclamação de falta de energia nos canais de atendimento da distribuidora;

c) De forma complementar, no decorrer das ações realizadas para restabelecer o fornecimento, foram convocadas equipes dos municípios de Água Branca, Demerval Lobão, Regeneração, Piripiri e Timon (MA) para reforçar a estrutura;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO [illegible]
CONSULTE EM [illegible]

ANEEL

P. 11 do RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 5/2021-SFE/ANEEL, de 31/03/2021

d) Durante todo o período da contingência, a Distribuidora contou com 130 equipes emergenciais, 15 fiscais, 10 equipes de manutenção pesada, cinco de poda, cinco de Linha Viva, sendo uma da Equatorial Maranhão, e três de moto, trabalhando em escalas de revezamento com turnos estendidos, chegando a 67 equipes trabalhando simultaneamente;

e) A Equatorial não mediu esforços para restabelecer o fornecimento de energia elétrica. No entanto, ficou evidente que se tratou de evento atípico e de extrema severidade e os danos causados pelo evento climático resultou em ocorrências de alta complexidade para resolução, devido a necessidade de utilização de equipes de grande porte, sendo possível o completo restabelecimento das ocorrências coletivas apenas às 12h do dia 03/01/2021.

26. A Distribuidora também informou a quantidade total de equipes para atendimento emergencial disponível na concessão, conforme tabela abaixo:

Tabela 3 – Quantidade total de equipes para atendimento emergencial disponível na concessão

Tipo de Veículo	Quantidade
Fiat Strada	167
Fiat Uno	85
Hilux	4
Hilux Escada de Centro	10
Total	266

27. Para analisar a gestão de equipes realizada pela Distribuidora, a SFE utilizou os dados de ocorrências emergenciais encaminhados mensalmente pela Equatorial Piauí à ANEEL. Esses dados possuem detalhamento do horário de início e final de cada ocorrência com deslocamento de equipes, bem como do carro e da equipe que realizou cada serviço e dos tempos de preparação, deslocamento e execução de cada serviço.

28. Considerando de que a gestão do Grupo Equatorial na área de concessão do Piauí teve início em 18 de outubro de 2018 com a assinatura do Contrato de Concessão nº 001/2018-ANEEL, a SFE analisou inicialmente a quantidade mensal de equipes disponibilizada para atendimento emergencial na área de concessão desde janeiro de 2019 até janeiro de 2021. A quantidade de equipes foi comparada com a quantidade de ocorrências emergenciais registrada em cada mês.

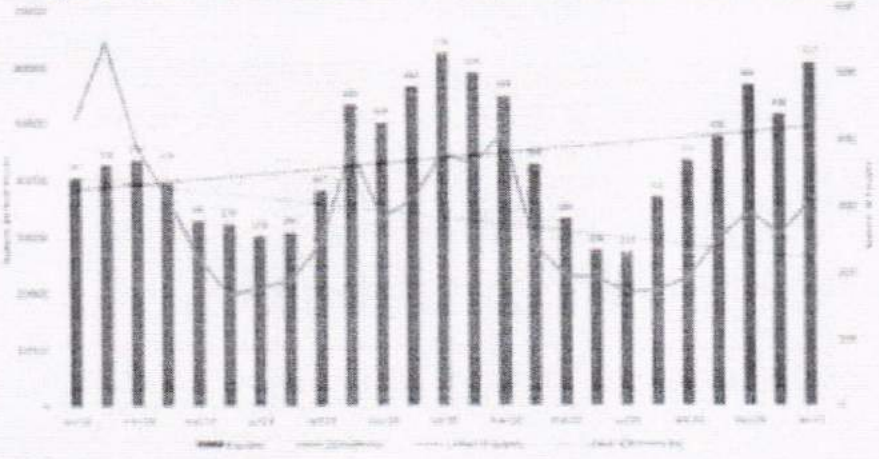
29. Conforme figura abaixo, constata-se aumento da quantidade de equipes disponibilizada para atendimento emergencial no período de dois anos. Além disso, verifica-se redução na quantidade de ocorrências emergenciais registradas. Logicamente, esses quantitativos variam em função da sazonalidade, uma vez que os meses de outubro a março são chuvosos e os meses de abril a setembro são secos. Nesse sentido, no mês de janeiro de 2019 foram disponibilizadas 347 equipes enquanto no mês janeiro de 2020 foram disponibilizadas 534 equipes, máximo registrado.

ANEEL

P. 12 do RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 5/2021-SFE/ANEEL, de 31/03/2021

30. Entretanto, no mês de dezembro de 2020 foram disponibilizadas apenas 439 equipes, quantidade 10% inferior ao disponibilizado no mês de dezembro de 2019, que totalizou 483.

Figura 9 – Quantidade mensal de equipes de atendimento emergencial x quantidade de ocorrências



31. Aprofundando a análise, a figura abaixo apresenta a quantidade diária de equipes disponibilizadas para atendimento emergencial no período de 25/12/2020 a 05/01/2021, ou seja, abarcando também um período anterior e posterior ao evento.

32. Entre os dias 25 e 29/12/2020, a Distribuidora disponibilizou em torno de 150 equipes diárias para atendimento emergencial. Do dia 30/12/2020 para o dia 31/12/2020, verifica-se um aumento de 26% na quantidade de equipes, ou seja, de 181 para 229 equipes. Entretanto, a quantidade de ocorrências aumentou 95%, ou seja, de 797 para 1.550. Ressalta-se que nos dias seguintes, por exemplo, dias 04/01/2021 e 05/01/2021, a Distribuidora disponibilizou uma quantidade de equipes superior ao disponibilizado no dia 31/12/2020, mesmo com uma quantidade inferior de ocorrências emergenciais. A quantidade de equipes do dia 04/01/2021 foi 257, ou seja, 12% superior ao disponibilizado no dia 31/12/2020.

33. Deste modo, pela quantidade de ocorrências registradas, constata-se a severidade do evento. Verifica-se também que a quantidade de equipes disponibilizada no dia da ocorrência poderia ter sido maior tendo em vista a quantidade de equipes disponibilizada no dia 04/01/2021, que tem teve quase a meses quantidade ocorrências do dia 31/12/2020. Provavelmente, tal situação ocorreu pelo fato de, no dia 31/12/2020, uma quantidade significativa de equipes estarem localizadas distantes da reglão metropolitana de Teresina.

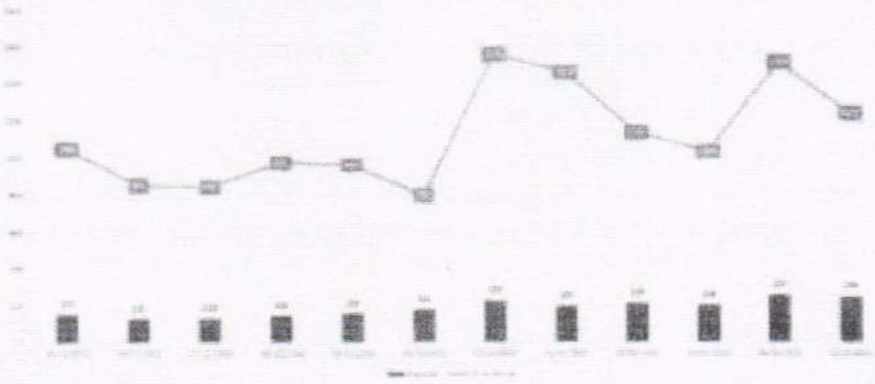
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO

ANEEL

P. 13 do RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 5/2021-SFE/ANEEL, de 31/03/2021.

34. Ressalta-se sobre a importância da necessidade de se realizar um monitoramento climatológico pela Distribuidora, principalmente em períodos chuvosos, visando a adoção de ações preventivas, bem como a disponibilização adequada de equipes.

Figura 10 – Quantidade diária de equipes de atendimento emergencial x quantidade de ocorrências
Período de 25/12/2020 a 05/01/2021



35. Aprofundando um pouco mais a análise, a figura abaixo apresenta a quantidade horária de equipes disponibilizada para atendimento emergencial no período de 29/12/2020 a 05/01/2021, ou seja, abarcando também um período anterior e posterior ao evento.

36. Nos dias 29 a 30/12/2020, as quantidades máximas de equipes de emergência disponibilizadas para atendimento emergencial em uma mesma hora foram 60 e 61 equipes, respectivamente. Nesses mesmos dias as quantidades máximas de ocorrências registradas em uma mesma hora foram próximas de 100 ocorrências.

37. No dia 31/12/2020, no período imediatamente anterior ao evento, entre 18h00min e 19h00min, a Distribuidora disponibilizou 37 equipes. Nesse mesmo horário foram registradas apenas 57 ocorrências emergenciais. Entretanto, entre 19h00min e 20h00min, mais de 200 ocorrências emergenciais. Nesse horário a Distribuidora conseguiu disponibilizar imediatamente 30 equipes adicionais, o que totalizou uma quantidade máxima de 67 equipes disponibilizada em uma mesma hora no dia.

38. Nos dias 01, 02 e 03/01/2021, as quantidades máximas de equipes de emergência disponibilizadas para atendimento emergencial em uma mesma hora foram 51, 69 e 63 equipes, respectivamente. Nesses mesmos dias as quantidades máximas de ocorrências registradas em uma mesma hora foram um pouco superior a 100 ocorrências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO PARA AUTENTICIDADE
CONSULTE EM

ANEEL

P. 14 do RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 5/2021-SFE/ANEEL, de 31/03/2021.

39. Nos dias 04 e 05/01/2021, as quantidades máximas de equipes de emergência disponibilizadas para atendimento emergencial em uma mesma hora foram 89 e 85 equipes, respectivamente. Nesses mesmos dias as quantidades máximas de ocorrências registradas em uma mesma hora foram 143 e 122 ocorrências.

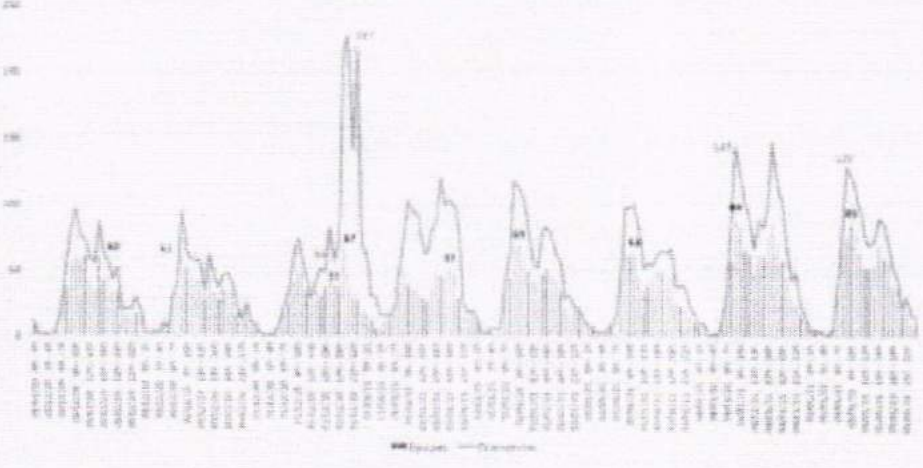
40. Dessa forma, conclui-se que embora a Distribuidora tenha disponibilizado uma quantidade significativa de equipes adicionais para atendimento às ocorrências emergenciais registradas a partir das 19h00min do dia 31/12/2020, a seguintes falhas podem ser relatadas:

i. Antes do evento, a distribuidora operava com uma quantidade de equipes inferior aos demais dias analisados, o que demonstra deficiência no planejamento de equipes, tendo em vista a importância de ser realizar um monitoramento climatológico da região;

ii. A quantidade máxima de equipes disponibilizada no dia 31/12/2020 não foi superior aos demais dias analisados, sendo que foi mais de 20% inferior aos dias 04 e 05/01/2021, que tiveram um registro 40% menor de ocorrências;

iii. Falha na alocação de equipes em localidades adequadas da concessão, uma vez que a quantidade de equipes alocadas nos dias 31/12/2020 e 01/01/2021 foi inferior a capacidade potencial de resposta da Distribuidora.

Figura 11 – Quantidade horária de equipes de atendimento emergencial x quantidade de ocorrências
Período de 29/12/2020 a 05/01/2021



ANEEL

P. 15 do RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 5/2021-SFE/ANEEL, de 31/03/2021

4.3 – HISTÓRICO DE MANUTENÇÃO – MÉDIA TENSÃO (MT) E BAIXA TENSÃO (BT)

5 O normativo interno da Equatorial Energia de código NP.16.003 e título "inspeção e redes e equipamentos de distribuição" tem finalidade de estabelecer procedimentos internos relativos à inspeção das redes de distribuição primárias em 13,8 e 34,5 kV, e secundárias em 220 / 380V e permitir o planejamento da execução da manutenção conforme a Diretriz de Manutenção, com foco em economia, segurança e melhoria dos indicadores de continuidade.

6 De acordo com o normativo, a seleção e priorização dos alvos para que sejam realizadas as manutenções é de fundamental importância para o processo, podendo-se atrelar o parte do sucesso a essa etapa, no qual tem como objetivo trabalhar de forma priorizada o componente do sistema elétrico, que pode ser um alimentador, ramal, área de baixa tensão ou um equipamento, que estes se apresentem com maior necessidade de manutenção e impacto em DEC ou FEC, mas também ponderando com a importância que este tem em relação ao todo.

7 A classificação ABC para alimentadores é feita separado por seccional de forma a garantir uma classificação em todas as classes ABC em cada seccional. Também é feita a divisão em dois grupos específicos, linhas distribuição 34,5kV e alimentadores 13,8kV. A classificação dos alimentadores e linhas de distribuição quanto à criticidade tem por objetivos:

a) Indicar o grau de importância do alimentador ou linha de distribuição dentro do sistema elétrico;

b) Subsidiar a elaboração do Plano de Manutenção;

c) Auxiliar na seleção dos métodos de manutenção;

d) Priorizar análises de falhas;

e) Justificar investimentos.

8 O fluxo para a classificação é feito com base na avaliação de cinco fatores, os quais são: (S) segurança, (EC) efeito sobre a continuidade, (RS) recuperação do sistema, (CM) custo com multas e (TR) tempo de recomposição. A avaliação de cada fator resulta em três (3) Níveis de prioridade, onde nível um (1) se mostra com alto grau de risco/gravidade/impacto, nível dois (2) de médio e nível três (3) de baixo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: [illegible]
CONSULTE EM [illegible]

ANEEL

P. 16 do RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 5/2021-SFE/ANEEL, de 31/03/2021.

Figura 12 – Matriz para classificação e priorização de inspeções em alimentadores

FATOR DE AVALIAÇÃO	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3
SEGURANÇA (S)			
EFEITO SOBRE A CONTINUIDADE (EC)			
RECUPERAÇÃO DO SISTEMA (RS)			
CUSTO COM MULTAS (CM)			
TEMPO DE RECOMPOSIÇÃO (TR)			

9 A seleção de alvos para ramais de baixa tensão, diferente dos planos de alimentadores e equipamentos, onde estes trabalham em 100% do parque, busca identificar e priorizar dentre todos os ramais, os quais apresentam número elevado de interrupções e impacto alto nos indicadores, e forma estratégia deve-se realizar a manutenção obtendo a redução como um todo do indicador do segmento ramal. No processo de seleção e priorização dos alvos, utilizam-se os seguintes fatores e peso:

a) Quantidade de clientes – peso 0,5;

b) Número de reincidências/interrupções – peso 0,2;

c) Quantidade de cliente hora – peso 0,3.

10 Conforme o normativo interno NP.16.003, prioridade é a classificação que se dá ao defeito no momento da inspeção. Essa classificação indica quais os critérios a serem adotados para definir a ordem a ser realizada a manutenção, de forma a garantir que o defeito não se torne uma falha. A classificação de prioridade é assim definida:

a) Prioridade 1 (P1) - São os defeitos nos quais se determina a existência de um risco notório que implica em perigo em um curto espaço de tempo para o sistema elétrico e a segurança das pessoas e meio ambiente. O tempo máximo de correção do defeito é de um mês (30 dias) a partir de sua constatação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: [illegible]
CONSULTE EM HTTPS://[illegible]

ANEEL

P. 17 do RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 5/2021-SFE/ANEEL, de 31/03/2021.

b) Prioridade 2 (P2) - São aqueles nos quais se determina a não existência de um perigo imediato para o sistema elétrico e a segurança das pessoas e meio ambiente, porém podem originar uma falha na instalação podendo, inclusive, reduzir a capacidade de utilização. O tempo máximo de correção deste defeito é de três meses (90 dias) a partir de sua constatação.

c) Prioridade Acompanhamento (A) - São aqueles nos quais se determina a não existência de um perigo imediato para o sistema elétrico e a segurança das pessoas e meio ambiente. São os defeitos que não perturbam o funcionamento das instalações, isto é, não têm um valor significativo para o uso efetivo ou o bom funcionamento destas instalações. Para este é importante seguir sua evolução.

11 A tabela abaixo apresenta o histórico de inspeções realizadas em alimentadores de média tensão em 2020, estratificado por regional da concessão. Constata-se o cumprimento integral do plano de inspeções e a identificação de uma série de defeitos nos equipamentos inspecionados.

Tabela 4 – Inspeções realizadas em alimentadores em 2020 – Média tensão

Regional	Inspeções			Defeitos constatados		
	Meta	Realizado	Percentual	P1	P2	A
Norte	97	97	100%	428	964	760
Metropolitana	267	267	100%	1787	2669	1383
Centro sul	326	326	100%	940	2873	2085
Total	690	690	100%	3.155	6.506	4.228

12 A tabela abaixo apresenta o histórico de correções realizadas em alimentadores de média tensão em 2020, estratificado por regional da concessão. Essa atividade é derivada da atividade de inspeção anterior.

13 Chama a atenção a existência de 897 defeitos de classificação P1 (prazo de 30 dias para correção) pendentes de correções, com prazo violado. Do mesmo modo, constata-se 2.069 defeitos de classificação P2 (prazo de 90 dias para correção) pendentes de correções, com prazo violado.

Tabela 5 – Correções realizadas em alimentadores em 2020 – Média tensão

Regional	Correções Realizadas			Correções Pendentes			
				No prazo		Fora prazo	
	P1	P2	A	P1	P2	P1	P2
Norte	340	716	69	12	53	65	143
Metropolitana	1139	986	67	22	272	625	1253
Centro sul	727	1844	496	5	187	207	673
Total	2.206	3.546	632	39	512	897	2.069

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: [illegible]
CONSULTE EM [illegible]

ANEEL

P. 18 do RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 5/2021-SFE/ANEEL, de 31/03/2021.

14 A tabela abaixo apresenta o histórico de inspeções realizadas em ramais de baixa tensão em 2020, estratificado por regional da concessão. Constata-se o cumprimento integral do plano de inspeções e a identificação de uma série de defeitos nos equipamentos inspecionados.

Tabela 6 – Inspeções realizadas em ramais em 2020 – Baixa tensão

Regional	Inspeções			Defeitos constatados		
	Meta	Realizado	Percentual	P1	P2	A
Norte	162	162	100%	734	1.486	799
Metropolitana	259	259	100%	2.181	2.144	2.771
Centro sul	445	445	100%	1.369	4.514	2.303
Total	866	866	100%	4.284	8.144	5.873

15 A tabela abaixo apresenta o histórico de correções realizadas em ramais de baixa tensão em 2020, estratificado por regional da concessão. Essa atividade é derivada da atividade de inspeção anterior.

16 Chama a atenção a existência de 1.732 defeitos de classificação P1 (prazo de 30 dias para correção) pendentes de correções, com prazo violado. Do mesmo modo, constata-se 2.901 defeitos de classificação P2 (prazo de 90 dias para correção) pendentes de correções, com prazo violado.

Tabela 7 – Correções realizadas em ramais em 2020 – Baixa tensão

Regional	Correções Realizadas			Correções Pendentes			
				No prazo		Fora prazo	
	P1	P2	A	P1	P2	P1	P2
Norte	408	688	98	0	84	326	649
Metropolitana	1.135	644	38	0	135	1.046	1.319
Centro sul	1.009	3.149	562	0	211	360	933
Total	2.552	4.481	698	0	430	1.732	2.901

4.4 – ANÁLISE HISTÓRICO DE MANUTENÇÃO AT

4 O normativo interno da Equatorial Energia de código NP.002 e título "Diretrizes de Manutenção em Subestações" tem finalidade de estabelecer procedimentos, critérios e estratégias para a manutenção preventiva, preditiva e corretiva de subestação do sistema elétrico das distribuidoras de energia do grupo Equatorial Energia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: [illegible]
CONSULTE EM: [illegible]

[redacted]

ANEEL

P. 19 do RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 5/2021-SFE/ANEEL, de 31/03/2021.

5 O normativo define os seguintes tipos de manutenção preventiva e preditiva:

a) Inspeção Visual M1 (preventiva) – Inspeção visual, auditiva, olfativa periódica realizada em todos os equipamentos da subestação, sem que haja indisponibilidade operacional do equipamento. A inspeção tem o objetivo de encontrar visualmente defeitos estruturais dos equipamentos assim como ruídos ou odores anormais.

b) Inspeção M2 (preventiva) – Inspeção realizada que acarreta indisponibilidade operacional, porém não requer desmontagem parcial ou total do equipamento/instalação. É estabelecida por períodos fixos (semestral, anual) e varia para as famílias de equipamentos ou por necessidade constatada na manutenção tipo M1, com a realização de ensaios elétricos e mecânicos.

c) Inspeção Termográfica (preditiva) – Inspeção periódica que se fundamenta na detecção e interpretação da radiação térmica emitida pelos equipamentos e componentes das subestações inspecionadas. Permite o exame e a avaliação do estado térmico de operações e padrões diferenciais de distribuição de calor das instalações sem a necessidade de qualquer contato físico ou indisponibilidade operacional.

d) Físico-química de Óleo Mineral Isolante (preditiva) – Ensaios realizados no óleo mineral isolante com o objetivo de determinar as características de suas propriedades físico-químicas e dielétricas, quando novo, visando a sua aquisição ou adequação para enchimento do equipamento por ocasião da energização, bem como acompanhar o processo de deterioração durante sua vida útil, indicando desta forma tipos de tratamento, quando necessário.

e) Cromatográfica de Óleo Mineral Isolante (preditiva) – Objetivo da análise cromatográfica é determinar a concentração dos diversos gases dissolvidos numa amostra de óleo isolante retirada de equipamentos em operação. Detectar preditivamente falhas na unidade quando ainda incipiente, portanto, em tempo de serem sanadas.

3 Conforme o normativo interno NP.002, prioridade é a classificação que se dá ao defeito no momento da inspeção. A classificação de prioridade é assim definida:

a) Prioridade 1 (P1) – São os defeitos nos quais se determina a existência de um risco notório que implica em perigo em um curto espaço de tempo para o sistema elétrico e a segurança das pessoas e meio ambiente. O tempo máximo de correção do defeito é de um mês (30 dias) a partir de sua constatação;

[redacted]

ANEEL

P. 20 do RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 5/2021-SFE/ANEEL, de 31/03/2021.

b) Prioridade 2 (P2) – São aqueles nos quais se determina a não existência de um perigo imediato para o sistema elétrico e a segurança das pessoas e meio ambiente, porém podem originar uma falha na instalação podendo, inclusive, reduzir a capacidade de utilização da mesma. O tempo máximo de correção deste defeito é de três meses (90 dias) a partir de sua constatação;

c) Prioridade Acompanhamento (A) – São aqueles nos quais se determina a não existência de um perigo imediato para o sistema elétrico e a segurança das pessoas e meio ambiente. São os defeitos que não perturbam o funcionamento das instalações, isto é, não têm um valor significativo para o uso efetivo ou o bom funcionamento destas instalações. Para este e importante seguir sua evolução; e

d) Estratégia de manutenção - É uma regra que define qual os intervalos dos planos de manutenção preventivos sistemáticos devem ser executados. Ex: plano semanal, mensal, de 60 a 60 dias, anual, a cada 5000 km, a cada 500 horas de operação.

4 Conforme o normativo interno NP.002, o planejamento estratégico da manutenção é o responsável por direcionar o caminho que a manutenção irá tomar para ir de uma situação atual para uma visão de futuro, ou seja, atingir as metas planejadas. Este planejamento estratégico faz parte desdobramento do planejamento estratégico global da empresa, onde este tem como objetivo orientar as ações e resposta de uma empresa às demandas do ambiente em que está inserida.

5 As subestações são classificadas em A, B ou C, cada uma com características específicas. Estas características determinam o grau de importância da instalação para o sistema e, em última análise, a estratégia para a qual a manutenção deve estar orientada.

Tabela 8 – Classificação de subestações

Classe	Criticidade	Prioridade
A	Alta	Máxima
B	Média	Média
C	Baixa	Baixa

6 Para poder definir a classificação ABC de uma subestação, tem-se como primeiro passo a definição de quais critérios serão utilizadas para avaliação. A escolha dos critérios é realizada em razão das características do processo, objetivos da empresa e diretrizes de manutenção. Foram definidos oito critérios para avaliação, conforme tabela abaixo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B41[illegible]
CONSULTE EM http://[illegible]

ANEEL

P. 21 do RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 5/2021-SFE/ANEEL, de 31/03/2021.

Tabela 9 – Classificação de subestações

Critério	Descritivo
Carregamento dos Transformadores de Força	Percentual de carregamento dos transformadores de força da subestação
Quantidade de clientes do Grupo A	Quantidade de unidades consumidoras classificadas dentro do Grupo A
Quantidade total de clientes	Quantidade total de contas contratos
Histórico de anomalias (P1 e P2) – Últimos 4 anos	Quantidade de anomalias levantadas nos últimos quatro anos
Faturamento dos últimos anos	Valor de arrecadação da instalação de acordo com a quantidade de energia vendida
Histórico de saída no último ano	O FEC gerado pela instalação no último ano
Possibilidade de transferência de carga na SE	Possibilidade de transferência de cargas em situações de contingência
Seletividade lógica	Se a instalação possui seletividade lógica implantada

7 A tabela abaixo apresenta o histórico de inspeções realizadas em subestações em 2020 na concessão. Constata-se o cumprimento quase integral do plano de inspeções e a identificação de uma série de defeitos nos equipamentos inspecionados.

Tabela 10 – Inspeções realizadas em Subestações em 2020 – Alta tensão

Tipo de Inspeção	Inspeções			Defeitos constatados		
	Meta	Realizado	Percentual	P1	P2	A
Cromatográfico	270	270	100%	0	0	0
Físico-Químico	133	133	100%	0	0	0
M1	261	261	100%	133	328	528
M2	265	237	89%	1	0	0
Termográfica	488	488	100%	316	214	638
Total	1.417	1.389	98%	450	569	1.166

8 A tabela abaixo apresenta o histórico de correções realizadas em subestações em 2020 na concessão. Essa atividade é derivada da atividade de inspeção anterior.

9 Chama a atenção a existência de 119 defeitos de classificação P1 (prazo de 30 dias para correção) pendentes de correções, com prazo violado. Do mesmo modo, constata-se 40 defeitos de classificação P2 (prazo de 90 dias para correção) pendentes de correções, com prazo violado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO DA ASSINATURA CONSULTE EM http://...

ANEEL

P. 22 do RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 5/2021-SFE/ANEEL, de 31/03/2021

Tabela 11 – Correções realizadas em Subestações em 2020 – Alta tensão

Tipo de Inspeção	Correções Realizadas			Correções Pendentes			
				No prazo		Fora prazo	
	P1	P2	A	P1	P2	P1	P2
Cromatográfico	0	0	0	0	0	0	0
Físico-Químico	0	0	0	0	0	0	0
M1	112	142	37	21	153	29	25
M2	1	0	0	0	0	0	0
Termográfica	299	203	39	17	23	90	15
Total	412	345	76	38	76	119	40

10 A tabela abaixo apresenta o histórico de inspeções realizadas em linhas de distribuição em 2020 na concessão. Constata-se o cumprimento integral do plano de inspeções e a identificação de uma série de defeitos nos equipamentos inspecionados.

Tabela 12 – Inspeções realizadas em Linhas de Distribuição em 2020 – Alta tensão

Tipo de Inspeção	Inspeções			Defeitos constatados		
	Meta	Realizado	Percentual	P1	P2	A
Controle	268	268	100%	800	1.203	437
Minuciosa	73	73	100%	295	785	619
Termográfica	155	155	100%	7	16	95
Total	496	496	100%	1.102	2.004	1.151

11 A tabela abaixo apresenta o histórico de correções realizadas em linhas de distribuição em 2020 na concessão. Essa atividade é derivada da atividade de inspeção anterior.

12 Chama a atenção a existência de 453 defeitos de classificação P1 (prazo de 30 dias para correção) pendentes de correções, com prazo violado. Do mesmo modo, constata-se 286 defeitos de classificação P2 (prazo de 90 dias para correção) pendentes de correções, com prazo violado.

Tabela 13 – Correções realizadas em Linhas de Distribuição em 2020 – Alta tensão

Tipo de Inspeção	Correções Realizadas			Correções Pendentes			
				No prazo		Fora prazo	
	P1	P2	A	P1	P2	P1	P2
Controle	762	568	28	30	486	290	192
Minuciosa	263	391	12	32	284	163	94
Termográfica	7	5	1	0	11	0	0
Total	1.032	964	41	62	781	453	286

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓPIGO DE VERIFICAÇÃO DA1620780005C001F
CONSULTE EM https://sei.aneel.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao

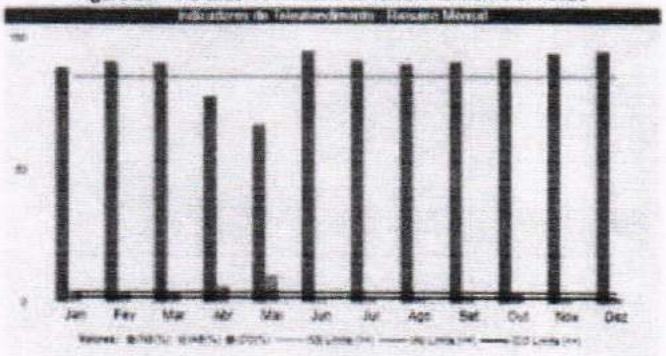
ANEEL

P. 23 do RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 5/2021-SFE/ANEEL, de 31/03/2021.

4.5 – COMUNICAÇÃO COM OS CONSUMIDORES

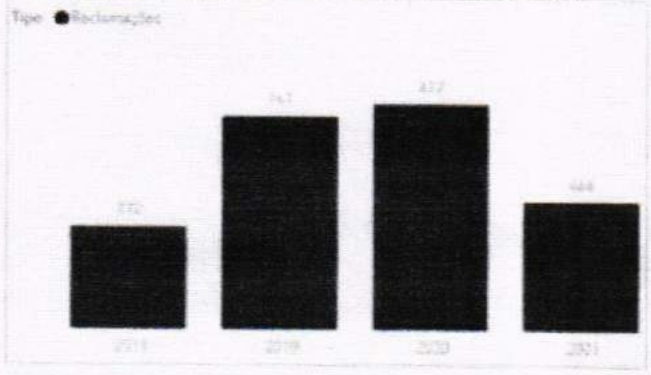
13 A figura abaixo apresenta os indicadores mensais de teleatendimento da Distribuidora em 2020: Índice de nível de serviço (INS), Índice de abandono (IAB) e Índice de chamadas ocupadas (ICO). Uma vez que, em dezembro, o indicador INS foi superior ao limite regulatório de 85%, o indicador IAB foi inferior ao limite regulatório de 4% e o indicadores ICO foi inferior ao limite regulatório de 2%, por esses indicadores não haveria indícios de falhas no atendimento às reclamações dos consumidores.

Figura 13 – Indicadores mensais de teleatendimento em 2020



14 Entretanto, a figura abaixo demonstra que a reclamações por falta de energia aumentaram em 2020 comparando-se com os anos de 2018 e 2019, um indício de ineficiência no tratamento desse tipo de reclamação pela Distribuidora, bem como falta de efetividade do sistema de atendimento da Equatorial no processo de comunicação com o consumidor.

Figura 14 – Reclamações anuais da ANEEL por falta de energia

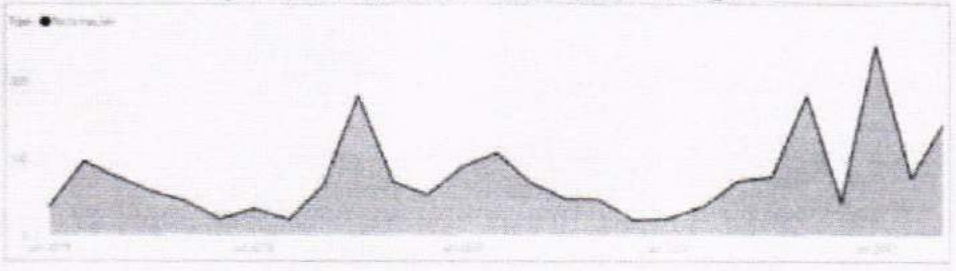


ANEEL
Agência Nacional de Energia Elétrica

P. 24 do RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 5/2021-SFE/ANEEL, de 31/03/2021.

15 A figura abaixo apresenta a evolução mensal das reclamações na ANEEL por falta de energia na Concessionária Equatorial Piauí. Verifica-se que, desde janeiro de 2019, a maior quantidade de reclamações por falta de energia registrada na ANEEL foi em janeiro de 2021, totalizando 247 reclamações. Tal situação deixa clara a dificuldade da Distribuidora em realizar o atendimento e a comunicação adequada com os consumidores no período do evento de 31/12/2020 a 03/01/2021.

Figura 15 – Reclamações mensais na ANEEL por falta de energia



ANEEL

P. 25 do RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 5/2021-SFE/ANEEL, de 31/03/2021.

6 – CONCLUSÃO

6 A fiscalização teve como objetivo avaliar o desempenho da Equatorial Piauí no atendimento às ocorrências emergenciais dos dias 31/12/2020 a 03/01/2021 na Capital Teresina.

7 Na análise efetuada, as seguintes fragilidades foram detectadas:

i. Violação dos limites do indicador DEC para nove dos dez conjuntos que atendem a Capital Teresina. Do mesmo modo, a Distribuidora descumpre os limites do indicador FEC para sete dos dez conjuntos;

ii. Dificuldade da Distribuidora em atuar tempestivamente para solucionar, ou ao menos atenuar, as consequências do evento. Nesse sentido, mais de 60% das Unidades Consumidoras com interrupção de fornecimento no evento foram reestabelecidas após 24 horas.

iii. Deficiência no planejamento e alocação de equipes em localidades adequadas da concessão;

iv. Falhas na correção tempestiva de defeitos detectados em alimentadores de média tensão, ramais de baixa tensão, subestações e linhas de distribuição; e

v. Dificuldade da Distribuidora em realizar o atendimento e a comunicação adequada com os consumidores.

8 Nesse sentido, espera-se como resultado da fiscalização a adequação dos procedimentos desenvolvidos pela Distribuidora e o aperfeiçoamento do serviço prestado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO [illegible]
CONSULTE EM [illegible]

ANEEL

P. 26 do RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 5/2021-SFE/ANEEL, de 31/03/2021.

7 - RECOMENDAÇÃO

9 A Equatorial Piauí deve adotar todas as providências necessárias visando a adequação dos procedimentos desenvolvidos e o aperfeiçoamento do serviço prestado, especificamente no atendimento a ocorrências emergenciais. Tais providências devem ser apresentadas à ANEEL no prazo máximo de 60 dias e devem abordar os seguintes aspectos: i) gestão de equipes de atendimento emergencial; ii) gestão do processo de manutenção; iii) gestão do processo de atendimento e comunicação com os consumidores; e iv) ações para melhoria da qualidade da rede de distribuição.

(Assinado digitalmente)
SÉRGIO DAMASCENO DE CASTRO
Especialista em Regulação

(Assinado digitalmente)
GUSTAVO ALEXANDRE LOPES NERY
Especialista em Regulação

FELIPE VIANA SANTANA
Estagiário

De acordo:

(Assinado digitalmente)
GIÁCOMO FRANCISCO BASSI ALMEIDA
Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:

6.1.3 – RELATÓRIO APPM

APPM

Ofício nº 72/2023/Gab/Pres/APPM.

Teresina, 24 de maio de 2023.

Senhor
Dep. Evaldo Gomes
Deputado Estadual e Presidente da CPI Equatorial/PI

Assunto: Relatório sobre o relacionamento dos municípios com a Equatorial/Piauí.

Senhor Deputado,

Cumprimentando V.Exa.,e conforme solicitado, estamos encaminhando em anexo, relatório sobre o relacionamento dos municípios piauienses com a empresa Equatorial/Piauí.

Atenciosamente,

Natanael de Sousa Silva
Presidente da APPM

(86) 2107-7900
(86) 2107-7919
E-mail: institucional@appm.org.br
Av. Pedro Freitas, 2000, Centro Administrativo, bairro São Pedro, Teresina -PI, CEP: 64018-900
CNPJ: 05.821.962/0001-25

APPM

RELACIONAMENTO DOS MUNICÍPIOS JUNTO A EQUATORIAL

	1. Município	2. Como é o relacionamento entre o seu município e a equatorial?	3. Como é o serviço prestado pela equatorial?	4. Há queda de energia frequente em seu município?	5. Na falta energia, o atendimento da equatorial acontece de que forma?	6. quantos poços tubulares no município,estão prontos esperando a ligação?	
001	Agricolandia	Ruim	Regular	Sim, frequentemente	muito demorado	Nenhum	
002	Agua Branca- PI	Bom	Regular	Sim, frequentemente	no tempo normal	nenhum	
003	Alegoinha	Bom	Bom	esporadicamente	no tempo normal	Não existe nem um tidos com energia	
004	Alegrete do Piauí	Ruim	Ruim	Sim, frequentemente	muito demorado	6 pocos	
005	Amarante	Regular	Ruim	Sim, frequentemente	muito demorado		6
006	Angical	Ruim	Ruim	Sim, frequentemente	muito demorado	Nenhum	
007	Anisio de Abreu/PI	Bom	Bom	Sim, frequentemente	no tempo normal	Três	
008	Arneiras do Itaim	Excelente	Bom	Sim, frequentemente	no tempo normal		0
009	Avelino Lopes	Regular	Regular	Sim, frequentemente	muito demorado		6
010	BARRA D'ALCÂNTARA - PI	Regular	Ruim	esporadicamente	muito demorado	TEM 02 MAS NAO ESTÃO PRONTO PARA LIGAR AINDA	
011	Barras PI	Regular	Regular	esporadicamente	no tempo normal	Não tenho conhecimento	
012	Bela Vista do piauí	Ruim	Ruim	Sim, frequentemente	muito demorado	6 poços feito energia	
013	Beneditinos	Ruim	Ruim	Sim, frequentemente	muito demorado	04	
014	Bertolinia	Bom	Bom	esporadicamente	no tempo normal		47
015	Bertonia do Piauí	Regular	Bom	muito raramente	no tempo normal	Estão ok no momento	
016	Bom Jesus	Ruim	Ruim	Sim, frequentemente	muito demorado	Sim	
017	Boquerão do Piauí	Regular	Regular	Em períodos chuvosos	no tempo normal	Nenhum	
018	BRASILEIRA - PI	Regular	Regular	esporadicamente	no tempo normal	No momento, não temos poços para serem ligados.	
019	Campo Grande do Piauí	Bom	Ruim	esporadicamente	muito demorado	sistema de energia fotovoltaica 120 dias esperando	
020	Campo Maior	Bom	Regular	esporadicamente	muito demorado	Nnhum	
021	Canavieira-PI	Bom	Regular	Sim, frequentemente	muito demorado		1

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

APPM

RELACIONAMENTO DOS MUNICÍPIOS JUNTO A EQUATORIAL

022	Capitão de Campos	Regular	Regular	esporadicamente	outro	Nem um		
023	Castelo	Excelente	Bom	muito raramente	no tempo normal	Nenhum		
024	Colonas - PI	Bom	Bom	esporadicamente	imediatamente	No momento nao temos poços sem energia elétrica		
025	Coronel José Dias	Ruim	Ruim	esporadicamente	muito demorado			2
026	Corrente	Ruim	Ruim	Sim, frequentemente	muito demorado	Não !		
027	Cristalândia	Bom	Regular	esporadicamente	muito demorado	Nenhum		
028	Curimatá	Bom	Regular	Sim, frequentemente	no tempo normal	Nenhum		
029	Currais	Ruim	Ruim	Sim, frequentemente	muito demorado	Nenhum		2
030	Curral novo pi	Regular	Regular	Sim, frequentemente	muito demorado			1
031	DEMERVAL LOBÃO PI	Bom	Regular	esporadicamente	no tempo normal	nenhum		
032	Dom Expedito Lopes	Regular	Regular	Não	no tempo normal	nenhum		0
033	Domingos Mourao	Bom	Regular	esporadicamente	no tempo normal	Todos estao funcionando normalmente, nao aguardando ligação		
034	Elesbão Veloso	Ruim	Ruim	Sim, frequentemente	muito demorado	Nenhum		
035	Eliseu Martins	Regular	Regular	esporadicamente	muito demorado	Nenhum		
036	Floriano	Bom	Bom	esporadicamente	no tempo normal	Não falta atendimento		
037	Fronteiras	Bom	Bom	Não	no tempo normal	Nenhum		
038	Gilbues	Bom	Bom	esporadicamente	no tempo normal			0
039	Isaias Coelho-PI	Bom	Ruim	esporadicamente	no tempo normal			0
040	Jatobá do piauí	Ruim	Ruim	Sim, frequentemente	demora dias	nenhum		
041	Jatobá do Piauí-PI	Regular	Regular	Sim, frequentemente	muito demorado			0
042	Joaquim Pires	Ruim	Ruim	Sim, frequentemente	no tempo normal	O1		
043	Joca Marques	Ruim	Ruim	Sim, frequentemente	demora dias	Nenhum		
044	Juazeiro do Piauí	Regular	Ruim	Sim, frequentemente	demora dias	07 dias		
045	Júlio Borges	Regular	Regular	Sim, frequentemente	no tempo normal			2
046	Lagoa Alegre	Regular	Regular	Sim, frequentemente	muito demorado			2
047	Lagoa De São Francisco	Regular	Regular	esporadicamente	no tempo normal	Não temos		
048	Lagoa do Barro do Piauí	Bom	Regular	Sim, frequentemente	outro			10
049	Lagoa do Piauí	Regular	Ruim	Sim, frequentemente	demora dias			1
050	Landri Sales	Regular	Ruim	Sim, frequentemente	muito demorado	Demora um pouco para ligação de energia.		
051	Luis Correia	Excelente	Excelente	esporadicamente	no tempo normal	Nenhum		

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ

APPM

RELACIONAMENTO DOS MUNICÍPIOS JUNTO A EQUATORIAL

052	Luzilândia	Regular	Regular	esporadicamente	muito demorado	Não temos solicitação para poços tubulares.	
053	Manoel Emídio	Regular	Regular	esporadicamente	muito demorado		0
054	Marcolândia	Bom	Regular	esporadicamente	no tempo normal	03	
055	MARCOS PARENTE-PI	Bom	Bom	esporadicamente	no tempo normal	NENHUM	
056	Miguel Alves - PI	Ruim	Ruim	Sim, frequentemente	muito demorado		10
057	Morro Cabeça no Tempo	Regular	Regular	Sim, frequentemente	muito demorado	Alguns	
058	MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ	Bom	Regular	Sim, frequentemente	no tempo normal		0
059	Nossa Senhora de Nazaré	Regular	Ruim	Sim, frequentemente	muito demorado	Zero	
060	Novo Oriente do Piauí	Bom	Ruim	Sim, frequentemente	muito demorado	02	
061	Pajeu do Piauí	Ruim	Ruim	muito raramente	muito demorado	No momento 1 poço; estamos há 1 ano se batendo com essa empresa!	
062	PALMEIRAIS -PI	Bom	Regular	Sim, frequentemente	muito demorado	Nenhum	
063	PARNAGUÁ	Ruim	Ruim	esporadicamente	no tempo normal	4 POÇOS ESPERANDO A LIGAÇÃO DE ENERGIA	
064	Parnaíba	Bom	Regular	Sim, frequentemente	muito demorado	Não sei informar	
065	Paulos do Piauí	Regular	Regular	muito raramente	imediatamente	03	
066	Pau D'Arco do Piauí	Regular	Regular	Sim, frequentemente	muito demorado	01	
067	Pavussu -PI	Regular	Regular	Não	no tempo normal	Todos que estão prontos tem energia	
068	PICOS PI	Bom	Regular	esporadicamente	muito demorado		1
069	Pimenteiras	Ruim	Ruim	Sim, frequentemente	muito demorado		4
070	Pio IX	Regular	Regular	esporadicamente	muito demorado		5
071	Piracuruca	Regular	Bom	Sim, frequentemente	imediatamente	Nenhum	
072	Piripiri	Excelente	Excelente	esporadicamente	no tempo normal	Nenhum	
073	Porto	Regular	Regular	Sim, frequentemente	no tempo normal	No momento todos estão com ligação de energia	
074	Praia do Piauí	Regular	Regular	Sim, frequentemente	muito demorado		0
075	Redenção do Gurguéia/PI	Regular	Regular	Não	muito demorado	Não existe nenhum	
076	REGENERAÇÃO	Regular	Regular	esporadicamente	no tempo normal	No momento não. Mas já precisamos ir à justiça para ligarem energia de uma escola urbana	
077	Riacho Frio	Regular	Regular	Sim, frequentemente	muito demorado	Todos estão a energia solar	

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

APPM

RELACIONAMENTO DOS MUNICÍPIOS JUNTO A EQUATORIAL

078	Rio grande do piauí		Regular	Regular	Sim, frequentemente	muito demorado	Nenhum	
079	Santa Cruz do Piauí		Regular	Regular	Sim, frequentemente	no tempo normal		15
080	Santa Filomena		Ruim	Ruim	Sim, frequentemente	muito demorado	10 poços funcionando com placa solar.	
081	Santa Filomena -PI		Regular	Regular	Sim, frequentemente	no tempo normal		10
082	Santa Luz		Regular	Regular	esporadicamente	muito demorado	NENHUM. Porém temos demora nas solicitações de ligação de rede elétrica em nossas escolas municipais; não atendimento de solicitação de extensão de rede elétrica que se encontra no meio da via pública, trazendo perigo de vida aos cidadãos locais; não atendimento às solicitações de troca de postes deteriorados e com risco de acidente; não atendimento de solicitação para aumento da altura dos postes e cabos elétricos que atrapalham o trânsito de veículos grandes e põe em risco a população; Enfim, a Equatorial não presta um serviço de qualidade que o povo necessita.	30
083	SANTANA DO PIAUI	Regular	Ruim	Ruim	esporadicamente	muito demorado		
084	São Francisco de Assis do Piauí - PI	Regular	Ruim	Ruim	Sim, frequentemente	demora dias	Nenhum	
085	São Francisco do Piauí		Ruim	Regular	esporadicamente	muito demorado	Nenhum	
086	São João da Canabrava		Ruim	Ruim	Sim, frequentemente	muito demorado	Nenhum	
087	São João da varjota Piauí		Regular	Regular	Sim, frequentemente	muito demorado	2 poços	
088	SAO JOAO DO ARRAIAL-PI		Bom	Regular	Sim, frequentemente	no tempo normal	01	
089	SAO JOAO DO PIAUI-PI		Bom	Regular	muito raramente	no tempo normal	05	
090	São José do Divino		Bom	Bom	esporadicamente	no tempo normal	Nenhum	
091	São José do Piauí		Ruim	Ruim	esporadicamente	muito demorado	No momento nenhum, mais já sofremos muito com demandas anteriores	

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

APPM

RELACIONAMENTO DOS MUNICÍPIOS JUNTO A EQUATORIAL

092	São Miguel do Fidalgo	Ruim	Ruim	Sim, frequentemente	demora dias	Não temos poços esperando ligação.	2
093	SEBASTIÃO BARROS-PI	Ruim	Ruim	Sim, frequentemente	muito demorado		
094	Socorro do Piauí	Regular	Ruim	Sim, frequentemente	demore dias	03	
095	SUSSUAPARA	Bom	Regular	Sim, frequentemente	muito demorado	Nenhum	
096	Varzea Grande	Regular	Regular	Sim, frequentemente	muito demorado	Nenhum	

6.2- DENÚNCIAS:

6.2.1 DENÚNCIA DO SENHOR JOSÉ HAMILTON BRANDÃO LUNA - ADVOGADO

Carlos Eduardo Cunha

AO GABINETE DO DOUTO DEPUTADO ESTADUAL EVALDO GOMES – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE INQUÉRITO PARLAMENTAR FISCALIZADORA DOS SERVIÇOS DA EMPRESA EQUATORIAL PIAUI

JOSÉ HAMILTON BRANDÃO LUNA, CPF 207.912.673-34, RG 381.670 (SSP-PI), brasileiro, solteiro, com endereço na R. Padre Moisés Santos, 2707, Bairro São João, Teresina –PI, CEP 64.045-430, endereço de e-mail josehamiltonluna@bol.com.br, através de seu advogado constituído no processo, vem encaminhar processo que move em face da empresa EQUATORIAL PIAUÍ, onde busca ligação de energia rural em imóvel de sua propriedade.

Nestes termos.
Pede e espera deferimento.

Teresina –PI, data e hora do sistema.

CARLOS EDUARDO CUNHA DE SOUSA
OAB/PI nº 19.757

Órgão AL
Número 3334/13
Data 21/05/13
Assinatura
Matrícula
Rubrica

Tribunal de Justiça do Piauí
PJe - Processo Judicial Eletrônico

12/05/2023

Número: **0850344-73.2022.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**
Órgão julgador: **1ª Vara Cível da Comarca de Teresina**
Última distribuição : **03/11/2022**
Valor da causa: **R$ 5.000,00**
Assuntos: **Agência e Distribuição, Fornecimento de Energia Elétrica**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **NÃO**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
JOSE HAMILTON BRANDAO LUNA (AUTOR)	THAIS VIANA DUARTE (ADVOGADO) CARLOS EDUARDO CUNHA DE SOUSA (ADVOGADO)
EQUATORIAL PIAUÍ (REU)	RONALDO PINHEIRO DE MOURA registrado(a) civilmente como RONALDO PINHEIRO DE MOURA (ADVOGADO)

Documentos

Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
40677185	12/05/2023 09:12	MANIFESTAÇÃO	MANIFESTAÇÃO
40130278	28/04/2023 10:21	Carta Convite	Carta Convite
38771176	28/03/2023 10:15	Despacho	Despacho
36668901	07/02/2023 16:05	Certidão	Certidão
36351068	01/02/2023 14:41	MANIFESTAÇÃO	MANIFESTAÇÃO
36351069	01/02/2023 14:41	doc. 01 - protocolo do termo de posse	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
34686081	29/11/2022 13:48	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
34403392	22/11/2022 08:41	CONTESTAÇÃO	CONTESTAÇÃO
34404394	22/11/2022 08:41	CONTESTAÇÃO 0850344-73.2022.8.18.0140	CONTESTAÇÃO
34404395	22/11/2022 08:41	31.12.2020 - AGE EQTL PI - Redução de capita, alteração do estatuto e consolidação CA - Arquivada	Documentos
34404396	22/11/2022 08:41	ARCA EQTL PI Reeleicao Diretoria certidao - arquivada	Documentos
34404397	22/11/2022 08:41	Procuração	Procuração
33817229	07/11/2022 12:48	Diligência	Diligência
33817228	07/11/2022 12:48	850344-73	Diligência
33794342	07/11/2022 09:29	Sistema	Sistema
33794333	07/11/2022 09:29	Intimação	Intimação
33686808	04/11/2022 16:48	Decisão	Decisão
33647242	03/11/2022 10:30	Petição Inicial	Petição Inicial

AO DOUTO JUÍZO DA ___ VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA - ESTADO DO PIAUÍ

PECULIARIDADES DO PROCESSO:

1) **CONSUMIDOR COM INSUFICIÊNCIA RENAL GRAVE – NÍVEL 5 QUE NECESSIDA DE ENERGIA ELÉTRICA PARA MANTER O TRATAMENTO (doc. 01);**
2) **09 PROTOCOLOS ADMINISTRATIVOS; e**
3) **ESPERA QUE DURA DESDE 11 DE OUTUBRO DE 2.019.**

Lei nº 10.438 /2002 – Programa luz para todos (interpretação jurisprudencial)

O enquadramento do consumidor nos termos do art. 14 da Lei nº 10.438 /2002 (Programa Luz para Todos) ensejo a realização das obras à custa da concessionária. (Apelação Cível Nº 70078953171, Quarta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Francesco Conti, Julgado em 31/10/2018).

JOSÉ HAMILTON BRANDÃO LUNA, CPF 207.912.673-34, RG 381.670 (SSP-PI), brasileiro, solteiro, com endereço na R. Padre Moisés Santos, 2707, Bairro São João, Teresina –PI, CEP 64.045-430, endereço de e-mail [redacted], através de seu advogado que subscreve este petitório, tudo como no **DOC. 01** promover a presente:

AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO LIMINAR E CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS

Em face de **EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**, concessionária de serviço público, sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ sob o nº 06.840.748/0001-89, com sede na Avenida Maranhão, n. 759, Sul, nesta capital, CEP 64.001-010.

A OPÇÃO PELA VIA COMUM E O RECOLHIMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS

01. Com base no ENUNCIADO 01 – FONAJE, o Autor propõem a demanda na justiça comum, pois **acessar juizado é opcional**. Além do mais, **o Ré pode solicitar** [redacted]

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

a produção de provas através de perícia, fato que inviabilizaria a demanda naquele foro. Ao doc. 01 apresentamos o comprovante de recolhimento das custas processuais.

A COMPETÊNCIA TERRITORIAL DO CÓDIDO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

02. O Autor utiliza a competência territorial do seu domicílio para propor a demanda, que é consumerista, aos moldes do CDC, art. 101, I, verbis: **"a ação pode ser proposta no domicílio do autor"**.

A PRIORIDADE DE TRAMITAÇÃO – DOENÇA GRAVE (Art. 1.048, I, CPC)

03. Trata-se de demanda que tem prioridade de tramitação, **pois trata do direito de acometida por doença renal crônica, em grau de gravidade alta**, seja ela a esposa do Autor, conforme certidão de casamento e laudo médico **(DOC. 02)**.

LAUDO MÉDICO

A paciente JASCILENE PEREIRA FURTADO, 56 anos, é portadora de hipertensão arterial e *Insuficiência Renal Crônica* Avançada, estágio 5, causada por nefroesclerose hipertensiva, necessitando de terapia dialítica contínua para controle da uremia e manutenção da sua sobrevida.

A paciente realiza terapia dialítica domiciliar no programa de Diálise Peritoneal Automatizada (DPA), o qual demanda a realização de procedimentos regulares noturno de trocas (infusão e drenagem) da solução de diálise, em local apropriado, utilizando técnicas assépticas. Essa terapia utiliza uma máquina cicladora, a qual é um equipamento que necessita de fornecimento de energia elétrica regular e sem interrupções para o seu correto funcionamento. A falta de energia elétrica ou flutuações de tensão na rede podem causar a interrupção da terapia e levar a complicações para a saúde do paciente que realiza esse tipo de tratamento.

04. No laudo fica claro que **A ENERGIA ELÉTRICA É ESSENCIAL NA MANUTENÇÃO DO TRATAMENTO DE SAÚDE DA PACIENTE**

DAS NOTIFICAÇÕES PROCESSUAIS

05. O Autor REQUER que todas as notificações sejam expedidas em nome de **CARLOS EDUARDO CUNHA DE SOUSA, OAB/PI nº 19.757**, com endereço profissional como consta no rodapé deste documento.

BREVE SÍNTESE DOS FATOS

06. O Autor e sua esposa são proprietários de imóvel rural (DOC. 04 – escritura) onde não existe fornecimento de energia elétrica, ficando a propriedade apenas 600

[redacted]

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

(seiscentos) metros da rede de energia mais próxima.

07. Desde 11 de outubro do ano de 2.019 – 36 (trinta e seis) meses ou 03 (três) anos – o Autor solicita o fornecimento da energia elétrica. No interim gerou 07 (nove) protocolos de atendimento, onde a Ré realizou a promessa do fornecimento e fez o seu adiamento.

08. No último atendimento, a Ré prometeu que o fornecimento do serviço seria prestado no dia 30 de abril do ano de 2.023, vejamos alguns dos protocolos que vão do DOC. 02:

O serviço solicitado será executado até 29/09/2021. Caso isso não ocorra, mantenha contato com a EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A através de sua(s) Loja(s) de Atendimento - telefone 0800 086 0800.

Nos contatos com a empresa, esteja sempre de posse do número do Protocolo ou do Código Único da Unidade Consumidora.

O serviço solicitado será executado até 29/09/2021. Caso isso não ocorra, mantenha contato com a EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A através de sua(s) Loja(s) de Atendimento - telefone 0800 086 0800.

Nos contatos com a empresa, esteja sempre de posse do número do Protocolo ou do Código Único da Unidade Consumidora.

Em resposta à sua manifestação feita junto à Ouvidoria desta distribuidora de energia, inicialmente pedimos desculpas pelos transtornos e aborrecimentos, aos tengo em que agradecemos a sua iniciativa e contribuição.

Informamos que atendemos a solicitação com a execução da obra de extensão de rede em 30/04/2023.

Esperamos ter atendido à solicitação com presteza e de já nos colocamos à disposição para eventuais dúvidas que porventura surjam.

09. O que mais chama atenção é que a RÉ já chegou a fornecer o contrato de fornecimento do serviço, todavia não executa, como vemos o extrato do **doc. 03**.

0800 086 0800 - 0800 721 0195
www.equatorialenergia.com.br

ANEEL
167 - Ligação Gratuita de telefones fixos e Tarifada na origem para telefones celulares
www.aneel.gov.br

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA CONSUMIDORES TITULARES DE UNIDADES CONSUMIDORAS DO GRUPO B

A EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. [CNPJ nº 06840748000179], com sede na Teresina, à Rua João Cabral, 730, doravante denominada distribuidora, em conformidade com a Lei nº 9.074, de 11 de Setembro de 1995, e JOSE HAMILTON BRANDAO LEITE [CPF 29791267334, RG 3916870], doravante denominado Consumidor responsável pela unidade consumidora nº 10914179, situada na/à LC Boca Velha, S/N - Bairro( )( ) - , aderente, de forma integral, a este Contrato de Prestação de Serviço Público de Energia Elétrica para unidades consumidoras do Grupo B, nas Portas deste Contrato de Adesão.

[redacted]

Assinado eletronicamente por: CARLOS EDUARDO CUNHA DE SOUSA - 10/11/2022 16:50:19
https://pje.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22110370961481800000031672179
Número do documento: 22110370961481800000031672179

Num. 30647687 - Pág. 3

A OBRIGAÇÃO DE FORNECER PONTO DE CONEXÃO - RESOLUÇÃO Nº 1.000 ANEEL

10. A RÉ tem a obrigação de fornecer um ponto de conexão para que o AUTOR tenha acesso a energia elétrica, art. 26, caput, Resolução 1000, ANEEL:

> Art. 26. **A distribuidora deve adotar as providências para viabilizar a conexão, operar e manter o seu sistema elétrico até o ponto de conexão, caracterizado como o limite de sua responsabilidade**, observadas as condições estabelecidas nesta Resolução.

11. O prazo que a CONCESSIONÁRIA tem para realizar as obras necessárias é de 60 (sessenta) dias, art. 87, Caput e 88, I, da mesma resolução:

> Art. 87. **A distribuidora deve obter as licenças, autorizações ou aprovações da autoridade competente, além de adotar providências necessárias para desapropriação ou instituição de servidão administrativa necessárias para execução das obras de sua responsabilidade**.
>
> Art. 88. A distribuidora deve **concluir as obras de conexão** nos seguintes prazos:
>
> I - **até 60 (sessenta) dias**, no caso de satisfeitos, de forma conjunta, os seguintes requisitos:
>
> a) **conexão** em tensão **menor que 2,3 kV**; e
>
> b) **obras para conexão** contemplando a **ampliação**, reforço ou melhoria na rede de distribuição aérea **em tensão até 2,3 kV**, incluindo as obras de instalação ou substituição de posto de transformação, ainda que necessária a substituição de poste ou estruturas de rede em tensão maior ou igual a 2,3 kV;

VEROSIMILHANÇA NAS AFIRMAÇÕES

12. O AUTOR demonstra cabalmente que espera providências da RÉ há **03 (três) anos completos**, sendo o primeiro protocolo do dia 11 de outubro de 2.019, mostrando que os prazos para fornecimento do serviço já foram completamente expirados.

13. O AUTOR **junta 09 (nove) protocolos de atendimento**, comprovante as referidas tentativas de resolver administrativamente.

14. O AUTOR apresenta documentação médica da sua esposa acometida por insuficiência renal crônica (doença grave).

15. Além disso, demonstra que a jurisprudência pensa ao seu favor:

[redacted]

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ

6.2.2 DENÚNCIA DO SENHOR FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES – GRANJA

Teresina-PI., 10 de abril de 2023

Exmo. Sr.

Dr. Franzé Silva

MD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí

Nesta

Orgão	AL
Número	AL 30835/2023
Data	13/04/2023
Assunto	Requerimento
Matrícula	
Rubrica	Ana Lauda

Senhor Presidente:

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES, brasileiro, casado, avicultor, CPF 012.619.593-53, RG 82998-SSP-PI., IE-(produtor rural) nº19.401 532-7,(Docs-01/02) estabelecido na localidade Zundão, Zona Rural, município de Altos-PI, proprietário da Granja Formosa, conta contrato de energia número 1459170-7,vem respeitosamente, pedir a V. Exa. que determine o encaminhamento do presente relato, com a documentação acostados, ao digno Presidente da CPI recém criada, com a finalidade de apurar possíveis deficiências na prestação de serviços aos consumidores da Equatorial Piauí.

1 - A unidade consumidora da granja aqui reportada e classificada como consumidor de baixa tensão, com ligação trifásica, pertencente ao Grupo B, subclasse Rural, tensão B-2, pagando consumo e não demanda e com tarifa monômia, tudo de acordo com REN 414 da Aneel, art. quarto e quinto, combinado com dispositivos constantes nas REN 479, 610 e 1000.

2 - As faturas anexas (Docs-03/04) e os protocolos da Equatorial (Docs-05/06) confirmam a assertiva.

3 - Ocorre Excelência que a Equatorial não demonstra interesse em atender, satisfatoriamente, os consumidores localizados na Região da granja. A rede elétrica é mal cuidada, apresentando galhos de árvores tocando os fios, provocando curtos circuitos e frequentes interrupções de energia e queda de tensão.

4 - Nos reparos demorados realizados pela concessionária, chaves fusíveis têm sido substituídas por condutores improvisados, vulgarmente conhecidos por "peias/gambiarras", causando insegurança e instabilidade no sistema, com riscos para população e animais, quando cabos elétricos são rompidos por circunstâncias quaisquer.

5 - Na verdade, as interrupções são frequentes e, às vezes, por longo período, causando prejuízos por perda de equipamentos danificados e, até mesmo, estrago de alimentos perecíveis, estocados nas geladeiras da comunidade.

6 - Para se ter ideia clara da inoperância da fornecedora concessionária, veja V.Exa., no demonstrativo Anexo-I (Doc-07), elaborado com base nas reclamações feitas por este consumidor, conta contrato 1459170 7, através da Assistente Virtual Claro, no período de 29.08.2021 a 04.04.2023 a quantidade de reclamações formalizadas. Foram 96 reclamações no

espaço temporal de 581 dias corridos. Nesse tempo, a granja ficou paralisada por 190 dias, o que chamamos de vazio sanitário. Nesse período não se faz reclamações porque a granja está parada, isto é, em descanso, para receber novo lote de aves. Desse modo, temos 581 dias corridos, menos 190 dias de paralisação da granja (vazio sanitário), restam 391 dias de funcionamento. Significando dizer que a cada 4 dias há interrupção no fornecimento de energia, Constatando-se caso superior a 43 horas (Doc-08), para que o restabelecimento ocorra. Vale ressaltar que não foram incluídas, no demonstrativo, as reclamações feitas por este signatário e outros consumidores, com utilização do número 0800860800. O controle dessas ligações, por certo, a Equatorial tem como apresenta-las, caso sejam solicitadas, para subsidiar o importante trabalho da sábia Comissão Parlamentar de Inquérito. O certo é que o Autor tem sofrido enormes prejuízos, em diversas oportunidades, decorrentes da falta de energia e/ou instabilidade verificada na tensão.

7 - É mais do que notório que a atividade de avicultura necessita, enormemente, de energia elétrica, de boa qualidade, para seu funcionamento normal. Sem essa condicionante, os produtores aumentam seus riscos e elevam os custos, devido a queima de motores, danificação de outros equipamentos elétricos e eletrônicos e despesas com combustível. Geralmente os reparos são realizados por profissionais especializados e o material e mão-de-obra necessários, aos consertos, são também caros. Por outro lado, na falta de energia, o produtor corre risco de perder aves devido ao estresse calórico ou a alta concentração de amônia no interior dos galpões. Temos notícias de enormes e frequentes perdas ocorridas em granjas, dentro do Piauí. Por isso, as concessionárias, nos demais Estados da Federação dispensam atenção especial a esse importante segmento, responsável por volume considerável de receita, divisa, emprego e renda.

8 - Apresentadas, em síntese, estas breves considerações, as quais demonstram, em tese, a deficiência da Equatorial, em relação ao fornecimento de energia para aquela zona rural ,bem como as reais necessidades do signatário, exemplificamos um fato notório que causou a este consumidor um enorme prejuízo, vejamos:

8.1 - Nas primeiras horas da manhã do dia 05.03.2022 (sábado) ocorreu uma pane na rede elétrica da Equatorial, caindo uma das fases, passando a rede a funcionar com apenas duas fazes. Os três galpões da granja são equipados, para funcionar com energia trifásica. Na falta de uma das fases os motores e bombas deixam de funcionar e os sistemas de ventilação e nebulização paralisaram, causando danos à temperatura e à umidade interna, programadas no sistema automatizado. Devido às altas temperaturas e a concentração de amônia (gás letárgico) houve descontrole da ambiência e, em consequência a morte de 34.756 aves nos três galpões alojados. Fotos e documentos anexos mostram a extensão do prejuízo sofrido por este produtor, em face da morte de 34.756 aves, com peso médio de 41.906 quilos no total, ao preço do dia, variando entre R$-7,00 e R$-7,80 o quilo vivo. (Dos.09/11). Para melhor compreensão dos fatos, torna-se necessária a leitura desses documentos e a visualização das fotos.

8.2 - Batido o desespero, logo se iniciou o trabalho de retirada das aves mortas, isto depois de acionadas a empresa integradora, no caso a Atlântica Agropecuária, que se manifestou através de Parecer Técnico (Doc-10) e a Polícia Civil, conforme Boletim de Ocorrência (Doc-09).

8.3 - Esse trabalho iniciou-se às 7 horas da manhã e só terminou às 22:38 horas e foi acompanhado pelo Dr. Leonardo e Mozart, responsáveis técnicos da integradora.

8.5 - O trabalho consistiu na contagem, pesagem e transporte das aves mortas que foram enterradas, após abertura de valas com retroescavadeiras e utilização de 10 pessoas contratadas na localidade, que auxiliaram no trabalho.

9 - Inconformado com as constantes falta de energia e a insegurança da rede, o signatário contratou a empresa especializada HQ instalações e Manutenção Elétrica, a qual apresentou o diagnóstico, em seu Parecer, cuja leitura se impõe (Doc-12).

10 - Excelência, estar provado que o prejuízo causado pela Equatorial decorreu da queda de uma das chaves na rede da empresa, por isso o nexo de causalidade. Também estão provados, de modo inequívoco, a morte e a quantidade das aves e a extensão dos prejuízos, ocorrido em março/22.

11 - Outros prejuízos, no passado e mais recente, já foram auferidos em decorrência da falta de energia, nem por isso a concessionária dispõe-se a ressarcir os danos causados.

12 – Dessa forma, fico à disposição de V.Exa. para, se necessários, prestar outros esclarecimentos à digna Comissão Parlamentar, recém criada nessa honrada CASA Legislativa. Meu Endereço: Rua Jacob Martins, 774 – bairro Parque São João, Teresina-PI.

Contato Celular (86) 994242099.

Respeitosamente

Francisco das Chagas Lopes

Doc. 02

ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA

Data:	10/04/2023
Hora:	09:42:40
Usuário:	01261966363
Página:	1

FICHA CADASTRAL

Inscrição: 19.001.507-1 **CNPJ:** 00.001.261/9593-53
GERAT: 3a GERAT TERESINA **Tipo de Pessoa:** FÍSICA
Agencia Regional: AGEAT TERESINA **Situação Fiscal:** IRREGULAR
Situação Cadastral: ATIVO **Última Atualização:** 17/10/2019
Benefício Fiscal: SIM **Sit. SIPAF:** **PF Optante NF:** SIM **Exportador:** NÃO **Insc. Prazo Certo:** NÃO

DENOMINAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

Nome Empresarial: FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES
Nome Fantasia: FORMOSA

ENDEREÇO ESTABELECIMENTO

Endereço: LOC LOCALIDADE ZUNDAO-ZONA RURAL **Número:** SN
Complemento: **Referência:**
Bairro: ZONA RURAL **Município:** ALTOS **UF:** PI
Telefone: 86 999527419 **FAX:** **CEP:** 64290000 **C. Postal:** **CEP C.Postal:**
E-Mail: rfamaria4229@gmail.com **Telefone DIEF:** 86 999527419

ENDEREÇO FISCAL

Endereço: **Número:**
Complemento: **Referência:**
Bairro: **Município:** ALTOS **UF:**
Telefone: **FAX:** **CEP:** **C. Postal:** **CEP C.Postal:**
E-Mail:

QUALIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

Categoria Cadastral: NORMAL **Regime Recolhimento:** CORRENTISTA **Início Ativ.:** 21/10/2004
Junta Comercial: **Data de Constituição:** 21/10/2004 **Tipo Utilização:**
Natureza Jurídica: **Cat. Estabelec.:**
Capital Social: **Área Utilizada (m2):** 0
CAE Principal: 194 OVOS DE GALINHA
CAE Secundária: 190 GALINHAS
Ativ. Principal(CNAE): 155505 - Produção de ovos
Ativ. Secundárias(CNAE):
155501 Criação de frangos para corte

DADOS DO CONTADOR

Nome: ZANE GREYSON SOARES PEREIRA **Tipo Pessoa:** FÍSICA **CNPJ/CPF:** 47376350306 **CRC:** 5577

DADOS DO(S) REPRESENTANTE(S)

Relação:	Nome:	Tipo Pessoa:	CGC/CPF	Cargo:	Perc.
SÓCIO	FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES	FÍSICA	012.819.593-53	TITULAR / UNICO	-

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ

Teresina-PI, 05 de abril de 2023

Exmo. Sr.

Dr. Franzé Silva

MD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí

Nesta

Senhor Presidente:

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES, brasileiro, casado, avicultor, CPF 012.619.593-53, RG 82998-SSP-PI., IE-(produtor rural) nº19.401 532-7, estabelecido na localidade Zundão, Zona Rural, município de Altos-PI, proprietário da Granja Formosa, conta contrato de energia número 1459170-7,vem respeitosamente, pedir a V. Exa, que determine o encaminhamento do presente relato, com a documentação acostados, ao digno Presidente da CPI recém criada, com a finalidade de apurar possíveis deficiências na prestação de serviços aos consumidores da Equatorial Piauí.

A unidade consumidora da granja é classificada como consumidor de baixa tensão, com ligação trifásica, pertencente ao Grupo B, subclasse Rural, tensão B-2, pagando consumo e não demanda e com tarifa monômia, tudo de acordo com REN 414 da Aneel, art. quarto e quinto, combinado com dispositivos constantes nas REN 479, 610 e 1000.

As faturas anexas (Doc[illegible]/..... e os protocolos da Equatorial (Doc[illegible]e....) confirmam a assertiva.

Ocorre Excelência,que a Equatorial não demonstra interesse em atender, satisfatoriamente, os consumidores localizados na Região da granja. A rede elétrica é mal cuidada, com galhos tocando os fios, provocando curtos circuitos e frequentes interrupções de energia e queda de tensão.

Nos reparos demorados, chaves fusíveis têm sido substituídas por condutores improvisados, vulgarmente conhecidos por "peias", causando insegurança e instabilidade no sistema, com riscos para população e animais, quando cabos são rompidos.

Na verdade, as interrupções são frequentes e, às vezes, por longo período, causando prejuízos por perda de equipamentos danificados e, até mesmo, estrago de alimentos pereciveis, estocados nas geladeiras da comunidade.

Para se ter ideia clara da inoperância da fornecedora concessionária, veja V.Exa. no demonstrativo anexo (Doc.....), elaborado com base nas reclamações feitas por este consumidor, conta contrato 1459170-7, através da Assistente Virtual Claro, no período de 29.08.2021 a 26.07.2022 a quantidade de reclamações formalizadas. Foram..... reclamações no espaço temporal inferior a 11 meses. Constatando-se interrupção superior a 43 horas, sem que o fornecimento seja restabelecido. Vale ressaltar que não foram incluídas, no demonstrativo, as reclamações feitas por este signatário e demais consumidores, utilizando-se do número 0800660800. O controle dessas ligações, por certo, a Equatorial tem como

apresentar caso V.Exa. decida pela requisição das informações para subsidiar o importante trabalho da sábia Comissão Parlamentar de Inquerito. O certo é que o Autor tem sofrido enormes prejuizos, em diversas oportunidades, decorrentes da falta de energia e/ou instabilidade verificada na tensão.

Para melhor elucidação, informa-se que no periodo de 11 meses são colocados, na granja, cinco ciclos avicolas e, entre um ciclo e outro, ocorre o intervalo de 25 dias, periodo chamado de vazio sanitário. Nesse intervalo, a granja fica desocupada havendo pouco consumo de energia, portanto a Assistente Virtual não é acionada, para reclamações.

Ora, se durante os 11 meses analisados, correspondentes a 330 dias a granja paralisou durante 125 dias (vazio sanitário), restam 205 dias de funcionamento. Como no periodo ocorreram ..... reclamações, significa dizer que a cada ..... ocorre um problema no fornecimento.

É mais do que notório que a atividade de avicultura necessita, enormemente, de energia elétrica, de boa qualidade, para seu funcionamento normal. Sem essa condicionante, os produtores aumentam seus riscos e elevam os custos, devido a queima de motores, danificação de outros equipamentos elétricos e eletrônicos e despesas com combustivel. Geralmente os reparos são realizados por profissionais especializados e o material e mão-de-obra necessários para os consertos são também caros. Por outro lado, na falta de energia, o produtor corre risco de perder aves devido ao estresse calórico ou a alta concentração de amônia no interior dos galpões. Temos noticias de enormes e frequentes perdas ocorridas em granjas, dentro do Piaui. Por isso, as concessionárias, nos demais Estados da Federação dispensam atenção especial a esse importante segmento, responsável por volume considerável de receita, divisa, emprego e renda.

Apresentadas, em síntese, estas breves considerações, as quais demonstram, em tese, a deficiência da Equatorial, em relação ao fornecimento de energia para aquela zona rural ,bem como as reais necessidades do signatário, exemplificamos um fato notório que causou a este consumidor um enorme prejuizo, vejamos:

1.1 - Nas primeiras horas da manhã do dia 05.03.2022 (sábado) ocorreu uma pane na rede elétrica da Equatorial, caindo uma das fases, passando a rede a funcionar com apenas duas fazes. Os três galpões da granja são equipados para funcionar com energia trifásica. Na falta de uma das fases os motores e bombas deixam de funcionar e os sistemas de ventilação e nebulização paralisaram, causando danos à temperatura e à umidade internas programadas no sistema automatizado. Devido as altas temperaturas e a concentração de amônia (gás letárgico) houve descontrole da ambiência e, em consequência a morte de 34.756 aves nos três galpões alojados.

Batido o desespero, logo se iniciou o trabalho de retirada das aves mortas, isto depois de acionada a empresa integradora, no caso, a Atlântica Agropecuá

Esse trabalho iniciou-se às 7 horas da manhã e só terminou às 22:38 horas e foi acompanhado pelo Dr. Leonardo e Mozart responsáveis técnicos da integradora.

O trabalho consistiu na contagem, pesagem e transporte das aves para serem enterradas.

A abertura da vala foi feita por duas máquinas do Sr. João Paixão, de Altos-PI., um trator D-6 e uma retroescavadeira de esteira. Além disso, foi utilizada mão-de-obra de 10 pessoas da comunidade, para ajudar nos serviços de retirada, transporte e enterramento.

Fotos juntadas (Doc-.....) realizadas no dia documentam a extensão do dano e o árduo trabalho executado.

Através da correspondência datada de 08.03.2022 (Doc-....) foi solicitado o ressarcimento do dano material.

Sem resposta, nova correspondência foi protocolada 25.04.22 (Doc-....)

Em 29.04.22, através de e-mail, a Equatorial afirma ter analisado a reclamação e solicita a remessa de documentos para dar continuidade ao tratamento da reclamação (Doc.....). Dentro do prazo de cinco dias fixado pela Equatorial toda documentação solicitada foi enviada através da correspondência datada de 03.05.22, protocolo 30085326 (Doc-.....).

Sem decisão da Equatorial novo expediente foi dirigido pelo autor em 31.05 22, cobrando resposta (Doc.....).

Em resposta e em outro e-mail datado de 17.06.22 (Doc.....) a Equatorial informa não estar havendo atraso e o caso fora submetido ao setor jurídico da empresa, o qual tratou de analisar o caso. Diz mais, ter sido mantido contato em 20.05.22, pelo setor jurídico para sanar e acordar tratativas junto ao cliente, fazendo as considerações sobre normalização e na tentativa de acordo mediante possível "eminente" (textual) indeferimento ao cliente, conforme adução em resolução sobre exclusividade de análise de processo para cliente do grupo B. Tendo sido tratado.

Disse ainda, "Conforme análise do caso, constata-se que a AC do Cliente reclamante é AT - Grupo A. E o de Danos elétricos são de exclusividade para cliente do Grupo B , conforme Art.599, da resolução normativa Aneel" textuais. Prossegue o texto dizendo que não houve demora e a reclamação é improcedente. Finaliza o documento com pedido de desculpas pelos transtornos e pede a compreensão do consumidor".

No e-mail acima existem algumas inconsistências carentes de esclarecimento. Primeiramente, afirma não estar havendo atrasos na decisão administrativa. Ora Exa., um pedido administrativo iniciado no princípio de março, sem decisão até o meado de junho só pode estar demorando consideravelmente e causando mais prejuízos a este consumidor.

Depois pré-julga o caso alertando sobre a possibilidade de não havendo acordo, o pleito estaria na iminência de ser o pedido indeferido pelo setor jurídico, vez que se trata de consumidor pertencente ao Grupo A (alta tensão) e por isso não faria jus ao ressarcimento de danos elétricos.

Na verdade, a unidade de consumo estar classificada como consumidor de baixa tensão, com ligação trifásica, pertencente ao Grupo B-2, conforme faturas apresentada (Doc...)

O e-mail da concessionária afirma ainda que no dia 20.05.22 o setor jurídico da Equatorial tentou acordo com o cliente. Isso é verdade. Nessa data o titular da conta, Sr. Francisco das

Chagas Lopes, atendeu ao telefone (86) 994146225, às 12, 05 horas. Nessa oportunidade a Dra....., advogada da Equatorial propôs, para acertar a pendência, um valor pouco acima de 80 mil reais. Por considerar o valor irrisório, isto é, menos de um terço do prejuízo materializado a proposta não foi aceita.

Na esperança de solução administrativa, o consumidor prejudicado, em expediente datado de 29.06.2022 dirigiu à Ouvidoria da Equatorial solicita o empenho do órgão no sentido de obter resposta sobre a questão em andamento (Doc-.....). Nesse documento o consumidor demonstra preocupação com a iminente possibilidade de cortes de sua energia. A leitura da correspondência torna-se necessária porque o seu conteúdo retrata o seu abalo emocional, afetando o seu lado psicológico pelo desgaste de sua imagem, caso fosse confirmado o corte da energia, já programado pela fornecedora.

Em resposta, em novo e-mail datado de 13.07.22 a Ouvidoria se reporta dizendo ".....Feita a análise de processo de ressarcimento de Danos não Elétricos, foi constatado que a demanda já fora tratada de forma recursal pela ouvidoria.

"Foi identificado que a mesmo com previsão em resolução normatizada que o processo de Danos é de exclusivo tratamento aos consumidores do Grupo B, a distribuidora tentou fazer acordo com o cliente pelo seu setor Jurídico, onde foi relatado que o acordo foi negado com a Distribuidora, demonstrando que a situação não foi negligenciada e não se omitiu".

Dessa forma, como já informado no protocolo anterior de cadastro 229.271.165.650, a manifestação se enquadra como improcedente, estendendo assim para o presente protocolo, haja vista o recurso é o mesmo anexo anteriormente, ou seja, a mesma manifestação.

Foram feitos contatos em 12 e 13 de julho de 2022 para informação ao cliente, contudo, não obtivemos sucesso nas tentativas" verbis. (Doc-.....).

Na realidade, o documento acima nada acrescenta de novidade. Diz que a distribuidora tentou fazer acordo e que o cliente recusou-se, não comprovando documentalmente o teor da proposta.

Diz também ter tentado contatos em 12 e 13 de julho de 2022 não havendo sucesso nas tentativas. No dia 13 foi recebido na caixa de e-mail do consumidor apenas o documento ora comentado.

Até então Sr. Presidente está evidente que a Equatorial reconhecendo o Nexo Causal propõe acordo fixado em menos de 1/3 (um terço) do prejuízo que será ressarcido ao consumidor depositário das aves mortas na Granja Formosa.

Todavia Excelência, inconformado com a indecisão administrativa Da Equatorial, o consumidor requerente formulou reclamação através do site consumidor.gov.br em 14.07.2022. (Doc.....).

Nessa mesma data e de forma precipitada a Equatorial em parecer eivado de falhas, como demonstrado a seguir, se reporta ao caso e indefere o pedido:

1 - o nome do consumidor é Francisco das Chagas Lopes e não Francisco das Chagas Pereira do Nascimento, como consta no referido parecer;

2 - trata-se de pedido de dano material e não dano elétrico como quer confundir a empresa Equatorial em seu parecer;

3 - trata-se de consumidor de baixa tensão classificado pela Equatorial com B-2 e não consumidor de alta tensão como quer se fazer acreditar a Equatorial. E mesmo que fosse consumidor de alta tensão, Grupo A, a Equatorial não estaria isenta da reparação do dano;

4 - a pane ocorreu na rede de alta tensão da Equatorial. E nenhum consumidor pode ter acesso a referida rede. Reparos e manutenções terão obrigatoriamente de serem realizados pela Equatorial;

5 - sem dizer a norma o parecer se refere a uma série de artigos que nada tem a ver com o caso em si, cuja leitura é recomendável.

Em 15.07.22 o site consumidor.gov.br reportou-se em nota de agradecimento e informa que o contato pode ser impresso para subsidiar futuras demandas (Doc-....).

Excelência, estar provado que o prejuízo causado pela Equatorial decorreu da queda de uma das chaves na rede da empresa, por isso o nexo de causalidade. Também estão provados de modo inequívoco a morte e a quantidade das aves e a extensão dos prejuízos. Ainda, provada que o produtor, na condição de integrado e de fiéis depositários está sujeito aos ditames da lei para repor o prejuízo à integradora.

Não há como negar que nessas circunstâncias de serem obrigados ao pagamento da integradora, terem débitos em atraso de faturas de energia, com iminência de cortes, parcelamento não cumprido junto Equatorial, atraso no pagamento dos empregados e dos encargos sociais, dentre outras causas, tudo isso somado não há que negar o enorme prejuízo causado à Boa imagem e o abalo psicológico sofrido. Essa questão foi abordada em correspondência divida à Equatorial, quando se tentou uma reparação amigável (Doc....).

Doc. 07

ANEXO - I

RELAÇÃO DA RECLAMAÇÕES FEITAS À EQUATOIAL NO PERÍODO DE 29.08.2021 A 02.04.23

DATA	PROTOCOLO	Nº SERVIÇO	OBSERVAÇÕES
29.08.21	26403022		cabo rompido -43h s/energia
08.10.21	26940374	26940406	canela caída
24.10.21	27195416	27195440	" "
29.10.21	27281184	27281208	" "
01.11.21	27316551	27316598	" "
03.11.21	27343110	27343130	" "
09.11.21	27430037	27430080	" "
11.11.21	27473646	27473695	" "
08.12.21	27826507	27826537	" "
11.01.22	28263411	28263456	" "
12.01.22	28289056	28289091	" "
30.01.22	28586117	28586132	" "
05.02.22	28703693	28703732	" "
06.02.22	28715595	"	" "
10.02.22	28788657	28788688	" "
10.02.22	28801159	28801182	Falta no mesmo dia
24.02.22	29053251	29053252	falta energia dia 24 reclamação Atendida dia 25.
07.03.22	29189748	29189796	Canela caída
09.03.22	29229631	29229645	faltou às 07:42 horas
09.03.22	29236739	"	faltou novamente 12:03 h.
10.03.22	29256513	29256618	canela caída
15.03.22	29348993	"	" "
15.03.22	29349883	"	" "

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ

CONTINUAÇÃO FLS 02

16.03.22	29367866	29367899	" "
22.03.22	29472055	29472086	canela caida
23.03.22	29474695	S/OS	" "
26.03.22	29561514	S/OS	" "
28.03.22	29586845	29586879	começa vazio sanitário n/granja
23.04.22	29945927	29945968	canela caida
28.04.22	30022853	30022862	" "
29.04.22	30035140	S/OS	" "
05.05.22	30098762	30098782	" "
05.05.22	30102037	S/OS	" "
08.05.22	30129408	30129417	" "
26.05.22	30348723	30348736	" "
08.06.22	30489683	30489701	" "
20.06.22	30597413	30597433	" "
08.07.22	30735202	30735213	" "
26.07.22	30929299	S/OS	" "
01.08.22	30996265	S/OS	" "
13.08.22	31111174	31111182	" "
04.09.22	2153	8000001294	" "
06.09.22	33536	8000017567	" "
08.09.22	54180	8000028047	" "
15.09.22	142879	8000068270	" "
16.09.22	163821	s/OS	" "
17.09.22	164435	S/OS	" "
17.09.22	167642	S/OS	" "
20.09.22	194228	8000094768	" "

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

CONTINUAÇÃO FLS-03

08.11.22	980432	8000496119	"	"
08.11.22	981995	S/OS	"	"
08.11.22	989083	8000500689	"	"
09.11.22	1002720	8000506657	"	"
10.11.22	1003582	8000507106	"	"
14.11.22	1055480	8000531070	"	"
18.11.22	1137452	8000572403	"	"
26.11.22	1248628	800023315	"	"
03.12.22	1359793	8000681266	"	"
04.12.22	Nessa data não houve atendimento nem pela AV nem pelo 0800.			
12.01.23	1965400	8000976862	"	"
15.01.23	2000835	8000998477	"	"
16.01.23	2008034	S/OS	"	"
17.01.23	2048964	8001024266	"	"
19.01.23	2092098	8001053259	"	"
20.01.23	2120941	8001068216	"	"
25.01.23	2204881	8001114538	"	"
31.01.23	2302742	8001167264	"	"
31.01.23	2305925	S/OS	"	"
31.01.23	2306082	8001169335	"	"
02.02.23	2347235	8001190044	"	"
03.02.23	2353715	S/OS	"	"
03.02.23	2362331	S/OS	"	"
06.02.23	2393739	8001221920	"	"
07.02.23	2441948	8001249428	"	"
14.02.23	2554827	8001311915	"	"

CONTINUAÇÃO FLS-04

14.02.23	2573953	S/OS	" "
15.02.23	2578979	S/OS	canela caída
15.02.23	2588235	S/OS	" "
15.02.23	2598105	S/OS	" "
15.02.23	2598012	8001332001	" "
16.02.23	2618995	8001342216	" "
19.02.23	2658139	8001367620	" "
20.02.23	2662946	S/OS	" "
20.02.23	2663231	8001372001	" "
20.02.23	2666290	S/OS	" "
22.02.23	2682072	8001384754	" "
22.02.23	2685791	8001386562	" "
23.02.23	2688518	8001388474	" "
13.03.23	3011272	8001549070	" "
18.03.23	3102433 (Manhã)	8001594440	" "
18.03.23	3108501 (Tarde)	8001597455	" "
19.03.23	3115067	8001602560	" "
23.03.23	3188328	8001638095	" "
01.04.23	3354018	8001722852	" "
02.04.23	3356412	S/OS	" "
02.04.23	3358169	8001726252	" "

Teresina-PI, 10 de abril de 2023

Francisco das Chagas Lopes

Conta contrato 1459170-7

Dados extraídos do Celular do consumidor nº (086) 994242099

Legenda : S/OS (Sem Ordem de Serviço).

Doc-12

HERVERTON QUEIROZ

RELATORIO TÉCNICO SOBRE REDE ELÉTRICA

I - APRESENTAÇÃO - A empresa HQ INSTALAÇÕES E MANUTENÇÃO ELÉTRICA, CNPJ 20.818.667/0001-03, sediada na quadra 11 casa 42, Bairro: Bom Princípio, CEP: 64095-010 em Teresina-PI, sendo, neste ato representada pelo seu sócio gerente Sr. Herverton Queiroz e Silva, engenheiro eletricisia, CREA 1919173501 no final assinado, contatada para vistoria em rede elétrica tem conhecimento técnico para apresentação de diagnóstico sobre serviços de natureza elétrico.

II - OBJETO DO TRABALHO - Examinar "in loco" o estado geral da rede elétrica que parte da cidade de Altos-PI, bairro Tranqueira, seguindo em direção ao Povoado Zundão, no mesmo município, com percurso de 17 km.

Os serviços foram contratados pelo consumidor Francisco das Chagas Lopes, CPF: 012.619.593-53, proprietário da Granja Formosa, sediada na localidade, conta contrato 1459170-7.

III - CARACTERISTICA DO CONSUMIDOR - Trata-se de consumidor de média tensão (1,0 a 36,2 kv), classificado pela Equatorial com B-2-Rural.

IV - DA MANUTENÇÃO DA REDE - Para se ter energia com qualidade e segura, há necessidade de manutenção na rede elétrica.

No caso vistoriado constata-se, ao longo dos 17 km percorridos, uma quantidade significativa de galhos de árvores em contato com os cabos alumínio de média tenção, provocando curto-circuito e desarmando as chaves da rede, causando frequentes interrupções no fornecimento de energia aos consumidores da localidade.

Um outro aspecto a ser abordado consiste nas ações de improviso adotadas, aquando do restabelecimento da energia. Nota-se uma grande quantidade de elos fusíveis que são utilizados em substituição as chaves dos porta fusíveis, os quais deveriam ser protegidos por chaves apropriadas. Ao se observar as chaves instaladas nos portes a situação mais parece ninhos de aves, conforme pode se ver pelas fotos coletadas. Tais manobras são vulgarmente conhecidas como "pelas" ou "gambiarras".

V - CONCLUSÃO- Assim, concluímos como sendo precária a situação da rede elétrica vistoriada, podendo causar prejuízos aos consumidores e riscos iminentes às pessoas e animais.

VI - SUGESTÃO - Para que a rede elétrica vistoriada possa melhorar a segurança e minimizar riscos de acidentes, tornam-se imperiosa as seguintes medidas, em caráter de urgência:

1 - Poda das árvores localizadas sob a rede elétrica e os galhos periféricos em contato com os cabos de alumínio;

ENDEREÇO: RES. DEUS QUER, QUADRA 11, CASA 42.
CNPJ: 20.818.667/0001-03

(86) 99437-3363 / (86) 99974-1832/
(86)98806-9784
hqinstalacoes@gmail.com

HERVERTON QUEIROZ

2 - Reparação das chaves com subscrição das "peias" por elos fusíveis apropriados e protegidos com capas específicas.

OBS: Fotos em anexo:

É o nosso Parecer

Teresina-Pi, 13 de setembro de 2022

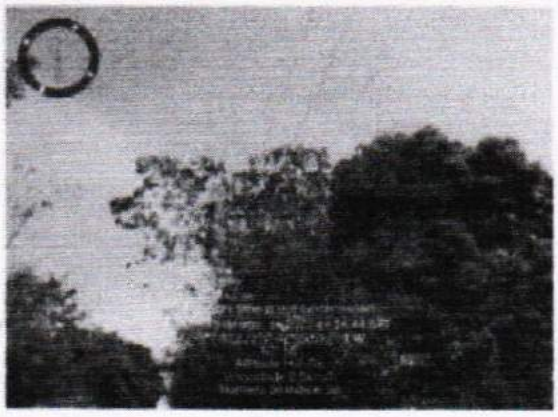
HEVERTON QUEIROZ E SILVA
Engenheiro Eletricista
CREA RN 1919173501
TERESINA-PI

ENDEREÇO: RES. DEUS QUER, QUADRA 11, CASA 42.
CNPJ: 20.818.667/0001-03
(86) 99437-3363 / (86) 99974-1832/ (86)98806-9784
hqinstalacoes@gmail.com

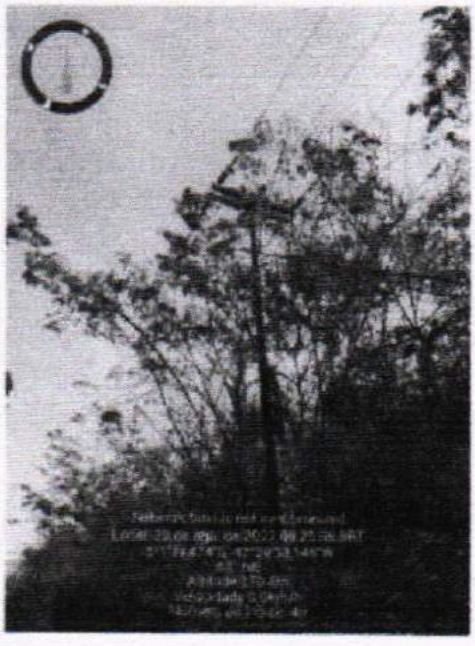
HERVERTON QUEIROZ

FOTOS NO PERCORRER DA REDE

01



02



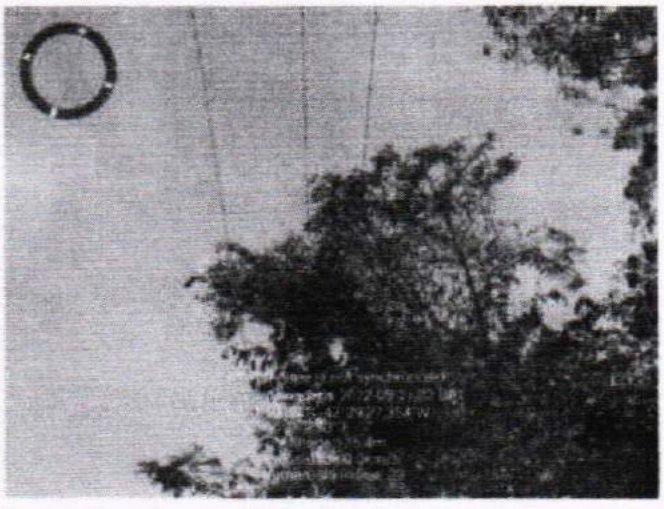
ENDEREÇO: RES. DEUS QUER, QUADRA 11, CASA 42.
CNPJ: 20.818.667/0001-03

(86) 99437-3363 / (86) 99974-1832/
(86)98806-9784
hqinstalacoes@gmail.com

HERVERTON QUEIROZ

03

04

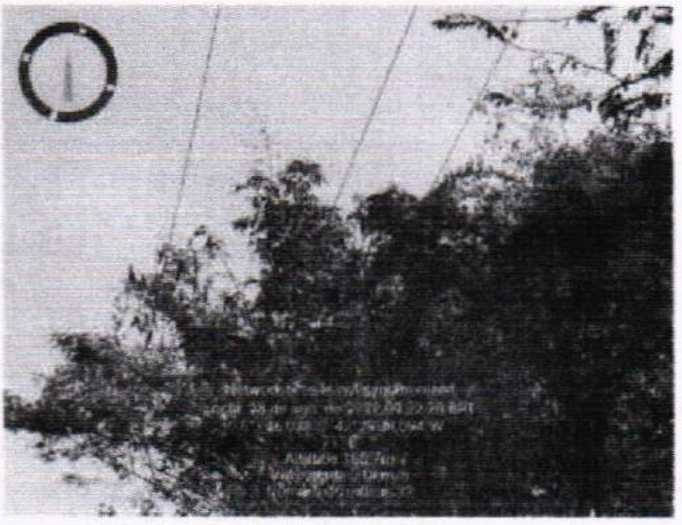


ENDEREÇO: RES. DEUS QUER, QUADRA 11, CASA 42.
CNPj: 20.818.667/0001-03

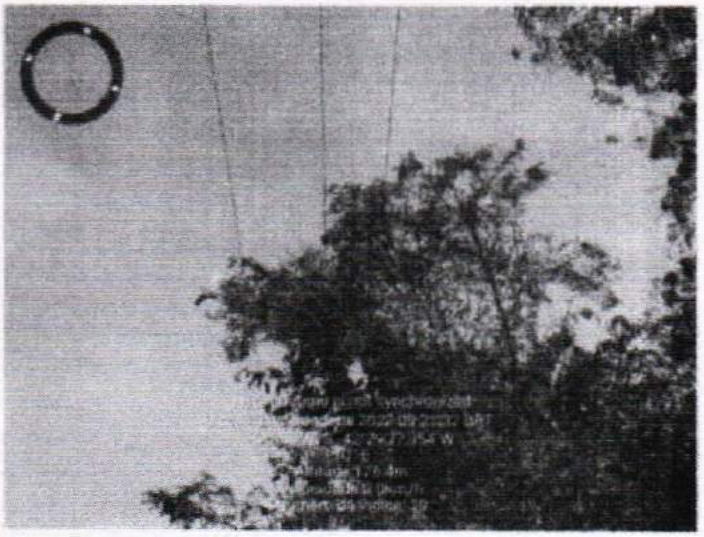
(86) 99437-3363 / (86) 99974-1832/
(86)98806-9784
hqinstalacoes@gmail.com

HERVERTON QUEIROZ

05



06

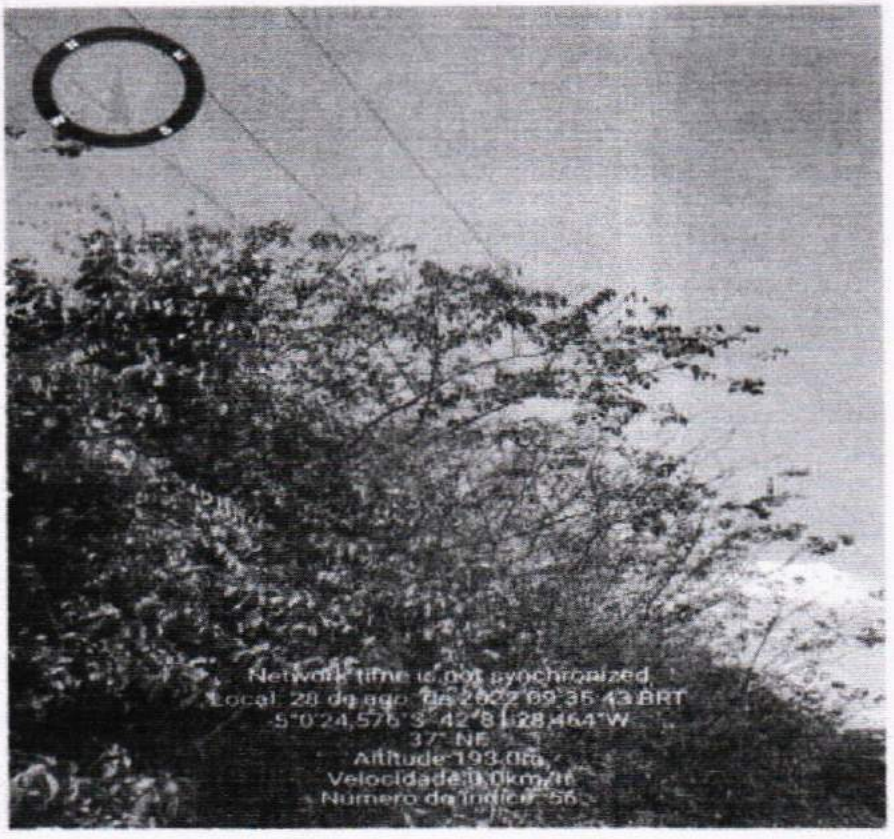


ENDEREÇO: RES. DEUS QUER, QUADRA 11, CASA 42.
CNPJ: 20.818.667/0001-03

(86) 99437-3363 / (86) 99974-1832/
(86)98806-9784
hqinstalacoes@gmail.com

HERVERTON QUEIROZ

07

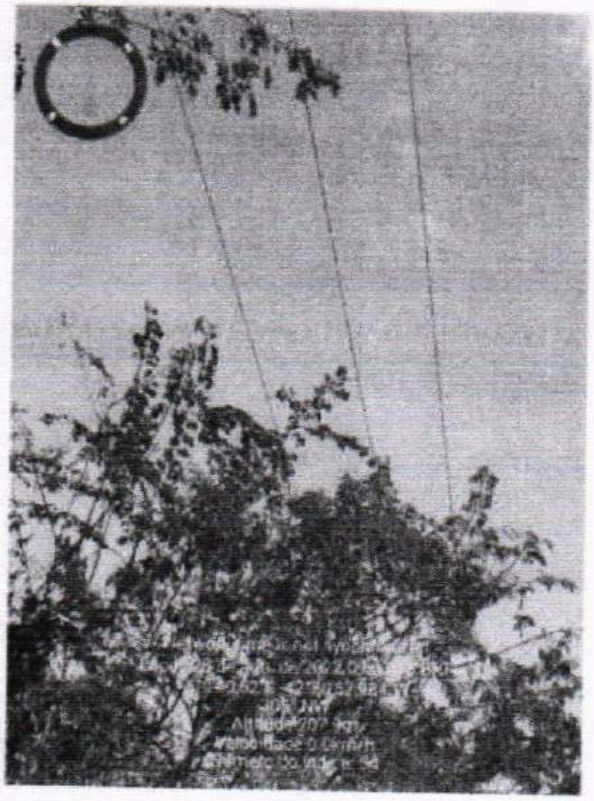


ENDEREÇO: RES. DEUS QUER, QUADRA 11, CASA 42.
CNPJ: 20.818.667/0001-03

(86) 99437-3363 / (86) 99974-1832/
(86)98806-9784
hqinstalacoes@gmail.com

HERVERTON QUEIROZ

12

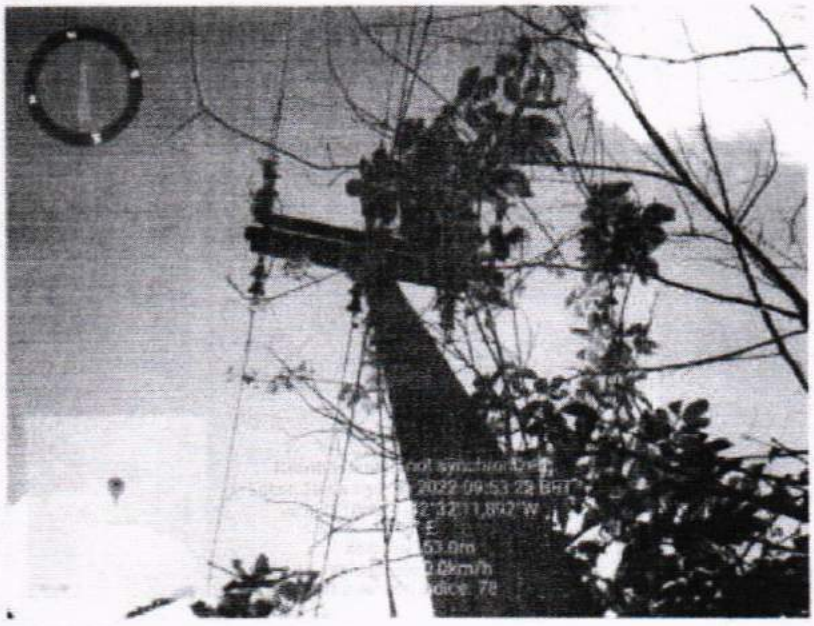


ENDEREÇO: RES. DEUS QUER, QUADRA 11, CASA 42.
CNPJ: 20.818.667/0001-03

(86) 99437-3363 / (86) 99974-1832/
(86)98806-9784
hqinstalacoes@gmail.com

HERVERTON QUEIROZ

13



ENDEREÇO: RES. DEUS QUER, QUADRA 11, CASA 42.
CNPJ: 20.818.667/0001-03

(86) 99437-3363 / (86) 99974-1832/
(86)98806-9784
hqinstalacoes@gmail.com

HERVERTON QUEIROZ

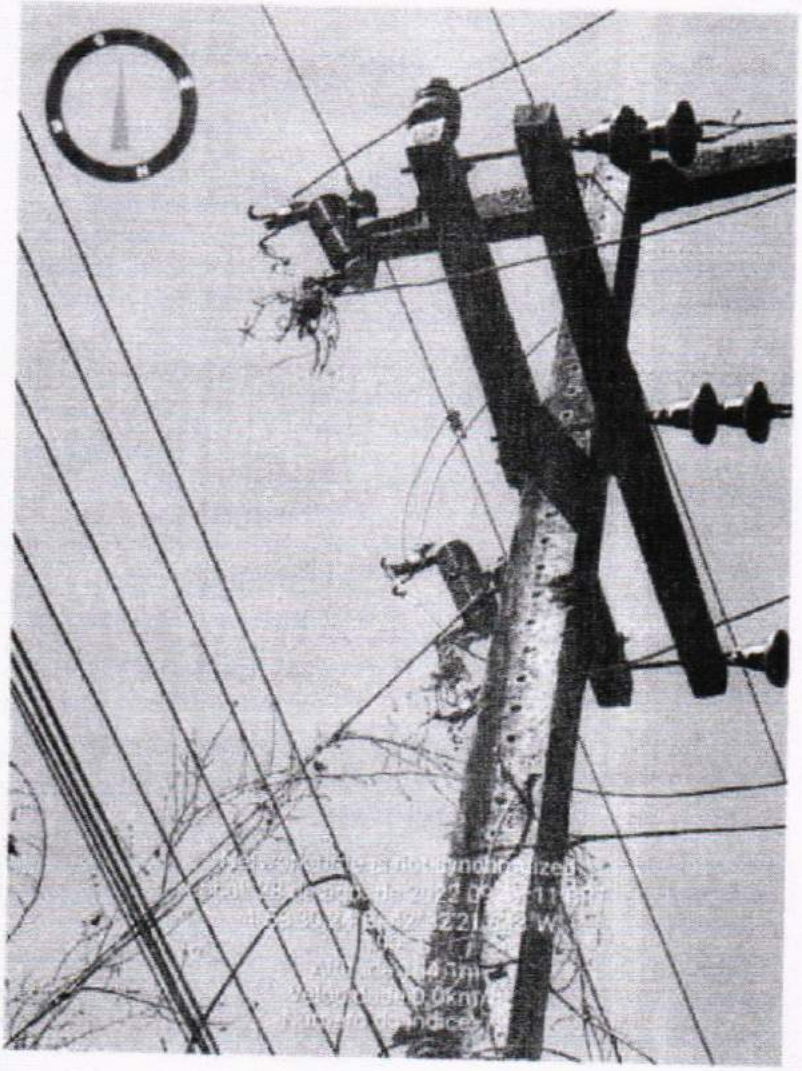
14

ENDEREÇO: RES. DEUS QUER, QUADRA 11, CASA 42.
CNPJ: 20.818.667/0001-03

(86) 99437-3363 / (86) 99974-1832/
(86)98806-9784
hqinstalacoes@gmail.com

HERVERTON QUEIROZ

15

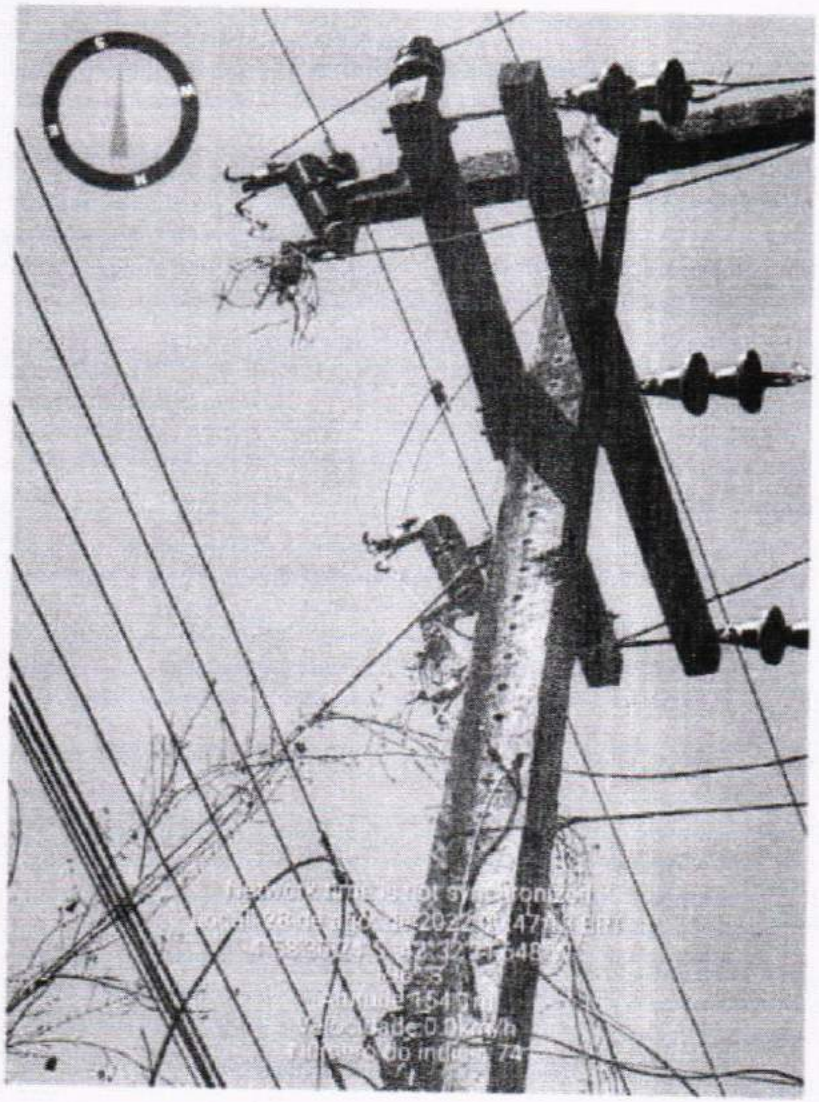


ENDEREÇO: RES. DEUS QUER, QUADRA 11, CASA 42.
CNPJ: 20.818.667/0001-03

(86) 99437-3363 / (86) 99974-1832/
(86)98806-9784
hqinstalacoes@gmail.com

HERVERTON QUEIROZ

16

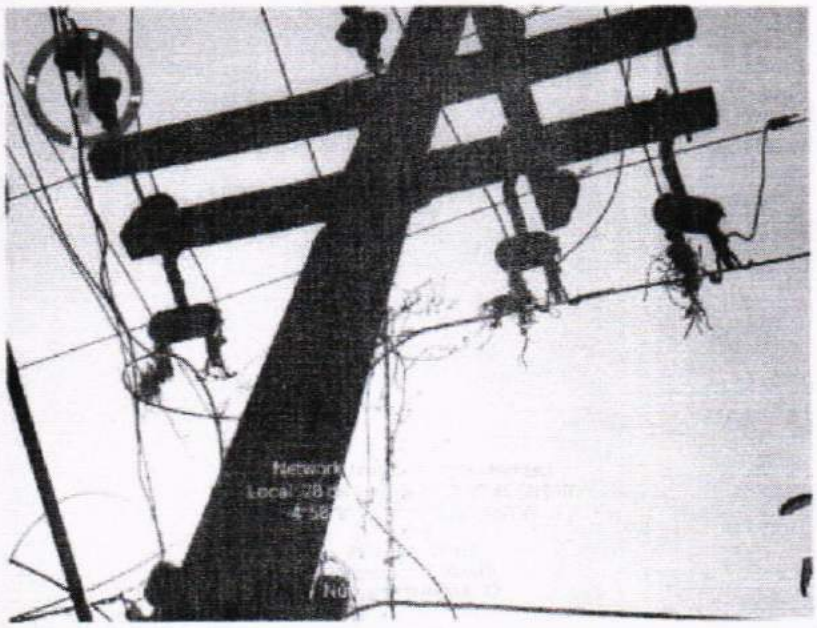


ENDEREÇO: RES. DEUS QUER, QUADRA 11, CASA 42.
CNPJ: 20.818.667/0001-03

(86) 99437-3363 / (86) 99974-1832/
(86)98806-9784
hainstalacoes@gmail.com

HERVERTON QUEIROZ

17

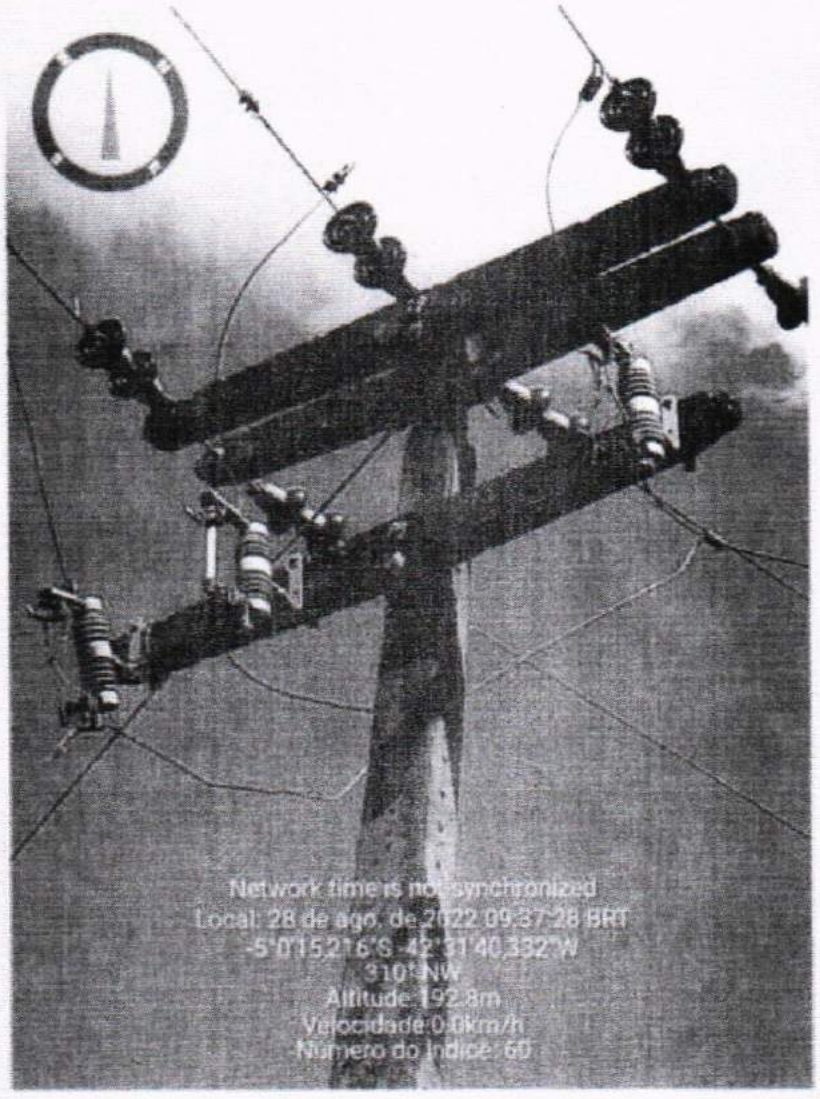


ENDEREÇO: RES. DEUS QUER, QUADRA 11, CASA 42.
CNPJ: 20.818.667/0001-03

(86) 99437-3363 / (86) 99974-1832/
(86)98806-9784
hqinstalacoes@gmail.com

HERVERTON QUEIROZ

18

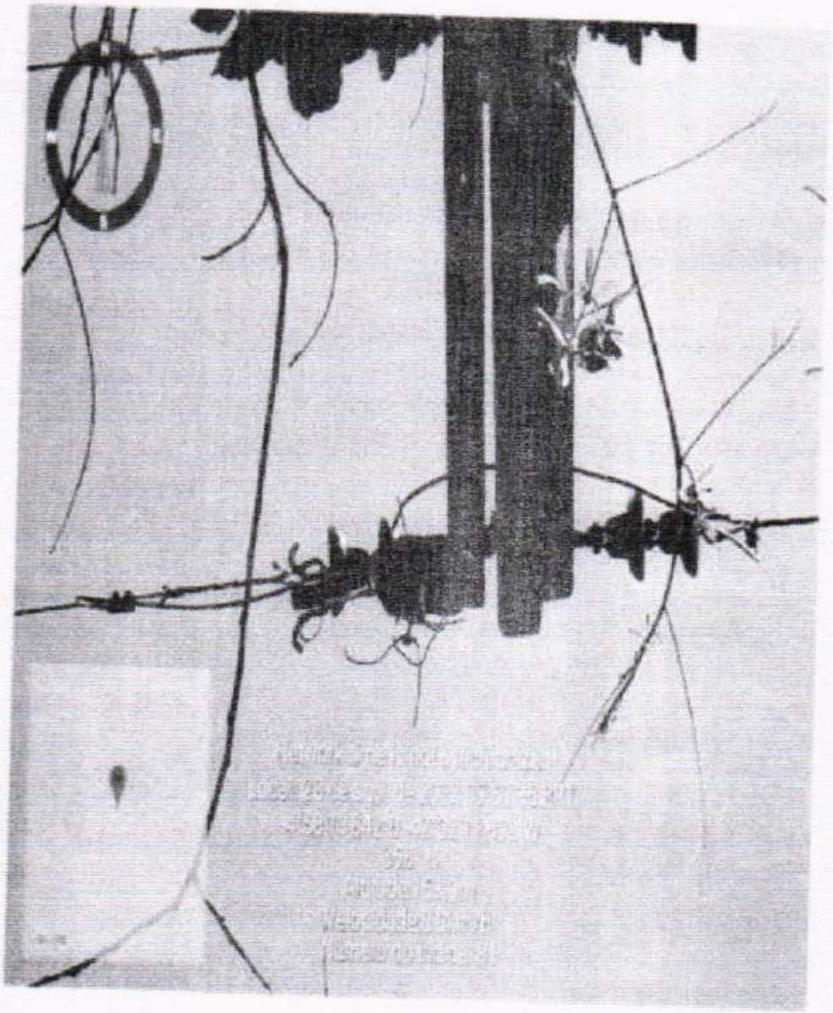


ENDEREÇO: RES. DEUS QUER, QUADRA 11, CASA 42.
CNPJ: 20.818.667/0001-03

(86) 99437-3363 / (86) 99974-1832/
(86)98806-9784
hqinstalacoes@gmail.com

HERVERTON QUEIROZ

19

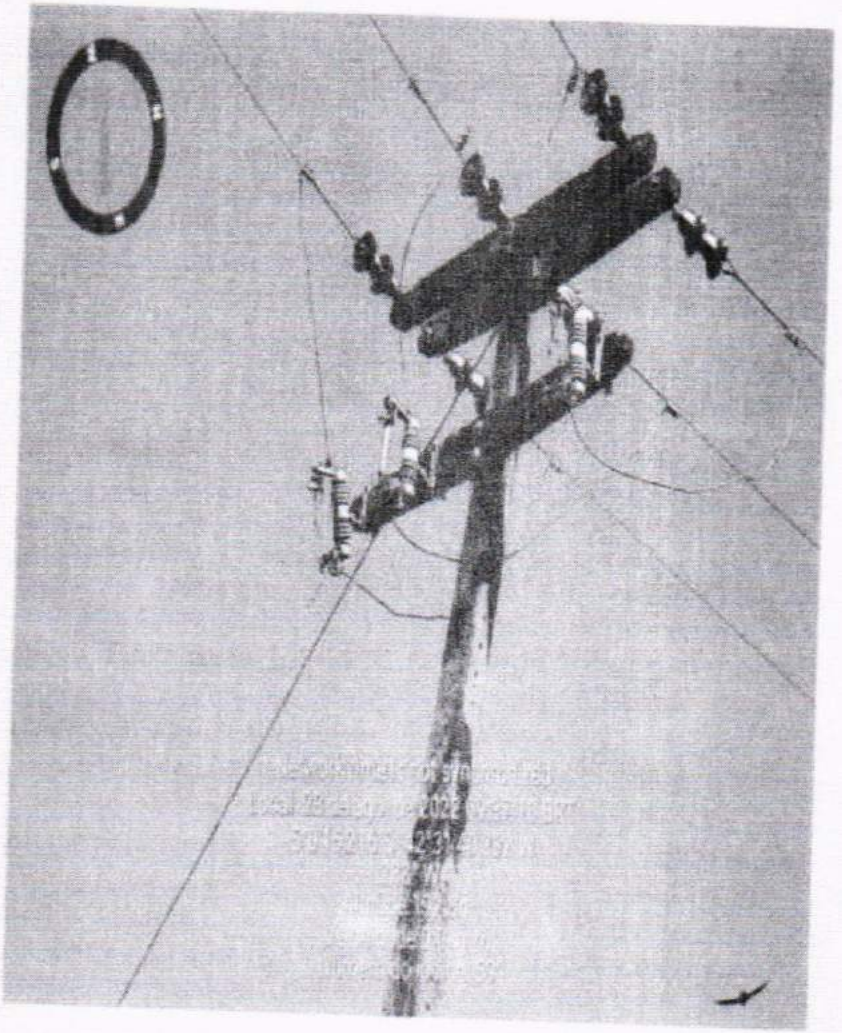


ENDEREÇO: RES. DEUS QUER, QUADRA 11, CASA 42.
CNPJ: 20.818.667/0001-03

(86) 99437-3363 / (86) 99974-1832/
(86)98806-9784
hqinstalacoes@gmail.com

HERVERTON QUEIROZ

20



ENDEREÇO: RES. DEUS QUER, QUADRA 11, CASA 42.
CNPJ: 20.818.667/0001-03

(86) 99437-3363 / (86) 99974-1832/
(86)98806-9784
hqinstalacoes@gmail.com

HERVERTON QUEIROZ

21

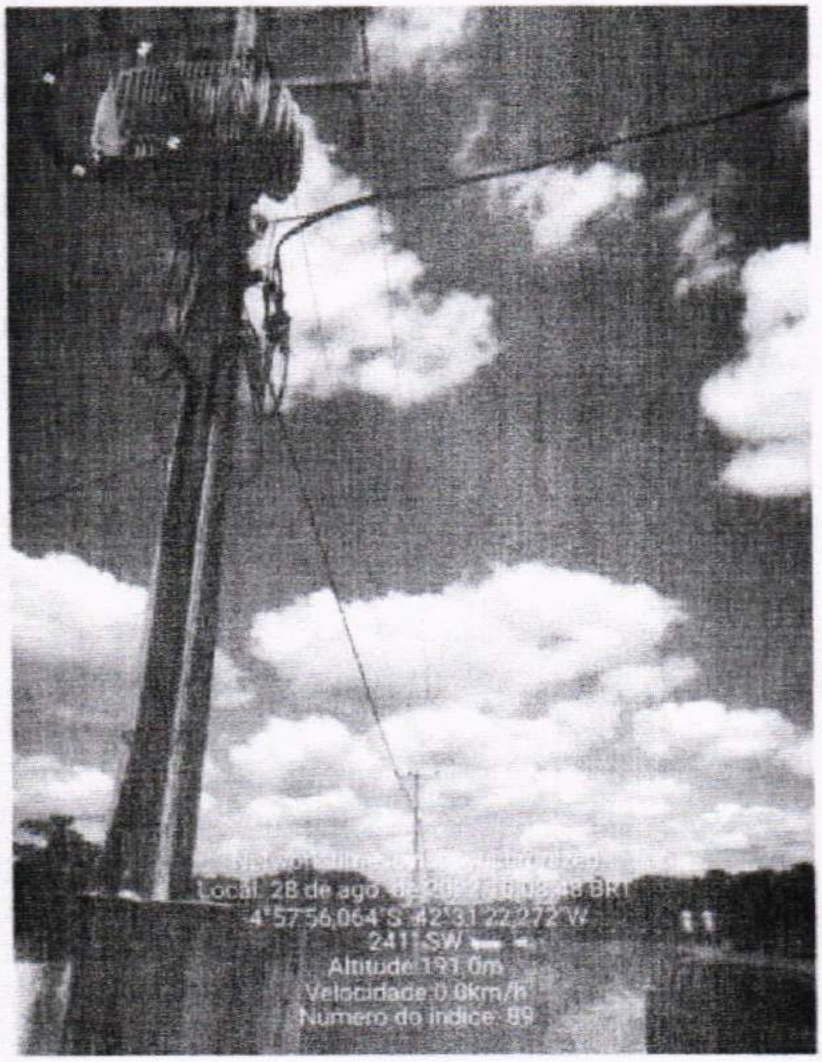
ENDEREÇO: RES. DEUS QUER, QUADRA 11, CASA 42.
CNPJ: 20.818.667/0001-03

(86) 99437-3363 / (86) 99974-1832/
(86)98806-9784
hqinstalacoes@gmail.com

HERVERTON QUEIROZ

Fotos rede dentro da propriedade sr. Francisco das chagas Lopes

01

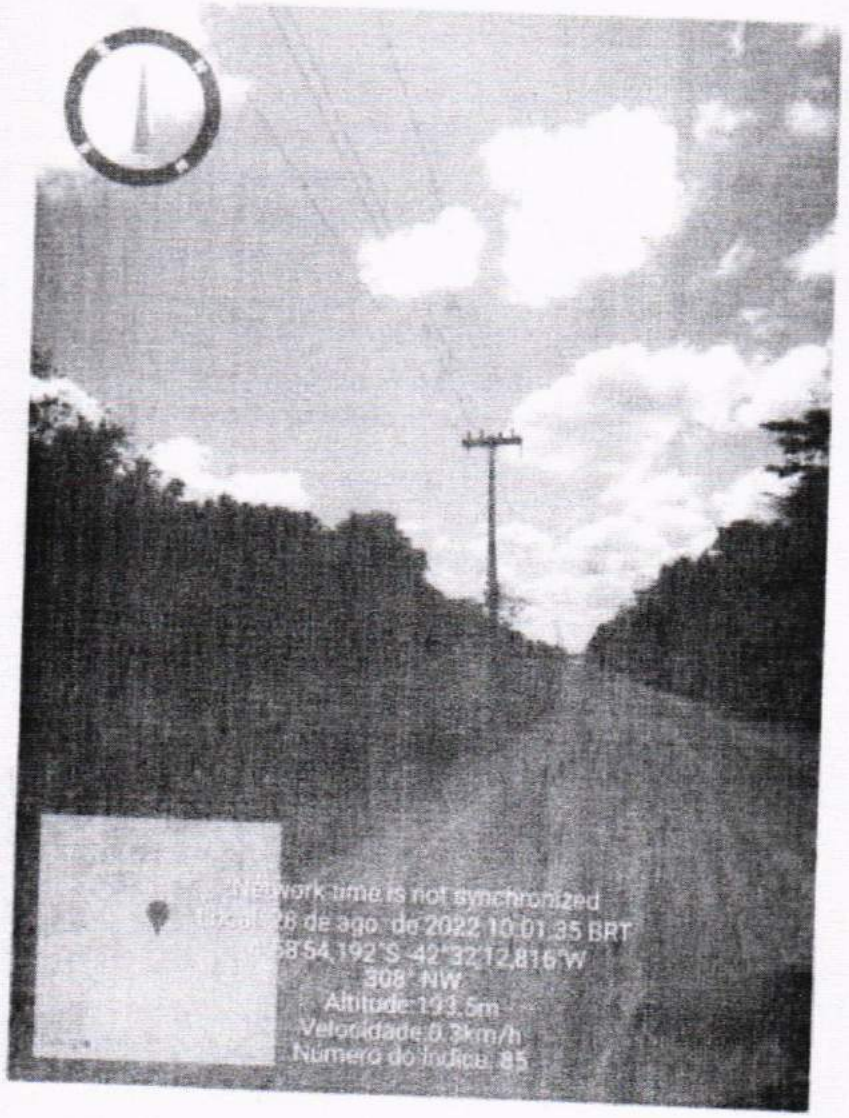


ENDEREÇO: *RES. DEUS QUER, QUADRA 11, CASA 42.*
CNPJ: *20.818.667/0001-03*

*(86) 99437-3363 / (86) **99974-1832/***
(86)98806-9784
hqinstalacoes@gmail.com

HERVERTON QUEIROZ

02

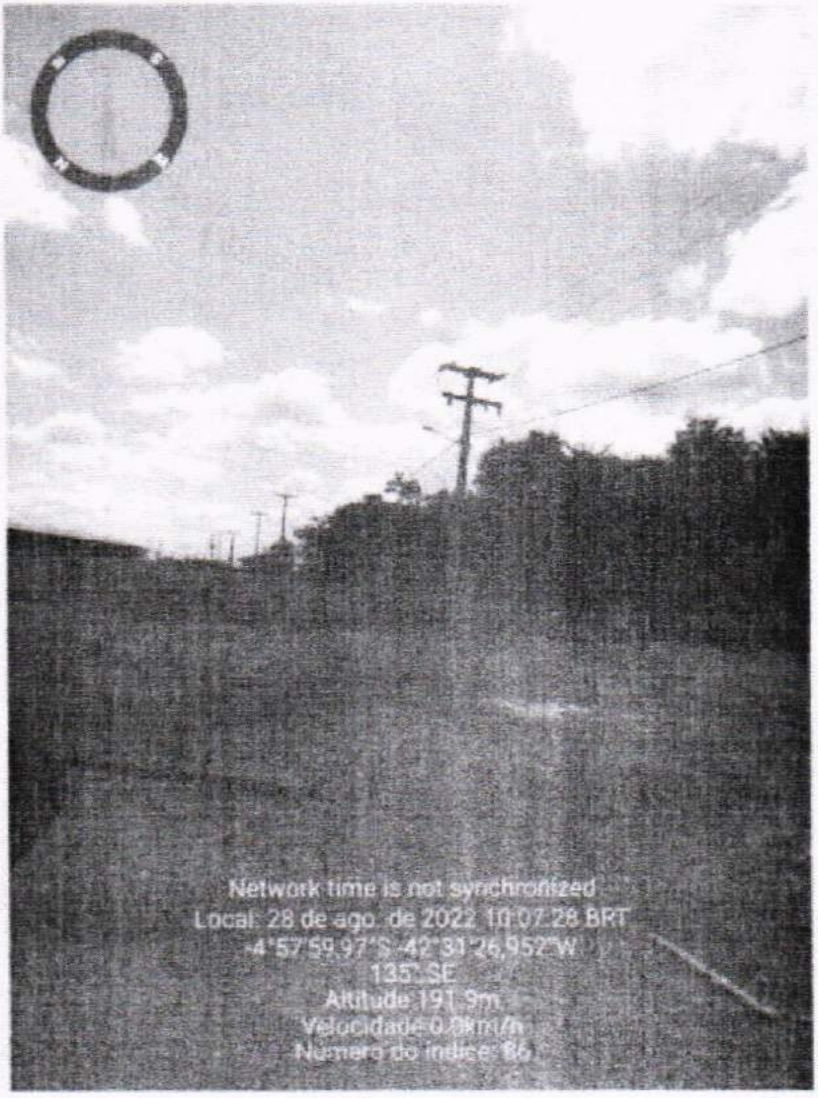


ENDEREÇO: RES. DEUS QUER, QUADRA 11, CASA 42.
CNPJ: 20.818.667/0001-03

(86) 99437-3363 / (86) 99974-1832/
(86)98805-9784
hqinstalacoes@gmail.com

HERVERTON QUEIROZ

03

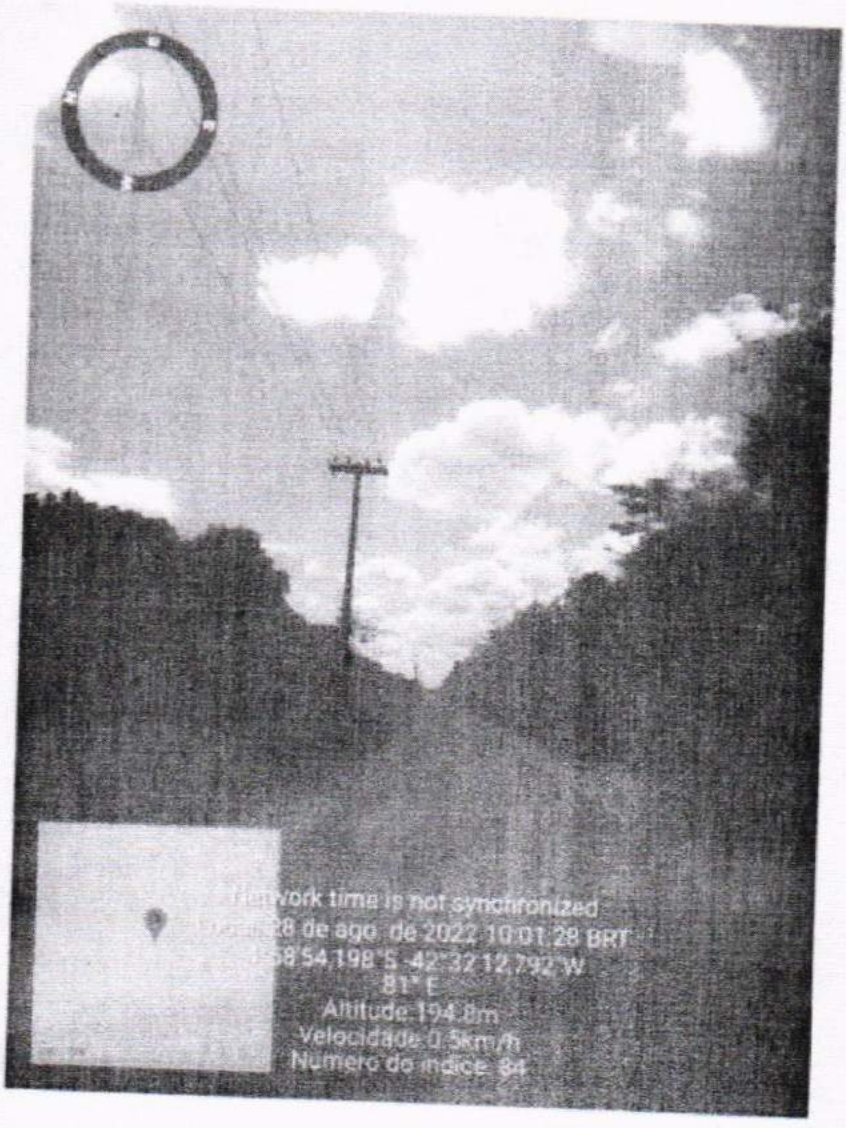


ENDEREÇO: RES. DEUS QUER, QUADRA 11, CASA 42.
CNPJ: 20.818.667/0001-03

(86) 99437-3353 / (86) 99974-1832/
(86)98806-9784
hginstalacoes@gmail.com

HERVERTON QUEIROZ

04



ENDEREÇO: RES. DEUS QUER, QUADRA 11, CASA 42.
CNPJ: 20.818.667/0001-03

(86) 99437-3353 / (86) 99974-1832/
(86)98806-9784
hqinstalacoes@gmail.com

equatorial ENERGIA

Teresina, 14 de fevereiro de 2023

Olá, Antônio Vicente Alves Da Silva!

Viemos informar que já analisamos seu pedido com número de protocolo: 0002278474 referente a conta contrato: 000019142633.

Reclamação improcedente. Prezado cliente, prezado cliente conforme verificação em campo, coletamos a 872 no dia 13/02/2022 confirmando o avanço de consumo na unidade consumidora, a nível de leitura as faturas encontram-se corretas. Na fatura trata-se de acerto de faturamento, onde o cliente pagou apenas pela media de consumo antes da confirmação de leitura. Agradecemos o contato. A Equatorial Energia trabalha todos os dias para ser melhor para você.

Bem, se você chegou até aqui, queremos lhe contar uma grande novidade. Você sabia que nós mudamos nosso jeito de atender para facilitar sua vida? Por isso, gostaríamos que você conhecesse a Clara, nossa assistente virtual que atende pelo WhatsApp. Basta você adicionar em seu celular o número (86) 3228 - 8200 e enviar uma mensagem solicitando serviços como segunda via de fatura, código para pagamento, consulta de débitos e informar falta de energia.

Além disso, você pode ter mais informações acessando nosso site www.equatorialenergia.com.br, ou ligando para nossa Central de Atendimento 0800 086 0800. Você poderá ainda registrar reclamação junto a Ouvidoria em nosso site ou no telefone 0800 721 0164.

Atenciosamente,

EQUATORIAL ENERGIA PIAUÍ

EQUATORIAL ENERGIA PIAUÍ
Av. Marechal, 759 - Centro Sul - Teresina-PI CEP: 64.001-015 - Fone: (86) 3216-4000
www.equatorial.com.br

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ

CARTÃO PARA ACOMPANHAMENTO DE ATENDIMENTO

Centro 11/09/23

Antonia Raiane

800 179 36 57 1914 26 33

[redacted]

Resposta da nota de atualização cadastral.

...TE DE ENDEREÇO TAIS COMO:

...ÃO DA PREFEITURA, A MESMA DEVE ESTAR EM ...A, CARIMBADA E REGISTRADA EM CARTÓRIO.

Maria José
9592 6578

Assentamento
Alto Bonito

13/04/2023 09:31 Moradores do Novo Horizonte estão há quase 12 horas sem energia - Cidadeverde.com

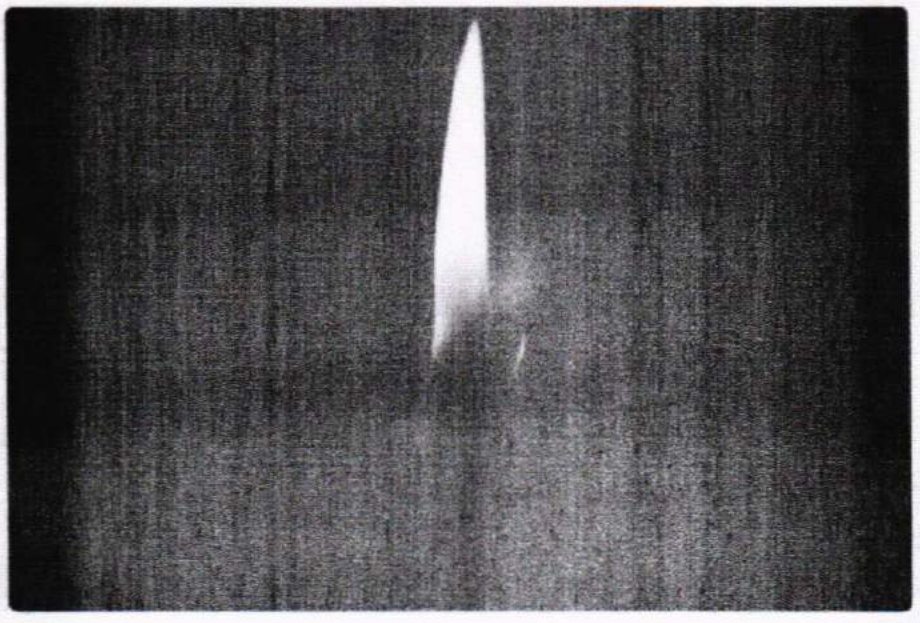
cidadeverde.com

20/12/22, 16:54

Moradores do Novo Horizonte estão há quase 12 horas sem energia

Ouvir: x 0:00

Foto: arquivo Cidadeverde.com



Moradores do bairro Novo Horizonte, na zona Sudeste de Teresina, estão sem energia há quase 12 horas. O fornecimento foi suspenso por volta de 6h, desta terça-feira (20), e até o momento não foi normalizado.

"Já ligamos várias vezes para a Equatorial. Só dizem que estão lentando resolver e que outros vizinhos também já ligaram, mas não informam qual o problema e nem quando a energia vai voltar. Tenho uma sobrinha bebê em casa e não sabemos mais o que fazer", disse Nayla Sousa, moradora da Rua Natal, uma das vias afetadas pela falta de energia.

Nas últimas 24 horas, moradores do bairro também ficaram sem o abastecimento d'água, mas a situação foi normalizada ainda pela manhã.

Por meio de nota, a Equatorial Piauí informou que a interrupção do fornecimento de energia tem como causa um transformador queimado na região e que equipes estão realizando a troca do aparelho com previsão de normalização do fornecimento até às 17h30 de hoje.

^

https://cidadeverde.com/noticias/383487/moradores-do-novo-horizonte-estao-ha-quase-12-horas-sem-energia?utm_source=wh... 1/3

13/04/2023 09:32 Moradores do Novo Horizonte estão há quase 12 horas sem energia - Cidadeverde.com

VEJA A NOTA NA ÍNTEGRA

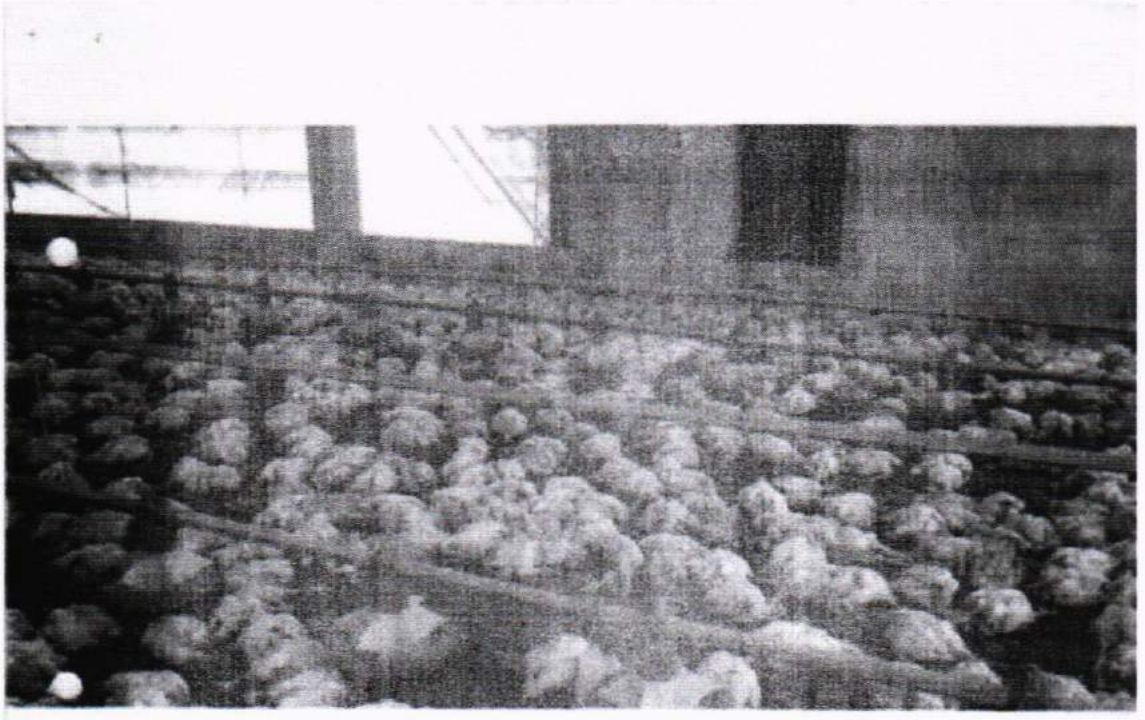
Sobre a interrupção do fornecimento de energia em uma área do bairro Novo Horizonte, zona sudeste de Teresina, a Equatorial Piauí informa que a ocorrência teve início às 6h34 da manhã do hoje (20) e tem como causa um transformador queimado na região. A Distribuidora informa que nesse momento as equipes estão realizando a troca do aparelho com previsão de normalização do fornecimento até às 17h30 desta terça-feira (20).

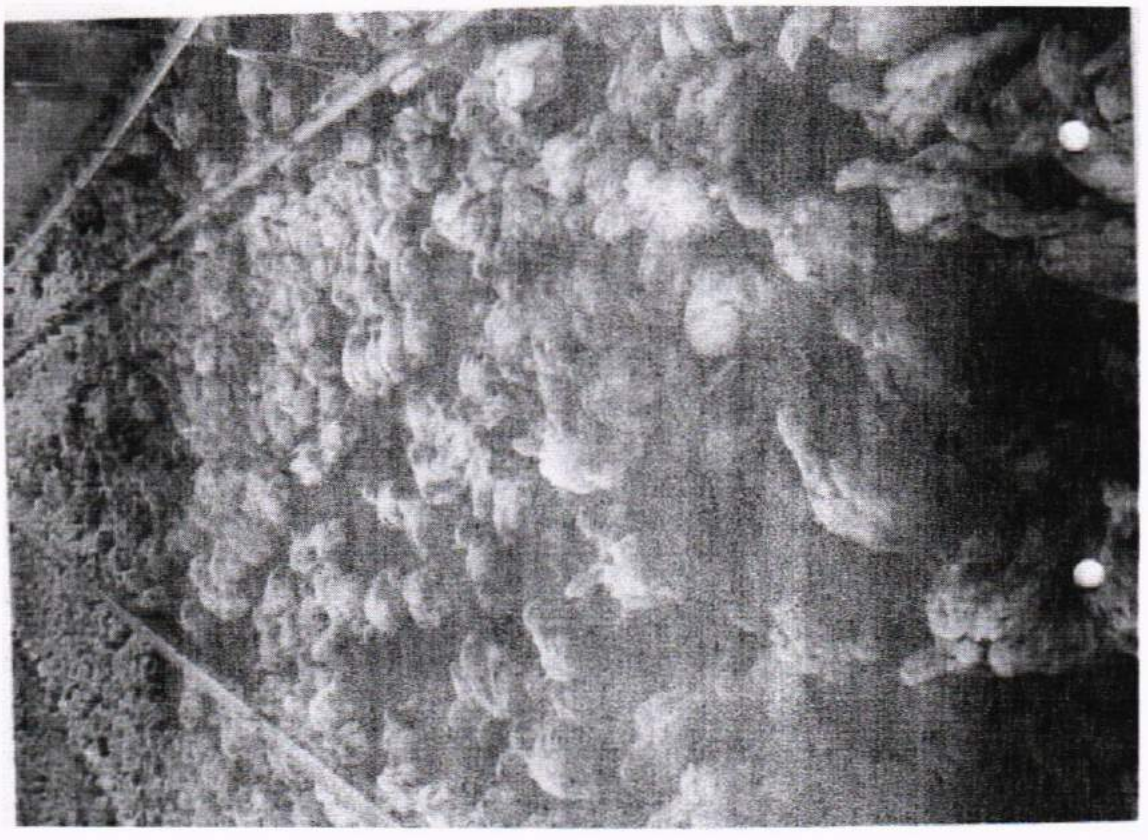
Graciane Araújo
redacao@cidadeverde.com

TAGS: Novo Horizonte bairro Equatorial luz energia

00:00/00:00 cidadeverde

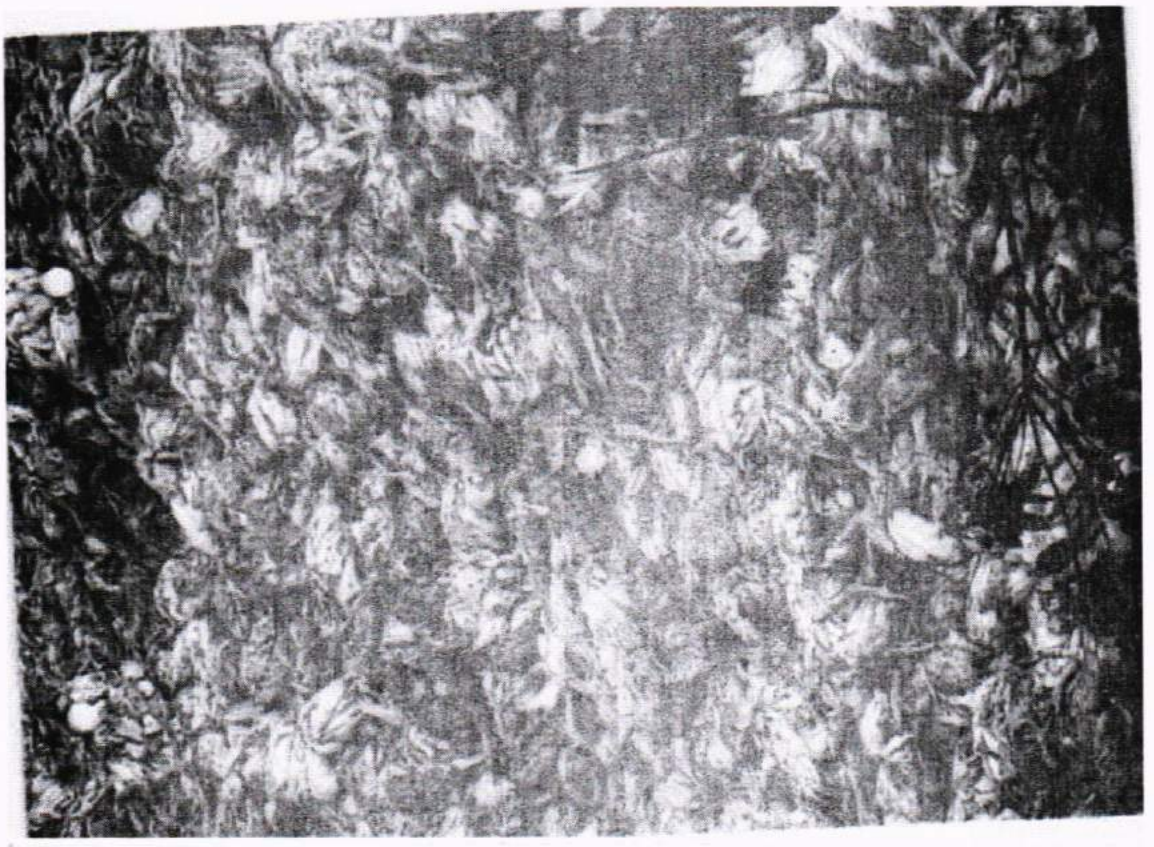
Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br



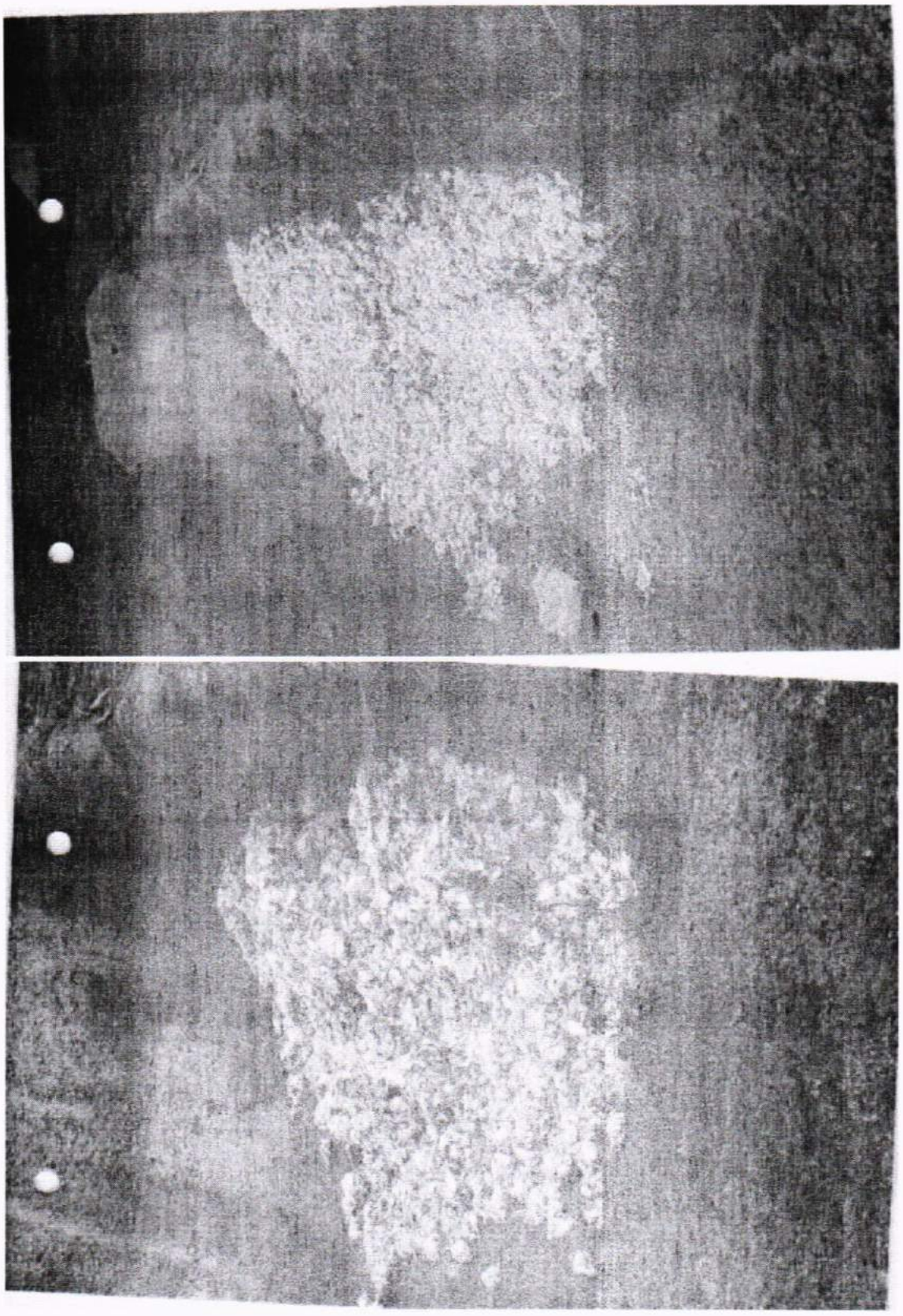


Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ

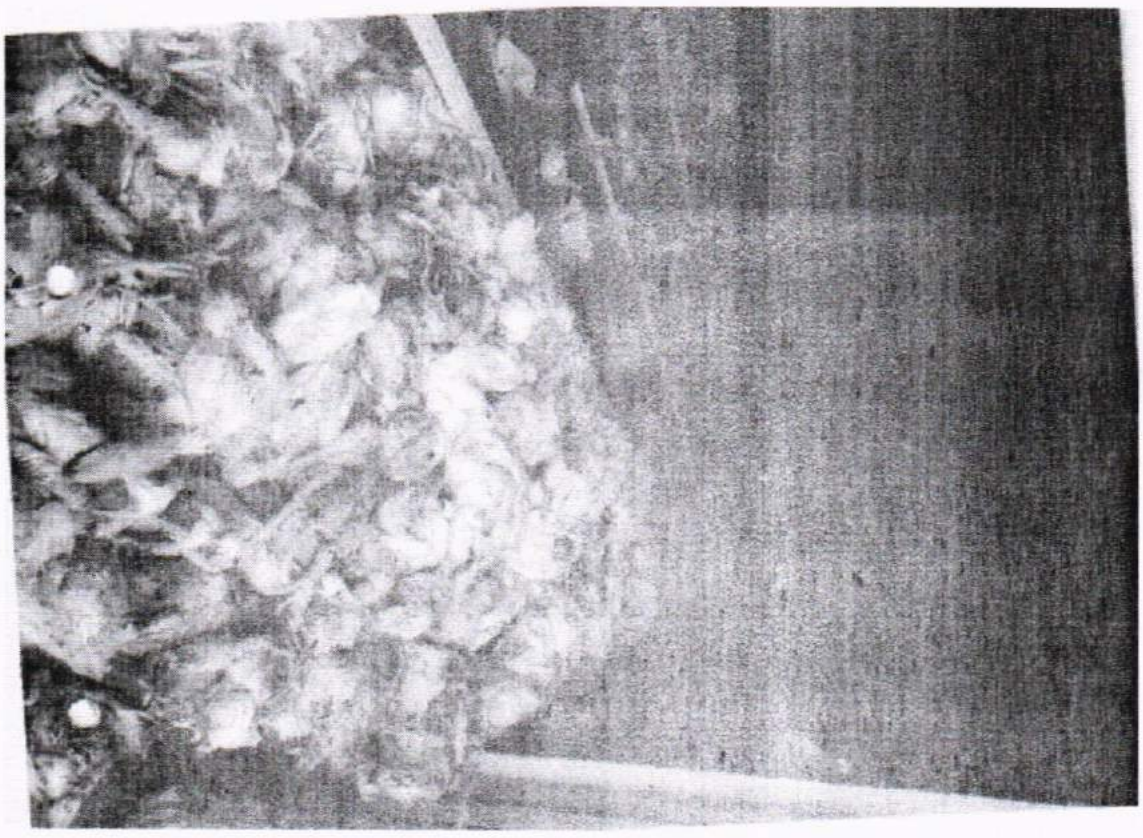


Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br



Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ



Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

6.2.3 DENÚNCIA DA CIDADE DE BATALHA-PI

Estado do Piauí
Assembleia Legislativa

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

FORMULARIO DE INFORMAÇÃO PERANTE CPI DA EQUATORIAL PI

NOME: Edmar Vieira de Sousa

CPF: 936.504.773-00

TELEFONE: (86) 99929595 51

ENDEREÇO: Avenida Inácio Faria nº 671 / B. Barroco II

SOLICITAÇÃO ( ) DENÚNCIA ( ) INFORMAÇÃO ( ) JUNTADA DE DOCUMENTOS ( )

COMENTÁRIO:

→ Má qualidade da energia para município de Batalha, nosso bairro, falta de iluminação de risco que a segurança, serviço não funciona, constantemente, como dinheiro que.

→ todos os bairros da cidade estão sempre escuros, resolver 36 anos, sempre mesma coisa, nunca realizar um trabalho adequado.

→ Já Faltou vim muitos dores, passar ele dia, quase certo, Faltou apagado meu tio, quando voltamos a segurança as vezes da situação como podemos ter direito ao conforto da energia, com uma população.

→ gostaríamos solução de uma substituição para funcionar adequado.

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Estado do Piauí
Assembleia Legislativa

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

FORMULARIO DE INFORMAÇÃO PERANTE CPI DA EQUATORIAL PI

NOME: Dedila de Jesus Rodrigis
CPF: 000.974.653-66
TELEFONE: 86 99848-4238
ENDEREÇO: PV. [illegible], S/N - Bairro Rural - Batalha
SOLICITAÇÃO ( ) DENÚNCIA (X) INFORMAÇÃO ( ) JUNTADA DE DOCUMENTOS ( )
COMENTÁRIO:
- Comunidade com postes de madeira.
- Falta de energia constante, gerando prejuízo de eletrodomésticos enormes.

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ

Estado do Piauí
Assembleia Legislativa

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

FORMULARIO DE INFORMAÇÃO PERANTE CPI DA EQUATORIAL PI

NOME: Guilherme Machado

CPF: 350.546.623-91

TELEFONE: 998475282

ENDEREÇO: AV: INÁCIO FARIAS

SOLICITAÇÃO ( ) DENÚNCIA ( ) INFORMAÇÃO (X) JUNTADA DE DOCUMENTOS ( )

COMENTÁRIO:

ATA DE REUNIÃO

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ

ATA DA REUNIÃO DIA 11/03/2021. COM A PARTICIPAÇÃO DOS VEREADORES, PREFEITO E REPRESENTANTES DA EQUATORIAL.

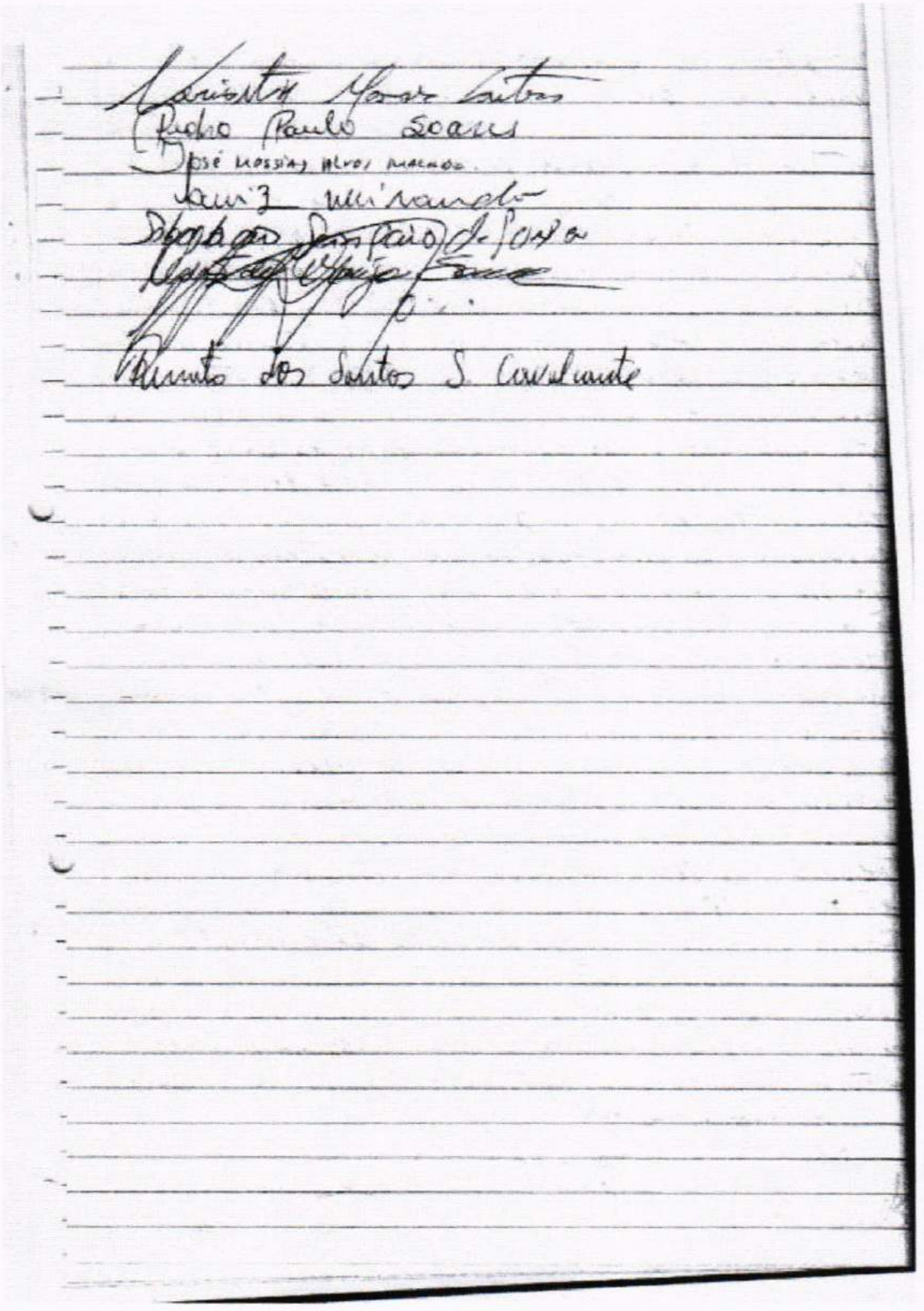
AOS ONZE DIAS DO MÊS DE MARÇO DE DOIS MIL VINTE E UM (11/03/2021) AS 9:00 HORAS DA MANHÃ, NO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BATALHA - PI, OS VEREADORES FRANCISCO CASTRO MACHADO, JOSÉ MESSIAS ALVES MACHADO, GUILHERME MACHADO, ANA CATIA GUSTOSA, NERIVALTON MORAES CASTRO, EDUARDO DA SILVA CRUZ, ELEYSON AMARAL RODRIGUES, O SR. PREFEITO MUNICIPAL JOSÉ LUIZ ALVES MACHADO, O SR. PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL SEBASTIÃO SAMPAIO E OS REPRESENTANTES DA EQUATORIAL PIAUÍ DISTR. DISTRIBUIDORA DE ENERGIA A SENHORA ALINE AGUIAR DA SILVA CONSULTORA DO PODER PUBLICO MUNICIPAL E O SENHOR RENATO DOS SANTOS SOUSA LIDER DE BASE O ASSESSOR JURIDICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BATALHA WAGNO JOSÉ DOS SANTOS, O ASSESSOR JURIDICO DA CAMARA MUNICIPAL DR. MANRÍCIO FERREIRA DA SILVA A IMPRENSA COM SEU PESSOAL TECNICO, PEDRO PAULO SOARES, LUIZ GONZAGA MIRANDA REUNIRAM-SE PARA TRATARMOS DE ASSUNTOS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO CONFORME PAUTA DISTRIBUIDA CONSTANDO NESTA ATA 1º QUEDA DE ENERGIA CONSTANTE, 2º PODAGEM DE NOVO ZONA RURAL E URBANA, 3º COS. P, 4º ATENDIMENTO PRECÁRIO (EQUIPES INSUFICIENTES). 5º ELIMINAÇÃO DE TODAS AS GAMBIARRAS, 6º DÉBITO COBRADO PELA EQUATORIAL (VER) 7º TRANSFORMADOR SEM SUPORTES PARA QUANTIDADES PARA A QUANTIDADE DE FAMILIAS EM ALGUMAS LOCALIDADES, 8º PROGRAMA LUZ PARA TODOS EM ATO CONTINUO O PROPONENTE DA AUDIÊNCIA FEZ USO DA PALAVRA EXPLANANDO ITEM POR ITEM DA PAUTA EM QUESTÃO, EM SE-

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

A REPRESENTANTE FEZ UMA AMOSTRAGEM DAS AÇÕES DESENVOLVIDA PELA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA EQUATORIAL, FAZENDO USO DA PALAVRA O VEREADOR JOSÉ MESSIAS ALVES MACHADO POR CONTA DA FALTA ACESSO NA REGIÃO DO MASSAPÊ SENÃO TERIA POSSIBILIDADES DE COLOCAR UMA MOTO COM ELETRICISTA POR CONTA DA LEGISLAÇÃO QUE OS PROIBE, O VEREADOR CLEY SON AMARAL RODRIGUES NA SUA FALA AGRADECEU A COBERTURA DAS EQUIPES MAS SE NÃO FOR FEITA A PODAGEM PARA MELHOR A DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA BEM COMO O SUBDIMENCIONAMENTO DE TRANSFORMADORES, EM USO CONTINUO O VEREADOR NERIVALTON MORAES FEZ UM RELATO DAS DIFICULDADES DAS INUMERAS LOCALIDADES DA QUANTIDADE DE DIAS SEM ENERGIA E A DEMORA DA RESOLUTIVIDADE DO PROBLEMA, DANDO SEGUIMENTO A INDAGAÇÃO O ASSESSOR JURIDICO DA CÂMARA DEU UM ENFOQUE MAIOR NA PONTA PEDINDO AUTOMIA AS EQUIPES DE ATENDIMENTO. O PREFEITO NA SUA FALA FEZ VÁRIAS RECLAMAÇÕES DE ATENDIMENTO E DIFICULDADES NA ABERTURA DAS EQUIPES DE EMERGÊNCIA E PLANTÃO, O PREFEITO TAMBÉM DA EMPRESA QUE SEJA REALIZADO AS EXTENSÕES DE REDE DE ENERGIA QUE FALTAM TANTO NA SEDE COMO NA ZONA RURAL. FICANDO PARA O FINAL O PROGRAMA LUZ PARA TODOS ONDE FOI COLOCADO QUE BATALHA VAI SER CONTEMPLADO COM A QUARTA ETAPA DE EXTENSÃO COM REDE ELETRICA. O 2º PONTO COSIP PEDIMOS AS REPRESENTANTES DA EQUATORIAL QUE SEJA UM LEVANTAMENTO DOS REPASSES DAS COBRANÇAS DAS TAXAS DE ILUMINAÇÃO PUBLICOS POIS NÃO SÃO REPASSADAS PARA O MUNICIPIO DE BATALHA E SIM PARA AS CIDADES CIRCUNVIZINHAS A QUANTIA A COBRANÇA FEITA PELA CONCESSIONARIA NOS ANOS DE 2017, 2018, 2019 E 2020, POIS POR CONTA DA NÃO INFORMAÇÃO DO MUNICIPIO DE ALGUMAS DE GASTOS DE ENERGIA FEITA PELO MUNICIPIO MAS QUE SER

FEITA PELO MUNICÍPIO UMA RECLAMAÇÃO NO MUNICÍPIO VEM A REAVALIAÇÃO DA COBRANÇA PARA SE CHEGAR EM UM DENOMINADOR FAVORÁVEL PARA AMBOS, DEPOIS DE ESGOTADA TODA A PAUTA POR PARTE DOS INTERESSADOS PASSANDO PARA OS ENCAMINHAMENTOS PELA A INTENSIFICA DE LIMPEZA DE FAIXA FAZENDO MUTIRÕES DE PODAS DE ÁRVORES, OUTRO PONTO FAZENDO PARCERIAS MUNICÍPIO E EMPRESA, OUTRO PONTO DISCUTIDO COSIP FAZER LEVANTAMENTO DE RECADASTRAMENTO DAS FAMÍLIAS DO MUNICÍPIO DE BATALHA, O OUTRO PONTO INSTALAÇÃO DO ATENDIMENTO COM MAIOR ECONOMIA E AUTONOMIA DE RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS TANTO COM O.S COMO SEM O.S PARA AS CAMBIARRAS FICA A CARGO DA PREFEITURA E CONSECIONÁRIA PARCERIA PARA FAZER UM LEVANTAMENTO DA DEMANDA, PONTO SEGUINTE FICA SENDO AGENDADO PELA EMPRESA UM LEVANTAMENTO FEITO PELA PREFEITURA PARA A RESOLUÇÃO DO PROBLEMA, EM RELAÇÃO AOS TRANSFORMADORES FICA A CARGO DA PREFEITURA FAZER UM LEVANTAMENTO DAS LOCALIDADES QUE ESTÃO COM DIFICULDADES COM TRANSFORMADORES E ENCAMINHAR A CONCESSIONÁRIA PARA A RESOLUTIVIDADE DO PROBLEMA. O VICE PREFEITO FEZ USO DA PALAVRA PARA TRATAR RECLAMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO DA LOCALIDADE IMBIRIBAS FICOU COMPROMETIDO PELA EMPRESA DE MANDAR UM TÉCNICO PARA FAZER UM LEVANTAMENTO PARA DAR SOLUÇÃO AO PROBLEMA, O ULTIMO ENCAMINHAMENTO QUE SE FAZ ENTREGUE UMA DEMANDA DE CADASTRO JÁ EXISTENTE E ENVIAR UM COMPLEMENTO DE FAMÍLIAS E CADASTROS NÃO INCLUSOS NO CADASTRO JÁ FEITO. NADA MAIS A CONSTAR NA ATA DOU POR ENCERRADA A ATA E ASSINAREI A MESMA JUNTAMENTE COM OS PARTICIPANTES DA AUDIÊNCIA.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ



Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ

Estado do Piauí
Assembleia Legislativa

Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

FORMULARIO DE INFORMAÇÃO PERANTE CPI DA EQUATORIAL PI

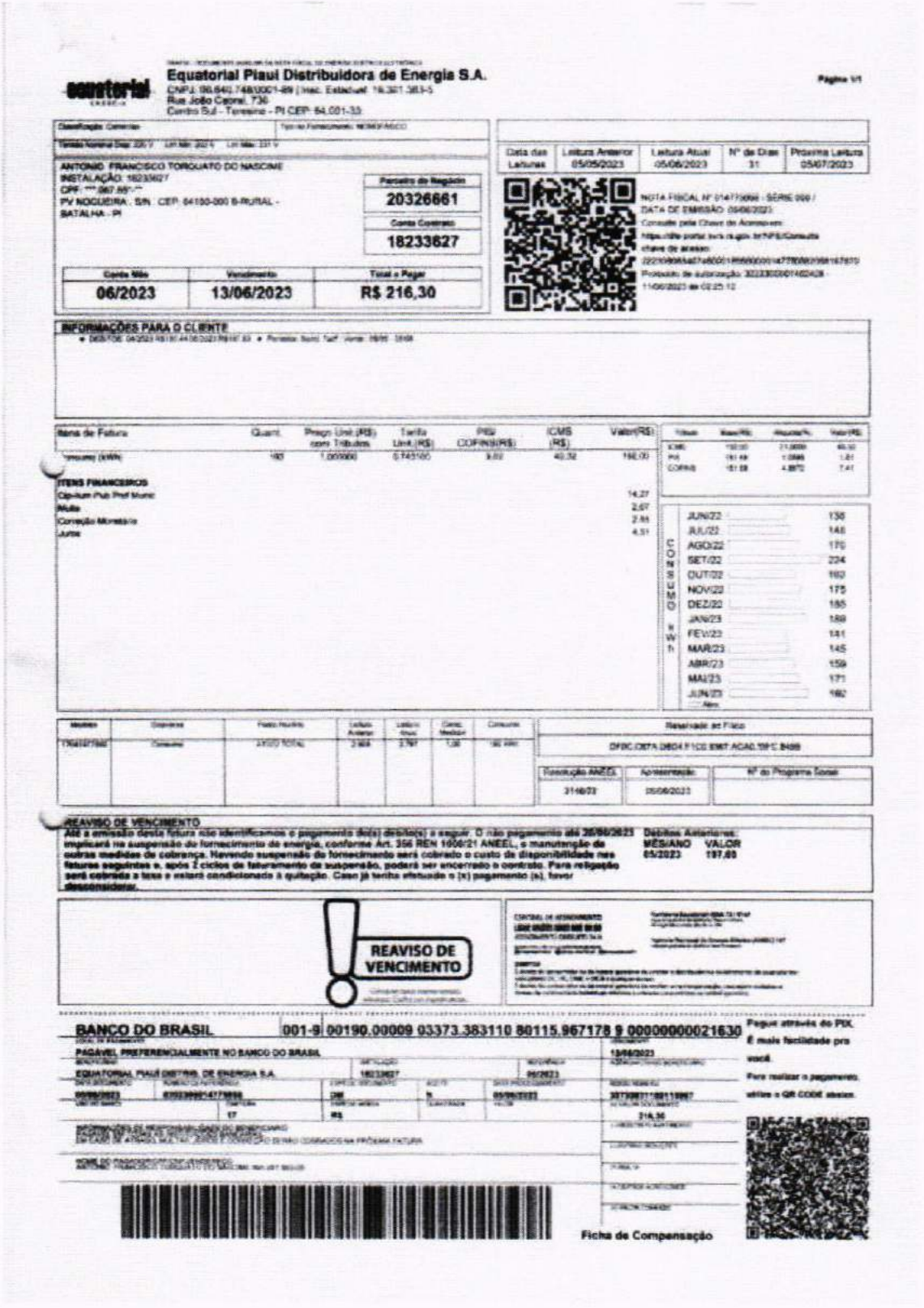
NOME: Antonio Francisco Torquato do Nascimento
CPF: 064.087.553.05
TELEFONE: 11986299404 - 86999341321
ENDEREÇO: Localidade Nogueira - Batalha-PI
SOLICITAÇÃO ( ) DENÚNCIA (X) INFORMAÇÃO ( ) JUNTADA DE DOCUMENTOS ( )
COMENTÁRIO:

Tenho um bar, porém ele não é aberto todos os dias. Só tem uma fiação as lampadas são desligadas toda noite na hora que vou dormir. Então não é perfeito sempre. E toda vez que os faloes chega vem muito caro. Estamos tirando do alimentos para poder pagar, porém não estou conseguindo acompanhar para ter em dias. Não sei mas sem o que fazer. Tava pensando até em pedir de vez o bar porque não aguento mais pagar esses faloes caros desse jeito. Grata se resolver o problema.

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ



Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.
CNPJ: 06.840.748/0001-89 | Insc. Estadual: 19.301.383-5
Rua João Cabral, 730
Centro Sul - Teresina - PI CEP: 64.001-33

Página 1/1

Data das Leituras	Leitura Anterior	Leitura Atual	Nº de Dias	Próxima Leitura
	05/05/2023	05/06/2023	31	05/07/2023

ANTONIO FRANCISCO TORQUATO DO NASCIME
INSTALAÇÃO: 18233627
CPF: ***.067.553-**
PV NOGUEIRA , S/N - CEP: 64150-000 S-RURAL - BATALHA - PI

Parceiro de Negócio: 20326661
Conta Contrato: 18233627

Conta Mês	Vencimento	Total a Pagar
06/2023	13/06/2023	R$ 216,30

NOTA FISCAL Nº 014773098 - SÉRIE 009 /
DATA DE EMISSÃO: 05/06/2023
Consulte pela Chave de Acesso em
https://dfe-portal.svrs.rs.gov.br/NFS/Consulta
chave de acesso
22230606564674000139550090014773098019816781
Protocolo de autorização: 322330024014624 -
11/06/2023 as 02:25:12

INFORMAÇÕES PARA O CLIENTE

Itens de Fatura	Quant.	Preço Unit (R$) com Tributos	Tarifa Unit. (R$)	PIS/ COFINS(R$)	ICMS (R$)	Valor(R$)
Consumo (kWh)	160	1,000000	0,745100	9,60	40,32	160,00
ITENS FINANCEIROS						
Cip-Ilum Pub Pref Munic						14,27
Multa						2,67
Correção Monetária						2,85
Juros						4,51

	PIS	COFINS
Valor(R$)	1,81	7,41

CONSUMO kWh

JUN/22	138
JUL/22	148
AGO/22	170
SET/22	224
OUT/22	192
NOV/22	175
DEZ/22	185
JAN/23	189
FEV/23	141
MAR/23	145
ABR/23	159
MAI/23	171
JUN/23	160

Medidor	Grandeza	Posto Horário	Leitura Anterior	Leitura Atual	Const. Medidor	Consumo
1764027846	Consumo	ENSD TOTAL	2.968	3.797	1,00	160 kWh

Residencial sem Fibra
DFBC.DEFA.DBD4.F1CD.E96T.ACAD.15FC.B499

Tipificação ANEEL	Apresentação	Nº do Programa Social
31/0/03	05/06/2023	

AVISO DE VENCIMENTO
Até a emissão desta fatura não identificamos o pagamento do(s) débito(s) a seguir. O não pagamento até 28/06/2023 implicará na suspensão do fornecimento de energia, conforme Art. 356 REN 1000/21 ANEEL, e manutenção de outras medidas de cobrança. Havendo suspensão do fornecimento será cobrado o custo de disponibilidade nas faturas seguintes e, após 2 ciclos de faturamento de suspensão, poderá ser encerrado o contrato. Para religação será cobrada a taxa e estará condicionado à quitação. Caso já tenha efetuado o (s) pagamento (s), favor desconsiderar.

Débitos Anteriores	
MÊS/ANO	VALOR
05/2023	197,60

REAVISO DE VENCIMENTO

BANCO DO BRASIL 001-9 00190.00009 03373.383110 80115.967178 9 00000000021630

PAGÁVEL PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL

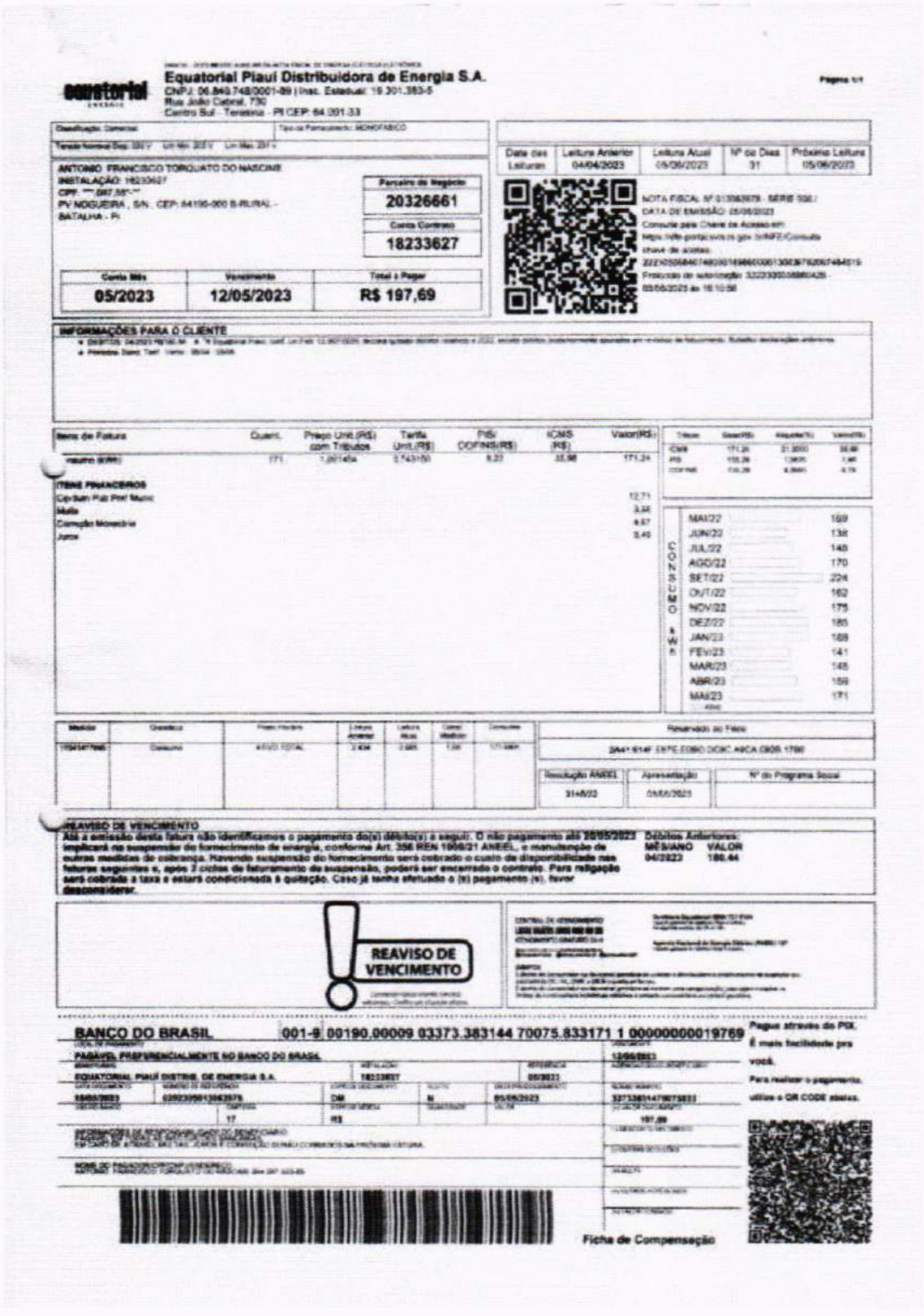
EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIB. DE ENERGIA S.A.

Data Documento	Número do Documento	Espécie	Aceite	Data Processamento	Vencimento
05/06/2023	837339901477809	DM	N	05/06/2023	13/06/2023

Uso do Banco	Carteira	Espécie	Quantidade	Valor
	17	R$		216,30

Pague através do PIX
É mais facilidade pra você.
Para realizar o pagamento, utilize o QR CODE abaixo.

Ficha de Compensação



Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.
CNPJ: 06.840.748/0001-89 | Insc. Estadual: 19.301.383-5
Rua João Cabral, 730
Centro Sul - Teresina - PI CEP: 64.001-33

Data das Leituras	Leitura Anterior	Leitura Atual	Nº de Dias	Próxima Leitura
	04/04/2023	05/05/2023	31	05/06/2023

ANTONIO FRANCISCO TORQUATO DO NASCIMENTO
INSTALAÇÃO: 18233627
CPF: ***.087.***-**
PV NOGUEIRA , S/N , CEP: 64196-000 S/RURAL -
BATALHA - PI

Parceiro de Negócio	Conta Contrato	Conta Mês	Vencimento	Total à Pagar
20326661	18233627	05/2023	12/05/2023	R$ 197,69

NOTA FISCAL Nº 013363678 - SÉRIE 108 /
DATA DE EMISSÃO: 05/05/2023
Consulte pela Chave de Acesso em:
https://nfe.portalsvrs.rs.gov.br/NFE/Consulta
chave de acesso:
22230508840748000169660001303636781809748451 9
Protocolo de autorização: 322233003688042 8 -
05/05/2023 às 16:10:56

INFORMAÇÕES PARA O CLIENTE

Itens de Fatura	Quant.	Preço Unit.(R$) com Tributos	Tarifa Unit.(R$)	PIS/ COFINS(R$)	ICMS (R$)	Valor(R$)
Consumo (kWh)	171	1,001454	0,743150	9,23	35,98	171,24
ITENS FINANCEIROS						
Cip-Sum Pub Prel Munic						12,71
Multa						3,56
Correção Monetária						6,67
Juros						3,49

CONSUMO kWh	
MAI/22	169
JUN/22	136
JUL/22	148
AGO/22	170
SET/22	224
OUT/22	162
NOV/22	175
DEZ/22	186
JAN/23	169
FEV/23	141
MAR/23	148
ABR/23	159
MAI/23	171

Medidor	Grandeza	Preço Horário	Leitura Anterior	Leitura Atual	Const. Medidor	Consumo
17041417666	Consumo	4 FORA PONTA	2.434	2.605	1,00	171,000

Retenção ao Fisco
DA41 6144 EN PE EDBO DOBC ANCA 0605 1780

Resolução ANEEL	Apresentação	Nº do Programa Social
414/10	05/05/2023	

REAVISO DE VENCIMENTO
Após a emissão desta fatura não identificamos o pagamento do(s) débito(s) a seguir. O não pagamento até 26/05/2023 implicará na suspensão do fornecimento de energia, conforme Art. 356 REN 1000/21 ANEEL, e manutenção de outras medidas de cobrança. Havendo suspensão do fornecimento será cobrado o custo de disponibilidade nas faturas seguintes e, após 3 ciclos de faturamento da suspensão, poderá ser encerrado o contrato. Para religação será cobrada a taxa e estará condicionada à quitação. Caso já tenha efetuado o (s) pagamento (s), favor desconsiderar.

Débitos Anteriores:
MÊS/ANO VALOR
04/2023 180,44

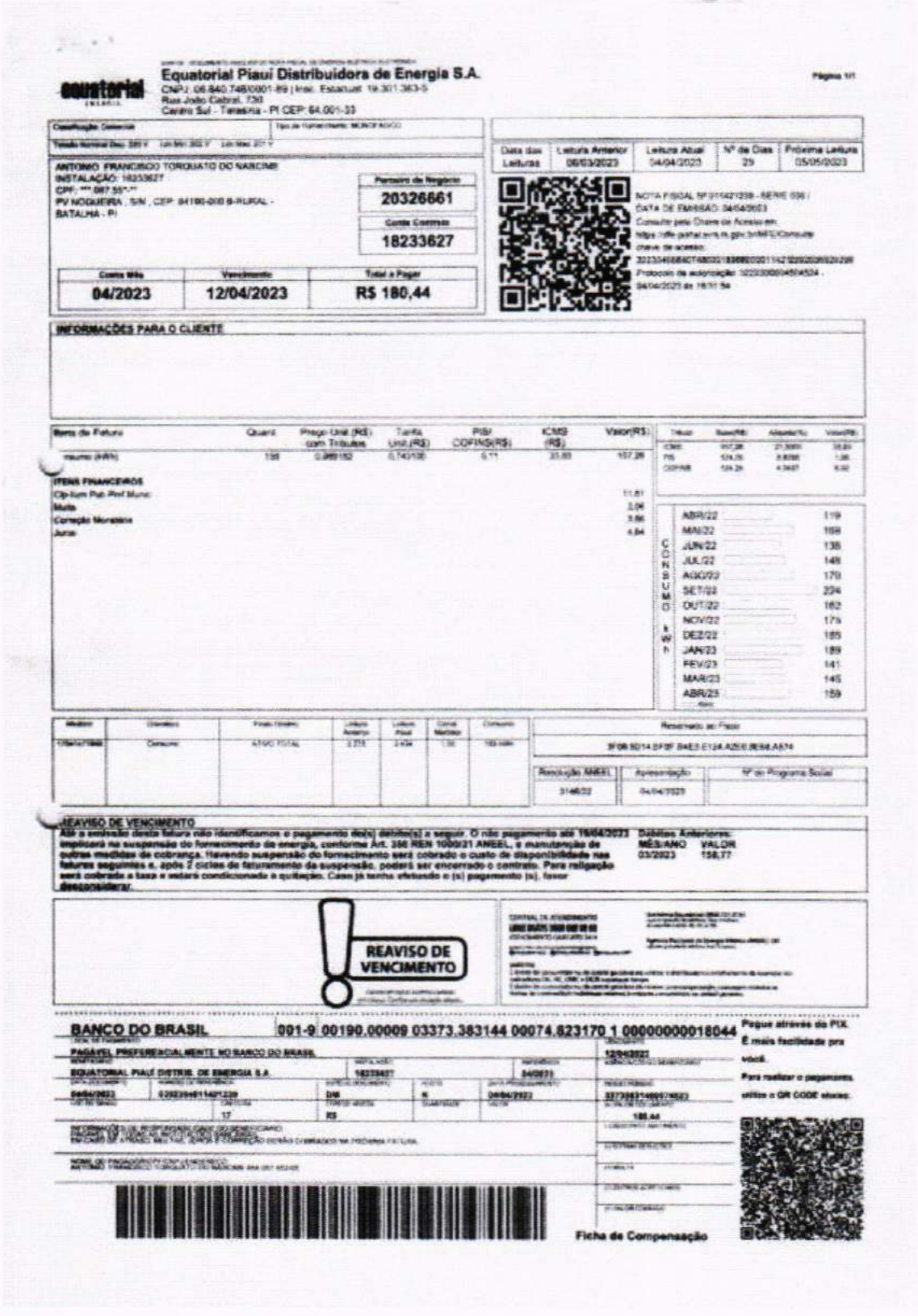
REAVISO DE VENCIMENTO

BANCO DO BRASIL 001-9 00190.00009 03373.383144 70075.833171 1 00000000019769

Pague através do PIX.
É mais facilidade pra você.
Para realizar o pagamento, utilize o QR CODE abaixo.

PAGÁVEL PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL
EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIB. DE ENERGIA S.A.
18233627 05/2023
05/05/2023 12/05/2023
197,69
Ficha de Compensação

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ



Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.
CNPJ: 06.840.748/0001-89 | Insc. Estadual: 19.301.363-5
Rua João Cabral, 730
Centro Sul - Teresina - PI CEP: 64.001-33

Página 1/1

Data das Leituras	Leitura Anterior	Leitura Atual	Nº de Dias	Próxima Leitura
	05/03/2023	04/04/2023	29	05/05/2023

ANTONIO FRANCISCO TORQUATO DO NASCIMENTO
INSTALAÇÃO: 18233627
CPF: *** 087.55*-**
PV NOGUEIRA , S/N , CEP: 64780-000 B-RURAL - BATALHA - PI

Parceiro de Negócio: 20326661
Conta Contrato: 18233627

Conta Mês	Vencimento	Total a Pagar
04/2023	12/04/2023	R$ 180,44

NOTA FISCAL Nº 311421239 - SÉRIE 006 /
DATA DE EMISSÃO: 04/04/2023
Consulte pela Chave de Acesso em:
https://nfe.sefaz.ava.rs.gov.br/pages/consulta.xhtml
chave de acesso:
Protocolo de autorização: 322330000459524 -
04/04/2023 às 18:01:54

INFORMAÇÕES PARA O CLIENTE

Itens de Fatura	Quant.	Preço Unit. (R$) com Tributos	Tarifa Unit.(R$)	PIS/ COFINS(R$)	ICMS (R$)	Valor(R$)
Consumo (kWh)	195	0,969152	0,743130	6,11	33,83	157,28

ITENS FINANCEIROS
Cip-Ilum Pub Prof Munic 11,61
Multa 3,06
Correção Monetária 3,86
Juros 4,64

Tributo	Base(R$)	Alíquota(%)	Valor(R$)
ICMS	157,28	21,5000	33,83
PIS	124,26	0,8200	1,06
COFINS	124,26	4,9400	6,02

CONSUMO kWh

ABR/22	119
MAI/22	169
JUN/22	138
JUL/22	148
AGO/22	170
SET/22	224
OUT/22	162
NOV/22	176
DEZ/22	165
JAN/23	189
FEV/23	141
MAR/23	145
ABR/23	159

Medidor	Classe/Sub	Posto Tarifário	Leitura Anterior	Leitura Atual	Const. Medidor	Consumo
1135412***	Consumo	ATIVO TOTAL	2.731	2.924	1,00	193 kWh

Reservado ao Fisco
3F08 5D14 DF3F 84E3 E124 A2E0 8E68 A674

Resolução ANEEL	Apresentação	Nº do Programa Social
3146/22	04/04/2023	

REAVISO DE VENCIMENTO
Até o emissão desta fatura não identificamos o pagamento do(s) débito(s) a seguir. O não pagamento até 19/04/2023 empiscará na suspensão do fornecimento de energia, conforme Art. 246 REN 1000/21 ANEEL, e manutenção de outras medidas de cobrança. Havendo suspensão do fornecimento será cobrado o custo de disponibilidade nas faturas seguintes e, após 2 ciclos de faturamento da suspensão, poderá ser encerrado o contrato. Para religação será cobrada a taxa e estará condicionada à quitação. Caso já tenha efetuado o (s) pagamento (s), favor desconsiderar.

Débitos Anteriores:	
MÊS/ANO	VALOR
03/2023	158,77

REAVISO DE VENCIMENTO

BANCO DO BRASIL 001-9 00190.00009 03373.383144 00074.823170 1 00000000018044

PAGÁVEL PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL

EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIB. DE ENERGIA S.A.		18233627		040073
04/04/2023	4202304811421239	DM	N	04/04/2023
	17	R$		

12/04/2023
180,44

Pague através do PIX.
É mais facilidade pra você.
Para realizar o pagamento, utilize o QR CODE abaixo.

Ficha de Compensação

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ

6.2.4 - DENUNCIA POVOADO MARIQUITA – CIDADE DE ITAINPÓLIS - PI

Ofício Nº 16/2023 GDAG

Teresina-PI, 19 de abril de 2023.

Excelentíssimo Senhor
Hélio Reinaldo Rafael Filho
Presidente da EQUATORIAL-PI

Assunto: Melhorias na Prestação do Serviço

11:13
equatorial ENERGIA
19 ABR 2023
PROTOCOLO

Senhor Diretor Presidente,

Em virtude do protocolo 8001802940 de 12/04/23, que solicitou providências para que sejam implementadas melhorias na prestação de serviço de fornecimento de energia elétrica no povoado **Mariquita** (Cód. Ref. 14922975), localizado na zona rural do município de Itainópolis – PI, venho, por meio deste, solicitar medidas para que seja elaborado e executado o projeto de divisão de área da referida comunidade (Conforme Protocolo de Comunicação de Nº 49027692 em anexo), a presente medida tem como objetivo trazer mais qualidade no serviço fornecido às 76 famílias moradoras da comunidade.

Aldo Gil de Medeiros
Deputado Estadual - PP

Aguardo resposta:
E-mail: ALDOGIL@ALEPI.PI.GOU.BR

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
CNPJ 05.811.724/0001-39
www.alepi.pi.gov.br

Origio AC
Número AL 396/23
Data 20/04/23
Assunto Ofício
Matrícula
Rubrica

equatorial ENERGIA

TERESINA PI 20 DE JULHO DE 2022

Comunicação Nº: 4902692

Ao (À) Senhor (a): Manoel Antonio Vitor

Assunto: Resultado da Medição 168h – Tensão fora da faixa adequada

Prezado (a) Senhor (a),

Em atenção à reclamação registrada em 01/06/22 foi executada a verificação da tensão de atendimento à sua instalação, por um período de 168 horas, sendo constatado que a tensão está fora da faixa adequada, conforme limites fixados pelo Módulo 8 PRODIST – ANEEL.

De igual modo, foi realizada uma inspeção no trecho da rede de distribuição que atende a mesma, sendo constatada a necessidade de manutenção na rede e/ou obra de melhorias.

Resultado da Medição: Aponte valores fora da faixa adequada estabelecida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Período de Medição: 31/05/2022 a 10/06/2022 - Tensão de Referência: 220V
DRP: **16,27%** - Duração relativa de transgressão da tensão precária (limite máximo: 3,00%)
DRC: **46,63%** - Duração relativa de transgressão da tensão crítica (limite máximo: 0,50%)

Informamos que conforme estabelece a legislação vigente – PRODIST – Módulo 8, o cliente terá direito a receber compensação financeira pela transgressão dos indicadores de níveis de tensão, até a normalização de tensão de fornecimento.

Após a conclusão do serviço acima mencionado, será efetuada uma nova medição dos níveis de tensão do fornecimento de energia e o resultado será informado através de nova correspondência. Para informações adicionais ou dúvidas, procure a nossa Agência de Atendimento mais próxima ou entre em contato com a nossa Central de Atendimento através do telefone 0800 086 0800 e informe o número do seu código único 1492975

Atenciosamente,

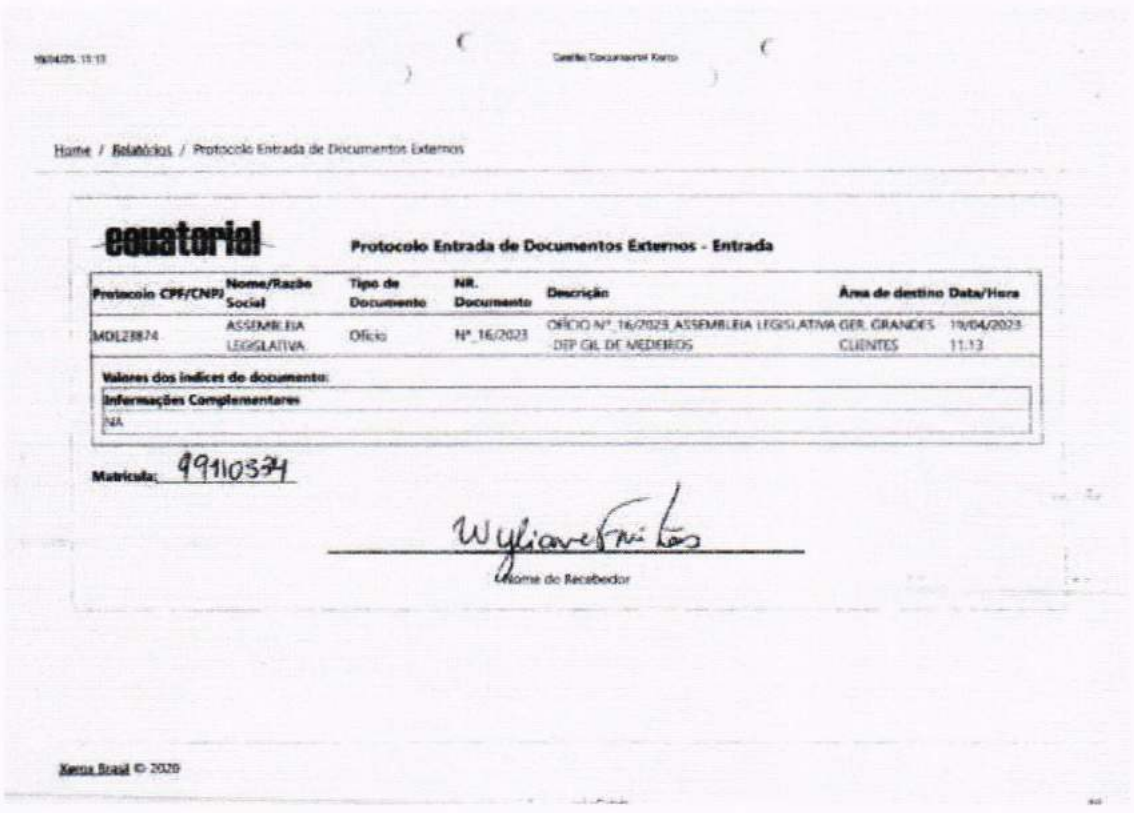
EQUATORIAL ENERGIA PIAUÍ

RECEBIMENTO:
Data: 20/07/22
Hora: 11:19
VISTO: _____
NOME: [illegible]

EQUATORIAL ENERGIA PIAUÍ
Av. Marechal [illegible], 159 - Centro Sul - Teresina-PI CEP: 64.001-012 - Fone: (86) 3228-6000
www.equatorialenergia.com.br

Rev. 00
05/04/2022

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ



19/04/23, 11:13 Gestão Documental Xerox

Home / Relatórios / Protocolo Entrada de Documentos Externos

equatorial **Protocolo Entrada de Documentos Externos - Entrada**

Protocolo	CPF/CNPJ	Nome/Razão Social	Tipo de Documento	NR. Documento	Descrição	Área de destino	Data/Hora
MDL28874		ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	Ofício	Nº_16/2023	OFÍCIO Nº_16/2023_ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DEP GIL DE MEDEIROS	GER. GRANDES CLIENTES	19/04/2023 11:13

Valores dos índices do documento:

Informações Complementares

NA

Matrícula: 99110374

Wyliane Freitas

Nome do Recebedor

Xerox Brasil © 2020

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ

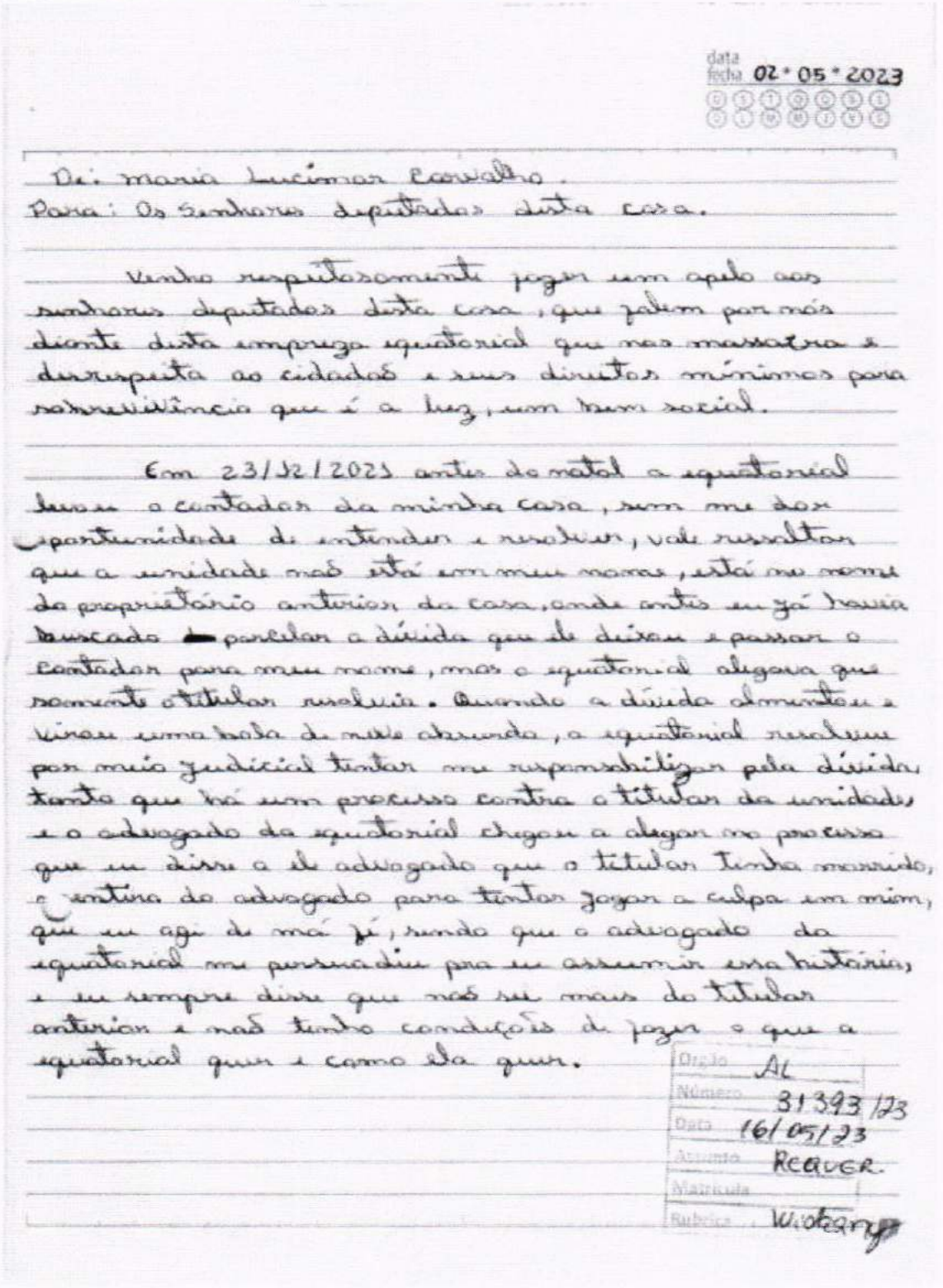
Assembleia Legislativa

FOLHA DE INFORMAÇÃO OU DESPACHO

RÚBRICA	FLS Nº
ANEXOS	NÚMERO AC 31946/2023

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

6.2.5 DENUNCIA DA SR(A). MARIA LUCIMAR



data
fecha 02 * 05 * 2023

De: maria Lucimar Carvalho.
Para: Os Senhores deputados desta casa.

Venho respeitosamente jogar um apelo aos senhores deputados desta casa, que falem por mós diante desta empreza equatorial que nos massacra e desrespeita os cidadãos e seus direitos mínimos para sobrevivência que é a luz, um bem social.

Em 23/12/2023 antes do natal a equatorial levou o contador da minha casa, sem me dar oportunidade de entender e resolver, vale ressaltar que a unidade não está em meu nome, está no nome do proprietário anterior da casa, onde antes eu já havia buscado parcelar a dívida que lá deixou e passar o contador para meu nome, mas a equatorial alegava que somente o titular resolvia. Quando a dívida aumentou e veio uma bola de neve absurda, a equatorial resolveu por meio judicial tentar me responsabilizar pela dívida, tanto que há um processo contra o titular da unidade, e o advogado da equatorial chegou a alegar no processo que eu disse a ele advogado que o titular tinha morrido, e mentira do advogado para tentar jogar a culpa em mim, que eu agi de má fé, sendo que o advogado da equatorial me persuadiu pra eu assumir essa história, e eu sempre disse que não sei mais do titular anterior e não tenho condições de pagar e que a equatorial quer e como ela quer.

Órgão AL
Número 31393/23
Data 16/05/23
Assunto REQUER.
Matrícula
Rubrica

data
fecha 02 * 05 * 2023

Por favor falem por nós desesistidas, meus maior sonho hoje é poder ter luz na minha casa e um contador em meu nome, para poder viver em paz o resto dos meus dias no lugar que tanto batalhei, amor para ter, minha casa.

Sou maria Lucimar Carvalho, tenho uma casa, mas não posso morar, vivo de aluguel e ainda corro o risco de ser condenada por uma dívida que não está em meu nome. Sou mais uma vítima dos abusos sofridos de todo tipo dessa empresa equatorial, que não busca soluções e sim dinheiro a todo custo, sem importar as condições financeiras das famílias de mais baixa renda que luta para sobreviver com menos de um Salário mínimo como eu e muitas.

Faço um apelo, mas ajudem a encontrar uma solução, mas sei mais como sair desse problema, mas tenho o dinheiro que essa empresa quer. Tenham humanidade por todos nós que estamos na mercê dessa empresa.

Obrigada a todos pela atenção!

data
fecha 02 *05 *2023

Hoje a equatorial quer me cobrar uma dívida no valor de 300 mil reais, valor este que nem a minha casa não vale. Eu não tenho condições de pagar com valor desses, sou chefe de família, de baixa renda, autônoma, nunca tive carteira assinada em toda a minha vida, tenho 53 anos de idade, de onde vou tirar esse dinheiro?

Hoje moro de aluguel desde que levaram a unidade da minha casa, pago o valor de 350 reais de aluguel, que tanto já implorei para equatorial que eu poderia está dando este valor a ela, para tirar a luz de volta em minha casa, mas ela não aceita menos que 50 mil reais de entrada e parcelar uma dívida que nem está em meu nome em 24x de 1.000 reais, Como senhores vou pagar se eu não ganho se quer um salário mínimo por mês?

Uma prova viva da minha dignidade e honestidade, é que não devo nenhum talão de água em minha casa, e minha casa é quitada, sempre procurei pagar minhas dívidas, não devo a ninguém.
Em 2023 a empresa águas de Teresina trocou o registro de água me propondo pagar a partir do momento que estava sendo colocado em meu nome pois também era no nome do proprietário anterior, aceitei e assim fizemos, em 2022 quitei a minha casa do projeto habitar Brasil BDH.
mas com a equatorial eu não consigo êxito.
Hoje afirmo que esta empresa me botou para fora da minha própria casa, sem direito a nada se não for conforme as exigências financeiras dela.

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

6.2.6 - DENUNCIA PAULO JORDÃO DE OLIVEIRA - PROF. UFPI

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA VIRTUAL DO PIAUÍ

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 00092276/2021

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 07/10/2021 08:43:22 Data/Hora Fim: 07/10/2021 08:43:22
Documento de Origem: Delegacia Virtual Nº do Documento (Protocolo): 2021/0000209652-2 Data de Registro: 07/10/2021
Delegado de Polícia:

DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade de Apuração: 11º Distrito Policial
Data/Hora do Fato Início: 25/09/2021 01:36
Data/Hora do Fato Fim:

Local do Fato

Município: Teresina (PI)
Bairro: Campestre
Logradouro: Rua Ricardo Pearce Brito Nº: 4835
Complemento: ap 102 CEP: 64.053-520
Ponto de Referência: Condomínio Jardim Europa
Tipo do Local: Outro

Natureza	Meio(s) Empregado(s)
57: AMEAÇA (ART. 147 DO CPB)	Não Houve

ENVOLVIDO(S)

Nome Social: PAULO JORDÃO
Nome Civil: PAULO JORDAO DE OLIVEIRA CERQUEIRA FORTES (VÍTIMA , COMUNICANTE)
Nacionalidade: Brasileira Sexo: Masculino Nasc: 21/12/1976 Idade: 44
Profissão: Professor da Administração de Empresas
Estado Civil: Casado(a) Naturalidade: Teresina - PI
Nome da Mãe: Terezinha das Graças Oliveira Fortes Nome do Pai: Noé de Cerqueira Fortes

Documento(s)

RG: 1263189
CPF: 470.568.463-91

Endereço

Município: Teresina - PI
Logradouro: Rua Ricardo Pearce Brito Nº: 4835
Complemento: Edifício Lisboa, Bloco Berlin, ap 102
Bairro: Campestre CEP: 64.053-520
Email: p_fortes@hotmail.com
Telefone: (86) 3232-4859 (Residencial) (86) 98842-0579 (Celular)

Nome Civil: FUNCIONARIO DA EQUATORIAL (SUPOSTO AUTOR/INFRATOR)
Sexo: Masculino
Profissão: Sem Informação

Endereço

Impresso por: Paulo Henrique Campelo Lima
Data de Impressão: 07/10/2021 08:43:22
Página 1 de 3
PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos

Código Verificador (MAC): DC17F0A2 - Código CRC: 1794362530F9 Pg. 1/3

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA VIRTUAL DO PIAUÍ

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 00092276/2021

Telefone: (99) 99146-1931 (Celular)

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Nenhum Objeto Informado

DADOS DESCRITIVOS

Dados descritivos não informados

RELATO/HISTÓRICO

Meu nome é Paulo Jordão, sou professor da UFPI, de CPF numero 470.586.463-91. Venho por meio deste Boletim de ocorrência informar que fui ameaçado por funcionário da equatorial, empresa de serviços de distribuição elétrica em Teresina Piauí, no dia 26/09/2021.Nesta ocasião estava sem eletricidade em minha residência rural, e ao ligar insistentemente para saber quando e a eletricidade voltaria recebi, em meu telefone pessoal, ameaças por funcionário da equatorial por eu utilizar meu direito de reclamar sobre não prestação de serviços.A localidade onde resido é mal assistida pela empresa, a qual, quando do não serviço, ou seja, quando falta energia não atende em prazo razoável a localidade da Taboca do Pau Ferrado. Na semana anterior tivemos falta de energia por mais de 48 horas, a qual foi resolvida pela contratação particular de eletricistas devido a inabilidade da equatorial de subir uma cerca.Anexo junto a este boletim copia dos prints da conversa que o atendente me ameaça de Arrancar minha careca na Bala, chama minha esposa de puta, informa que está satisfeito por eu estar sem energia, informa que não tem medo de polícia, entre outras barbaridades. Envio as copias das mensagens enviadas a mim pelo número 99 9146-1931.Nestas mensagens o atendente, depois de ser identificado em seu Instagram, me pede desculpas pelo ocorrido. Entretanto não estou seguro que este individuo não virá aqui. Eu abri um protocolo junto a ouvidoria da equatorial de número 1211660177 para denunciar estas ameaças. Gostaria de me certificar que não serei molestado, pois o individuo sabe minha aparência, tem meu endereço, meu telefone de contato e possivelmente mais dados. Fico a disposição para prestar mais esclarecimentos sobre o acontecido e peço que a pessoa que me ameaçou seja pelo menos admoestada pelas autoridades policiais sob a consequência destes atos, na garantia de minha segurança pessoal

ASSINATURAS

Paulo Henrique Campelo Lima
Coordenador da Delegacia Eletrônica
Matrícula 0000308
Responsável pelo Atendimento

"Declaro sob as penalidades [illegible] que [illegible] responsabilizo pelas informações acima assinaladas e declaro que poderão responder civil e criminalmente pela presente declaração [illegible] artigos: conforme previsto nos Artigos 340-Denunciação Caluniosa e 345-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro."

Impresso por: Paulo Henrique Campelo Lima
Data de impressão: 07/10/2021 08:43:22

Página 2 de 3
PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos

Código Verificador (MAC): OCY7PV2 - Código CRC: 1764060E3DFF

Pg. 2/3

Gerado por Sinesp Segurança

Documento autenticado por SINESP em 07/10/2021 às 08:43:29, horário de Brasília.
A autenticidade do documento pode ser conferida no link:
https://seguranca.sinesp.gov.br/sinesp-assinador/public/verificar_documento.jsf
Informe o código verificador (MAC): **OCY7PVZ** e o código CRC: **1794060530PP**

O sigilo deste documento é protegido e controlado pela Lei Nº 12.527/2011. A divulgação, a revelação, o fornecimento, a utilização ou a reprodução desautorizada de seu conteúdo, a qualquer tempo, meio e modo, inclusive mediante acesso ou facilitação de acessos indevidos, constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidades penais, civis e administrativas.

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Informações Ameaça de Morte (PROTOCOLO 1211660177)

paulo fortes
Thu 10/7/2021 1:00 AM
To: Ouvidoria EQTL PI <ouvidoria.pi@equatorialenergia.com.br>
Bcc: paulojordao@ufpi.edu.br <paulojordao@ufpi.edu.br>

13 attachments (1 MB)
comprovante (1).pdf; ouvidoria.docx; ameaca de bala.GIF; denuncia.GIF; Desafiando a policia.GIF; informando a ele que estava dand print.GIF; Inicio das ofensas.GIF; Menssagem Inicial.GIF; ofensa a mulher e desdem ao cliente.GIF; pedido de desculpas 2.GIF; pedido de desculpas.GIF; pedido de descupas 3.GIF; tickets abertos.GIF;

Venho por meio deste e-mail informar que efetuei denúncia na polícia sobre o ocorrido, e que a equatorial foi admoestada e que abriu protocolo de atendimento na ouvidoria. Envio o número do Boletim de ocorrência junto as provas de ameaça e má conduta profissional de um dos seus funcionários. Espero que vocês me protejam disto e desta pessoa. Essa pessoa tem meu telefone, meu endereço, sabe como eu me pareço e me ameaçou de balear minha careca.

Aguardo a confirmação de recebimento deste e-mail.

Informo que inicio o financiamento de um sistema solar, para que eu nunca mais precise ligar para vocês para exercer meu direito legal de reclamar, aqui na Equatorial, sinto informar, eu não estou sendo tratado como um cliente, vejam as mensagens do funcionário de vocês (em anexo), que me informa que escutar reclamação não ajuda nas metas dele, ou seja, eu ligando atrapalho a vida dele e de seus amigos do Call center. Se estas forem verdadeiras são vocês que não permitem que nós sejamos bem atendidos.

Informo a vocês, que caso não saiba, eu deveria ser atendido e não ameaçado. Fui insultado, molestado mentalmente enquanto estava sem energia. Vale ressaltar que esta queda de energia durou pelo menos 12horas. Sejam justos comigo, pois não basta punir este individuo, vocês também devem aceitar a parcela de culpa de vocês, não propiciando para nós clientes um bom serviço e um bom atendimento. A culpa é sua equatorial que não atende as demandas de seu cliente e ainda me ameaça.

Aguardo a resposta de vocês para que seja colocada no processo que certamente moverei contra vocês.

Atenciosamente

Paulo Jordão, um cliente ameaçado pela equatorial por reclamar de seu direito a energia.

Paulo Jordão.

Livre de vírus. www.avast.com

BRASIL

Olá Paulo jordao de oliveira cerqueira fortes
MINHA ÁREA SAIR

Equatorial Piauí

CNPJ: 06.840.748/0001-89 - Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Imprimir

PROTOCOLO: 2022.06/00006334591

GESTOR: SENACON

Data de Abertura: 02/06/2022

COMO COMPROU/CONTRATOU: Não comprei / contratei

ASSUNTO: Energia Elétrica

ÁREA: Água, Energia, Gás

PROBLEMA: Interrupção/instabilidade do fornecimento (falta de energia frequente, flutuação/oscilação do nível de tensão)

SITUAÇÃO: CANCELADA

Data da Finalização: 20/06/2022

Protocolos Fornecidos Pela Empresa

30416182, protocolo por telefone

Descrição da Reclamação

Equatorial não cumpre a legislação da Anell, de número 1000 , que determina que a empresa deve resolver falta de energia em pelo menos 4 horas. Estou a 16 horas sem energia e a Equatorial ainda não veio reestabelecer um serviço. Apenas por que somos de uma região pobre.

No domingo tivemos o mesmo problema. ficamos 14 horas sem energia e eles fecharam o protocolo 30378583 em 4 horas mentindo ao informar que haviam sido visitado.

Pedido à Empresa

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ

Peço que :

1) A Equatorial cumpra a legislação e nos atenda em pelo menos 4 horas.

2) Não fechar os protocolos até a conclusão do serviço.

3) Estender a rede para nós auxiliar, temos 1 rede trifásica a 500 metros de nossa comunidade e a Equatorial nos nega ter acesso a está rede. Para nossa casa mantêm 1 rede monofásica fuleira que cai sempre e eles não vem ajudar.

Informações Adicionais

Nome	Descrição
Código/Matrícula da unidade consumidora	18960242

Andamento

Data	Descrição	Autor	Ações
02/06/2022	Abertura da reclamação	Paulo Jordao de oliveira cerqueira fortes	
02/06/2022	Complemento da reclamação	Paulo Jordao de oliveira cerqueira fortes	Detalhes
02/06/2022	Visualizada pelo fornecedor	Equatorial Piaui	
03/06/2022	Complemento da reclamação	Paulo Jordao de oliveira cerqueira fortes	Detalhes
03/06/2022	Complemento da reclamação	Equatorial Piaui	Detalhes
03/06/2022	Complemento da reclamação	Equatorial Piaui	Detalhes
05/06/2022	Complemento da reclamação	Paulo Jordao de oliveira cerqueira fortes	Detalhes
06/06/2022	Reclamação encaminhada para análise do gestor	Equatorial Piaui	Detalhes Anexos
06/06/2022	Complemento da reclamação	Paulo Jordao de oliveira cerqueira fortes	Detalhes
20/06/2022	Reclamação cancelada pelo gestor	SENACON	Detalhes

Teresina/PI, 06 de junho de 2022.

Protocolo Referência n°: 2022.06/0000334591

A **EQUATORIAL PIAUI DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A**, empresa privada, concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, com sede na Rua João Cabral, n° 730, Centro Sul, CEP: 64.001-030, Teresina-PI, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.° 06.840.748/0001-89, vem por meio desta, apresentar RESPOSTA, em razão da reclamação formulada pelo Sr. **Paulo Jordao de oliveira Cerqueira fortes**, pelos motivos a seguir aduzidos:

Inicialmente, acusamos o recebimento da reclamação, onde o cliente relatou que.:

> "Equatorial não cumpre a legislação da Aneil, de número 1000 , que determina que a empresa deve resolver falta de energia em pelo menos 4 horas. Estou a 16 horas sem energia e a Equatorial ainda não veio reestabelecer um serviço. Apenas por que somos de uma região pobre.
>
> No domingo tivemos o mesmo problema. ficamos 14 horas sem energia e eles fecharam o protocolo 30378583 em 4 horas mentindo ao informar que haviam sido visitado. 1) A Equatorial cumpra a legislação e nos atenda em pelo menos 4 horas.
>
> 2) Não fechar os protocolos até a conclusão do serviço.
>
> 3) Estender a rede para nós auxiliar, temos 1 rede trifásica a 500 metros de nossa comunidade e a Equatorial nos nega ter acesso a está rede. Para nossa casa mantém 1 rede monofásica fuleira que cai sempre e eles não vem ajudar.."

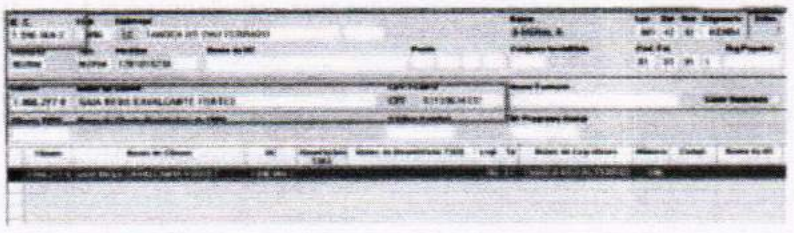
Diante da manifestação em referência, a Companhia tomou ciência de sua reclamação e iniciou todas as providências necessárias para prestar os esclarecimentos solicitados. Em análise ao pedido, de pronto pedimos desculpas ao (a) consumidor por qualquer constrangimento que eventualmente possa tê-lo ocasionado. Para verificar a informação do consumidor, esta empresa instaurou análise a fatura mencionada, a fim de esclarecer o ocorrido.

Após averiguação e em atendimento à solicitação do Reclamante, foi constatado que o Sr. **Paulo Jordao de oliveira Cerqueira fortes**, não é o

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

equatorial ENERGIA

titular da unidade consumidora cadastrada junto à empresa, tal pouco seu CPF encontra vinculado a fatura, ordem de serviço etc... dessa unidade, conforme demostrado na tela abaixo.



Registramos que, a unidade consumidora em questão não se encontra em nome do Reclamante, não havendo, para tanto, qualquer autorização de mandato para o Sr. **Paulo Jordao de oliveira Cerqueira fortes** a solicitar esclarecimentos em nome de terceiro, hipótese esta, que inclusive a plataforma considera como motivo pelo fornecedor para realizar a recusa de reclamação.

Deste modo, em razão dos esclarecimentos apresentados, solicitamos a recusa da reclamação uma vez que a unidade consumidora objeto da reclamação em questão não é de titularidade do Sr. **Paulo Jordao de oliveira Cerqueira fortes, não possuindo o dito reclamante, documentação legal para representar o titular junto à empresa**.

No mais, é importante ressaltar que a realização de cadastro utilizando dados de terceiros sem autorização deste último consiste em prática vedada ao usuário, conforme o item 5, V, dos Termos de Uso. Adicionalmente, cumpre esclarecer que a Lei Complementar 105/2001 prevê proibição da divulgação de dados de operações financeiras à terceiros.".

Sendo o que nos cabia nesta oportunidade, reiteramos nossos protestos de elevada estima e profunda consideração, ao tempo que registramos nossa disposição para esclarecer ulteriores questionamentos que Vossa Senhoria acreditar que sejam necessários.

Equatorial Energia Piaui

Gerência Jurídica

EQUATORIAL ENERGIA PIAUÍ
Rua João Cabral, 730 - Centro Sul - Teresina-PI CEP: 64.001-030

Quero denunciar uma fraude

SAIR

O que é?

Quando alguém furta energia fazendo uma ligação irregular (muito conhecida como gato) essa energia furtada passa a integrar no valor da tarifa que todo mundo paga! Quando você identificar alguma fraude de energia, denuncie! Sua identidade é mantida no mais absoluto sigilo.

Quem pode solicitar?

Qualquer pessoa maior de 18 anos. Você não precisa saber o número da conta contrato, mas se tiver será mais fácil de identificarmos.

Endereço *

Complemento *

Bairro *

Conta Contrato a ser denunciada (caso souber)

Numero *

CEP *

Município *

Numero do Medidor

Consumidor.gov.br

SENACON

Secretaria Nacional do Consumidor

PROTOCOLO DA RECLAMAÇÃO: 2023.05/00007568213
DATA DE ABERTURA: 03/05/2023
DATA DA FINALIZAÇÃO: 18/05/2023
SITUAÇÃO: Cancelada

DADOS DO CONSUMIDOR

Nome: Paulo Jordao de oliveira cerqueira fortes
CPF: 470.588.463-91
Endereço: Rua Ricardo Pearce Brito, 4635 ap 102 edificio Lisboa, bloco berlin, Bairro Campestre, Cidade Teresina/PI - CEP 64053-520
Telefone: (86) 98842-0579 Celular: (86) 98842-0579
E-mail: p_fortes@hotmail.com

DADOS DO FORNECEDOR

Equatorial Piaui
CNPJ: 06.840.748/0001-69 - Equatorial Piaui Distribuidora de Energia S.A.
Endereço: Rua João Cabral, 730, Bairro Centro, Cidade Teresina/PI - CEP 64001-030
Telefone:

DADOS DA RECLAMAÇÃO

Como Telefone
Area: Água, Energia, Gás
Assunto: Energia Elétrica
Problema: Risco, dano físico ou mal estar decorrente da prestação do serviço (poste/rede em mau estado, quedas de
Protocolos Fornecidos pela Empresa: 239053926749

DESCRIÇÃO DA RECLAMAÇÃO

sclamo a mais de 6 meses na ouvidora e no SAC que existem diversas ligações clandestinas onde moro e a equatorial se nega remover, comprometendo a qualidade da energia para todos. Denunciei 7 casas ao lado da minha sem contador, sem poste de iluminação pública, com instalações precarias amarradas em arvores, com risco a vida e o poste não tem aterramento.

Informações Adicionais

Código/Matrícula da unidade consumidora: 13549316

PEDIDO À EMPRESA

Peço que a equatorial remova as instalações sem contador ao lado de lho casa para que a qualidade da energia que eu compro atinja o padrão adequado.

Complemento da reclamação

Data 04/05/2023 Autor Paulo Jordao de oliveira cerqueira fortes
Insiro nesta reclamação o mapa de ligações clandestinas que eu, um cidadão que quer proteger seus filhos de morrem em decorrência de choques e proteger a minha rede de energia que é muito ruim.

Ficará evidente que existem ligações clandestinas que utilizam 75% da potencia útil de um transformador de 15 KVA. A equatorial está a privilegiar usuários clandestinos à privilegiar os usuários pagantes.

Visualizada pelo fornecedor

SENACON - Endereço: Esplanada dos Ministérios Bloco T (Ministério da Justiça), Edifício Sede - 5º Andar - Sala Nº 524, Bairro Zona Cívico-Administrativa, Cidade Brasília/DF - CEP 70064-900

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Consumidor.gov.br

SENACON

Secretaria Nacional do Consumidor

Data 04/05/2023 Autor Equatorial Piauí

(Sem Detalhes)

Complemento da reclamação

Data 04/05/2023 Autor Equatorial Piauí

Fique tranquilo (a)! recebemos sua solicitação e o seu pedido já está sendo analisado. Este será o nosso principal canal de comunicação para atendimento. Talvez seja necessário entrarmos em contato com você por outros meios. Utilizaremos seus telefones e e-mails cadastrados junto à Equatorial Energia Piauí. É muito importante que você mantenha os seus dados sempre atualizados conosco. Pedimos por gentileza, que nos confirme um número de telefone com DDD e informe o melhor horário para o contato. Caso queira adicionar alguma informação, inclua através da opção "interagir com o fornecedor".
Agradecemos o seu contato.
Equipe equatorial energia Piauí.

Complemento da reclamação

Data 05/05/2023 Autor Paulo Jordao de oliveira cerqueira fortes

Bos tarde , hoje perdi duas bombas queimadas por queda de tensão . A qualidade da energia piora a cada dia e ninguem da equatorial veio até agora. acredito que a solução será chamar a policia e denunciar que a equatorial permite que as pessoas roubem energia e a tirar a qualidade da minha energia.

Complemento da reclamação

Data 08/05/2023 Autor Paulo Jordao de oliveira cerqueira fortes

Ontem não consegui ligar o ar condicinado a noite devido a baixa tensao. A equatorial não se importa com,quem paga a conta , só se importa com os que roubam energia. Estou fazendo essa denuncia pela 3 vez, dessa vez se vcs não resolverem vou denunciar a equatorial por ser conivente, por ajudar o furto

Reclamação encaminhada para análise do gestor

Data 09/05/2023 Autor Equatorial Piauí

Após averiguação e em atendimento à solicitação do Reclamante, foi constatado que o Sr. PAULO JORDAO DE OLIVEIRA CERQUEIRA FORTES não é parte legítima para propor a presente solicitação, visto que não é titular da unidade consumidora reclamada.
Deste modo, em razão dos esclarecimentos apresentados, solicitamos a recusa da reclamação uma vez que a unidade consumidora objeto da reclamação em questão não é de titularidade da reclamante, não possuindo o mesmo documentação legal para representar a titular junto à empresa, tão pouco requerer reembolso em seu nome.
No mais, é importante ressaltar que a realização de cadastro utilizando dados de terceiros sem autorização deste último consiste em prática vedada ao usuário, conforme o item 5, V, dos Termos de Uso. Adicionalmente, cumpre esclarecer que a Lei Complementar 105/2001 prevê proibição de divulgação de dados de operações financeiras à terceiros.".

Complemento da reclamação

Data 09/05/2023 Autor Paulo Jordao de oliveira cerqueira fortes

Meu nome é Paulo Jordão, sou o responsável por essa unidade consumidora. Não falo em nome de Gaia, que é minha esposa, falo em meu nome, que pago as contas e que sou dono do imovel. Estou denunciando furto de energia há anos, e a equatorial quer cair atirando.

Data 09/05/2023 Autor Paulo Jordao de oliveira cerqueira fortes

Segue o protocolo da SENACON aberto por Gaia, ou por mim e ela, como tudo que é feito na nossa casa. 2023.05 /00007591561 aberto hoje com o mesmo mapa de denuncias. Segue tambem carta do Vereador Aluisio Sampio enviada para vcs hoje sobre o tema. Vcs vão ter que resolver o problema de furto de energia aqui, porque é a PERMISSÃO de vcs para o illoito que mantem a qualidade ruim aos pagantes. Não vai adiantar voces quererem se safar dizendo que eu não sou o responsável. Sou o responsável sim, vcs que são irresponsáveis com as denuncias.

Complemento da reclamação

Data 10/05/2023 Autor Paulo Jordao de oliveira cerqueira fortes

Envio nos Documentos Assinado Procuração de Gaia Rego, minha esposa, me autorizando a tratar deste assunto. Assim, peço que o prazo da Equatorial impedir o FURTO DE ENERGIA, seja mantido. A qualidade desta rede elétrica só piora e a Equatorial tenta de subterfúgios para não resolver o problema e manter bons indicadores na SENACON. Não há desculpa para não resolver FURTO DE ENERGIA, a não ser se elas estão lucrando com este.

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Consumidor.gov.br

SENACON

Secretaria Nacional do Consumidor

Complemento da reclamação

Data 17/05/2023 Autor Paulo Jordao de oliveira cerqueira fortes

De ontem para hoje passei 14 horas sem energia. A equatorial continua a ajudar os clandestinos e a atrapalhar os clientes. Estou denunciando furto, e vcs nada fazem

Reclamação cancelada pelo gestor

Data 18/05/2023 Autor SENACON

O fornecedor recusou a reclamação sob a justificativa de que ela foi aberta por terceiro.

Ocorre que, de acordo com o item 5, v, é vedado ao usuário registrar reclamação utilizando dados de terceiros e, por este motivo, o registro será cancelado.

Conforme item 4, v, dos Termos de Uso, é dever do usuário do site registrar reclamação em seu próprio nome. Para registro de reclamação por terceiros, é necessário apresentar procuração específica para tal.

Destacamos que esta intervenção não traduz uma análise a respeito da existência ou não do direito reclamado, mas tão somente a constatação de hipótese vedada pelos Termos de Uso.

O Consumidor.gov.br é um serviço público e gratuito voltado para solução alternativa de conflitos pela internet, proporcionada pela interlocução direta entre consumidores e empresas. Ele não substitui ou se confunde com o serviço prestado pelos Órgãos de defesa do consumidor, de fiscalização e controle e/ou do Poder Judiciário.

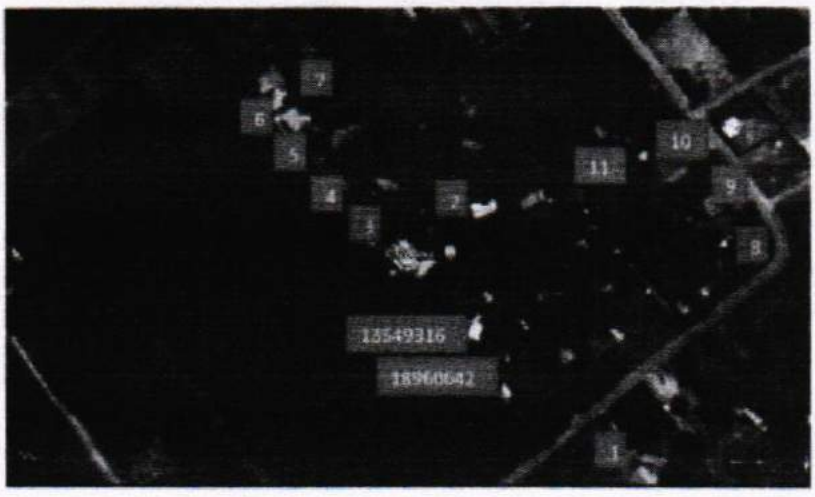
Andamento

Data	Descrição	Autor	Anexos
03/05/2023	Abertura da reclamação	Paulo Jordao de oliveira cerqueira fortes	Não há anexos.
04/05/2023	Complemento da reclamação	Paulo Jordao de oliveira cerqueira fortes	Documento Mapa.docx
04/05/2023	Visualizada pelo fornecedor	Equatorial Piauí	Não há anexos.
04/05/2023	Complemento da reclamação	Equatorial Piauí	Não há anexos.
05/05/2023	Complemento da reclamação	Paulo Jordao de oliveira cerqueira fortes	Não há anexos.
08/05/2023	Complemento da reclamação	Paulo Jordao de oliveira cerqueira fortes	Não há anexos.
09/05/2023	Reclamação encaminhada para análise do gestor	Equatorial Piauí	RECUSA -Paulo Jordao de oliveira cerqueira fortes.pdf
09/05/2023	Complemento da reclamação	Paulo Jordao de oliveira cerqueira fortes	Não há anexos.
09/05/2023	Complemento da reclamação	Paulo Jordao de oliveira cerqueira fortes	IMG-20230509-WA0056.jpg
10/05/2023	Complemento da reclamação	Paulo Jordao de oliveira cerqueira fortes	Procuracao_assinado.pdf
17/05/2023	Complemento da reclamação	Paulo Jordao de oliveira cerqueira fortes	Não há anexos.
18/05/2023	Reclamação cancelada pelo gestor	SENACON	Não há anexos.

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ

Denuncia de Ligações Clandestinas que afetam a energia do consumidor 13549316 e 18960642, ambos terrenos do mesmo proprietário, Paulo Jordão de cpf 470.588.470-91 e de Gaia Rego 031;596.343.37 (Casados, marido e mulher)



Legenda

1) Transformador de 15 kva
2) Casa de Feitio, existe caixa de contador, mas, não existe contador. Nesta casa se recebe de 30 a 150 pessoas três vezes ao mês. Telefone Paloma Responsável (86) 99453-5499
3) Casa da Dona Ieda, não existe contador
4) Casa SR Wesley Carvalho, telefone ( ), Não existe contador. Telefone 86-99964-5734
5) Casa Sra Binha, não existe contador
6) Casa Sra. Paloma Suassuna, não existe contador. Cortei a fiação clandestina que estava em curto e fui ameaçado pela dona, que informou que não irá colocar contador, que ligará de novo na rede. Telefone (86) 99453-5499
7) Casa Sr. João Nery, não existe contador e a ligação clandestina é temerária. Telefone 86-98801-8888
8) Casa dono desconhecido, não possui contador
9) Casa Dono desconhecido, possui caixa de contador, mas não existe contador
10) Casa Dono desconhecido, possui caixa de contador, mas não existe contador
11) Casa do Sr. Adonias , não possui contador

Eu não sou 1 especialista, então não posso informar que não haja mais ligações clandestinas, mas ao que aparenta existe a possibilidade de 3 dos 4 terrenos murados não terem contadores, pois a moto que passa para deixar as contas não param lá.

equatorial ENERGIA

Teresina/PI, 09 de maio de 2023.

Protocolo Referência n°: 2023.05/00007568213

A **EQUATORIAL PIAUI DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A**, empresa privada, concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, com sede na Rua João Cabral, n° 730, Centro Sul, CEP: 64.001-030, Teresina-PI, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.° 06.840.748/0001-89, vem por meio desta, apresentar **RESPOSTA**, em razão da reclamação formulada pelo Sr. **PAULO JORDAO DE OLIVEIRA CERQUEIRA FORTES,** pelos motivos a seguir aduzidos:

Inicialmente, acusamos o recebimento da reclamação, contendo pedido esclarecimento por suposta falha no fornecimento e requerendo da fornecedora providências referente a suposta ligações clandestina no local.

Diante da manifestação em referência, a Companhia tomou ciência de sua reclamação e iniciou todas as providências necessárias para prestar os esclarecimentos solicitados. Em análise ao pedido, de pronto pedimos desculpas ao (a) consumidor por qualquer constrangimento que eventualmente possa tê-lo ocasionado. Para verificar a informação do consumidor, esta empresa instaurou busca no Sistema de Gestão Comercial da Distribuidora, a fim de esclarecer e/ou atender à solicitação do cliente.

Após averiguação e em atendimento à solicitação do Reclamante, foi constatado que o Sr. **PAULO JORDAO DE OLIVEIRA CERQUEIRA FORTES** não é parte legítima para propor a presente solicitação, visto que não é titular da unidade consumidora reclamada.

Deste modo, em razão dos esclarecimentos apresentados, solicitamos a recusa da reclamação uma vez que a unidade consumidora objeto da reclamação em questão não é de titularidade da reclamante, **não possuindo o mesmo documentação legal para representar a titular junto à empresa, tão pouco requerer reembolso em seu nome**.

No mais, é importante ressaltar que a realização de cadastro utilizando dados de terceiros sem autorização deste último consiste em prática vedada ao usuário, conforme o item 5, V, dos Termos de Uso. Adicionalmente, cumpre esclarecer que a Lei Complementar 105/2001 prevê proibição da divulgação de dados de operações financeiras à terceiros ".

EQUATORIAL ENERGIA PIAUÍ
Rua João Cabral, 730 - Centro Sul - Teresina-PI CEP: 64.001-030

equatorial ENERGIA

Sendo o que nos cabia nesta oportunidade, reiteramos nossos protestos de elevada estima e profunda consideração, ao tempo que registramos nossa disposição para esclarecer ulteriores questionamentos que Vossa Senhoria acreditar que sejam necessários.

Equatorial Energia Piauí

Gerência Jurídica

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ

Protocolos da Equatorial Para Falta de Energia

Data	Protocolo	Motivo	Horas sem k	Total p/Mês	% sem Energia
15/mai			12		Maio
01/mai	8001946078	Falta Energia	14	26	6,02%
10/abr	8001789057	Falta Energia	15		
07/abr	8001768099	Falta Energia	8		Abril
02/abr	8001728070	Falta Energia	4	27	3,75%
05/mar	2872613	Falta Energia	7		Março
12/mar	2986103	Falta Energia	10	17	2,36%
10/fev	2516601	Falta Energia	11		
14/fev	8001320771	Falta Energia	12		Fev
06/fev	8001231848	Falta Energia	14	37	5,51%
28/12/2022	8000858158	Falta Energia	22		Dez
01/12/2022	8000666447	Falta Energia	9	31	4,31%
12/11/2022	8000525350	Falta Energia	4		Nov
11/11/2022	8000522943	Falta Energia	10	14	1,94%
Total Horas sem Energia 2023			107		
Total Horas sem Energia 2022 Nov e Dez			45		
Média SEa por Mês sultimos 6 meses			25,33	3,52%	

720

Painel de Desempenho das Distribuidoras de Energia Elétrica por Município

Teresina/PI

Fisc

CONJUNTOS DE UNIDADES CONSUMIDORAS QUE ATENDEM AO MUNICÍPIO

odo de referência de 12 meses (o ano selecionado não está fechado) para efeito de comparação dos indicadores com seus respecti

Conjunto[1]	Período de Referência	Unidades Consumidoras[1]	DEC[2]	DEC Limite[3]	FEC[2]	FEC Limite[3]	Cc pag
EY	04/2022 a 03/2023	21.514	7,97	11,00	4,04	10,00	
AUBA	04/2022 a 03/2023	27.408	7,77	12,00	4,13	6,00	
AMBAIA	04/2022 a 03/2023	22.627	62,86	24,00	27,49	15,00	
QUES	04/2022 a 03/2023	32.142	10,73	12,00	4,13	8,00	
RIA	04/2022 a 03/2023	23.543	36,74	28,00	11,92	14,00	
	04/2022 a 03/2023	55.264	13,38	11,00	5,66	10,00	
	04/2022 a 03/2023	61.361	17,72	11,00	7,60	9,00	
SCENCA	04/2022 a 03/2023	49.653	12,32	14,00	5,56	8,00	
LITE	04/2022 a 03/2023	68.491	15,44	12,00	6,30	10,00	
SINA	04/2022 a 03/2023	42.614	14,53	10,00	7,24	11,00	
		404.615					

Consumidoras são agrupamentos de unidades consumidoras, agregados pela ANEEL e que atende a uma mesma área de concess

¡ue é?

ir pelo que se está pagando é um direito seu. s sabemos que às vezes pode ser complicado nder a fatura de energia. Por aqui você egue visualizar cada item que compõe a sua a no mês atual e nos últimos 12 meses!

ja conta contrato é recente e você não está eguindo ver a sua composição de consumo, se preocupe: a partir do terceiro mês ela á disponível para você.

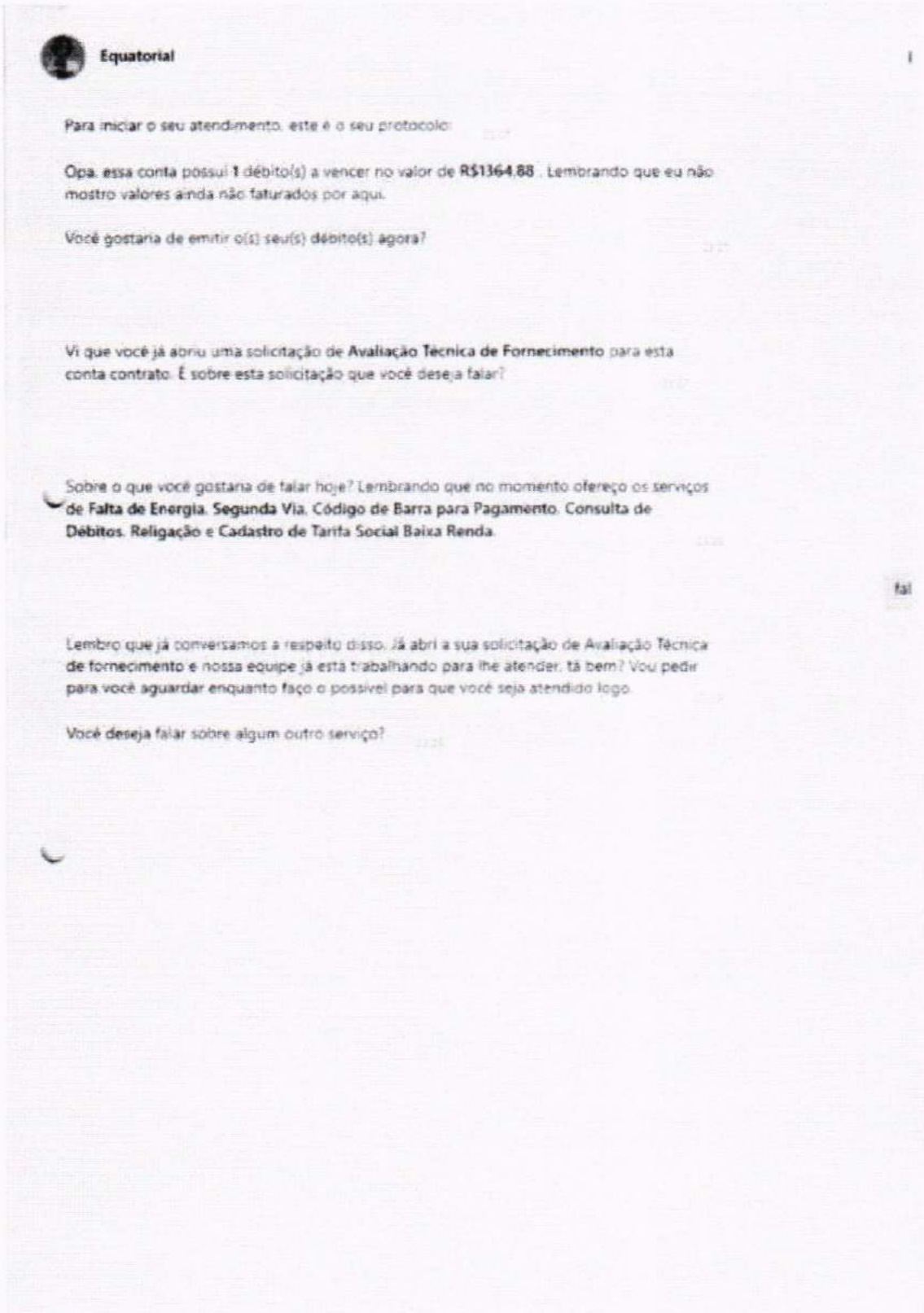
também pode encontrar essas informações suas faturas de energia **clique aqui** para ultar seguinda via de conta ou faturas em to.

Período	Compra de energia	Transmissão	Distribuição*	Encargos setoriais	Perdas	Tributos
05/2023	R$ 278,62 29,41%	R$ 101,99 7,47%	R$ 227,68 16,68%	R$ 143,73 10,53%	R$ 97,34 7,13%	R$ 389,47 28,54%
04/2023	R$ 201,59 20,19%	R$ 73,77 7,39%	R$ 164,73 16,50%	R$ 104,01 10,42%	R$ 70,43 7,06%	R$ 270,65 27,10%
03/2023	R$ 260,09 20,64%	R$ 95,18 7,55%	R$ 212,54 16,87%	R$ 134,19 10,65%	R$ 90,87 7,21%	R$ 352,92 28,01%
02/2023	R$ 198,43 23,48%	R$ 72,61 8,59%	R$ 162,14 19,18%	R$ 102,37 12,11%	R$ 69,32 8,20%	R$ 269,77 19,89%
01/2023	R$ 260,83 21,95%	R$ 95,45 8,40%	R$ 213,14 18,75%	R$ 134,57 11,84%	R$ 91,12 8,02%	R$ 218,80 19,25%
12/2022	R$ 261,32 23,07%	R$ 95,63 8,44%	R$ 213,55 18,85%	R$ 134,83 11,90%	R$ 91,30 8,06%	R$ 218,42 19,28%

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ

Região NORDESTE				
Equatorial PI				
ANO	DRCE	DRPE	Quantidade de compensações pagas	Valor de compensações (R$)
2020	13,18	9,87	266	183.638,16
2019	6,79	5,88	0	0,00
2018	3,34	3,89	109	11.703,90
2017	2,60	4,38	0	0,00
2016	3,48	5,07	72070	757.670,45
2015	4,48	6,25	20327	391.234,02
2014	5,48	5,40	17728	362.371,84
2013	4,70	5,93	15469	346.606,66
2012	3,90	5,32	12060	275.145,64
2011	5,17	6,43	6444	112.456,90
2010	9,57	10,16	0	0,00
2009	6,94	9,46		
2003	0,00	0,00		
As informações para o ano corrente são parciais, pois o envio dos dados ainda não está completo				
A quantidade e o valor pago das compensações só estão disponíveis a partir de 2010				

DRCE	Média dos indicadores individuais DRC
DRPE	Média dos indicadores individuais DRP
Os indicadores são passíveis de alterações após fiscalização da ANEEL.	


Equatorial
Para iniciar o seu atendimento, este é o seu protocolo:
Opa, essa conta possui 1 débito(s) a vencer no valor de R$1364,88 . Lembrando que eu não mostro valores ainda não faturados por aqui.
Você gostaria de emitir o(s) seu(s) débito(s) agora?
Vi que você já abriu uma solicitação de Avaliação Técnica de Fornecimento para esta conta contrato. É sobre esta solicitação que você deseja falar?
Sobre o que você gostaria de falar hoje? Lembrando que no momento ofereço os serviços de Falta de Energia, Segunda Via, Código de Barra para Pagamento, Consulta de Débitos, Religação e Cadastro de Tarifa Social Baixa Renda.
Lembro que já conversamos a respeito disso. Já abri a sua solicitação de Avaliação Técnica de fornecimento e nossa equipe já está trabalhando para lhe atender, tá bem? Vou pedir para você aguardar enquanto faço o possível para que você seja atendido logo.
Você deseja falar sobre algum outro serviço?

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ

Re: Ouvidoria Equatorial Energia Piauí - Protocolo: 1212351733

paulo fortes
Mon 11/29/2021 7:02 PM
To: Ouvidoria EQTL PI <ouvidoria.pi@equatorialenergia.com.br>

1 attachments (557 KB)
Screenshot_20211129-185706_WhatsApp.jpg;

Envio em anexo print da tela da atendente virtual de hoje. Mostrando que sempre diz que eu tenho 1 ticket aberto, é por isso não posso abrir solicitações.

O problema não está resolvido. Por favor resolva o problema e, acima de tudo, confirme que está solucionado.

Parem de passar vergonha ao mandar 1 mensagem sem resolver o problema. Parem de fazer nós, usuários do sistema, passar vergonha de acessar 1 ouvidoria que não resolve

Resolva o problema por favor e entre 3m contato deppis da solução. Por favor, me permitam ser como os outros clientes que podem usar o whatsapp para abrir chamados. Isso evita o stress de falar com os atendentes de vocês.

Atenciosamente

Paulo Jordão

Em 29 de nov de 2021 18:32, Ouvidoria EQTL PI <ouvidoria.pi@equatorialenergia.com.br> escreveu:

Olá!

Em análise, verificamos a solicitação referente a Falta de Energia consta concluída em 26/11/2021 às 21:32 pelo protocolo 27678196.

Pedimos desculpas pelos transtornos causados e reforçamos que trabalhamos para melhorar continuamente a prestação dos serviços e garantir um atendimento ágil e com qualidade.

A Ouvidoria agradece a sua colaboração para a melhoria dos serviços prestados por esta instituição e coloca-se à disposição para novos contatos.

Atenciosamente,

***Este e-mail é automático e não deve ser respondido.**

Ouvidoria Equatorial Piauí
Central de Atendimento: 0800 721 0164

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ

SAC EQUATORIAL - 3904719 08/05/2023

Solicitação de Ouvidoria nº 3056679862350 CHOQUE E LIGAÇÃO CLANDESTINA

naoresponda@aneel.gov.br
Wed 5/10/2023 1:15 PM
To: p_fortes@hotmail.com <p_fortes@hotmail.com>

Este E-Mail transcreve o conteúdo da Comunicação de Ouvidoria nº 090553/2023-SMA
Brasília, 10 de maio de 2023

Assunto: Solicitação de Ouvidoria nº 3056679862350 - Paulo Jordao de Oliveira Cerqueira Fortes

Senhor(a) Paulo Jordao de Oliveira Cerqueira Fortes,

Agradecemos o contato com a Ouvidoria Setorial da ANEEL/Agência Estadual conveniada.

Com o objetivo de garantir que os passos descritos em nossa mensagem inicial sejam seguidos, a distribuidora que atende V.S.ª apurou a existência de registro de reclamação na Ouvidoria da empresa sob o protocolo nº 239.653.926.749 que ainda se encontra dentro do prazo regulamentar de resposta.

Assim, orientamos que V.S.ª aguarde as providências a serem tomadas pela Ouvidoria da distribuidora até 16/05/2023.

Se após essa data V.S.ª não tiver recebido uma resposta da Ouvidoria da distribuidora ou caso discorde da resposta recebida, entre em contato com esta Agência, informando o número de protocolo da reclamação na Ouvidoria da distribuidora.

Estamos à disposição para prestar esclarecimentos adicionais.

Orientações sobre a Ouvidoria Setorial da Aneel podem ser obtidas no endereço:
https://www.gov.br/aneel/pt-br/consumidores

Atenciosamente,

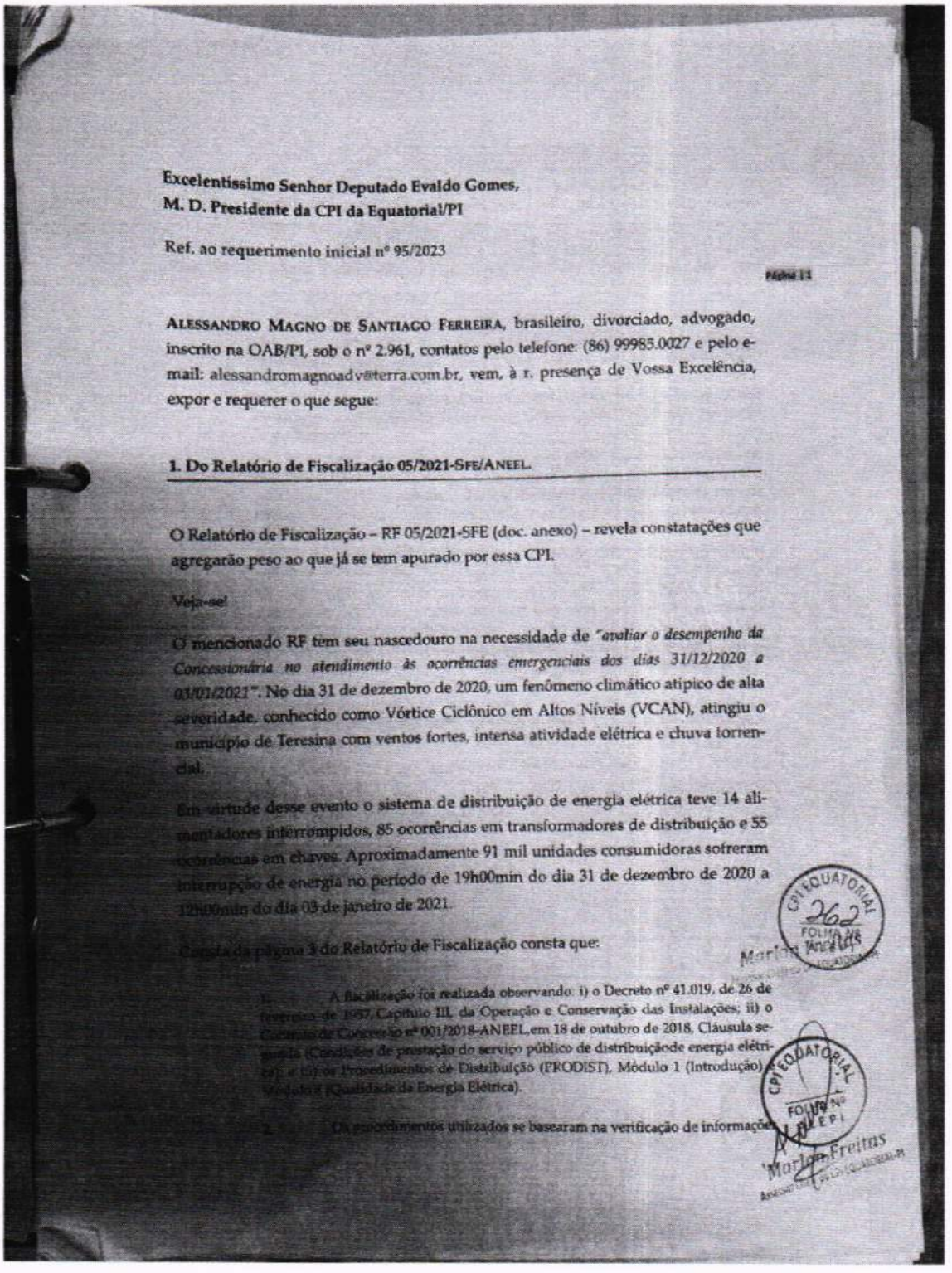
OUVIDORIA / ANEEL
Superintendência de Mediação Administrativa, Ouvidoria Setorial e Participação Pública

ATENÇÃO: Este endereço de e-mail é utilizado somente para o encaminhamento de respostas de solicitações de Ouvidoria, não estando disponível para recebimento de mensagens. Caso V.Sa. deseje entrar em contato com a ANEEL, utilize a internet no endereço www.aneel.gov.br/como-registrar-a-sua-reclamacao.

Esta mensagem pode conter informação confidencial e/ou privilegiada, sendo seu sigilo protegido por lei. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a receber esta mensagem, não use, copie ou divulgue as informações nela contidas ou tome qualquer ação baseada nessas informações. Caso tenha recebido esta mensagem por engano, por favor, avise imediatamente ao remetente, respondendo o e-mail e em seguida apague-a. Agradecemos sua cooperação.

This message may contain confidential or privileged information and its confidentiality is protected by law. If you are not the addressed or authorized person to receive this message, you must not use, copy, disclose or take any action based on it or any information herein. If you have received this message by mistake, please advise the sender immediately by replying the e-mail and then deleting it. Thank you for your cooperation.

6.2.7 - DENUNCIA ALESSANDRO MAGNO - ADVOGADO



Excelentíssimo Senhor Deputado Evaldo Gomes,
M. D. Presidente da CPI da Equatorial/PI

Ref. ao requerimento inicial nº 95/2023

Página 1 1

ALESSANDRO MAGNO DE SANTIAGO FERREIRA, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na OAB/PI, sob o nº 2.961, contatos pelo telefone: (86) 99985.0027 e pelo e-mail: alessandromagnoadv@terra.com.br, vem, à r. presença de Vossa Excelência, expor e requerer o que segue:

1. Do Relatório de Fiscalização 05/2021-SFE/ANEEL.

O Relatório de Fiscalização – RF 05/2021-SFE (doc. anexo) – revela constatações que agregarão peso ao que já se tem apurado por essa CPI.

Veja-se!

O mencionado RF tem seu nascedouro na necessidade de *"avaliar o desempenho da Concessionária no atendimento às ocorrências emergenciais dos dias 31/12/2020 a 03/01/2021"*. No dia 31 de dezembro de 2020, um fenômeno climático atípico de alta severidade, conhecido como Vórtice Ciclônico em Altos Níveis (VCAN), atingiu o município de Teresina com ventos fortes, intensa atividade elétrica e chuva torrencial.

Em virtude desse evento o sistema de distribuição de energia elétrica teve 14 alimentadores interrompidos, 85 ocorrências em transformadores de distribuição e 55 ocorrências em chaves. Aproximadamente 91 mil unidades consumidoras sofreram interrupção de energia no período de 19h00min do dia 31 de dezembro de 2020 a 12h00min do dia 03 de janeiro de 2021.

Consta da página 3 do Relatório de Fiscalização consta que:

> 1. A fiscalização foi realizada observando: i) o Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, Capítulo III, da Operação e Conservação das Instalações; ii) o Contrato de Concessão nº 001/2018-ANEEL, em 18 de outubro de 2018, Cláusula sexta (Condições de prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica) e iii) os Procedimentos de Distribuição (PRODIST), Módulo 1 (Introdução) e Módulo 8 (Qualidade da Energia Elétrica).
>
> 2. Os procedimentos utilizados se basearam na verificação de informações

CPI EQUATORIAL 262 FOLHA Nº ASSINATURA Marlon Freitas

CPI EQUATORIAL FOLHA Nº ALEPI Marlon Freitas

constantes na base dados da ANEEL, bem como solicitadas por meio do Ofício nº 001/2021–SFE/ANEEL, de 04 de janeiro2021, e outras Requisições feitas por correio eletrônico.

Pois bem. A ANEEL deixou claro o descumprimento dos limites regulatórios dos indicadores DEC e FEC, pela Equatorial[1]. Veja-se:

13. Inicialmente, é importante destacar os dez conjuntos de unidades consumidoras (UCs) que atendem a (sic.) Capital Teresina, conforme tabela abaixo. O Módulo 8 do PRODIST dispõe que: i) Item 2.1 O conjunto de unidades consumidoras é definido por Subestação de Distribuição (SED); e ii) Item 2.1.1 A abrangência do conjunto deve ser as redes média tensão (MT) à jusante da SED e de propriedade da Distribuidora.

14. Assim, para a Distribuidora, de forma global, e para cada conjunto de unidades consumidoras, a ANEEL define limites regulatórios a serem cumpridos para os seguintes indicadores: i) Duração Equivalente de Interrupção de Energia Elétrica por Unidade Consumidora (DEC); e ii) Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC). Tais limites servem de referência para medir a qualidade do serviço de distribuição prestado, especificamente quanto ao aspecto de continuidade.

15. Nesse sentido, os dez conjuntos que atendem a (sic.) cidade de Teresina abarcam 388.444 unidades consumidoras, o que corresponde a 27,8% do total de 1.397.487 UCs atendidas pela Equatorial Piauí. *Entretanto, verifica-se na tabela abaixo que a Concessionária descumpre os limites do indicador DEC para nove dos dez conjuntos que atendem a* (sic.) *Capital. Do mesmo modo, a Distribuidora descumpre os limites do indicador FEC para sete dos dez conjuntos.* Ressalta-se que os indicadores foram calculados levando em consideração uma janela móvel de doze meses, de fevereiro de 2020 a janeiro de 2021. Tais informações são prestadas mensalmente à ANEEL pela Distribuidora.

Tabela 2 – Conjuntos que atendem a (sic.) capital Teresina.

Item	Conjunto	Período	UCs	DEC	DEC Limite	FEC	FEC Limite
1	Jockey	02/2020 a 01/2021	29.142	17,51	11	8,37	10
2	Macaúba	02/2020 a 01/2021	27.066	11,4	12	6,05	6
3	Maranhãia	02/2020 a 01/2021	20.414	59,26	24	24,52	15
4	Marquês	02/2020 a 01/2021	33.401	19,15	12	9,62	8
5	Nazária	02/2020 a 01/2021	26.999	37,13	28	16,39	14
6	Polo	02/2020 a 01/2021	51.323	15,61	11	9,13	10
7	Poty	02/2020 a 01/2021	57.794	29,18	11	10,78	9
8	Renascença	02/2020 a 01/2021	47.391	22,6	14	9,74	8
9	Satélite	02/2020 a 01/2021	51.438	31,65	12	12,44	10
10	Teresina	02/2020 a 01/2021	43.477	18,32	10	12,07	11
Total			388.444	24,85		11,31	

Na verdade, o índice FEC é descumprido para 8 (oito) dos 10 (dez) conjuntos de atendimento a Teresina.

[1] e o do RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 5/2021-SFE/ANEEL, de 31/03/2021.

CPI EQUATORIAL
263
FOLHA Nº
ALEPI
Marlon Freitas
Assessor Chefe da CPI EQUATORIAL-PI

CPI EQUATORIAL
FOLHA Nº
ALEPI
Marlon Freitas
Assessor Chefe da CPI EQUATORIAL-PI

Chama ainda a atenção seguinte: "... comparando os valores apurados do indicador DEC de fevereiro de 2020 a janeiro de 2021 (janela móvel de doze meses)com o período de março de 2019 a fevereiro de 2020 (janela móvel de doze meses). Constata-se que a qualidade do serviço piorou nos conjuntos Poty, Jockey, Marquês e Satélite", e a ANEEL ainda acrescentara o seguinte[2]:

Página 13

19. De forma específica, analisou-se a totalidade de interrupções de energia elétrica dos anos 2019 e 2020 na Concessão. Conforme as figuras abaixo, verifica-se que, em 2019, 78.757 unidades consumidoras tiveram interrupções com duração total superior a 24 horas na área de Concessão, o que corresponde a 5,6% do total de 1.397.487 UCs atendidas pela Equatorial Piauí. Dessas, 4.489 tiveram interrupções com duração superior a 72 horas, ou seja, três dias. *Tais informações são prestadas mensalmente à ANEEL pela Distribuidora.*

20. Em 2020, 34.843 unidades consumidoras tiveram interrupções com duração superior e 24horas e 1.318 com duração superior a 72 horas. *Entretanto, a Distribuidora deve verificar essas informações encaminhadas à ANEEL para o ano de 2020 e efetuar as devidas correções, uma vez que os quantitativos de Unidades Consumidoras com interrupção de energia no evento de 31/12/2020 a 03/01/2021 supera a quantidade de UCs com interrupção no ano inteiro de 2020.*

21. É importante ressaltar que *nos valores acima não estão inclusas as interrupções expurgadas em razão de, por exemplo, "situações de emergência" e "dias críticos".*

22. Dessa forma, conclui-se que uma quantidade significativa de unidades consumidoras, 5,6%em 2019, tiveram interrupções com duração superior a 24 horas, ainda que nesses eventos não tenha acontecido situação anormal que justificasse a realização de expurgos. Ressalta-se que o DEC médio dos conjuntos que atendem aos municípios de Teresina é superior a 24 horas.

23. Especificamente para o evento de 31/12/2020 a 03/01/2021, a figura abaixo demonstra que 91.417 Unidades Consumidoras tiveram interrupção no fornecimento de energia, o que corresponde a 23,5% das Unidades Consumidoras dos conjuntos que atendem ao município de Teresina. Desse total, para 70.853 UCs as interrupções tiveram duração de mais de 12 horas e para 55.002 UCs, tiveram duração de mais de 24 horas. Além disso, mesmo após 48 horas, 491 Unidades Consumidoras ainda estavam sem fornecimento de energia.

[...]

Nota-se que mais de 60% das Unidades Consumidoras com interrupção de fornecimento no evento foram reestabelecidas após 24 horas. Além disso, essas 55.002 UCs com interrupções com duração acima de 24 horas representam 70% do total de interrupções com duração acima de 24 horas do ano inteiro de 2019, que totalizou 78.757 interrupções. *Nesse sentido, embora tenha restado clara a severidade desse evento atípico, é notável a dificuldade da Distribuidora em atuar tempestivamente parasolucionar, ou ao menos atenuar, as consequências do evento.*

Quanto à gestão de equipes para atendimento emergencial no período de 25/12/2020 a 05/01/2021, abarcando também período anterior e posterior ao evento, a ANEEL chegara às seguintes conclusões:

[2] Pág. 9/11 do RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 5/2021-SFE/ANEEL, de 31/03/2021.

Marlon Freitas
CPI EQUATORIAL
FOLHA Nº
ALEPI

40. Dessa forma, conclui-se que embora a Distribuidora tenha disponibilizado uma quantidade significativa de equipes adicionais para atendimento às ocorrências emergenciais registradas a partir das 19h00min do dia 31/12/2020, a seguintes falhas podem ser relatadas:

i. Antes do evento, a distribuidora operava com uma quantidade de equipes inferior aos demais dias analisados, o que demonstra deficiência no planejamento de equipes, tendo em vista a importância de ser realizar (sic.) um monitoramento climatológico da região;

ii. A quantidade máxima de equipes disponibilizada no dia 31/12/2020 não foi superior aos demais dias analisados, sendo que foi mais de 20% inferior aos dias 04 e 05/01/2021, que tiveram um registro 40% menor de ocorrências;

iii. Falha na alocação de equipes em localidades adequadas da concessão, uma vez que a quantidade de equipes alocadas nos dias 31/12/2020 e 01/01/2021 foi inferior a (sic.) capacidade potencial de resposta da Distribuidora.

Página 14

Há mais. O mesmo relatório, no item 4.3 - HISTÓRICO DE MANUTENÇÃO – MÉDIA TENSÃO (MT) E BAIXA TENSÃO (BT) – páginas 17/18, deixa claro que a Equatorial negligencia boa parte dos problemas (inclusive os classificados como P1 - nos quais se determina a existência de um risco notório que implica perigo num curto espaço de tempo para o sistema elétrico e a segurança das pessoas e do meio ambiente. O tempo máximo de correção do defeito é de um mês (30 dias) a partir de sua constatação). Veja-se:

12 A tabela abaixo apresenta o histórico de correções realizadas em alimentadores de média tensão em 2020, estratificado por regional da concessão. Essa atividade é derivada da atividade de inspeção anterior.

13 Chama a atenção a existência de 897 defeitos de classificação P1 (prazo de 30 dias para correção) pendentes de correções, com prazo violado. Do mesmo modo, constata-se 2.069 defeitos de classificação P2 (prazo de 90 dias para correção) pendentes de correções, com prazo violado.

Tabela 6 – Correções realizadas em alimentadores em 2020 – Média tensão

Regional	Correções Realizadas			Correções Pendentes			
				No prazo		Fora prazo	
	P1	P2	A	P1	P2	P1	P2
Norte	340	716	89	12	53	65	149
Metropolitano	1110	986	97	22	272	625	1251
Centro Sul	737	1864	496	5	897	897	673
Total	2.206	3.566	623	39	512	897	2.069

15 A tabela abaixo apresenta o histórico de correções realizadas em ramais de baixa tensão em 2020, estratificado por regional da concessão. Essa atividade é derivada da atividade de inspeção anterior.

16 Chama a atenção a existência de 1.732 defeitos de classificação P1 (prazo de 30 dias para correção) pendentes de correções, com prazo violado. Do mesmo modo, constata-se 2.901 defeitos de classificação P2 (prazo de 60 dias para correção) pendentes de correções, com prazo violado.

Tabela 7 – Correções realizadas em ramais em 2020 – Baixa tensão

Regional	Correções Realizadas			Correções Pendentes			
				No prazo		Fora prazo	
	P1	P2	A	P1	P2	P1	P2
Norte	408	898	96	0	84	536	649
Metropolitano	1.339	644	36	0	195	1.068	1.339
Centro Sul	1.019	3.149	562	0	233	300	933
Total	2.362	4.481	698	0	430	1.733	2.901

CPI EQUATORIAL 265 FOLHA Nº ALEPI

Assessor Chefe da CPI Equatorial-PI

TÍTULO II

1 – O SETOR ELÉTRICO NO BRASIL

De seus primórdios, em 1883, com o emprego da energia elétrica em prol do serviço de transporte por bondes elétricos e para iluminação pública, até o final dos anos 50, a primeira fase do setor teve a iniciativa privada como fundamental agente no provimento de energia elétrica no Brasil.

A estatização do setor, a criação da Eletrobrás, a expansão, dos sistemas elétricos por meio de amplos projetos e o incremento da qualidade do atendimento à população assinalam os principais eventos da segunda fase, cuja conclusão advém na segunda metade da década de 1970. A concepção e o adensamento da crise no terceiro período são decisivos para o setor elétrico. Houve deterioração, o que agravou seu desempenho empresarial e levou a severos questionamentos da sua composição institucional. No início da década de 1990, o setor elétrico sofreu reformas, com mudanças institucionais, estruturais e comerciais, com desregulamentação e novo advento da iniciativa privada em vários setores e, mais recentemente, a centralização para regulação do setor.

Um paradoxo o qual fomentar o desenvolvimento, por meio da iniciativa privada entrava em choque com a necessidade da existência de um núcleo institucional capaz de dirimir e administrar todo complexo setor da energia elétrica.

2 – ASPECTO HISTÓRICO DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA

Um breve cenário do setor começa no início da indústria elétrica brasileira e vai até o final da Primeira República (1889-1930); a segunda parte abrange o início do Governo Getúlio Vargas até o início da Ditadura Militar (1930-1964); a terceira época trata do período da Ditadura (1964-1985); o quarto período engloba a fase do início da República Nova até a estruturação do setor elétrico (1985-1994); o quinto momento analisa o período entre a reestruturação do setor elétrico e a crise energética (1995-2002); a sexta época trata da contrarreforma do setor elétrico e também de suas características de mercados (2002-2003) e, por fim, a última parte analisa o setor elétrico e economia contemporâneos (2003-2016).

No início da década de 1970, com incremento da economia, bem como do setor industrial, a remuneração tarifária das empresas do setor elétrico se estabelecia na faixa de 10% a 12%, beneficiadas também pela captação de recursos no exterior. A integração entre as empresas é intensificada a partir deste período, tornando-se imperativa uma coordenadoria interligada, sendo o Grupo Coordenador da Operação Interligada (GCOI), administrado pela Eletrobrás, o gestor da operação a partir de 1973.

Em 1979, houve a segunda crise energética, advinda do severo acréscimo dos preços do petróleo.

No início dos anos 1980, houve planejamento para reestruturação do setor, somado ao desenvolvimento do processo tecnológico e a comercialização das energias secundárias existentes substituídos por elas, o que tornou necessária a elevação do limite de subcontratação das distribuidoras de 103% para 105%, o que, por sua vez, contribuiu para reduzir a liquidez contratual para o ACL (Ambiente de Contratação Livre).

Outros fatores relacionados com a implantação da MP e que contribuem para a complexidade do momento do setor incluem: (i) questões sobre custos de reposição de equipamentos de geração e outros custos, no caso das tarifas reguladas; (ii) metodologia de cálculo do valor a indenizar dos equipamentos de geração e transmissão; (iii) medidas da Resolução CNPE nº 03/2013 (transferência de encargos para geradores e comercializadores, e mudança intempestiva na formação de preços).

Em resumo, a combinação de problemas: (i) de gestão governamental, que resultaram na insuficiência de contratação das distribuidoras; (ii) de planejamento, que não permitiram a correção dos problemas de desempenho do sistema geração-transmissão; e (iii) de implantação de medidas que afetaram profundamente o setor, como a MP nº 579 e Resolução CNPE nº 03/2013 em prazo muito curto, sem oportunidade para discussões entre governo e agentes, levaram a uma espiral de dificuldades e a um ambiente de incertezas, desconfiança e perda de credibilidade.

3- BREVE HISTÓRICO DA CENTRAIS ELÉTRICAS DO PIAUÍ - CEPISA

A CEPISA foi inicialmente criada pela Lei Estadual nº 1948, de 1959, e sua efetivação a partir de 1962, quando se chamava Centrais Elétricas do Piauí S.A.

No final da década de 1960, inicia-se a construção, em padrões técnicos, de um sistema integrado de produção, transmissão e distribuição de energia, possibilitando o surgimento de uma mentalidade empresarial para os serviços elétricos.

Em 1970, a CEPISA incorpora os acervos da Companhia de Eletrificação do Nordeste - CERNE e da Companhia Luz e Força da Parnaíba - CLFP e passa a ser a única concessionária de distribuição de energia elétrica no Piauí.

Plano de Transformação

No ano de 2008, o Ministério de Minas e Energia e a Eletrobras, visando fortalecer e melhorar as práticas gerenciais das empresas da holding Eletrobras, definiram metas que possibilitassem alcançar as melhores práticas de gestão de negócios de energia. Com isso, seriam alcançadas a agilidade e a eficiência necessárias para que o Sistema Eletrobrás pudesse cumprir seu papel institucional e aproveitar todas as oportunidades apresentadas pelo mercado.

As principais diretrizes deste Plano são:

- Aperfeiçoamento da governança corporativa;
- Reorientação dos negócios de distribuição;
- Reformulação institucional da holding;
- Reorganização do modelo de gestão empresarial.

Eletrobras Distribuição Piauí

Em 2010, seguindo o Plano de Transformação das empresas controladas da Eletrobras, a Cepisa passa a se chamar Eletrobras Distribuição Piauí, como parte do plano de modernização da gestão das empresas da holding.

Privatização

Em 26 de julho de 2018, em leilão realizado na B3, a Equatorial Energia adquiriu a Cepisa.

Números

ano	nº de consumidores
1969	13.805
1978	93.457
2009	892.391
2011	1.010.066
2022	1.365.000

Em 2022, a Equatorial Piauí tinha uma área de concessão de 251.617 km², com uma extensão de rede de 91.765 km.

4 - O MODELO DE PRIVATIZAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL

A necessidade de uma reforma no setor, envolvendo aspectos estruturais e institucionais, já estava sendo discutida desde o começo da década de 1980, porém, as mudanças se iniciaram a partir de 1993. O saneamento das dívidas do setor, eliminando

as inadimplências até 1993, é conseguido com a Lei 8.631/93, que, pelo menos teoricamente, liberou as tarifas, passando a vigorar o princípio do preço garantido.

Nesta mesma época, começam efetivamente as medidas necessárias para um retorno da iniciativa privada ao setor elétrico, reconhecido, desde 1990, como a principal alternativa para solução da falta de recursos do Estado, aumento da competição e efetivação do Plano Nacional de Desestatização (PND).

Em 1995, o setor elétrico se encontra na fase mais aguda da crise, com grandes riscos de déficit de energia, o que poderia comprometer o pleno atendimento do mercado. A Lei 8.631/93 não foi suficientemente capaz de superar os problemas do setor elétrico, embora tenha elevado o nível das tarifas e promovido a sua desestatização.

A crise estrutural era acentuada devido a vários desajustes e problemas, dos quais, pode-se dizer que a incapacidade de gerar recursos suficientemente capazes de atender a necessária expansão do sistema de geração foi a principal motivação para a reforma. Simultaneamente à crise do setor, ocorre um significativo aumento no consumo de energia elétrica no país, elevando as taxas médias de expansão do consumo de 3,5% para 7% ao ano. O mais grave da crise em que se encontrava o setor elétrico antes de 1995 é que não havia uma proposta que permitisse uma imediata e rápida reformulação setorial, a despeito de uma década de discussões e tentativas frustradas de superação da crise. O setor elétrico continuava profundamente dividido quanto aos caminhos a seguir.

Diante disso, o governo federal adotou uma série de medidas com o objetivo de iniciar efetivamente um processo de ampla reestruturação do setor.

A base das mudanças ocorre com a promulgação de uma nova legislação setorial, incorporando as tendências mais modernas da indústria de energia elétrica e permitindo antecipar alguns dispositivos reguladores essenciais, como a criação de um agente setorial independente – a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) –, de um operador do sistema elétrico – o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) – e de um ambiente comercial propício objetivando a retomada da expansão da oferta com recursos privados – **o Mercado Atacadista de Energia (MAE). Paralelamente às mudanças do modelo, foi dado início a um amplo programa de privatizações, envolvendo inicialmente as distribuidoras federais e em seguida, as estaduais**, cujo objetivo foi criar condições para o saneamento financeiro das

concessionárias estatais e a recuperação da capacidade de gestão técnica e administrativa que haviam sido perdidas.

As privatizações das empresas do setor elétrico brasileiro fizeram parte da segunda etapa do Programa Nacional de Desestatização (PND). Iniciado no governo Collor, o PND, em sua primeira etapa, consistiu na venda de empresas do setor industrial. A segunda fase do programa visou à transferência de empresas de serviços públicos ao setor privado.

O processo de privatização seguiu uma política de afastamento do Estado das atividades econômicas como produção e vendas de ativos para redução da dívida pública. No setor elétrico, especialmente, este processo foi motivado pelo esgotamento da capacidade de financiamento do Estado e pela intenção de estimular o aumento da eficiência com a competição, mediante a reestruturação do setor. Ao contrário de outros países, nos quais primeiro foi montado o quadro legal e regulatório para depois se iniciar o processo de venda, as atividades de contabilização e liquidação financeira realizadas pela CCEE são auditadas externamente, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 109, de 26 de outubro de 2004 (Convenção de Comercialização de Energia Elétrica).

A privatização no Brasil começou sem a definição do novo modelo. Os governos estaduais, de forma geral, não concordaram, em um primeiro momento, a se desfazer de suas empresas. Entretanto, a falta de recursos dos governos estaduais e o apoio do governo federal para a privatização fizeram com que houvesse uma mudança de postura da maior parte dos estados.

Conhecer as características do sistema elétrico brasileiro é fundamental para compreender como se configura a estrutura física que atende a praticamente toda a população brasileira, constituída de cerca de 190 milhões de pessoas em todo o país, cuja área territorial é a 5ª maior do mundo. Para se ter uma ideia da dimensão dessa estrutura, torna-se conveniente conhecer quão significativa é a energia elétrica na matriz de consumo energético do Brasil, o que tornou necessária a elevação do limite de sobre contratação das distribuidoras de 103% para 105%, o que por sua vez contribuiu para reduzir a liquidez contratual para o ACL (Ambiente de Contratação Livre).

TÍTULO III

1 NOTA TÉCNICA

1.1 DO OBJETIVO

A presente Nota Técnica tem por objetivo analisar as contribuições e apresentar parecer do tema "Qualidade do Produto e Serviços no Fornecimento de Energia Elétrica" aos consumidores de energia elétrica do Estado do Piauí prestados pela Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A, tratados nas sessões realizadas na CPI EQUATORIAL PI, tais como:

- Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC);
- Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC);
- Níveis de Tensão (Transgressão);
- Tempo de Atendimento e Restabelecimento nas faltas;
- Qualidade dos serviços prestados;
- Descumprimento de prazos nas respostas de projetos e outras demandas;
- Outros dados técnicos apresentados;

INDICADORES E DADOS OBRIGATÓRIOS A SEREM APURADOS E INFORMADOS PELAS CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA, CONFORME ESTABELECIDOS NA SEÇÃO 8 DO PRODIST (PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO ESTABELECIDO PELA RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 956, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2021).

1.2 - QUALIDADE DO PRODUTO

A Seção 8 do PRODIST Estabelecer os procedimentos relativos à qualidade do fornecimento de energia elétrica na distribuição, no que se refere à qualidade do produto, à qualidade do serviço e à qualidade comercial.

Seção 8.1 – **Qualidade do produto**: define a terminologia, caracteriza os fenômenos, estabelece os indicadores e limites ou valores de referência, além de definir

a metodologia de medição e a gestão das reclamações relativas à conformidade de tensão em regime permanente e transitório;

Seção 8.2 – **Qualidade do serviço**: define os conjuntos de unidades consumidoras, estabelece as definições, os limites e os procedimentos relativos aos indicadores de continuidade e de atendimento às ocorrências emergenciais, definindo padrões e responsabilidades;

Seção 8.3 – **Qualidade comercial**: define os procedimentos para a apuração dos indicadores de reclamações, de atendimento telefônico e de cumprimentos dos prazos, e estabelece a metodologia para estabelecimento dos limites do indicador FER (Frequência Equivalente de Reclamação);

1.3 - VARIAÇÕES DE TENSÃO EM REGIME PERMANENTE

Item 13. A conformidade de tensão em regime permanente refere-se à comparação do valor de tensão obtido por medição apropriada, no ponto de conexão, em relação aos níveis de tensão especificados como adequados, precários e críticos.

Pontos de conexão em Tensão Nominal igual ou inferior a 1 kV (380/220)

Tensão de Atendimento (TA)	Faixa de Variação da Tensão de Leitura(TL) (Volts)
Adequada	(350 ≤ TL ≤ 399)/(202 ≤ TL ≤ 231)
Precária	(331 ≤ TL < 350 ou 399 < TL ≤ 403)/ (191 ≤ TL < 202 ou 231 < TL ≤ 233)
Crítica	(TL < 331 ou TL > 403)/(TL < 191 ou TL > 233)

Item 14. A tensão em regime permanente deve ser acompanhada em todo o sistema de distribuição, devendo a distribuidora dotar-se de recursos e técnicas atuais para tal acompanhamento, atuando de forma preventiva para que a tensão em regime permanente se mantenha dentro dos padrões adequados, conforme definições na Seção 8.1. já supracitada.

Exemplo de um caso concreto de transgressão de tensão em Teresina:

RELATÓRIO DE CONFORMIDADE DE TENSÃO EM REGIME PERMANENTE

Identificação

Nome do área	0808205-7
Equipamento	PowerNET P-600 G4 (standard) 3403259
Período	16/04/2019 16:20:00 à 28/04/2019 07:50:00
Intervalo de registros[s]	600
Registros válidos	1008
Tensão de referência [V]	220

Limite de tensão adequada

Mínimo [V]	Máximo [V]
202	231

Registros por faixa

Fase	Adequado	Precário	Crítico
VaN	990	14	4
VbN	361	135	512
VcN	885	77	46

Indicadores

	Valor [%]	Limite [%]
DRP	13.39	3.00
DRC	50.79	0.50

Mínimos

Fase	Valor [V]	Data	Hora
VaN	198.48	16/04/2019	22:30:00
VbN	218.01	17/04/2019	19:20:00
VcN	211.18	22/04/2019	13:30:00

Máximos

Fase	Valor [V]	Data	Hora
VaN	235.34	21/04/2019	10:00:00
VbN	245.34	18/04/2019	14:30:00
VcN	241.21	19/04/2019	12:40:00

Glossário

DRP - índice de duração relativa da transgressão para tensão precária em percentual

DRC - índice de duração relativa da transgressão para tensão crítica em percentual

Tabela de registros

Classe [p.u.]	Centro [V]	VaN	VbN	VcN
0,80	176,00	0	0	0
0,81	178,20	0	0	0
0,82	180,40	0	0	0
0,83	182,60	0	0	0
0,84	184,80	0	0	0
0,85	187,00	0	0	0
0,86	189,20	0	0	0
0,87	191,40	0	0	0
0,88	193,60	0	0	0
0,89	195,80	0	0	0
0,90	198,00	1	0	0
0,91	200,20	3	0	0
0,92	202,40	0	0	0
0,93	204,60	3	0	0
0,94	206,80	5	0	0
0,95	209,00	11	0	0
0,96	211,20	33	0	2
0,97	213,40	45	0	0
0,98	215,60	69	0	3
0,99	217,80	89	1	16
1,00	220,00	134	1	45
1,01	222,20	195	9	109
1,02	224,40	232	58	201
1,03	226,60	227	90	224
1,04	228,80	65	147	214
1,05	231,00	20	165	118
1,06	233,20	4	113	54
1,07	235,40	2	114	13
1,08	237,60	0	125	8
1,09	239,80	0	97	4
1,10	242,00	0	71	1
1,11	244,20	0	16	0
1,12	246,40	0	3	0

Considerações:

O Módulo 8 do PRODIST trata das Transgressões de Tensão nos níveis Adequado, Precário e Crítico e, para a constatação de tais valores, faz-se necessária a edição periódica por parte da Distribuidora. Mas isso somente ocorre, em muitos casos, se o consumidor reclamar.

O Módulo 8 do PRODIST também estabelece a Compensação Financeira pela Transgressão de Tensão. Apenas o consumidor reclamante recebe a compensação financeira, os demais, em que pese em situação equivalente, visto que podem estar ligados no mesmo ponto de conexão (poste) e sofrendo com as consequências de variação de

tensão, não são compensados, pois muitos consumidores não detém o conhecimento em relação a transgressão de tensão e em decorrência disto não realizam a reclamação.

1.4 - Qualidade do serviço:

Define os conjuntos de unidades consumidoras, estabelece as definições, os limites e os procedimentos relativos aos indicadores de continuidade e de atendimento às ocorrências emergenciais, definindo padrões e responsabilidades;

Sistema de atendimento às reclamações dos usuários, conforme o PRODIST

Item 155. A distribuidora deve dispor de sistemas ou mecanismos de atendimentos emergenciais, acessíveis aos usuários, para que estes apresentem suas reclamações quanto a problemas relacionados ao serviço de distribuição de energia elétrica, sem prejuízo do emprego de outras formas de sensoriamento automático da rede.

Item 156. As características do atendimento telefônico que a distribuidora deve dispor estão estabelecidas nas Regras de Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica.

Considerações:

Muita dificuldade e demora no atendimento de forma tele e/ou virtual. Falta mais divulgação por meios apropriados e que estejam ao alcance de todos, como anteriormente existia. As áreas de atendimento precisam uniformizar, informar e atender melhor ao cliente sobre seus questionamentos e demandas buscando a solução por completo.

Atendimento às ocorrências emergenciais

Item 157. O atendimento às ocorrências emergenciais deve ser supervisionado, avaliado e controlado por meio de indicadores que expressem os valores vinculados aos conjuntos de unidades consumidoras.

Item 158. Deve ser avaliado o tempo médio de preparação, por meio de indicador que meça a eficiência dos meios de comunicação, bem como o dimensionamento das equipes e dos fluxos de informação dos Centros de Operação.

Item159. Deve ser avaliado o tempo médio de deslocamento, por meio de indicador que meça a eficácia da localização geográfica das equipes de manutenção e operação.

Item 160. Deve ser avaliado o tempo médio de execução, por meio de indicador que meça a eficácia do restabelecimento do sistema de distribuição pelas equipes de manutenção e operação.

Item 161. A distribuidora deve apurar os seguintes indicadores de atendimento às ocorrências emergenciais:

- Número de Ocorrências Emergenciais;
- Número de Ocorrências Emergenciais com Interrupção do fornecimento de energia elétrica de Energia – NIE;
- Tempo Médio de Preparação – TMP;
- TMP Tempo Médio de Deslocamento – TMD;
- Tempo Médio de Execução – TME;
- Tempo Médio de Atendimento a Emergências – TMAE;
- Percentual do número de ocorrências emergenciais com interrupção de energia – PNIE;
- Tempo de Deslocamento da equipe de atendimento de emergência para cada ocorrência emergencial - TD;
- Tempo de Execução do serviço até seu restabelecimento pela equipe de atendimento de emergência para cada ocorrência emergencial - TE.

Considerações:

Não se percebem tais informações nas faturas de energia elétrica ou por outros meios apropriados e ao alcance de todos.

Indicadores de continuidade do serviço de distribuição de energia elétrica.

Item 170. Por meio do controle das interrupções e da apuração dos indicadores de continuidade de serviço, as distribuidoras, os consumidores, as centrais geradoras e a ANEEL podem avaliar a qualidade do serviço prestado e o desempenho do sistema elétrico.

Item 171. Os indicadores de continuidade do serviço de distribuição de energia elétrica são estabelecidos quanto à duração e frequência das interrupções.

Item 172. Os indicadores devem ser apurados mensalmente, considerando o mês civil, com exceção do indicador DICRI, que deve ser apurado por interrupção ocorrida em Dia Crítico.

Item 173. Os indicadores de continuidade individuais, a seguir discriminados, devem ser apurados para todas as unidades consumidoras, centrais geradoras ou por ponto de conexão:

. DIC - Duração de Interrupção Individual por Unidade Consumidora ou por Ponto de Conexão;

. FIC - Frequência de Interrupção Individual por Unidade Consumidora ou por Ponto de Conexão;

. DMIC - Duração Máxima de Interrupção Contínua por Unidade Consumidora ou por Ponto de Conexão;

. DICRI - Duração da Interrupção Individual ocorrida em Dia Crítico por Unidade Consumidora ou por Ponto de Conexão;

Item 176. Os indicadores de continuidade coletivos, a seguir discriminados, devem ser apurados para cada conjunto de unidades consumidoras:

. DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora;

. FEC - Cálculo do DEC Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora.

Considerações:

Tais indicadores descritos acima não estão sendo expressos na maioria das faturas de energia elétrica. As faturas estão apresentadas com pouca: Clareza, informações necessárias e visibilidade nos dados.

1.5- Qualidade comercial:

Define os procedimentos para a apuração dos indicadores de reclamações, de atendimento telefônico e de **cumprimentos dos prazos**, e estabelece a metodologia para estabelecimento dos limites do indicador FER (Frequência Equivalente de Reclamação);

Referente ao cumprimento dos prazos concernentes aos projetos de mini e microgeração distribuída de projetos solar fotovoltaicos, conforme a Resolução Normativa 1000/2021 – ANEEL, tem-se:

Art. 51. Na análise de projetos, a distribuidora deve observar os seguintes prazos:

I - 30 (trinta) dias: para informar o resultado da análise ou reanálise do projeto após sua apresentação, com eventuais ressalvas e, ocorrendo reprovação, os motivos e as providências corretivas necessárias;

II - 10 (dez) dias úteis: para informar o resultado da reanálise do projeto se ficar caracterizado que não foram informados os motivos de reprovação na análise anterior.

Considerações:

Em muitos casos vistos, os prazos não foram cumpridos e com pareceres diferentes, mesmo em casos de demandas semelhantes. Foram assim, há uma clara demonstração de procedimentos diferenciados dos analistas para casos semelhantes. Isso se estende a outros casos de atendimentos inerentes.

O não cumprimento de prazos, por responsabilidade da Distribuidora, em alguns casos prejudica, sobremaneira, aqueles clientes com projetos financiados, pois enquanto não há resposta de aprovação do seu projeto, continuam pagando a fatura de energia e o financiamento. Nesses casos, a distribuidora deverá cobrar apenas a taxa mínima até o Sistema ser aprovado e ligado. A partir do primeiro mês de ligação/geração de energia, deve cobrar o consumo anteriormente acumulado e não cobrado, até a quitação total da dívida. Assim, seria mais justa, uma prestação de serviço com qualidade, eficiência, menor custo e sem prejuízos para as partes.

1.7 CONCLUSÃO

A Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A tem o dever de cumprir o estabelecido nas Resoluções Normativas e nos procedimentos da Agência Nacional e Energia Elétrica – ANEEL, e nas Leis inerentes ao Setor Elétrico Brasileiro.

A ANEEL deve estabelecer e informar aos órgãos interessados e de fiscalização o cronograma de fiscalização sobre a prestação de serviços das

concessionárias de Energia Elétrica, os dados apurados na fiscalização baseados no princípio da transparência e aplicar as sanções pertinentes, se for o caso. Assim, exigindo uma prestação de serviços com qualidade, eficiência, presteza, bom atendimento e menor custo para coletividade do Estado do Piauí.

Embora se perceba, que há em alguns lugares, serviços de Construção/Reforma na Rede de Alta Tensão (AT) 69kV e 13.8 kV, isso precisa ser completo se estendendo até o ponto de consumo final (medidor do consumidor) da energia, com reforma/nelhoria na rede de Baixa Tensão (BT) em transformadores, recondutoramentos de cabos e equilíbrio da carga nas fases da rede de distribuição de energia elétrica que atende o consumidor no ponto final de entrega. Para assim, fornecendo uma energia com boa qualidade.

A distribuidora é responsável pela prestação de serviço adequado ao consumidor e demais usuários e pelas informações necessárias à defesa de interesses individuais, coletivos ou difusos. O serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas. A atualidade compreende a modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações e a sua conservação, a melhoria e expansão do serviço.

A distribuidora deve disponibilizar material informativo com os principais direitos e deveres do consumidor responsável por unidade consumidora: - nos postos de atendimento presencial, em local de fácil visualização e de forma impressa ou eletrônica; - Em sua página na internet; e - em outros canais, por iniciativa própria ou por determinação da ANEEL. A Distribuidora deve disponibilizar, nos locais referidos, conforme determinação da ANEEL, os temas em que a distribuidora possuir maior incidência de reclamação, conflitos e oportunidades de melhoria.

2 - JUSTIFICATIVAS DA EQUATORIAL

O material abordado neste tópico, ao qual a EQUATORIAL-PI justifica todas os questionamentos feitas nesta CPI, estará disponível na integra nos autos do processo desta CPI. (Consta anexo ao processo principal, folhas nº 29 ao 38)

3 – CONCLUSÕES DOS TRABALHOS DA CPI

Durante as oitivas desta CPI, foram denunciados vários fatos relacionados às falhas do Sistema de Energia Elétrica da Equatorial Piauí, entre eles o fato de muitos consumidores terem seus aparelhos eletrodomésticos danificados por excesso de descarga de energia ou outro motivo advindo do serviço de fornecimento, transmissão ou geração e nem ao menos receber equipe técnica para análise do ocorrido.

O MPPI-PROCON, em seu relatório enviado a CPI da Equatorial, aponta que dos 94 processos, apenas 46 foram resolvidos, gerando uma resolutividade de 48,94%. Além desse fato, vale mencionar que, em média, a Equatorial Piauí foi notificada 2,6 vezes por processo. Nos três primeiros meses do ano de 2023, foram constatadas algumas deficiências na qualidade do serviço da concessionária, as quais impactaram a própria qualidade dos serviços realizados pelo ônibus do Procon Itinerante à população, a exemplo: (1) serviço realizado fora do prazo, (2) interrupção/instabilidade do fornecimento (falta de energia frequente, flutuação, oscilação do nível de tensão) e (3) danos materiais causados por falha na prestação do serviço (queima de aparelho elétricos).

O representante da APROSOJA Piauí citou vários depoimentos de produtores sobre a má prestação de serviço da Equatorial na Região do Cerrado. Foram colhidos junto a produtores, proprietários de fazendas, depoimentos detalhados e com documentação de diversas situações em que são relatados problemas que causam interferência no desenvolvimento da atividade produtiva no Piauí.

Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenue essa responsabilidade.

A CPI da Equatorial Piauí constatou que as Distribuidoras têm a obrigação legal de reparar o prejuízo causado pelas deficiências na qualidade do serviço da concessionária: 1) A Constituição Federal prevê que é objetiva (independente de culpa) a responsabilidade das concessionárias de serviço público de reparar os prejuízos causados aos consumidores (art. 37, § 6º); 2) Conforme o art. 25 da Lei nº 8.987, de 1995 (CDC),

o consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à reparação de seu prejuízo, acrescido de correção monetária e juros legais. (art. 42, parágrafo único); 2) O contrato de concessão assegura o direito do usuário de energia elétrica de receber o ressarcimento dos danos patrimoniais que lhe sejam causados pela Distribuidora (Cláusula 2ª, Subcláusula 14ª, item IV e Cláusula 5ª, item VI).

Por todos esses motivos, a ANEEL deve determinar que a Equatorial do Piauí cumpra a RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 1.000, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2021 e os Normativos pertinentes à prestação dos serviços de fornecimento de energia elétrica aos consumidores de energia do Estado do Piauí.

Em casos de defeitos em medidores ou em caso de quebra total ou parcial de aparelhos eletrônicos motivados por problemas na rede elétrica da concessionária, o consumidor é a ponta mais fraca da cadeia consumerista, ficando à mercê da imposição de multas, cortes e toda forma de sanção prevista unilateralmente pela concessionária. A concessionária pode ser enquadrada sob a égide do art. 3º do Código de Defesa do Consumidor, visto que presta serviço de fornecimento, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Por consequência, aplicam-se a tais relações as normas de ordem pública e de interesse social previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), principalmente aquelas que reconhecem a vulnerabilidade do consumidor (art. 4º, I, CDC), que facilitam a defesa dos direitos do consumidor com a inversão do ônus da prova (art. 6º, VIII, CDC), que coíbem e tornam nulas de pleno direito as práticas e cláusulas contratuais abusivas impostas, sem contar o reconhecimento da boa-fé objetiva, com todas as suas consequências jurídicas, como princípio e norma impositiva presente em toda e qualquer relação de consumo (art. 4º, III, e art. 51, IV, todos do CDC).

Desde a sua criação, a ANEEL possuía competência jurídica para zelar pelos direitos e interesses dos consumidores, mediante atuação abrangente na regulação, na fiscalização e na solução de conflitos surgidos no âmbito do setor elétrico, mas, nas oitivas realizada na CPI da Equatorial Piauí, não foi observado um empenho da Agência

no aspecto da fiscalização e em uma orientação mais efetiva dos direitos dos consumidores em relação à Equatorial Piauí.

A ANEEL se escusa e se omite em relação às suas verdadeiras atribuições, as quais devem preservar o direito dos consumidores, por meio de acompanhamento e de fiscalização das empresas concessionárias.

Segundo o art. 4º da RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 1.000, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2021, o consumidor tem o prazo de até 90 (noventa) dias corridos, a contar da data provável da ocorrência do dano elétrico no equipamento. Na sequência, consta em seu art. 6º, que o consumidor pode optar entre inspeção do equipamento danificado ou disponibilizá-lo para inspeção mais detalhada pela distribuidora ou empresa por ela autorizada em até 10 dias, sendo que a distribuidora deve informar ao consumidor, por escrito, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contado a partir da data da vistoria ou, na falta desta, a partir da data do pedido de ressarcimento, sobre o resultado do pedido de ressarcimento.

No caso de deferimento, a distribuidora pode efetuar o ressarcimento por meio de pagamento em moeda corrente ao solicitante ou, ainda, providenciar o conserto ou a substituição do equipamento danificado em até 20 (vinte) dias corridos após o vencimento do prazo previsto no art. 7º. O pedido pode ser feito por telefone, nos postos da empresa, pela internet ou outro meio. A distribuidora tem até dez dias para fazer a vistoria, mas se for uma geladeira, por exemplo o prazo é de apenas um dia útil. A concessionária deve informar ao consumidor o resultado da solicitação, sendo assim, não obstante os quadros obscuros de pleno retrocesso ao atendimento dos consumidores a agência reguladora ainda concede prorrogação dos trabalhos e metas para que a concessionária possa mitigar a situação.

O consumidor é o destinatário final do produto ou serviço e sua definição se encontra disposta no artigo 2º da Lei nº 8.078/90, segundo o qual, "consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final", ou seja, aquele que adquire ou utiliza um produto ou serviço para uso próprio, da sua empresa ou de sua família. A Lei nº 8.078/90 classificou o fornecedor como todo e

qualquer praticante de uma atividade econômica dirigida ao mercado de consumo. Abrangendo, desta forma, o produtor, o fabricante, o importador, o exportador, o comerciante, como prestadores de serviços.

As hipóteses previstas no art. 13 e em seus incisos do Código de Defesa do Consumidor trata a responsabilidade do fornecedor direto como sucessiva e subsidiária.

O consumidor pelo fato de se sujeitar às práticas adotadas pelo mercado de consumo lhe é conferido, através do Código de Defesa do Consumidor, a proteção necessária, na qualidade de destinatário final do produto ou do serviço. Por força da norma protetiva, impõe-se aos fornecedores de produtos e serviços o dever de prevenir eventuais danos.

O objeto da prova é, portanto, o fato e não a afirmação. Limita-se aos procedimentos necessários à comprovação dos fatos afirmados e não admitidos. Foi um aspecto importante a inclusão, no inciso VIII do art. 6º do CDC, da possibilidade da inversão do ônus da prova a favor do consumidor quando for verossímil sua alegação ou quando ele for considerado hipossuficiente.

O CDC adotou a regra da distribuição dinâmica do ônus da prova, uma vez que o magistrado tem o poder de redistribuição (inversão) do ônus probatório, caso verifique a verossimilhança da alegação ou hipossuficiência do consumidor, a fim de reequilibrar a relação processual em razão do fornecedor, dispor de melhores condições técnicas e econômicas para a disputa judicial.

Está devidamente expresso no artigo 12, § 3º, II e III do CDC que não havendo a culpa do consumidor, configurada estará a responsabilidade do fornecedor em ressarci-lo por todos prejuízos sofridos. Para alguns institutos e associações voltadas à defesa do consumidor, a distribuidora só fica livre da responsabilidade pelo ressarcimento se comprovar uso incorreto do equipamento; defeitos gerados por instalações internas; inexistência de relação entre o estrago do aparelho e a provável causa alegada; ou ainda, se o consumidor providenciar, por sua conta e risco, a reparação do equipamento antes do término do prazo para a inspeção, considerando tais condições uma restrição abusiva.

Ainda, recomendam tais organismos de defesa dos consumidores que, em face de danos não materiais (como o comprometimento da realização de um trabalho, por exemplo, por falta de energia ou de danos a um aparelho eletrônico), os consumidores devam pleitear a reparação junto à concessionária e, em caso de não atendimento, acionem o PROCON, bem como a Justiça.

O resultado mais importante desta Comissão Parlamentar de Inquérito da Equatorial Piauí foram as medidas para corrigir os problemas e que sejam tomadas com a máxima brevidade.

Por fim, vale ressaltar que, quanto ao segmento de Distribuição, a opção pela licitação das concessões caracteriza-se como importante oportunidade para uma cuidadosa avaliação dos atuais contratos de concessão, de forma a implementar aprimoramentos e garantir que problemas, como a falta de neutralidade do Órgão Fiscalizador, não mais se repitam.

4. RECOMENDAÇÕES

1-) A Equatorial deverá observar o cumprimento dos prazos estabelecidos pela ANEEL para o atendimento ao consumidor no que se refere à religação e ao reestabelecimento do fornecimento de energia elétrica decorrente de quaisquer causas na sua interrupção, nos termos do PRODIST;

2-) A Equatorial Piauí tem o prazo de até um ano para que proceda uma total revisão, modificação e adaptação nas redes de distribuição de energia nas áreas urbanas e rurais, colocando novos postes e isoladores (fio terra), eliminando todos os postes de madeira e gambiarras que aumentam o risco de acidentes provocados por choques elétricos especialmente durante o período chuvoso;

3-) A Equatorial Piauí deverá atentar ao prazo da ANEEL, quanto o consumidor ingressar com um projeto de produção de energia solar, e, caso a liberação esteja dependendo apenas de ações por parte da Equatorial, fica o consumidor liberado da obrigação de pagar mensalmente a conta de energia elétrica enquanto tramitar o processo desde que o requerente já esteja pagando as prestações do financiamento bancário da compra do

equipamento. O débito gerado nesse intervalo de tempo será compensado por meio de crédito de energia elétrica da produção do próprio sistema de geração após sua ligação ao sistema de distribuição;

4-) A Equatorial Piauí deverá aprimorar o atendimento aos clientes, estabelecendo aos seus funcionários treinamento regulares a respeito dos padrões éticos para construir confiança, satisfação do cliente, comunicação e gestão de conflitos; implementar avaliações aleatórias de atendimentos e revisões de gravações; fortalecer canais de denúncia e incentivar feedback dos clientes; outrossim, definir consequências claras para má conduta de funcionários; além de promover campanhas internas de conscientização sobre atendimento de qualidade. Ressalta-se que, durante a oitiva da CPI fora juntadas provas de ameaças realizadas por um atendente;

5-) Enviar ofício ao Ministério de Minas e Energia solicitando que a pasta se digne em abrir um escritório físico da ANEEL com sede no Estado do Piauí para receber as reclamações e petições que questionem a qualidade dos serviços e da energia elétrica fornecida pela Equatorial Piauí, uma vez que sua ausência (ou mesmo a distância) dificulta a fiscalização "in loco" deixando os consumidores sem uma rede de atendimento e proteção;

6-) Enviar ofício ao Tribunal de Justiça do Estado do Piauí solicitando celeridade no julgamento de todos os processos judiciais que versem ao direito do consumidor os quais possuam a Equatorial Piauí como ré e sugerindo a criação de uma Vara Cível da Energia Elétrica;

7-) Enviar ofício ao Ministério Público Federal solicitando que notifique a ANEEL e a Equatorial Piauí para que a empresa cumpra todos os termos constantes no PRODIST, especialmente no que se refere à qualidade da energia fornecida ao consumidor, bem como ao acompanhamento das metas acordadas na Ação Civil Pública, Processo de número: 0026568-67.2010.4.01.4000;

8-) Enviar ofício ao Procon, solicitando que forneça semestralmente informações sobre o volume de reclamações bem como a sua resolutividade relacionadas aos consumidores

insatisfeitos com a Equatorial Piauí. Bem como, a criação de novos núcleos do PROCON-MP nos municípios do interior do estado;

9-) Enviar ofício ao Senhor Governador do Estado do Piauí, solicitando que determine que a AGRESPI faça convênio com a ANEEL para que a agência possa também atuar na fiscalização da qualidade da energia elétrica fornecida ao consumidor piauiense;

10-) Toda perícia deverá ser realizada no próprio Estado do Piauí, e o medidor preservado até o trâmite final dos Processos (Administrativos e/ou Judicial);

11) Antes do corte do fornecimento de energia elétrica, o consumidor deverá ser notificado por meio de documento físico em separado da fatura mensal e com prazo de até 15 (quinze) dias para atualizar o pagamento;

12) A Equatorial Piauí deverá elaborar, no prazo de seis meses, conjuntamente com os municípios piauienses, um plano de poda e manutenção permanente da copa das árvores que estejam próximas às redes de distribuição de energia elétrica;

13) A Equatorial Piauí deve elaborar um plano de extensão de rede de distribuição elétrica individualizado por município, de modo que novos bairros, avenidas, praças e prédios públicos, após a conclusão das obras, sejam ligados o mais breve possível para atender a sociedade diretamente beneficiada com essas verbas públicas.

5. SUGESTÕES DE PROJETOS DE LEIS ELABORADOS PELA COMISSÃO DA CPI

Conforme as recomendações e o que foi analisado durante toda a Comissão Parlamentar de Inquérito, sugere-se as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI N°. /2023

DISPÕE SOBRE A NOTIFICAÇÃO DE CORTE DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA, NO ÂMBITO DO ESTADO DO PIAUÍ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º. A presente Lei, em conformidade ao estabelecido na Resolução Normativa nº 1.000/2021 e nº 1.059/2023, da Agência Nacional de

Energia Elétrica - ANEEL, dispõe sobre o corte de fornecimento de energia elétrica no âmbito do Estado do Piauí.

Art. 2º. É vedado o corte de fornecimento de energia elétrica sem a devida notificação prévia ao consumidor.

Parágrafo Único: A notificação deverá ocorrer por meio físico e de forma individualizada, não podendo ser expressa apenas na fatura mensal de energia, com descrição clara do valor do débito e dias de atraso.

Art. 3º. O corte do fornecimento de energia elétrica só poderá ocorrer após 15 (quinze) dias da notificação do atraso, podendo ser efetivado num prazo máximo de até 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. Se o consumidor não pagar a conta gerada, mas quitar as próximas faturas e não for notificado do débito anterior em até 90 (noventa) dias, o corte não pode mais ser efetuado, restando apenas a cobrança da conta.

Art. 4º. E vedado o corte de fornecimento de energia elétrica do consumidor que tiver uma conta atrasada, contanto que as contas posteriores estejam quitadas.

Art. 5º. Fica vedado, no âmbito do Estado do Piauí o corte do fornecimento de energia elétrica, por inadimplência, a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação coletiva de pessoas e a usuário residencial de baixa renda beneficiário de subsídio.

Art. 6º. Fica proibido o corte de fornecimento de energia elétrica:

I- em domicílio onde resida pessoa idosa que cuida de outra pessoa idosa portadora de deficiência mental física ou acamada;

II - em domicílio habitado por pessoa portadora de doença cujo tratamento requeira o uso continuado de equipamentos elétricos ou eletroeletrônicos.

Parágrafo único. A disposição deste artigo deverá ser comprovada previamente junto à empresa distribuidora de energia, mediante declaração firmada pelo interessado.

Art. 7º. Ao consumidor que tiver suspenso o fornecimento de energia elétrica com violação do disposto nesta Lei, fica assegurado o direito de acionar juridicamente a empresa concessionária por perdas e danos, além de ficar desobrigado do pagamento do débito que originou o referido corte abusivo.

Art. 8º. O descumprimento do disposto nesta Lei acarretará à concessionária, sem prejuízo de outras sanções previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor, multa de 250 (duzentos e cinquenta) UFR/PI em vigor (Unidade Fiscal de Referência), e será dobrada em caso de reincidência.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ

Sala das Sessões Legislativas do Piauí, 26 de agosto de 2023.

CPI EQUATORIAL

PROJETO DE LEI Nº

OBRIGA A CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DO PIAUÍ APRESENTAR A CONTA DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E A COBRANÇA DE TERMO DE OCORRÊNCIA DE INSPEÇÃO EM COBRANÇAS SEPARADAS E COM CORES DIFERENTES.

Art.1° Fica obrigada as concessionárias de energia elétrica do estado do Piauí a apresentar a conta de consumo de energia elétrica e a cobrança de termo de ocorrência de inspeção em cobranças separadas e com cores diferentes.

Art. 2° A cobrança do termo de ocorrência de inspeção deve ser apresentada com cor diferente da conta de consumo de energia elétrica e deve vir com texto em fonte em tamanho legível e em destaque com a inscrição "Documento de Cobrança de Termo de Ocorrência de Inspeção".

Art. 3° Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões Legislativas do Piauí, 26 de agosto de 2023.

CPI EQUATORIAL

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ

INDICAÇÃO LEGISLATIVA AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ALTERA A LEI Nº 4.838/96 PARA CRIAÇÃO DA CÍVEL DA ENERGIA ELÉTRICA

Art. 1º. Indico que seja alterada o artigo 11 da Lei nº 4.838, de 1º de junho de 1996,, criando a Vara Cível da Energia Elétrica, para criar os Juizados Especiais Cíveis da Energia Elétrica.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

CPI EQUATORIAL

INDICAÇÃO LEGISLATIVA AO CONGRESSO NACIONAL

:

DISPÕE SOBRE A AVALIAÇÃO, PERÍCIA E INSPEÇÃO DE MEDIDORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Art. 1º Determina-se que a concessionária responsável pelo serviço de energia a realizar avaliação, perícia e inspeção nos medidores e demais equipamentos de medição, em institutos ou entidades com sede no estado no qual o medidor fora recolhido.

Parágrafo único. O medidor de energia analisado deverá ser preservado em sua integridade durante toda avaliação, perícia, inspeção, procedimento administrativo ou tramitação de processo judicial ao qual foi submetido.

Art. 2º A não realização de vistoria acarretará nos termos do artigo 1º em nulidade de eventuais Termos de Ocorrência de Irregularidade ou recuperação por deficiência de marcação prevista nas Resoluções Normativa nº 1.000/2021 e nº 1.059/2023, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

Art. 3º A ANEEL deverá contar com escritório físico em cada estado da unidade federativa do país.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CPI EQUATORIAL

6. ENCAMINHAMENTOS

Encaminho cópia do presente relatório para os seguintes órgãos: 1) Poder Executivo; 2) Presidência da Assembleia Legislativa, solicitando a disponibilização integral da versão digital junto ao sítio eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado Piauí; 3) ANEEL; 4) Tribunal de Contas; 5) Ministério Público Federal; 6) Procuradoria Geral do Estado do Piauí; 7) Tribunal de Justiça do Piauí; 8) Defensoria Pública do Piauí; 9) Congresso Nacional; 10) Ministério Público Estadual.

7. AGRADECIMENTOS

A Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, por meio dos seus Deputados, tem o dever de defesa dos interesses da população do Estado do Piauí. Sendo assim, a concepção da CPI da Equatorial teve como missão a proteção da sociedade, realizado através do processo de investigação da má prestação de serviço aos Consumidores de energia elétrica, não obstante os falhos serviços prestados pela concessionária do setor.

Os consumidores de energia elétrica não conseguem compreender, o que ocorre nos bastidores de uma cadeia produtiva intrincada como a da energia elétrica. A população consome compulsoriamente a energia que chega as suas residências.

Este relatório é a conclusão da complexa tarefa de ser a voz da esperança em resposta à ânsia por soluções para a população do Estado do Piauí com a investigação sobre os mecanismos de má prestação de serviço aos consumidores de energia elétrica.

CPI EQUATORIAL
FOLHA Nº
ALEPI

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EQUATORIAL/PIAUÍ

Parabenizo o Deputado Evaldo Gomes, presidente da Comissão, pela iniciativa de criação desta CPI e seus demais membros, Titulares: Deputado Nerinho, Deputada Simone Pereira, Deputada Gracinha Mão Santa, Deputado Gessivaldo Isaías, Suplentes: Deputado Rubens Vieira, Deputado Ziza Carvalho, Deputado Wilson Brandão, pois esta é uma preciosa ocasião de proporcionarmos subsídios para o avanço do setor elétrico – a população do Estado do Piauí tem o direito de pagar um valor justo por um serviço de qualidade.

Deixo minhas congratulações ao Presidente da Casa, Deputado Franzé Silva, e aos demais membros da Vigésima Quinta Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa do Estado do Piauí que aprovaram o Requerimento de criação de Comissão Especial de Inquérito – CPI, com a finalidade de investigar a má prestação de serviço pela a Empresa Equatorial Piauí.

Por fim, este Relator e demais membros desta Comissão dedicam gratidão especial aos servidores públicos da Assembleia Legislativa do Piauí que participaram assessorando e auxiliando os trabalhos (Raimundo Marlon Reis De Freitas, Marcella Barbosa Nascimento Lima, José Ribamar Pessoa Júnior, Emanuellito de Oliveira Costa, Lucas Dias de Almeida Guerra, Ricardo Gentil Eulálio Dantas Filho, Jairo de Abreu Soares, Ramom Emanoel Silva Macêdo, Gilmar Guilherme Oliveira, Odonias Leal da Luz Filho) e aos membros parlamentares desta CPI por todo o percurso até ao relatório final. Cumprimento ainda todos os colaboradores, técnicos e servidores desta Casa dos setores de Taquigrafia, TV e Rádio Assembleia, Áudio, sem os quais seria impossível o desenvolvimento dos trabalhos desta CPI, sendo que, por derradeiro, apresento este relatório na esperança de cumprimento de nossa maior missão, enquanto legisladores: a luta em prol do bem comum, na defesa do interesse público.

TERESINA-PI, 30 DE AGOSTO DE 2023.

DEPUTADO NERINHO
RELATOR DA CPI DA EQUATORIAL/PI

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Marlon Freitas
Assessor Chefe da CPI EQUATORIAL-PI

Estado do Piauí

Assembleia Legislativa

ATA DE REUNIÃO DA CPI EQUATORIAL PIAUÍ DA 20ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 10:00 (DEZ) HORAS DO DIA 30 DE AGOSTO DE 2023.

Às 10:00 horas do dia trinta de agosto do ano de dois mil e vinte e três, na sala de reunião do Gabinete da Presidência, com a presença do Senhor Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Equatorial Piauí – CPI-EQUATORIAL/PI, DEPUTADO EVALDO GOMES, o Senhor relator, DEPUTADO NERINHO, e a DEPUTADA SIMONE PEREIRA, realizou-se reunião para aprovação do relatório apresentado pelo Relator Deputado Nerinho. O Deputado Nerinho leu o relatório e, em seguida, expressou seus agradecimentos pelo belo trabalho desempenhado por todos os Parlamentares membros desta comissão, bem como por toda a equipe técnica que contribuiu para o andamento desta Comissão. Ato contínuo, o presidente desta CPI colocou em votação, que por unanimidade aprovou a totalidade da relatoria apresentada. O presidente ressaltou as congratulações pelo empenho da equipe técnica, ao mesmo tempo que solicitou o encaminhamento de todo o processo físico à Secretaria Geral da Mesa, a fim de que seja enviado ao plenário da Casa para apreciação e votação. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a presente reunião, do que para constar, eu, RAIMUNDO MARLON REIS DE FREITAS, chefe do corpo técnico desta Comissão Parlamentar de Inquérito, lavrei a presente ata que, após lida, achada conforme, foi aprovada pela Comissão e será assinada pelo Presidente e demais membros desta comissão.

APROVADO POR MAIORIA
Em, 30 / 08 / 2023
Presidente da Comissão de

Teresina -- PI, 30 de agosto de 2023.

Dep. Evaldo Gomes
Presidente da CPI

Dep. Nerinho
Relator da CPI

Dep. Simone Pereira
Membro da CPI